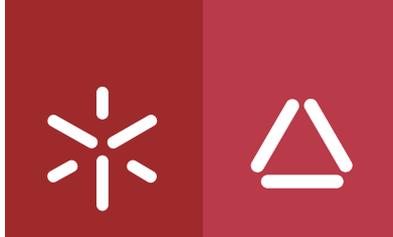




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

José Alfredo Paulo Faustino

**A População da Vila de Chaves
entre 1780 e 1880**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

José Alfredo Paulo Faustino

**A População da Vila de Chaves
entre 1780 e 1880**

Tese de Doutoramento em História
Especialidade em Demografia Histórica

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Carlota Maria Fernandes dos Santos
e da
**Professora Doutora Maria Norberta de Simas
Bettencourt Amorim**

DECLARAÇÃO

Nome José Alfredo Paulo Faustino

Endereço eletrónico: alfredo.faustino@sapo.pt

Título da Tese: A População da Vila de Chaves entre 1780 e 1880.

Orientadoras: Professora Doutora Carlota Maria Fernandes dos Santos e Professora Doutora Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim

Ano de conclusão: 2014

Doutoramento em História

Especialidade:

Demografia Histórica

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Este trabalho de investigação não seria possível sem o apoio e incentivo de várias pessoas, e muitas foram, pelo que reservamos este espaço para manifestarmos a nossa dívida e gratidão a algumas delas.

Às Professoras Doutoradas Norberta Amorim e Carlota dos Santos, orientadoras deste trabalho, queremos expressar de uma forma especial o nosso profundo agradecimento pela amizade e permanente disponibilidade que nos dispensaram ao longo de quase uma década. A ambas, agradecemos, igualmente, a sábia orientação, sugestões e indicações científicas, sem as quais não teria sido possível a realização deste estudo.

O nosso reconhecimento ao Dr. Carlos Prada por todos os elementos que desinteressadamente nos forneceu e pelo diálogo fecundo que, ao longo de muito tempo, nos proporcionou.

Aos Drs. Alípio Afonso e António Santos devemos, para além das palavras amigas, a ingrata tarefa de revisão de texto.

Aos funcionários do Arquivo e da Biblioteca Municipal de Chaves o nosso agradecimento pela simpatia com que sempre nos atenderam. Entre eles, destacamos o velho amigo Orlando Machado.

Aos funcionários do Arquivo Distrital de Vila Real, na pessoa do seu Diretor, Dr. Silva Gonçalves, pela simpatia e admirável profissionalismo com que nos apoiaram em termos documentais.

Aos funcionários do Instituto Ciências Sociais, da Universidade do Minho (Guimarães), pelo apoio logístico e humano que sempre nos dispensaram, designadamente à D. Isabel Salgado e ao Daniel Freitas, a quem se deve o precioso apoio técnico no trabalho informático.

Por fim, mas nem por isso menos importante, o nosso agradecimento à nossa família e aos amigos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos, do fundo do coração, um grande bem-haja.

Resumo

A População da Vila de Chaves entre 1780 e 1880

No presente estudo analisamos a evolução dos comportamentos demográficos de uma paróquia urbana de Trás-os-Montes, antiga praça militar, encostada à Galiza, a vila de Chaves, entre 1780 e 1880.

Na sua realização, servimo-nos das fontes paroquiais (registos de batizados, casamentos e óbitos), que se encontram no Arquivo Distrital de Vila Real. Por sua vez, a metodologia de «*Reconstituição de Paróquias*» permitiu-nos organizar a informação proveniente dos atos paroquiais numa “base de dados” demográfica, em encadeamento genealógico, dos residentes na vila de Chaves.

A partir desta “base de dados”, observamos a evolução das diferentes variáveis demográficas da nupcialidade, fecundidade e mortalidade, bem como as suas influências no equilíbrio populacional num determinado nível de crescimento.

Chaves, como importante centro urbano de Trás-os-Montes, nos séculos XVIII e XIX, possuía um apreciável dinamismo económico e social, marcado por intensos fluxos de pessoas e de bens, provenientes das demais terras transmontanas e minhotas, bem como da Galiza. Por outro lado, a sua posição estratégica de terra fronteiriça no norte do país levou-a a aquartelar regularmente mais de 2000 indivíduos militares, com notável interferência na demografia local. Todos estes fatores transformaram este velho burgo num espaço convergente das mais variadas gentes, cujos passos mais significativos ficaram registados nos distintos atos paroquiais, sobretudo por ocasião do casamento e do óbito.

Na verdade, é muito significativa a influência da mobilidade geográfica nos demais comportamentos sociodemográficos. O seu estudo, à falta de fontes específicas, levou-nos à sua abordagem de forma indireta, com base nas «*entradas*» no momento da celebração do matrimónio e na residência do indivíduo por altura do óbito.

O estudo da mortalidade foi também afetado pela falta de registo sistemático de mortalidade dos menores de sete anos, até 1850, inviabilizando, assim, a abordagem longitudinal dos níveis de mortalidade e da esperança de vida dos flavienses. Já a análise da mortalidade dita de crise, considerada por alguns como variável reguladora da demografia do Antigo Regime, mereceu-nos especial destaque, acabando por revelar-nos traços específicos da história desta população.

Este estudo evidencia um «*sistema*» demográfico caracterizado por uma idade precoce ao primeiro casamento, tanto para as mulheres como para os homens, um persistente celibato definitivo, elevados intervalos protogenésico médio e intergenésicos, e, conseqüentemente, baixas taxas de fecundidade legítima, a contrastar com uma elevada ilegitimidade e um grande número de crianças enjeitadas.

Simultaneamente comparámos os diversos indicadores obtidos de cada variável com outros de paróquias já estudadas, entre elas, a rural de Calvão, deste concelho, e a urbana de Guimarães.

Palavras chave: Demografia, População, Sociedade, Chaves, Trás-os-Montes.

Abstract

The population of town of Chaves between 1780 and 1880

This study analyzes the evolution of the demographic behavior of an urban parish of Trás-os-Montes, a former military square, bordering Galicia, the town of Chaves, between 1780 and 1880.

In this process, we used the parish sources (records of baptism, marriage and death), which are stored in the District Archives of Vila Real. In turn, the methodology of 'Reconstitution of Parishes' enabled us to organize the information acquired from the parochial registries in a demographic "database", using genealogical patterns of the residents in the town of Chaves.

From this "database", we observe the evolution of the different demographic variables of nuptiality, fertility and mortality, as well as their influences on population equilibrium at a certain level of growth.

As an important urban center of Trás-os-Montes in the eighteenth and nineteenth centuries, Chaves had a desirable economic and social dynamism, characterized by the intense flow of people and goods coming from other parts of Trás-os-Montes, from Minho, and even from Galicia. Moreover, its strategic borderland position in the northern part of the country, regularly accommodated over 2000 military personnel who had a remarkable impact in local demographics. All these factors have transformed this old burg in a converging place of the most diverse people whose significant milestones were recorded in distinct parochial registries, mainly on the occasion of marriage and death.

In fact, the influence of geographical mobility is very significant in all other socio-demographic behaviors. The lack of the existence of specific sources presented us with an indirect approach to its study which was based on 'entries' at the time of celebration of marriage and at the individual's place of residence at the time of death.

The study of mortality was also affected by the lack of a systematic recording of the mortality of children under seven years of age, until 1850, thus precluding the longitudinal approach of the levels of mortality and life expectancy of 'flavienses'. However, the analysis of the actual mortality crisis, considered by some as the regulatory variable of the demographics of the Old Regime, deserved our special mention, eventually revealing the specific features of the history of this population.

This study provides evidence of a demographic 'system' characterized by an early age at first marriage for both women and for men, a persistent definitive celibacy, increased medium protogenetic and intergenetic intervals, and consequently, low rates of legitimate fertility, contrasting with a high rate of illegitimacy and a large number of illegitimate children.

Simultaneously, we compared the various indicators obtained from each variable with other parishes already studied, among which, rural Calvão of this county, and urban Guimarães.

Keywords: Demography, Population, Society, Chaves, Trás-os-Montes.

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract.....	vii
Abreviaturas.....	xxiv
Introdução	25
I. Espaço, gentes e memória.....	31
II. A evolução da população através das estatísticas disponíveis.....	59
1. As estatísticas disponíveis	59
2. Evolução da população de Chaves.....	65
III. Fontes demográficas e metodologia.....	83
1. As fontes	83
1.1. Os livros	83
1.2. As «Visitações».....	86
1.3. Os párocos	88
2. A metodologia.....	93
IV. Nupcialidade	99
1. Idade média ao primeiro casamento	100
2. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento.....	108
3. Idade combinada dos nubentes celibatários	110
4. Estado civil anterior dos contraentes	114
5. Viuvez e ulterior casamento	118
6. Naturalidade dos nubentes	121
7. Ocupação profissional dos cônjuges.....	127
8. Celibato definitivo	133
V. Fecundidade	135

1. Fecundidade legítima	135
1.1. Taxas de fecundidade legítima	136
1.2. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima e na idade média ao nascimento do último filho	142
1.3. Espaçamento dos nascimentos	145
1.3.1. Intervalo protogenésico	145
1.3.2. Intervalos intergenésicos	151
1.4. Número de filhos nascidos por união conjugal	154
1.5. Duração das uniões conjugais	158
2. Conceções pré-nupciais	160
3. Filiação natural	163
3.1. Filiação natural identificada	163
3.2. Comparação da ilegitimidade com outras paróquias.....	165
3.3. Filiação natural identificada de « <i>fora</i> » da paróquia.....	169
3.4. Profissão dos progenitores dos filhos ilegítimos.....	175
3.5. Mães e filhos ilegítimos que se registaram em Chaves.....	176
3.6. Estado civil das mães dos filhos ilegítimos.....	178
3.7. Idade da mãe dos filhos ilegítimos.....	179
3.8. Ulterior casamento das mães de filhos ilegítimos.....	181
3.9. Ascendentes das mães de filhos ilegítimos	183
4. Expostos e enjeitados.....	185
VI. Mortalidade	197
1. Mortalidade infantil e Infantojuvenil	198
2. Mortalidade excepcional.....	204
2.1. Conceitos e metodologia na identificação das crises de mortalidade	205
2.2. Mortalidade de crise dos maiores de sete anos	208
2.3. Mortalidade de crise dos menores de sete anos.....	212
2.4. O ciclo das principais crises da mortalidade adulta	213
2.4.1. Crises de 1765 e 1766.....	213
2.4.2. Crise de 1779	215
2.4.3. Crises de 1799, 1800 e 1801.....	217
2.4.4. Crise de 1804	219

2.4.5. Crise de 1809	220
2.4.6. Crise de 1820	221
2.4.7. Crise de 1852	222
2.4.8. Crise de 1855	223
2.4.9. Crise de 1870	225
3. Ocupação profissional ao óbito.....	227
VII. Aproximação à mobilidade geográfica	235
1. Mobilidade dos indivíduos através dos registos de casamento.....	236
2. Mobilidade dos indivíduos através dos registos de óbito	241
VIII. Sazonalidade dos comportamentos demográficos.....	259
1. Repartição dos nascimentos segundo os meses	259
2. Repartição dos casamentos segundo os meses.....	263
3. Repartição dos óbitos segundo os meses	268
3.1. Repartição dos óbitos dos menores de sete anos.....	268
3.2. Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos	269
IX. Aspetos globais da demografia de Chaves	273
1. Batizados registados	273
1.1. Repartição dos batizados segundo o sexo	275
2. O movimento dos casamentos	277
2.1. Casamentos registados	277
2.2. Movimento de batizados e casamentos	279
3. O movimento dos óbitos	280
3.1. Movimento anual de óbitos	281
3.2. Mortalidade segundo o sexo.....	283
3.3. Mortalidade Infantojuvenil.....	284
Conclusões	289
Anexos.....	295

Fontes e Bibliografia..... 311

1. Fontes manuscritas..... 311

2. Fontes impressas 317

3. Bibliografia 321

Índice de Quadros

Quadro 1 - Evolução da população e de fogos de Chaves (Vila e arrabaldes)	66
Quadro 2 - Taxa de crescimento da população de Chaves e do Concelho (1864-1911)	74
Quadro 3 - Evolução da população por sexos (1864-1911).....	75
Quadro 4 - Evolução da população por fogos (1864 - 1911).....	76
Quadro 5 - População de Chaves por grupos de idades e sexos separados (1864).....	78
Quadro 6 - Livros da paróquia de Santa Maria Maior de Chaves (1780-1880).....	84
Quadro 7 - As Visitações entre 1770 e 1870.....	87
Quadro 8 - Padres redatores (1780 - 1880)	89
Quadro 9 - Idade média e mediana ao primeiro casamento (< 50 anos) (períodos decenais de 1830 a 1879).....	101
Quadro 10 - Comparativo da idade média ao primeiro casamento (análise transversal)	103
Quadro 11 - Idade média ao primeiro casamento por grupos ocupacionais (< 50 anos) (1830 a 1879).....	105
Quadro 12 - Idade média ao primeiro casamento (< 50 anos). Gerações nascidas de 1780-1829.....	106
Quadro 13 - Distribuição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento (por períodos)	108
Quadro 14 - Idades combinadas dos nubentes celibatários. Grupos de idades (%)....	111
Quadro 15 - Posição relativa dos nubentes (%)	112
Quadro 16 - Diferença de idades entre os nubentes celibatários ao primeiro casamento (%)	113

Quadro 17 - Estado civil anterior dos nubentes	114
Quadro 18 - Recasamento de viúvos comparado (%).....	116
Quadro 19 - Nubentes segundo o estado civil combinado (por períodos)	117
Quadro 20 - Frequência do casamento segundo a idade à viuvez (1780-1879).....	119
Quadro 21 - Idade média dos viúvos a um novo casamento.....	119
Quadro 22 - Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento (1780-1879)	120
Quadro 23 - Naturalidade dos nubentes	121
Quadro 24 - Origem geográfica dos nubentes (1780-1879).....	123
Quadro 25 - Endogamia / exogamia em Chaves (1780-1879).....	126
Quadro 26 - Atividades e ocupações profissionais dos nubentes masculinos (por períodos).....	128
Quadro 27 - Atividades e ocupações profissionais das nubentes (por períodos).....	132
Quadro 28 - Celibato definitivo, por sexos	133
Quadro 29 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e descendência teórica (mil mulheres).....	136
Quadro 30 - Idade média da mãe ao nascimento do último filho (famílias completas)	137
Quadro 31 - Comparativo das taxas de fecundidade legítima e descendência teórica (mil mulheres)	139
Quadro 32 - Taxas de fecundidade legítima por grupos ocupacionais e descendência teórica (mil mulheres) (1830-1860).....	141
Quadro 33 - Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (mil mulheres) 1810-1860.....	142
Quadro 34 - DT e idade média da mãe ao nascimento do último filho, segundo a idade ao casamento (1810-1860).....	144

Quadro 35 - Intervalo protogenésico (1810 – 1860).....	146
Quadro 36 - Intervalo protogenésico inferior a um ano, segundo a idade da mulher ao casamento (1810-1860) (%)	148
Quadro 37 - Intervalo protogenésico médio, por grupos de idade da mulher ao casamento (em meses).....	148
Quadro 38 - Intervalo protogenésico médio por grupos ocupacionais (1810 -1860) (em meses).....	149
Quadro 39 - Intervalo protogenésico médio (todas as mulheres, com data de casamento identificada).....	150
Quadro 40 - Comparativo do intervalo protogenésico médio (todas as mulheres, com data de casamento conhecida)	150
Quadro 41 - Primeiro intervalo intergenésico médio (em meses).....	152
Quadro 42 - Comparativo do primeiro intervalo intergenésico médio Antigo Regime	152
Quadro 43 - Intervalos intergenésicos médios (1810-1860).....	153
Quadro 44 - Distribuição das famílias completas, segundo o número de filhos (1810-1860).....	154
Quadro 45 - Distribuição das famílias segundo o número de filhos (1810-1860).....	155
Quadro 46 - Número médio de filhos por famílias completas, segundo a idade ao casamento da mulher, em várias paróquias (por grupos de idade da mulher).....	155
Quadro 47 - Ausência de filhos segundo a idade da mulher ao casamento	156
Quadro 48 - Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos.....	157
Quadro 49 - Duração das uniões	159
Quadro 50 - Intervalos protogenésicos inferiores a oito meses (1810 -1860)	160

Quadro 51 - Conceções pré-nupciais, segundo a idade ao casamento da mulher (1810-1860).....	162
Quadro 52 - Evolução da filiação natural identificada (por décadas).....	164
Quadro 53 - Comparativo da filiação ilegítima.....	166
Quadro 54 - Naturalidade das mães de filhos ilegítimos	170
Quadro 55 - Naturalidade combinada dos progenitores dos filhos ilegítimos (%).....	174
Quadro 56 - Ocupação dos pais de filhos ilegítimos(1780-1879).....	175
Quadro 57 - As mães e os filhos ilegítimos que se registaram na paróquia.....	176
Quadro 58 - Estado civil das mães dos filhos naturais.....	178
Quadro 59 - Idade da mãe ao nascimento do primeiro filho natural (repartição por grupos de idades).....	179
Quadro 60 - Idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho natural, do primonato legítimo e idade ao 1º casamento (por períodos).....	180
Quadro 61 - Casamento posterior das mães de filhos ilegítimos.....	181
Quadro 62 - Tempo que medeia o nascimento do 1º filho e o ulterior casamento	182
Quadro 63 - Casamento dos filhos ilegítimos das mães da paróquia.....	183
Quadro 64 - Ascendentes das mães dos filhos ilegítimos registados.....	184
Quadro 65 - Evolução do movimento dos expostos batizados em Chaves (por décadas)	191
Quadro 66 - Local de abandono dos expostos batizados em Chaves (por períodos)..	194
Quadro 67 - Mortalidade infantil (por mil crianças) (1850 - 1879).....	199
Quadro 68 - Mortalidade infantil em diversos países da Europa (por mil nascidos) (1780-1820).....	200
Quadro 69 - Mortalidade endógena e exógena (aplicação do método de Bourgeois-Pichat) (1850 - 1879).....	200

Quadro 70 - Taxas de mortalidade endógena e exógena (por mil nascidos) (1850 - 1879).....	201
Quadro 71 - Mortalidade até aos 7 anos (por mil crianças)	202
Quadro 72 - Mortalidade infantil e Infantojuvenil (1850 -1879).....	204
Quadro 73 - Classificação das crises segundo Dupâquier.....	208
Quadro 74 - Mortalidade normal e mortalidade excecional de adultos (por períodos).....	209
Quadro 75 - Intensidade das crises em Chaves (1755-1880) (mortalidade adulta)	210
Quadro 76 - Número de crises, por magnitude (1760 -1880)	211
Quadro 77 - Mortalidade normal e mortalidade excecional (< 7 anos)	212
Quadro 78 - Intensidade das crises da mortalidade Infantojuvenil (1850-1879).....	212
Quadro 79 - Atividades e ocupações profissionais dos falecidos (por períodos).....	228
Quadro 80 - Atividades e ocupações profissionais das falecidas (por períodos).....	231
Quadro 81 - Composição das famílias constituídas em Chaves (por períodos).....	237
Quadro 82 - Composição das famílias residentes (por períodos).....	238
Quadro 83 - Naturalidade dos indivíduos falecidos em Chaves (1780-1879)	241
Quadro 84 - Naturalidade dos indivíduos de fora falecidos em Chaves (1780-1879)	242
Quadro 85 - Efetivos ao óbito com naturalidade e estado civil conhecidos (1780 - 1829).....	245
Quadro 86 - Efetivos ao óbito com naturalidade e estado civil conhecidos (1830 - 1879).....	246
Quadro 87 - Efetivos não naturais ao óbito segundo o sexo e estado civil (1780-1829)	248
Quadro 88 - Efetivos não naturais ao óbito segundo o sexo e estado civil (1830 - 1879)	248

Quadro 89 - Efetivos ao óbito segundo a naturalidade, sexo e estado civil (1780 - 1879)	250
Quadro 90 - Naturalidade dos indivíduos solteiros de fora falecidos em Chaves (1780-1879).....	251
Quadro 91 - Distribuição das profissões dos solteiros falecidos de fora (por períodos)	253
Quadro 92 - Distribuição das profissões das falecidas de fora (por períodos).....	255
Quadro 93 - Repartição dos nascimentos segundo os meses do ano (dois períodos) .	259
Quadro 94 - A sazonalidade dos batizados (em diversas paróquias).....	261
Quadro 95 - Repartição dos casamentos segundo os meses do ano (dois períodos)...	263
Quadro 96 - A sazonalidade dos casamentos (em diversas paróquias).....	265
Quadro 97 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1850-1879) (menores de 7 anos)	268
Quadro 98 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (> 7 anos)	270
Quadro 99 - A sazonalidade dos óbitos (em diversas paróquias)	272
Quadro 100 - Repartição decenal dos batizados segundo o sexo (1780-1879).....	276
Quadro 101 - Repartição decenal dos óbitos segundo o sexo (1780-1879).....	283

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Evolução da população e de fogos da vila de Chaves (1530-1911).....	67
Gráfico 2 - Evolução comparativa das taxas de crescimento (Chaves, Concelho e Portugal) (1864 - 1911)	74
Gráfico 3 - Comparação do número de habitantes por fogos (Chaves, Concelho e Portugal) (1864 - 1911)	77
Gráfico 4 - Pirâmide etária de Chaves, em 1864.....	79
Gráfico 5 - Pirâmide etária comparativa de Chaves e do concelho (1864)	80
Gráfico 6 - Pirâmide etária de Chaves em 1878.....	81
Gráfico 7 - Pirâmide etária comparativa de Chaves (1864 e 1878).....	82
Gráfico 8 - Idade média ao primeiro casamento (<50 anos). Períodos de 1830 a 1879 (média móvel de 5 anos).....	102
Gráfico 9 - Idade média ao primeiro casamento (< 50 anos). Gerações nascidas entre 1780 e 1829 (médias móveis de 5 anos).....	107
Gráfico 10 - Distribuição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento (mulheres).....	109
Gráfico 11 - Distribuição proporcional por grupos de idades ao primeiro casamento (homens)	110
Gráfico 12 - Profissões e ocupações identificadas dos nubentes registados em Chaves (por períodos).....	131
Gráfico 13 - Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades (mil mulheres)....	137
Gráfico 14 - Taxas de fecundidade legítima em várias paróquias (mil mulheres).....	140
Gráfico 15 - Taxas de fecundidade legítima por grupos ocupacionais (mil mulheres)	141

Gráfico 16 - Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento (mil mulheres) (1810 – 1860)	143
Gráfico 17 - Intervalo protogenésico (todas as idades) (índices)	147
Gráfico 18 - Evolução anual da filiação ilegítima (1780-1880).....	164
Gráfico 19 - Comparativo da filiação ilegítima em diversas paróquias (médias móveis de três períodos)	167
Gráfico 20 - Origem das mães de filhos ilegítimos (por períodos)	169
Gráfico 21 - Origem dos progenitores dos filhos ilegítimos	173
Gráfico 22 - Distribuição das mães de ilegítimos segundo o número de filhos	177
Gráfico 23 - Percentagens de expostos e ilegítimos batizados em Chaves (médias móveis 3 anos).....	192
Gráfico 24 - Comparativo da relação de masculinidade dos legítimos e naturais e dos expostos batizados	193
Gráfico 25 - Movimento sazonal dos batizados dos expostos.....	195
Gráfico 26 - Distribuição dos óbitos pelos meses do ano (< de 1 ano)	201
Gráfico 27 - Distribuição dos óbitos pelos meses do ano (< 7 anos)	203
Gráfico 28 - Movimento anual de óbitos de adultos (1755-1880)	209
Gráfico 29 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1765/66).....	214
Gráfico 30 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1779).....	216
Gráfico 31 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1799, 1800 e 1801) ..	217
Gráfico 32 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1804).....	219
Gráfico 33 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1809).....	220
Gráfico 34 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1820).....	221
Gráfico 35 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1852).....	222
Gráfico 36 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1855).....	224

Gráfico 37 - Repartição dos óbitos segundo os meses do ano (1870).....	226
Gráfico 38 - Profissões e ocupações identificadas dos defuntos registados em Chaves (por períodos)	231
Gráfico 39 - Famílias constituídas / Famílias residentes (1780 - 1879).....	239
Gráfico 40 - Naturalidade dos indivíduos de fora falecidos em Chaves (1780 -1879) %	242
Gráfico 41 - Efetivos ao óbito segundo a naturalidade, o sexo e estado civil (1780 - 1879).....	250
Gráfico 42 - Movimento sazonal dos batizados (dois períodos)	260
Gráfico 43 - A sazonalidade dos batizados (em diversas paróquias)	262
Gráfico 44 - Movimento sazonal dos casamentos (dois períodos).....	264
Gráfico 45 - A sazonalidade dos casamentos (em diversas paróquias).....	266
Gráfico 46 - A distribuição semanal dos casamentos (%).....	267
Gráfico 47 - Sazonalidade ao óbito dos menores de 7 anos (1850-1879)	269
Gráfico 48 - Movimento sazonal da mortalidade adulta (1780-1879)	270
Gráfico 49 - A sazonalidade dos óbitos (em diversas paróquias).....	272
Gráfico 50 - Movimento de batizados de 1780-1879 (médias móveis de 5 anos)	273
Gráfico 51 - Movimento de batizados 1780-1879, segundo a sua condição de filiação ao batismo (médias móveis de 5 anos)	274
Gráfico 52 - Movimento de casamentos (médias móveis de 5 anos)	278
Gráfico 53 - Movimento de batizados e casamentos (1780 = índice 100) (médias móveis de 5 anos)	280
Gráfico 54 - Movimento anual da mortalidade adulta (1780-1879).....	281
Gráfico 55 - Movimento anual da mortalidade adulta e batismos comparados (1780-1879).....	282

Gráfico 56 - Índice de masculinidade da mortalidade adulta (por décadas).....	284
Gráfico 57 - Mortalidade Infantojuvenil (1850 -1879).....	285
Gráfico 58 - Relação de masculinidade ao óbito (< 7 anos).....	286
Gráfico 59 - Comparativo de óbitos e batismos segundo os registos paroquiais (< de 7 anos) (1850-1879)	287

Índice de Mapas

Mapa 1 - Chaves no Norte de Portugal.....	32
Mapa 2 - Descrição topográfica da Vila de Chaves (1755).....	43
Mapa 3 - Origem geográfica dos nubentes (1780-1879).....	124
Mapa 4 - Naturalidade dos progenitores dos filhos ilegítimos (1780-1879).....	172
Mapa 5 - Naturalidade dos indivíduos de fora falecidos em Chaves (1780-1879)	243

Índice de Anexos

Anexo 1 - Castelo e Vila de Chaves em 1509.....	295
Anexo 2 - Fotografias de Chaves Antiga	296
Anexo 3 - Livros da paróquia de Santa Maria Maior de Chaves (1780-1880).....	302
Anexo 4 - Profissões e ocupações dos nubentes masculinos (por períodos)	303
Anexo 5 - Profissões e ocupações das nubentes (por períodos).....	305
Anexo 6 - Distribuição das profissões dos falecidos (por períodos).....	306
Anexo 7 - Distribuição das profissões das falecidas (por períodos)	308
Anexo 8 - Mapa dos Expostos.....	309

Abreviaturas

A.A.D.P.- Arquivo da Assembleia Distrital do Porto

A.D.V.R.L. – Arquivo Distrital de Vila Real

A.M.C. – Arquivo Municipal de Chaves

B.M.C. – Biblioteca Municipal de Chaves

B.N.L. – Biblioteca Nacional de Lisboa

I.A.N./T.T. – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Art. - Artigo

Doc. – Documento

Fl. – Fólio

Vº – Verso

Mf. – Microfilme

Vol. – Volume

T - Tomo

Mç. - Maço

Mem. - Memória

Mns. - Manuscrito

N – Número

Obs. - Observações

P. – Página

S/d – Sem data

S/p – Sem paginação

Introdução

Toda a ciência humana, sem uma base demográfica, não passa de um frágil castelo de cartas; toda História, que não recorre à demografia, priva-se do melhor instrumento de análise.

Pierre Chaunu (1)

O presente trabalho de investigação pretende responder, em primeiro lugar, ao desafio lançado aquando da dissertação de mestrado, e à insistência de alguns amigos da nossa terra.

O dedicar-me, durante anos, ao estudo da população e sociedade da nossa cidade foi para mim uma tarefa particularmente grata e motivadora, não obstante o volume de dados que tivemos de analisar. A história de Chaves, enquanto centro urbano do Norte do país, encostado à Galiza, provida de um importante dinamismo económico, político e militar, é do agrado de qualquer estudioso.

No nosso caso, passar do estudo da evolução dos comportamentos demográficos de uma paróquia rural, como Calvão, para um quadro urbano, através do mesmo tipo de fontes e segundo a mesma metodologia, não foi tarefa fácil. Tivemos necessidade de diminuir o tempo de exploração das fontes, passando pela utilização direta dos meios informáticos, otimizando assim o paciente e moroso trabalho de historiador e de arquivo. Por essa altura, ainda, não podíamos contar com o programa informático de «reconstituição de paróquias», que começava a ser desenvolvido no NEPS. Contornámos essa contrariedade socorrendo-nos de uma aplicação convertível construída com base no *software da MS Access*, cuja estrutura foi capaz de armazenar os diversos elementos extraídos dos diferentes atos paroquiais.

Uma primeira adversidade encontrámo-la no acesso às fontes. Só os livros paroquiais utilizados desde os meados de Oitocentos se encontravam em microfimes. Os anteriores apenas estavam disponíveis no Arquivo Distrital de Vila Real, aonde nos deslocámos várias vezes. Para quem trabalha, estar sujeito a sucessivas viagens e horários de funcionamento representaria uma contrariedade inultrapassável, se não fossem as novas tecnologias informáticas, apesar da cordialidade dos profissionais do Arquivo. O problema resolveu-se, felizmente, anos mais tarde, com a digitalização do acervo documental correspondente ao período observado. Estavam assim reunidas as condições para que pudéssemos continuar a tarefa anteriormente encetada.

(1) CHAUNU, 1974: 291.

Seguidamente realizámos um trabalho sistemático sobre os registos de batismo, casamento e óbito da paróquia, entre 1780 e 1880, organizando e estruturando uma “*base de dados*” com a trajetória de vida dos paroquianos da vila, em encadeamento genealógico, desenvolvida a três níveis: a do indivíduo, da família e da paróquia.

Sobre a explicação da metodologia de “*reconstituição de paróquias*”, seguimos as pegadas da sua autora:

Reconstituir paróquias significa primeiro organizar os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de Famílias e depois cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história demográfica de cada residente, tenha ele nascido na paróquia, entrado nela pelo casamento ou simplesmente nela ter falecido. Por outras palavras, reconstituir paróquias é formar, em larga diacronia, uma “base de dados” com fichas biográficas de residentes em que se projeta marcar um início e um fim de observação, com as combinações possíveis entre nascimento ou imigração, por um lado, e falecimento ou emigração, por outro ⁽²⁾.

Reconstituída a paróquia e organizada a «*base de dados*», contámos com um ficheiro de 10.175 famílias, das quais 1.899 são ilegítimas. Ficámos, ainda, na posse de um segundo ficheiro com o percurso vital de cada indivíduo residente, em encadeamento genealógico, num total de 36.004 fregueses. Este ficheiro individual, que, uma vez aberto e estruturado pode ser enriquecido com dados provenientes de outras fontes, franqueia perspectivas de análise multidisciplinares a novos desafios e novos problemas, permite-nos conhecer, compreender e explicar a evolução dos comportamentos demográficos, em longa duração, e as suas conexões sociais, enquadradas pelas suas normas, valores e padrões de vida. A higiene e a salubridade, a pobreza e a mendicidade, as crianças abandonadas e a prostituição são outros tantos possíveis desafios no quadro da paróquia e da região. Abrem-se, assim, ao investigador diversas e profícuas perspectivas de abordagem e de pesquisa da vida dos indivíduos em função dos seus contextos sociais, económicos e culturais.

Seguimos a metodologia de «*reconstituição de paróquias*», de Norberta Amorim, convictos de que ela representa um contributo decisivo, quer na resolução dos problemas específicos das fontes paroquiais portuguesas, quer ainda na renovação metodológica e na abertura de inovadoras perspectivas da Demografia Histórica, da História da Família e da História Social, às quais a metodologia da «*reconstrução de famílias*» de Louis Henry ⁽³⁾ já não dava resposta.

⁽²⁾ AMORIM, 1992: 14.

⁽³⁾ A criação do método de “*reconstituição de famílias*”, de Michel Fleury e Louis Henry, na década de 1950, para estudar a fecundidade matrimonial como elemento chave da reprodução nas sociedades do passado, marca o nascimento da Demografia Histórica. Mais tarde, os contributos metodológicos de L. Henry, Pierre Goubert (1968) e os estudos da Escola de Cambridge levados a cabo por J. Hajnal (1965), P. Laslett e Wall (1972) e T. Hollingsworth (1983), entre outros, deram-lhe, a partir de então,

Em Portugal, os trabalhos de Norberta Amorim sobre três paróquias rurais do Nordeste Transmontano, Rebordãos (1973) e Cardanha (1980), S. Pedro de Poiães (1983), e posteriormente Guimarães (1987), revestiram-se de primordial e decisiva importância para o desenvolvimento da Demografia Histórica, depois das primeiras abordagens com base no modelo de “A Freguesia de *Santa Catarina de Lisboa no 1º Quartel do Século XVIII*”, de Maria de Lourdes Akola Neto (1959).

Um grande e decisivo avanço em questões metodológicas realizou-o Norberta Amorim nos trabalhos sobre a *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico* (1992), onde ensaiou com sucesso esta metodologia com o recurso aos meios informáticos. Posteriormente, inúmeros trabalhos têm sido desenvolvidos nesta linha tentando conhecer melhor demograficamente as populações do passado. A participação de um número crescente de investigadores em Projetos como “*Praxis XXI – Informatização Normalizada de Arquivos, Reconstituição de Paróquias e História da Populações*”, do qual fizemos parte, bem como os diferentes encontros “Minho/Minas Gerais” e os congressos da ADEH, levaram a um crescente interesse pela exploração das fontes paroquiais que se materializaram num significativo número de estudos sobre os Açores e a Região Norte.

Este esforço conduziu a uma análise da dinâmica populacional destas regiões, com maior incidência dos meios rurais, faltando ainda analisar os quadros populacionais substancialmente maiores, de características urbanas e particularmente apreciáveis, como as regiões esquecidas de fronteira, no interior do país. Urge, pois, desenvolver estudos idênticos nestas regiões, a fim de consistentemente se estabelecerem padrões regionais de comportamento.

Neste contexto, a região insular dos Açores aparece-nos como uma das melhores estudadas, destacando-se os estudos sobre as ilhas do Pico e da Terceira: *Evolução Demográfica de Três Paróquias do Sul do Pico* ⁽⁴⁾, como já se referiu; *Francisca Catarina (1846-1940) - Vida e Raízes em S. João do Pico* ⁽⁵⁾, cujos autores, partindo do cruzamento de uma base de dados com informações de outras fontes, alargam a investigação histórica a uma abordagem antropológica das vivências das gentes da paróquia de S. João do Pico; *Pico. A Abordagem de uma Ilha. As famílias de S. João*

identidade no quadro da História e das Ciências Sociais. Apesar do seu crescimento ser surpreendente, como consequência da participação ativa tanto de historiadores como de demógrafos, ainda hoje não conseguiu ultrapassar, decisivamente, alguns contornos imprecisos. Não obstante, as suas potencialidades, a questão da permanência da mulher na paróquia, durante o seu ciclo reprodutivo, e a morosidade do trabalho mereceram-lhe algumas das críticas. Para além disso, este método de Louis Henry também não permite o estudo de outros comportamentos demográficos como, por exemplo, a mortalidade e a mobilidade.

⁽⁴⁾ AMORIM, 1992.

⁽⁵⁾ AMORIM e CORREIA, 1999.

nos finais do século XIX ⁽⁶⁾; Pico. *A Abordagem de uma Ilha. As famílias de Santo Amaro nos finais do século XIX* ⁽⁷⁾; Pico. *A Abordagem de uma Ilha. As famílias do espaço de S. Caetano entre os séculos XIX e XX* ⁽⁸⁾; *Biodemografia do concelho da Madalena. Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da Ilha do Pico* ⁽⁹⁾, que, com base num estudo inter-paroquial, abre caminho a uma via de cruzamento entre a Demografia Histórica e a Genética.

A renovação da Demografia Histórica, ainda que, segundo alguns investigadores, não tenha as suas fronteiras bem definidas ⁽¹⁰⁾, para além de continuar a construir de forma sistemática “*histórias de vida*”, encadeadas geneologicamente em contextos geográficos e institucionais bem definidos e de perspetivar novas abordagens temporais, passará pelo enriquecimento das “*bases de dados*” das paróquias reconstruídas com a exploração de outras fontes nominativas (desde os testamentos a listas de natureza fiscal e eleitoral), a fim de potenciar a informação indispensável a uma nova abordagem da História da Família e dos sistemas de parentesco das sociedades do passado. Um facto que nos parece inquestionável, como vislumbra Jacques Dupâquier ⁽¹¹⁾ ao dizer que «uma nova História Social poderá estar ao alcance dos investigadores», numa perspetiva multidisciplinar.

É neste sentido que o presente trabalho de investigação pretende avançar centrado numa análise de longa duração, privilegiando a observação longitudinal dos comportamentos demográficos e de como estes se equilibram no «*sistema demográfico*» nesta vila de Chaves, dos fins do século XVIII aos finais de Oitocentos, estabelecendo, sempre que possível, comparações dos indicadores obtidos de cada variável referentes a outras paróquias, já estudadas, de áreas geográficas distintas, mas de contextos económico, social e cultural semelhantes, como Guimarães, para períodos próximos. A referência à paróquia rural de Calvão vem no contexto de estar situada a menos de 12 Km da vila e fazer parte do seu concelho.

⁽⁶⁾ AMORIM, 2004.

⁽⁷⁾ AMORIM, 2005.

⁽⁸⁾ AMORIM, 2006.

⁽⁹⁾ SANTOS, 2008.

⁽¹⁰⁾ Para David Reher, contrariamente a alguns autores franceses, a distinção entre Demografia Histórica e História da População, puramente, não existe. Por sua vez, J. Manuel Nazareth distingue os dois campos: «a demografia histórica define-se, sobretudo, a partir das fontes que utiliza e da metodologia que desenvolve para investigar o passado. A história da população limita-se à utilização dos dados demográficos para explicar o passado numa perspetiva de dinâmica social». Apesar disso, parece haver um posicionamento comum quanto à originalidade desta disciplina: as fontes que a servem não foram elaboradas com objetivos demográficos e o seu tratamento deu origem ao aparecimento de novos procedimentos metodológicos e novas técnicas de trabalho (NAZARETH, 2004: 50). Quanto a nós, concordamos com Norberta Amorim quando diz que o desenvolvimento da Demografia Histórica só veio trazer novos desafios à História da População (AMORIM, 1995: 22).

⁽¹¹⁾ DUPÂQUIER, 1984: 46.

Se as condições futuras o permitirem, não pretendemos ficar por esta análise demográfica. Gostaríamos de ir mais além, procurando novas abordagens e novas perspectivas, no campo social e das mentalidades.

Consagramos o primeiro capítulo ao estudo da vastíssima história da vila de Chaves, onde os comportamentos demográficos se desenrolaram; o segundo à evolução da sua população, de acordo com as estatísticas disponíveis; o terceiro à crítica das fontes sobre as quais assenta a qualidade da nossa pesquisa, e à explicitação do método utilizado. Nos seguintes capítulos, ocupámo-nos da análise dos comportamentos da fecundidade, nupcialidade, mortalidade e mobilidade, através da utilização de um quadro conceptual adequado e de uma análise quantitativa apropriada ao estudo dos fenómenos demográficos, procurando compreender os ritmos de mudança e suas conexões.

Por questões metodológicas, agarrando a sugestão de Norberta Amorim ⁽¹²⁾, iniciámos o estudo analítico com a abordagem, em primeiro lugar, da nupcialidade, dada a sua interdependência com os demais fenómenos demográficos ⁽¹³⁾, seguindo de perto os trabalhos de Hajnal, em 1965, conclusivos da existência de um padrão «*européu*» de casamento e de outros autores que dão importância ao matrimónio enquanto variável reguladora do equilíbrio demográfico das sociedades ocidentais do Antigo Regime. Assim, observámos os comportamentos dos vários indicadores da nupcialidade: a idade média ao primeiro casamento e a sua repartição proporcional por grupos de idade, a viuvez e o ulterior casamento, a naturalidade dos cônjuges, as suas profissões e o celibato definitivo.

Destinámos o capítulo seguinte ao estudo da fecundidade da população reprodutora da vila, como resultado de uma combinação entre fatores fisiológicos da procriação e fatores de ordem social e cultural, começando por distinguir fecundidade legítima da ilegítima. Relativamente à primeira, analisámos as taxas de fecundidade legítima por grupos de idade, os intervalos protogenésico e intergenésicos, a idade média da mãe ao nascimento do último filho, de acordo ou não, com a idade à primonupcialidade, a duração das uniões e a descendência familiar. Acabámos por integrar neste capítulo as conceções pré-nupciais e a filiação natural, analisando a ascendência, origem, profissão, estado e idade das mães dos filhos ilegítimos. Deixámos

⁽¹²⁾ AMORIM, 1992: 81.

⁽¹³⁾ Indicação que é reforçado pela seguinte passagem da mesma: «Admitimos que ao estabelecer uma periodização para a Nupcialidade, dada a relação estreita deste comportamento demográfico com a economia e cultura das populações, essa periodização possa ter algum significado mais geral, funcionando como referência para a análise de outros comportamentos demográficos, particularmente da Fecundidade» (AMORIM, 1995c: 46).

para o fim do capítulo o estudo dos expostos, que poderiam ser ilegítimos ou não, naturais ou de «*fora*».

O estudo da mortalidade continua a ser problemático e difícil de fazer. A forte mobilidade, a falta de um registo sistemático da mortalidade infantil até 1850 e a dificuldade de identificação do indivíduo ao óbito são alguns dos problemas que tivemos de contornar. Também a delimitação do estudo a um período de apenas cem anos não nos permitiu calcular os níveis de mortalidade adulta e a esperança de vida desta população. Por isso, neste capítulo, encaminhámos a análise para a mortalidade adulta de crise ou excecional, e à mortalidade Infantojuvenil para o período de 1850 a 1879.

O fenómeno da mobilidade tem aqui uma expressão importante como variável influente no equilíbrio dos comportamentos demográficos. Todavia, por carência de fontes, não lhe pudemos dar a atenção desejada. Optámos, então, por uma aproximação indireta ao fenómeno através das «*entradas*» por ocasião do casamento e da residência do defunto no momento do óbito.

Tem particular interesse o capítulo da análise da sazonalidade dos comportamentos demográficos, nascimentos, casamentos e óbitos, podendo a sua variação ao longo dos meses do ano, depender, por um lado, da matriz cultural dos indivíduos aqui residentes, e, por outro, da sua ligação à natureza.

Depois de termos desenvolvido as microanálises dos comportamentos da nupcialidade, fecundidade, mortalidade e mobilidade, destinámos o último capítulo aos aspetos globais da demografia de Chaves, seguindo os movimentos gerais de batizados, casamentos e óbitos, até onde nos levaram as análises anteriores, como fez Norberta Amorim (¹⁴).

(¹⁴) AMORIM, 1992: 251

I. Espaço, Gentes e Memória

Está situada em hua formoza Campina cortada do Rio Tâmega e de alguns ribeiros, que a fertilizão, e tem principio pela parte do meyo dia no lugar de Outeiro Juzão, e se estende para a do Norte mais de três legoas, até a Villa de Verim ... a parte Nascente em distancia de duas léguas a Villa de Monforte de Rio livre, e para aparte do Norte en distancia de três, a Villa de Monte Rey próxima a sobre dita de Verim no Reyno da Galiza...

Pe. Luiz Cardoso ⁽¹⁵⁾.

A cidade de Chaves situa-se no extremo norte do território, na província de Trás-os-Montes, encostada à Galiza de onde dista aproximadamente 12 km. É sede de um concelho que se estende por 600,12 Km², repartido por 39 freguesias, com 41.243 habitantes, dos quais cerca de 16.466 vivem na cidade, segundo o censo de 2011. O município integra, atualmente, a designada sub-região do Alto Tâmega e Barroso, com os concelhos de Valpaços, Vila Pouca, Ribeira de Pena, Boticas e Montalegre (Mapa 1).

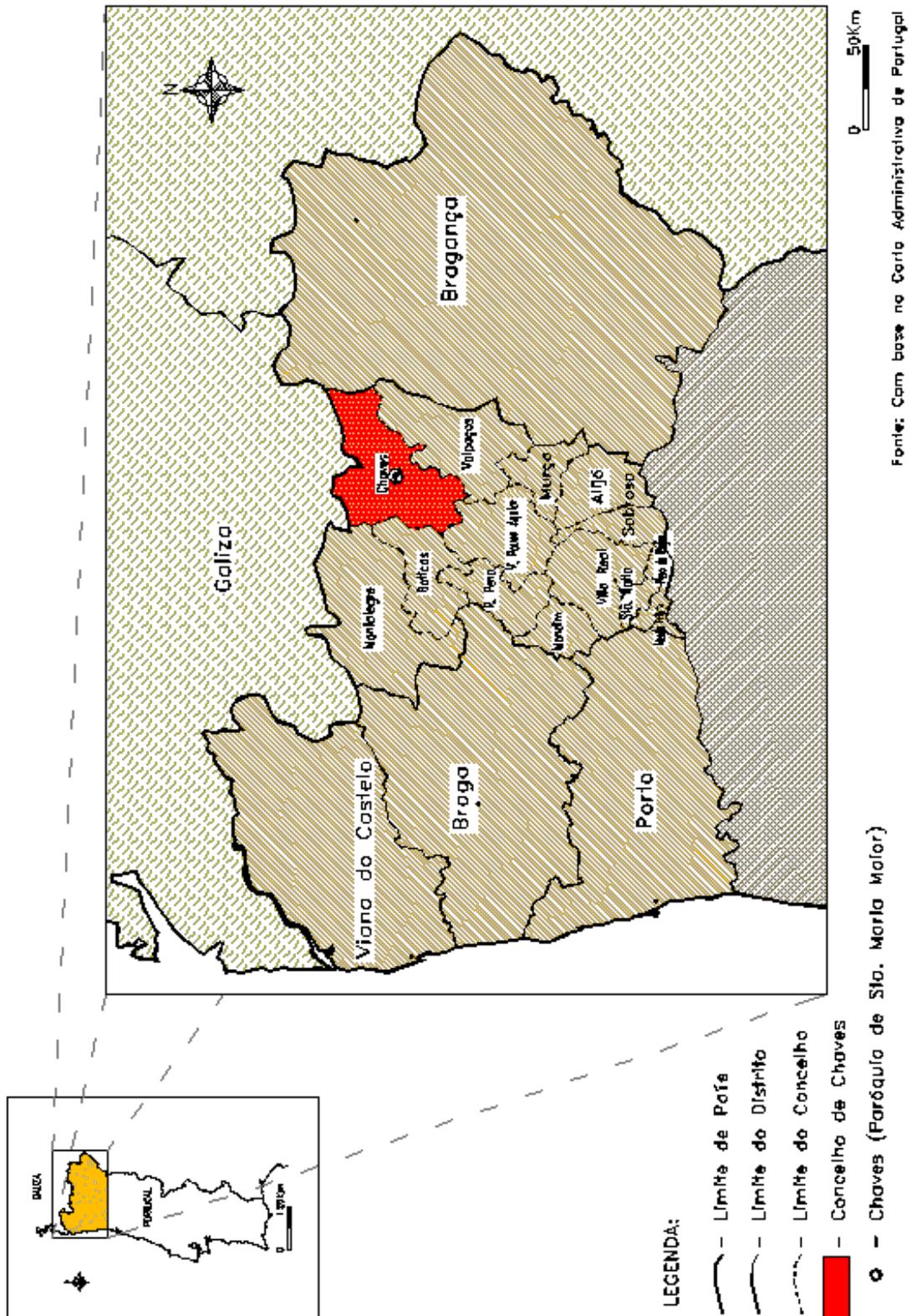
É aos romanos que se deve a sua fundação, designadamente ao imperador Tito Flávio Vespasiano que, no ano 79 d.C., a mandara construir por causa das águas quentes e sulfurosas, que brotavam junto ao rio Tâmega, dando-lhe a designação de *Aquae Flaviae*. A sua localização estratégica e as riquezas agro-minerais fizeram dela uma Colónia dos romanos. Alguns veem na extraordinária regularidade do traçado da malha urbana do seu casco velho uma continuidade da antiga urbe romana. Na verdade, ainda hoje podemos observar no seu Centro Histórico esse notável traçado de tipo ortogonal regular, que mais nenhuma cidade portuguesa conservou: um plano hierarquizado de ruas entrecruzadas com um eixo principal de sentido Nascente – Poente, ligando a antiga porta do Arrabalde à do Anjo, característico do *decumanus* romano, e um segundo Norte-Sul, situando-se o fórum no largo principal entre a Câmara e a Igreja Matriz ⁽¹⁶⁾. Opinião diferente tem Nuno Pizarro Dias asseverando que “*a nova Chaves*”, cidade fortaleza, segue «uma tipologia genuinamente medieval, característica das cidades de fronteira com uma função essencialmente militar», não havendo, por isso, uma ligação direta com a cidade romana de *Aquae Flaviae*, mas antes ao burgo medieval ⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁵⁾ IAN/TT - *Dicionário Geográfico*, Vol. II, mem. 311, fl. 2069.

⁽¹⁶⁾ SALGUEIRO, 1992: 212-14.

⁽¹⁷⁾ DIAS, 1990: 43-56.

Mapa 1
Chaves no Norte de Portugal



A cidade é atravessada pelo rio Tâmega ⁽¹⁸⁾ que sempre alimentara a sua generosa veiga ⁽¹⁹⁾, uma das mais ricas do país, cujas margens estão interligadas pela imponente ponte de Trajano, construída nos finais do século primeiro e inícios do segundo, integrada na via XVII que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta* (Astorga). Esta estrada e a importância estratégica e económica da região fizeram desta urbe um importante centro de cruzamento de várias vias regionais de comunicação, geradoras do seu desenvolvimento municipal.

Depois de séculos de florescimento, a urbe entrou em decadência com as invasões bárbaras. Foi destruída pelos suevos, em 460, segundo o *Chronicon* do Bispo flaviense Idácio, e, depois levantada ⁽²⁰⁾, é de novo arruinada pelos árabes. Com o avanço da Reconquista, por volta do ano 872, Afonso III de Leão encarregou o conde Odoário de reorganizar e repovoar a comarca flaviense ao longo do rio Tâmega, a partir de *Flavias* ⁽²¹⁾. Todavia, a ação impiedosa do terrível Almançor, nos últimos anos do milénio, arrasara de novo a urbe deitando por terra toda a atividade repovoadora do rei cristão, entrando esta num período de prolongada decadência até renascer nos princípios da nacionalidade.

A concessão do seu foral foi alvo de acesa polémica no século passado ⁽²²⁾. Mais recentemente Nuno Pizarro Dias avançou que D. Afonso III lhe teria outorgado o primeiro foral, possivelmente, antes de 1259 ⁽²³⁾. Por sua vez, Baquero Moreno é mais terminante, referindo que «Chaves possuía carta de foral outorgado por D. Sancho I em 1209, tendo-lhe D. Manuel concedido foral novo em 1514» ⁽²⁴⁾. Já quanto ao início da reconstrução da urbe, há menos dúvidas, é datada, unanimemente, do tempo do rei Bolonhês que, para isso, encarregou Fernando Fernandes Cogominho da tarefa de

⁽¹⁸⁾ Vem a propósito as poéticas palavras do Abade de Baçal, evocativas da sua estadia como Reitor de Mairos, no artigo *A região Flaviense vista de relance através dos séculos*, ditas da seguinte forma: «via sempre o Tâmega a deslizar manso, abraçando saudoso os salgueirais de suas margens, como se receasse os ataques das ravinas e penedias, que mais abaixo lhe esfarrapam os flancos», in «Comércio de Chaves» de 19 de outubro de 1940, nº 365.

⁽¹⁹⁾ «huma espaçosa veiga desde a Villa de Monterey (que he a praça de Armas fronteira da Galiza) por distancia de três legoas até Chaves, e largura de meya, de terras férteis, e abundantes de paõ, e linhos», como bem refere CARVALHO da COSTA (1706) - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal (...)*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, Tomo I., p. 506.

⁽²⁰⁾ Durante o pequeno período da presença islâmica, Chaves teria sido reconstruída e repovoada e a sua agricultura beneficiada pelo emprego de um novo sistema de rega (MACHADO, 1994: 66).

⁽²¹⁾ É isso que se depreende da passagem seguinte da prenotação da Memória Paroquial de Chaves nos seguintes termos: «e no anno de - 904 - foi novamente povoada, e Cercada de muros, a cuja feita assistiu o famoso Conde Oduario, por ordem de El rey D. Afonso de Leaõ». IAN/TT - *Dicionário Geográfico*, Vol. II, mem. 311, fl. 2065.

⁽²²⁾ Nunes Franklin, Alexandre Herculano e Gama Barros, por lapso, consideraram que a Carta de Foral outorgada à antiga vila de Santo Estêvão de Chaves por D. Afonso III, em 15 de maio de 1258, era o Foral de Chaves, o que viera a gerar acesa polémica entre Cunha Coutinho e Alfredo Pimenta, nos finais da década de 30 do século passado, que a Revista *Aquae Flaviae* publicou no seu número 27, em junho de 2002. É certo que não se conhece Foral algum de Chaves anterior ao de D. Manuel, datado de 7 de dezembro de 1514. Porém, neste, existem referências a um outro do tempo de D. Dinis e à sua confirmação por seu filho D. Afonso IV. No entanto, há autores que, partindo das Inquirições Gerais de D. Afonso III, de 1258-59, sustentam a existência de uma Carta de Foral anterior. Sobre este assunto veja-se BAPTISTA, 2011.

(23) DIAS, 1990: 68.

(24) MORENO, 2010: 93.

restaurar as fortificações da vila e da velha fortaleza, bem como do seu repovoamento ⁽²⁵⁾. A fertilidade dos campos da veiga facilitou a ação repovoadora dos nossos primeiros reis, designadamente D. Dinis e D. Fernando ⁽²⁶⁾. A afluência de povoadores foi tão elevada que, nos finais de Trezentos, a vila de Chaves já se contava entre os principais centros do nosso país, o segundo de Trás-os-Montes. Para Nuno Pizarro Dias este crescimento populacional prolongara-se até meados do século XIV dando origem ao arrabalde das Couraças, entre a muralha nascente e o rio Tâmega, próximo da ponte de Trajano.

A administração do burgo estava, por essa altura, entregue a um governo constituído por três juízes, dois vereadores, um procurador e um pregoeiro, que reuniam na igreja de Santa Maria e, depois de 1383, na Casa da Relação situada no interior do castelo ⁽²⁷⁾.

A importância política e militar da urbe fica bem patente nos conflitos bélicos havidos na segunda metade de Trezentos, primeiro, pelas guerras relacionadas com a sucessão ao trono de Castela, envolvendo o nosso rei D. Fernando e D. Henrique de Trastâmara ⁽²⁸⁾ e, depois, na sequência da crise dinástica 1383-85, trazendo-lhes consequências bastante negativas. Neste último conflito, Chaves, à semelhança de outras praças do norte de Portugal, guardou fidelidade à causa de D. Beatriz, obrigando o Mestre de Avis a sitiá-la, em 1386. D. João I encontrou a praça defensivamente bem guarnecida, quer pela fortaleza das suas torres e muralhas, quer pelas forças que a defendiam, forçando-o a pedir reforços aos concelhos de Lisboa, Coimbra, Santarém e a outros lugares, bem como ao Condestável do reino, Nuno Alvares Pereira. Decorridos cerca de 4 meses, a praça caiu nas mãos dos portugueses, e, como recompensa, D. João I doou esta terra ao Condestável, o que muito desagradou aos seus moradores, juízes e homens-bons do concelho, temendo a perda de suas liberdades e privilégios. Ainda apelaram à reconsideração do rei alegando que, desde sempre, a vila fora pertença da

(25) DIAS, 1990: 44.

(26) Esta política repovoadora consistiu na concessão a cada povoador de uma parcela de terra, obrigando-se estes ao pagamento anual de um *morabitino velho*, como se pode ler numa carta de D. Dinis aos procuradores do concelho de Chaves, no ano de 1305, que diz: «quando meu padre El Rey Don Afonso pobrara a terra de Chaves que a dita fora partida pelos pobradores a possessões e que fora posto que de cada possessom ouvesse o dito meu padre e os que depois veessem hum morabitino velho. E que muytos dos prbradores do dito lugar compraram muytas possissões ...». IAN/TT – *Chancelaria de D. Dinis*, lv. 3º, fl.46vº, in DIAS, 1990: 67.

(27) MORENO, 2010: 93.

(28) É aqui e não na luta fantasiosa contra os muçulmanos que se deve integrar a heroicidade dos dois irmãos Rui e Garcia Lopez. A história é contada em poucas palavras por J. Montalvão Machado nos seguintes termos: os Garcia Lopez pertenciam a uma das principais famílias da nobreza castelhana muito influente na governação da Cidade Rodrigo. Estes tomaram o partido do rei D. Pedro I de Castela contra o seu meio-irmão, Henrique de Trastâmara, pela disputa do trono e, depois do assassinato deste, apoiaram a imprudente pretensão do rei português D. Fernando à Coroa de Castela, como forma de vingar o regicídio. Perseguidos pelos Trastâmaras e sabendo que a praça de Chaves estava revoltada contra D. Fernando, estes, libertaram-na, repondo a autoridade do rei português, entregando-lhe as cinco chaves das portas da vila. A partir de então, por concessão régia, as cinco chaves passaram a constar no seu brasão, e eles a designarem-se por Garcia-Lopes de Chaves, nome que passaram a usar depois de regressarem a Castela (MACHADO, 1994: 103-107). Seja como for, os nomes dos dois irmãos estão intimamente associados à história de Chaves.

coroa, nunca tendo sido dada a pessoa alguma, julgando estes, no dizer de Montalvão Machado, que a nobreza local, com o seu passado milenar, não permitiria outro senhor que não fosse o próprio rei ⁽²⁹⁾. Não foi o monarca sensível à petição dos moradores flavienses e, depois de algumas vicissitudes, por altura do casamento de D. Afonso, seu filho bastardo, com D. Brites Pereira Alvim, filha única de Nuno Álvares Pereira, doou-lhe a vila e o castelo, com seus termos. Chaves deixou, assim, de ser uma terra reguengueira para ser o berço da casa de Bragança, onde permanecerá por alguns séculos.

Em consequência das contendas com Castela e dos conflitos internos, Chaves, como outras vilas fronteiriças, ficou muito despovoada levando D. João I, a conceder-lhe, em 10 de setembro de 1410, o privilégio de levantar uma feira franca, com a duração de 16 dias ⁽³⁰⁾, e, decorridos três anos, a pedido de D. Afonso, a autorizar a constituição de um couto de homiziados, para a poder povoar ⁽³¹⁾.

D. Afonso e D. Brites decidiram aqui instalar-se «por ter muitos bens no norte e não ter casa acastelada, como convinha aos nobres» ⁽³²⁾, tendo para isso construído, no interior do castelo, os Paços que serviram de berço aos seus três filhos, Isabel, Afonso e D. Fernando (2º duque da casa de Bragança), e uma Albergaria contígua, dedicada ao serviço dos peregrinos. Mercê disso, a vila retoma pouco a pouco, a importância político-militar de tempos passados.

Se nos detivermos nos desenhos de Duarte d'Armas ⁽³³⁾, do início do século XVI (Anexo 1), observa-se claramente a vila situada numa das colinas da margem direita do Tâmega, cercada pelas imponentes muralhas medievais da segunda metade do século XIII, sobressaindo, igualmente, na parte sudoeste do quadrilátero das muralhas, a altaneira torre de menagem do castelo ⁽³⁴⁾. A vila medieval com cerca de 4 hectares, à semelhança do tempo dos romanos, era constituída por uma malha urbanística de grande regularidade, tendo a Rua Direita como eixo principal, ladeada, a Norte, pela atual Rua do Bispo Idácio, e do lado oposto, pela Rua de Santa Maria, entrecruzadas por diversas

⁽²⁹⁾ MACHADO, 1994: 114.

⁽³⁰⁾ A vila de Chaves já contava com uma feira mensal em 1289. Sobre este assunto leia-se RAU, 1982: 124.

⁽³¹⁾ Considerando que «a Villa de Chaves he fronteira assy pelas guerras que ata ora forom como do tempo que a nós tivuemos cercada [...]. Ficou e he destroyda i despobrada em tal guiso que vindo tempo de guerra per mingoa de gentes que hi nom moram se podia perder», D. João I, mandou povoar a vila com os fugitivos à sua lei «Teemos por bem e perdoamos a nossa justiça a todos e a quaesquer homjziados que andam nos regnos de Castela ou em outras partes [...] venham morar e probar a dicta villa de Chaves». IAN/TT – *Chancelaria de D. João I*, lv. III, fl.134vº, in MACHADO, 1994: 116. Ficavam de fora desta amnistia as mulheres solteiras que viviam no reino vizinho e todos aqueles que haviam infringido as tréguas com Castela e tivessem participado na guerra contra Portugal (MORENO, 1986: 113).

⁽³²⁾ AIRES, 1990: 114.

⁽³³⁾ Veja-se o *Livro de Fortalezas* (1943). Lisboa: p. 95-96.

⁽³⁴⁾ Assim descrito na *Chronica da Santa Província de Nª S.ª da Soledade* «dentro na Villa está hum Castello de fabrica antiga, que pela maior parte serve de assistência aos Governadores das armas daquela Província», in MACHADO, 1999: 78.

travessas perpendiculares ⁽³⁵⁾. No seu interior, além do abundante casario, encontrava-se o Paço Ducal, um Albergue, criado por D. Constança, segunda esposa de D. Afonso, a Igreja Matriz, a Capela e a Albergaria de Santa Catarina, virada para a praça do Toural ⁽³⁶⁾.

Fora das muralhas do burgo ficava o Arrabalde de baixo, com o seu casario e um vasto espaço de cultivo. Através deste espaço fazia-se a passagem entre a porta principal da vila e a ponte romana que, por sua vez, seguia até ao Arrabalde da Madalena, na margem esquerda do rio. Do lado poente, na parte mais alta, a porta do Anjo dava acesso ao Arrabalde de cima. Além destas, havia outras portas mais pequenas chamadas postigos, entre estes destacava-se o das Caldas que dava passagem para o campo do Tabolado, próximo das nascentes de águas cálidas onde se exercitavam os cavaleiros. Também daqui saía um caminho que conduzia à antiga estrada de Braga, através de uma modesta ponte românica sobre o pequeno ribeiro do Ribelas (ver fotografia no anexo 2).

No reinado de D. João II, Chaves volta à posse da Coroa, na sequência da condenação à morte de D. Fernando II, 3º duque de Bragança, por este se ter revoltado contra a sua política centralizadora. Este monarca, para agradar aos naturais, visitou a vila entre os dias 8 e 11 de novembro de 1483, vindo a conceder-lhes, em junho de 1487, vários direitos e outras mercês, e confirmando a feira franca anual ⁽³⁷⁾. Treze anos depois, D. Manuel restaurou a Casa e o Ducado de Bragança, restituindo-a a D. Jaime, 4º duque de Bragança, até então exilado em Espanha, não recuperando, no entanto, a importância do tempo de Afonso V. Mais tarde, em fevereiro de 1581, D. Filipe II de Espanha, concedeu amplas mercês e privilégios a D. João, 6º Duque de Bragança, pela desistência de sua mulher, D. Catarina, ao trono português.

A mesma sorte não teve a vila de Chaves. Ainda se debatia a questão da sucessão ao trono português, já o Conde de Monterrey, D. Gaspar de Azevedo e seu irmão, D. Baltazar de Zuñiga, à frente de um exército de cerca de 6 mil homens, tomaram esta praça, em agosto de 1580 ⁽³⁸⁾, prendendo o governador e causando muito

⁽³⁵⁾ DIAS, 1990: 56.

⁽³⁶⁾ Não conseguimos resistir a transcrever a bela descrição do castelo feita pelo D. Jerónimo Contador de Argote, em 1744, expressa na seguinte forma: «no alto do Castelo existe a Torre da Omenagem, alta, larga, quadrada, de pedra fina, e bem lavrada, com dous sobrados, o primeiro com sua porta rasgada, o segundo com suas janelas; no andar de cima, frestas para tirar setas. Junto a esta torre está o postigo, a que chamão da Traição. No alto do Castelo e perto da torre da Omenagem, existe huma profunda cisterna, aberta em pedra firme, coberta de abobada de cantaria [...]. Toda a área do Castelo se acha ocupada de vestígios de palácios nobres, casas de habitação, e quartéis de Soldados». In *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, dedicadas a El Rey D. Joaão V. Nosso Senhor*. Lisboa: Regia Officina de Sylviana e da Academia Real, Tomo III, lv. 6, fl. 324.

⁽³⁷⁾ MACHADO, 1994: 135.

⁽³⁸⁾ A propósito, um documento existente no Arquivo de Simancas com a cota (E423/61) refere-se ao acontecimento nos seguintes termos: «vendo o conde de Monterrey que os da vila de Chaves não queriam vir por sua ordem à obediência de sua Magestade [Filipe II] formou campo de muita gente, de pé e a cavallo, e com ella veio D. Baltazar, o seu irmão, sobre a dita vila, e vendo os do

dano aos seus moradores. Seguidamente ocuparam os castelos de Montalegre e Monforte de Rio Livre. A razão desta atitude deve-se a que D. António, Prior do Crato, contava com grande apoio nesta vila e, por isso, os seus governantes recusaram-se a entregar a praça ao Conde de Monterrey. Daqui resultou que D. Filipe II, como rei de Portugal, se recusasse a conceder o perdão a dezoito prestigiados flavienses, entre eles, o capitão mor Rui Lopes de Sousa, o juiz Cristóvão Teixeira, os vereadores Gonçalo Couraça, André Alcoforado, Belchior de Magalhães e o escrivão da Câmara, Francisco Barroso.

Também a «*Guerra da Restauração*» não trouxe paz à raia norte do país. As praças estavam desguarnecidas de armas e homens, e as velhas fortificações degradadas tornavam-nas alvo fácil da ambição dos exércitos espanhóis. E só não provocaram o caos porque as forças militares da Galiza estavam igualmente debilitadas, em consequência da guerra na Flandres e na Catalunha. Por isso, multiplicaram-se os esforços do Capitão General da Galiza, Marquês de Valparaíso em organizar um exército que viria a distribuir estrategicamente por dois importantes quartéis: o de Vigo e o de Monterrey ⁽³⁹⁾. Assim, na fronteira de Trás-os-Montes, o castelo de Monterrey, próximo de Chaves, tornou-se o principal foco de tensão para as populações portuguesas da região do vale do Tâmega, uma pressão atenuada pelo empenho dos dois exércitos noutras hostilidades abertas no Alentejo. Mesmo assim, as aldeias vizinhas, dos dois lados da fronteira, sujeitas ao arbítrio dos militares em campanha, sempre prontos a ganhar fama e proveito, foram várias vezes assaltadas, saqueadas e queimadas, por ambos os exércitos, causando inúmeros prejuízos e sofrimentos aos pobres aldeãos transmontanos e galegos. A propósito, vale a pena, recordar as palavras de Montalvão Machado de que «as populações de um lado e outro da fronteira ansiavam pela paz e só os ambiciosos de honras e condecorações, como acontecia com muitos fidalgos e militares de carreira, desejavam que o estado de guerra se mantivesse» ⁽⁴⁰⁾. É da mesma opinião o historiador galego Luís Garcia Mañá salientando que: «la mayoría de las gentes campesinas y otras de talante humilde no deseaban esta guerra ni la situación en que desembocaba. Lo mismo ocurría en Portugal. Quienes sí eran partidários de esta sangría, eran los hidalgos y la baja nobleza que buscaban la

lugar o aperto em que lhes punha de vir às mãos com ele dar obediência a sua Magestade [...] [o conde de Monterrey] o fez com muita [gente] e com pouca mira e prendeu o ouvidor do duque e os vereadores e a todos suspendeu de seus ofícios e os ditos presos mandou levar ao castelo de Monforte, com fazer-lhes pelo caminho muito mau tratamento» (in MACHADO, 1994: 147).

⁽³⁹⁾ GARCIA MAÑÁ, 1988: 51.

⁽⁴⁰⁾ MACHADO, 1994: 159.

oportunidad de conseguir honores y otras ventagens» ⁽⁴¹⁾. Infelizmente foi esta situação que tiveram de suportar as muitas aldeias e lugares da raia transmontana e da Galiza ao longo dos 28 anos de guerra ⁽⁴²⁾.

Com esta guerra a vila de Chaves ganha prestígio e importância no contexto nacional da vida política e militar, tendo sido classificada por decreto régio como praça de 1ª classe, na defesa da raia norte do país ⁽⁴³⁾. Foram então modernizadas as defesas e iniciadas as novas muralhas seiscentistas, terminadas somente no século seguinte, ampliando substancialmente o espaço urbano. A fortificação construída ao moderno circunda a vila, com três baluartes, dois meios baluartes e cavaleiros com artilharia montados, e bons fossos. As cortinas fecham «em hum sitio alto para a parte Norte chamado a Pedisqueira, governando as armas desta Província D. João de Souza se fez hum Forte regular chamado N.ª S.ª do Rosário [...] o qual serve hoje de cidadella á praça» ⁽⁴⁴⁾, conhecido também de S. Francisco, por aí se situar o convento dos Franciscanos ⁽⁴⁵⁾, hoje transformado num belíssimo hotel, e o Forte de S. Neutel, de singular fortaleza e perfeição, que ficara inacabado, presentemente restaurado. Este, localizado estrategicamente no Alto da Trindade, pretendia servir de apoio avançado ao Forte de S. Francisco na defesa da vila, devendo-se a sua construção à ação do Conde de Mesquitela, D. Rodrigo de Castro, por volta do ano de 1660. Deste período data igualmente a construção das muralhas do Revelim da Madalena, que viria a albergar no seu interior o quartel de S. Roque, onde funcionara o Hospital Real de S. João de Deus, entregue aos religiosos do mesmo nome. Todas estas fortificações foram «bem providos de soldados e artilharia», como testemunha, na sua *Crónica*, o Frei Francisco de Santiago sobre a descrição da vila de Chaves. Segundo ele, esta era uma «praça de armas fortíssima, onde assiste o Governador dellas da Província de Trás-os-Montes,

⁽⁴¹⁾ GARCIA MAÑÁ 1988: 56.

⁽⁴²⁾ No decorrer destas contendas, em 1640, os soldados espanhóis derrubaram o castelo de Ervededo (Couto fronteiriço situado na raia de Verín-Chaves pertença do Arcebispo de Braga), falecendo na ocasião um soldado português, de nome Cristóvão Teixeira (AFONSO, 1991: 47).

⁽⁴³⁾ É o que nos diz Frei Francisco de Santiago, no ano de 1762, assim: «Entre as Villas, que hoje tem grande nome neste nosso Portugal, he a famosa de Chaves na Província de Trás os Montes por sua antiguidade, abundância de todos os mantimentos, estimação, em que teve o Império Romano, e agora porque he a chave que nos fecha, e defende das entradas de Castela, de cuja raia o mais perto não dista que duas léguas» (in MACHADO, 1999: 73-74).

⁽⁴⁴⁾ A propósito vejam-se as *Notícias adquiridas pela diligencia de Tome de Tavora e Abreu secretario do governo de Armas da Província de Trás-os-Montes e natural da vila de Chaves*, in MACHADO, 1989: 24.

⁽⁴⁵⁾ Durante cerca de 130 anos viveram os frades Franciscanos no convento da Veiga, pertença no passado dos Templários, tendo por padroeiros os Duques de Bragança. Segundo Frei Francisco de Santiago, estes, descontentes pela sua localização que, apesar de a acharem alegre e aprazível, tinha os seus contratempos «que o desmanchavão; porque como o Convento ficava em um lugar baixo, e abafado, sujeito aos vapores do rio que lhe ficava perto, era doentio extremo, muito calmoso no verão e não menos rigoroso de frio no inverno, assim os Religiosos, que allí hião morar, raramente escapavam de enfermidades» (in MACHADO, 1999: 83). Ainda, segundo este memorialista a primeira pedra do novo Convento dos Franciscanos foi lançada no dia 13 de maio de 1635, mudando-se, estes, para aqui, possivelmente, no ano de 1637 algum tempo antes de se iniciarem as obras do Forte de N. Senhora do Rosário, que começaram em 20 de maio de 1644, quando era Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes D. João de Sousa da Silveira (in MACHADO, 1999: 98).

com sua Védoria, e Officiais della, e gente de guerra de pé e de cavallo, boa artilharia, e mais petrechos marciais»⁽⁴⁶⁾.

A vila, por essa altura, transformou-se num pólo atrativo de gentes de toda a sorte: militares de diferentes patentes, infantes, nobres e ilustres, a par de homens e mulheres de todos os ofícios e de *gentes de outras artes*. Como consequência, a sua população aumentou significativamente e a vila transbordou das muralhas. De fora ficaram os arrabaldes das Couraças, do Anjo e da Madalena. É interessante a descrição que nos é feita dos primeiros quando, em 1821, se discutia a melhor localização do mercado semanal e diário de pão e demais víveres, se no Arrabalde das Couraças, se no Arrabalde do Anjo, onde estava desde 1795. Segundo esse documento do Arquivo da Casa de Bragança⁽⁴⁷⁾, o Bairro do Anjo é um local «mais enxuto, e mais proximo, ao por onde os Generos dão entrada na mesma Villa dos Lugares do Conselho de Barroso, e outros Povos da parte do Norte [...]». É por outro lado «hum sitio muito estreito, e todo rodeado de cazas, e tendo em frente a Cadea do Aljube Eccleziastico», impedindo o trânsito daquela rua, muito frequentada por pessoas, carros e animais «cauzando hum insofrível embaraço, que a tudo faz o dito Mercado por ser a mesma rua, que dá entrada para a Villa, pelas portas chamadas do Anjo, que ficão ao Norte da Praça, e por onde continuamente tranzita a Tropa da Cavalaria, que tem próximos ali os seus quartéis, e passa a Goarda que está às ditas portas». Por sua vez, segundo os moradores do Bairro do Arrabalde, de parte da rua Direita, da rua de Santo António e do Bairro da Madalena, que pretendiam a reposição do mercado no seu primitivo lugar do Arrabalde das Couraças, por ter muitas vantagens «pela sua grandeza, que tem mais de dozentos passos de comprimento, e mais de cem de largo, e aonde podem estar generos, gente, carros, e Cavalgaduras, sem cauzar o mais pequeno embaraço á passagem nem ao giro continuado dos concorrentes ao referido do Mercado e igualmente por lhe ficar em frente a Caza da Alfandega para os percizos Despachos». Não admira. O Corregedor da comarca tomou a posição favorável ao Arrabalde de baixo onde residiam os mais ricos da urbe. Com base no rol de décima de 1827, Rogério Borralheiro salienta que a Rua Direita é o eixo principal da vida económica e comercial, «sede dos maiores contribuintes e lugar de maior riqueza económica»⁽⁴⁸⁾, sobrepondo-se, por isso, a todo o tecido urbano. Seguem-se, os arrabaldes das Couraças e da Madalena, habitados por pessoas de menor rendimento. Depreende-se, assim, que a estas ruas correspondem ao

⁽⁴⁶⁾ Veja-se MACHADO, 1999: 77.

⁽⁴⁷⁾ Este documento, com a cota NNG.1314/DE.230/5, fls. 325-334 e 357, foi publicado por PESTANA, 1999: 116-118.

⁽⁴⁸⁾ BORRALHEIRO, 1997: 50.

centro das atividades mercantis, dos serviços e das instituições representativas do poder político, militar e religioso, contrastando com a periferia, fora de muros, onde reside um número considerável de artesãos, taberneiros, estalajadeiros, produtores hortícolas e outros que fazem parte do povo menos influente, como veremos noutro lugar.

Chaves, nos séculos XVIII e XIX, era ainda um importante centro urbano da província de Trás-os-Montes, cujo pulsar diário era marcado pela dinâmica do pequeno comércio local e inter-regional, com o Barroso, o Minho, a Terra Quente do interior e as terras vizinhas da Galiza, sustentado pela abundante riqueza agrícola e florestal, com destaque para a sua fértil veiga, cuja produtividade só tinha par no vale de Vilariça, por produzir «*toda a qualidade de frutos*», como refere Columbano de Castro ⁽⁴⁹⁾. A este propósito o Corregedor José António de Sá conta-nos, na sua Memória Académica sobre a descrição da Província de Trás-os-Montes (1780-1781), que «de todas as partes da província, a veiga de Chaves hé a melhor e mais natural para huma fertilíssima produção; hé huma planície grande, formoza e que faz amenissimo aquelle paiz» ⁽⁵⁰⁾. Na veiga de Chaves e nas suas redondezas praticava-se a cultura do trigo, própria das terras baixas; do milho, que ocupava o terceiro lugar de toda a sua produção; da batata, cuja cultura viera possivelmente da vizinha Galiza, onde começara de forma sistemática por volta de 1768 ⁽⁵¹⁾. A cultura da vinha, da oliveira e do castanheiro estavam igualmente em expansão. É isso, também, o que nos diz, de forma pormenorizada, o ex-juiz de fora de Chaves, Luís António Medeiros Velho na sua Memória Económico-Política de 1799, nos seguintes termos: «o concelho de Chaves he mais bem temperado produz trigos, centeyos, cevadas, e milhos, linhos de teya, muitos vinhos e generosos, munta castanha, algum azeite, toda a qualidade de legumes, bellas fructas de caroço, gostosissimas hortaliças, boas lans, e alguns sitios muita cabra. Podia produzir muito canhamo, e ter muito gado vacuum, de que há geral falta neste Reyno» ⁽⁵²⁾. Discorda desta opinião o memorialista J. Inácio da Costa, na sua Memória Agronómica por achar que a fertilidade dos solos de Chaves e da sua veiga estava muito diminuída por estes andarem pouco aproveitados e muito incultos ⁽⁵³⁾. Diverge desta última convicção,

⁽⁴⁹⁾ MENDES, 1995:380-381.

⁽⁵⁰⁾ In SOUSA, 1979: 27; Também segundo as notícias de Tomé de Távora e Abreu, em 1721, a veiga era muito fértil, onde se colhia «trigo, centeyo, cevada, milho, muito linho, grão de bico, legumes de todo o género e mais renovos de verão; ortalças, vinho, azeite, castanha, frutas de variadas castas, etc. Há nas suas vezinhanças bastante cassa, gados, e algua pouca pesca do rio Tamega, com que he abundante e não neessita de outras para o sustento de seos abitadores», publicado por MACHADO, 1989: 24.

⁽⁵¹⁾ MENDES, 1985: 21.

⁽⁵²⁾ In SOUSA, 1998: 429.

⁽⁵³⁾ Segundo, este memorialista os valores de produção rondava: «a colheita do centeio atingia 600.000 alqueires, a da castanhas 300.000 e do milho 150.000, seguindo-se-lhes as do trigo e a da batata com 100.000 alqueires cada», além destes, produzia-se 25.000 almudes de azeite e 20.000 de vinho, 6.000 mil arrobas de seda, 4.000 de lã, 20 arrobas de seda, 600 de sumagre e 200 de cera» (COSTA, 1789: 355-356).

Columbano de Castro afirmando que «a agricultura não está decadente, mas pode adiantar-se muito mais, tanto em pão como em vinho e azeite, nas terras proporcionadas a cada hum dos seus géneros, fazendo maiores sementeiras e permitindo-se-lhes os afforamentos dos bens do concelho, de que há abundância» (⁵⁴). Apesar disso, a produção agrícola não chegava para abastecer a população residente, recorrendo-se frequentemente aos excedentes da região envolvente e até às aldeias mais próximas da vizinha Galiza (⁵⁵).

Associado à prática agrícola andava a criação de gado, com grandes vantagens para a lavoura, os transportes, a carne e as matérias-primas para as indústrias de lanifícios, laticínios e de curtumes (⁵⁶). Esta valorização industrial e mercantil dos produtos agrícolas e do gado, ainda que de expressão local, traduz-se numa melhoria da qualidade de vida das gentes desta região. Destas, destacamos as indústrias ligadas à moagem de cereais, à fiação de lã, do linho e da seda, e outras como a dos couros e do calçado (⁵⁷). Todas elas, a acreditar nas palavras de Borges de Macedo, desenvolviam-se essencialmente num quadro artesanal e doméstico, muitas vezes instaladas na própria casa (⁵⁸). Mais: estas atividades eram, por vezes, praticadas conjuntamente com a atividade agrícola, uma situação agroindustrial que se manteve até meados do século XX.

Nos finais de Setecentos, segundo Columbano de Castro, a indústria era uma atividade importante em Chaves, sobretudo a têxtil. Sustenta a sua opinião na existência de uma «fabrica de fiação e tecidos de linho para o fornecimento das tropas, dirigida pelo dezembargador Miguel Pereira de Barros, em que trabalhão mais de setecentas pessoas e a sua producção annual hé vinte e cinco a trinta mil varas de toda a qualidade de pannos» (⁵⁹). Ideia diferente é-nos transmitida pelo José Inácio da Costa na sua memória dizendo que «Chaves com os seus arrabaldes [...] tem pouca indústria e o seu comércio he pouco activo» (⁶⁰). Por outro lado, o mapa estatístico que Columbano apresenta sobre a «População da Villa de Chaves e seus povos» (⁶¹), nem sequer indica o número de trabalhadores dedicados à indústria têxtil. A nossa pesquisa, pelos registos de casamento e de óbito, como veremos no capítulo próprio, também não traduz a

(⁵⁴) MENDES, 1995: 380-381.

(⁵⁵) MACHADO, 1994: 204.

(⁵⁶) MENDES, 1985: 29.

(⁵⁷) Também, segundo Luís António Medeiros Velho, a Real Companhia dos Vinhos do Alto Douro tivera, por essa altura, o privilégio de estabelecer neste Concelho quatro «fabricas de agoardente», enquanto que em Murça, Alijó, Vila Pouca, Vinhais e Bragança, apenas uma (SOUSA, 1998:436).

(⁵⁸) MACEDO, 1982: 62.

(⁵⁹) MENDES, 1995: 381.

(⁶⁰) COSTA, 1789: 355.

(⁶¹) MENDES, 1995: 381.

correspondente expressão do número de artífices ⁽⁶²⁾. Sobre este assunto, Rogério Borralheiro refere, com base no rol de décima de 1827, que não é possível adivinhar uma indústria tão desenvolvida em Chaves, acrescentando que Columbano Ribeiro referir-se-ia, possivelmente, a uma indústria doméstica manufatureira, uma vez que a indústria moderna só entrou em Portugal nos finais do século XIX ⁽⁶³⁾.

O mesmo juiz demarcante, Columbano de Castro, dá-nos, ainda, notícia de que a vila era, ainda, provida de uma fábrica de chapéus finos fundada, em 1785, por Jerónimo Lourenço, e de outras indústrias de fiação de seda e de louça grossa. A fazer fé no número de louceiros, num total de 52, podemos concluir que a cerâmica era uma atividade importante na região, não obstante estar dispersa por várias povoações do concelho, residindo 35 destes artífices na vizinha aldeia de Vilar de Nantes ⁽⁶⁴⁾.

Fernando de Sousa realça o desenvolvimento de Chaves na última década de Setecentos, vendo saltar a sua população de 3.400 almas, em 1793, para 4.600, em 1801 ⁽⁶⁵⁾. Ainda, segundo ele, este progresso deve-se, entre outros fatores, às riquezas agrícolas do seu vale, a um comércio muito ativo, sendo a sua alfândega, a partir de 1801-1802, a de maior rendimento da província, e aqui se localizar a capital militar da província de Trás-os-Montes. Na opinião de Amado Mendes, as alfândegas de Chaves e Bragança contribuíam, em 1792, com 67,1% do rendimento total das alfândegas da província ⁽⁶⁶⁾. Neste testemunho, também, não deixa de ser significativo a concentração aqui de 84,2% dos negociantes da Comarca de Bragança, correspondendo a 117, dos 139 comerciantes registados ⁽⁶⁷⁾.

⁽⁶²⁾ Todavia, um documento existente no Arquivo Histórico da Casa de Bragança, com a cota NNG.1312/DE.228/3, fol.139, publicado por PESTANA, 1999: 85, testemunha um certo enraizamento das ditas indústrias na vila. Trata-se de um atestado passado pelo Corregedor da Comarca de Bragança, Miguel José de Barros, em 14 de julho de 1794, declarando, a propósito, que «José Maria de Miranda Magalhães e Meneses, de Ruivães, serviu muito bem [...] a direcção das Escolas de Fiação de Seda e da administração do Fabrico do Pano de Linho para fornecimento do Exército». Também Fernando de Sousa corrobora esta posição, dispersando, no entanto, as ditas indústrias fora da vila de Chaves, em Sanfins e Valpaços, ocupando 40 pessoas e fiando anualmente 600 arráteis de seda. Em Chaves, no lugar de Santa Cruz, existiam duas importantes criações do bicho-da-seda, sendo, uma delas, pertença do capitão de cavalaria (SOUSA, 2006: 70).

⁽⁶³⁾ BORRALHEIRO, 1997: 42.

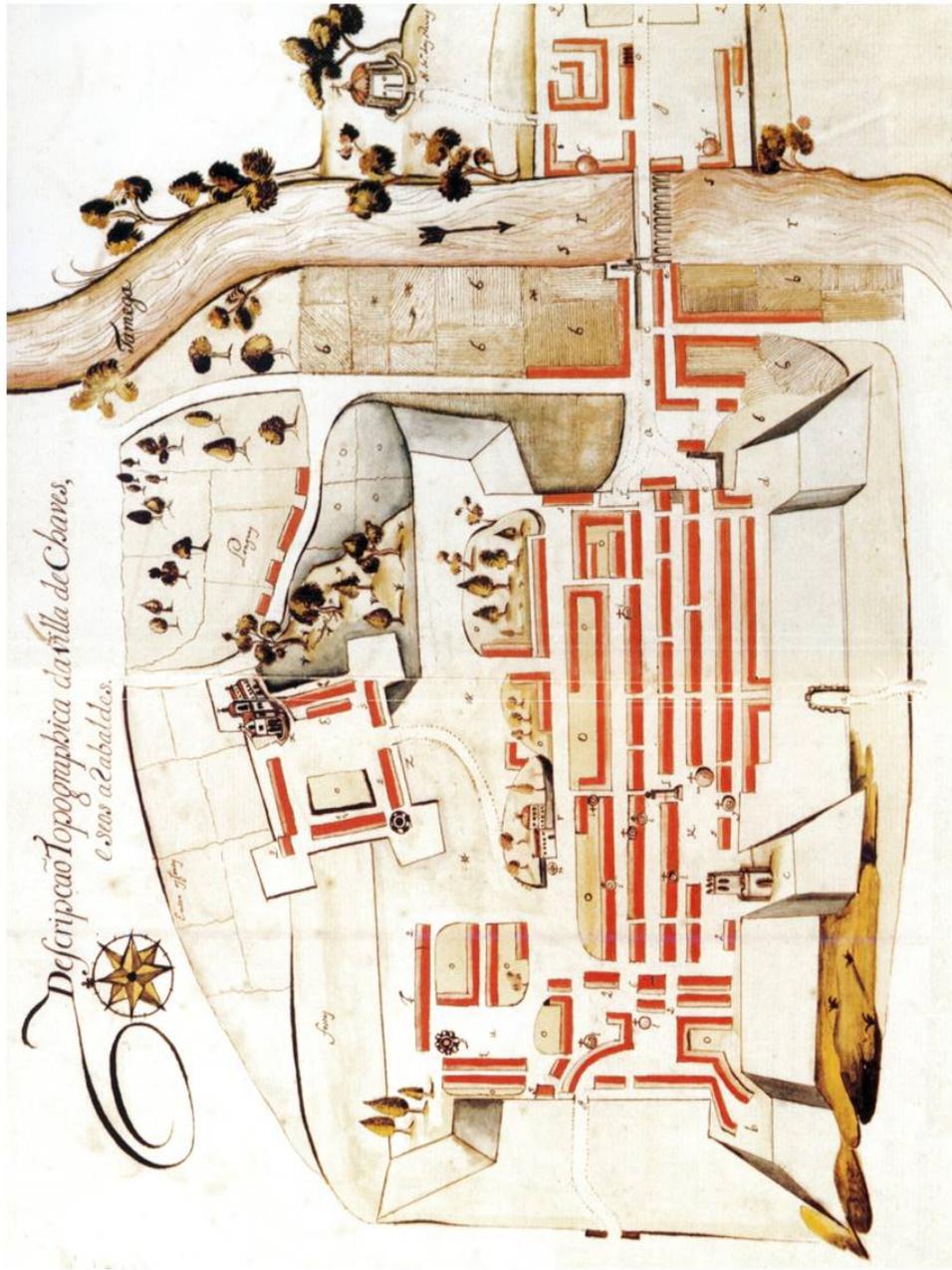
⁽⁶⁴⁾ MENDES, 1995: 99.

⁽⁶⁵⁾ SOUSA, 1979: 193. Na verdade, Amado Mendes já havia constatado um expressivo aumento de 123% do número de fogos em Chaves, durante o século XVIII, passando de 400, em 1706, para 892, em 1796; em almas, passou de 2.077, em 1732, para 3.377, na última década de Setecentos (MENDES, 1995: 380).

⁽⁶⁶⁾ MENDES, 1985: 35.

⁽⁶⁷⁾ MENDES, 1985: 32.

Mapa 2
 Descrição topográfica da Vila de Chaves
 (1755)



- Vila**
- a. - Bairro das aldeas
 - b. - Bairro das Louças
 - c. - Bairro do Castelo
 - d. - Bairro da Abadia
 - e. - Bairro das Aldeas
 - f. - Bairro da Vila
 - g. - Bairro do Alto
 - h. - Abadia
 - i. - Ermida
 - j. - Praça e pórtico
 - k. - Casa das Aldeas
 - m. - Igreja Real
 - n. - Igreja e Aldeas
 - p. - Praça do Terreiro
 - q. - Aldeas
 - r. - Fonte das Rainhas
 - s. - Fonte da guarda
 - t. - Terreiro
 - u. - Praça das
 - x. - Fonte de S. Francisco
 - y. - Fonte de S. S. do Bairro
 - z. - Aldeas
 - aa. - Barragem
- Arredores**
- a. - Fonte e Madalena
 - b. - Praça da archedade das Fontes
 - c. - Igreja e Aldeas
 - d. - Bairro de S. Bento
 - e. - Bairro de S. Bento
 - f. - Bairro de S. Bento
 - g. - Praça da archedade de Madalena
 - h. - Igreja Real
 - i. - Fonte de S. Bento
 - j. - Fonte de S. Bento
 - k. - Fonte de S. Bento
 - l. - Fonte de S. Bento
 - m. - Fonte de S. Bento
 - n. - Fonte de S. Bento
 - o. - Fonte de S. Bento
 - p. - Fonte de S. Bento
 - q. - Fonte de S. Bento
 - r. - Fonte de S. Bento
 - s. - Fonte de S. Bento
 - t. - Fonte de S. Bento
 - u. - Fonte de S. Bento
 - x. - Fonte de S. Bento
 - y. - Fonte de S. Bento
 - z. - Fonte de S. Bento

Fonte: Mapa de Josephus Lopes Baptista 1755 apenso ao Dicionário Geographico

Na verdade, Columbano de Castro já nos tinha alertado para este dinamismo económico, dando notícia de um comércio «muito grande e consiste em todos os géneros do país e dos que vem de fora, sendo huma das terras mais providas e abundantes da provincia», aduzindo, porém, que a maior riqueza das populações provem da «venda dos seus fructos, gados, sedas e laãs», acrescentando que este dinamismo estava relacionado com o florescimento da atividade comercial com as regiões vizinhas ⁽⁶⁸⁾, incluindo a Galiza, e com «o muito consumo que fas a tropa que ali se acha» ⁽⁶⁹⁾ devido a uma superior concentração militar, como veremos mais adiante.

Na transição do século, o burgo flaviense, com uma centena de lojas, era animado pelas trocas do sal ⁽⁷⁰⁾ e produtos industriais, uma boa parte para exportar para a Galiza, recebendo de lá, por sua vez, cereais ⁽⁷¹⁾, gado, panos de lã e seda ⁽⁷²⁾. A raia seca que separa a Galiza de Portugal, gerou, ao invés, condições muito singulares de vizinhança entre o homem galego e transmontano, porque mais próximos entre si do que dos outros concidadãos de outras regiões, de um e do outro lado da fronteira. Com este comércio transfronteiriço geraram-se relações de familiaridade, sendo frequentes os casamentos entre naturais dos dois reinos, o que leva Garcia Mañá a referir que «la dote matrimonial consistía en ganados y otros objetos que intercambiaban» ⁽⁷³⁾. Também, Fernando de Sousa refere que, por volta de 1801, Braga com as suas 400 oficinas

⁽⁶⁸⁾ Da região do Barroso vinha gado, centeio, lenha e carvão que se consumia nos fornos e nos quartéis militares. Por sua vez, da *Terra Quente* chegava o azeite e o vinho. Este comércio era feito essencialmente pelos almocreves, cujo número era considerável, pois, os caminhos, em mau estado dificultavam a circulação dos produtos. É isso que José Inácio da Costa nos diz: «Os caminhos desta Província são porém tão mal formados, e offerecem tantos perigos a cada passo, que nos das montanhas, alem de não darem passagem em muitas partes a carruagens, não he raro acharem-se homens mortos, por se terem precipitado em despenhadeiros» (COSTA, 1789: 396-397).

⁽⁶⁹⁾ MENDES, 1995: 381.

⁽⁷⁰⁾ Já na Idade Média, o sal pela sua importância na alimentação e na conservação da carne e do peixe, constituía um dos produtos mais desejados pelos comerciantes galegos e castelhanos, que frequentavam as nossas feiras, chegando a atingir preços elevados devido às dificuldades de transporte. Não estranhámos, pois, que os galegos da vizinha vila de Monterrey, Milmanda e de Araújo frequentassem as feiras de povoados mais distantes, como as de Ponte Lima, Ponte da Barca e de Arcos de Valdevez, à procura do valioso sal. Este era para os galegos um dos géneros com maior valor, sendo objeto frequente de contrabando, para além do pão, vinho, pescado, panos e também ouro e prata (MARQUES, 1994: 39). Luís Garcia Mañá conta-nos, com base num documento do século XVIII, que a importância do sal era tão grande que um vizinho da Manzalvos, perto da raia transmontana de Vinhais, construiu um esconderijo dentro de sua casa para ocultar das autoridades um carregamento de sal (GARCIA MAÑÁ, 1988: 164).

⁽⁷¹⁾ São numerosas as referências à entrada de pão proveniente da Galiza e de Castela. Exemplo disso é a ordem de D. João I, aquando do cerco à Vila de Chaves, mandando trazer de vários lugares da Galiza pão, carne e outros mantimentos (DIAS, 1990: 88).

⁽⁷²⁾ O gado desempenhava um papel importante na economia medieval, não só no domínio da alimentação, como no sector da indústria e do trabalho. A fiscalização apertada das autoridades levava muitas vezes as populações a solicitarem ao rei a concessão de isenções e privilégios que facilitassem o intercâmbio comercial. Foi o que fizeram os homens bons da vizinha vila de Monforte de Rio Livre que, no ano de 1467, solicitaram ao rei D. Afonso V para transformar em privilégio a prática consuetudinária de poderem comerciar gado com os seus vizinhos do outro lado da fronteira, uma vez «que casavam seus filhos e filhas com outros dos moradores dos ditos lugares de Galiza e davam boys e vacas e outros guados e cousas em casamento aos dictos seus filhos e assy recebiam das outras partes e assy o tinham de costume de o fazerem sempre e bem assi trocavam bois e vacas velhas por outros novos com os dictos vezinhos de Galiza e os de Galiza com elles ...». A acção fiscalizadora dos guardas atingia frequentemente os galegos com a perda dos gados e de outras mercadorias afectando não só as trocas como os casamentos entre naturais dos dois reinos (MARQUES, 1994: 22-23).

⁽⁷³⁾ GARCIA MAÑÁ, 1988: 164.

inundava com os seus produtos as feiras da raia, em Valença, Caminha e Chaves, a que concorriam comerciantes galegos ⁽⁷⁴⁾.

Em boa verdade, este dinamismo comercial vem já do período da reconstrução do velho burgo. Já em 1289, a vila dispunha de um mercado mensal, com a duração de dois dias, e mais tarde, em 1410, por ordem de D. João I foi criada uma feira franca que viria a ser confirmada pelo nosso rei D. João II, em 15 de julho de 1487, quando os domínios da Casa de Bragança ficaram de novo agregados à Coroa ⁽⁷⁵⁾.

De facto, o rei Lavrador fora o primeiro grande impulsionador das feiras nas zonas raianas, como incentivo ao comércio e à fixação de novas gentes, procurando dar proteção a todos os que se dirigissem a estas com a intenção de comprar ou vender os seus produtos. Dinamizaram-se, assim, as atividades artesanais, primeiro, para o consumo local, e depois para o mercado interno e para a Galiza. Garcia Mañá lembra que, a partir do século XII, eram frequentes as feiras e mercados de um e do outro lado da fronteira, estimulando um intenso intercâmbio de mercadorias ⁽⁷⁶⁾. O que nos leva a pensar que, desde muito cedo, os mercadores e almocreves galegos participavam com certa relevância na vida mercantil do burgo flaviense. Disso é prova a feira mensal galega de Oimbra, próximo da raia, que passou a fazer concorrência à de Chaves causando-lhes excessivos prejuízos, o que levou o rei D. Manuel, em 4 de maio de 1509, para obviar essa concorrência e atrair o fluxo comercial proveniente dessa província, a conceder autorização ao duque de Bragança, a pedido deste, para distribuir os dezasseis dias da sua feira franca pelo ano inteiro. Assim, em cada mês passou a haver um dia de mercado e os restantes 4 dias integrados na feira de Santa Maria Madalena ⁽⁷⁷⁾.

Ainda, como se pode ler nos autos da Comarca, nos finais do século XVIII reconhece-se a importância das feiras, designadamente, a das bestas que, pela sua utilidade, deveriam ser livres e isentadas do sisado corrente, tal como o fora a “antiga de gados” para facilitar a entrada de gado proveniente da Galiza e de outras terras vizinhas. A sua utilidade parece ser tão essencial que o mesmo se reclama para a feira de gados que se faziam no fim de cada mês ⁽⁷⁸⁾.

A fazer fé no Mapa de Ribeiro de Castro sobre o rendimento das alfândegas e portos de Trás-os-Montes em 1792, a raia flaviense era a que fazia o maior movimento

⁽⁷⁴⁾ SOUSA, 1979: 186.

⁽⁷⁵⁾ MORENO, 2010: 93.

⁽⁷⁶⁾ GARCIA MAÑÁ, 1988: 163.

⁽⁷⁷⁾ MORENO, 2010: 93.

⁽⁷⁸⁾ PESTANA, 1999: 83.

aduaneiro, vindo depois Bragança e Vinhais. Do mesmo modo, aquando da reforma das alfândegas levada a cabo pelo ministro José da Silva Carvalho, em 1833, a de Chaves, a par da de Bragança, era das mais importantes da raia seca do norte e do reino, com 1.000\$000 réis anuais ⁽⁷⁹⁾, o que prova a existência de um comércio bastante ativo com a província galega.

A sua importância é-nos confirmada, em meados da Centúria, por uma portaria de 6 de abril de 1863, que veio reforçar a alfândega de Chaves, demonstrativa de que as suas feiras continuavam a ser muito concorridas pelas gentes da região da Galiza. Tal era a sua vitalidade que as populações de Chaves, em 7 outubro de 1811, protestaram contra a nova legislação que pretendia dificultar a entrada de géneros e gados provenientes da vizinha Galiza, na sequência dos desentendimentos entre o Superintendente das Alfândegas e o Escrivão do Almojarifado, traduzidos num aumento dos direitos fiscais, cuja petição foi «digna da consideração Real», em 20 de março de 1812, garantindo que os tributos continuassem a ser pagos como era costume ⁽⁸⁰⁾.

Assim, a situação estratégica de Chaves, a sua centralidade em relação às demais terras da província, do Minho e da Galiza, e o ser servida por algumas boas vias, tornaram-na num pólo comercial importante ao longo dos vários séculos.

Até às reformas político-administrativas liberais de 1832-36, o concelho de Chaves pertencia à comarca de Bragança, uma das quatro da província de Trás-os-Montes, tendo à frente dela um Corregedor, Ouvidor antes da reforma de 19 de julho de 1790. Todavia, o Provedor, que tratava assuntos de várias comarcas, era de Guimarães por o concelho de Chaves se situar na parte mais ocidental do território transmontano, mas cujo papel é bem menos importante na administração local e provincial que o do Corregedor, uma vez que a sua tarefa essencial não vai além de fiscalizar a cobrança e a centralização das receitas públicas e concelhias ⁽⁸¹⁾.

A vila de Chaves tinha grande importância na Comarca. Aqui funcionava a atividade correcional nos primeiros seis meses do ano, alternando com Bragança nos outros seis meses. Certamente, por essa razão, Fontoura Carneiro mencionou que Chaves «hé cabeça da Comarca Ecclesiastica, e Secular, fazendo em esta parte hum corpo com a de Bragança sendo Ouvidor de sua Alteza Real obrigado a rezedir por alternativa seis meses em ella, e seis naquella Cid.^{de} e commumm.^{te} da Junta da

⁽⁷⁹⁾ SERRÃO, VII, 1984: 297-299.

⁽⁸⁰⁾ PESTANA, 1999: 115.

⁽⁸¹⁾ CAPELA *et alii*, 2006: 50.

Sereníssima Casa se escreve huas vezes ao Ouvidor da Comarca de Chaves, e outras ao da de Bragança»⁽⁸²⁾. A sua importância económica, social, política⁽⁸³⁾ e militar, como atrás se viu, aliada às dificuldades decorrentes do exercício da jurisdição correcional, por parte do Ouvidor, levou o Provedor da comarca de Moncorvo, Columbano Ribeiro de Castro, a propor, em 1796, a formação de uma nova Comarca, tendo por cabeça Chaves, agregando grande parte dos concelhos da parte ocidental da província de Trás-os-Montes que integravam a comarca de Bragança⁽⁸⁴⁾. Em Chaves situava-se, igualmente, a sede do Almojarifado da Casa de Bragança que recebia as rendas de toda a parte Oeste da Comarca, designadamente das terras do Barroso. Também, em Chaves, vivia o Procurador que se encarregava de zelar pelos negócios e propriedades da Casa de Bragança. Era, ainda, sede da Superintendência das Alfândegas e dos tabacos da província com o respetivo juiz, escrivão e guardas⁽⁸⁵⁾. Residiam também nesta vila o Juiz dos Órfãos leigo, com dois escrivães.

A administração camarária é constituída por três Vereadores, o Procurador, um Tesoureiro e o Juiz de Fora que presidia às reuniões⁽⁸⁶⁾. A Câmara, que tem um conjunto de funcionários de secretaria, dispõe, ainda, de um escrivão, meirinhos, porteiros e de pregoeiros.

Por isso, conclui Rogério Borralheiro: «a vila, inscrita no casco velho intramuros, deveria ser um fervilhar de bacharéis e escrivães e outra gente letrada a caminho dos cartórios»⁽⁸⁷⁾.

A administração religiosa dependia da diocese de Braga, sendo «cabeça da Comarca Ecclesiastica», como bem lembra o Padre da Fontoura Carneiro⁽⁸⁸⁾, uma das três da Província Trás-os-Montes, depois de constituído o bispado de Miranda do Douro⁽⁸⁹⁾. Esta estrutura organizativa manteve-se quase inalterada até pouco depois de 1834

⁽⁸²⁾ In MACHADO, 1989: 67.

⁽⁸³⁾ Sobre o assunto Tomé de Távora e Abreu refere que a vila «Goza de voto em cortes e no n.º dos 36 bancos, ocupa o quinto lugar com Montemor-o-Velho» (MACHADO, 1989: 26), no que é corroborado por Fontoura Carneiro, assim: «Tem preeminência em Cortes ocupando o quinto lugar» (MACHADO, 1989: 67).

⁽⁸⁴⁾ CAPELA *et alii*, 2006: 62.

⁽⁸⁵⁾ BORRALHEIRO, 1997: 46-63.

⁽⁸⁶⁾ Sobre o assunto referem as Memórias Paroquiais: «Tem Juiz de fora provido por S. Magestade como Administrador da Caza de Bragança, e seis Escrivães, e hum Meyrinho [...]. [a] Camera consta de vereadores, Procurador e hu teזור». IAN/TT - *Dicionário Geográfico*, Vol. II, mem. 311, fl. 2085-2086.

⁽⁸⁷⁾ BORRALHEIRO, 1997: 62.

⁽⁸⁸⁾ In MACHADO, 1989: 67. Mas, nem sempre foi assim, tendo a Comarca Ecclesiástica evoluído no tempo. Pela bula *Pró Excellentí Apostolicæ Sedis*, de 22 de maio de 1545, o Papa Paulo III, a pedido do nosso rei D. João III, criou a diocese de Miranda do Douro, integrando nela a parte mais oriental do território do concelho de Chaves (SOARES, 1997: 30-32). Assim, o poder eclesiástico da Província reparte-se como se referiu entre o Arcebispo de Braga, o Bispo de Miranda, e também pelo Bispo de Bragança, diocese separada de Miranda entre 1770 e 1780, (CAPELA *et alii*, 2006: 53). Um segundo desmembramento da diocese de Braga ocorre no tempo do Arcebispo D. Manuel Vieira Matos, em 20 de abril de 1922, com a criação da diocese de Vila Real, integrando todas as terras do distrito.

⁽⁸⁹⁾ A diocese de Braga era, ao tempo, constituída pelas comarcas de Braga, Chaves, Torre de Moncorvo, Valença e Vila Real.

(⁹⁰). Segundo o Regimento da Relação, o quadro de pessoal da Comarca Eclesiástica de Chaves, para além do Vigário Geral da Comarca (⁹¹) era constituído por escrivão da câmara, escrivão do judicial, contador e inquiridor, meirinho, promotor, cursor e aljubeiro (⁹²). Por sua vez, a comarca está integrada em três circunscrições visitacionais, duas do Arcebispado *jure ordinário*, chamadas I e II parte de Chaves, e uma do cabido de Braga, privativa do arcediogo do Barroso. A vila de Chaves integra-se na circunscrição da I parte da visita. As visitas, ao contrário da comarca, não são uma estrutura organizativa permanente, antes de exercício temporário, de duração breve, mas de importância fundamental para o funcionamento, aplicação, inspeção e controlo das normas, constituições diocesanas e pastorais do Arcebispado ou do Cabido, como veremos mais adiante.

A fazer fé no Frei Francisco de Santiago (1732), ao serviço do culto e da vida pastoral, a vila tinha uma «Igreja Collegiada com Prior, Prioste, quatro Beneficiados, dous Curas, e dous Sacristães, e he Colegiada por indulto de EL Rei D. João I, alcançando para isso as graças necessárias seu filho D. Afonso» (⁹³). Esta Colegiada de Nossa Senhora da Assunção remonta a setembro de 1262 (⁹⁴).

No que toca ao clero regular havia aqui «hum convento de Religiosos Capuchos da Província da Soledade dentro do forte de N. Sr.^a do Rosário, fundado de novo no anno de 1637 [...]. Também há dentro na villa hum convento de Religiosas da Conceipção, que principiou por hum recolhimento de nobres Donzelas no anno de 1685, chamado o recolhimento de S. Clara, e principiaraõ a professar no de 1716, obtendo para isso hum Breve do Papa Clemente XI, e saõ sujeitas aos Ex.mos Arcebispos de Braga [...]» (⁹⁵).

Chaves, nos finais de Setecentos, contava, com a presença efetiva de 56 eclesiásticos, 9 do clero secular e 47 do regular, destes, 30 do sexo feminino (⁹⁶), o que traduz bem a importância do Clero na vida quotidiana local.

Também a influência militar era aqui muito importante, como vimos referindo, por se situar próximo da fronteira. De facto, a proximidade à Galiza fez do burgo flaviense uma importante praça militar de grande relevância estratégica, em

(⁹⁰) SOARES, 1997: 34.

(⁹¹) Segundo Fontoura Carneiro «Há hum vigário Geral com tribunal, de q.m as Centenças vão por apelação e agravo p.a a Relação de Braga, a este e seos off.aes prove o Arcebispo Primas» (MACHADO, 1989: 68).

(⁹²) SOARES, 1997: 56.

(⁹³) In MACHADO, 1999: 77.

(⁹⁴) DIAS, 1990: 58.

(⁹⁵) IAN/TT - *Dicionário Geográfico*, Vol II, mem. 311, fl. 2078-2079.

(⁹⁶) MENDES, 1995: 370.

consequência da fácil penetração do «*inimigo*» através da veiga, a partir da vila galega de Verín. Por isso, aqui se encontrava sedeada, como nos refere Fontoura Carneiro, em 1721, uma «Praça de Armas a melhor e mais importante da província de Trás os Montes sendo a Corte militar, e Cabeça della, aonde assistem os Generaes, Governador, Vedoria, Auditor Geral, guarnecida com mayor numero do partido [...]»⁽⁹⁷⁾. Ao finar o século XVIII, segundo Columbano de Castro, Chaves, apesar de não ser à altura sede do comando de Armas de Trás-os-Montes, contava com dois regimentos de Cavalaria e um de Infantaria, do total de 5 aquartelados na província. A estes, devemos ainda acrescentar «hum terço de Infantaria auxiliar e tem sargento-mor de ordenanças com vinte e seis companhias que lhe são sujeitas»⁽⁹⁸⁾, que aqui se concentravam ocasionalmente.

Tendo por base o decreto de 30 de outubro de 1796, que fixa o número de praças por regimento, somos levados a acreditar que o número de militares aqui sedeados estaria acima *lato sensu* dos 2300 efetivos⁽⁹⁹⁾, aos quais devemos acrescentar os familiares e a criadagem que, porventura, acompanhavam alguns militares de carreira. Calcule-se, pois, a influência deste poder na organização político-administrativa local.

Em contrapartida a posição estratégica da raia seca trouxe-lhes graves transtornos ao longo da sua história, alguns bem trágicos, como anteriormente referimos.

No século XVIII, destacamos, em primeiro lugar, a ocupação de quase um ano, em 1762, pelas tropas espanholas, na sequência da participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos, ao lado dos ingleses, o que acarretou, desde logo, o ódio das populações locais. António Pedro Vicente, citado por Veríssimo Serrão⁽¹⁰⁰⁾, conta-nos que, face à surripia das riquezas da vila pelos militares espanhóis, a reação dos populares atingiu tal furor que dos 500 miqueletes que aqui haviam entrado, apenas restavam 18 em fins de junho «a todos males tem dado fim», acrescentado que a malquerença aos invasores era tamanha que «he certo que por todas aquelas montanhas se não pode andar com o fétido, porque pelo ódio que lhes tem os não enterrarão». Chaves, bem como outras terras e praças militares fronteiriças de Trás-os-Montes, só viria a ser desocupada

⁽⁹⁷⁾ In MACHADO, 1989: 67.

⁽⁹⁸⁾ MENDES, 1995: 364.

⁽⁹⁹⁾ MENDES, 1995: 55.

⁽¹⁰⁰⁾ SERRÃO, 1982, VI: 61.

tempos depois da assinatura, em Paris, do tratado de paz, em 10 de fevereiro de 1763⁽¹⁰¹⁾.

A paz da Vila volta a ser perturbada por um episódio bélico inserido na designada «*Guerra das Laranjas*», nos dias 8 e 9 junho de 1801. Perante o previsível fracasso dos nossos exércitos na fronteira alentejana, entendeu o Marquês de La Rosière criar na raia norte do reino uma «*manobra de diversão*» que levasse as forças inimigas a repartirem-se por uma nova frente⁽¹⁰²⁾. As tropas portuguesas encontravam-se mal municadas, eram inexperientes e indisciplinadas, e, por isso, o ataque à vila galega de Verín e à fortaleza de Monterrey fracassou rotundamente e, se não fora a deficiente preparação das forças inimigas, a situação tornar-se-ia ainda mais desastrosa para as gentes da raia portuguesa. Mesmo assim, instalou-se a confusão nas linhas mais avançadas e um falso rebate levou a que o comandante da praça, general Manuel José Lobo, ordenasse a evacuação da vila. Seguiu já o apavorado cortejo perto de Vila Pouca quando os militares o persuadiram a regressar. Por essa altura, Portugal havia assinado já os dois acordos de paz com a Espanha e o outro com a França.

Mais gravosa fora a ocupação militar francesa, ainda que por pouco tempo, em março de 1809⁽¹⁰³⁾. Gorada a passagem através do rio Minho, as tropas de Soult progrediram ao longo da fronteira portuguesa, de Viana do Minho-Ourense a caminho de Verín, escolhendo, a partir daqui, o vale do Tâmega, por Tamaguelos, para penetrarem em território português, pelo facto de a veiga de Chaves continuar a de Verín, e assim, a progressão se tornar mais fácil. A 6 de março encontrava-se em Monterrey e no dia 10, o exército francês pernoitou à vista de Chaves nas proximidades de Bustelo. As forças portuguesas do tenente-coronel Francisco Pizarro, e as espanholas

⁽¹⁰¹⁾ É interessante a descrição de Charles Dumouriez, militar e diplomata Francês, que, por essa altura, visitou a região: «Chaves é a vila mais considerável da província e a residência do comandante dos exércitos de toda a repartição do Norte [...]. Esta localidade tem algumas fortificações. Foi de Chaves que os espanhóis fizeram partir, em 1762, um destacamento de três mil voluntários, para marcharem sobre o Porto. Alexandre Orelly (irlandês que comandava as forças hispânicas) avançou até Vila Real sem encontrar qualquer resistência, mas foi avisado que os camponeses se armavam e que as passagens eram difíceis, retirou-se muito desordenadamente, sobretudo ao atravessar Vila Pouca (de Aguiar), e perto de Chaves foi atacado pelos camponeses que receberam a glória de o ter reconduzido à fronteira com muito tormento, ainda que fossem apenas cinco ou seis centenas. Esta operação falhada é um dos principais motivos da evacuação do Exército para Zamora. [...] É perigoso para os espanhóis a pretensão de penetrarem por esta província e foi isso que eles comprovaram com muitas perdas em 1762, quando avançaram com mais de 40 000 homens por Chaves, Bragança e Miranda, sem depósitos nem provisões de qualquer espécie; perderam um quarto do seu exército com doenças, fome e miséria, sem obter um propósito ou retirar alguma utilidade da sua expedição» (DUMOURIEZ, 2007: 28-29).

⁽¹⁰²⁾ MACHADO, 1994: 201.

⁽¹⁰³⁾ Já no ano anterior as gentes de Chaves se haviam manifestado contra o “*reinado*” de Junot. Povo, militares e as distintas autoridades políticas, com a intervenção dos religiosos reclamaram patrioticamente a restauração da soberania portuguesa, dando vivas ao príncipe regente D. João e morras a Napoleão e aos franceses. No dia 6 de junho foi içada a bandeira portuguesa na torre do castelo e prenderam-se os militares franceses. Os factos tiveram grande repercussão na província de Trás-os-Montes e também em diversas vilas e praças, como em Bragança, no Porto, em Braga e outras terras do Norte do País. Esta revolta conduziu à formação da Junta Provincial de Governo, em 15 de junho de 1808, pelo general Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, governador de armas da Província de Trás-os-Montes, que viria a ser dissolvida em consequência da formação no dia 19, da Junta de Governo Supremo do Norte, presidida pelo bispo D. António S. José de Castro (MATOS, 2009: 43-44). Chaves prepara-se para resistir, em caso dos franceses avançarem sobre esta província, conjuntamente com forças regulares de Cavalaria 6 e de Infantaria 12, as milícias e ordenanças armavam-se fervorosamente à sua custa. A estes se juntou uma companhia de letrados e eclesiásticos dirigidos pelo Frei João de Santiago, Guardião do Convento de S. Francisco, perfazendo cerca de 4 mil homens (HOMEM, 1990: 47-48).

do general Marquês de La Romana, posicionadas ao longo das duas margens do Tâmega, ainda procuraram cortar, mas sem êxito, a progressão dos exércitos invasores.

No dia seguinte, com as fortalezas arruinadas, sem artilharia capaz, sem guarnição disciplinada e eficiente, as tropas portuguesas capitularam (¹⁰⁴). Depois da conquista da praça flaviense (¹⁰⁵), o grosso das hostes dirigiu-se para Braga a caminho do Porto. Chaves ficou apenas 12 dias no poder dos franceses, vindo cair às mãos das tropas do Brigadeiro Francisco da Silveira, no dia 25 de março. Todavia, as tropas de Soult teriam ficado na região até meados de maio para baterem em retirada, no dia 18, pela raia de Montalegre no trilho da Galiza. Para trás ficou um rasto de destruição, roubos, mortes e de inqualificável violência (¹⁰⁶), que o abade de Baçal classifica de selvagens e carnificinas.

A 2ª invasão francesa fora o acontecimento bélico de consequências mais profundas na sociedade e nos comportamentos demográficos das populações flavienses da época.

Mais adiante, os episódios bélicos de 1823, protagonizados pelo marquês de Chaves, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca e sua mulher, inscrevem-se nos ventos da reação realista à Revolução Vintista, traduzindo-se numa instabilidade crescente que conduziu à prisão e ao exílio de muitos oficiais, de ambas as tendências políticas, dos regimentos de Infantaria e Cavalaria aqui sedeados, com sucessivas mudanças nas chefias da câmara e nos quartéis, e consequentes perseguições (¹⁰⁷). As fronteiras do concelho eram frequentes locais de passagem dos exércitos realistas, gerando

(¹⁰⁴) A defesa fortificada era constituída pelos fortes de S. Francisco e de S. Neutel, situado a NW, fora de muralhas da vila. A guarnição era formada pelos regimentos de Infantaria 12 e de Cavalaria 6 e 9. A estes se associavam o Regimento de Infantaria 24 de Bragança, as Milícias de Chaves, Bragança, Mirandela e Moncorvo, mais os Caçadores de Montalegre, perfazendo cerca de dois mil e oitocentos homens do exército regular e mais de quatro mil milicianos (MACHADO, 1994: 216-217). Na impossibilidade de proteger a vila, perante o invasor de cerca de 20 mil homens, o Governador da Província, general Francisco da Silveira, intuindo que esta não era defensável com os meios existentes, estrategicamente, abandonou a vila e as suas gentes, para se posicionar com suas tropas no alto de Santa Bárbara, próximo de S. Pedro de Agostém, e, a partir daqui, flagelar e mortificar o inimigo ao longo da sua progressão, técnica do «*bate e foge*». Posição idêntica tomou, uma semana depois, o general Bernardim Freire de Andrade, Governador de Armas do Minho, em relação à praça de Braga, tentando recuar para o Porto, redundando tragicamente no seu assassinato e de alguns dos seus Oficiais às mãos de populares exaltados e transtornados pelo espírito de desconfiança. Por sua vez, Francisco Pizarro, sensível aos apelos da população que se amotinara à volta do capitão José Maria, afirmando ser a praça defensável, não abandonou a vila, entrenchando-se com 500 homens de tropas de linha, cerca de 2.000 milícias e de 1200 ordenanças (CARVALHO, 2009: 88). No final, o tenente-coronel Francisco Pizarro enfrentou um Conselho de Guerra, que o absolveu.

(¹⁰⁵) A queda da praça de Chaves criou o pânico em todo o norte do território português, designadamente entre a população bracarense, onde os sentimentos de insegurança, medo e ódio se confundiam numa mistura letal (AZEREDO, 2004: 30).

(¹⁰⁶) A propósito da destruição deixada pelos franceses Isabel Viçoso refere, com base nos documentos da provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, que «o património da instituição foi saqueado e vandalizado, tal como aconteceu ao melhor património local» (VIÇOSO, 2007: 96).

(¹⁰⁷) Assim, em 25 de fevereiro, o Marquês, depois de aliciar as autoridades civis e militares, e apoiado pelo clero e pelo povo local, proclama nos Paços do Concelho a Monarquia Tradicional. Acontecimento que teve grande repercussão em Vila Real, terra natal de Manuel Silveira, e em outras terras da Província, tanto mais que em Braga tinha havido movimento semelhante. As forças realistas, apoiadas pelas tropas do Morgado de Mateus, estendem a revolta ao sul do Douro e ao Minho. Aqui são barrados pelos liberais, saídos do Porto, vindo a sitiarem-se de novo em Chaves, onde as tropas constitucionais, colhidas de surpresa, são derrotadas, no alto de Santa Bárbara, perto de Ventuzelos, no dia 13 de março. Bem podemos dizer que, pelas suas ligações, esta intentona de «restaurar a nação portuguesa» é precursora da insurreição absolutista de 27 de maio de 1823, designada de «*Vilafrancada*», promovida pelos partidários da rainha D. Carlota Joaquina e do príncipe D. Miguel, marcando uma viragem política até pelo menos à «*Abrilada*» do ano seguinte (MACHADO, 1994: 220-248).

insegurança, cansaço e apreensão das populações. A vila de Chaves manteve-se como baluarte dos Silveiras até princípios de 1827, quando o marquês de Chaves, inconstante e de saúde fragilizada, deixou de poder controlar as suas tropas, as quais, abandonadas e em extrema penúria, desertaram em massa e muitos dos soldados passaram a pedir e a roubar, com consequências funestas para a região.

A chegada de D. Miguel, no dia 22 de fevereiro de 1828, trouxe de novo mudanças nas elites políticas e militares em Chaves, afirmando-se novamente como o bastião do miguelismo. As humilhações e perseguições dos liberais não demoraram a fazer-se sentir, tendo muitos destes passado a fronteira à procura do desesperante exílio. Entre eles, contam-se o general Quevedo Pizarro, que acompanhou os militares liberais no exílio na Galiza e, depois, em Inglaterra, após a malograda revolta do Porto, em 16 de maio de 1828, e o major Agostinho Luís Alves que viria a casar com a ré do célebre e infeliz processo do gato, filha de um outro fervoroso liberal que, igualmente se exilara⁽¹⁰⁸⁾. A fazer fé nos 13 óbitos registados de presos políticos, entre eles 4 padres, durante este período, as cadeias e o Aljube estariam cheias de seguidores da causa da rainha D. Maria da Glória e da Carta Constitucional.

Quando, em 20 de fevereiro de 1834, as tropas do general Jorge Avilez, em colaboração com as espanholas do general Rodil, ocuparam a vila, são, agora, os seguidores miguelistas a procurarem o caminho do exílio, não contando, porém, com a boa guarida da Espanha que, entretanto, se tornara liberal.

Na nova fase do liberalismo, apesar de diminuídas as forças militares sedeadas⁽¹⁰⁹⁾, Chaves conservava o seu prestígio político e seu valor estratégico. No dia 31 de agosto, de 1837, a Câmara Municipal «*coagida*» pelo governador da praça de Chaves, major Leonel Joaquim Carmona, apoiado pela maioria dos seus oficiais, proclama a adesão à Carta Constitucional, suspensa pela Revolução Setembrista, e à *revolta dos marechais*. Neste seguimento, o marquês de Saldanha e o duque da Terceira com as suas tropas aqui se vieram refugiar, esperando os exércitos do barão de Leiria,

⁽¹⁰⁸⁾ Segundo Ribeiro de Carvalho vivia-se aqui, por essa altura, um clima de terror gerado pelas hostes miguelistas levando a que os do partido contrário emigrassem para o estrangeiro, ou andassem foragidos, ocultando-se nas aldeias e serranias da região. Todos os pretextos davam azo a que suas famílias fossem escarnecidas e perseguidas pelo séquito de um compadre do rei, chamado Caetano Ferreira, também conhecido pelo «*Caetano Cego*», que se tornara comandante do Corpo de Voluntários Realista, na vila. Serviu uma simples brincadeira, por altura do falecimento da rainha Carlota Joaquina, de por a um gato um laço azul e branco, as cores dos constitucionalistas, para levar à prisão a jovem Emília Eugénia, mais sua mãe, a criada e uma vizinha. Estiveram estas criaturas na cadeia do Aljube, de janeiro de 1830 até 20 de abril de 1834, ocasião em que as tropas liberais do general Avilez ocuparam a urbe (CARVALHO, 1929: 264-270). A criada, Marcelina Rosa, não sobreviveu aos tormentos da cadeia vindo a falecer nela no dia 8 de junho de 1830.

⁽¹⁰⁹⁾ Em 1836, a guarnição militar aqui sedeadada era constituída pela 1.ª brigada de observação sob o comando do general Avilez, e por pequenas forças de cavalaria 3 e 6. O regimento de Infantaria 12 integrava, à altura, a 2ª Brigada, sitiada em Vila Real e o regimento de Cavalaria 6, após a sua participação nas lutas civis, fora mandado para Torres Novas, a fim de se reorganizar (CARVALHO, 1929: 271).

estacionadas no Minho. Estes, açoitados pelas forças governamentais do visconde das Antas e de Sá da Bandeira, não conseguem evitar o penoso confronto em Ruivães, quando se retiravam de Braga a caminho do Barroso, ao encontro dos marechais Saldanha e Terceira, que os esperavam na povoação das Alturas do Barroso, próximo de Boticas. Face ao que sucedera em Ruivães, os cartistas renderam-se no dia 19 de setembro, poupando os seus militares, a vila e a região a uma efusão de sangue fratricida. A assinatura da capitulação fez-se, no dia seguinte, quando as tropas de Sá da Bandeira estavam perto de Chaves, na aldeia de Casas Novas, ficando conhecida pela “*Convenção de Chaves*”. As condições negociadas foram muito duras para os revoltosos, designadamente para os soldados vencidos que só as conheceram quando os seus chefes os abandonaram a caminho do exílio, tendo, por isso, sido recebidas com revolta e desespero ⁽¹¹⁰⁾. Termina deste modo a revolta cartista dos marechais.

O visconde de Sá da Bandeira não deixou a vila sem obrigar a vereação da Câmara a jurar, com as festividades do costume, a Constituição de 1822, declarando nulo o auto de aclamação da Carta Constitucional, que tivera lugar, como já se referiu, a 31 de agosto. Esta só viria a ser aclamada aqui de novo a 4 de fevereiro de 1842.

A paz volta a ser perturbada pela ação das forças populares contra o ministério dos Cabrais, com a adesão das autoridades civis e militares, entre elas, o fidalgo Inácio Pizarro e o governador da praça, visconde de Vinhais. No dia 11 de maio, à semelhança do que acontecera nos concelhos da Póvoa de Lanhoso e de Vieira do Minho, durante os meses de fevereiro, março e abril, o povo de Chaves revolta-se contra o governo da nação. Da aparente luta contra as «*leis de saúde*», as gentes da vila combatem, agora, o imposto da décima, a nova administração e as autoridades ⁽¹¹¹⁾, e nisto contam com a tolerância das forças militares, abrindo-se, aqui, caminho a uma nova fase do movimento da designada «*Maria da Fonte*» ⁽¹¹²⁾. Quanto ao resto tudo foi igual: abriram-se as cadeias, pediu-se a colaboração da guerrilha e atraem-se para a causa os regimentos das outras praças. No país, crescia o isolamento do governo e a rainha não podia ter outra decisão que não a demissão de Costa Cabral, o que viera a acontecer no

⁽¹¹⁰⁾ Os soldados, ou foram integrados no exército de Sá da Bandeira, ou dispensados, sem se ter em conta se eram ou não de carreira. Os oficiais a quem não fora imposta a pena do exílio, foram obrigados a estabelecer residência nas aldeias dos arredores e apresentarem-se semanalmente às autoridades da vila. Muitos destes, perante tal vexame acabaram por sair do país (CARVALHO, 1929: 277). Quanto aos que por aqui ficaram, não imaginamos os problemas sociais que terão gerado na região.

⁽¹¹¹⁾ É isso que se depreende da ‘Proclamação do Visconde de Vinhais’, onde se diz claramente que «os males da Nação são gravíssimos, e eu vou desde já fazer conhecer a Sua Magestade que o primeiro meio de remedia-los é attender à publica anciedade; pedindo-lhe respeitosamente a alteração do systema tributário e a modificação do systema administrativo do seu Governo» (in DIAS, 1993: 155). Para um estudo mais aprofundado veja-se CAPELA e BORRALHEIRO, 1996.

⁽¹¹²⁾ Curiosa é a interpretação de José Henriques Dias sobre esta nova fase revolucionária, quando afirma: «O movimento espontâneo e generoso das populações passava assim ao controlo de sectores da burguesia e da nobreza, que tudo faziam para evitar o poder na rua, lembrados, como estariam do clima de 1836» (DIAS, 1993: 149).

dia 17 de maio. Todavia, a nomeação de um cartista, o duque de Palmela, para a chefia do novo governo não trouxe a almejada estabilidade e segurança. A demissão das Juntas Governativas, a substituição dos elencos camarários, dos administradores dos concelhos e dos comandantes militares, nomeando pessoas afetas ao partido cartista, foi o rastilho para o ressurgimento da revolução. Em Chaves, na sequência da nomeação de um novo ministério chefiado pelo Marechal Saldanha, o visconde de Vinhais é substituído pelo barão de Casal, Sousa Alvim. Sabendo este, que, no Porto, se tinha ativado a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, presidida pelo conde das Antas à qual se associara o conde de Bonfim e o visconde de Sá da Bandeira, depressa trouxe a efusão de sangue às «portas» da vila (¹¹³). No Minho, as guerrilhas mantiveram-se ativas, como a do Padre Casimiro, às quais se associaram muitos miguelistas na ânsia de fazer voltar o seu rei absoluto, dando força à segunda fase das revoltas populares, conhecida por «patuleia», tendo aqui grande repercussão (¹¹⁴). Foi por esta vila que, a pedido da rainha e do governo, o general espanhol Manuel de La Concha entrou no dia 10 de junho a caminho do Porto, a fim de ajudar as demais tropas estrangeiras a derrubar as forças da Junta Governativa, pondo termo à Guerra Civil com a assinatura da *Convenção de Gramido*, a 29 do mesmo mês.

Todas estas contendas se enquadram nas «*guerrilhas institucionais*» da consolidação do Liberalismo em Portugal e terminaram, geralmente, com os vencidos a seguirem os trilhos da Galiza à procura de proteção sempre que os ventos políticos sopravam de feição.

Não há dúvida que a presença aqui da guarnição militar influenciou decisivamente na vida militar e política local, não sendo raro encontrarmos estes a desempenharem cargos na vereação camarária, como se pode verificar pelo excelente trabalho de Rogério Borralheiro (1997) e, depois, pelas respetivas atas da vereação trazidas à luz por Firmino Aires (2000), a que muitas vezes recorremos. Também a provedoria da Santa Casa da Misericórdia era permeável a essa influência. Isto mesmo nos diz Isabel Viçoso, a propósito da 2ª invasão francesa: «A Misericórdia [...] não ficou alheia a

(¹¹³) Sousa Alvim, no intuito de agradar à rainha marchou sobre o Porto para o libertar das tropas revoltosas. Chegado a Valongo, foi flagelado pelas forças populares e obrigado a recolher à praça de Chaves. Na sua perseguição, Sá da Bandeira regressa a esta terra, mas desta vez com um exército de ordenanças menos treinado e disciplinado. Por isso, não entrou na Vila, marchando em direção a Mirandela. No dia seguinte, 16 de novembro de 1846, as duas forças encontraram-se perto de Valpaços, terminando com a vitória das tropas do barão de Casal e o visconde a ser salvo pelo famoso sargento «Zé do Telhado» (MACHADO, 1994: 274-275).

(¹¹⁴) Também aqui os «*cabralistas*» não eram bem quistos pela elite política como se depreende de um ofício de 2 de maio de 1847, do Administrador do Concelho, afeto à Junta Provisória do Governo Supremo do Reino, para o Alcaide-mor de Verín manifestando a sua indignação e protesto «contra o procedimento q. tem tido todas as autoridades d'esse Reino fronteiriças a este mesmo concelho» pela proteção dada aos rebeldes cartistas, reclamando a sua entrega bem como o seu armamento, concluindo: «vejo portanto com bem magoa que V^a Ex.^a está sendo apoio aos rebeldes que são perseguidos pelas tropas nacionais d'este Reino, e que este apoio é uma intervenção clara e manifesta». AMC - *Livro de Correspondência de 1846 a 1848*. R.S / 60. Infelizmente as suspeitas vieram a confirmar-se com a entrada dos exércitos espanhóis por esta fronteira, no início de junho.

estas lutas, até por que as Mesas eram compostas maioritariamente por cidadãos que pertenciam aos Corpos Armados que detinham a obrigação de intervir empenhadamente na defesa da região» (115). Curiosamente, o provedor eleito em 1809 era o general Francisco da Silveira que tivera, por essa altura, grande relevância na luta contra os franceses.

Para minorar o sofrimento da população flaviense, contava a vila, em meados do século XVIII, com dois hospitais (116): o da Misericórdia a funcionar na antiga Albergaria dos Duques de Bragança desde os começos do século XVI (117), até à sua transferência em 1848, para as instalações contíguas à Igreja da Irmandade do mesmo nome construída por essa altura, e o Hospital Real ou Militar (118) anexo à Igreja da Madalena, dentro das muralhas, estando este confiado aos irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus para dar assistência aos soldados enfermos, cuidar deles corporalmente e espiritualmente e, por vezes, fornecer a mortalha aos finados. Esta instituição foi criada em 1647, mantendo-se ativa até aos adventos do Liberalismo, em 1834. Os Reais Hospitais eram centros de grande formação técnica e científica, ao ponto de neles serem criadas as aulas de Anatomia (119). Neste, a “*Aula de Anatomia e Cirurgia de Chaves*” funcionou regularmente entre 1789 e 1813, de forma semelhante às Escolas de Medicina de então (120). Fica, no entanto, a dúvida sobre a eficácia da assistência hospitalar em períodos de grandes mortalidades.

A par destes, existiu um terceiro modesto Hospital no Largo do Toural, junto às Caldas e fronteiro à Capela de Santa Catarina que aí existiu. A sua construção data provavelmente do tempo do nosso rei D. Fernando, constituído por um conjunto de casas, destinando-se uma delas a albergaria para os doentes que aqui vinham fruir da terapêutica das famosas águas cálidas. Este hospital perpetuou-se até que um ato inexplicável do Conde de Mesquitela, Governador de Armas de Trás-os-Montes, na sequência da Guerra da Restauração, em 1658, mandou arrasar o campo do Tabolado e

(115) VIÇOSO, 2007: 96-97.

(116) Segundo Fontoura Carneiro na *Notícia da Vila de Chaves*, de 1721, existiam «tres Hospiates, hum comum q ella [Misericórdia] fornecesse, outro Real p.^a os Militares e outro de S.^{ta} Catherina q prove o Morgado della» (in MACHADO, 1989: 69).

(117) A Irmandade e Confraria da Misericórdia foram aqui criadas, em 1498, pelo rei D. Manuel para cumprirem todas as obras de misericórdia, bem como espirituais e corporais, vindo a transformar a antiga Albergaria dos Duques de Bragança, fundada para albergar os enfermos e peregrinos, em hospital da referida Irmandade (in MACHADO, 1990: 106-107). Este hospital, segundo as Memórias Paroquiais, era «onde se curarão os pobres mendigos, com assistencia de tudo o que lhes hê necessário, e hê administrado pelo Provedor, e mais Irmãos da mesma Mizericordia: tem de renda cem mil Reis». IAN/TT – *Dicionário Geográfico*, Vol II, mem. 311, fl. 2081.

(118) Sobre este, as Memórias Paroquiais dizem que neste hospital «se curão os soldados e officiais que querem, dos Regimentos de Infantaria, e Cavalaria da guarnição desta Praça com assistência de quatro, ou cinco Religiosos (com hum Prior) de S. João de DEOS, e as despesas são feitas à custa de S. Magestade, e pagas pela vedoria desta Província». IAN/TT – *Dicionário Geográfico*, Vol II, mem. 311, fl. 2081.

(119) BORGES, 2009: 139.

(120) Era considerado um dos hospitais melhor equipados do seu tempo, sendo servido por competentes, médicos, cirurgiões e enfermeiros (BORGES, 2009: 92).

com ele as casas, albergaria e até a Capela de Santa Catarina. Apesar disso, as águas termais continuaram a beneficiar as gentes flavienses que a utilizavam para diversos fins. A sua qualidade levava D. João VI, em 1805, a considerá-las um tesouro hídrico merecedor, por isso, de boas termas. Por seu impulso, ainda, se construiu uma fonte de mergulho, recoberta de pedra com um portão de ferro, mas quando estavam a ser feitas as demarcações da planta, as invasões francesas puseram termo aos trabalhos, ficando as Caldas esquecidas até ao século seguinte. A sua utilidade era reconhecida para as curas do reumatismo, do estômago e do fígado. É isso que se pode depreender do Regulamento de Saúde do Exército, publicado pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, de 16 de fevereiro de 1837, que aconselha os militares a frequentarem, para banhos de mar Viana do Castelo, e para uso das águas termais as Caldas de Chaves ⁽¹²¹⁾. Em consequência, as águas das Caldas passaram a ser utilizadas no Hospital Militar também para fins terapêuticos.

Com a *Regeneração*, Chaves perdeu importância militar e política que havia muito ciosamente conservava. As boas relações com Espanha e os novos conceitos de defesa retiraram utilidade às velhas fortalezas, como esta ⁽¹²²⁾. As implicações não se fizeram esperar: o velho burgo abre-se aos seus campos envolventes, seguindo os velhos caminhos que o alimentavam, ainda que, por vezes, não se tenham respeitado as melhores práticas. A partir do início da década de 70, do século XIX, é derrubado o baluarte da Madalena, alargadas as portas em frente à capela de S. Roque e aterrados os fossos que circundavam a fortaleza, depois das devidas autorizações do Ministério da Guerra. A Poente, em 1873, foram abertas as portas do Anjo e empedrada a rua que segue até ao bairro de Santo Amaro. A Sul, foi demolido o arco do Postigo, que dava acesso ao bairro das Caldas. São recuperadas as muralhas do Arrabalde até ao Forte de S. Francisco, abertas novas artérias, entre as quais a de Santo António e arrematado o calcetamento das ruas. No princípio do século XX, procede-se à eletrificação e tomam-se diversas medidas higiénico-sanitárias, entre elas, o encanamento de águas e a construção de um novo cemitério municipal. Imbuídos de um tardio espírito fontista, as diversas vereações não esqueceram a construção das vias de comunicação, destacando-se a ligação à fronteira e as estradas para Vinhais e Braga. Um conjunto de obras modernizou a vila, sobressaindo o magnífico Jardim Público e, mais tarde, as Caldas,

⁽¹²¹⁾ CARNEIRO, 1989: 82.

⁽¹²²⁾ É prova disso a transferência do regimento de Infantaria 13 para Vila Real, em 1883, o que muito indignara estas gentes, que viam na sua permanência a garantia de um dinamismo comercial que caracterizava a vila. Além disso, haviam-se contraído laços de amizade e familiaridade difíceis de desfazer. O espírito de revolta perpassou de tal forma as forças políticas e sociais que foi necessária a intervenção do regimento de Cavalaria 6 para repor a ordem pública (MACHADO, 1994: 296).

com o apoio do benemérito Cândido Sotto Mayor ⁽¹²³⁾. No campo do ensino, criaram-se várias escolas do ensino primário, na vila e no concelho, e o Instituto de Instrução Secundária, precursor do antigo Liceu, fundado em 1903. Por esta altura, Chaves viu crescer a sua população urbana para 6.433 almas e a do concelho para 37 mil, afirmando de novo a sua importância regional político-social ⁽¹²⁴⁾. Daí o merecer ser elevada a cidade em 12 de março de 1929.

Resta saber como estas gentes e a sua história influenciaram os comportamentos demográficos. É o que adiante vamos analisar.

⁽¹²³⁾ Para um aprofundamento deste assunto consulte-se AIRES, 2000.

⁽¹²⁴⁾ Com a implantação da República, a praça volta a ganhar importância militar e política a nível nacional, designadamente aquando das incursões monárquicas, em 1911 e 1912, e da Monarquia do Norte, em 1919. Por isso, em 23 de março de 1919, foi agraciada com «o grau de oficial da Ordem da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito» (AIRES, 2000: 200).

II. A evolução da População através das estatísticas disponíveis

1. As estatísticas disponíveis

Para conhecer a evolução da população de Chaves beneficiámos de um conjunto de fontes produzidas a diferentes níveis para diversos fins, que pacientemente coligimos. Para o período pré-censitário, socorremo-nos de várias listagens de «*fogos*» e «*almas*» e numeramentos, apesar das suas limitações inviabilizarem, como é sabido, análises rigorosas. A partir do primeiro recenseamento de 1864, utilizámos naturalmente os censos oficiais.

O numeramento de 1527, mandado realizar por D. João III, é uma das primeiras tentativas para dar a conhecer a realidade da sociedade portuguesa, quer sob o aspeto demográfico, quer sob o ponto de vista administrativo. Pela carta circular de 17 de julho, dirigida aos corregedores de cada uma das seis comarcas em que se dividia administrativamente o país, pretendia o monarca saber: «*quantas cidades vyllas e loguares ha em vossa correição e os nomes delles e assy quantos moradores neles ha [...] huu esprivam [...] yyra a cada huua das cidades vyllas e lloguares dessa comarqu e em cada huu deles escrepvera quantos moradores ha no corpo da cidade ou vylla e arrabaldes e quantos no termo declaramdo quantas alldeas ha no dito termo por seus nomes e quantos moradores ha em cada hua delas e assy quantos vyvem fora della em quyntas cassaes e erdades fora das ditas alldeas*»⁽¹²⁵⁾. Os resultados deste numeramento, que se prolongara até 1532, foram publicados por Anselmo Braamcamp Freire no *Archivo Histórico Portuguez*, entre 1905 e 1909.

Em Chaves, como em todo o Trás-os-Montes, o «*conto*» dos moradores só foi realizado em 1530, por naquela altura, lavrar em toda a região uma terrível epidemia⁽¹²⁶⁾. Nesta descrição, além das unidades administrativas da comarca, foram indicados os moradores e o número de viúvas e mulheres solteiras que viviam «*em casas apartadas sobre sy*», bem como o número de abades e clérigos⁽¹²⁷⁾. O cômputo na vila de Chaves, ainda despovoada no ano de 1530, assentara possivelmente nos anteriores róis de confessados, como se depreende das palavras do escrivão Nicolau de Seixas ao

⁽¹²⁵⁾ In GALEGO e DAVEAU, 1986: 12.

⁽¹²⁶⁾ Em 1527, por causa da peste, a vila encontrava-se despovoada e, por isso, o escrivão do rei, Martim Ribeiro, não pode executar a ordem de D. João III, de 17 de julho de 1527, o mesmo sucedera para parte de Trás-os-Montes. Razão pela qual o numeramento só se realizara entre 21 agosto de 1530 e 17 janeiro de 1531, pelo escrivão Nicolau de Seixas (GALEGO e DAVEAU, 1986: 12). Durante esses 150 dias Nicolau de Seixas foi a todas as «cidades, vilas e concelhos da comarca» recolhendo informação «de todas as aldeas de cada uma vila e concelho por os livros das sisas dos ditos concelhos e por os oficiais da justiça dos ditos concelhos» e por um ou dois homens que fizera vir das distintas aldeias, completando, assim, os registos com a informação oral recolhida. Cf. GALEGO e DAVEAU, 1986: 78-79.

⁽¹²⁷⁾ In GALEGO e DAVEAU, 1986: 13.

afirmar que «*ao presente por respeyto da peste está despovoada que nam ha hi nenguem; antes de ser a dita peste vyvyam na dita villa e seus arrebaldes 385 moradores; destes se faleceryam os 80, os mais sam fogydos, 385*»⁽¹²⁸⁾. Esperando que, mais cedo ou mais tarde, estes moradores regressariam à vila, o escrivão também não os considerou nos lugares onde residiam, mas como estivessem a viver em Chaves⁽¹²⁹⁾.

Este cadastro representou um passo qualitativo em termos demográficos, administrativos e políticos, constituindo referência obrigatória para o estudo da população portuguesa do Antigo Regime com um grau mínimo de fiabilidade, só superado pelo primeiro censo de Oitocentos, mandado realizar por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro e secretário de Estado da Fazenda, que assinala a entrada do país na era da protoestatística⁽¹³⁰⁾.

Infelizmente, entre estes dois inquéritos, as publicações conhecidas reportam-se sobretudo ao período de Setecentos. A primeira destas, a *Chorografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Reyno de Portugal* que o Padre Carvalho da Costa publica em três volumes nos anos de 1706, 1708 e 1712, além das notícias históricas das cidades, vilas e lugares do país, indica o número de vizinhos de cada uma dessas unidades administrativas. João Pedro Ferro, embora considere esta obra utilíssima, chama a atenção para os muitos erros que ela contém devido à confiança excessiva que concedeu às informações que lhe foram prestadas, erros que possivelmente se estenderam também aos valores que apontou para cada localidade⁽¹³¹⁾, como ocorreu provavelmente para Chaves.

Os dados populacionais de Carvalho da Costa serviram de base à publicação de D. Luís Caetano de Lima, em 1736, no apêndice da *Geografia Histórica*, arrumados por províncias e comarcas, uma «Lista de Fogos, e Almas, que há nas terras de Portugal, comunicada ao Author, para se incorporar nesta *Geographia*, no anno de 1732 pelo Marquez de Abrantes, Censor e Director da Academia Real, e julgada por elle a mais exacta»⁽¹³²⁾. Esta contagem tem suscitado muitas críticas, entre elas a de Soares Barros e Albert Silbert⁽¹³³⁾, o que leva Veríssimo Serrão a aconselhar que estes dados devem

⁽¹²⁸⁾ FREIRE, A. Braamcamp, “Povoação de Trás os Montes no XVI século”, in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. VII, 1909, p. 270, citado por DIAS, 1996: 57.

⁽¹²⁹⁾ DIAS, 1996: 57.

⁽¹³⁰⁾ Cf. RODRIGUES e MOREIRA, 2009: 144-146.

⁽¹³¹⁾ FERRO, 1995: 13.

⁽¹³²⁾ LIMA, 1736, II: 475-710.

⁽¹³³⁾ SILBERT, 1978: 12. Para Albert Silbert este cômputo padece, desde logo, de um erro grave, ao indicar somente as pessoas de confissão e ao atribuir, em muitos casos, apenas o coeficiente 2 a cada fogo, que não foi caso de Chaves, onde esse valor ronda os 4,15 de almas por agregado familiar.

ser utilizados com a máxima cautela (¹³⁴). Este cômputo foi igualmente utilizado por António de Oliveira Freire na *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*, em 1739.

Ainda por influência da Academia Real da História Portuguesa, o Padre Luiz Cardoso, com base num inquérito paroquial, publica, entre 1747 e 1751, os dois primeiros volumes do *Diccionario Geographico do Reyno de Portugal*, correspondentes às freguesias começadas pelas letras A, B e C, incluindo felizmente a vila de Chaves. Porém, a informação populacional fica-se somente pela indicação do número de moradores.

Anos mais tarde, em consequência da necessidade de avaliar os estragos causados pelo terramoto de 1755, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino confia ao Padre Luiz Cardoso a organização das respostas aos inquéritos paroquiais, da qual resultaram as *Memórias Paroquias* (¹³⁵). Com base nos dados coligidos, o Padre Luiz Cardoso, sob o pseudónimo de Paulo Dias de Niza, publicou, entre 1767-68, três volumes com o título *Portugal Sacro-Profano*, ficando, por sua morte, as restantes memórias inéditas até que em 1832 um padre oratoriano lhes desse uma nova arrumação em 43 volumes manuscritos, com o título de *Índice Geográfico das Cidades, Villas e Parochias de Portugal* (¹³⁶). Deste inquérito interessa-nos, por agora, os valores coligidos a partir dos quesitos 3 e 5, da primeira parte, relativamente ao número de vizinhos e de pessoas da vila de Chaves e do seu termo (¹³⁷), sabendo-se que, deste cômputo, foram omitidos os menores de sacramento.

Para a segunda metade de Setecentos servimo-nos ainda de um levantamento da população do ano de 1765 realizado por Manuel José Perinlongue, por ordem do futuro Marquês de Pombal (¹³⁸). Este cômputo foi cumprido junto das autoridades civis que haviam recebido os elementos demográficos enviados pelos párocos. O número de moradores e de almas estavam arrolados por freguesia, vilas e cidades em cada comarca das seis províncias em que se dividia o país (¹³⁹).

(¹³⁴) SERRÃO, 1980, V: 352.

(¹³⁵) O Inquérito lançado num tempo recorde de janeiro a maio de 1758 representa uma notável realização em tão breve espaço de tempo e com tão elevado grau de extensão e qualidade (cf. CAPELA *et alii*, 2006: 9). Dividido em três partes, o questionário foi enviado a todos os párocos através dos Bispos das Dioceses. A primeira dizia respeito à terra e à sua história, abrangendo informações referentes à população, número de eclesiásticos, conventos, hospitais, vida económica e administrativa, etc. as duas partes seguintes referem-se às serras e aos rios. Na medida em que as respostas oferecem informações valiosas sobre a população e a vida social, local e nacional, podemos considerá-la como a fonte histórica mais valiosa sob o ponto de vista demográfico de Setecentos (cf. SERRÃO, 1982, IV: 105-106).

(¹³⁶) Cf. SERRÃO, 1982, IV: 106.

(¹³⁷) Para o termo, o memorialista só indicou o número de fogos.

(¹³⁸) Manuel José Perinlongue, alto funcionário da administração pombalina, procedeu, no ano de 1765, à elaboração de «*Mappas de Portugal, ou Padrão do número das Freguesias, moradores, e almas, etc*», ou seja «hum Padrão, ou Mapa do numero de almas que contem a povoação do nosso reyno, compreendidos os conventos, mas que destes lhe fizesse a conta separada, tanto de frades, como de freiras, ou recolhidas», tendo para isso visitado pessoalmente todas «as Provincias, e nestas as Cabeças ou Capitais de suas Comarcas, aonde pedi todas as noticias», publicado por FERRO, 1995: 109-151.

(¹³⁹) FERRO, 1995: 94.

Para o final do século, considerámos igualmente a informação proveniente do censo mandado realizar para todo o reino por Pina Manique, Intendente Geral da Polícia do Reino, com fins militares (¹⁴⁰). A contagem foi efetuada somente por fogos sobre os quais se obteriam os recrutas à razão de 4 por cada cem fogos (¹⁴¹).

Entre estes dois censos, utilizámos a memória económica do concelho de Chaves de José Inácio da Costa, realizada no âmbito dos trabalhos da Academia Real (¹⁴²), e o levantamento estatístico de Columbano Pinto Ribeiro de Castro, *juiz demarcante* da província de Trás-os-Montes, realizado entre 1793 e 1796 (¹⁴³). Em ambos os casos, os dados demográficos são apresentados distintamente por fogos e almas.

A viragem do século trouxe-nos maior qualidade e rigor dos levantamentos das populações. O censo de 1801, ao manifestar preocupações estatísticas modernas e de uniformidade de critérios para todo o país, é exemplo dessa credibilidade só superado pelo censo de 1849 (¹⁴⁴). Apesar de ser da iniciativa do Estado foi a eficácia da Igreja que levou a bom termo a tarefa fornecendo os resultados do recenseamento que incluíam informações sobre a natalidade e mortalidade, por grupos de idade e sexo, bem como da relação das pessoas que andassem no mar, operários e eclesiásticos, de cada paróquia (¹⁴⁵). Curiosamente, ao invés de todas as freguesias do concelho, para a vila de Chaves não consta a indicação dos residentes por sexo e grupos de idade, possivelmente por falta de tempo dos seus párocos.

Para a primeira parte de Oitocentos tivemos acesso a notícias e as contagens populacionais que integrámos com algumas cautelas. Entre elas, o «*Mappa Geral das 24 Divisões Eleitoraes do Reino de Portugal que devem provisoriamente servir para as eleições dos Deputados em Cortes referido á população existente no anno de 1821*» (¹⁴⁶), elaborado para fins eleitorais, por províncias e divisões eleitorais, comarcas e concelhos, indicando o número de fogos e de indivíduos. Outro contributo importante foi-nos deixado pelo Conselheiro Bento Pereira do Carmo com «*Mapa n.º 1, Contendo os Concelhos, Parochias, e numero de Individuos de cada uma, segundo os recenseamentos enviados á comissão de Estadistica, pelos respectivos Parochos, até ao*

(¹⁴⁰) O Censo de Pina Manique não foi concebido para fins estatísticos destinado à administração, mas sim para interesse militar. Deste, foram feitas quatro cópias do original. SERRÃO publicou uma delas em 1970, com o título *A População em Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.

(¹⁴¹) SERRÃO, 1982, IV: 358.

(¹⁴²) COSTA, 1789.

(¹⁴³) Os dados do «*Mappa do estado actual da província de Trás-os-Montes e na sua demarcação e regulação das comarcas e distritos da província de Trás-os-Montes*» de Columbano Ribeiro de Castro, de 1796, foram publicados por MENDES, 1981.

(¹⁴⁴) Sobre estes censos veja-se SILVEIRA, 2001.

(¹⁴⁵) Cf. RODRIGUES *et alii*, 2009: 295. Leia-se, igualmente, SOUSA, 1979: 58-64.

(¹⁴⁶) *Collecção de Legislação Portuqueza das Cortes de 1821 a 1823 (1944)*, Lisboa: Imprensa Nacional, p.108 a 123.

anno de 1828»⁽¹⁴⁷⁾, cujo cômputo de fogos e indivíduos se fez por comarcas, entre elas a de Chaves, concelhos e freguesias, de acordo com a nova divisão administrativa.

Após a reforma administrativa de Mouzinho da Silveira, são vários os documentos legislativos, entre eles o decreto de 18 de julho de 1835 e os códigos de 1836 e de 1842, que incumbem os distintos responsáveis pela administração a nível distrital, concelhio e de freguesia, pela recolha das estatísticas demográficas, dispensando os párocos desse contributo⁽¹⁴⁸⁾. Processa-se, assim, a laicização das tarefas estatísticas sendo os eclesiásticos substituídos por homens de confiança política, reflexo da construção de um Estado Liberal. Foi criada, em 1836, a Comissão Permanente de Estatística e Cadastro do Reino, presidida por Marino Miguel Franzini, para conhecer de forma sistemática informações exatas sobre a população, a agricultura, o comércio e a indústria do reino, resultando daí uma série de portarias e circulares. A obtenção dos dados rigorosos sobre a população seria muito útil para a nova organização administrativa e judicial e à distribuição dos círculos eleitorais. Às autoridades distritais e concelhias incumbia a recolha, organização estatística e o cadastro, bem como o envio do relatório ao ministério do reino⁽¹⁴⁹⁾. Destes cômputos demográficos resultaram vários mapas de população que, na sua maioria, não conheceram publicação⁽¹⁵⁰⁾. Felizmente, até nós chegou o «*Mappa Statistico*» do Distrito Administrativo de Vila Real, para o ano de 1840⁽¹⁵¹⁾. Consultámos, também, os mapas estatísticos correspondentes aos anos de 1855⁽¹⁵²⁾ e de 1865⁽¹⁵³⁾. Em todos eles, os dados são apresentados por concelhos e freguesias indicando a quantidade de fogos e habitantes por sexo; é, ainda, mencionado o número de nascimentos e de óbitos, repartidos também por género, e os matrimónios respeitantes ao ano do cômputo.

Para este período, consultámos, ainda, o censo de 1849 que, pelo seu carácter exaustivo das informações disponibilizadas, põe termo a um período menos conseguido

⁽¹⁴⁷⁾ PEREIRA do CARMO, 1833: 1-42.

⁽¹⁴⁸⁾ Nesse sentido, as várias circulares dos Administradores do Concelho aos Regedores de Paróquia refletem essas preocupações, como estas que foram enviadas em 14 de março e, depois, em 16 de setembro de 1843, onde se lê: «para satisfazer a odr.^m superiores, precisase que V. Ex.^a remetta com maior brevidade huma nota em que declare o nº de fogos dessa freg.^a no anno de 1841 e das pessoas de todas as idades e sexo» e «remetta [...] huma relação de todos os indeviduos da sua Parrochia de idade de 14 a 65 anos, declarando nella, os nomes dos chefes de família, os filhos, e os creados, e se estes forem estrangeiros». Certamente, sensível às dificuldades dos Regedores em cumprirem tais tarefas, o Administrador do Concelho determina na circular de 19 de novembro do mesmo ano, que «Deve entenderse [...] com o Parocho dessa Freg.^a e de comum acordo à vista dos assentos de baptismo formarem uma relação de todos os rapazes que nascerão desde 1 de outubro de 1818 até ao último de novembro de 1825 [...]». AMC – *Livro de Registo de toda a Correspondência Expedida da Câmara de Chaves (1841-46)*, RS/59. Reconhecia-se, desta maneira, a importância da Igreja na elaboração das estatísticas oficiais da população, na época em apreço.

⁽¹⁴⁹⁾ Sobre este assunto, veja-se RODRIGUES *et alii*, 2009: 298-299. Leia-se, igualmente, SILVEIRA, 2001, I: 64-69.

⁽¹⁵⁰⁾ Pela Portaria de 13 de julho de 1836, o Governo recomendava aos governadores civis a forma de organizar a produção dos «*Mapas Statisticos*» (SERRÃO, 1986a: 245-246).

⁽¹⁵¹⁾ IAN/TT – M. Reino, ASE, maço 2040, cx. G.

⁽¹⁵²⁾ IAN/TT – M. Reino, ASE, maço 3408.

⁽¹⁵³⁾ IAN/TT – M. Reino, ASE, maço 3171.

na contagem das populações ⁽¹⁵⁴⁾, por incapacidade da administração civil e do seu relacionamento com a eclesiástica. O contributo empenhado da administração religiosa, na sequência da concordata de 1848 ⁽¹⁵⁵⁾, permitiu um salto na qualidade deste censo ⁽¹⁵⁶⁾. Da informação recolhida para Chaves extrai-se o total de fogos, habitantes (por sexos, mas sem referências a idades), nascimentos e óbitos (ambos por sexos) e casamentos ocorridos nesse ano.

A maioria das fontes apreciadas utilizam como unidade de contagem as expressões «*moradores*», «*vizinhos*» ou «fogos», sem que se saiba exatamente o seu significado ⁽¹⁵⁷⁾, mas que podem ser entendidas como agregados domésticos a incluir todos os elementos que viviam na mesma casa e do mesmo património, independentemente da existência ou não de «laços de sangue» ⁽¹⁵⁸⁾. Estes cálculos foram quase sempre realizados com base nos róis de confessados, omitindo, por vezes, os menores de confissão, os estrangeiros, os escravos, os militares e os residentes nos conventos. Para uniformizar critérios pondera-se um coeficiente multiplicador para estimar populações a partir do número de moradores ou fogos, de acordo com a época ⁽¹⁵⁹⁾. Esse esforço tem absorvido vários investigadores, ao longo do tempo ⁽¹⁶⁰⁾ que concordam num coeficiente que oscila entre um limite inferior de 4 e um limite superior de 5 para o cálculo do número de habitantes por fogo, dependendo naturalmente das variações temporais e espaciais ⁽¹⁶¹⁾. Assim, por exemplo, para a primeira metade de Quinhentos é talvez possível «apertar um pouco mais a grelha, fixando entre 4,3 e 4,8 o número de pessoas, em média, por cada agregado familiar-doméstico» ⁽¹⁶²⁾.

Para o Antigo Regime há, no entanto, outros documentos que, além das expressões citadas, indicam igualmente o número de almas, pessoas ou indivíduos.

Somente, o primeiro Recenseamento Geral da População portuguesa de 1 de janeiro de 1864, feito em moldes modernos, abre caminho a uma época de informação estatística de maior qualidade, mesmo assim, sujeita a sucessivas críticas ⁽¹⁶³⁾. O

⁽¹⁵⁴⁾ RODRIGUES *et alii*, 2009: 299.

⁽¹⁵⁵⁾ Cf. SILVEIRA e MARTINS, 2001, I: 83.

⁽¹⁵⁶⁾ Apesar da sua aceitável qualidade, o censo apresenta algumas imitações, uma vez que foi elaborado com base, sobretudo, nos livros de desobriga, levantando alguns problemas na contagem dos indivíduos, designadamente dos militares, presos, estrangeiros, entre outros grupos populacionais, e dos menores de confissão (cf. SILVEIRA e MARTINS, 2001, I: 89)

⁽¹⁵⁷⁾ Sobre esta problemática veja-se DIAS, 1996: 41-61.

⁽¹⁵⁸⁾ SANTOS, 2012: 204.

⁽¹⁵⁹⁾ Cf. RODRIGUES e MOREIRA, 2009: 144.

⁽¹⁶⁰⁾ Entre eles, destacam-se Soares Barros (1789), Balbi (1822), Rebelo da Silva (1868), Costa Lobo (1903), e mais recentemente Romero de Magalhães (1970) e Tiago de Oliveira (1980), citados por DIAS, 1996: 59-61.

⁽¹⁶¹⁾ Cf. DIAS, 1996: 61.

⁽¹⁶²⁾ DIAS, 1996: 61.

⁽¹⁶³⁾ Entre elas destaca-se a de Livi-Bacci que considera a existência de um sub-registo das taxas brutas de natalidade, designadamente na última década de Oitocentos. Também J. C. Chesnais afirma que a mortalidade é subestimada até 1920 (BANDEIRA, 1996: 142-143).

cômputo da população foi realizado de forma direta, nominativa e simultânea em todo o território português. A população recenseada é tratada a nível distrital, concelhia e de freguesia de acordo com sexo, estado civil e idade, adicionando-se os transeuntes e ausentes temporários e o total de fogos (¹⁶⁴). O censo de 1878 seguiu em traços gerais a mesma metodologia.

Os Recenseamentos seguintes, feitos de acordo com as leis do Congresso Internacional de Estatística, tinham por fim conhecer o número de habitantes, distinguindo população de «*direito*» e de «*facto*», por sexo, estado civil, bem como o número de famílias existentes. Infelizmente, a partir do 3.º censo (1890), os dados deixaram de ser publicados por freguesia, inviabilizando o conhecimento da estrutura etária da população de Chaves, nos alvares do século XX.

2. Evolução da população de Chaves

Das diferentes notícias históricas e das estatísticas oficiais publicadas após 1864, construímos o quadro e a representação gráfica correspondente que testemunham uma tentativa de reconstituição da evolução da população e de fogos para o período observado.

À luz dessas fontes, a população da vila de Chaves e de seu termo não pára de crescer, posto que a ritmos diferentes, até ao final da observação, acompanhando a tendência da província e do reino.

Assim, segundo os valores apresentados, a população flaviense aumentou 301,2%, entre 1530 e 1911, saltando de cerca de 1.700 para 6.820 residentes. Também, no mesmo período, o número de fogos cresceu 304,7%, mas a um ritmo menos vacilante, subindo de 385 para 1.558 agregados familiares.

Para o seu estudo, como já se referiu, socorremo-nos, em primeiro lugar, das fontes disponíveis que encontramos em distintos fundos documentais e, depois de 1864, das estatísticas oficiais publicadas, como a seguir se apresenta.

(¹⁶⁴) Cf. RODRIGUES *et alii*, 2009: 299.

Quadro 1
Evolução da população e de fogos de Chaves
(Vila e arrabaldes)

Período pré-censitário			Período censitário		
ANOS	FOGOS	POPULAÇÃO	ANOS	FOGOS	POPULAÇÃO (1)
1530 a)	385	1.700 *	1864 k)	1.337	5.612
1706 b)	400	1.800 *	1878 k)	1.370	5.539
1732 c)	500	2.077	1890 k)	1.563	7.730
1758 d)	858	3.418	1900 k)	1.521	6.463
1765 e)	510	2.206	1911 k)	1.558	6.820
1789 f)	680	3.650	(1) População residente. * População calculada com base no coeficiente de 4,5 ⁽¹⁶⁵⁾ .		
1796 g)	892	3.377			
1801 h)	1.213	4.593			
1828 i)	1.040	3.900			
1849 j)	1.036	3.395			

Fonte: a) FREIRE, A. Braamcamp de, in DIAS, 1996: 57; b) CARVALHO da COSTA, 1706: 507; c) LIMA, 1736: 554; d) CARDOSO, memória paroquial, 1758; e) PERÍNLONGUE, Manuel José, in FERRO, 1995: 120; f) COSTA, 1789: 355; g) CASTRO, C. Ribeiro de, in MENDES, 1995: 381; h) Censo de 1801: in SILVEIRA, 2001: 228; i) CARMO, 1833: 17; j) Censo de 1849, in SILVEIRA, 2001: 782; k) Recenseamentos oficiais entre 1864 e 1911.

Se no dealbar do segundo quartel de Quinhentos, imediatamente após a epidemia de peste de 1527, a vila estava pouco povoada contando com apenas 385 moradores ⁽¹⁶⁶⁾ e uma população que pouco ultrapassaria as mil e quinhentas criaturas ⁽¹⁶⁷⁾, já para o seu termo parece mais densamente ocupado a fazer fé numa carta de D. João III a Baltasar de Faria, de 1545, sobre os concelhos existentes no Arcebispado de Braga, referindo que «a Villa de Chaves e seu termo com suas Igrejas que tem três mil trezentos oytenta e hum moradores com suas famílias» ⁽¹⁶⁸⁾, o que representaria cerca de 15 mil e duzentas pessoas se aplicarmos o coeficiente proposto por Alves Dias de 4,5 ⁽¹⁶⁹⁾, entrevendo um possível crescimento populacional.

⁽¹⁶⁵⁾ Apesar de todas as dificuldades referidas por vários investigadores em encontrar um coeficiente adequando a cada região para o período em causa, João Alves Dias adianta: «Contudo, é talvez possível, para o Portugal da primeira metade do século XVI, apertar um pouco mais a grelha entre 4,3 e 4,8 o número de pessoas, em média, por cada agregado familiar-doméstico» (DIAS, 1996: 61).

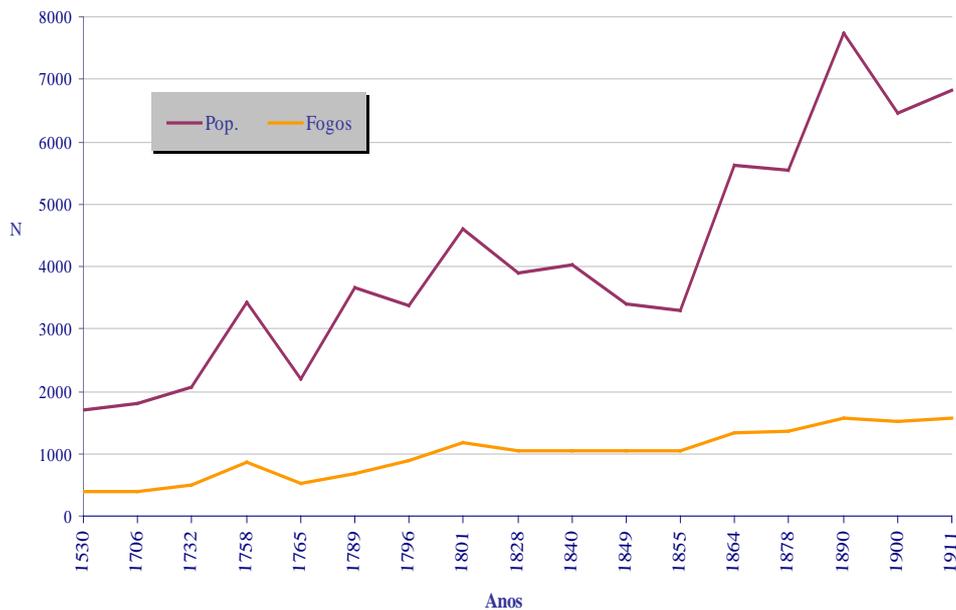
⁽¹⁶⁶⁾ Segundo o cadastro a «Villa de Chaves he cerçada e acastelada e he do Duque de Bragança, com toda juridiçam; e ao presente por respeyto da peste está despovoada que nam há hi nenguem; antes de ser a dita peste vyvyam na dita villa e seus arrabaldes 385 moradores», pub. de FREIRE, A. Braamcamp, “Povoação de Trás os Montes no XVI século”, in *Arquivo Historico Portuguez*, Vol. VII, 1909, p. 270, citado por DIAS, 1996: 57.

⁽¹⁶⁷⁾ A propósito, João Alves Dias, com base em Anselmo Braamcamp, refere que a vila de Chaves «no ano de 1530 estava despovoada, embora antes da peste vivessem nela e no seu arrabalde 385 moradores. Como se esperava que esta gente voltasse, não foram contados nos locais onde viviam, mas sim como se estivessem a viver em Chaves, embora se soubesse que pelo menos 80 agregados-familiares tivessem já morrido» (DIAS, 1996: 57).

⁽¹⁶⁸⁾ In DIAS, 1996: 202.

⁽¹⁶⁹⁾ Veja-se DIAS, 1996: 61.

Gráfico 1
Evolução da população e de fogos da vila de Chaves
(1530-1911)



Entre 1530 e a publicação da *Chorographia Portugueza* do Padre António Carvalho da Costa, apenas se conhece a notícia de uma contagem do cronista Rodrigo Mendez da Silva feita pouco tempo antes da Restauração com objetivos de recrutamento militar, e publicada em Madrid, com o título «*A Población General de España*» em 1645⁽¹⁷⁰⁾. A vila de Chaves é descrita como tendo uma boa muralha, de quatro portas, e abundante em pão, vinho, azeite, gados, caça, pesca e fruta; sendo habitada por 500 vizinhos⁽¹⁷¹⁾. Chaves, com cerca de dois mil habitantes, tornara-se, durante o século XVII, um importante centro dinamizador de vida local e regional do interior do país, no dizer de Veríssimo Serrão⁽¹⁷²⁾. Este dinamismo urbano deve-se a uma importante concentração populacional de 20 hab/km², a maior de toda a província de Trás-os-Montes, com 14 hab/km², com significativa ocupação em Vinhais, Bragança, Mirandela e na linha ribeirinha do Douro⁽¹⁷³⁾.

Já a *Chorographia Portugueza*, publicada nos primeiros anos de Setecentos, atribui à vila apenas «*quatrocentos vizinhos*»⁽¹⁷⁴⁾. Esta diminuição populacional vem ao arrepio da tendência de florescimento da urbe, materializado na recuperação e

⁽¹⁷⁰⁾ Veja-se a propósito SERRÃO, 1979, IV: 271-273.

⁽¹⁷¹⁾ Veríssimo Serrão analisou e publicou os dados do manuscrito em «Uma Estimativa da População Portuguesa em 1640», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa, 1975, vol. XVI, p. 213-303.

⁽¹⁷²⁾ Cf. SERRÃO, 1979, IV: 274.

⁽¹⁷³⁾ Cf. RODRIGUES, 2009: 172.

⁽¹⁷⁴⁾ Mencionando que «toda a povoação he huma só Freguesia, que tem quatrocentos vizinhos, Cõ huma Igreja Collegiada, orago de Nossa Senhora da Assumpção, Priorado que apresenta a Casa de Bragança» (CARVALHO da COSTA, I, 1706: 507). O Padre Carvalho da Costa refere-se, naturalmente, à vila intramuros e aos maiores de 7 anos.

construção das suas grandiosas muralhas dos finais de Seiscentos, em consequência da Guerra da Restauração, bem como à concentração da população militar. Acresce, ainda, que o último quartel do século XVII foi favorável ao crescimento populacional, vivendo o reino em paz e as crises de mortalidade foram somente de fraca e média intensidade⁽¹⁷⁵⁾. Todavia, estima-se que a população oscilava entre as mil e seiscentas e as mil oitocentas almas de confissão se optarmos pelo coeficiente multiplicador de quatro pessoas por fogo, avaliado, entre outros, por Romero de Magalhães, para este período⁽¹⁷⁶⁾, ou de 4,5 aplicado anteriormente. Seja como for, o crescimento da população foi muito escasso, mas, no nosso entender, o tamanho da população não seria inferior à do numeramento joanino.

Umhas décadas mais tarde, D. Luís Caetano Lima, com base nos dados coligidos para a Real Academia, publicou, em 1736, no apêndice da *Geographia Histórica*, indicando para esta «Parochia de Santa Maria Mayor da Villa Chaves» 500 fogos e 2.077 almas e para o seu termo 5.637 agregados e 16.323 pessoas⁽¹⁷⁷⁾, correspondendo a 4,2 pessoas por fogo no meio urbano e a 2,9 no rural. Enferma esta informação por só indicar as pessoas de confissão, devendo, por isso, no dizer de Veríssimo Serrão, utilizar-se com a máxima cautela⁽¹⁷⁸⁾. Esta tendência de crescimento da população flaviense contrasta com o abatimento demográfico da província de Trás-os-Montes, em consequência dos efeitos adversos da guerra, dos surtos epidémicos e do êxodo populacional, sobretudo de cristãos-novos para o Brasil⁽¹⁷⁹⁾.

O crescimento da população é confirmado pelo Padre Luiz Cardoso no *Diccionario Geográfico do Reyno de Portugal*, publicado em 1751, atribuindo à vila de Chaves «seiscentos moradores»⁽¹⁸⁰⁾.

Mais tarde, nas *Memórias Paroquias*, o Padre Luiz Cardoso menciona que a paróquia é constituída por «858 fogos e 3418 pessoas de sacramento», excluindo, por isso, os menores de 7 anos⁽¹⁸¹⁾. Segundo estes valores a população de Chaves

⁽¹⁷⁵⁾ RODRIGUES e MOREIRA, 2009: 147.

⁽¹⁷⁶⁾ RODRIGUES e MOREIRA, 2009: 146-147.

⁽¹⁷⁷⁾ LIMA, 1736, II: 554-556.

⁽¹⁷⁸⁾ SERRÃO, 1980, V: 352.

⁽¹⁷⁹⁾ Sobre a perda da concentração populacional em Trás-os-Montes, no período em causa, leia-se RODRIGUES, 2009: 177-178; MOREIRA, 2009: 259-260. Veja-se, igualmente, SERRÃO, 1980, V: 347-351.

⁽¹⁸⁰⁾ No *Diccionario Geográfico*, Chaves é descrito como uma «Villa na Província de Traz os Montes, Arcebispado de Braga, comarca de Guimaraens: he Praça de Armas, e a Capital desta Província: tem seiscentos moradores, e são seus Donatários os Senhores Duques de Bragança, na qual entra em correição o seu Ouvidor» CARDOSO, 1751, II: 634.

⁽¹⁸¹⁾ Estes dados parecem empolados se tivermos em conta que, em 1706, o Padre António Carvalho da Costa indicava na *Corografia Portuguesa* para a vila de Chaves «quatrocentos vizinhos» (CARVALHO da COSTA, 1706: 507), pelo que a população, no início do século XVIII, rondaria pouco mais 1.600 almas. Porém, a nossa leitura é outra: estes valores reportam-se apenas à «povoação recolhida adentro da muralha» excluindo, por isso, os dois arrabaldes e subúrbios, aproximando-se desta feita dos 583 fogos e das 2.554 pessoas de sacramentos registados na vila intramuros, conforme se conta nas *Memórias Paroquiais* de 1758. Esta separação territorial aparece-nos, neste último documento, bem definida, em três círculos envolventes: a vila «cercada de muros»; os

ultrapassava, por essa altura 3.500 habitantes, o que representaria nestes dois séculos, apesar das epidemias e das guerras ocorridas, entre elas a da Restauração, um expressivo crescimento de mais de 100 %!

Para a segunda metade de Setecentos, marcada por maus anos agrícolas e consequente carência alimentar e por alguns episódios bélicos ⁽¹⁸²⁾, as fontes apreciadas continuam a suscitar dúvidas: segundo o cômputo de Manuel Perínlongue ⁽¹⁸³⁾, datado de 1765, o número de fogos era de 510 e o de habitantes 2.206, tendo a população diminuído drasticamente nos últimos 7 anos. Abona a favor da credibilidade destes dados a ocupação da vila pelos castelhanos, entre maio de 1762 e fevereiro do ano seguinte. Certamente que estes valores apenas se referem ao interior da urbe, aproximando-se, assim, da cifra referida nas *Memórias Paroquiais*. Por sua vez, João Pedro Ferro afirma que os números de fogos e de habitantes apresentados naquele estudo, para todo o país, estão empolados relativamente a outros estudos conhecidos ⁽¹⁸⁴⁾, uma discrepância que, a nosso ver, não se aplica a Chaves. Já Inácio da Costa na «*Memória agronómica relativa ao concelho de Chaves*» ⁽¹⁸⁵⁾ refere que a população flaviense não terá parado de crescer, atingindo 3.650 almas, em 1789, ainda que o número de fogos tenha diminuído para 680 ⁽¹⁸⁶⁾. Este florescimento poderá estar relacionado com a importância militar e administrativa da vila, que à altura «he Praça de armas com guarnição de dois regimentos de Cavalaria, hum de Infantaria, e hum destacamento de Artilheiros do Porto. He regularmente a residência do General da Província, do Governador da Praça, do Juiz de Fora e quase sempre do Ouvidor Corregedor» ⁽¹⁸⁷⁾. Também o concelho parece beneficiar deste crescimento estimando-se a sua população em 33.800 almas e 7.073 fogos ⁽¹⁸⁸⁾, à razão de 4,8 pessoas por agregado doméstico.

Por sua vez, um manuscrito dos finais do século XVIII de Columbano Ribeiro de Castro, regista um aumento expressivo do número de fogos para 892, e uma população de apenas 3.377 criaturas, sublinhando, no entanto, que «a população desta

«dous arrabaldes» com 133 fogos e 435 pessoas de sacramento; e os «seos suburbios» composto por 142 fogos e 429 pessoas de sacramento, (cf. CARDOSO, 1758, XI, mem. 311: 2067-2069).

⁽¹⁸²⁾ À carência de alimentos juntaram-se as epidemias e a ocupação militar da vila pelas tropas espanholas (1762-63), na sequência da nossa participação na Guerra de Sete anos. Estas condições amargaram duramente a existência dos flavienses durante este período, traduzindo-se consequentemente num acréscimo da curva obitória.

⁽¹⁸³⁾ Pub. FERRO, 1995: 109-151.

⁽¹⁸⁴⁾ Refere-se a outro estudo realizado no mesmo ano pelo duque de Choiseul com o título «*Ensaio sobre Portugal*», a pedido do rei francês, apresentando valores inferiores de população para o território nacional (FERRO, 1995: 94).

⁽¹⁸⁵⁾ COSTA, 1789, T.I: 355.

⁽¹⁸⁶⁾ O memorialista é claro, afirmando que «tem, Chaves com os seus arrabaldes 680 fógos com 3650 almas» COSTA, T.I, 1789: 355.

⁽¹⁸⁷⁾ COSTA, 1789, T.I: 354.

⁽¹⁸⁸⁾ COSTA, 1789, T.I: 355.

vila está mais aumentada e rica do que antigamente»⁽¹⁸⁹⁾. Também o numeramento de Pina Manique, em 1798, reforça esse crescimento, indicando para esta freguesia de Santa Maria Maior 863 fogos⁽¹⁹⁰⁾. Estes dados pela sua discrepância deixam-nos muitas dúvidas, sobretudo na dimensão dos aglomerados familiares. Basta confrontarmos o coeficiente de 3,8 pessoas por fogo resultantes dos dados de Columbano de Castro, com o elevado índice de 5,4 de José Inácio da Costa. Neste caso, em nosso entender, o número de fogos está subavaliado, porquanto é evidente que os quantitativos de agregados domésticos são mais estáveis que o volume de população. Por sua vez, Fernando de Sousa reforça as nossas preocupações, ao garantir para Trás-os-Montes, em 1794, a dimensão média de 3,7 almas por fogo, subindo para 3,9, em 1801⁽¹⁹¹⁾. Ainda, segundo este investigador, na última década do século, em que a terra flaviense fora atravessada por um importante surto de desenvolvimento comercial, a sua população cresceu de 3.400 pessoas, em 1793, para 4.600 no alvorecer de Oitocentos⁽¹⁹²⁾, uma surpreendente taxa de crescimento anual média de 4,4%. Por sua vez, a província, entre esses dois momentos, teria aumentado a sua população em 14.331 almas, à média anual de 2.047 pessoas, mas a uma taxa bem menor de 0,8%⁽¹⁹³⁾.

Dando crédito ao censo de 1801, houve neste período um aumento substancial do número de fogos e de população da vila, apesar dos maus anos agrícolas do último quartel de Setecentos, acompanhando, assim, a tendência genérica de crescimento ocorrida em toda a província de Trás-os-Montes e no país, em geral⁽¹⁹⁴⁾. Na verdade, a vila de Chaves regista, à luz do censo de 1801, 1.213 fogos e 4.593 almas⁽¹⁹⁵⁾, valores que, pelas estatísticas disponíveis, só serão ultrapassados por ocasião do 1º Recenseamento, em 1864. Todavia, no ano de 1801 o crescimento natural foi negativo, resultante de 252 óbitos e, apenas, 225 nascimentos, representando taxas brutas de natalidade e de mortalidade elevadas, respetivamente, de 48,9 e de 54,8, por mil habitantes. Ainda, com base nos dados do Censo de 1801, o concelho acompanha a taxa de crescimento natural negativa de 2,9%, embora menos acentuada que a sua sede. Deve-se esta situação à ocorrência de um surto de sobremortalidade que, por essa altura, aqui laborava, como veremos noutro lugar. Também, segundo o mesmo Censo, as

⁽¹⁸⁹⁾ MENDES, 1995: 380.

⁽¹⁹⁰⁾ SERRÃO, 1970: 116.

⁽¹⁹¹⁾ SOUSA, 1979: 239.

⁽¹⁹²⁾ SOUSA, 1979: 193.

⁽¹⁹³⁾ SOUSA, 1979: 124.

⁽¹⁹⁴⁾ Veríssimo Serrão, com base nos dados de Adrien Balbi, assevera que «nunca Portugal fora tão povoado como na época que precedeu a primeira invasão francesa», contando o Reino, em 1807, 3.199.000 habitantes, cômputo que, em consequência das invasões francesas, só voltará a ser alcançado depois da Revolução Vintista (SERRÃO, 1984, VII: 238-241).

⁽¹⁹⁵⁾ SILVEIRA, 2001, I: 228.

idades transmontanas de Vila Real e Bragança acusam taxas de crescimento natural superiores à verificada em Chaves de – 0,9 ‰ e de 1,27 ‰, respetivamente, evidenciando efeitos menos gravosos da crise de 1801. Enquanto Chaves definha, verifica-se uma ascensão de Vila Real, devido ao comércio do vinho duriense, e Bragança como nova residência da diocese e cabeça do Nordeste transmontano (¹⁹⁶). A situação agravou-se em consequência da chamada «*Guerra das laranjas*», das invasões francesas e dos surtos epidémicos que, entretanto, flagelaram a vila, a região e o país.

A fazer fé nas notícias populacionais da época, advinha-se uma quebra demográfica nos meados do segundo quartel de Oitocentos. É isso mesmo que deixam antever os valores apresentados por Bento Pereira do Carmo (¹⁹⁷), para o ano de 1828, de 1.040 fogos e de 3.900 indivíduos, correspondendo a uma quebra de 140 agregados familiares e de 700 pessoas, em relação ao início do século. Também o *Mappa Statistico do Distrito Administrativo de Vila Real*, de 1840 (¹⁹⁸), reflete essa estagnação atribuindo à vila 1.040 fogos e 4.038 pessoas. Todavia, a taxa de crescimento natural é de 16,8 ‰, parecendo anunciar um aumento significativo da população para os meados do século.

Seguirmos a evolução da população durante a primeira metade de Oitocentos tornou-se uma tarefa delicada pela inexistência de fontes confiáveis, apesar dos contínuos esforços dos governos liberais para a produção de vários tipos de estatística, nomeadamente da população, sobretudo após 1834 (¹⁹⁹). Contudo, os seus frutos foram escassos ou não sobreviveram ao tempo. Fatores como a debilidade do Estado, a instabilidade política, os conflitos entre a administração civil e eclesiástica, entre outros, não facilitaram, na época, a melhor produção estatística credível da população. Por isso, foi necessário esperar pelo censo de 1849 (²⁰⁰), ainda que, por estas razões, os correspondentes dados tenham de ser tomados com alguma prudência (²⁰¹). Segundo este censo a população flaviense diminuiu para 3.395 almas e 1.036 fogos (²⁰²),

⁽¹⁹⁶⁾ SERRÃO, 1982, VI: 360.

⁽¹⁹⁷⁾ CARMO, 1833: 17.

⁽¹⁹⁸⁾ IAN/TT – M. Reino, ASE, maço 2040, cx. G.

⁽¹⁹⁹⁾ Com a laicização das tarefas «os responsáveis directos pelos levantamentos deixam de ser os eclesiásticos, substituídos por homens de confiança política, como os regedores, agentes dos recenseamentos modernos» (RODRIGUES *et alii*, 2009: 297).

⁽²⁰⁰⁾ Este censo «vem alterar o panorama cinzento que caracteriza a primeira metade do século XIX, porque além do carácter exaustivo das informações que disponibiliza, foi realizado num curto espaço de tempo e com maior eficiência» (RODRIGUES *et alii*, 2009: 299), contando com uma maior colaboração do corpo eclesiástico, na sequência da Concordata de 1848 (SILVEIRA e MARTINS, 2001, I: 83).

⁽²⁰¹⁾ É exemplo disso, os valores encontrados nesse Censo para esta vila que, não tendo em conta os registos dos livros de baptismo, casamento e óbito, apresentam diferenças substanciais, sobretudo nos casamentos. Assim, para conhecimento, indicamos as duas grandezas, sendo a primeira, as que constam no censo de 1849: casamentos 28 / 61; nascimentos 128 / 137; e óbitos 94 / 63 (adultos), admitindo-se que a cifra indicada no censo possa integrar a mortalidade dos menores de 7 anos. Quanto aos casamentos, reportar-se-á este número apenas aos casais que aqui se fixaram?

⁽²⁰²⁾ SILVEIRA, 2001, III: 782.

contrariando a tendência verificada no resto da Província. Também, durante este período, o concelho registou uma quebra substancial, passando de 31.651 para 17.356 pessoas ⁽²⁰³⁾. Igualmente, durante a primeira metade de Oitocentos, o número de fogos concelhios diminuiu drasticamente de 7.931 para 4.785.

Ao invés, durante esse período, a população urbana de Vila Real e de Bragança cresceu 23,1% e 31,1%, respetivamente. Por sua vez, surpreendentemente, a sua população concelhia teve um extraordinário abatimento de 29,3%, em Vila Real, e de 39,5%, em Bragança, em consequência do forte recuo do meio rural, aproximando-se, assim, da tendência do nosso concelho.

Na verdade, a primeira metade de Oitocentos foi marcada por uma conjuntura política, social e económica muito nociva devido às guerras peninsulares, às intestinas lutas liberais do início da Monarquia Constitucional e aos consequentes maus anos agrícolas geradores de grandes sobremortalidades ⁽²⁰⁴⁾. Esta conjuntura é ainda agravada pela forte corrente emigratória com destino ao Brasil, onde, muitos deles engrossaram a mão-de-obra barata, quase sucedânea da escrava ⁽²⁰⁵⁾. Também Veríssimo Serrão justifica grandemente esse abatimento demográfico pelo fluxo emigratório, forçado ou voluntário, para o Brasil, em consequência da incapacidade do regime oriundo da revolução de 1820 em «melhorar as condições de vida das franjas mais deserdadas da população» e do «êxodo de milhares de liberais» no tempo de D. Miguel ⁽²⁰⁶⁾. É certo que esta conjuntura política e militar foi aqui vivida com certa intensidade, com funestas implicações sociais ⁽²⁰⁷⁾, parecendo explicar, em parte, a forte quebra da população flaviense durante esse período.

Por sua vez, o censo de 1849 apresenta-nos para a vila um coeficiente de 3,3 pessoas por fogo, inferior ao 3,8 calculado para o conjunto de Trás-os-Montes, e ao de 3,9 encontrado por Fernando de Sousa no censo de 1801 ⁽²⁰⁸⁾, o que dá a esta terra uma

⁽²⁰³⁾ Com as reformas liberais, designadamente com a aprovação da lei de 25 de abril de 1835, os limites do território do país e da província de Trás-os-Montes sofreram alterações administrativas significativas. É o caso do Couto de Ervededo que, no censo de 1801, por pertencer ao arcebispado de Braga, integrava a província do Minho. Porém, só mais tardiamente, após a extinção do concelho de Ervededo, em 31 de dezembro de 1853, virá a fazer parte do concelho de Chaves.

⁽²⁰⁴⁾ Foi o que aconteceu no ano de 1842, como se lê numa petição do Administrador do Concelho ao Duque de Palmela, em 31 de julho, que dizia: «no estado de fome e de miséria em que se acha esta província, pela esterelidade do ano». AMC – *Livro de Registo de toda a Correspondência Expedida da Câmara de Chaves* (1841-1846), RS / 59.

⁽²⁰⁵⁾ Foram várias a vozes que se levantaram contra esta emigração, entre elas, a de Alexandre Herculano, que considerava o trabalho humano como a maior riqueza do nosso país. Também os vários Governos liberais tentaram dissuadir este fluxo, quer com avisos, quer com legislação. É disso exemplo a Portaria de 19 de agosto de 1842 que visava impedir o aliciamento nos portos do país de emigrantes para Brasil (SERRÃO, 1986a, VIII: 244-256). Pode estar aqui, em parte, a explicação da grande quebra de batizados neste quadro urbano, entre 1837 e 1844.

⁽²⁰⁶⁾ SERRÃO, 1986a, VII: 253.

⁽²⁰⁷⁾ Veja-se, a propósito, MACHADO, 1994: 231-265.

⁽²⁰⁸⁾ Igual discrepância verifica-se com o indicador de relação de masculinidade neste dois censos: 107, no primeiro e apenas 89, no segundo, evidenciando a fuga da população masculina da vila.

certa especificidade demográfica no período liberal, merecedora de uma análise mais atenta, fora do âmbito deste trabalho.

Na década e meia seguinte, apesar de ser atravessada por trágicos surtos epidémicos ⁽²⁰⁹⁾, a população de Chaves cresceu a ritmos diferentes. Se nos ativermos aos valores apresentados pelo *Mappa Statistico do Distrito Administrativo de Vila Real*, do ano de 1855 ⁽²¹⁰⁾, a população da vila tinha minguado para 3.284 almas e o número de fogos para 1.036, em consequência, certamente das grandes mortandades de 1851, 1852 e de 1855. Neste ano, a taxa bruta de mortalidade elevou-se a 100,5‰, enquanto a taxa de crescimento natural desceu para o valor negativo de 59,4 ‰. Por sua vez, o concelho apresenta uma taxa de crescimento natural de 5,8‰, parecendo ficar imune às adversidades do meio urbano.

Na década seguinte, o censo de 1864, atribui-lhe 4.871 criaturas, excluindo 741 “*transeuntes*” do total da população recenseada. Inversamente, a população do concelho diminuiu de 34.259 almas, em 1855, para 31.815, em 1864, não contando os 841 «*transeuntes*», o que deixa transparecer que o mundo rural sofreu mais tardiamente os efeitos da funesta conjuntura que afetara a região. Também o *Mappa Statistico do Distrito Administrativo de Vila Real*, para ano de 1867 ⁽²¹¹⁾, manifesta igual tendência em relação a 1855: uma ligeira diminuição da população do concelho e um significativo aumento de 72% da população da vila, passando para 5.650 pessoas. Esta constatação leva-nos a interrogar sobre os fatores que influenciaram este forte crescimento populacional. Certamente, entre eles, estão incluídos a paz interna e externa e a melhoria das condições económicas, consequentes dos progressos materiais da segunda metade de Oitocentos.

Da informação recolhida através dos censos, entre 1864 e o final do século, a população da vila passou de 5.612 para 6.463 residentes, um magro crescimento de apenas de 0,42 %, mesmo assim ligeiramente superior à taxa de crescimento relativo de 0,34% do seu concelho. Esta evolução não foi linear: teve períodos de ritmos diferentes como nos mostra o quadro apresentado.

⁽²⁰⁹⁾ Entre aos flagelos ocorridos, contam-se a *cholera-morbus* e a febre-amarela detetadas também em diversas regiões do país. Aqui, estas sentiram-se com grande virulência sobretudo no ano de 1855.

⁽²¹⁰⁾ IAN/TT – M. Reino, ASE, maço 3408.

⁽²¹¹⁾ IAN/TT – M. Reino, ASE, maço 3171.

Quadro 2
Taxa de crescimento da população de Chaves e do Concelho
(1864-1911)

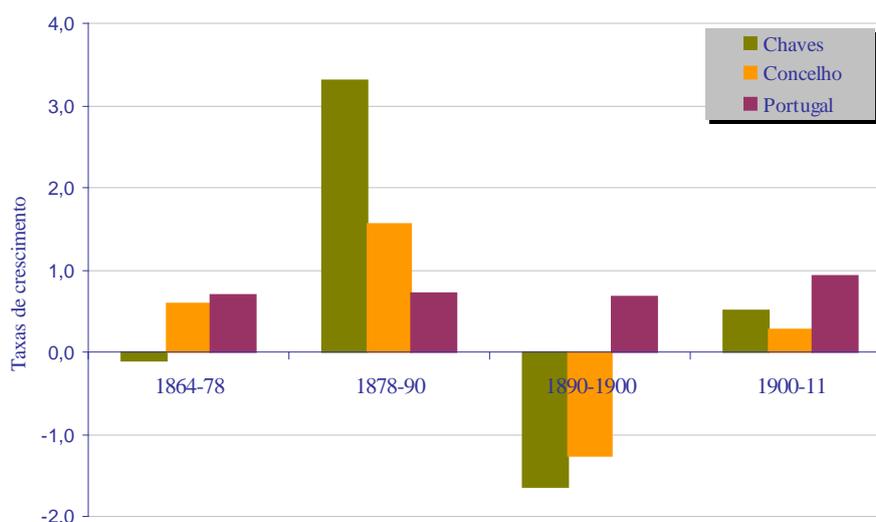
Censos	Chaves	Taxa de Crescimento (%)	Concelho	Taxa de Crescimento (%)
1864	5.612	-	32.756	-
1878	5.539	-0,09	35.485	0,60
1890	7.730	3,30	42.109	1,56
1900	6.463	-1,64	36.781	-1,27
1911	6.820	0,50	37.913	0,28

Fonte: INE – *Recenseamentos Gerais da População*

À luz dos dados expostos, as últimas décadas do século XIX apresentam um crescimento lento e irregular da população da vila, fruto de uma quebra populacional nos períodos intercensitários de 1864 a 1878 e de 1890 a 1900, com taxas médias anuais negativas de 0,09% e 1,64%, respetivamente. Curiosamente é entre estes dois períodos, de 1878 a 1890, que se regista uma taxa de crescimento médio anual significativamente elevada de 3,30%; ao invés, a última década do século apresenta uma quebra de – 1,64%, abrindo, desta forma, caminho a um ritmo de crescimento fraco nas primeiras duas décadas do século XX, com taxas de crescimento médio anual de 0,50% e de 0,05%, respetivamente.

Para melhor compreendermos o fenómeno elaboramos um gráfico comparativo da evolução das taxas de crescimento de Chaves, do seu concelho e do país.

Gráfico 2
Evolução comparativa das taxas de crescimento
(Chaves, Concelho e Portugal)
(1864 - 1911)



Fonte: Com base nos Recenseamentos Gerais da População, INE

Segundo a representação gráfica, verificamos nitidamente os diferentes ritmos de crescimento anual médio. A população portuguesa apresenta um crescimento regular e contínuo, com ligeira quebra na última década do século. Por sua vez, as populações da vila e do seu concelho sofreram variações de crescimento mais acentuadas que o país em geral, com maior intensidade no meio urbano. Provavelmente, a origem destas flutuações, à semelhança do século XX, dever-se-á mais aos movimentos migratórios que ao crescimento natural ⁽²¹²⁾.

A análise da evolução das relações de masculinidade da população flaviense, através dos registos censitários, permite-nos avaliar com alguma segurança a influência desses fluxos migratórios no equilíbrio existente entre os residentes de ambos os géneros, sabendo-se que, na ausência de sua interferência, a população tende para uma igualdade, considerando-se a sobremasculinidade à nascença e a mortalidade diferencial, ao longo da vida.

Assim, com base nos registos censitários, construímos o quadro sobre a Evolução da população, por sexos, entre 1864 e 1911 (Quadro 3). A sua análise mostra-nos claramente uma tendência de descida continuada até ao final da observação, situando-se, segundo os dois últimos censos, abaixo do índice 100.

Quadro 3
Evolução da população por sexos
(1864-1911)

Censos	População Masculina	População Feminina	Relação de Masc.
1864	3.027	2.585	117,1
1878	2.909	2.630	110,6
1890	3.915	3.550	110,3
1900	3.153	3.340	94,4
1911	3.269	3.551	92,1

Fonte: INE – *Recenseamentos Gerais da População*.

Os valores encontrados, no primeiro caso, são considerados aceitáveis devido à forte permanência de militares na vila. São prova disso os 741 “*transeuntes*” registados no censo de 1864, a que já fizemos alusão. Sabendo-se que nascem mais rapazes que raparigas somos levados a suspeitar que o desequilíbrio estrutural, registado nos censos seguintes, se ficou a dever à diminuição da população masculina, mais tradicionalmente predisposta a emigrar ⁽²¹³⁾, afetando, por isso, inevitavelmente a proporção entre os

⁽²¹²⁾ BANDEIRA, 1996: 151.

⁽²¹³⁾ VEIGA, 2004: 33.

sexos. A emigração para o Brasil foi, certamente, o maior dos fatores responsáveis pela evasão dos homens desta terra, no período em causa.

Apesar de desconhecermos a distribuição deste *deficit* a nível da estrutura populacional, sobretudo nos grupos mais jovens, estamos convencidos de que este teve importantes implicações no mercado matrimonial, penalizando as mulheres no acesso ao matrimónio e limitando-as na sua capacidade reprodutiva.

Em seguida, agrupámos a população residente pelo número de fogos registados, calculando a dimensão média dos agregados domésticos (Quadro 4). Anterior a 1864, o fogo era uma unidade utilizada preferencialmente para avaliar as populações das comunidades do passado ⁽²¹⁴⁾. O seu estudo deve-se a que o agregado doméstico, correspondendo ou não a uma família, é a célula mais estável dentro do quadro social, variando menos que a sua população. Como é sabido, isso verifica-se quando um alfoz é açoitado por uma crise de mortalidade, ou pela emigração, determinando a redução do número de efetivos, mas não tanto a quantidade de núcleos familiares.

Quadro 4
Evolução da população por fogos
(1864 - 1911)

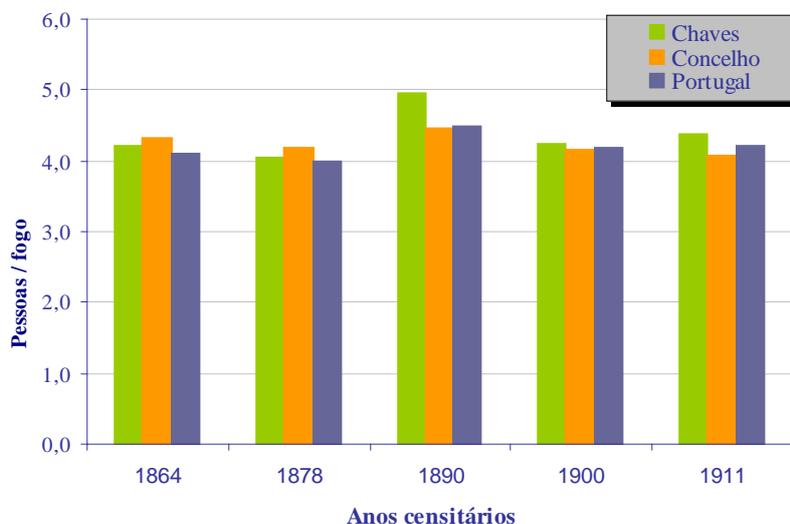
Censos	Pop. Residente	Fogos	Pessoas/fogo
1864	5.612	1.337	4,2
1878	5.539	1.370	4,0
1890	7.730	1.563	4,9
1900	6.463	1.521	4,2
1911	6.820	1.558	4,4

Fonte: INE – *Recenseamentos Gerais da População*.

Segundo a leitura dos valores apresentados, notamos, em linhas gerais, uma tendência de crescimento do número de fogos ao longo da última fase de Oitocentos. A sua dimensão por unidade familiar oscila entre os 4,0, em 1878, e 4,9 pessoas, em 1890. No primeiro caso, a população diminuiu, enquanto o número de fogos subiu ligeiramente, levando a um encolhimento do número médio de pessoas por agregado familiar, o menor coeficiente registado. Ao invés, em 1890, a população residente e os agregados familiares aumentam significativamente, conduzindo a um crescimento das unidades domésticas, próximo das cinco pessoas por fogo, a maior dimensão encontrada até agora.

⁽²¹⁴⁾ A contagem de fogos apresentava uma longa tradição em Portugal não oferecendo maiores dificuldades para os párocos (cf. SOUSA: 1979: 67).

Gráfico 3
Comparação do número de habitantes por fogos
(Chaves, Concelho e Portugal)
(1864 - 1911)



Fonte: INE, *Recenseamentos Gerais da População*

Comparando os valores da dimensão dos fogos encontrados na vila com os resultados obtidos para o concelho e para o país (Gráfico 3), verificamos nitidamente entre estes dois contextos geográficos maior aproximação do que entre a vila e o seu próprio concelho. A vila de Chaves apresenta-se com rácios mais robustos, à exceção do registado no censo de 1878. Certamente, por influência da presença de militares, religiosos e pessoas que os acompanhavam.

A observação da estrutura etária da população em 1864, de acordo com o primeiro Recenseamento Geral da População, através do quadro apresentado (Quadro 5), e da correspondente representação gráfica ⁽²¹⁵⁾, demonstra-nos a dinâmica populacional, marcada pela expressão das classes adultas e contração dos grupos etários da população jovem e idosa em consequência dos efeitos demográficos, sobretudo, das nocivas conjunturas, respetivamente, dos meados e das primeiras décadas de Oitocentos.

Entre sexos, verifica-se uma sociedade predominantemente masculina (53,2%), sobretudo nos grupos etários até aos 55 anos. Acima dessa idade, a superioridade dos valores inverte-se a favor do sexo feminino. Assim, dos jovens até aos 20 anos, 50,5% são rapazes e 49,5% raparigas; ao invés, acima dos 60 anos, a posição inverte-se, 53,6% são mulheres e 46,4% homens.

⁽²¹⁵⁾ Na elaboração da pirâmide de idades foi necessário proporcionar o primeiro grupo etário, de zero aos 5 anos, uma vez que integra 6 anos, enquanto que os demais grupos compreendem somente cinco.

Quadro 5
População de Chaves
por grupos de idades e sexos separados
(1864)

Grupos de idade	Homens	Mulheres	Total
0 - 5	352	338	690
6 - 10	215	213	428
11 - 15	198	196	394
16 - 20	245	243	488
21 - 25	562	266	828
26 - 30	280	274	554
31 - 35	215	190	405
36 - 40	266	248	514
41 - 45	168	139	307
46 - 50	162	159	321
51 - 55	72	62	134
56 - 60	64	105	169
61 - 65	39	44	83
66 - 70	31	36	67
71 - 75	20	18	38
76 - 80	4	9	13
81 e +	3	5	8

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População de 1864.

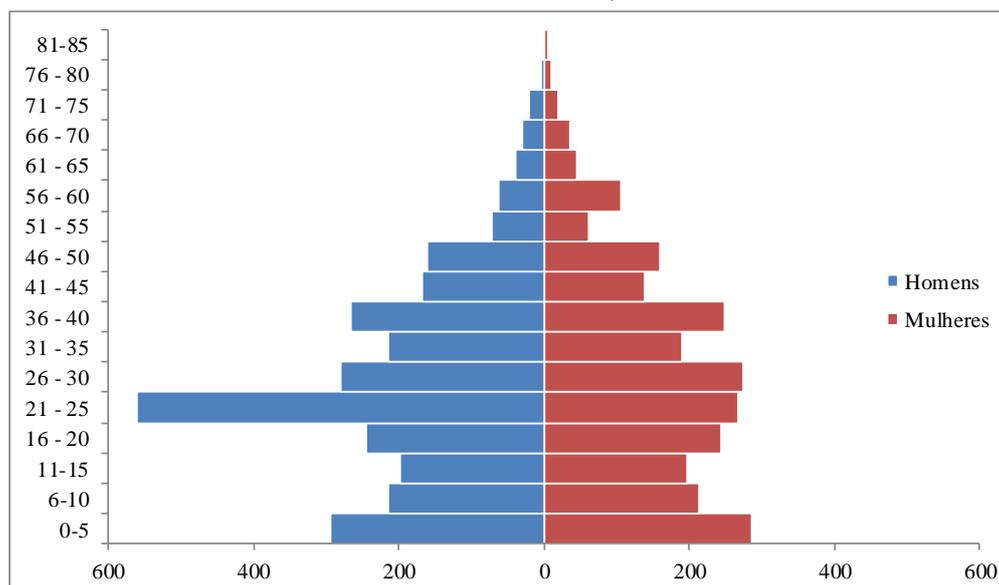
Segundo a mesma análise, ressalta de forma anormal o grupo etário masculino dos 21 aos 25 anos, certamente, por incluir grande parte dos militares aqui aquartelados.

Por sua vez, as faixas etárias dos 6 aos 10 anos e dos 11 aos 15, como já se referiu, são as mais encolhidas dos grupos mais jovens, com valores anormalmente baixos, acusando as dificuldades provocadas pelos surtos epidémicos da década de 50, como o de *cholera morbus* e da varíola. Também os grupos de idades dos 31 aos 35, 41 aos 45, e 51 aos 55 anos, correspondentes às gerações nascidas em 1829-1833, 1819-1823, e 1809-1813, respetivamente, evidenciam valores significativamente baixos em consequência de circunstâncias difíceis que tiveram aqui particularmente repercussão, como as invasões francesas e os conflitos intestinos dos primeiros anos da monarquia constitucional.

A análise do perfil demográfico, por grupos etários e sexo, em 1864 (Gráfico 4), permite-nos confirmar a existência, em termos globais, de um equilíbrio populacional entre os sexos, à exceção da forte perturbação introduzida pela entrada maciça e constante dos militares nesta praça, sobretudo entre os 21 e 25 anos de idade. Fica por saber se esta entrada mitiga o papel da emigração, que, como é sabido, atinge mais profundamente o sexo masculino. Esta entrada de militares dilata significativamente os

ativos nos níveis etários entre os 21 e os 60 anos, constituindo a maioria dos recenseados, com 61,7 % do total dos indivíduos masculinos.

Gráfico 4
Pirâmide etária de Chaves, em 1864



Fonte: INE – Recenseamento Geral da População de 1864.

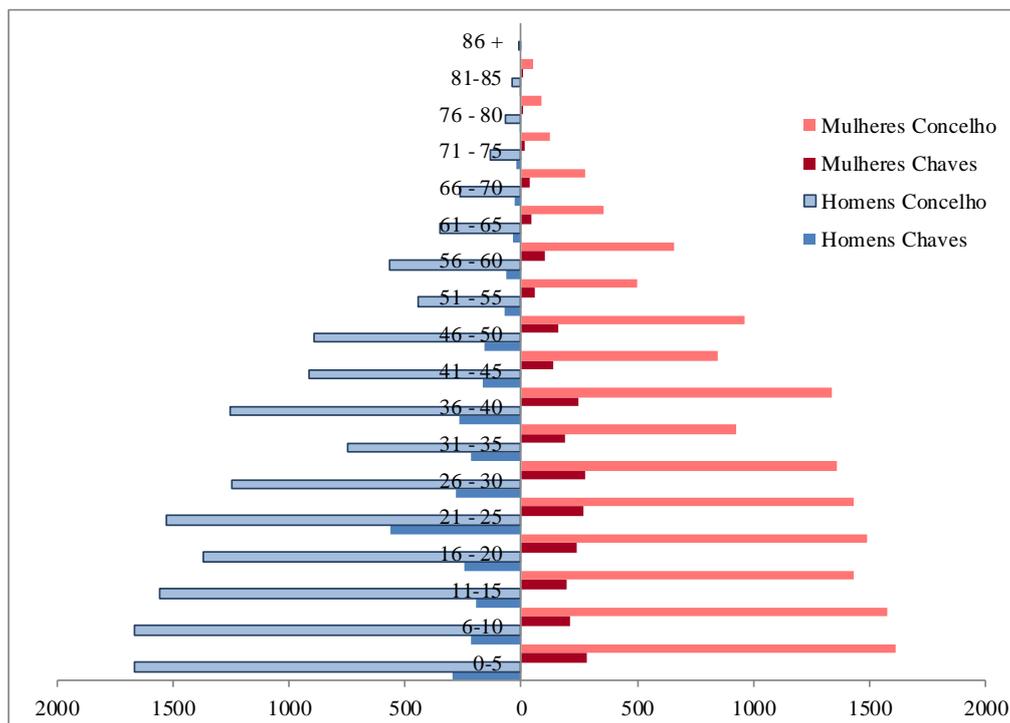
Também, possivelmente em consequência do dinamismo sócio-profissional da vila, esta faixa de população ativa aparece bem revigorada na estrutura etária com 59,4% da população total. Pelo contrário, apuramos a existência de um definhamento nos grupos mais jovens até aos 20 anos de idade, que apenas perfazem 36,8% da população, entreando um adiamento do crescimento populacional. No topo da pirâmide, com 61 e mais anos de idade, o volume é escasso, apenas com 3,8 % de indivíduos idosos (²¹⁶).

Estamos, portanto, perante um perfil de estrutura demográfica que não assegura o crescimento populacional normal, muito por ausência de jovens devido à forte mortalidade que os atinge, sobretudo nas primeiras idades de vida (²¹⁷). Isso mesmo nos vai mostrar a pirâmide etária de 1878, esvaziada dos grupos etários mais jovens à exceção da primeira faixa etária dos zero aos 5 anos.

(²¹⁶) Por essa altura o país apresentava 40,8% de jovens e 7,9% de idosos, com 60 e mais anos. Sobre este assunto, veja-se o quadro elaborado por RODRIGUES, 2009: 362.

(²¹⁷) Recorde-se que a taxa média anual de crescimento apurada para o período de 1864 a 1878 atinge o valor negativo de -0,09 %.

Gráfico 5
Pirâmide etária comparativa de Chaves e do concelho
(1864)



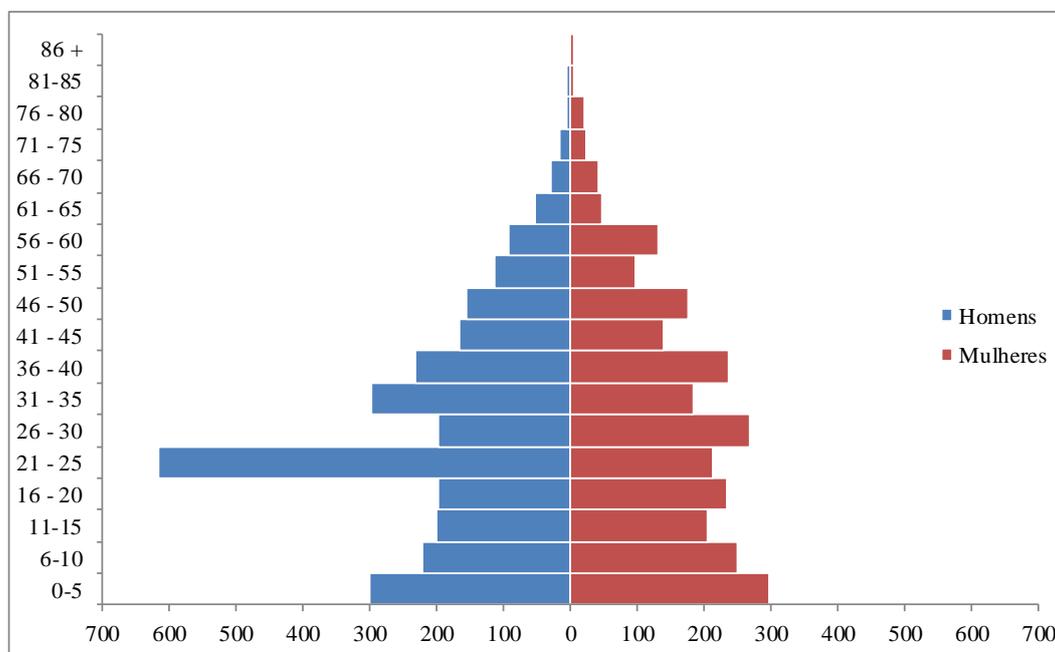
Fonte: INE – Recenseamento Geral da População de 1864.

Comparando as pirâmides etárias da população da vila e do concelho com base no Censo de 1864 (Gráfico 5), observamos, em termos globais, dinâmicas semelhantes das estruturas etária e de género. Igualmente visíveis são os valores anormalmente baixos para os grupos de idade de 6-10, 11-15, 31-35, 41-45 e 51-55 anos. Estes valores correspondem às gerações nascidas, entre 1809-13, 1819-23, 1829-33 e nos meados do século, coincidentes, conforme já vimos, com nocivos acontecimentos, de maiores consequências na vila que no meio rural. Também se pode concluir que o expressivo volume de efetivos entre 21 e 25 anos é restrito da vila e resultante em grande parte da atividade militar, com reflexos visíveis na contração da distribuição populacional masculina, entre os 21 e os 60 anos, no meio rural, que decresce para 50,5% da totalidade do sexo masculino.

Durante o período intercensitário de 1864 a 1878, a população passou de 5.612 para 5.539 residentes, um recuo de apenas 73 indivíduos. Ainda, segundo os dados, os ausentes passaram de 209 para 985 pessoas, 577 do sexo masculino e 408 do feminino, do primeiro para o segundo momento censitário, que, no nosso entender, só poderá ser explicado pela atração diferencial do movimento emigratório.

Considerando a pirâmide etária de 1878 (Gráfico 6), a população da vila encontra-se atrofiada na base consequente da forte redução do número de jovens, nas décadas anteriores, deixando, no entanto, antever nutridas taxas de natalidade nos anos seguintes.

Gráfico 6
Pirâmide etária de Chaves em 1878



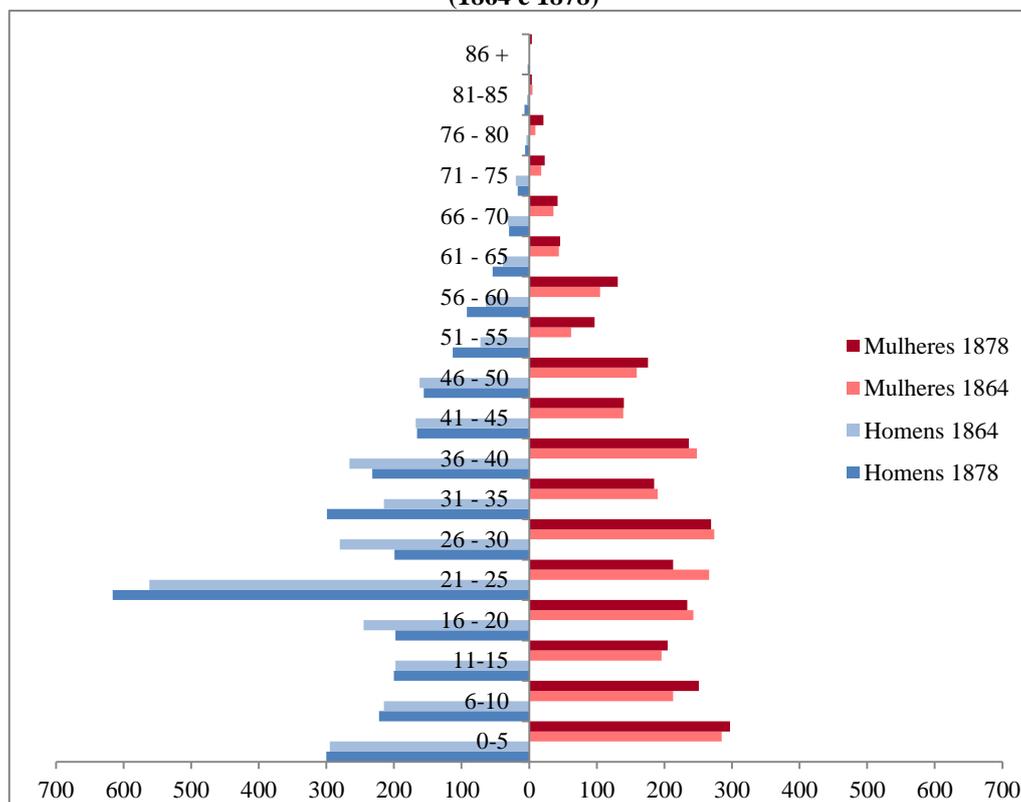
Fonte: INE – Recenseamento Geral da População de 1878.

Da sua leitura, há, ainda, a reter que o grupo etário dos 21 aos 25 anos é anormalmente desproporcionado, à semelhança do que acontecera 14 anos antes. Todavia, como seria de esperar, tal grandeza não teve continuidade na faixa etária dos 36 aos 39 anos, o que confirma as nossas precedentes conclusões. Já o desequilíbrio verificado nos demais grupos etários de jovens, com uma ligeira superioridade do sexo feminino, deixa-nos a suspeita que, doravante, as dinâmicas demográficas da vila foram marcadas não só pelo crescimento natural, mas também pelos movimentos migratórios.

Na verdade, da leitura comparada das duas estruturas demográficas de 1864 e de 1878 (Gráfico 7), verificamos um certo encolhimento das faixas etárias dos 16 e os 20 anos e dos 26 aos 30 anos, no sexo masculino, e entre 21 e os 25 anos, no feminino, deixando perceber possíveis efeitos da emigração. Este fenómeno retractive da população ativa e reprodutiva é, certamente, o maior responsável do decréscimo da população flaviense durante este período intercensitário de cerca de década e meia. Possivelmente, foi este movimento emigratório que condicionou, igualmente, o

crescimento populacional da província e do país durante este período ⁽²¹⁸⁾. Teresa Rodrigues vai mais longe, referindo que «o Portugal oitocentista constitui um exemplo perfeito da forma como os movimentos migratórios podem condicionar o crescimento de um país» ⁽²¹⁹⁾.

Gráfico 7
Pirâmide etária comparativa de Chaves
(1864 e 1878)



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População de 1864 e 1878.

Por sua vez, a população cresce ligeiramente nos dois primeiros escalões, tanto dos rapazes como das raparigas, deixando adivinhar a consolidação de vigorosas taxas de natalidade e do conseqüente crescimento demográfico nos tempos que se avizinham de paz interna e de melhorias das condições económicas, como a testemunhar as palavras de Teresa Rodrigues de que, a partir de meados de Oitocentos, o acréscimo populacional e o desenvolvimento económico surgem intimamente ligados ⁽²²⁰⁾.

⁽²¹⁸⁾ Sobre as taxas de crescimento anual médio da província e do país, para este período, leia-se o quadro elaborado por RODRIGUES, 2009: 344.

⁽²¹⁹⁾ RODRIGUES, 2009: 344. Também Leston Bandeira refere que em Portugal «os ciclos de crescimento efetivo foram regularmente determinados pelos ciclos migratórios» (BANDEIRA, 1996: 146).

⁽²²⁰⁾ RODRIGUES, 2009: 330.

III. Fontes demográficas e metodologia

Não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através dos traços, inteligíveis para nós, que deixou atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que somos capazes de os interpretar [...].

H. -I. Marrou ⁽²²¹⁾

1. As fontes

Para a realização do presente trabalho servimo-nos dos registos paroquiais de batismo, casamento e óbito da paróquia de Santa Maria Maior da vila de Chaves, os quais, no dizer de Michel Fleury e Louis Henry, «são a fonte mais segura, mais contínua e mais completa para o período pré-estatístico» ⁽²²²⁾. Em Portugal são muitos os que assim pensam, mesmo para o século XIX, considerando que «os registos paroquiais continuarão a ser a fonte mais coerente, porque sistemática e quase homogénea, para o conhecimento da dinâmica demográfica» ⁽²²³⁾.

Também assim o entendemos, conscientes de que a sua qualidade depende, em primeiro lugar, do estado de conservação em que essas fontes se encontram e, em segundo, da dedicação e esmero dos seus inúmeros redatores. Por isso, começámos por fazer uma apreciação crítica à qualidade da documentação felizmente disponível no Arquivo Distrital de Vila Real, atendendo a três níveis: os livros, párocos e visitasões.

1.1. Os livros

Como é sobejamente sabido, após o Concílio de Trento, generalizou-se a obrigatoriedade de uso de registos de batismo, casamento e óbito, nas várias paróquias da Crisandade Ocidental ⁽²²⁴⁾. Também as Constituições Sinodais do Arcebispo de Braga, do ano de 1639, no cumprimento das ordenações conciliares, ordenavam que em cada igreja do Arcebispado «se faça hum livro, se o não ouver [...] e se repartirá em quatro partes: a primeira para Baptizados: a segunda, que será menor que as outras, para os Chrismados: a terceira para Casados: a derradeira para Defuntos». A sua existência ficava ao cuidado dos clérigos responsáveis pelas igrejas, devendo, cada um deles, ter «quatro mãos de papel pelo menos, bem encadernado, em taboas cubertas de couro, com

⁽²²¹⁾ MARROU, s/d: 61.

⁽²²²⁾ HENRY, 1976: 12.

⁽²²³⁾ RODRIGUES *et alii*, 2009: 303.

⁽²²⁴⁾ Já as Constituições do Arcebispado de Braga, de 1538, do Cardeal D. Henrique, obrigavam à existência em cada uma das paróquias de livros de registo de batismos e óbito.

brochas; e será numerado, e encerrado pelo nosso Provisor, Vigários ou Visitadores»⁽²²⁵⁾.

Ainda, a fim de garantir o rigoroso cumprimento das orientações eclesíásticas, as mesmas Constituições ditavam cuidadosamente as normas e estabeleciam penas para os Reitores e Curas menos empenhados, supremamente vigiados pelos Visitadores.

Em Chaves, o uso destes livros foi muito precoce. Os primeiros registos vêm de 1561, pese, ainda, de forma não sistemática. Desde esses tempos a paróquia estava dividida em duas Repartições, a de Baixo e a de Cima, que produziram documentação de forma independente até cerca de 1856, o que dificultou, por vezes, o nosso trabalho. A partir de então o cartório paroquial funde-se numa única Repartição.

Quadro 6
Livros da paróquia de Santa Maria Maior de Chaves
(1780-1880)

REPARTIÇÕES	Livros			Total
	BATISMO	CASAMENTO	ÓBITO	
Repartição Baixo	10*	3	2	15
Repartição Cima	9	3	2	14
Repartição Única	22	21	22	65
Total	41	27	26	94

* Um dos livros foi utilizado em ambas a Repartições

Para o período em análise trabalhámos 94 livros do fundo paroquial: 41 de batismo, 27 de casamento e 26 de óbito⁽²²⁶⁾. Estes livros encontram-se organizados da seguinte maneira: 14 livros da Repartição de Cima, e, outros tantos da Repartição de Baixo, sendo o livro nº 65 utilizado em ambas as Repartições⁽²²⁷⁾. Os seguintes, no total de 65, são produção da Repartição Única, utilizando-se um livro por ano para cada um dos diferentes tipos de atos paroquiais.

A estes acrescentam-se três livros de batismo usados pelos párocos entre 1815 e 1859 para registarem em separado os meninos expostos, contrariando a prática costumeira paroquial de 1796 a 1815 e de 1859 ao final da observação, em que os sacerdotes lavraram, conjuntamente, os assentos das crianças enjeitadas nos mesmos livros de batismo dos legítimos e dos naturais. Esta observação fica incompleta por falta do livro de expostos de 1834 a 1846, infelizmente extraviado.

⁽²²⁵⁾ *Constituições Synodaes do Arcebispado de Braga*, ordenadas pelo Arcebispo D. Sebastião de Matos de Noronha no ano de 1639, impressas na oficina de Miguel Deslandes, Lisboa, 1697. Constituição VIII, Título II, fl. 23.

⁽²²⁶⁾ Veja-se anexo 3.

⁽²²⁷⁾ Trata-se do livro misto de batismos nº 65, utilizado pelos párocos entre 1852 e 1856.

Todavia, a grande limitação deste trabalho deveu-se à inexistência de livros de registo de óbitos dos menores de 7 anos, uma vez que estes só passaram a ser lavrados de forma sistemática e integrada nos demais assentos, a partir do início da década de 50 de Oitocentos, facto que inviabilizou uma abordagem mais dilatada no tempo, bem como um estudo aprofundado da mobilidade geográfica dos indivíduos.

De um modo geral, o estado de conservação destes livros é bom, ainda que variável no decurso do tempo, melhorando significativamente nos meados do século XIX. Os respeitantes ao início da observação são os que se apresentam em menor estado de conservação, evidenciando, por vezes, os bordos das folhas corroídos. As folhas são brancas, de papel grosso e sem margens, acondicionadas por capas em carneira. Já os últimos são constituídos por folhas brancas ou azuis, com ou sem linhas, e encadernados com capas de cartão grosso.

Pelas notas de entrega, ficámos a saber que, após 1863, uma cópia dos livros paroquiais, juntamente com documentos avulsos (traslados de escrituras, justificações de casamento, legitimação ou perfilhação de filhos e procurações várias, entre outros) era entregue anualmente na Câmara Eclesiástica do Arcebispado de Braga, para aí ser arquivada, uma prática arquiépiscopal que, no nosso entender, vinha de longe.

Da análise das datas de início e fim de utilização dos distintos livros fica-nos a ideia de que poderemos estar, em certos momentos, perante um sub-registo de assentos de ato, preocupação que gostaríamos de poder partilhar:

a) não se contabiliza qualquer registo de casamento entre fevereiro e dezembro de 1782, na Repartição de Baixo;

b) a presença militar dos franceses na vila, em 1809, trouxe grandes desarranjos no seu quotidiano e, naturalmente, à vida paroquial. Disso dão conta as falhas nos assentos paroquiais, não apresentando quaisquer movimentos entre 10 e 30 de março. Ficam estas dúvidas: será que não casou, nasceu, ou morreu alguém neste período? O exemplo abaixo referido, mostra-nos que aqui o pânico foi tão grande que desorganizou o quotidiano social, familiar e religioso (²²⁸);

c) no ano de 1823 o número de casamentos foi diminuto, não tendo sido lavrado assento algum deste ato entre 13 de novembro de 1822 e 24 de maio de 1823, na Repartição de Cima;

⁽²²⁸⁾ Todas as guerras desta época traziam consigo a morte, por vezes, em grande escala, entre os soldados e civis envolvidos nas contendas. Apenas como exemplo local referimos a morte do Padre Luís António da Costa Paraíso, aqui residente, que foi morto pelos franceses na aldeia de Outeiro Seco, a três Km desta vila, cujo óbito só foi registado no ano de 1812.

d) entre 1837 e 1845 há uma forte quebra do volume de batismos. Será que houve extravio de algum livro? Em vão procurámos a resposta nos diferentes arquivos.

1.2. As «Visitações»

A qualidade e o rigor dos registos paroquiais dependem, em primeiro lugar, do empenho e do zelo dos párocos redatores, mas também dos normativos e das regras instituídas pelas Constituições Sinodais, bem como dos Visitadores que, em atos de visitação, apoiam e fiscalizam a sua aplicação, com uma certa periodicidade. Após o Concílio Tridentino escrevia, a propósito, Frei Bartolomeu dos Mártires que «entre os cuidados que devem ocupar os Prelados nenhum há maior que a visita. Ela é como a alma da conduta episcopal, porque é por ela que se difunde e comunica a sua caridade a todo o corpo da sua diocese. Como o Sol no seu trajeto fecunda a terra, assim o bispo na sua visita ilumina, purifica e completa [...], consola os doentes, socorre os necessitados»⁽²²⁹⁾.

Na comarca de Chaves distinguiam-se três circunscrições: a privativa do arcediogo de Barroso e duas de *jure ordinário* do Arcebispado, designadas por 1ª e 2ª Parte de Chaves, formadas no ano de 1713. A vila de Chaves integrava-se no itinerário da circunscrição da primeira parte da visitação. Estas visitas pastorais, de duração breve, assumiam uma importância fundamental na administração diocesana, sobretudo na inspeção e controlo das normas religiosas, dos costumes das comunidades paroquiais e na ordenação e orientação de construção e restauro de todo património religioso⁽²³⁰⁾.

Durante o período em análise, as «Visitações» à paróquia de Santa Maria Maior de Chaves tiveram frequência e efeitos diferentes, como se pode acompanhar pelo quadro apresentado.

Assim, do início da observação até à viragem para o século XIX, estas foram quase bienais e mais penalizadoras, traduzindo-se em seis pequenas recomendações, quatro advertências e uma penalização. Foi um período marcadamente difícil para o Reitor Manuel Camelo que transitara da década de Setenta, e para a sua equipa, ficando obrigados a ajustarem-se às normas previstas das Constituições do Arcebispado de Braga. Entre as falhas assinaladas salientámos a omissão dos nomes dos familiares dos defuntos nos registos de óbito e dos padrinhos nos assentos de batismos, bem como os párocos escreverem por breves, não deixando margens em ambas as partes dos fólios. A

⁽²²⁹⁾ Citado por SOARES, 1997: 185.

⁽²³⁰⁾ SOARES, 1997: 56.

advertência à equipa do Reitor João dos Reis, no ato de Visitação de 26 de outubro de 1799, embora leve, está carregada de significado, sendo lavrada nos seguintes termos: «concluem os três assentos de [batismo] [...] e fiquem advertidos em acautelar suas omissões criminosas»⁽²³¹⁾.

Quadro 7
As Visitações entre 1770 e 1870

DÉCADAS	SÉC. XVIII		SÉC. XIX	
	Data	Visitador	Data	Visitador
1 ^a			26-08-1802 03-10-1804 22-06-1806 a) b) 08-03-1807 30-05-1808 a)	Adão Alvarenga Lopes c) Adão
2 ^a			26 -08-1812 24-11-1815 22- 03-1819	Sá Portugal Portugal
3 ^a			04-12-1822	Portugal
4 ^a			06-06-1831	Lopes (*)
5 ^a			31-10-1845	Portugal
7 ^a			31-01-1861 09-01-1862	Dinis (e) Dinis (e)
8 ^o	21-05-1771 a) 25-05-1773 b) 31-05-1777	Ataíde Ataíde Abreu		
9 ^a	14-10-1780 07-10- 1782 a) 04-09-1784 a) b)d) 30-10-1786 16-10-1788	Rodrigues Pereira Borges Rodrigues Alvares		
10 ^a	22-09-1791 27-09-1793 08-06-1795 26-10-1799 a) b)	Sousa Rodrigues Alvares Barroso		

* A visita esteve a cargo do Reverendo António José Lopes, secretariado pelo diácono António José Vaz, demorando-se no cumprimento deste itinerário de 24 de maio a 6 de julho de 1831.

a) Recomendações do Visitador; b) Advertência do Visitador; c) Assina o escrivão José Inácio Pereira; d) Penalização monetária; e) Vistos pelo Vigário Geral, em S. Pedro de Agostém – Chaves.

Durante a 2^a década de Oitocentos, a frequência das Visitações passa a ser trienal, não se registando, todavia, nesta e nas décadas seguintes, qualquer advertência ou mesmo alguma recomendação. Já nas três décadas seguintes, de conturbação liberal, elas restringem-se a uma por década, em consequência, segundo Vítor Neto⁽²³²⁾, da

⁽²³¹⁾ ADVRL - *Livro de Baptismo* (1790-1802), nº 40, Repartição de Cima, fl.º 140Vº.

⁽²³²⁾ NETO, 1998: 46-52.

intrusão dos governos no processo de desestruturação da instituição eclesiástica de Antigo Regime. Porquanto, após 1831, é alterado o esquema das visitas, afrouxando-se o controlo da fiscalização.

Por fim, a Regeneração Liberal impôs à Igreja novas orientações regulamentadoras dos atos de fiscalização da vida paroquial, passando os párocos, no início de cada ano, a levar os livros ao Arcipreste ou seu representante, a fim de serem «vistos e aprovados» por ele. Demonstram-no as «visitações» de 1861 e 1862. A partir de então o Arcipreste substituiu o Visitador.

Do exposto conclui-se que dos 25 atos de «visitação» observados resultaram somente 6 recomendações, 4 advertências e uma penalização monetária. Nos restantes, os Visitadores limitam-se a indicar o ato de visitação, o que em termos globais, confirma a boa qualidade dos assentos, bem como o zelo das diferentes equipas redatoriais do cartório paroquial.

1.3. Os párocos

Os principais responsáveis pela boa qualidade dos registos paroquiais são os redatores pela forma como lavram os assentos, tratam os livros e acatam as normas e as determinações dos Visitadores.

Durante o período estudado, entre reitores e coadjutores, conhecemos vários responsáveis pela sua redação, como se mostra no respetivo quadro, mas nem todos evidenciaram o esmero desejado.

Nos primeiros tempos, o Reitor Manuel Camelo escrevia desalinhadamente e com algumas omissões, como mostram as recomendações dos atos de visitação de 1771, 1773 e 1784. Estas recomendações contribuíram para uma melhoria assinalável dos registos no período em análise: na primeira vez, o Visitador lembra aos padres redatores que devem referir a domiciliação dos contraentes e o seu estado civil ao matrimónio; na segunda, em 25 de maio de 1773, o Visitador Ataíde é particularmente severo com Reverendo Pároco advertindo-o para que identifique bem os defuntos, designadamente os solteiros recomendando-lhe, ainda, que não se demore a lavrar os seus registos; já na visitação de 4 de setembro de 1784, o Visitador Borges esteve atento ao não cumprimento desses deslizes impondo ao Reverendo Reitor e seus Coadjutores que «observem o que se lhe ordena a respeito das margens na última visita, o que não têm

feito pelo lhe ponho a pena de um tostão por cada termo que fizeram sem margens decentes»⁽²³³⁾).

Quadro 8
Padres redatores
(1780 - 1880)

NOMES DOS PÁROCOS	INÍCIO DE OBSERVAÇÃO	FIM DE OBSERVAÇÃO	DATA DE ÓBITO
Pe. Manuel Camelo, Reitor da freguesia	03-01-1780	04-12-1787	02-04-1788
Pe. Manuel Gonçalves Pereira Chaves, Cura	13-08-1780	16-11-1788	
Pe. Manuel António Mendes da Silva, Cura * (a)	12-01-1781	29-03-1819	13-06-1822
Pe. Francisco Luís, Cura	12-01-1780	20-06-1781	
Pe. João Gonçalves Pereira, Cura	23-08-1782	25-10-1787	
Pe. Manuel Alvares Teixeira, Ecónomo da Matriz	07-01-1785	07-01-1785	
Pe. António Martinho Chaves, Cura * (b)	13-05-1785	17-12-1807	
Pe. José Vicente de Amorim, Prior desta Igreja	03-02-1786	15-05-1788	06-03-1799
Pe. António Alves de Carvalho, Cura*	09-07-1787	17-12-1807	14-08-1809
Pe. Gaspar José Borges, Cura	13-07-1788	15-12-1829	
Pe. Francisco António de Oliveira, Reitor Encomendado	01-01-1788	30-03-1789	
Pe. André Jacinto, Cura*	18-10-1787	03-05-1789	
Pe. António Anabalo, Cura*	06-11-1788	25-10-1791	
Pe. Rodrigo*	07-11-1788	07-11-1788	
Pe. João Batista de Sousa Machado, Reitor (c)	26-11-1788	30-03-1789	11-01-1798
Pe. António José, Clérigo de menores	29-04-1789	29-04-1789	
Pe. João dos Reis, Reitor	01-06-1789	06-12-1805	04-02-1806
Pe. Manuel Luís Pinheiro, Cura * (d)	04-03-1786	11-01-1807	
Pe. José António Garcia, Ecónomo da Colegiada	05-01-1797	14-01-1807	05-06-1827
Pe. Francisco Martins Coelho, Reitor Encomendado (e)	08-06-1795	11-08-1799	07-11-1801
Pe. Nuno Manuel de Medeiros, Clérigo subalterno	01-09-1799	13-02-1800	14-11-1822
Pe. Manuel José Alves Bravo (f)	24-08-1800	29-06-1805	
Pe. José António Fernandes Camelo, Cura coadjutor	28-10-1801	17-09-1804	
Pe. Francisco José Ferreira Machado, Cura * (g)	26-08-1802	02-07-1818	23-06-1823
Pe. Luís Manuel Teixeira, Cura	23-05-1805	15-08-1805	
Pe. Domingos Pires Barroso, Ecónomo (h)	15-07-1805	26-04-1807	
Pe. Francisco Inácio de Sampaio Pimentel, Reitor	31-08-1808	26-05-1826	13-09-1826
Pe. Francisco José Coelho, Cura (i)	02-01-1808	14-02-1831	15-03-1831
Pe. José António Coelho, Cura	11-12-1815	11-12-1815	
Pe. António José Ribeiro, Cura coadjutor	10-05-1818	10-09-1826	
Pe. José Diogo da Rocha *	13-01-1822	13-01-1822	09-06-1857
Pe. José António Chaves*	21-08-1824	21-08-1824	

⁽²³³⁾ Recomendações do ato de visitação de 4 de setembro de 1784, ADVRL - *Livro de batismo* (1781-1792), n  6, Reparti o de Baixo, fol. 59.

Quadro 8
Padres redatores
(1780 - 1880)
(continuação)

NOMES DOS PÁROCOS	INÍCIO DE OBSERVAÇÃO	FIM DE OBSERVAÇÃO	DATA DE ÓBITO
Pe. Francisco Borges Macedo	13-09-1826	23-01-1829	
Pe. Francisco Ferreira de Sousa Teixeira, Reitor	18-11-1827	02-02-1830	21-07-1830
Pe. Martinho de Almeida Barros Vasconcelos, Reitor	10-03-1831	21-03-1834	
Pe. Simão Borges de Abreu, Cura coadjutor (j)	06-09-1831	14-02-1833	20-08-1877
Pe. António Soares de Castro Vaz	26-12-1832	15-09-1844	
Pe. João António Pereira, Cura coadjutor, Encomendado	14-09-1834	20-06-1849	
Pe. Luís Joaquim Pinto Saraiva, Reitor	26-04-1834	17-12-1844	
Pe. António Correia Botelho, Cura coadjutor	16-04-1847	25-05-1847	
Pe. Joaquim Manuel Barreira, Encomendado	25-05-1847	13-09-1847	
Pe. António do Nascimento Vieira Ribeiro, Reitor	23-06-1849		
Pe. José Benedito Alvares, Cura coadjutor	09-08-1849	08-03-1876	
Pe. Carlos Augusto Teixeira Pinto, Cura coadjutor	07-08-1842	05-10-1860	
Pe. João Ferreira de Mesquita	20-01-1859	03-05-1860	09-01-1868
Pe. José Manuel Feliz Couto, Cura coadjutor	28-12-1863		
Pe. Joaquim José Marraxo, Presbítero	13-06-1877		
Pe. José Rodrigues Liberal de Sampaio, Presbítero	24-09-1877		

* Com funções de Sacristão-mor.

(a) Cura coadjutor entre 30-09-1795 a 29-03-1819.

(b) Com funções de Encomendado 16-12-1798 até 17 12-1807.

(c) Foi depois Vigário Geral nos Vagantes.

(d) Capelão das Religiosas desta vila (11-01-1807); Coadjutor em 19-04-1807.

(e) Vigário Geral nos Vagantes e Capelão das Religiosas.

(f) Ecónomo e Professor de Gramática Latina nesta Vila.

(g) Coadjutor em 10-11-1815.

(h) Capelão da Misericórdia e coadjutor após 28-02-1806.

(i) Capelão da Misericórdia após 3 de julho de 1830.

(j) Capelão militar.

(l) Reitor Encomendado entre 20-06-1845 e 02-06-1847.

Outros descuidos foram igualmente detetados nesta visitação, mas o Visitador não os penalizou «como aliás deveria fazer na forma da Constituição» por acreditar na boa-fé do Reitor. Entre eles, a omissão em vários registos da filiação dos falecidos. Também, nos registos de batismo das crianças ilegítimas, o pároco omitiu a identificação dos ascendentes das mães naturais e o seu estado civil.

Em nosso entender, estas penalizações não são sinónimo da má qualidade dos assentos durante este período. Achámos até que os Visitadores foram particularmente rigorosos comparativamente com as recomendações impostas a outros redatores de que aqui falaremos.

As recomendações foram cumpridas nos prazos determinados, ainda que, por vezes, omitidas na década seguinte. Foi o que aconteceu ao cura Gaspar José Borges

que se esquecera frequentemente dos apelidos, naturalidade e morada dos indivíduos nos assentos de óbito.

O novo Reitor João dos Reis, integrando a equipa redatorial de 1788 a 1805, já curvado à sua velhice, ter-se-á esquecido de lavrar alguns assentos no final da suas funções, como nos precata insistentemente o Vigário Geral José Henriques de Moura numa nota datada de 9 de outubro de 1807, no início e fim dos livros de batismo e de casamento da época. Por sua ordem, com base nas notas do Reitor, os padres Manuel António Mendes da Silva, Francisco Ferreira Machado e Luís Manuel Teixeira partilharam a redação dos registos nos respetivos livros de batismo e casamento em atraso desde 1803. O Visitador Lopes na visitação de 22 de novembro de 1806 escrutinou a sua transcrição reparando que os assentos não foram assinados pelos respetivos curas, bem como pelas três testemunhas presentes, no caso dos registos de casamento, ordenando ao novo Reitor Encomendado António Alves de Carvalho que o mande fazer num prazo de oito dias, uma vez que Reitor João Rodrigues havia falecido ⁽²³⁴⁾.

Com o Reitor Francisco Inácio de Sampaio Pimentel mudou o formulário dos assentos, designadamente os de casamento, iniciando os registos dos atos pela indicação da data. Estes são mais simples e mais curtos, apresentando-se mais condensados e sem margens, aproveitando naturalmente melhor os fólios dos livros. Porém, a identificação dos familiares é mais incompleta ou, até, inexistente. Assim, nos registos de casamento, por exemplo, na identificação dos nubentes viúvos não são indicados os nomes de seus pais e nos assentos de batismo omitem-se os nomes dos avós maternos e paternos. Igualmente nos registos dos meninos ilegítimos desapareceu a identificação do pai, como era de uso, aparecendo somente o nome da mãe e, raras vezes, o dos ascendentes maternos. O seu coadjutor Francisco José Coelho, que permaneceu na equipa redatorial até ao último mês de 1831, foi pouco cuidadoso, escrevendo desalinhadamente com excessivas abreviaturas, lapsos e acrescentos, no que é seguido pelo coadjutor António José Ribeiro. Trata-se de um período menos assertivo na produção paroquial.

Também as equipas redatoriais do tempo dos reitores Francisco de Sousa Teixeira e Martinho Almeida Vasconcelos não melhoraram o trabalho de redação, nem respeitaram a ordem cronológica dos registos, designadamente nos finais da década de 20. Nos assentos de batismo, a identificação dos indivíduos das “mães naturais” e dos casais é bastante deficiente, e nos termos de óbito esqueceram-se frequentemente dos

⁽²³⁴⁾ Ato de visitação de 22 de junho de 1806, ADVRL- *Livro de casamentos* (1761-1806), nº16, Repartição de Baixo, fol. 252.

nomes dos familiares dos defuntos, dificultando, por vezes, o conhecimento do seu encadeamento genealógico.

A chegada do Reitor Luís Joaquim Pinto Saraiva trouxe uma destacável melhoria à produção paroquial. Os registos, de boa legibilidade, passaram, agora, a ser lavrados cuidadosamente, respeitando as margens do fólio e a ordem temporal dos atos, no que foi seguido pelos seus coadjutores António Soares de Castro Vaz e João António Pereira. Este começou mal, esquecendo-se da boa grafia e das margens dos termos. Todavia, aperfeiçoou-se passando a redigir com esmero, designadamente os termos de casamento, vindo a tornar-se num exemplo da equipa redatorial na década seguinte. A partir de 20 de junho de 1845, assumiu as funções de Reitor interino. Não obstante, a identificação do óbito continuou, por vezes, insuficiente, faltando-lhe a naturalidade, a filiação e o nome do cônjuge, quando este era casado.

Em meados do século sucedeu-lhe o Reitor António do Nascimento Vieira Ribeiro que se manteve à frente da Colegiada até final do período em análise. A sua longevidade no exercício permitiu-lhe inaugurar, a partir de 1857, a centralização da documentação numa Repartição Única e uma nova forma de lavrar a documentação paroquial, que achámos de qualidade superior, tanto na sua apresentação como na riqueza do seu conteúdo, no que foi ajudado, entre outros, pelos coadjutores José Benedito Alves e José Manuel Feliz Couto.

Finalmente, coincidindo com uma maior influência do poder civil ⁽²³⁵⁾, este último período é marcado por uma nova organização do cartório paroquial, a nível da estrutura e dos formulários dos assentos. A cada ano civil corresponde um livro de batismo, de casamentos e de óbitos, utilizados separadamente. Os termos passam a ser numerados anualmente, apresentando-se equilibradamente arrumados em cada um dos fólhos e separados, quase sempre, por um traço, à exceção do ano de 1861 em que foram lavrados em impressos próprios e diferentes para cada um dos atos paroquiais. A caligrafia dos párocos era muito regular, precisa e de fácil leitura, bem superior a épocas mais recuadas. Por sua vez, as informações relativas aos indivíduos, *grosso modo*, são completas facilitando o seu encadeamento genealógico.

⁽²³⁵⁾ Como é sobejamente conhecido, a estruturação do Estado liberal passou pela publicação de um conjunto de medidas legislativas destinadas a adequar a vida religiosa à nova ordem política, designadamente nas suas funções pastorais e burocrático-administrativas dos distintos ritos de passagem. Não conseguindo implementar o almejado Registo Civil, os diferentes governos liberais procuraram controlar o registo paroquial, através de vários diplomas. Entre eles, destacamos o Decreto de Martens Ferrão, de 19 de agosto de 1859, que prescrevia um conjunto de normas para uma prática correta do registo paroquial, e o decreto de Gaspar Pereira da Silva, de 2 de abril de 1862, que determinava a forma de escriturar os assentos paroquiais (NETO, 1998: 472).

De sublinhar, igualmente, a integração dos registos dos expostos nos livros de batismo e dos assentos de falecimento dos menores de sete anos nos respetivos livros de óbito, que até aqui foram lavrados, separadamente, em livros próprios.

De uma forma geral, todos registos paroquiais que utilizámos se apresentam bem conservados e de leitura relativamente fácil, permitindo-nos uma boa análise sobre todos os elementos indispensáveis ao nosso trabalho de reconstituição da vida paroquial local. Eles constituem o fundamento deste nosso estudo, complementado com outras fontes primárias, entre elas, os livros da Roda dos expostos, as atas das vereações e os registos de correspondência da Câmara. Conjuntamente ajudaram-nos a compreender melhor a evolução dos distintos contextos sociopolíticos e religiosos do período estudado.

2. A metodologia

A exploração metódica e sistemática dos registos paroquiais vem do ano de 1956, com a criação por Louis Henry e Michel Fleury de um método de microanálise como instrumento de observação demográfica das sociedades do Antigo Regime. Esta metodologia de «*reconstituição de famílias*»⁽²³⁶⁾ tem a virtude de substituir a análise transversal, aplicada ao estudo dos censos, pela análise longitudinal sobre os atos paroquiais que se sucedem no tempo, em que cada comportamento demográfico se estuda em função do anterior. Esta contribuição, segundo Dupâquier⁽²³⁷⁾, terá possibilitado que a Demografia tivesse passado da idade da fotografia à idade do cinema, assinalando o nascimento da Demografia Histórica.

Com todas estas virtudes, a metodologia de Louis Henry não deixa de ter limitações, como lembra Jordi Nadal no prólogo da interessante obra de Vicente Pérez Moreda, *Las crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)*, nos seguintes termos:

El método de reconstitución de las familias, que forma la entraña de la demografía histórica, há sido concebido para el estudio de la fecundidade, no para el de la mortalidade [...] Así, las monografías parroquiales han renovado nuestro conocimiento de las actitudes y de los mecanismos reproductores de la especie, pero han añadido bien poco a lo que ya se sabia acerca de su extinción. [...] Las investigaciones individuales componen un rompecabeças de imposible ensamblamiento. Las monografías no han franqueado el acceso a la síntesis. Los arbores impiden ver el bosque⁽²³⁸⁾.

⁽²³⁶⁾ O método é sobejamente conhecido e, por isso, dispensa outros detalhes, consiste: « à reporter sur une fiche spéciale, dite fiche de famille, la date des faits d'état civil, naissance, mariage, décès, et d'autres renseignements relatifs aux membres d'une même famille conjugale (...) » (FLEURY e HENRY, 1976: 133).

⁽²³⁷⁾ DUPÂQUIER, 1988: 32.

⁽²³⁸⁾ NADAL, 1980 (in Pérez Moreda, 1980: 8).

Do mesmo modo, Jacques Dupâquier chama a atenção para os constrangimentos do método de «*reconstituição de famílias*» de Louis Henry, dizendo que, não obstante, permitir novos caminhos de investigação no âmbito da Demografia Histórica, da História da Família e da História Social, carece de ser repensado para o estudo da mortalidade, da nupcialidade e dos movimentos migratórios, para compreender melhor o jogo das variáveis demográficas numa sociedade do Antigo Regime ⁽²³⁹⁾.

A metodologia de «*reconstituição de paróquias*» desenvolvida por Norberta Amorim ⁽²⁴⁰⁾, utilizada no nosso trabalho, superou estes constrangimentos ⁽²⁴¹⁾, apresentando-se como um novo fôlego na organização da informação, não se limitando à família propriamente dita, mas procurando reconstruir o percurso de vida do indivíduo no quadro da comunidade paroquial. Os dados, assim organizados, permitem-nos uma maior aproximação aos fenómenos demográficos e possibilitam o cruzamento com diferentes informações nominais provenientes de outras fontes, desde os testamentos ou róis fiscais, até aos censos eleitorais, melhorando o desenvolvimento da História da Família e da História das Populações.

A metodologia de reconstituição de paróquias, segundo a autora «significa hoje formar uma base de dados em que, em encadeamento genealógico, é acompanhado o percurso demográfico de cada indivíduo residente na área em estudo» ⁽²⁴²⁾, esclarecendo que esta se processa em três fases distintas, cada uma com etapas próprias, relacionadas entre si:

A primeira fase corresponde à reconstituição de famílias e supõe um trabalho aturado de crítica e cruzamento de fontes. A segunda fase é inteiramente automática e consiste em, a partir do cruzamento entre as fichas de família, organizar, em fichas individuais, a informação sobre os atos vitais dos naturais da área em estudo, com os respetivos elos genealógicos. A última fase é um trabalho sistemático sobre essas fichas individuais para inclusão dos imigrantes, apuramentos finais e marcação manual de início e fim de observação nos casos pertinentes ⁽²⁴³⁾.

No nosso estudo seguimos estas três etapas preconizadas pela metodologia de «*reconstituição de paróquias*», com esta variante informática. Olhando à economia de

⁽²³⁹⁾ «L'ambition des historiens démographes ne peut se limiter à l'étude de la fécondité légitime. Ce qu'il importe savoir, c'est comment ce facteur s'article avec les autres paramètres du régime démographie: nupcialité, mortalité, migrations. Ces facteurs interfèrent entre eux pour constituer un système socio-démographique dont le bilan se traduit par la croissance, la stagnation ou le déclin de la population» (DUPAQUIER, 1984: 118).

⁽²⁴⁰⁾ Esta metodologia, adaptada aos registos paróquias portuguesas, foi apresentada e desenvolvida por Norberta Amorim a partir de 1973, com a publicação de *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*. Seguem-se outros trabalhos de grande importância da autora, entre eles, destacamos: AMORIM, 1980; AMORIM, 1983-84; AMORIM, 1987; AMORIM, 1991; AMORIM, 1991b; AMORIM, 1992.

⁽²⁴¹⁾ A propósito, veja-se o estudo comparado entre as duas metodologias realizado por SCOTT, 1995: 89-100.

⁽²⁴²⁾ AMORIM, 1995b: 11.

⁽²⁴³⁾ AMORIM, 1992: 23.

tempo disponível e ao volume de informação servimo-nos dos meios informáticos, recolhendo os dados e lançando-os diretamente no computador ⁽²⁴⁴⁾.

Desenvolvemos o trabalho seguindo os procedimentos do método manual: organizámos os agregados familiares, legítimos ou não, através de uma numeração sequencial atribuída automaticamente, a partir da exploração dos atos de batismo, preenchendo os respetivos campos com os dados relativos ao(s) progenitor(es). Esta ficha acomodava, ainda, duas janelas para nelas serem inseridos, no caso de constarem nos assentos, os nomes dos ascendentes maternos e paternos, bem como o número de família, tornando-se uma ajuda preciosa na identificação dos indivíduos e dos agregados familiares, designadamente dos ilegítimos. Completámos esta ficha inserindo todas as informações relevantes contidas nos atos de batismo, casamento e óbito de cada um dos cônjuges. Os casais sem descendência conhecida foram identificados a partir dos assentos de casamento, abrindo-se uma ficha eletrónica com os elementos que lhe são agregados. Finalmente, após o cruzamento dos dados relativos aos casamentos e aos óbitos com os dados das fichas, a família apresenta-se-nos reconstituída.

Num segundo separador registámos o(s) nascimento(s) arrolado(s), quer fossem legítimos ou ilegítimos, com a respetiva indicação. As crianças expostas foram registadas separadamente e integradas, posteriormente, no ficheiro eletrónico, tal como os defuntos que não foram identificados ou de quem não foi possível estabelecer qualquer relação com a família de origem, abrindo-se uma ficha de ato.

As potencialidades do programa permitiram-nos avançar para a classificação das famílias, uma vez fechadas para o seu tratamento informático, segundo a tipologia proposta por Norberta Amorim ⁽²⁴⁵⁾ que, apesar de sobejamente conhecida, se relembra:

Tipo 1 - *Famílias das quais conhecemos registo de batismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.*

Tipo 2 - *Famílias das quais conhecemos registo de batismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher.*

Tipo 3 - *Famílias das quais conhecemos a data de casamento, a data de nascimento da mulher e desconhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.*

⁽²⁴⁴⁾ Começámos por utilizar uma aplicação, por nós construída no ano 2000, com base no *software da MS Access*, onde registámos todos elementos dos atos paroquiais. *Base de dados* que, mais tarde, viríamos a “converter” sem perda de informação para o programa informático SRP (Sistema de Reconstituição de Paróquias) criado no âmbito do NEPS para o tratamento informático de registos paroquiais, segundo o Método de Reconstituição de Paróquias desenvolvido por Norberta Amorim.

⁽²⁴⁵⁾ AMORIM, 1992: 35.

Tipo 4 - Famílias das quais conhecemos a data de casamento, e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 5 - Famílias das quais conhecemos o nascimento de todos os filhos, a data de nascimento da mulher, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento.

Tipo 6 - Famílias das quais conhecemos o nascimento dos filhos, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento, e a data de nascimento da mulher.

Tipo 7 - Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detete sub-registo de batizados.

Uma vez concluída a primeira fase do processo metodológico de reconstituição de famílias, segundo Norberta Amorim, «os indicadores clássicos para o estudo da nupcialidade e da fecundidade estariam já ao nosso alcance». Todavia, a mesma autora lembra que as fases posteriores da metodologia de reconstituição de paróquias poderão permitir completar a informação sobre o ciclo familiar e dos comportamentos individuais ⁽²⁴⁶⁾.

Graças ao sucesso da trasladação dos dados para o programa informático **SRP** (Sistema de Reconstituição de Paróquias), assegurámos o rigor e a fiabilidade do trabalho nas fases seguintes.

A nova etapa é desenvolvida de forma automática. Consistiu na organização de um ficheiro de indivíduos, viabilizado pelo cruzamento das fichas de família, contendo a informação extraída dos distintos atos paroquiais dos naturais e residentes na área em estudo, com os respetivos elos genealógicos.

Na fase seguinte procedemos à inserção no ficheiro de indivíduos dos residentes não naturais por altura do óbito, digitando toda a informação relevante disponível.

Na última etapa revisitámos a base de dados, revendo os casos dúbios ou, ainda, não identificados.

Temos, assim, organizado o ficheiro, com a trajetória vital de cada residente, aberto a informações nominativas significativamente enriquecedoras provenientes de outras fontes disponíveis, suscetíveis de gerarem novas abordagens em trabalhos posteriores, no âmbito da História Social e da Demografia Histórica.

⁽²⁴⁶⁾ AMORIM, 1992: 30.

Só nos resta reconhecer que a metodologia descrita se revelou extremamente proveitosa, na medida em que beneficiámos de instrumentos de trabalho indispensáveis a uma execução rigorosa das tarefas delineadas.

IV. Nupcialidade

Nas sociedades europeias ocidentais, o casamento é um ato social, por princípio voluntário, considerado como um contrato jurídico e um sacramento para os católicos. Santo Agostinho atribuíra-lhe três bens: «*proles*», «*fides*» e «*sacramentum*», tomando a primeira como procriação, com os encargos da criação e da educação dos filhos, a segunda como estabilidade conjugal e a terceira como vínculo sagrado. São Tomás de Aquino atribuíra ao casamento a proibição de gerar laços de parentesco que permitem aos filhos integrarem-se melhor na sociedade (²⁴⁷). Nesta perspetiva, retomada pelo Concílio Tridentino, o matrimónio é o fundamento da célula familiar única, com capacidade social para a reprodução, dentro do qual todas as crianças deverão ser concebidas e nascer (²⁴⁸).

Já nas sociedades europeias do passado, o vigor reprodutivo dos jovens por altura do primeiro casamento, designadamente das raparigas, estava ligado à idade, sabendo-se que o acesso precoce à primonupcialidade, associado à baixa incidência da ilegitimidade e do celibato, refletia-se em elevadas taxas de fecundidade e ao invés, um casamento tardio e uma elevada taxa de celibato definitivo, encolhiam, naturalmente, o potencial reprodutivo (²⁴⁹).

Todavia, a nupcialidade não é uma variável cuja mudança afete diretamente a dinâmica populacional. Não obstante, ela revela-se de extrema importância interferindo nessa dinâmica indiretamente através da natalidade (²⁵⁰).

A sua importância deve-se, em primeiro lugar, aos trabalhos de Hajnal, depois a Wrigley e Coale, e, posteriormente, a Dupâquier, entre outros, enquanto demonstração do papel fundamental da nupcialidade como fenómeno autorregulador das populações tradicionais da Europa Ocidental. Com eles nasceu a formulação de um modelo homeostático do sistema demográfico do Antigo Regime, em que a nupcialidade assume o papel de variável reguladora (²⁵¹).

Os mesmos autores mostraram, também, que o crescimento demográfico depende, não apenas de fatores naturais, mas também dos contextos sociais, económicos e culturais existentes. Assim, o casamento tardio e limitado exerce nessa época um

(²⁴⁷) FLANDRIN, 1991: 188.

(²⁴⁸) LEBRUN, 1983: 101.

(²⁴⁹) SANTOS, 2008: 53.

(²⁵⁰) NAZARETH, 1988a: 291.

(²⁵¹) ROWLAND, 1988: 72-137. Neste interessante trabalho sobre os sistemas matrimoniais da Península Ibérica, Robert Rowland considera a nupcialidade como a menos natural das variáveis demográficas, constituindo o matrimónio um claro reflexo do modo como socialmente organiza a reprodução biológica das populações.

papel regulador das populações tradicionais do ocidente europeu. Segundo Lebrun, uma idade tardia ao casamento, em anos normais, e uma forte subida do número de matrimónios após as crises, «fazem da nupcialidade o grande mecanismo autorregulador das populações antigas» ⁽²⁵²⁾.

Apesar disso, e sem negarmos a importância da nupcialidade, somos de opinião, na linha de Norberta Amorim, que «tanto a mortalidade como a mobilidade podem ter, no período, efeitos mais imediatos e decisivos» no equilíbrio das populações do Antigo Regime ⁽²⁵³⁾.

De todos os modos, e tendo em consideração que as primeiras núpcias marcam normalmente o início do ciclo reprodutivo, encetamos o nosso estudo pela análise da idade média ao primeiro casamento, sabendo-se que, do ponto de vista demográfico, a idade da mulher ao contrair matrimónio tem aqui um papel muito mais importante que a do homem, dado que o umbral da sua vida reprodutiva está abaixo dos 50 anos de idade. Assim sendo, uma mulher que casasse tardiamente via a sua capacidade de procriação substancialmente diminuída, assumindo-se desta forma como a grande arma “legítima” contraceptiva das sociedades tradicionais europeias ⁽²⁵⁴⁾.

1. Idade média ao primeiro casamento

A idade média ao primeiro casamento é um dos indicadores mais significativos da nupcialidade, constituindo um fator fundamental do sistema demográfico da Europa Ocidental, como foi demonstrado, entre outros, por John Hajnal ⁽²⁵⁵⁾.

Para a sua determinação, tanto numa perspetiva transversal como longitudinal, tomámos todos os indivíduos com data de nascimento conhecida, com mais de 12 anos e menos de 50, correspondendo às idades convencionadas para o início e fim do ciclo reprodutivo da mulher ⁽²⁵⁶⁾. Ficaram de fora desta análise todos aqueles que, nascendo noutras paróquias, aqui vieram escolher a sua parceira ou parceiro, cujas idades não foram registadas no assento de casamento.

Para a análise transversal da nupcialidade estabelecemos uma periodização por décadas, entre 1830 e 1879, eliminando os 50 anos posteriores aos primeiros registos de

⁽²⁵²⁾ LEBRUN, 1984: 180.

⁽²⁵³⁾ AMORIM, 1992: 89.

⁽²⁵⁴⁾ LEBRUN, 1984:180.

⁽²⁵⁵⁾ HAJNAL, 1965:101-143. Este “modelo de casamento da cristandade ocidental” caracterizado por idades elevadas à primonupcialidade associada a uma alta percentagem de população definitivamente celibatária, a contrastar a um casamento precoce e quase universal da Europa Oriental, apresenta diversidades de comportamento nupciais importantes entre países e regiões, e ao longo do tempo, como comprovam estudos posteriores de Robert Rowland (1988: 72-137), entre outros, para a Península Ibérica.

⁽²⁵⁶⁾ AMORIM, 1992: 90.

batismo, relativos à idade convencional de celibato definitivo ⁽²⁵⁷⁾. Esta perspetiva tem a vantagem de permitir «observar de forma adequada todos os indivíduos nascidos dentro da observação em risco de contrair matrimónio» ⁽²⁵⁸⁾ em idades compreendidas entre os 12 e os 50 anos (Quadro 9).

Numa primeira análise, podemos constatar, como nota dominante, que o volume de nubentes femininos com idade conhecida é sempre muito superior ao do sexo masculino, dado que estes são atreitos a maior mobilidade geográfica. Para isso contribuiu, entre outros fatores, o costume de celebrar o casamento na paróquia da esposa, fazendo aqui chegar um número substancial de noivos de «fora» da paróquia, de que desconhecemos a data de seu nascimento ⁽²⁵⁹⁾.

Quadro 9
Idade média e mediana ao primeiro casamento (< 50 anos)
(períodos decenais de 1830 a 1879)

Períodos	Mulheres			Homens			Diferenças (Id. média) H - M
	N	Id. Média	Mediana	N	Id. Média	Mediana	
1830-39	122	23,1	21,0	64	25,3	23,0	2,2
1840-49	122	22,5	21,0	70	26,4	25,0	3,9
1850-59	112	25,2	23,0	62	26,2	25,5	1,0
1860-69	77	25,1	23,0	52	31,8	31,5	6,7
1870-79	141	22,6	20,0	84	25,9	23,5	3,3
1830-1879	574	23,5	21,0	332	26,9	24,0	3,4

Constata-se, ainda, uma certa regularidade da idade média ao primeiro casamento feminino, oscilando entre os 22,5 anos, na década de 1840, e os 25,2 anos registados na década seguinte. Já a idade dos homens à primonupcialidade foi menos estável, variando entre 25,3 e 31,8 anos, respetivamente, nas décadas de 1830 e de 1860. Concluimos, assim, que os cônjuges flavienses nos meados do século se consorciaram mais tardiamente: as nubentes nas décadas de 1850 e de 1860 e seus consortes, na década de 1860, levando a crer que este período passou por uma conjuntura particularmente difícil, como veremos mais adiante no capítulo da mortalidade.

Uma análise mais atenta, diz-nos que as mulheres, em média, “vão ao altar” com menos 2 ou 3 anos que os seus companheiros, com exceção da década de 1850, que foi de apenas de cerca de um ano. Em contraponto, na década seguinte, a diferença etária foi anormalmente alta, a maior de sempre, de cerca de 7 anos, tendo isto a ver

⁽²⁵⁷⁾ AMORIM, 1987: 75.

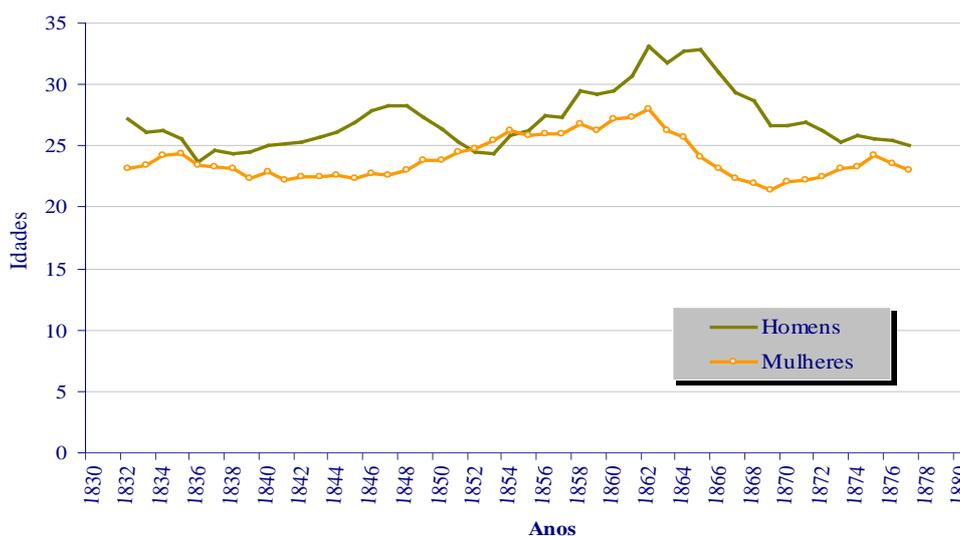
⁽²⁵⁸⁾ AMORIM, 1992: 90.

⁽²⁵⁹⁾ RODRIGUES, 2009: 207.

com a forte subida da idade média à primonupcialidade por parte dos homens para 31,9 anos. Provavelmente, esta subida pode decorrer do desequilíbrio entre sexos em idade núbil, como nos mostram os recenseamentos de 1864 e de 1878, designadamente no grupo etário dos 21 aos 25 anos.

A leitura da representação gráfica (Gráfico 8) reforça a análise feita: a idade média do homem à primonupcialidade, à exceção dos primeiros anos da década de cinquenta, é sempre superior à das suas prometidas, distanciando-se particularmente com alguma notoriedade em dois períodos, um no segundo quinquénio da década de quarenta e o outro no miolo dos anos de sessenta. Ao invés, o segundo lustro dos meados da década de trinta e o primeiro da de cinquenta destacam-se pela sua grande aproximação, obtendo, no segundo caso, valores inferiores aos das suas consortes.

Gráfico 8
Idade média ao primeiro casamento (<50 anos)
Períodos de 1830 a 1879
(média móvel de 5 anos)



Nota-se, também, que o comportamento dos homens reflete mais a variabilidade deste fenómeno ao longo de toda a observação, elevando-se significativamente nos períodos em que mais se afasta do dos seus cônjuges. Porém, na penúltima década, ocorre um declínio, quase em simultâneo, da idade média ao primeiro matrimónio de ambos os sexos, do qual apenas as mulheres parecem recuperar.

Observando conjuntamente todo o período, a média situou-se nos 23,5 anos nas mulheres e nos 26,9 anos nos homens, casando elas, em média, cerca de três anos e meio mais novas do que eles. Também a mediana, que harmoniza o efeito dos valores extremos, reforça esta tendência. Estes valores são bem inferiores aos encontrados para

a paróquia rural flaviense de Calvão, de 28,2 anos, para as mulheres, e de 28,9 para os seus consortes ⁽²⁶⁰⁾, e também, genericamente para o país ⁽²⁶¹⁾, na segunda metade de Oitocentos ⁽²⁶²⁾.

Quadro 10
Comparativo da idade média ao primeiro casamento
(análise transversal)

Região	Paróquias	Períodos	Mulheres	Homens	Fonte
Trás-os-Montes	Chaves	1830-1879	23,5	26,9	Registos paroquiais
	Calvão	1730-1859	28,2	28,9	Faustino, 1998
	Cardanha	Séc. XVIII	28,3	28,9	Amorim, 1983/84
	Poiares	1781-1823	24,9	25,3	
	Rebordãos	Séc. XVIII	26,5	28,6	
Minho	Guimarães (urbana)	1780-1799	23,1	24,6	Amorim, 2012
		1800-1819	23,1	25,5	
		1820-1839	24,4	26,6	
		1840-1859	25,6	27,6	
		1860-1879	25,1	26,4	
	Guimarães (rural)	1780-1799	25,1	25,0	Amorim, 2012
		1800-1819	24,5	25,5	
		1820-1839	24,4	27,7	
		1840-1859	25,0	27,5	
		1860-1879	25,2	27,9	
	Romarigães	1800-1849	27,8	24,3	Santos, 1998
	Alvito S. Pedro	1800-1849	30,9	30,2	Miranda, 1993
		1850-1899	28,0	29,3	
	Açores	Sul do Pico	1810-1889	26,8	29,7
Madalena		1800-1849	25,1	27,8	Santos, 2008
		1850-1899	27,5	29,7	

⁽²⁶⁰⁾ FAUSTINO, 1998: 87.

⁽²⁶¹⁾ SCOTT, 1999: 197-199.

⁽²⁶²⁾ A propósito, M. Leston Bandeira refere, com base nos três censos da segunda metade do século XIX, que os primeiros casamentos femininos em Portugal são tardios, apresentando, porém, diferenças regionais importantes, com valores mais elevados nos distritos de Braga e da Horta e mais baixos em Portalegre. A sua reflexão leva-o a formular a existência de dois padrões de primonupcialidade feminina: um padrão de casamento mais precoce, entre 23 e 25 anos, dominante nos distritos do Alentejo, Algarve e também do Funchal; e «um padrão de casamento tardio, cuja idade média se situa entre os 27 anos e mais de 29 anos» mais consolidada nos distritos da Horta e de Viana do Castelo, podendo igualmente outros distritos do Norte, como o de Vila Real, e dos Açores, registar um calendário tardio ao primeiro casamento (BANDEIRA, 1996: 286-289).

Comparando estes valores com os encontrados noutras paróquias estudadas de outras regiões do país, nos mesmos períodos, constatamos alguma diversidade de idades médias ao primeiro casamento (Quadro 10).

Em Guimarães, zona urbana, no período de 1780 a 1879, as idades médias femininas de acesso ao primeiro casamento rondam os 23 anos na transição do século XVIII para o XIX, subindo para os 25 anos nos meados de Oitocentos, enquanto que no meio rural a idade média da mulher mantém-se quase sempre acima dos 25 anos. Também os homens casavam mais novos no meio urbano que no rural, com valores que oscilam, respectivamente, entre os 24,6 e 27,6 anos, e os 24,9 e 27,9 anos, para o período mencionado, refletindo, desta maneira, a dissemelhança entre comportamentos do campo e da cidade ⁽²⁶³⁾. Segundo estes valores podemos concluir que, por essa altura, em Chaves se casava mais cedo que em Guimarães, sobretudo a partir da segunda década de Oitocentos.

Comparativamente com as paróquias de Romarigães e de Alvito S. Pedro, a idade média feminina à primonupcialidade foi nestas surpreendentemente elevada, divergindo das mulheres flavienses em cerca de 4 anos e meio.

Nas paróquias rurais do nordeste transmontano, durante o século XVIII, a idade média ao matrimónio foi alta, para ambos os sexos, com exceção de Poiães. Também nas paróquias açorianas, do Sul do Pico e da Madalena, a idade média, quer dos homens quer das mulheres, é substancialmente superior à dos nubentes de Chaves, sobretudo entre as noivas.

Esta primonupcialidade temporã feminina testemunha, provavelmente, uma estratégia dos progenitores flavienses em casar prematuramente as suas filhas para evitar que uma possível desventura lhes caia nos lares, face à numerosa proporção de varões, nomeadamente militares, residentes nesta urbe.

Com o fim de melhor compreendermos este fenómeno em contexto urbano, procuramos analisar a idade média ao casamento dos nubentes, tendo em consideração os diferentes grupos ocupacionais constituídos a partir da identificação das profissões dos homens indicadas nos assentos paroquiais. Assim, organizámos as famílias, associando as mulheres à profissão dos seus consortes, uma vez que as profissões destas raramente eram mencionadas nos ditos registos.

⁽²⁶³⁾ AMORIM, 2012: 92-95. Também Gaspar Martins Pereira encontrou idades médias muito próximas destas na freguesia urbana de Cedofeita (Porto), de 24,2 para o sexo masculino e de 23,5 para o feminino, nos finais do século XIX (PEREIRA e CORREIA, 1996: 485).

Ficaram de fora desta observação as famílias cuja profissão do homem se desconhece, bem como a data de nascimento de ambos os nubentes. O reduzido número de observações levou-nos a considerar apenas um período de 50 anos.

Da leitura do quadro número 11, ressalta, em primeiro lugar, que as famílias ligadas às tarefas administrativas são as que mais adiaram as suas núpcias, seguidas pelas famílias que dependiam das atividades comerciais e dos serviços, indiciando a preocupação em garantir, primeiramente, um estatuto social mais elevado que, em regra, corresponde a idades mais avançadas ⁽²⁶⁴⁾. Por sua vez, as famílias apegadas de uma ou outra forma à terra foram aqui mais precoces que os seus congéneres dos meios rurais, sugerindo uma menor dependência da transmissão da propriedade ⁽²⁶⁵⁾. Curiosamente são as famílias que vivem das lides «*marciais*» que, pela sua maior mobilidade geográfica, mais cedo correm para os altares.

Quadro 11
Idade média ao primeiro casamento por grupos ocupacionais (< 50 anos)
(1830 a 1879)

Grupos ocupacionais	Mulheres		Homens		Diferenças (Id. média) H - M
	N	Id. Média	N	Id. Média	
1- Agricultura	77	24,8	69	28,6	3,8
2 - Ofícios	100	24,0	85	27,7	3,7
3 – Comércio e Serviços	47	25,1	28	27,7	2,6
4 - Administração	19	25,9	17	31,1	5,2
5 - Militares	213	23,6	61	26,6	3,0
Total	456	24,1	260	27,9	3,8

Ainda, segundo a leitura do quadro, constata-se, pelo número de mulheres (213) com idade conhecida, que a comunidade castrense era constituída por um número significativo de homens de «fora», assumindo como tal um peso importante na sociedade, como se refere mais adiante.

Todavia, o reduzido número de observações por grupo ocupacional, designadamente dos homens, bem como a sua heterogénea constituição, leva-nos a receber estes dados com algumas precauções. Acresce ainda que, na comunidade militar, os oficiais de menor patente, assim como os soldados serviam o exército,

⁽²⁶⁴⁾ Sobre as idades ao primeiro casamento e condição social em Cedofeita, leia-se PEREIRA e CORREIA, 1996: 484.

⁽²⁶⁵⁾ Gaspar Pereira e Jorge Alves ao estudarem os comportamentos nupciais na Terra da Maia, constataram, como aqui em Chaves, que os lavradores casavam mais tarde que os artesãos. Já as mulheres dos lavradores casaram-se mais novas que as dos artesãos (PEREIRA e ALVES, 1990: 39).

apenas, por um determinado número de anos, não delimitado, mas que não ultrapassaria em muito os trinta anos de idade ⁽²⁶⁶⁾.

Esta análise mostra-nos, ainda, que os noivos com profissão identificada apresentam idades médias mais elevadas que as observadas para a totalidade dos nubentes, tanto masculinos como femininas. Isto significa que, provavelmente, os párocos não registavam, nos assentos de casamento, a profissão indefinida de muitos nubentes jovens, fazendo aumentar a idade média à primonupcialidade por grupos profissionais.

Por sua vez, uma análise de natureza longitudinal das gerações nascidas de 1780 a 1829, por decénios, deixando de fora as gerações nascidas nos últimos cinquenta anos estudados ⁽²⁶⁷⁾, confirmam-se *grosso modo* as tendências da evolução dos comportamentos observadas pela análise transversal, com a vantagem de normalizar as observações registadas, retirando-lhe o efeito de conjuntura, como nos mostra o quadro seguinte (Quadro 12).

Quadro 12
Idade média ao primeiro casamento (< 50 anos)
Gerações nascidas de 1780-1829

Gerações	Mulheres			Homens			Diferenças (Id. média) H - M
	N	Id. Média	Mediana	N	Id. Média	Mediana	
1780-89	123	22,6	20,0	53	25,6	23,0	3,0
1790-99	118	21,9	20,0	51	25,4	23,0	3,5
1800-09	109	23,5	21,0	63	26,5	24,0	3,0
1810-19	122	24,4	22,0	72	26,5	24,5	2,1
1820-29	133	23,2	21,0	53	27,8	25,0	4,6
1780-1829	605	23,1	21,0	326	26,5	24,0	3,4

Uma leitura atenta do quadro e da representação gráfica mostra-nos que as gerações nascidas antes de 1800, tanto femininas como masculinas apresentam idades médias à primonupcialidade inferiores às que nasceram depois do alvorecer de Oitocentos. Provavelmente, estas gerações foram mais penalizadas, entre outros fatores, por ação da Guerra Peninsular e por outros conflitos bélicos da época.

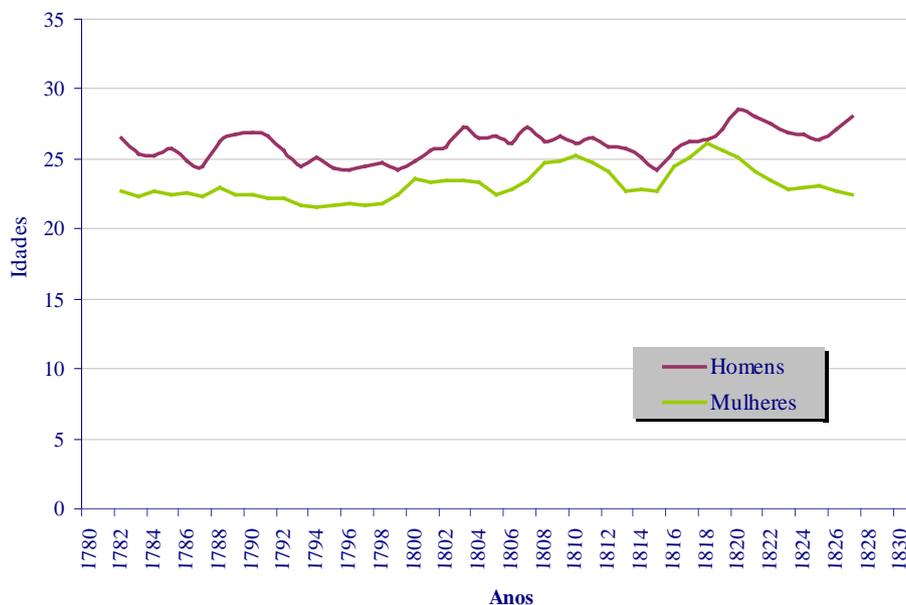
Acompanhando o percurso das distintas gerações nascidas neste período, verificamos que a idade média das mulheres se situa sempre abaixo das médias etárias registadas para o sexo masculino, com amplitudes que vão de 2,1 anos na década de

⁽²⁶⁶⁾ Leia-se, a propósito, Gastão de Matos (in SERRÃO, 1981, II: 505-508).

⁽²⁶⁷⁾ AMORIM, 1992: 91.

1810 a 1819, e 4,6 anos, na última década. Todavia, este afastamento, superior a 4 anos, somente foi revelado pelas gerações nascidas na última década da observação.

Gráfico 9
Idade média ao primeiro casamento (< 50 anos).
Gerações nascidas entre 1780 e 1829
(médias móveis de 5 anos)



Ainda, segundo as observações decenais, verificamos que as mulheres casaram entre os 21,9 e os 24,4 anos e os homens entre os 25,4 e os 27,8 anos de idade.

Para toda a observação, as mulheres nascidas durante esse período casaram, em média, aos 23,1 anos e os homens aos 26,5, com uma diferença média de idades de 3,4 anos. Esta leitura diferencial dos comportamentos nupciais mostra-nos, como se esperava, uma maior dificuldade de acesso ao mercado matrimonial por parte das gerações masculinas em relação às nubentes nascidas na vila.

Apesar disso, as idades médias encontradas, para ambos os sexos, podem considerar-se globalmente precoces, constituindo um quadro nupcial bem divergente do encontrado para a paróquia rural de Calvão ⁽²⁶⁸⁾. Nesta, os constrangimentos da transmissão da propriedade atrasaram presumivelmente a constituição de novos agregados domésticos. Aqui, diferentemente, a existência de uma maior diversidade de profissões e a possibilidade de uma maior mobilidade geográfica, anteciparam as primeiras núpcias. Também, em Guimarães, a zona urbana ⁽²⁶⁹⁾ caracterizou-se por uma

⁽²⁶⁸⁾ FAUSTINO, 1998: 91.

⁽²⁶⁹⁾ AMORIM, 1987: 75-111.

maior precocidade ao primeiro matrimónio que a zona rural ⁽²⁷⁰⁾. São, assim, notórios dois ‘modelos’ de nupcialidade bem diferenciados: o de um matrimónio tendencialmente tardio, no mundo rural; e a de um casamento mais precoce nos meios urbanos. Estas diferenças de comportamento nupcial poderão ter-se refletido nos níveis de fecundidade dos casais no meio rural e urbano.

2. Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento

Uma análise à primonupcialidade dos diferentes grupos de idade, de ambos os sexos, para dois períodos de 25 anos (Quadro 13), permite-nos clarificar melhor as tendências anteriormente observadas.

Quadro 13
Distribuição proporcional por grupos de idades
ao primeiro casamento
(por períodos)

Grupos de Idades	Mulheres				Homens			
	1830-1854		1855-1879		1830-1854		1855-1879	
	N	%	N	%	N	%	N	%
12-14	2	0,7	5	1,8	2	1,2	0	0,0
15-19	111	36,2	93	34,2	21	12,4	14	8,1
20-24	105	34,2	85	31,3	67	39,6	63	36,6
25-29	43	14,0	40	14,7	42	24,9	34	19,8
30-34	25	8,1	17	6,3	23	13,6	23	13,4
35-39	12	3,9	15	5,5	7	4,1	18	10,5
40-44	5	1,6	9	3,3	3	1,8	9	5,2
45-49	2	0,7	4	1,5	1	0,6	5	2,9
50 e +	2	0,7	4	1,5	3	1,8	6	3,5
Total	307	100	272	100	169	100	172	100

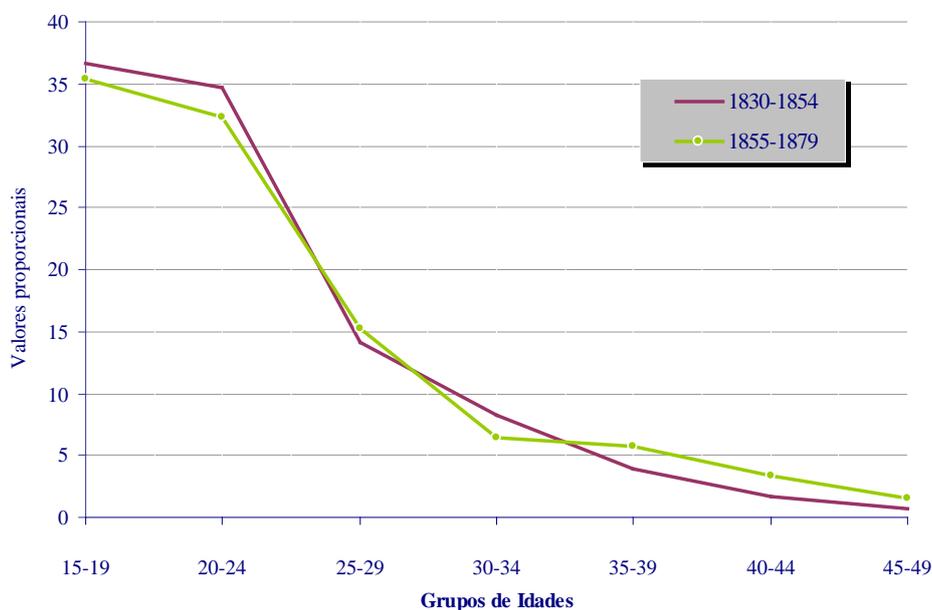
Assim, segundo o quadro e respetivas representações gráficas (Gráficos 10 e 11), a proporção mais elevada de matrimónios femininos ocorreram, entre os 15 e os 24 anos, em ambos os períodos, e os masculinos entre os 20 e os 29 anos, nos dois períodos observados.

Por períodos, no primeiro, 71,1% das mulheres celebraram as suas primeiras núpcias antes de completarem os 25 anos, e destas 36,2% fizeram-no entre os 15 e os 19 anos. Os casamentos acima dos 35 anos não vão além de 7%.

⁽²⁷⁰⁾ A este propósito Norberta Amorim refere que, para Guimarães, «os filhos dos proprietários rurais, quer fossem do sexo masculino ou feminino, casavam mais tardiamente do que os seus contemporâneos desligados da terra» (AMORIM, 1987: 114). Também Carlota dos Santos constatou, igualmente, que no concelho da Madalena (Açores) a população rural apresentava idades mais elevadas que outros grupos socioprofissionais (SANTOS, 2008: 65-57). Tal demonstra que nos meios urbanos a tendência é para um casamento mais jovem que nas paróquias rurais, para ambos os sexos, embora tal constatação mereça estudos mais aprofundados.

Com ligeiras alterações, esta tendência manteve-se no segundo período, com 67,3% de enlaces femininos até aos 25 anos e 11,6 %, acima dos 35 anos.

Gráfico 10
Distribuição proporcional por grupos de idades
ao primeiro casamento
(mulheres)



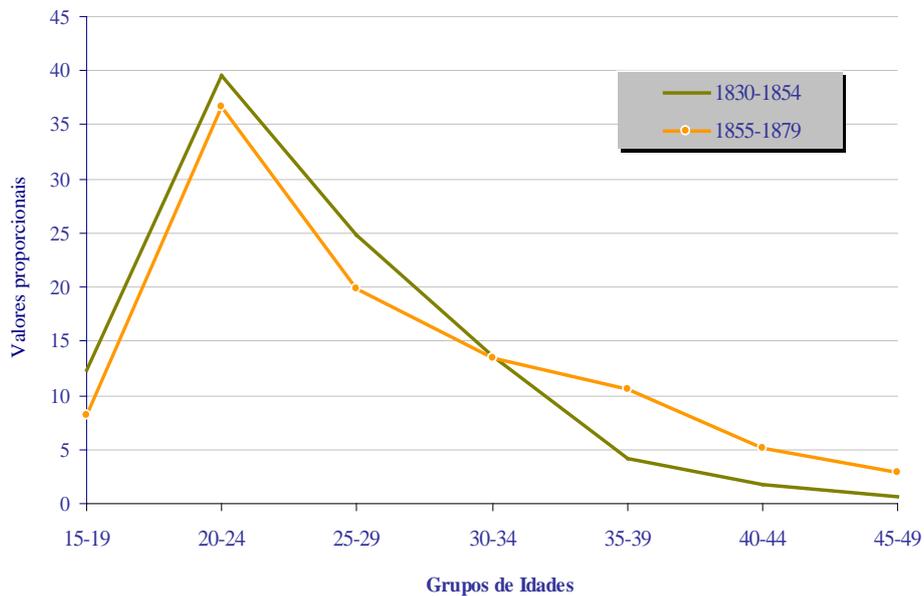
Comparando entre si os dois períodos, constatamos *grosso modo* um certo paralelismo, evidenciando-se, no entanto, no segundo, uma ligeira quebra da concentração de enlaces matrimoniais nos dois primeiros grupos modais e uma ténue compensação nos escalões superiores de idade de casamento.

Diferentemente, os homens casaram entre os 20 e os 30 anos, predominando os do grupo etário dos 20 aos 25, em toda a observação, com 39,6% e 36,6%, respetivamente, no primeiro e segundo períodos.

De 1830 a 1854, as percentagens de cônjuges observados em cada escalão são ligeiramente superiores aos registados no período seguinte, à exceção dos últimos grupos etários, particularmente no dos 35 aos 39 anos de idade. A proporção de nubentes masculinos entre os 20 e 35 anos regrediu durante o terceiro quartel de Oitocentos, traduzido um ligeiro atraso às primeiras núpcias.

Não obstante, só cerca de 22% dos homens no segundo período adiaram a celebração da cerimónia do seu primeiro enlace matrimonial para além dos 35 anos, e metade destes para depois dos quarenta anos de idade.

Gráfico 11
Distribuição proporcional por grupos de idades
ao primeiro casamento
(homens)



Os valores apresentados confirmam as variações do fenómeno para ambos os sexos e para os dois períodos: uma propensão para a precocidade ao primeiro enlace, não se encontrando comparação idêntica nos espaços já estudados, a não ser em Guimarães, zona urbana, mas num período anterior.

3. Idade combinada dos nubentes celibatários

Combinando as idades dos nubentes celibatários será possível obter uma nova perspectiva, pondo em evidência o grau de incidência da distribuição da primonupcialidade por sexos e grupos de idade, para os dois períodos, bem como a frequência das combinações etárias predominantes, proporcionando uma visão mais concreta da formação dos novos agregados familiares.

Quadro 14
Idades combinadas dos nubentes celibatários.
Grupos de idades
(%)

1830-1854							
Homens	Mulheres						Total
	< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40 e +	
15-19	5,9	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0	14,7
20-24	13,2	16,2	7,4	1,5	4,4	0,0	42,6
25-29	10,3	7,4	4,4	1,5	1,5	0,0	25,0
30-34	4,4	5,9	0,0	1,5	1,5	0,0	13,2
35-39	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	2,9
40 e +	0,0	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	1,5
Total	33,8	42,6	11,8	4,4	7,4	0,0	100

1855-1879								
Homens	Mulheres							Total
	< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45 e +	
15-19	5,1	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	8,5
20-24	18,7	16,9	0,0	3,4	0,0	0,0	0,0	39,0
25-29	3,4	13,6	1,7	1,7	3,4	0,0	1,7	25,4
30-34	1,7	1,7	1,7	3,4	1,7	1,7	0,0	11,9
35-39	1,7	1,7	0,0	1,7	1,7	1,7	0,0	8,5
40-44	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	3,4
45 e +	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,0	1,7	3,4
Total	30,5	39,0	3,4	10,2	8,5	5,1	3,4	100

Observando os dados (Quadro 14), constata-se que, durante o período de 1830 a 1854, as uniões mais frequentes constituíram-se entre mulheres e homens na faixa etária dos 20 aos 24 anos, com 16,2%, seguido de 13,2% de enlacs cujos varões são do mesmo grupo etário e com mulheres de menos de 20 anos. Salienta-se, ainda, um terceiro grupo com a percentagem de 10,3 % de vínculos matrimoniais, cujas nubentes têm, igualmente, menos de 20 anos e seus consortes entre os 25 e os 29 anos.

Ainda, durante o primeiro período, notamos que 23,5% de homens na faixa etária 20 aos 29 anos casaram com noivas com menos de 20 anos. Quase metade destas uniões (47,1%) foram celebradas entre mulheres com menos de 25 anos com homens entre 20 e 29 anos.

No segundo período, a combinação etária mais frequente, com 18,7%, foi entre noivas com menos de 20 anos e noivos entre 20 e 24 anos, seguida de 16,9% de enlaces, em que ambos tinham entre 20 e 24 anos.

Ainda neste período, houve um número significativo de varões na faixa etária dos 25 aos 29 anos de idade, com a proporção de 13,6%, que desposaram raparigas mais novas, com idades entre os 20 e os 24 anos.

É, ainda, de sublinhar que 30,5% dos matrimónios ocorreram entre noivos com idades entre os 20 e os 29 anos e noivas entre os 20 aos 24 anos. Metade dos casamentos (52,6%) realizou-se entre mulheres com menos de 25 anos e varões dos 20 aos 30 anos. Apenas 27,2% ocorreram com mulheres acima dos 30 anos. Este tipo de comportamento evidencia uma ténue mudança de tendência operada na viragem para a segunda metade de Oitocentos.

Em termos globais, para qualquer dos períodos, a maior concentração de matrimónios ocorre, entre homens, na faixa etária dos 20 aos 29 anos de idade e mulheres com menos de 25 anos. A proporção de casamentos entre homens e mulheres acima dos 30 anos assume valores pouco significativos. A frequência de matrimónios nos grupos etários mais baixos não teve correspondência na paróquia rural de Calvão, onde as núpcias são adiadas para idades mais elevadas.

Esta precocidade nupcial proporciona, como referimos, convívios matrimoniais longos e agregados familiares fecundos, se, entretanto, não forem cerceados pela emigração ou pelo óbito.

Considerando a posição relativa dos nubentes (Quadro 15), constatamos que dos 62,3% matrimónios realizados no primeiro período, os homens são mais velhos que as suas consortes, valor que sobe para 72,9%, no segundo período.

Quadro 15
Posição relativa dos nubentes
(%)

Posição relativa dos nubentes	Períodos	
	1830-54	1855-79
Homens mais velhos	62,3	72,9
Homens e Mulheres da mesma idade	4,4	6,8
Mulheres mais velhas	33,3	20,3
Total	100	100

Somente 33,3% das mulheres, no primeiro período, se apresentaram ao casamento com idade superior ao noivo, cifra que diminuiu significativamente para

20,3%, no segundo período. Os casamentos em que ambos os nubentes pertenciam à mesma faixa etária foram pouco significativos, com 4,4% e 6,8%, no primeiro e segundo períodos, respetivamente.

Este padrão de comportamento afasta-se substancialmente do encontrado para Calvão para o período de 1830 a 1859, onde os nubentes casavam em número significativo (38, 9%) no mesmo grupo de idades, e só uma escassa percentagem de mulheres (15,1%) eram mais velhas que os seus noivos. Contrariamente, em Guimarães, a percentagem de mulheres mais velhas ao primeiro casamento era maior no meio rural que na zona urbana, respetivamente, 29,6% contra 23,3%, no período de 1780 a 1819 ⁽²⁷¹⁾.

Já em Santa Marinha Gontinhães, no litoral do Alto Minho, na primeira metade de Oitocentos, a proporção de mulheres mais velhas elevava-se surpreendentemente a 49,2%, contra 45,9% dos homens na mesma situação ⁽²⁷²⁾.

Considerando o número de anos que separavam as idades entre os nubentes celibatários ao primeiro casamento (Quadro 16), observamos que, para todo o período estudado, 67,7% dos homens casavam com noivas mais novas, enquanto que os casamentos de mulheres mais velhas com noivos mais novos se ficavam pelos 26,8%.

Quadro 16
Diferença de idades entre os nubentes celibatários
ao primeiro casamento
(%)

Períodos	Homem mais velho					Mulher mais velha					Idades Iguais
	Anos					Anos					
	1	2-3	4-5	6-9	10 e +	1	2-3	4-5	6-9	10 e +	
1830-54	8,7	10,1	10,1	17,4	15,9	7,2	8,7	7,2	4,3	5,8	4,4
1855-79	8,5	25,4	13,6	13,6	11,9	1,7	3,4	3,4	8,5	3,4	6,8
Total	8,6	17,8	11,9	15,5	13,9	4,5	6,0	5,3	6,4	4,6	5,6

É interessante verificar que 33,3% dos nubentes celibatários, no 1º período, e 25,5%, no segundo, casaram com 6 e mais anos que as suas noivas; e que 15,9% e 11,9% de noivos, respetivamente, o fizeram com 10 ou mais anos. Por sua vez, somente 18,8% dos homens casaram até quatro anos mais velhos que suas noivas, proporção que sobe para 33,9%, no segundo período. Também não deixa de ser significativo que, no segundo período, a diferença de idades entre os sexos, inferior a seis anos, é de 47,5 %, enquanto que no primeiro se fica pelos 28,9%.

⁽²⁷¹⁾ AMORIM, 1987: 122-123.

⁽²⁷²⁾ REGO, 2012: 88.

Quanto ao sexo feminino, verificamos, no segundo período, uma redução das núpcias com a noiva mais velha de 33,2% para 20,4%. Excetua-se o comportamento daquelas que casaram com uma diferença de idades entre os seis e os dez anos que subiram de 4,3% para 8,4%. Aquela tendência é coincidente com o aumento de enlaces em que os homens são mais velhos, ou cujas idades de ambos os consortes se igualam.

Estes valores revelam, também, maior predominância etária do sexo masculino, sobretudo no segundo período, refletida na subida da idade média ao casamento.

4. Estado civil anterior dos contraentes

Os registos de casamento estudados permitiram-nos identificar com alguma segurança o estado civil dos nubentes, bem como conhecer a naturalidade da maioria deles. No segundo caso viemos a preencher a maioria das lacunas através da reconstituição de famílias seguindo a metodologia utilizada.

Assim, o quadro número 17 procura refletir o estado civil anterior dos noivos, quer se trate ao primeiro enlace ou não, das celebrações registadas nos livros de assento de Chaves.

Quadro 17
Estado civil anterior dos nubentes

Períodos	Estado Civil							
	Solteiros		Viúvos		Solteiras		Viúvas	
	N	%	N	%	N	%	N	%
1780-1804	796	82,0	175	18,0	790	81,4	181	18,6
1805-1829	906	82,7	190	17,3	877	80,0	219	20,0
1830-1854	905	82,4	193	17,6	898	81,8	200	18,2
1855-1879	948	83,0	194	17,0	999	87,5	143	12,5
1780 -1879	3555	82,5	752	17,5	3564	82,7	743	17,3

A partir da observação do estado civil dos nubentes ao matrimónio é possível, também, avaliar a frequência de casamentos de mulheres e de homens viúvos, sabendo-se que numa sociedade do Antigo Regime só a morte de um dos cônjuges podia levar a um novo casamento. São casamentos pouco numerosos, porquanto a mortalidade não é a única variável a influenciá-lo, mas também os hábitos culturais e a disponibilidade do mercado matrimonial com outros fatores de ordem económica e social.

Como seria de esperar os resultados globais encontrados revelam que foi na condição de solteiros que se apresentaram ao matrimónio 82,5% dos noivos e 82,7% das

noivas. Da totalidade de casamentos realizados entre 1780 e 1879, só 17,5% de nubentes eram viúvos e 17,3% viúvas.

Do quadro apresentado constatamos que a evolução do comportamento dos nubentes, de ambos os sexos, solteiros ou viúvos, se caracteriza por uma certa regularidade, em todos os períodos, com pequenas variações que não chegam a ultrapassar 1%, nos homens, e 1,8 %, nas mulheres, salvo no último período observado cuja proporção subiu para 7,5%.

Se atendermos a que os primeiros três períodos foram marcados pelos efeitos de vários conflitos bélicos, como a «*Guerra das laranjas*», as invasões francesas e as intestinas lutas liberais, somos levados a equacionar o fenómeno num contexto mais amplo, conjugando variáveis não só de ordem socioeconómica e cultural, como também demográficas. Aqui, em Chaves, a forte presença militar prestava-se a refazer o equilíbrio do mercado matrimonial da parte masculina. Fosse ou não por isso, a análise destes três períodos mostra-nos que as mulheres na situação de viuvez recasaram mais que os homens na mesma condição. Estes valores oscilam entre 18,2% e 20%, nas viúvas e 17,3% e 18%, nos viúvos.

No período de 1855 a 1879 deu-se uma inversão de comportamentos, ocorrendo a superioridade dos casamentos de viúvos: 17,0% dos noivos viúvos contra 12,5% de noivas viúvas. Esta mudança poderá estar relacionada com a evolução do índice de masculinidade da população da vila. O censo de 1864 regista para Chaves 3.027 varões e 2.383 fêmeas, ou seja, 127 homens por cada 100 mulheres.

Não deixa de ser interessante a proporção de recasamentos verificada em Chaves, se considerarmos que as segundas núpcias, numa sociedade *post tridentina*, eram vistas com alguma «*censura*» e «objecto de certas prevenções»⁽²⁷³⁾; também a Igreja vinha vendo com algum sentido desprestigiante os casamentos dos viúvos, designadamente das mulheres, como sugere S. Paulo⁽²⁷⁴⁾. Todavia, se a mulher viúva é mais autossuficiente que o homem na mesma condição, este, por sua vez, com filhos pequenos e uma casa para cuidar procura uma certa compreensão social para aliviar o seu fardo, como lembra Norberta Amorim «se se admite que um breve recasamento se pode impor a um homem viúvo com filhos pequenos, o mesmo raciocínio não terá a

⁽²⁷³⁾ LEBRUN, 1983: 57.

⁽²⁷⁴⁾ «Honra às viúvas, as que são verdadeiramente viúvas. Se a viúva tiver filhos ou netos, que ela lhes ensine, antes de tudo, o respeito filial para com a própria família e a retribuir aos pais os cuidados que deles recebem, porque isto é agradável aos olhos de Deus. Aquela que, pelo contrário, só pensa nos prazeres, embora viva, está morta» (S. PAULO, *1ª Carta a Timóteo*, 5, 3-6).

mesma validade para as viúvas» ⁽²⁷⁵⁾. Diferentemente, esta tolerância foi aqui, igualmente, extensiva às mulheres viúvas, com uma percentagem significativa de segundas núpcias que suplantou a dos homens até meados do século XIX, como o demonstram os quadros estudados.

Comparando estes valores com os encontrados para outras paróquias de outras regiões do país permitem-nos verificar alguma diferenciação de Chaves com as demais, para períodos idênticos, no tocante a recasamentos (Quadro 18).

Quadro 18
Recasamento de viúvos comparado (%)

Região	Paróquias	Períodos	Viúvos	Viúvas	Fonte
Trás-os-Montes	Chaves	1780-1879	17,5	17,3	Registos paroquiais
	Calvão	1780-1865	10,5	7,6	Faustino, 1998
	Cardanha	Séc. XVIII	29,4	8,0	Amorim, 1983/84
	Poiares	1791-1823	18,7	12,0	
	Rebordãos	Séc. XVIII	20,2	9,9	
Minho	Guimarães (urbana)	1780-1819	17,6	8,4	Amorim, 1987
	Guimarães (rural)	1780-1819	9,0	4,0	
	Gontinhães	1800-1849	11,2	3,1	Rego, 2012
Açores	Sul do Pico	1810-1889	9,2	2,9	Amorim, 1992
	Madalena	1800-1899	9,9	3,3	Santos, 2008

Em Guimarães, na zona urbana, encontramos percentagens de recasamentos próximas das de Chaves, entre 14 e 18 %, para o sexo masculino e 5 e 8 % para o feminino. Já na zona rural os valores oscilam entre 9 e 14%, para os viúvos e não passam de 6% para as viúvas ⁽²⁷⁶⁾.

Os valores encontrados para Chaves afastam-se, igualmente, das percentagens verificadas na paróquia rural de Calvão, 10,5% para os homens e 7,6% para as mulheres ⁽²⁷⁷⁾, bem como nas três paróquias insulares do Sul do Pico ⁽²⁷⁸⁾ com 9,2% e 2,9%, respetivamente. Em contraponto, as paróquias rurais do nordeste transmontano, Rebordãos, Poiares e Cardanha, situam-se acima dos 19%, para o século XVIII ⁽²⁷⁹⁾, para os homens e menos de 12% para as mulheres.

⁽²⁷⁵⁾ AMORIM, 1992: 104.

⁽²⁷⁶⁾ AMORIM, 1987: 127.

⁽²⁷⁷⁾ FAUSTINO, 1998: 104-105.

⁽²⁷⁸⁾ AMORIM, 1992: 102.

⁽²⁷⁹⁾ AMORIM, 1984: 543.

Comparando todos estes casos, verifica-se que as segundas núpcias da parte das mulheres tiveram aqui, em Chaves, uma importância singular.

No aprofundamento da questão anterior procedemos à elaboração do quadro 19, cujos valores comprovam as tendências anteriormente referidas, em ambos os períodos: predominância de casamentos entre homens e mulheres solteiros (70,3%) e uma débil proporção de recasamentos entre viúvos que não ultrapassa os 5 %.

Já quando apreciámos os enlaces entre viúvos e solteiros, notamos uma tendência bem distinta, pautada por valores da ordem de 12%, tanto para os homens como para as mulheres, dando-nos a perceber que tanto os viúvos como as viúvas optaram maioritariamente por recasar com mulheres e homens na condição civil de solteiros.

A comparação dos resultados com os de outras paróquias conhecidas mostra que os casamentos entre solteiros são inferiores aos encontrados para as paróquias rurais transmontanas de Calvão (83%), de Poiares (74%) e da zona urbana de Guimarães (77,7%) ⁽²⁸⁰⁾. Ao invés, a proporção de enlaces entre viúvos e solteiros de ambos os sexos e entre viúvos é, respetivamente, de 24,5% e 5,1%. Estes valores são superiores aos encontrados no meio rural transmontano, para o século XVIII, respetivamente, 14% em Poiares, 18% em Cardanha e 17% em Rebordãos, entre viúvos e solteiras e de 6 % entre viúvas e solteiros. Já os recasamentos entre viúvos apresentam percentagens equivalentes, à volta dos 5 % ⁽²⁸¹⁾.

Quadro 19
Nubentes segundo o estado civil combinado
(por períodos)

1780-1829						
Estado Civil	Solteiros		Viúvos		Total	
	N	%	N	%	N	%
Solteiras	1406	68,0	261	12,6	1667	80,6
Viúvas	296	14,3	104	5,0	400	19,4
Total	1702	82,3	365	17,7	2067	100
1830-1879						
Solteiras	1625	72,5	272	12,1	1897	84,7
Viúvas	228	10,2	115	5,1	343	15,3
Total	1853	82,7	387	17,3	2240	100

⁽²⁸⁰⁾ AMORIM, 1987: 132.

⁽²⁸¹⁾ AMORIM, 1984: 543.

A análise combinada do estado civil dos nubentes, por períodos (Quadro 19), mostra-nos a débil variação no acesso às segundas núpcias. Comparando a frequência de enlaces entre homens solteiros com mulheres no mesmo estado civil, notamos um ligeiro acréscimo de matrimónios de 68% para 72,5%, quando passamos do primeiro para o segundo período. Esta subida coincide com a diminuição de casamentos entre viúvas e homens solteiros de 14,3% para 10,2%, respetivamente, entre o primeiro e segundo períodos. Possivelmente esta alteração comportamental estará relacionada com a maior mobilidade do sexo masculino.

Já as variações da proporção de recasamentos entre viúvos e solteiras e entre viúvos são aqui pouco expressivas, oscilando nos primeiros entre 12,6% e 12,1%, e nos segundos entre 5% e 5,1%, do período de 1780 a 1829 para o de 1830 a 1879.

Em síntese, podemos dizer que a formação das famílias em Chaves assentara fundamentalmente, sem grandes variações, em agregados constituídos não só por cônjuges que partiram do estado de solteiros, mas, também, numa significativa proporção, em casais formados entre nubentes solteiros e viúvos e entre viúvos.

5. Viuvez e ulterior casamento

Em seguida, procuramos conhecer a proporção de nubentes que fundaram uma nova célula familiar após a rutura da anterior por falecimento de um dos cônjuges, segundo o sexo e a idade à viuvez, mesmo sabendo que um período secular é limitado para acompanhar o trajeto vital dos indivíduos de uma comunidade, tanto mais que, nesta nossa análise, só são considerados os casos em que são conhecidas as datas de nascimento dos indivíduos, de óbito do cônjuge e de recasamento, correspondendo, por isso, a um reduzido número de dados apurados. Uma redução que tem a ver, também, com a permanência ou não do(a) viúvo(a) na urbe.

Considerando o quadro 20, detetamos, desde logo, que a morte parece ter penalizado mais o sexo masculino que o feminino, fazendo mais viúvas que viúvos. Devemos, no entanto, ter presente que a mobilidade geográfica afeta mais os homens que as suas consortes. Foi na faixa etária dos 30 aos 39 anos que ocorreu a maior frequência à viuvez, para ambos os sexos. Nestas idades, eles foram maioritariamente vítimas da guerra e das dificuldades da vida quotidiana e elas de maus partos.

Quadro 20
Frequência do casamento segundo a idade à viuvez
(1780-1879)

Grupo de Idades	Homens			Mulheres		
	Enviuvaram	Recasaram	%	Enviuvaram	Recasaram	%
< 30	26	8	30,8	52	22	42,3
30-39	40	12	30,0	70	22	31,4
40-49	31	7	22,6	53	10	18,9
50-59	25	5	20,0	40	2	5,0
60 e +	11	2	18,1	27	1	3,7
Total	133	34	25,6	242	57	23,6

A leitura dos resultados pelos grupos de idades mostra-nos que a idade à viuvez influi decisivamente no acesso às segundas núpcias, para os homens como para as mulheres, tanto mais frequente quanto mais jovens foram os nubentes viúvos, sobretudo para os dois primeiros grupos etários, como constatará François Lebrun ⁽²⁸²⁾, para duas paróquias francesas.

Curiosamente são as mulheres até aos 39 anos que se consorciam mais facilmente que o sexo oposto, invertendo substancialmente este comportamento acima dos 50 anos. Já partir dos 40 anos, verificamos, igualmente, uma diminuição das oportunidades de casamento, quer das mulheres quer dos homens, no estado de viuvez.

Considerando a frequência de recasamentos para toda a observação, encontramos as percentagens de 25,6% para os homens e de 23,6%, para as mulheres, verificando-se uma certa similitude de comportamentos face a um novo casamento, mais frequente nos homens após os 40 anos de idade.

Tendo em vista apreciar melhor a idade média dos viúvos a um novo casamento, construímos o quadro 21, com o número de todos os indivíduos com idade conhecida.

Quadro 21
Idade média dos viúvos a um novo casamento

Períodos	Homens		Mulheres		Diferenças H - M
	N	Id. Média	N	Id. Média	
1830-1879	24	39,5	42	36,8	2,7

⁽²⁸²⁾ LEBRUN, 1983: 55.

A idade média das mulheres viúvas às segundas núpcias foi de 36,8 anos e a dos homens viúvos de 39,5, superiorizando-se estes em 2,7 anos. Para elas, a importância de refazer uma nova família em idades mais jovens estava, por vezes, associada à possibilidade de procriar.

Os valores acima apontam, ainda, para uma maior oportunidade dos homens a um novo casamento, conseqüente de uma mortalidade diferencial, que afeta de um modo desigual homens e mulheres, nestas faixas etárias.

Se analisarmos o intervalo de tempo entre a data de óbito do cônjuge e o ulterior casamento, com data conhecida, observamos a maior ou menor celeridade com que os viúvos de Chaves construíram um novo lar. Todavia, o reduzido número de casos identificados, não permite tirar fundadas conclusões.

Os homens e as mulheres apresentam tempos de viuvez diferentes. Os homens recasam com mais brevidade. O intervalo médio de viuvez foi de 2 anos para os homens e de 3 anos e dois meses e meio para as mulheres. Se tivermos em conta as frequências da distribuição por intervalos de tempo (Quadro 22), são já notórias as divergências entre homens e mulheres nos primeiros 12 meses que decorrem entre a viuvez e a celebração do novo enlace, perfazendo estas 33,1% contra 50,3% dos homens viúvos.

Quadro 22
Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento
(1780-1879)

Intervalo	Homens		Mulheres	
	N	%	N	%
< 1 ano	87	50,3	54	33,1
1 - < 3 anos	47	27,2	58	35,6
3 - < 5 anos	18	10,4	16	9,8
5 e + anos	21	12,1	35	21,5
Total	173	100	163	100

Possivelmente, a celeridade dos homens em contraírem um novo matrimónio teria muito a ver com a necessidade de ajuda nas tarefas domésticas e na criação dos próprios filhos pequenos, como já referimos noutra lugar.

Neste contexto metade dos homens refaz uma nova célula familiar antes de findar o ano de viuvez, já as suas consortes só após dois anos. Já nos intervalos de um e três anos e de 5 e mais anos, após a perda do cônjuge, são elas que superam os homens com as diferenças de 8,4%, e 9,4%, respetivamente.

É, ainda, de salientar que uma significativa proporção de 12,1% de homens viúvos e de 21,5% de mulheres viúvas, permaneceram nessa condição, pelo menos, cinco anos antes de se consorciarem de novo.

Comparativamente com o observado na zona urbana de Guimarães em que 48,6% dos homens e 34% das mulheres casaram antes de decorrido um ano sobre a morte do seu anterior cônjuge ⁽²⁸³⁾, Chaves apresenta um quadro muito aproximado. Também metade dos homens do Sul do Pico voltara a casar durante o primeiro ano de viuvez, enquanto que somente 21% das viúvas o fizeram durante esse intervalo. Curiosamente, as mulheres de S. Pedro de Poiães tiveram um comportamento idêntico às de Chaves: 32% delas só precisaram de um ano de viuvez para fundar um novo lar. Diferentemente, 42% dos homens viúvos casaram antes de decorrido um ano sobre o falecimento da sua esposa, divergindo, assim, do comportamento apresentado pelos flavienses ⁽²⁸⁴⁾.

6. Naturalidade dos nubentes

Para a análise deste indicador, partimos dos registos paroquiais de casamento que apresentam com carácter quase sistemático a naturalidade dos nubentes.

Agrupando os dados, por sexos e pelos dois períodos considerados, elaborámos o quadro 23, sobre a endogamia e exogamia conjugais na paróquia de Chaves.

Quadro 23
Naturalidade dos nubentes

PERÍODOS	1780 - 1829				1830 - 1879			
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Da vila	472	23,8	788	39,8	530	24,4	885	40,8
De «fora»	1511	76,2	1190	60,2	1646	75,7	1282	59,2
Total	1983	100	1978	100	2176	100	2167	100

Segundo a leitura deprende-se que a grande maioria dos noivos são originários de «fora» da vila de Chaves, aproximadamente, 76% de homens e 60% de mulheres. Estes valores são anormalmente elevados, para a época. Com efeito, na zona urbana de Guimarães ⁽²⁸⁵⁾, as proporções médias encontradas para os nubentes de «fora», entre

⁽²⁸³⁾ AMORIM, 1987: 139.

⁽²⁸⁴⁾ AMORIM, 1992: 103.

⁽²⁸⁵⁾ AMORIM, 1987: 365.

1780 a 1819, fixaram-se em 52 % para os homens e em 41% para as mulheres, bem inferiores aos determinados para Chaves.

Tamanha exogamia geográfica evidencia-se ao arrepio da prática habitual das sociedades do passado, cujos cônjuges casavam dentro da própria paróquia ou nas paróquias próximas, ainda que tal comportamento variasse segundo o sexo dos nubentes e ao longo do tempo. Em Chaves, como se comprova, não foi assim: estabeleceu-se um fluxo regular e intenso de noivos de «fora» que celebraram as suas bodas com contraentes daqui naturais, ou, igualmente «*estranhos*», sendo que estes, na sua grande maioria, eram do sexo masculino.

Esta entrada permanente de mais homens que mulheres na vila, muito constante ao longo do período observado, trouxe consequências naturalmente perturbadoras às dinâmicas matrimoniais desta comunidade com implicações demográficas importantes, refletidas na idade à primonupcialidade e no celibato definitivo.

O desenvolvimento da agricultura, do comércio e do artesanato tornou a vila de então mais dinâmica, rica e, certamente, muito atrativa para variadíssimos estratos populacionais «*estranhos*», como já se referiu noutra lugar. Todavia, seria a vida militar que mais contribuiu para o contínuo fluxo de cônjuges de «fora» (²⁸⁶). Seja como for, a percentagem de nubentes que veio consorciar-se dentro deste espaço foi elevadíssima e manteve-se constante ao longo de toda a observação. Este facto merece um estudo mais aprofundado, designadamente quanto à profissão e origem dos nubentes.

Com a intenção desse aprofundamento agrupamos o volume de dados relativos à origem dos noivos, nascidos ou não na paróquia, por sexos e, dada a regularidade do fenómeno, por dois períodos de 50 anos, distribuídos pelos distintos espaços de proveniência dos nubentes. O elevado número de lugares de naturalidade, designadamente dos varões, levou-nos a uma codificação do fenómeno tendo por base os vários círculos de influência e proximidade (²⁸⁷), de curta, média e longa distância, num total de dez, para o país e para o estrangeiro.

De acordo com os dados do quadro 24 e do mapa 3, verificamos que somente 23,8% e 24,4% dos homens e das mulheres 39,8% e 40,8%, respetivamente, no primeiro e no segundo período, são naturais da vila. O maior peso proporcional das noivas da vila revela, como se esperava, a tendência dos indivíduos casarem na terra da esposa. Esta

(²⁸⁶) Nos finais de Setecentos Columbano de Castro escrevia, a propósito da importância militar de Chaves, o seguinte: «Rezidem oje na Praça dous regimentos de Cavallaria e hum destacamento de Infantaria do Regimento de Bragança. Hé cabeça de hum terço de Infantaria auxiliar e tem sargento-mor de ordenanças com vinte e seis companhias que lhe são sujeitas» (MENDES, 1995: 64).

(²⁸⁷) Nesta codificação tivemos em conta a organização administrativa atual, pois, não fosse a identificação da naturalidade dos indivíduos desvirtuada pelas sucessivas reformas administrativas do passado.

tendência inverteu-se com os nubentes vindos das freguesias do concelho, donde procederam, ao arrepio da tendência habitual, em cada um dos períodos em apreço, 24,4% e 25,6% de noivas, contra 18,7% e 23,3% de noivos.

Quadro 24
Origem geográfica dos nubentes
(1780-1879)

PERÍODOS	1780 - 1829				1830 - 1879			
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Vila	472	23,8	788	39,8	530	24,4	885	40,8
Concelho	387	18,7	483	24,4	506	23,3	554	25,6
A. Tâmega e Barroso *	368	18,6	313	15,8	396	18,2	305	14,1
Distrito de Vila Real *	182	9,2	58	2,9	224	10,3	83	3,8
Distrito de Bragança	258	13,0	120	6,1	111	5,1	73	3,4
Região do Minho	124	6,3	46	2,3	107	4,9	64	3,0
Outras regiões do país	139	7,0	74	3,7	243	11,2	156	7,2
Espanha (Galiza)	60	3,0	83	4,2	44	2,0	38	1,8
Espanha (Outras)	5	0,3	10	0,5	4	0,2	3	0,1
Outros países	5	0,3	3	0,2	11	0,5	6	0,3
Total	1983	100,0	1978	100,0	2176	100,0	2167	100,0

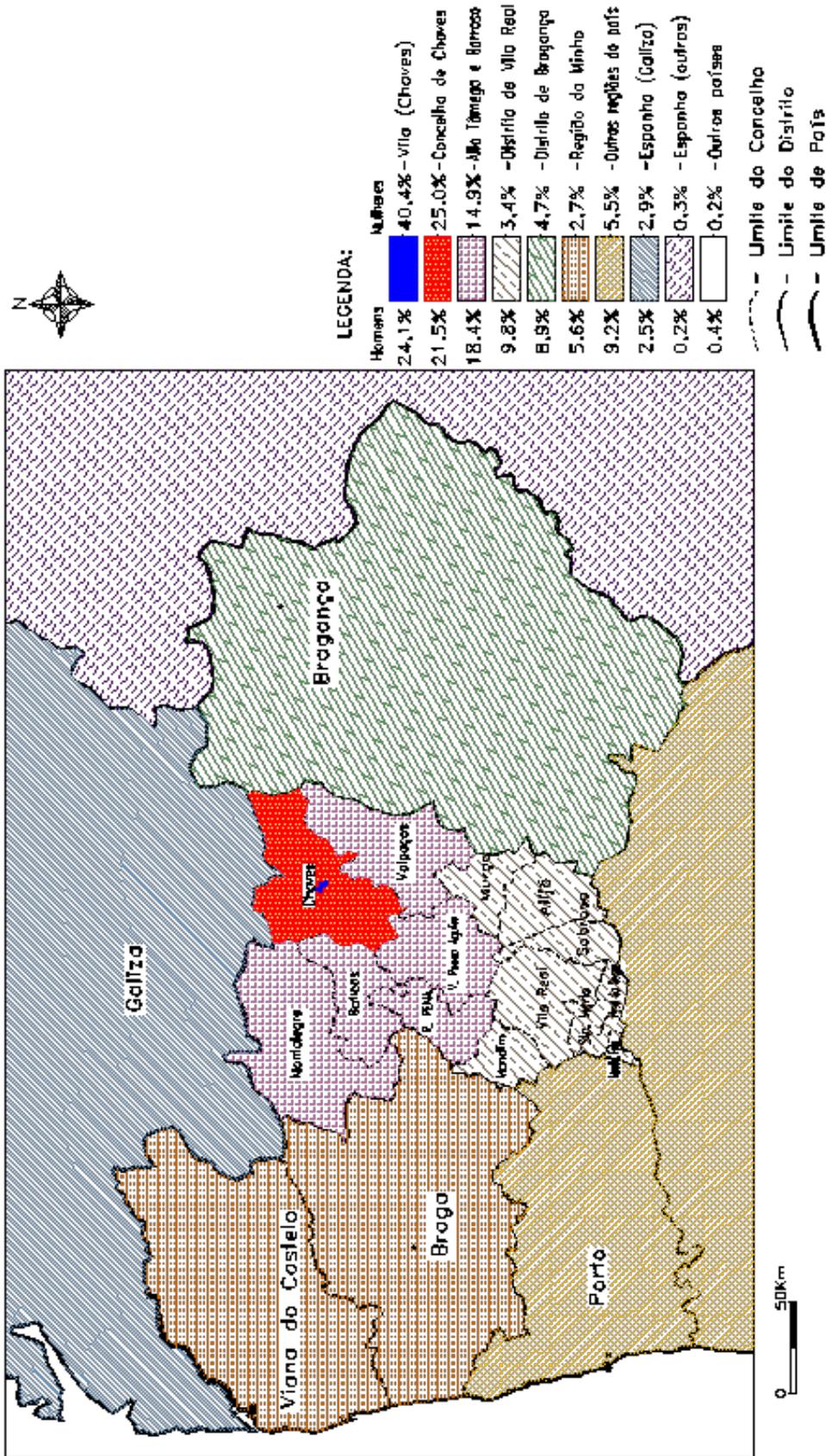
* Subtraído das paróquias anteriores.

Na verdade, foi das «*terras*» do concelho que chegou o maior número de nubentes, aumentando substancialmente no segundo período. Circunstâncias várias teriam aproximado os rapazes e as raparigas das terras limítrofes da mocidade local, tais como as tarefas agro-pastoris, as romarias ⁽²⁸⁸⁾ e as feiras, nomeadamente a anual que se realiza após as colheitas. Certamente, que a distância geográfica e o património dos nubentes, entre outros fatores, marcaram o destino dessa convivência.

De todas as paróquias vizinhas do concelho, devemos salientar as mais próximas, entre elas, a de S. Pedro de Agostém, Samaiões, Vilar de Nantes e Valdanta donde procedeu uma expressiva proporção de cônjuges «*estrangeiros*». Todavia, também das freguesias concelhias mais afastadas, como a de Águas Frias, Nogueira da Montanha, Soutelinho da Raia e de Ervededo, esta no caso das noivas, proveio, igualmente, uma significativa percentagem de nubentes, em ambos os períodos.

⁽²⁸⁸⁾ Ao longo do ano realizavam-se várias festas religiosas, umas de carácter nacional, como é o caso da festa do Corpo de Deus e a do Anjo-custódio, e outras de carácter local, entre elas, as festas de Santa Isabel, em julho, a de S. Sebastião e festa à Senhora do Patrocínio (BORRALHEIRO, 1997: 153).

Mapa 3
 Origem geográfica dos nubentes
 (1780-1879)



Fonte: Com base no cartaz Administrativo de Portugal – Elaboração própria

Alargando a nossa observação aos restantes concelhos do Alto Tâmega e Barroso (Montalegre, Boticas, Ribeira de Pena, Vila Pouca e Valpaços) apurámos que a proximidade geográfica facilitou igualmente o convívio nupcial a cerca de 18,6% dos pretendentes do sexo masculino e a 15,8% do sexo feminino, do total de noivos registados, ocorrendo uma ligeira diminuição no segundo período.

A sublinhar que o mesmo grau de atração não foi extensivo aos restantes concelhos do distrito de Vila Real, sobretudo no caso das mulheres, certamente, por motivos de maior distanciamento. Apesar disso, das terras do Douro proveio um significativo fluxo de consortes, na sua maioria varões.

Ao invés, das terras transmontanas de Bragança demandaram esta vila uma percentagem razoável de rapazes e raparigas em «*idade casadoira*», nomeadamente até ao final do primeiro quartel de Oitocentos, enquanto que, no segundo período, este fluxo foi mais modesto, aproximando-se dos valores encontrados para a província do Minho. Estamos certos que um número significativo destes cônjuges masculinos praticava o ofício das armas, como adiante esperamos confirmar.

Um outro número razoável de nubentes foi originário da vasta província minhota, maioritariamente homens e dos concelhos de Vieira do Minho e da Póvoa de Lanhoso, devido, possivelmente, a uma certa proximidade geográfica de média distância.

Tal como era esperado, das restantes regiões do país procedeu uma boa proporção de cônjuges, designadamente no período liberal. A melhoria das vias e dos meios de transporte facilitou a deslocação de um número maior de pessoas mesmo das terras mais longínquas.

Vindos do estrangeiro, aqui casou durante a centúria em estudo, um número relevante de nubentes, a maioria deles naturais da vizinha Galiza. De outras regiões de Espanha, da Europa e da América Latina, o número de casos arrolados foi diminuto, com ligeiro aumento a partir da independência do Brasil.

Da província galega provieram 3% de homens e 4,2% de mulheres, no primeiro período. No segundo os números foram mais modestos, correspondentes a 2% e 1,8% da totalidade de nubentes, respetivamente.

Nem todos estes noivos se fixaram definitivamente na vila. Alguns deles, sobretudo galegos, pouco tempo aqui permaneceram, segundo os elementos fornecidos pela nossa base de dados. É de admitir que alguns, naturais das regiões mais próximas, viessem aqui casar e regressassem de imediato às suas paróquias natais e que outros,

como os provenientes das regiões mais afastadas, o fizessem por motivos diferentes que se prenderam com o trabalho e a vida militar.

É bem verdade que a vila de Chaves foi, nos séculos XVIII e XIX, um espaço dinâmico de encontro das populações das distintas regiões limítrofes de Trás-os-Montes, do Minho e da Galiza, como anteriormente referimos. A nosso ver, a solução deve ser procurada num âmbito mais vasto, com a complementaridade de novas fontes.

Em síntese, estamos perante um quadro anormalmente facilitador ao estabelecimento de laços matrimoniais, para ambos os sexos, não só para nubentes das freguesias mais próximas do concelho, como também para muitos outros dos concelhos transmontanos confinantes ⁽²⁸⁹⁾. A análise desta mobilidade marital, que fazemos através dos dados apresentados no quadro 25, permite-nos uma melhor avaliação deste fenómeno.

Ao trabalharmos este indicador, considerámos endogâmicos os matrimónios celebrados entre nubentes nascidos na urbe flaviense e exogâmicos aqueles que foram realizadas entre um cônjuge natural daqui e o outro de «fora», ou entre os dois noivos «estranhos» à vila ⁽²⁹⁰⁾.

Quadro 25
Endogamia / exogamia em Chaves
(1780-1879)

		ENDOGAMIA		EXOGRAMIA							
		1		Total exogamia		2		3		4	
PERÍODOS	Total	N	%			N	%	N	%	N	%
1780 - 1829	1936	211	10,9	1725	89,1	570	29,4	248	12,8	907	46,8
1830 - 1879	2149	277	12,9	1872	87,1	608	28,3	257	12,0	1007	46,9
1780 - 1879	4085	488	11,9	3597	88,1	1178	28,8	505	12,4	1914	46,9

Legenda: 1 - ♂♀ da freguesia; 2 - ♂ de fora; 3 - ♀ de fora; 4 - ♂♀ de fora

Segundo o quadro confirma-se o reduzido grau de endogamia geográfica, ficando-se anormalmente por valores baixos de 10,9% e de 12,9% de uniões, no primeiro e no segundo períodos. Este comportamento confirma a forte a mobilidade marital, atingindo proporções extraordinárias que ultrapassam 89% de todos os matrimónios registados, no primeiro período. Estes valores resultam da formação de agregados familiares «*mistos*», em que um dos cônjuges é de fora, e de matrimónios em que são de fora os dois cônjuges. Os últimos alcançaram valores excepcionais próximos

⁽²⁸⁹⁾ A idêntica constatação chegou Maria João Moreira para S. Vicente da Beira e Juromenha, onde as origens dos cônjuges eram maioritariamente das regiões circunvizinhas (MOREIRA, 2009: 285).

⁽²⁹⁰⁾ Cf. SANTOS, 2008: 78-79.

dos 47% da totalidade das celebrações. Revelam estes valores a grande permeabilidade deste espaço a indivíduos em idade núbil de distintas origens geográficas.

De todos os modos, é de salientar que este padrão de mobilidade marital não tem par nas paróquias rurais e urbanas que nos servem de comparação. Em Guimarães (zona urbana), por exemplo, no período entre 1780 e 1819, os nubentes masculinos dela naturais não desceram abaixo de 47% e as suas consortes de 56% ⁽²⁹¹⁾. Também nas paróquias açorianas de S. Mateus, Candelária e S. Caetano as percentagens de endogamia atingiram máximos de 87,9%, 86,8% e 90%, entre os meados de Setecentos e os fins do século XIX ⁽²⁹²⁾.

Contra a tendência costumeira, Chaves apresenta-se como um espaço surpreendentemente atrativo e de grande abertura ao trânsito marital, tanto para os homens como para as mulheres, produzindo, desta maneira, uma sociedade assente maioritariamente em agregados familiares exogâmicos (com um ou ambos cônjuges de fora). Este padrão de comportamento exogâmico representa um caso muito diferente dos encontrados nos meios rurais e urbano referidos.

7. Ocupação profissional dos cônjuges

Para o melhor conhecimento dos nubentes que aqui casaram, designadamente dos não naturais, coligimos as suas profissões referidas pelos párocos nos assentos de casamento, com pena de não constarem em muitos destes registos, sobretudo no primeiro período, inviabilizando, assim, um estudo mais aprofundado.

A grande variedade de profissões registadas, sobretudo no segundo período ⁽²⁹³⁾, desafiou-nos à procura de uma tipologia socioprofissional que espelhasse a situação e a evolução das ocupações desenvolvidas pela população e nos permitisse uma melhor compreensão do fenómeno ⁽²⁹⁴⁾. Dificuldades de natureza vária, como o desenvolvimento das atividades socioprofissionais de Oitocentos, após 1834, resultantes da evolução económica e da rutura política com o Antigo Regime e a formação de uma

⁽²⁹¹⁾ AMORIM, 1987: 365.

⁽²⁹²⁾ SANTOS, 2008: 80.

⁽²⁹³⁾ Vejam-se os anexos 4 e 5.

⁽²⁹⁴⁾ Louis Henry refere-se a essa complexidade afirmando que «as profissões individuais, as atividades coletivas e a hierarquia social modificam-se ao longo da história e é impossível elaborar uma classificação válida para todas as épocas» (HENRY, 1988: 35). Também Carlota dos Santos manifestou idênticas preocupações no estudo que realizou sobre o concelho da Madalena tendo optado por uma distribuição das ocupações em categorias muito amplas (SANTOS, 2008: 32-33). Em Portugal, desde o dealbar de Oitocentos surgiram várias tentativas para encontrar uma classificação socioprofissional, entre elas, destacamos a do general Freire de Andrade (1806) e de Marino Franzini (1814, 1820 e 1843). Todas elas procuraram traduzir as transformações das estruturas económicas e sociais do tempo, ainda que, evidenciassem significativos avanços, apresentavam várias imprecisões, nomeadamente na formulação conceptual da diferenciação das categorias socioprofissionais da atividade económica do país (RAVARA, 1988:1170-1179). Sobre este assunto seguimos de perto a obra *Problemas da história da indústria portuguesa no século XVIII*, MACEDO, 1992: 59-124.

nova sociedade liberal, obrigou-nos a deixar esta complexa tarefa para um momento mais oportuno, por ultrapassar o âmbito deste trabalho.

Também não era nossa intenção analisar a atividade profissional, em si mesma, mas compreender melhor como o pulsar da vida quotidiana e os comportamentos demográficos da vila eram influenciados pela mobilidade geográfica por altura do casamento, designadamente pela entrada dos diferentes grupos socioprofissionais. Neste sentido, apresentámos um simples quadro inspirado nas classificações socioprofissionais de Mariano Franzini (1843) e Jacques Bertillon (1893) ⁽²⁹⁵⁾, por nos parecer refletir o dinamismo da vida local dos indivíduos de ambos os sexos, naturais ou não, para os dois períodos (Quadro 26).

Quadro 26
Atividades e ocupações profissionais dos nubentes masculinos
(por períodos)

ATIVIDADES	PERÍODOS				TOTAL	
	1780-1829		1830-1879			
	Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»	N	%
I - Agricultura	3	1	190	111	305	13,3
II - Indústria	28	27	147	112	314	13,7
III - Comércio e serviços	12	12	65	59	148	6,4
IV - Transportes	-	-	7	8	15	0,7
V - Administração pública	8	5	22	3	38	1,7
VI - Ensino saúde e artes liberais	6	10	13	5	34	1,5
VII - Cultura e artistas	-	2	1	2	5	0,2
VIII - Forças públicas	-	2	15	19	36	1,6
IX - Forças militares	175	376	275	570	1396	60,7
X - Indivíduos não classificados	2	3	1	3	9	0,4
Total	234	438	736	892	2300	100

Com base nos mesmos registos de casamento arrolámos e apresentamos em anexo o conjunto de profissões dos nubentes, por sexos e pelos períodos considerados (Anexos 4 e 5). Tarefa não isenta de escolhos, uma vez que, por um lado, os padres redatores se esqueceram de indicar a profissão de muitos noivos, sobretudo no primeiro período e, por outro, nos foi necessário enquadrar as profissões arroladas no contexto da época. Por isso, não está representada toda a sociedade, mas só parte da população socioprofissional que casara. Uma limitação da fonte com a qual tivemos de lidar!

⁽²⁹⁵⁾ Veja-se, a propósito, RAVARA, 1988: 1170-1178.

Segundo esta análise, verificou-se uma grande diversidade de profissões, enquadradas nas atividades económicas tradicionais, como a agricultura, a indústria, o comércio e serviços, responsáveis pelo dinamismo da vida da urbe. A estas profissões somam-se as correspondentes ao crescente funcionalismo e ao aumento de militares (60,7%), o que confirma as palavras de Tomé de Távora e Abreu, secretário do Governo das Armas da Província de Trás-os-Montes, de que «a mayor parte da gente [desta] terra he mais inclinada as armas de que a outro algum exercício, por cuja razão houve filhos da mesma tantos officiaes [...]»⁽²⁹⁶⁾.

Ligadas à atividade agrícola encontrámos em toda a observação dois agricultores, nove criados de servir, cento e cinquenta jornaleiros, dezasseis hortelãos, sessenta e dois lavradores, outros tantos proprietários e dois cabreiros, entre naturais da vila e vindos de «fora», perfazendo 13,3% da totalidade das profissões arroladas. A maioria destas anotações diz respeito ao 2º período. No primeiro escasseiam estas informações ao ponto de, no respeitante, especificamente, às atividades rurais, apenas serem referenciados 4 indivíduos: três naturais da vila e um de fora, contra os 301 do segundo período: 190 daqui naturais e 111 de «fora». Esta alteração de comportamento paroquial reflete claramente uma nova mentalidade consequente do liberalismo.

Os que se ocupavam da atividade agrícola, 193 nascidos na vila e 112 naturais de «fora» correspondem a 63,3 % e a 36,7%, respetivamente. Segundo esta distribuição verifica-se que o número de cabreiros, hortelãos e jornaleiros se aproximam entre si. Já o mesmo não podemos dizer dos lavradores e dos proprietários cujos nascidos «fora» constituem uma magra proporção.

A diversidade de profissões e o número de praticantes que as integram mostram um forte dinamismo manufatureiro na produção de bens, tanto subsidiários à produção e comercialização dos produtos agrícolas, como de outros bens e serviços destinados ao consumo das famílias e da comunidade.

Relativamente aos primeiros, inventariámos, entre outros profissionais, albardeiros (12), caldeireiros (7), carpinteiros (35), ferradores (12), ferreiros (16), seleiros (7) e serralheiros (6). Curiosamente, a grande maioria destes são provenientes de «fora».

Dedicados a outras profissões detetámos alfaiates (75), barbeiros (22), boticários (5), forneiros (8), moleiros (4), sapateiros (41) e soqueiros (14). Ao invés dos anteriores

⁽²⁹⁶⁾ «Notícias adqueridas pela deligencia de Tome de Tavora e Abreu secretario do governo de Armas da Província de Trás-os-Montes e natural da vila de Chaves», publicadas por MACHADO, 1989: 46-47.

mais de 2 terços destes profissionais eram naturais de Chaves. A existência deste número de ocupações e serviços testemunham o forte dinamismo que pulsava na urbe durante este período.

Quanto ao comércio de bens alimentares arrolámos, entre outros, lojistas (14)⁽²⁹⁷⁾, merceiros (5), taberneiros (20), carreteiros de vinhos (5), cortadores de carnes verdes (8), padeiros e forneiros (8).

Por sua vez, o comércio de grosso estava reservado a (2) comerciantes e (45) negociantes, na sua maioria indivíduos oriundos de «fora» que entraram na vila por via do casamento.

O comércio de gados, sal, géneros alimentícios e panos eram provavelmente os produtos transacionados com as terras circunvizinhas e Galiza.

A referência a seis estalajadeiros nos assentos de casamento, dois daqui naturais e quatro de «fora», traduz esta dinâmica, na medida em que garantem os necessários aposentos aos múltiplos viajantes.

Esta vitalidade torna-se, ainda, bem patente no elevado número de funcionários da administração e de ofícios públicos registados, (6) amanuenses, (9) escreventes, (17) funcionários de diversos serviços, (4) oficiais de diligências, (4) juízes de vara e (3) bacharéis, na sua maioria naturais da terra, os quais forneciam à vila uma importante feição moderna, o que levou Rogério Borrallheiro a concluir que Chaves era, na altura, um espaço urbano relevante na província transmontana e no reino, porquanto «só um centro urbano com importância e com grande vitalidade no mundo administrativo tem um conjunto de ofícios públicos e advocacia e procuradoria tão vasto»⁽²⁹⁸⁾.

Também se incluem nesta matriz socioprofissional urbana, os artistas equestres (3), cirurgiões (2), médicos (3), enfermeiros (6), professores (8), guardas da Alfândega (36).

Chaves, enquanto centro estratégico militar era, ainda, habitada por centenas de militares de distintas patentes. A sua importância na vida económica e social foi tão relevante que muitos deles participaram ativamente na administração política do concelho, sobretudo, depois de reformados⁽²⁹⁹⁾.

Ainda segundo os dados apresentados no quadro, descobrimos que os militares tiveram uma expressão importante na estrutura populacional em si, ao longo de toda a

⁽²⁹⁷⁾ Os lojistas desempenhavam um papel relevante no pulsar diário do pequeno comércio local. O seu elevado número é lembrado por ofício do Administrador do Concelho, de 12 de março de 1844, pelo facto de se terem esquecido de tirar «as competentes licenças». AMC, *livro de registo de correspondência de 1841-1846*, RS/59.

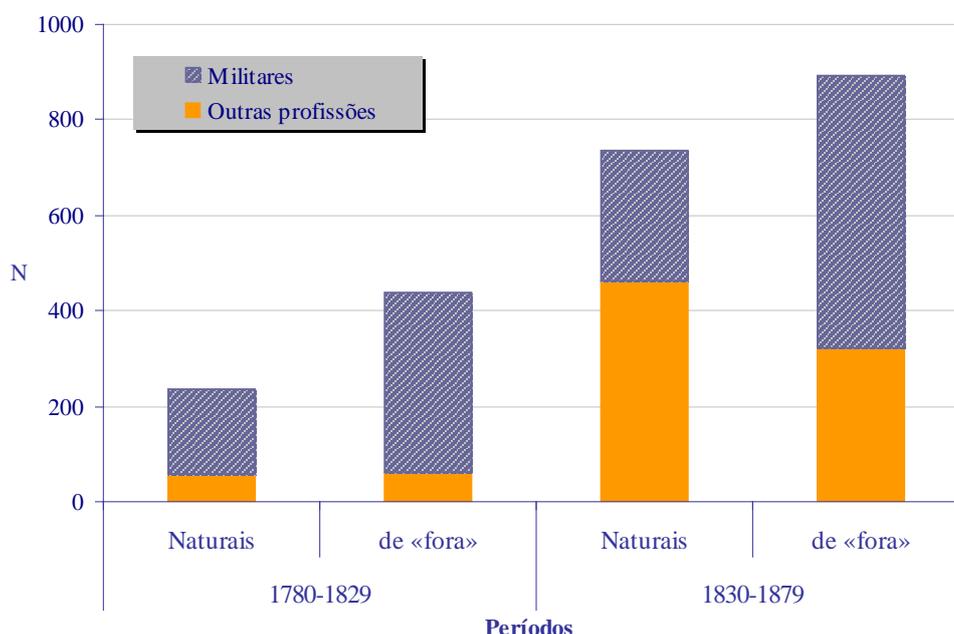
⁽²⁹⁸⁾ BORRALHEIRO, 1997: 39.

⁽²⁹⁹⁾ BORRALHEIRO, 1997: 152.

observação, representando durante o primeiro período 82,2% dos nubentes masculinos. Já durante o segundo período a situação equilibra-se ficando-se por 51,9 %. Esta disparidade poderá refletir o desinteresse dos párocos em mencionarem as profissões civis da maioria dos nubentes no primeiro período. Neste sentido, os valores de 51,9% registados no segundo período, mostram-se mais confiáveis.

Da leitura da representação gráfica (Gráfico 12), como já tínhamos verificado pelo quadro 26, visualizamos um maior volume de nubentes masculinos de «fora», tanto no primeiro como no segundo período. Este desequilíbrio deve-se essencialmente à elevada expressão dos que abraçaram a carreira das armas, sempre em maior número que as profissões civis, à exceção da proporção registada pelos nubentes naturais, com profissão civil, no período entre 1830-1879. Neste período, o somatório das diversas profissões dos nascidos na vila perfaz 62,6%, contra os 37,4% dos que se ocupam das lides militares.

Gráfico 12
Profissões e ocupações identificadas dos nubentes
registados em Chaves
(por períodos)



Assim, a análise socioprofissional através dos registos de nupcialidade, permite-nos inferir que Chaves era servida por um conjunto de profissões de vária natureza, que lhe garantiam o funcionamento dinâmico do tecido urbano, ainda que sujeito a uma forte mobilidade geográfica, nas quais se inscreviam a sorte das armas.

As mulheres tiveram, igualmente, um papel importante nas ocupações funcionais da urbe, embora de forma menos visível, como fica bem claro pela análise dos assentos de matrimónio (Quadro 27). Ainda assim, identificamos cerca de duas dezenas de profissões entre as 219 nubentes, (123 naturais e 96 de «fora»), correspondendo a 56,2% e 43,8%, respetivamente.

Quadro 27
Atividades e ocupações profissionais das nubentes
(por períodos)

ATIVIDADES	PERÍODOS				TOTAL	
	1780-1829		1830-1879			
	Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»	N	%
I - Agricultura	2	2	28	48	80	36,5
II - Indústria	1	1	25	15	42	19,2
III – Comércio e serviços			11	7	18	8,2
IV – Ensino, saúde e assistência	3		1	1	5	2,3
V- Cultura e artistas				1	1	0,5
VI – Domésticas	2		49	19	70	32,0
VII – Indivíduos não classificados	1	1		1	3	1,4
Total	9	4	114	92	219	100,0

Com a ajuda do anexo 5, verificamos que as atividades desenvolvidas pelas nubentes acompanham *grosso modo* as referidas para os seus consortes. De todas elas são as fainas ligadas à lavoura que absorvem a maior proporção de trabalhadoras braçais, destacando-se as cabaneiras e as jornaleiras no período de Oitocentos, sendo a maioria de «fora». Também as proprietárias possuidoras de bens agrícolas integram naturalmente este setor de atividade.

Dentre as profissões especificamente urbanas destacam-se criadas de servir (70), costureiras (29) e padeiras (12). As primeiras, dedicadas às lides domésticas nas casas de maior abastança de comerciantes e militares, manifestam a existência de uma hierarquia social alargada. Por sua vez, as segundas colmatam as necessidades de consumo da população. Outras, como as regateiras (6), taberneiras e estalajadeiras (4), lavadeiras (4), parteiras (3) e mestra de meninas (1), completam a resposta eficaz, equilibrada e harmónica às necessidades e ao bem-estar das gentes da urbe.

8. Celibato definitivo

Para analisarmos o fenómeno do celibato definitivo, isto é, dos solteiros com cinquenta ou mais anos de idade, necessitamos de conhecer, por altura do óbito, desde logo, a idade e o sexo de cada defunto, bem como o seu estado civil, uma tarefa nem sempre fácil pelos escolhos incontornáveis que apresenta ⁽³⁰⁰⁾. A inexistência de registo de mortalidade infantil, a falta de fontes para o estudo da emigração e o não registo da idade no momento do óbito, são alguns daqueles obstáculos. A estes acresce a frequente entrada e saída de indivíduos na paróquia ⁽³⁰¹⁾, que diminuiu drasticamente o número de observações registadas como ficou demonstrado no quadro referente à origem dos nubentes. Estes constrangimentos levaram à identificação de um reduzido número de observações, não permitindo, por isso, chegar a robustas conclusões.

Com os dados que nos foi possível obter construímos o quadro 28, com todos os indivíduos de 50 ou mais anos à data do óbito.

Quadro 28
Celibato definitivo, por sexos
(Gerações)

Períodos	Homens			Mulheres		
	Totais	Solteiros	%	Totais	Solteiras	%
1780-1829	99	11	11,1	164	30	18,3

Segundo os valores apresentados, constata-se que a proporção de mulheres definitivamente solteiras é mais elevada que a dos homens na mesma situação, com 18,3% contra 11,1%. Estas taxas seguem a tendência encontrada para outras paróquias que nos servem de comparação, todas reveladoras de maiores dificuldades de acesso ao casamento por parte do sexo feminino.

Comparando estes valores com os resultados obtidos para as paróquias rurais transmontanas, encontramos percentagens de celibato definitivo muito próximas.

Assim, em Poiares, entre os homens, oscilou de 10% a 13% e entre as mulheres de 14 a 16%, para as gerações nascidas de 1650 a 1760; em Cardanha aproximou-se por defeito dos 11% de homens e 13% de mulheres ⁽³⁰²⁾; enquanto que em Rebordãos, para os indivíduos falecidos no século XVIII, o celibato definitivo representa 13,2% do sexo

⁽³⁰⁰⁾ Veja-se AMORIM, 1992: 104-105.

⁽³⁰¹⁾ Já tínhamos sido alertados por Norberta Amorim que «tratando-se de uma zona “aberta” como Guimarães é muito difícil abordar o problema do celibato definitivo» (AMORIM, 1987: 355).

⁽³⁰²⁾ AMORIM, 1987: 357-358.

masculino e 10,7% do feminino ⁽³⁰³⁾. Já as gerações nascidas em Calvão, entre 1740 e 1775, registaram valores ligeiramente inferiores, tanto para o sexo masculino como para o feminino, com 10,0% e 14,5%, respetivamente.

A exceção verifica-se na zona urbana de Guimarães, entre 1700 e 1819, cuja percentagem de indivíduos que faleceram solteiros com mais de 50 anos, foi bastante superior, situando-se em 21%, tanto para o sexo masculino como para o feminino, ainda que, entre estas, segundo Norberta Amorim, possa colocar-se próximo dos 30% ⁽³⁰⁴⁾.

Se alargarmos a análise ao distrito de Vila Real, a partir dos censos de 1864 e 1878, verificamos que os níveis de celibato definitivo foram muito elevados, respetivamente, de 27% e de 25% para o sexo feminino, e de 21% e de 20% para o masculino. Estes valores testemunham a existência de fortes restrições no acesso ao matrimónio, sobretudo das mulheres, e, por conseguinte, uma fraca intensidade da nupcialidade ⁽³⁰⁵⁾. Estes níveis de celibato superiores à média nacional encontram-se, a par de Vila Real, nos distritos do Norte, como Viana do Castelo, Braga, Porto e Viseu, parecendo estar associado a contextos socioeconómicos e culturais constrangedores do matrimónio próprios das sociedades rurais, como a transmissão da propriedade.

Chaves, com percentagens de celibatários substancialmente inferiores e com idades médias à primonupcialidade relativamente baixas, tanto para os homens como para as mulheres, constitui, em princípio, um quadro favorável à reprodução das mulheres flavienses, se, entretanto, outros comportamentos demográficos, como a mobilidade geográfica, não atuarem em sentido divergente.

⁽³⁰³⁾ AMORIM, 1984: 217-218.

⁽³⁰⁴⁾ AMORIM, 1987: 356.

⁽³⁰⁵⁾ BANDEIRA, 1996: 283-284.

V. Fecundidade

1. Fecundidade legítima

Roland Pressat refere que «a fecundidade humana é regida ao mesmo tempo por fatores biológicos e por fatores psicossociais»⁽³⁰⁶⁾. Na verdade, a fecundidade resulta de uma combinação entre fatores fisiológicos da reprodução e fatores de ordem social e cultural. Foi o interesse pela influência destes comportamentos na fecundidade que levou os pais da Demografia Histórica a inventar o método de reconstituição de famílias⁽³⁰⁷⁾. Com efeito, a conjugação de uma série de mecanismos, conscientes ou não, dos comportamentos individuais ou coletivos, nas sociedades do Antigo Regime, ajustam-se de forma a regular a capacidade reprodutiva, apelidada grosseiramente de «*natural*», variando consideravelmente segundo as populações⁽³⁰⁸⁾. Pelo que, a variabilidade do fenómeno da fecundidade, nas sociedades do passado, profundamente influenciadas pela religiosidade, depende não só de fatores fisiológicos, mas também de fatores de ordem económica, cultural e até política.

Para estas diferenças de fecundidade, em ausência de um «*birth control*», segundo Roland Pressat⁽³⁰⁹⁾, concorreram os matrimónios mais ou menos tardios, ou mais ou menos frequentes; a variação da duração do período de lactância; a higiene e a saúde da população e, eventualmente, a frequência e gravidade das afeções venéreas; e, também, acreditamos nós, a abundância ou carência de bens alimentares. As dinâmicas deste quadro são, ainda, influenciadas pelo comportamento da mortalidade, desempenhando esta uma função reguladora decisiva nas sociedades tradicionais⁽³¹⁰⁾.

Na vila de Chaves, onde predominam os homens das armas, o ritmo de vida da sua população é caracterizada por uma nupcialidade temporã, por forte mobilidade dos cônjuges e mortalidade supostamente elevada, determinando, em muitos casos, a interrupção abrupta das uniões. Para melhor compreendermos a sua evolução entre 1780 a 1879, socorremo-nos da microanálise que nos permitiu analisar vários indicadores, os ritmos, as ruturas, as descontinuidades e as permanências, num contexto de fecundidade supostamente natural.

⁽³⁰⁶⁾ PRESSAT, 1985: 91.

⁽³⁰⁷⁾ Também Norberta Amorim vê «o fenómeno da fecundidade, mais do qualquer outro fenómeno demográfico, no centro das grandes mudanças das sociedades contemporâneas», acrescentando que «poucos comportamentos coletivos poderão ter efeitos tão profundos no evoluir da humanidade, tanto nas suas vivências diárias como na alteração do seu destino, como o controlo dos nascimentos» (AMORIM, 1998: 56).

⁽³⁰⁸⁾ BIDEAU, 1984: 56-63.

⁽³⁰⁹⁾ PRESSAT, 1985: 93.

⁽³¹⁰⁾ SANTOS, 2008: 90.

1.1. Taxas de fecundidade legítima

Para determinarmos as taxas de fecundidade legítima, que representa o número médio de filhos por cada ano de vida conjugal, considerando mil mulheres, calculadas, como é costume, por 5 anos de vida fecunda. Tivemos em conta apenas as famílias **tipo 1**, ou seja, famílias das quais conhecemos a data de nascimento da mãe, a data do casamento e o fim da convivência do casal, seguindo a metodologia de Norberta Amorim ⁽³¹¹⁾.

Depois de várias tentativas em estabelecer uma periodização que nos permitisse perspetivar alterações comportamentais dos seus ritmos reprodutivos, decidimos, face ao reduzido volume de dados, analisar o fenómeno por um período de cinquenta anos de 1810 a 1860 ⁽³¹²⁾, aplicado aos três principais indicadores: taxas de fecundidade legítima por grupos de idades, isto é, o número de crianças nascidas em cada ano de convivência conjugal por grupos de idade da mulher, a descendência teórica e idade das mães ao nascimento do último filho.

Iniciámos o estudo pela taxa de fecundidade marital por grupos etários, com idades ao casamento compreendidas entre os 15 e os 49 anos, cujos dados apresentamos no quadro seguinte (Quadro 29).

Quadro 29
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades
e descendência teórica
(mil mulheres)

Períodos	Nº	Grupos de Idades							D.T. a)
		< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	(< 20-49)
1810-1860	253	324	375	336	296	250	106	17	8,5

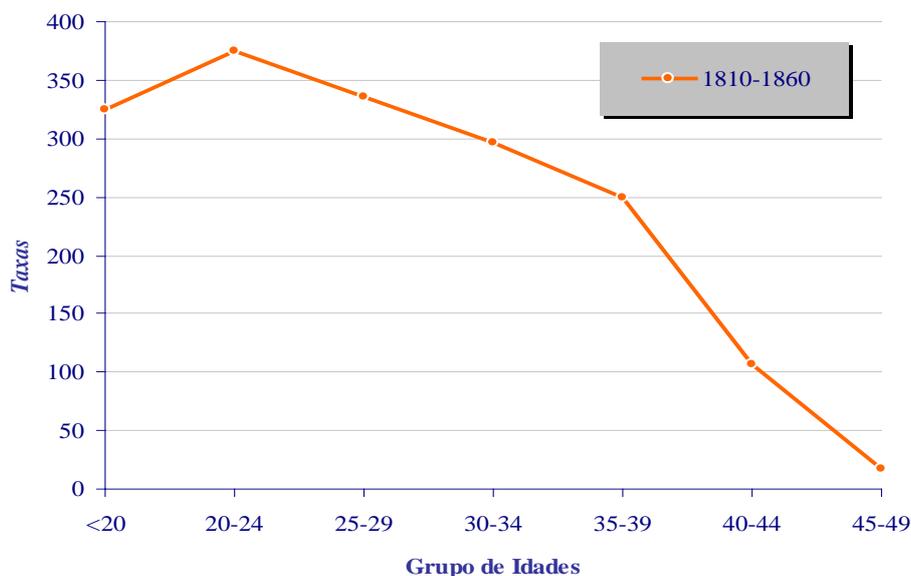
a) Descendência teórica.

Da análise deste quadro e da correspondente representação gráfica (Gráfico 13), concluímos que as taxas mais elevadas de fecundidade coincidem com os grupos etários mais jovens declinando à medida que os anos passam até atingir valores próximos de zero, nas últimas idades observadas.

⁽³¹¹⁾ AMORIM, 1992: 117.

⁽³¹²⁾ Assim, por esse motivo considerámos apenas um único período de análise. Os limites desta observação prendem-se com a possibilidade de contemplar todas as mulheres, com idade conhecida, em risco de contrair casamento e de procriar.

Gráfico 13
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades
(mil mulheres)



São as mulheres casadas entre os 20 e os 24 anos que registam a maior taxa de fecundidade legítima. São também significativas as taxas de fecundidade apresentadas pelas mulheres casadas nos grupos seguintes até aos 40 anos. Acima desta idade a fecundidade marital reduz-se bruscamente, para valores pouco significativos, presumivelmente, consequência da aparição da menopausa e de uma esterilidade feminina antecipada ou da interrupção precoce do matrimónio. Por sua vez, a taxa de fecundidade apurada para as mulheres casadas com idades inferiores a 20 anos parece ser influenciada por uma certa esterilidade adolescente.

Se nos fixarmos no quadro 30 ⁽³¹³⁾, podemos constatar que as mulheres flavienses tinham, em média, um ciclo de vida reprodutiva prolongado até aos 39,1 anos, um pouco abaixo, como veremos, das paróquias que nos servem de cotejo. Supondo não existirem práticas de controlo de natalidade, cabe perguntar: a que se deve este abatimento da capacidade reprodutiva das mulheres casadas de Chaves?

Quadro 30
Idade média da mãe ao nascimento do último filho
(famílias completas)

Período	Nº	Idade Média
1810-1860	48	39,1

⁽³¹³⁾ Para a sua determinação, considerámos todas as famílias fecundas com data de matrimónio conhecida e datas de nascimento e óbito da mulher também conhecidas, verificando-se o seu falecimento aos 48 ou mais anos de idade, resultando, desta feita, um número reduzido de casos observados (AMORIM, 1992: 117).

A idade da mãe ao nascimento do seu último filho é considerada como um dos indicadores mais seguros da limitação voluntária de nascimentos ⁽³¹⁴⁾, todavia, os valores encontrados da fecundidade afastam qualquer prática malthusiana, deixando-nos a explicação, para além da magreza dos dados apresentados, na interrupção prematura dos casais e na diminuição da capacidade fisiológica da mulher, seguramente em consequência dos fracos níveis de nutrição devido às dificuldades económicas, políticas e militares que atravessaram o período estudado. É sabido que nas sociedades europeias do passado, uma percentagem substancial de mulheres com mais de 30 anos de idade foi acometida de esterilidade devido à carência alimentar ⁽³¹⁵⁾.

Se tivermos em conta que a idade média da mulher flaviense ao primeiro casamento rondou os 23,5 anos, o seu ciclo reprodutivo de cerca de 15 anos e meio foi ligeiramente superior aos valores sintetizados por Michael Flinn ⁽³¹⁶⁾ para algumas sociedades europeias pré-industriais.

Também em relação a Guimarães, zona urbana, onde a idade média da mãe ao nascimento do último filho se situou nos 39,9 anos, para o período de 1800-1879 ⁽³¹⁷⁾, notamos idêntica discrepância de cerca de um ano, em benefício da urbe minhota.

Comparando a idade da mãe por ocasião do nascimento do último filho com a encontrada para a freguesia rural de Calvão (1800-1865), de 40,2 anos ⁽³¹⁸⁾, averiguamos que a divergência é de cerca de um ano ⁽³¹⁹⁾. Idêntica desigualdade se verificou relativamente à paróquia transmontana de Poiares (40,0), entre 1741 e 1823. Já a paróquia rural de Cardanha (39,4), nos séculos XVII e XVIII ⁽³²⁰⁾, apresentou valores idênticos aos encontrados em Chaves.

Concluimos também que a idade da mãe flaviense ao nascimento do último filho foi ligeiramente inferior à encontrada para estouras paróquias, tanto rurais como urbanas, podendo a diferença estar relacionada com a idade ao casamento.

Usando outro indicador, Descendência Teórica (dos 15 aos 49 anos), ou seja, o número médio de filhos que essas gerações femininas teriam se vivessem em unidade

⁽³¹⁴⁾ AMORIM, 1987: 174.

⁽³¹⁵⁾ FLINN, 1989: 48.

⁽³¹⁶⁾ FLINN, 1989: 49.

⁽³¹⁷⁾ AMORIM, 2012: 98.

⁽³¹⁸⁾ FAUSTINO, 1998: 120.

⁽³¹⁹⁾ Nesta comparação, interrogamo-nos se será desprezível a influência da elevada idade média das mulheres de Calvão às primeiras núpcias, de 28,2 anos? Todavia, Norberta Amorim considera que nas sociedades não malthusianas a idade média ao último nascimento não depende, de forma significativa, da idade ao casamento (AMORIM, 1987: 174).

⁽³²⁰⁾ AMORIM, 1983/4: 575-576.

conjugal dos 15 aos 49 anos ⁽³²¹⁾, encontramos, igualmente, uma redução significativa do número de descendentes por família de 8,5 filhos.

Comparando as taxas de fecundidade, por grupos de idades e D.T., de Chaves com as determinadas para outras paróquias do Norte de Portugal e dos Açores, tais como a rural de Calvão ⁽³²²⁾, Guimarães (zona urbana) ⁽³²³⁾ e das três paróquias do Sul do Pico ⁽³²⁴⁾, descobrimos, igualmente, algumas variabilidades e semelhanças de comportamentos reprodutivos, como indicam o quadro 31 e a respetiva representação gráfica (Gráfico 14).

Quadro 31
Comparativo das taxas de fecundidade legítima e descendência teórica
(mil mulheres)

Paróquias	Grupos de Idades							D.T.
	< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	(<20-49)
Chaves (1810-1860) a)	324	375	336	296	250	106	17	8,5
Calvão (1800-1865) b)	388	379	390	345	296	165	22	9,9
Guimarães (z.u) (1800-1879) c)	455	459	434	414	312	202	32	11,5
Sul do Pico (1780-1879) d)	393	395	371	340	297	185	27	10,0

FONTE: a) Registos paroquiais; b) FAUSTINO, 1998; c) AMORIM, 2012; d) AMORIM, 1992.

Os resultados observados são esclarecedores: Chaves apresenta taxas de fecundidade marital mais baixas que as demais paróquias, quer relativamente às rurais de Calvão e das três paróquias do Sul do Pico, quer à urbana de Guimarães. Em relação a esta, a disparidade é mais acentuada, sobretudo para as mulheres casadas entre os 20 e os 39 anos.

Consequentemente, as taxas de descendência teórica são nitidamente inferiores às distintas paróquias referidas, com notória divergência relativamente a Guimarães correspondente a três descendentes por casal! Isto é, no término da sua vida procriativa as mulheres da zona urbana de Guimarães dão à luz, em média, três filhos a mais que as mulheres flavienses.

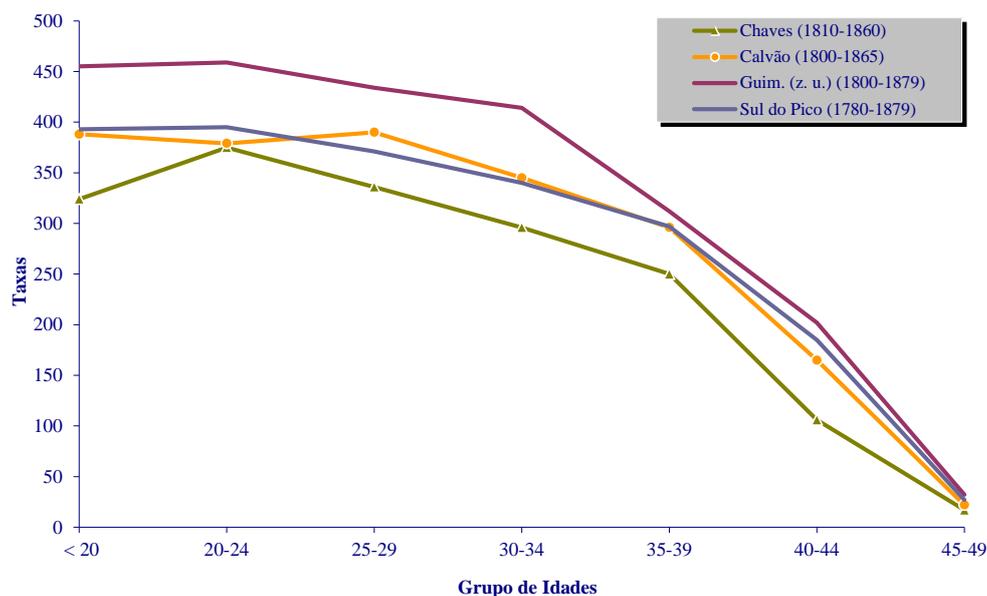
⁽³²¹⁾ AMORIM, 1992: 117.

⁽³²²⁾ FAUSTINO, 1998.

⁽³²³⁾ AMORIM, 1987.

⁽³²⁴⁾ AMORIM, 1992.

Gráfico 14
Taxas de fecundidade legítima em várias paróquias
 (mil mulheres)



Assim, pergunta-se: quais os mecanismos redutores que interferiram no abaixamento da fecundidade marital em Trás-os-Montes, em particular desta urbe? Terão sido as diferenças climáticas a influenciar os comportamentos reprodutivos, ou a incidência da amenorreia «*post-partum*» associada a uma prática de amamentação prolongada dos recém-nascidos? ⁽³²⁵⁾ Ou será que os diferentes níveis de fecundidade refletem os tipos e qualidade de subsistências causadoras da fecundidade mais débil nas paróquias de Trás-os-Montes? Norberta Amorim ⁽³²⁶⁾ descarta essa última possibilidade num estudo comparativo sobre a sociedade de Poiães, em Trás-os-Montes, e da Senhora da Oliveira, em Guimarães, em que encontrara respetivamente 10% e 40% de pobres, concluindo que houve uma privação mais generalizada de bens alimentares na área de Guimarães. Trás-os-Montes apresentaria, para o mesmo período, assim, um tecido social mais homogéneo e com menos famílias pobres.

A mortalidade infantil, caso a tivéssemos para Chaves, seria outra variável a considerar no estudo da fecundidade marital. Infelizmente só encontrámos fontes para um período assaz breve, entre 1850 e 1880. Pois, em regime de fecundidade natural, se os níveis de mortalidade, no primeiro ano de vida, forem baixos, o aleitamento dos recém-nascidos estende-se por um período maior, contribuindo, assim, para alargar os

⁽³²⁵⁾ Norberta Amorim citando Leite de Vasconcelos, refere que a duração normal de amamentação em Trás-os-Montes rondava os dois anos a dois anos e meio, enquanto no Minho seria de ano e meio (AMORIM, 1992: 123).

⁽³²⁶⁾ AMORIM, 1987: 157.

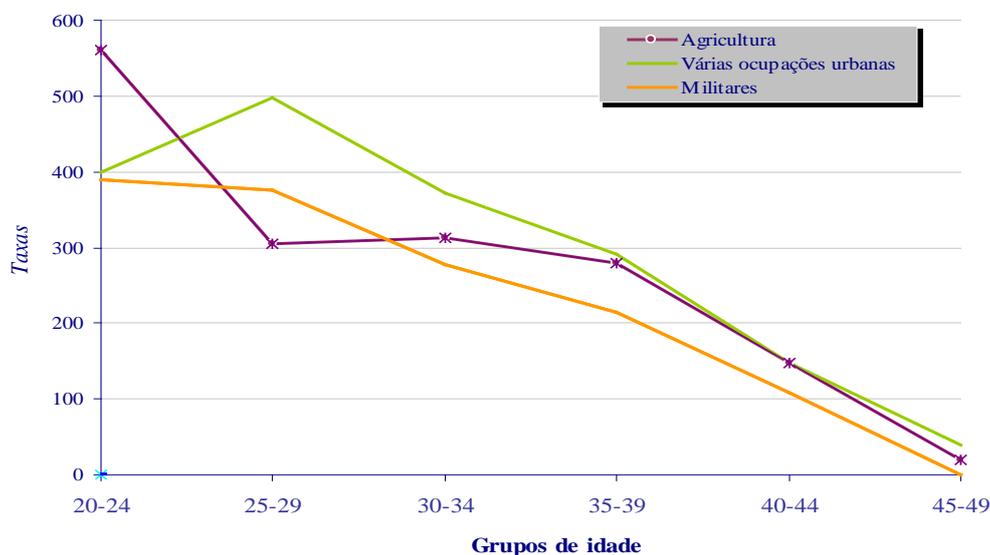
intervalos intergenésicos (³²⁷). Segundo estes dados, somos levados a pensar que a mortalidade tenha sido mais suave com as crianças da nossa urbe.

Considerando as taxas de fecundidade legítima e descendência teórica, por grupos de idade para as mulheres cujos cônjuges se repartem pelos distintos grupos ocupacionais (Quadro 32 e Gráfico 15), nota-se, em todas as idades, a maior fecundabilidade entre as comunidades cujas ocupações são predominantemente urbanas (ofícios, administração, comércio e serviços).

Quadro 32
Taxas de fecundidade legítima por grupos ocupacionais e descendência teórica
(mil mulheres)
(1830-1860)

Grupos ocupacionais	Nº	Grupos de Idades						D.T. (>= 20-49)
		20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1 Agricultura	17	560	304	313	280	148	20	8,1
2. Ofícios	18	353	490	372	302	81	66	8,3
3. Comércio e Serviços	10	476	480	400	286	207	0	9,2
4. Administração	8	400	571	333	267	278	0	9,2
5. Militares	29	389	375	278	215	108	0	6,8

Gráfico 15
Taxas de fecundidade legítima por grupos ocupacionais
(mil mulheres)



A descendência teórica destas no seu conjunto aproxima-se em média dos nove filhos por casal, mais um descendente que as mulheres da comunidade agrícola. Por sua

(³²⁷) BIDEAU, 1984: 57.

vez, as mulheres da comunidade militar, apresentam taxas de fecundidade muito baixas, em todos os grupos etários, pouco ultrapassando os seis filhos por família. Entre estas, é naturalmente possível que os grandes períodos de ausência do cônjuge nas campanhas bélicas tenham atuado como fator de redução dos níveis de fecundidade.

1.2. Influência da idade ao casamento nas taxas de fecundidade legítima e na idade média ao nascimento do último filho

Para avaliar a influência da idade ao primeiro casamento na vida procriativa da mulher, determinámos as taxas de fecundidade legítima somente para os primeiros cinco grupos de idades, excluindo, para os demais em virtude do minguado número de observações, para não distorcermos a análise (Quadro 33). Nestes cálculos tivemos em consideração apenas as famílias completas (**tipo 1**) com uma convivência matrimonial não inferior a cinco anos, eliminando naturalmente as famílias estéreis.

Quadro 33
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento
(mil mulheres)
1810-1860

Idade ao casamento	Nº	Grupos de Idades							DT. a)
		< 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
< 20	84	324	339	261	239	219	87	15	7,4
20 - 24	79	-	449	397	331	307	110	23	8,1
25 - 29	42	-	-	286	269	209	79	35	4,4
30 - 34	22	-	-	-	456	189	76	0	3,6
35 - 39	16	-	-	-	-	367	212	0	2,9

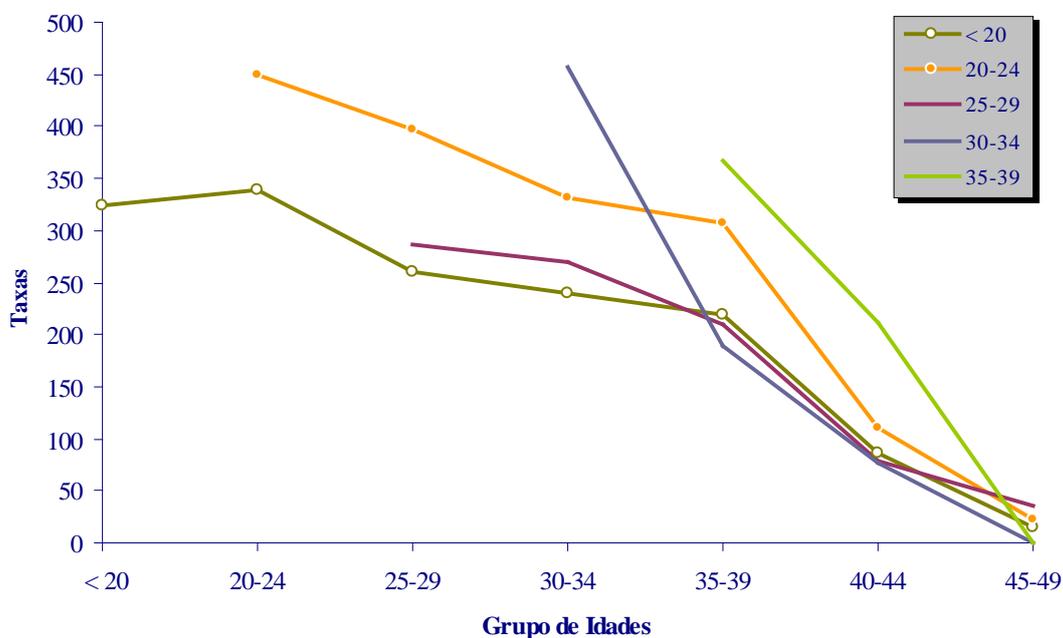
a) Descendência teórica.

Da leitura do quadro, bem como da correspondente representação gráfica, verificamos, desde logo, que os níveis mais elevados de fecundidade coincidem com o grupo de idades em que se celebrou o matrimónio, à exceção das mulheres casadas com menos de 20 anos, baixando nas idades seguintes, um comportamento esperado, no dizer de Norberta Amorim: «na medida em que o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho é um intervalo naturalmente mais curto do que os intervalos entre os nascimentos [seguintes] [...]»⁽³²⁸⁾. É, ainda, possível constatar que os índices de fecundidade abrandam progressivamente à medida que a mulher avança para final do seu ciclo reprodutivo, independentemente da idade ao casamento; e,

⁽³²⁸⁾ AMORIM, 1992: 131.

somente as mulheres que casaram antes dos 29 anos prolongaram a sua atividade fecunda até ao grupo de idades dos 45 aos 49 anos.

Gráfico 16
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento
(mil mulheres)
(1810 – 1860)



Foram as mulheres casadas nos grupos mais jovens que registaram menores índices de fecundidade ao longo da sua vida conjugal, à exceção das desposadas entre os 20 e os 24 anos de idade, que apresentam taxas mais robustas. Na verdade, estas evidenciaram os índices mais expressivos de fecundidade ao longo de todo o seu ciclo procriativo, só ultrapassados pelas mulheres que se consorciaram mais serodiamente, acima dos 30 anos, acusando, entre os cinco e os dez anos seguintes de matrimónio, uma débil inflexão do seu ritmo reprodutivo, para recuperarem energicamente, entre os 35 e os 39 anos de idade; estas taxas traduzem-se no primeiro *ratio de fecundidade legítima*, seguido pelo grupo das mulheres que casaram antes de cumprirem os 20 anos de idade, como se comprova pela análise do respetivo quadro.

A salientar, no entanto, que as mulheres que casaram na faixa etária dos 30 aos 34 anos, depois de evidenciarem a taxa mais elevada registada pelas mulheres flavienses, no grupo em que celebraram o matrimónio, abrandaram o seu ritmo reprodutivo para magros índices de fecundidade nos grupos etários seguintes.

Decorrente desta análise inferimos que um casamento precoce poderá afetar a fecundidade da mulher, causada não só pelo cansaço natural resultante de uma

convivência conjugal fecunda, como também pelas maiores possibilidades de rutura do seu matrimónio pela morte do cônjuge, com particular incidência nesta urbe em que um número significativo serve a carreira das armas.

Esta ideia é fortalecida pela observação da idade da mãe ao nascimento do último filho (Quadro 34), segundo a qual constatamos que quanto mais cedo foi celebrado o matrimónio mais prematuramente ocorre a última gravidez, excetuando-se a ligeira diferença encontrada para as mulheres entre os 30 e os 34 anos de idade, como o esgotamento da capacidade reprodutiva fosse diretamente proporcional à idade ao casamento. Com base nestes dados, não nos custa admitir, com Norberta Amorim ⁽³²⁹⁾, que, numa sociedade pré-malthusiana, este comportamento possa resultar de um certo cansaço e conseqüente maior espaçamento das relações sexuais depois de quinze ou vinte anos de vida conjugal.

Quadro 34
DT e idade média da mãe ao nascimento do último filho, segundo a idade ao casamento
(1810-1860)

Grupos de idade ao casamento	Nº	DT	Idade Média
< 20	84	7,4	27,7
20 - 24	79	8,1	33,5
25 - 29	42	4,4	37,4
30 - 34	22	3,6	37,2
35 - 39	16	2,9	41,9
40 - 44	5	1,1	42,0

Também a descendência teórica, ou seja, o número médio de filhos por família, como esperado, segue a mesma tendência: quanto mais cedo a mulher casa, mais possibilidades tem de aumentar a prole, à exceção das mulheres casadas no primeiro grupo de idades.

Não deixa, no entanto, de ser significativo as baixas idades médias das mulheres flavienses aquando do último nascimento, designadamente das que casaram antes dos 20 anos, com 27,7 anos, podendo esta ser uma manifesta explicação para os valores da fecundidade legítima serem menos expressivos que os das paróquias que nos têm servido de comparação. É bem possível que estes valores indiquem um certo cansaço conjugal das mulheres casadas em idades mais jovens, bem como o aparecimento de prematuros problemas de esterilidade ⁽³³⁰⁾. A salientar, ainda, neste abaixamento da

⁽³²⁹⁾ AMORIM, 1992: 134.

⁽³³⁰⁾ FLINN, 1989: 48.

idade média da mãe ao nascimento do último filho, a escassa frequência observada acima dos 25 anos de idade ao casamento, consequência possível de uma provável mobilidade marital, associada a uma interrupção prematura da vida conjugal, por morte de um dos cônjuges.

1.3. Espaçamento dos nascimentos

A importância do «espaçamento entre os nascimentos» como fator influente sobre nos níveis de fecundidade é-nos dada por Jacques Dupâquier ⁽³³¹⁾ com base no estudo realizado sobre a fecundidade diferencial do Vexin Francês, para o século XVIII. De modo semelhante, o tempo de aleitamento, a eventual existência de práticas malthusianas, os níveis de mortalidade infantil, entre outros fatores, influíram, certamente, com maior ou menor incidência, na reprodução das mulheres flavienses.

Neste estudo considerámos todas as mulheres com data de casamento conhecida «cuja vivência conjugal foi acompanhada durante o período considerado pertinente para a observação» ⁽³³²⁾. Para isso, para além das famílias de **tipo 1**, utilizámos também as de **tipo 2, 3 e 4**, famílias de que conhecemos a data de casamento. O facto teve como consequência um aumento do volume de observações dando, certamente, maior consistência à nossa reflexão.

Todavia, na análise dos comportamentos por grupos de idades, continuaremos a considerar somente as famílias fecundas de que conhecemos a data de nascimento da mulher, ou seja, famílias de **tipo 1 e 3**. A intensa mobilidade geográfica verificada na vila de Chaves funcionou, uma vez mais, como fator perturbador da análise deste comportamento demográfico, diminuindo, desde logo, o número de casos observados.

1.3.1. Intervalo protogenésico

No estudo do intervalo protogenésico examinámos, unicamente, os nascimentos distanciados do casamento oito ou mais meses, eliminando os casos de concepção pré-nupcial, cujo estudo está previsto para outro momento.

Dos valores encontrados resultou o quadro 35, por grandezas absolutas e índices, para os diferentes grupos de idades, por meses, até aos 3 anos de convivência conjugal.

⁽³³¹⁾ DUPÂQUIER, 1984: 25-46.

⁽³³²⁾ AMORIM, 1992: 135.

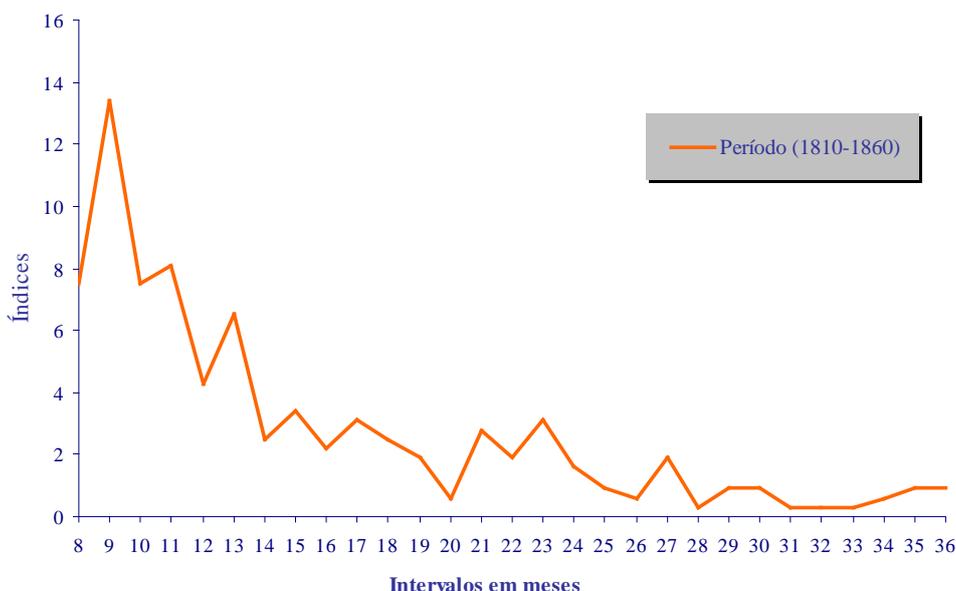
Quadro 35
Intervalo protogenésico
(1810-1860)

Intervalo em meses	Grupos de Idades da Mulher								Todas as Idades	
	< 20		20 - 24		25 - 29		30 e +			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
8	5	4,7	7	5,6	7	14,6	5	11,9	24	7,5
9	13	12,3	25	19,8	2	4,2	3	7,1	43	13,4
10	7	6,6	9	7,1	3	6,3	5	11,9	24	7,5
11	8	7,5	11	8,7	3	6,3	4	9,5	26	8,1
12	5	4,7	6	4,8	1	2,1	2	4,8	14	4,3
13	5	4,7	10	7,9	2	4,2	4	9,5	21	6,5
14	0	0,0	5	4,0	2	4,2	1	2,4	8	2,5
15	5	4,7	1	0,8	1	2,1	4	9,5	11	3,4
16	3	2,8	2	1,6	2	4,2	0	0,0	7	2,2
17	3	2,8	4	3,2	2	4,2	1	2,4	10	3,1
18	4	3,8	3	2,4	0	0,0	1	2,4	8	2,5
19	4	3,8	1	0,8	1	2,1	0	0,0	6	1,9
20	0	0,0	0	0,0	2	4,2	0	0,0	2	0,6
21	4	3,8	3	2,4	0	0,0	2	4,8	9	2,8
22	2	1,9	3	2,4	1	2,1	0	0,0	6	1,9
23	5	4,7	1	0,8	1	2,1	3	7,1	10	3,1
24	2	1,9	1	0,8	1	2,1	1	2,4	5	1,6
25	0	0,0	2	1,6	1	2,1	0	0,0	3	0,9
26	0	0,0	1	0,8	1	2,1	0	0,0	2	0,6
27	1	0,9	4	3,2	1	2,1	0	0,0	6	1,9
28	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	1	0,3
29	0	0,0	1	0,8	1	2,1	1	2,4	3	0,9
30	1	0,9	1	0,8	1	2,1	0	0,0	3	0,9
31	1	0,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,3
32	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	1	0,3
33	0	0,0	1	0,8	0	0,0	0	0,0	1	0,3
34	2	1,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	0,6
35	1	0,9	1	0,8	0	0,0	1	2,4	3	0,9
36 e mais	25	23,6	21	16,7	12	25,0	4	9,5	62	19,3
Total	106	100	126	100	48	100	42	100	322	100

Da sua leitura e tendo em conta a distribuição percentual para todas as idades, segundo os meses (Gráfico 17), ressalta uma maior concentração de nascimentos, em cerca de um terço, nos intervalos entre os 8 e os 11 meses, com maior incidência no nono mês (13,4%) após o casamento; idêntico comportamento foi observado em

Guimarães e Sul do Pico por Norberta Amorim ⁽³³³⁾. Ao invés, uma percentagem substancial de mães (19,3%) recebeu o seu primonato para além dos três anos de matrimónio, sobretudo as que casaram antes dos 20 anos e entre 25 e 29 anos de idade, correspondendo, respectivamente, a 23,6% e 25% de nascimentos.

Gráfico 17
Intervalo protogenésico
(todas as idades)
(índices)



Ainda, durante o primeiro ano de casamento, a maior percentagem de concepções surgiu entre as mulheres que casaram no grupo de idades dos 20 aos 24 anos, com 41,2%, seguido da faixa etária acima dos 30 anos, com 40,4% de nascimentos; e, em contraponto verificamos uma magra frequência de primogénitos entre as mulheres casadas nos grupos etários abaixo dos 20 anos e entre os 25 e os 29 anos de idade, com 31,1% e 31,4%, respetivamente.

No decurso dos dois primeiros anos de casamento, uma proporção significativa de mulheres, de 71,3%, deram à luz o seu primogénito, entre elas, destacam-se as casadas com trinta ou mais anos, com 83,3%. Na verdade, foram elas que ao longo de toda a observação evidenciaram maior determinação em marcar o início do seu ciclo reprodutivo. Diferentemente, as que casaram antes dos vinte anos e entre os 25 e os 29 anos retardaram o nascimento do seu primonato, para os meses seguintes. Já durante o terceiro ano de casamento, foram estas que, proporcionalmente, mais vezes aparecem a batizarem o seu primeiro filho.

⁽³³³⁾ AMORIM, 1992: 138.

Sabendo-se que o intervalo protogenésico condiciona os intervalos seguintes, é de admitir que as mulheres casadas antes dos 20 anos e dos 25 aos 29 anos de idade venham a ter menor descendência.

Se considerarmos o intervalo protogenésico inferior a um ano, segundo a idade da mulher ao casamento (Quadro 36), podemos comparar as percentagens de progénies num intervalo que medeia os oito e os onze meses com as observadas aos 12 e mais meses, após o casamento, para os diferentes grupos de idades.

Quadro 36
Intervalo protogenésico inferior a um ano, segundo a idade da mulher ao casamento (1810-1860)
(%)

Intervalo em meses	Grupos de Idades da Mulher				Todas as Idades
	< 20	20 - 24	25 - 29	30 e +	
8-11	31,1	41,3	31,3	40,5	36,3
12 e +	68,9	58,7	68,7	59,5	63,7

Desta análise, confirma-se a tendência de que as mulheres que casaram na faixa etária entre os 20 e os 24 anos de idade foram aquelas que apresentaram maior poder reprodutivo, como atrás se referira, seguidas, à justa, das que o fizeram com 30 e mais anos. Por sua vez, as mulheres casadas antes dos 20 anos e dos 25 aos 29 anos, foram as que mais tempo esperaram para «dar à luz» o seu primeiro filho.

No conjunto das idades, apuramos que apenas cerca de um terço dos casais vê nascer o seu primogénito, no decurso do primeiro ano de vida conjugal, anunciando, por isso, níveis de fecundidade mais reduzidos, ilação a comprovar aquando do estudo dos intervalos intergenésicos.

Para aprofundarmos a análise deste comportamento, calculámos o intervalo protogenésico médio, segundo a idade conhecida da mulher ao casamento (Quadro 37), excluindo os intervalos iguais ou superiores a 50 meses ⁽³³⁴⁾.

Quadro 37
Intervalo protogenésico médio, por grupos de idade da mulher ao casamento (em meses)

Período	Nº	Grupos de Idades				Todas as Idades
		< 20	20-24	25-29	30 e +	
1810-1860	287	17,2	17,0	20,3	15,7	17,4

⁽³³⁴⁾ AMORIM, 1992: 139.

Como seria de esperar, confirmamos a maior dificuldade das mulheres casadas dos 25 aos 29 anos de idade para conceberem o seu primogénito, necessitando de um tempo médio de 20,3 meses. Em contraste, as mulheres que casaram em idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos e com 30 e mais anos de idade apresentam intervalos protogénicos médios mais reduzidos, de 17,0 e 15,7 meses, respetivamente, permitindo-lhes maiores possibilidades de procriação.

Considerando o intervalo protogenésico médio pelos distintos grupos ocupacionais identificados (Quadro 38), distinguimos que as esposas dos militares aguardaram um tempo médio substancialmente mais dilatado (26,8 meses) que as demais, entre o casamento e o nascimento do primonato.

Quadro 38
Intervalo protogenésico médio por grupos ocupacionais
(1810 -1860)
(em meses)

Grupos ocupacionais	Nº	Grupos de Idades				Todas as Idades
		< 20	20-24	25-29	30 e +	
Agricultura	31	26,6	14,2	32,4	10,5	22,8
Ofícios	32	31,5	19,7	17,3	9,3	22,3
Comércio e Serviços	10	12,5	12	17,5	0	13,2
Administração	8	31,0	13,3	0	20,3	19,0
Militares	89	32,3	28,5	24,8	14,4	26,8

Ao invés, as mulheres, cujos cônjuges desempenhavam profissões predominantemente urbanas (ofícios, administração, comércio e serviços), apresentaram um intervalo médio que ronda os 20 meses, com destaque para as esposas da comunidade do comércio e serviços que aguardam apenas 13,2 meses. Por sua vez, as mulheres da atividade agrícola aguardam um tempo médio de 22,8 meses, após o casamento, para verem o seu primeiro rebento.

Observando a duração média do intervalo protogenésico, segundo a idade da mulher ao casamento, é visível em todos os grupos ocupacionais um elevado espaçamento entre o casamento e o primeiro nascimento, na faixa etária com menos de vinte anos, diminuindo à medida que a mulher avança na idade. São exceções as mulheres casadas entre os 25 e os 29 anos da comunidade agrícola que demoraram a conceber o seu primogénito 32,4 meses, e as que casaram acima dos 30 anos entre as mulheres da comunidade administrativa que esperaram 20,3 meses.

Em síntese, as mulheres casadas na comunidade militar e com menos de vinte anos foram as que mais tempo esperaram pelo seu primogénito, influenciando, deste modo, o alargamento do intervalo protogenésico médio.

Comparando os intervalos protogenésicos médios encontrados para todas as mulheres, com idade conhecida (Quadro 37), com os intervalos protogenésicos calculados para todas as mulheres com apenas a data de casamento identificada (³³⁵) (Quadro 39), constata-se, desde logo, um aumento significativo de observações.

Quadro 39
Intervalo protogenésico médio
(todas as mulheres, com data de casamento identificada)

Período	Nº	Intervalos
1810-1860	767	17,4

A presença de um número tão expressivo de mulheres, sem data de batismo conhecida, faz supor a existência de um expressivo fluxo de raparigas de fora que vieram consorciar-se nesta vila. Apesar disso, não houve alteração nos tempos de espera pelo nascimento do primogénito.

Se confrontarmos o intervalo protogenésico médio encontrado para Chaves, tendo em consideração todos os casais, com os obtidos para outras paróquias, como Calvão e Poiares, verificamos que os tempos de espera são ligeiramente superiores aos encontrados para as mulheres desta vila. Já relativamente a Guimarães (zona urbana e rural) e às paróquias do Sul do Pico, notamos claramente que as mulheres de Chaves são as que mais tempo aguardam o seu primogénito.

Quadro 40
Comparativo do intervalo protogenésico médio
(todas as mulheres, com data de casamento conhecida)

Região	Paróquias	Períodos	Intervalo	Fonte
Trás-os-Montes	Chaves	1810-1860	17,4	Registos paroquiais
	Calvão	1800-1865	17,6	Faustino, 1998
	Poiares	1741-1823	19,5	Amorim, 1983/84
Minho	Guimarães (urbana)	1740-1814	14,5	Amorim, 1987
	Guimarães (rural)	1740-1814	14,1	
Açores	Sul do Pico	1810-1879	15,7	Amorim, 1992

⁽³³⁵⁾ A fim de obter maior representatividade utilizámos todas as famílias de tipo 1 a 4, ou seja, das quais conhecemos a data de casamento, excluindo-se, no entanto, os intervalos acima dos 49 meses.

Se admitirmos que o intervalo entre a celebração do matrimónio e o nascimento do primogénito é normalmente mais curto que os verificados entre dois outros nascimentos, perguntamos: não estaremos perante a chave que explicará os baixos índices de fecundidade apurados em Trás-os-Montes e em particular para Chaves? Certamente, que a análise dos intervalos intergenésicos nos possibilitará compreender melhor este comportamento.

1.3.2. Intervalos intergenésicos

Os intervalos intergenésicos serão, presumivelmente, mais dilatados que o intervalo entre as núpcias e o primeiro nascimento, devido ao tempo morto que se segue ao «*post-partum*», cuja duração depende não só dos fatores fisiológicos, como também dos hábitos culturais de cada comunidade, podendo, no entender de Norberta Amorim⁽³³⁶⁾ ser somente de um ou dois meses, na ausência de aleitamento ou, de 10 ou mais meses, em caso de amamentação.

Por sua vez, Wrigley⁽³³⁷⁾, não obstante considerar que existem fatores fisiológicos e culturais, ainda não totalmente explicados, procurou demonstrar que a duração, entre dois nascimentos, poderia oscilar, no Antigo Regime, para as mulheres casadas dos 20 aos 30 anos de idade, entre um mínimo de 16,5 e um máximo de 31,5 meses, admitindo, no entanto, que estas margens poderiam ser demasiado baixas, em determinados contextos das distintas sociedades do passado.

Também Jacques Dupâquier e Lachiver desenvolveram um modelo de análise da fecundidade legítima, tomando como ponto de partida os intervalos entre nascimentos. É neles que Dupâquier acha que se encontra a pedra de toque da chamada «*fecundidade natural*»⁽³³⁸⁾. Na verdade, os mecanismos fisiológicos associam-se a fatores de ordem cultural, social e até económica, marcando os diferentes ritmos de reprodução dos casais.

No estudo deste comportamento de fecundidade, considerámos todas as famílias de **tipo 1 e 3**, ou seja, das quais conhecemos a data de casamento, a data de nascimento da mulher e o fim de observação, e que tiveram pelo menos dois filhos.

Se consideramos o quadro 41, verificamos como era esperado, que os intervalos intergenésicos médios são mais longos que os intervalos entre o casamento e o nascimento do primogénito, em todos os grupos de idades.

⁽³³⁶⁾ AMORIM, 1992:140-141.

⁽³³⁷⁾ WRIGLEY, 1985: 93-94.

⁽³³⁸⁾ DUPÂQUIER, 1984: 166-168.

Quadro 41
Primeiro intervalo intergenésico médio
(em meses)

Período	Nº	Grupos de Idades				Todas as Idades
		< 20	20-24	25-29	30 e +	
1810-1860	277	27,4	25,2	32,7	26,2	27,3

Na verdade, depois de um nascimento ocorrem, no dizer de Flinn (³³⁹), importantes obstáculos à fecundidade feminina, entre eles, destacamos a amenorreia «*post-partum*» e a prática da amamentação materna.

Se observarmos o comportamento, segundo a idade ao casamento, apuramos que são as mulheres casadas entre os 25 e os 29 anos que mais tempo esperaram pelo segundo nascimento. Ao invés, as mulheres que casaram no grupo de idades, de 20 aos 24 anos, são as que mais se apressam, de novo, em «*dar à luz*». Recorde-se que foi neste grupo de idades que encontrámos as mais elevadas taxas de fecundidade para todo o ciclo reprodutivo.

Comparando os nossos resultados com os obtidos por Norberta Amorim para Poiares, Guimarães, zona urbana e rural, e para as paróquias do Sul do Pico (Quadro 42), detetamos, em termos globais, uma maior afinidade às paróquias transmontanas que às demais paróquias em apreço. Com efeito, as diferenças extremam-se relativamente às paróquias de Guimarães e do Sul do Pico, pelas primeiras apresentarem intervalos mais breves, e as segundas mais longos.

Quadro 42
Comparativo do primeiro intervalo intergenésico médio
Antigo Regime

Paróquias	Grupos de Idades				Todas as Idades
	<20	20-24	25-29	30 e mais	
Chaves (1810-1860) a)	27,4	25,2	32,7	26,2	27,3
Calvão (1800-1865) b)	35,2	25,8	24,2	25,5	26,9
Poiares (1650-1823) c)	27,3	26,8	27,8	29,0	27,5
Guimarães (z.u.) (1740-1814) d)	23,6	23,8	23,8	23,2	23,6
Guimarães (z. r.) (1740-1814) e)	25,1	24,6	26,0	30,3	25,9
Sul do Pico (1780-1879) f)	33,0	31,6	30,4	30,0	31,3

FONTE: a) Registos paroquiais; b) FAUSTINO, 1998; c) AMORIM, 1983-84; d) e) AMORIM, 1987; f) AMORIM, 1992.

(³³⁹) FLINN, 1989: 52.

Comparativamente à zona urbana de Guimarães, as diferenças mais notórias ocorrem nas mulheres casadas antes dos 20 anos e na faixa etária entre 25 e 29 anos, verificando-se para as de Chaves intervalos mais alargados de 3,8 e 8,9 meses, respetivamente.

Para conseguirmos uma perspetiva mais global dos ritmos reprodutivos dos casais da paróquia, procedemos ao cálculo dos intervalos intergenésicos médios sucessivos para os primeiros sete intervalos, eliminando os seguintes, por força da magreza do número de observações, a fim de evitar variações que possam perturbar a análise (Quadro 43). Para o estudo deste indicador, considerámos as famílias de **tipo 1 a 4**, independentemente da idade ao casamento, com dois ou mais filhos.

Quadro 43
Intervalos intergenésicos médios
(1810-1860)

Intervalos	Nº famílias	Meses
1 - 2	718	28,1
2 - 3	512	30,4
3 - 4	360	29,4
4 - 5	244	29,3
5 - 6	172	29,1
6 - 7	103	30,2
7 - 8	46	28,8
Total	718	29,3

Segundo os dados apresentados, constatamos que o intervalo intergenésico médio se eleva a 29,3 meses, para os primeiros sete intervalos. A sua variação oscila entre o intervalo mais curto de 28,1 meses, do primeiro para o segundo filho, e o intervalo mais alargado de 30,4 meses, do segundo para o terceiro nascimento. Assim, notamos um significativo crescimento do intervalo do primeiro para o 2º intervalo, seguindo-se uma inflexão para valores inferiores a 29,5 meses, nos seguintes, à exceção do 6º intervalo que se aproxima dos 30,2 meses. Por sua vez, o último espaçamento desta série é, curiosamente, o segundo mais magro do período. Podemos concluir que aqui, diferentemente de outras paróquias, não ocorre uma relação entre os sucessivos partos da mulher e o progressivo aumento do tempo de espera entre nascimentos.

Como explicar a variabilidade deste fenómeno? Dever-se-á a efeitos aleatórios, entre eles, os gerados pelo desinteresse temporário da vida sexual dos casais? Ou, trata-

se, como sugere Norberta Amorim ⁽³⁴⁰⁾, de uma recuperação da sexualidade após a ocorrência de um «*cansaço*» no decurso da vida reprodutiva da mulher?

Uma outra constatação podemos assinalar: a duração entre o primeiro e o segundo nascimento é mais dilatada que o intervalo que decorre entre o matrimónio e o nascimento primogénito, com influência certamente nos seguintes. A duração deste parece afetar, inevitavelmente, os seguintes compassos de tempo.

1.4. Número de filhos nascidos por união conjugal

O número de filhos por família é um outro indicador importante para o estudo da fecundidade. Para sua determinação, considerámos todas as famílias do **tipo 1 e 2**, com início e fim de observação, quer fossem ou não fecundas, no período observado. A magreza dos dados apresentados não nos permite retirar conclusões absolutas.

Quadro 44
Distribuição das famílias completas, segundo o número de filhos
(1810-1860)

Nº de Filhos	Nº	%
0	23	32,4
1	4	5,6
2	4	5,6
3	6	8,5
4	4	5,6
5	3	4,2
6	5	7,0
7	6	8,5
8	2	2,8
9	4	5,6
10	3	4,2
11	3	4,2
12	2	2,8
13	0	0
14	1	1,4
15	1	1,4
16	0	0
Total	71	100

Segundo os dados, notamos a existência de famílias com mais de 12 filhos, ainda que sejam em número pouco significativo. As preferências vão para as famílias com três e sete descendentes, a contrastar com a atimia percentual das famílias com cinco e oito progénies.

Ainda, segundo a observação da distribuição de frequências, apuramos uma elevada proporção de 32,4% de famílias infecundas.

⁽³⁴⁰⁾ AMORIM, 1992: 44.

Quadro 45
Distribuição das famílias segundo o número de filhos
(1810-1860)

Situação das famílias	1810-1860
% Famílias infecundas	32,4
Média de filhos por família	4,2
Média de filhos por família fecunda	6,3

Considerando a distribuição das famílias segundo o número de filhos (Quadro 45), concluímos que o número médio foi de 4,2 filhos para o período observado. Porém, se nos ativermos somente às famílias fecundas, as médias são acrescidas em cerca de 2 filhos por casal, o que fala *de per si* sobre a proporção das famílias infecundas.

Em termos comparativos, em Chaves o número médio de filhos, por família foi de 4,2 filhos, ligeiramente inferior aos cinco descendentes verificados nas paróquias rurais de Calvão e de Poiães. Valores que comparados com os determinados por Norberta Amorim para Guimarães, zona urbana e rural, e para as três paróquias do Sul do Pico, são ainda mais divergentes. Segundos os dados, fica igualmente claro que as paróquias transmontanas são as que apresentam menor proporção de filhos por família, a contrastar com as de Guimarães que registaram um maior número de filhos por casal.

Quadro 46
Número médio de filhos por famílias completas, segundo a idade ao casamento da mulher, em
várias paróquias
(por grupos de idade da mulher)

Paróquias	Grupos de Idades					Todas as Idades
	< 20	20-24	25-29	30-34	35 +	
Chaves a)	6,8	8,0	4,3	1,0	0,9	4,2
Calvão b)	4,7	5,6	5,8	3,3	1,4	5,0
Poiães c)	8,0	7,0	5,0	2,9	1,6	5,0
Guimarães (z. urbana) d)	9,5	8,3	6,4	3,9	2,0	6,7
Guimarães (z. rural) e)	8,9	7,9	6,0	3,9	1,8	6,0
Sul do Pico f)	7,8	7,1	5,2	3,6	1,6	5,5

FONTE: a) Registos paroquiais; b) FAUSTINO, 1998; c) AMORIM, 1983-84; d) e) AMORIM, 1987; f) AMORIM, 1992.

As maiores divergências ocorreram entre as mulheres casadas antes dos 20 anos de idade, apresentando as de Guimarães maior descendência, como acusassem os efeitos de uma menarca mais tardia nas raparigas transmontanas, sobretudo nas de Calvão e de Chaves. Nesta paróquia, as mulheres casadas acima dos 30 anos são as mais afetadas pela redução do número de filhos, afastando-se significativamente do comportamento

reprodutivo das esposas das demais freguesias, quer das rurais quer da urbana de Guimarães.

Como se sabe, numa sociedade pré-malthusiana, só circunstâncias excepcionais poderiam levar os casais a não terem descendência. Não obstante, 32,6 % das famílias observadas em idade de procriar não tiveram filho algum conhecido, no período observado.

Para a avaliação da proporção de famílias infecundas, considerámos somente as famílias completas sem filhos segundo a idade ao casamento, dentro do período fértil.

Quadro 47
Ausência de filhos segundo a idade da mulher ao casamento

Idade ao casamento	1810 - 1860		
	N.	Nº estéreis	%
< 20	177	49	27,7
20 - 24	196	44	22,4
25 - 29	96	35	36,5
30 - 34	54	27	50,0
35 - 39	30	13	43,3
40 - 44	11	8	72,7
45 - 49	10	9	90,0
50 +	3	3	100
Total	577	188	32,6

Observando os valores apresentados no quadro 47, concluímos, desde logo, da relação existente entre a idade ao casamento, do sexo feminino, e os riscos de infecundidade, à exceção das esposas casadas antes dos 25 anos de idade. De facto, a esterilidade eleva-se acentuadamente nas mulheres que casaram acima de 30 anos e diminui no grupo das que o fizeram entre os 20 e os 24 anos. Não obstante a fragilidade dos dados, constata-se a mesma tendência que fora já encontrada por Norberta Amorim para outras paróquias, em «que as mulheres casadas antes dos 20 [...] e depois dos 25 anos vão aumentando gradualmente as hipóteses de uniões infecundas» ⁽³⁴¹⁾. Deste modo, somos levados a pensar que as mulheres casadas entre os 20 e os 24 anos atingiriam mais facilmente a maturidade fisiológica capaz de assegurar melhor capacidade reprodutiva em todo o ciclo procriativo, que as demais, como demonstram os índices de fecundidade apresentados.

⁽³⁴¹⁾ AMORIM, 1992: 135.

Apesar do número de casos identificados não ser muito elevado, surpreende-nos a expressiva percentagem de infecundidade (32,6%) entre as famílias flavienses. Em Guimarães, 20,8% dos casais da zona urbana não tiveram filhos, contra 14,9% da zona rural (³⁴²). Também nas paróquias rurais de Calvão (³⁴³) e de Alvito S. Pedro (³⁴⁴) as proporções de famílias estéreis ficaram-se pelos 17,1% e 18,8%, respetivamente, muito abaixo do valor encontrado para Chaves.

Quadro 48
Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos
Mulheres casadas antes dos 20 anos de idade

Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Totais	Média
1810-1860	2	-	-	2	-	-	2	-	-	2	-	-	2	-	-	1	11	6,8

Mulheres casadas dos 20 aos 24 anos de idade

Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Totais	Média
1810-1860	-	-	1	-	-	2	2	4	1	1	2	3	-	-	1	-	17	8,0

Mulheres casadas dos 25 aos 29 anos de idade

Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Totais	Média
1810-1860	3	1	2	1	1	1	1	2	1	1	1	-	-	-	-	-	15	4,3

Mulheres casadas dos 30 aos 34 anos de idade

Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Totais	Média
1810-1860	8	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	1,0

Mulheres casadas dos 35 aos 39 anos de idade

Nº de filhos	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Totais	Média
1810-1860	3	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7	1,7

Para avaliar o efeito da correlação da idade ao casamento com a descendência de cada família, procedemos à elaboração de diversos cálculos respeitantes à distribuição das famílias completas segundo o número de filhos, pelos distintos grupos etários (Quadro 48). Pese, no entanto, o número reduzido de observações, como já se referiu, os resultados testemunham, em primeiro lugar, que as mulheres casadas entre os 20 e os 24 anos de idade, apresentam uma descendência média superior às demais.

Pela análise, observa-se, igualmente, que as mulheres que casaram antes dos trinta anos tiveram uma prole mais extensa que as demais. Prova-o a repartição modal de filhos, em cada grupo de idades ao casamento, donde se constata, também, que o

⁽³⁴²⁾ AMORIM, 1987: 201.

⁽³⁴³⁾ FAUSTINO, 1998: 143.

⁽³⁴⁴⁾ MIRANDA, 1993: 128.

número de famílias de dimensão maior ocorreu nos grupos de idades mais jovens. Em contraponto, as que casaram depois dos trinta anos tiveram uma diminuta descendência.

Concluindo-se que quanto mais cedo a mulher se casasse, maior seria o número de filhos que poderia ter, à exceção das mulheres que se consorciaram antes dos 20 anos de idade.

1.5. Duração das uniões conjugais

A duração da convivência conjugal é um dos mais importantes indicadores a privilegiar no estudo da fecundidade, uma vez que era dentro do matrimónio que a sociedade do Antigo Regime assegurava, quase exclusivamente, a sua continuidade. A dissolução de uma célula familiar representava, por isso, irremediavelmente a perda da capacidade reprodutiva legítima de uma comunidade.

Para o seu estudo considerámos todos os casais com início e fim de união, ou seja famílias de **tipo 1 e tipo 2**, independente da idade da mulher ao casamento e de se tratar ou não do primeiro, ou de segundos casamentos ⁽³⁴⁵⁾, integrando-se todas as famílias com uma longa vida em comum, no período observado. Registámos como fim da união a primeira data de óbito conhecida do cônjuge falecido, e, à falta desta, a data de recasamento do cônjuge sobrevivente, no caso de este se realizar.

Da distribuição percentual do fenómeno, por intervalos de 5 anos (Quadro 49), constatamos que, nesta vila de Chaves, as uniões foram muito frágeis. Esse facto deve-se à elevada percentagem de interrupções que ocorreram nos primeiros anos, sobretudo, até ao décimo ano de convivência conjugal.

A explicação poderá estar relacionada com a instabilidade política e militar que o país vivia à época. A conflitualidade intestina resultante da implantação do Liberalismo, para além de fazer ferver a vida nos quartéis e na sociedade, certamente, desorganizou e interrompeu a vida conjugal das populações da urbe ⁽³⁴⁶⁾.

⁽³⁴⁵⁾ AMORIM, 1992: 148.

⁽³⁴⁶⁾ Também Isabel Viçoso corrobora esta posição, referindo que, na sequência das perseguições miguelistas na vila, ocorrera uma saída forçada de muitos liberais para o estrangeiro, vindo aí alguns a falecer, interrompendo desta maneira a sua vida conjugal (VIÇOSO, 2007: 116).

Quadro 49
Duração das uniões

Intervalos (anos)	N.º	%	% a)
0 - 4	593	28,9	28,9
5 - 9	453	22,1	51,0
10 - 14	349	17,0	68,0
15 - 19	229	11,2	79,2
20 - 24	192	9,4	88,6
25 - 29	97	4,7	93,2
30 e +	139	6,8	100
Totais	1226	100	-
<i>Média em anos</i>	11,87	-	-

a) Percentagens acumuladas.

Não deixa de ser surpreendente o número abreviado de anos vividos, em média, pelos casais flavienses, abaixo dos 12 anos, para toda a observação, bem aquém dos valores encontrados por nós para a paróquia rural de Calvão de 23,3 anos⁽³⁴⁷⁾.

Comparando estes valores com os encontrados por Norberta Amorim para a paróquia transmontana de Poiães e do Sul do Pico, respetivamente, de 27,3 e de 32,5 anos, verificamos que as diferenças são, ainda, mais acentuadas. Sabendo que numa sociedade do Antigo Regime o casamento só é dissolvido pelo falecimento de um dos cônjuges, deixa antever uma elevada mortalidade adulta que açoitara particularmente os casais desta urbe, encurtando-lhes, por isso, a vida em comum.

Da leitura dos resultados apresentados no quadro 49, constata-se, ainda, que somente 50% dos casais puderam aspirar a uma convivência conjugal de apenas uma década e que cerca de 20% dos matrimónios chegariam aos 20 anos de vida em comum. Assim, as «*bodas de prata*» só foram celebradas por uma escassa proporção de 11,5% dos casais, e, somente, uma exígua percentagem de 0,3% das famílias formadas em Chaves atingiram as «*bodas de ouro*».

Fica, assim, bem visível o reduzido número de anos vividos em comum pelos casais flavienses, em consequência possivelmente de fatores biológicas, ou da dieta alimentar, mas também outros de ordem social e político-militar. As difíceis condições de sobrevivência da população, fruto da carência de alimentos e das consequências dos vários acontecimentos beligeros, como as invasões francesas, e de outras lutas

⁽³⁴⁷⁾ FAUSTINO, 1988: 138.

intestinas, entre elas, as ocorridas no tempo de D. Miguel, originaram uma fragilidade da convivência matrimonial dos casais flavienses, sobretudo da comunidade militar.

A curta duração das uniões conjugais faz prever elevados níveis de mortalidade adulta que, associados a outros fatores, poderão ser responsáveis pelos baixos índices de fecundidade e, provavelmente, pelo baixo número médio de filhos por família.

2. Concepções pré-nupciais

Considerando a filiação natural consequência de relações e concepções fora do casamento, notamos que alguns casais vieram a casar antes do nascimento dos filhos, vindo estes a constar nos assentos de batismo como filhos legítimos. Assim, apreciamos, seguidamente, os intervalos protogenésicos inferiores a oito meses, resultantes da consumação da relação antes do casamento, a que se convencionou designar de concepções pré-nupciais, para o período de 1810 a 1860. O seu estudo permite-nos inferir sobre a convivência íntima dos noivos e da existência de influências e constrangimentos que a envolvem, bem como da eficácia dos mecanismos de controlo social e familiar ⁽³⁴⁸⁾ na sociedade flaviense da época.

Para o cálculo dos intervalos protogenésicos inferiores a oito meses, considerámos todas as famílias fecundas com data de casamento conhecida, independentemente da idade da mulher (Quadro 50). Os valores encontrados resultam do quociente da divisão do número de primeiros nascimentos ocorridos durante o zero e os sete meses (completos) de casamento pelo número total de primeiros nascimentos, multiplicados por 100 ⁽³⁴⁹⁾.

Quadro 50
Intervalos protogenésicos inferiores a oito meses
(1810 -1860)

Total de intervalos	Intervalos < 8 meses			Intervalos < = 3 meses		
	N	%	Intervalo médio (meses)	N	%	Intervalo médio (meses)
967	93	9,6	4,9	27	29,0	2,2

Da sua leitura, verificamos que a percentagem de concepções pré-nupciais é de 9,6% em relação à totalidade de primeiros nascimentos. Curiosamente, os valores obtidos são ligeiramente inferiores aos 11,6 % encontrados por Norberta Amorim para

⁽³⁴⁸⁾ SANTOS, 2008: 121.

⁽³⁴⁹⁾ HENRY, 1988: 149.

Guimarães, zona urbana, para o período de 1740-1814 ⁽³⁵⁰⁾, mas muito aquém dos 16% de concepções pré-maritais determinados para a nossa paróquia rural de Calvão ⁽³⁵¹⁾, entre 1800 e 1865. Também na povoação transmontana de Cardanha, no século XVIII, e na zona rural Guimarães, entre 1740 e 1865, registaram, respetivamente, 13,5% e 16,1% de concepções pré-nupciais ⁽³⁵²⁾. Já em Alvito S. Pedro ⁽³⁵³⁾, esses valores atingiram os 29,9%, no período de 1830 a 1899. Estará este facto relacionado com uma maior convivência entre os noivos e prometidos nos meios rurais? Ou, com um maior constrangimento familiar e até social em reparar atempadamente a gravidez, por um célere casamento nas comunidades rurais?

Se tomarmos em consideração o intervalo médio de 4,9 meses entre o casamento e o nascimento do primogénito, descobrimos um espaço temporal mais dilatado que o encontrado para as paróquias rurais de Calvão ⁽³⁵⁴⁾ e Alvito S. Pedro ⁽³⁵⁵⁾, respetivamente, de 3,4 e de 3,5 meses.

Se considerarmos somente as concepções pré-nupciais iguais ou inferiores a três meses, como nos mostra o respetivo quadro, constatamos que, no decurso de toda a observação, ocorreram cerca de 29% de nascimentos e um tempo médio de 2,2 meses. Esta situação indicia que os noivos escondiam, assim, por algum tempo, o fruto do seu ousado amor, quer da família, quer da sociedade, a fim de escapar ao estigma que só o matrimónio apagaria, e nem sempre totalmente.

No estudo deste comportamento, será de admitir, como refere Norberta Amorim, que «não se pode afastar a hipótese de alguma influência de maiores demoras nos processos de licenciamento, no caso de consanguinidade entre os noivos» ⁽³⁵⁶⁾. Também, as delongas na publicitação dos banhos, em paróquias, por vezes, muito distantes, poderão estar na origem do adiamento da celebração das núpcias, tanto mais que a maioria dos nubentes nascera fora desta vila. Apesar das normas religiosas determinarem que os prometidos não vivessem «*de portas a dentro, ou tenham conversação, como se já fossem casados, entrando um em casa do outro, ou andando em seus serviços*» e não deviam ter cópula antes de receberem as bênçãos nupciais «o

⁽³⁵⁰⁾ AMORIM, 1987: 227.

⁽³⁵¹⁾ FAUSTINO, 1998: 149.

⁽³⁵²⁾ AMORIM, 1987: 227-229.

⁽³⁵³⁾ MIRANDA, 1993: 134.

⁽³⁵⁴⁾ FAUSTINO, 1998: 149.

⁽³⁵⁵⁾ MIRANDA, 1993: 134.

⁽³⁵⁶⁾ AMORIM, 1992: 159.

que além de ser grande ofensa a Deus, pode ser ocasião de engano e afronta das mulheres»⁽³⁵⁷⁾, sendo admoestados com a pena de excomunhão.

A confirmar a ideia de que muitas das concepções eram fruto do relacionamento entre futuros cônjuges, são aqui muito frequentes as legitimações efetuadas pelo posterior matrimónio, sobretudo em meados de Oitocentos⁽³⁵⁸⁾.

Considerando as concepções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento (Quadro 51)⁽³⁵⁹⁾, constatamos que as mulheres que casaram entre 25 e os 29 e acima dos 35 anos de idade manifestam maior incidência de concepções antes da celebração do matrimónio. Perguntamo-nos: este comportamento seria um estratagema pensado para fugir ao celibato definitivo, ou, um maior relaxamento de costumes, como refere Vítor Neto⁽³⁶⁰⁾, em consequência da secularização da sociedade liberal?

Quadro 51
Concepções pré-nupciais, segundo a idade ao casamento da mulher
(1810-1860)

Grupos de Idades	Nº	%
< 20	4	3,6
20 - 24	7	5,3
25 - 29	6	11,1
30 - 34	1	3,8
35 - 39	3	18,8
Total	21	6,2

Todavia, também é relevante a proporção de mulheres entre os 20 e os 24 anos, que se apresentam grávidas, por altura de celebrar suas núpcias, transgredindo, assim, mais cedo as normas sociais e religiosas determinantes da época.

Por fim, importa referir que o reduzido número de observações confirma a baixa incidência do fenómeno na sociedade flaviense, parecendo indicar o acatamento das normas e das vivências religiosas.

⁽³⁵⁷⁾ *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, Lisboa, 1697, Officina de Miguel Deslandes, Título IV, p. 146 -147.

⁽³⁵⁸⁾ Entre eles, destacámos o caso de Maria Venância, filha natural de D. Maria das Dores, solteira, nascida em 5 de outubro de 1850 e batizada cinco dias depois, foi reconhecida como filha natural no dia 20 desse mesmo mês pelo seu pai Bento Gonçalves de Carvalho, natural de Vilela do Tâmega, e legitimada conjuntamente com suas irmãs mais velhas pelo subseqüente matrimónio celebrado no dia 28 de agosto de 1852. *ADVRL - Livro de batismo* (1845-52), nº 12, Repartição de Baixo, fl. 104.

⁽³⁵⁹⁾ As percentagens foram calculadas em relação ao total de observações registadas em cada grupo etário, no intervalo protogenésico e das concepções nupciais. Por sua vez, o valor percentual total representa a proporção de concepções pré-maritais em relação à totalidade de nascimentos ocorridos nesse intervalo e das concepções nupciais até aos 39 anos de idade, perfazendo, no caso vertente 339 registos.

⁽³⁶⁰⁾ NETO, 1998: 52.

3. Filiação natural

Numa sociedade do Antigo Regime, segundo François Lebrun, «é no casamento que normalmente as crianças devem ser concebidas e nascer»⁽³⁶¹⁾. Por diversas circunstâncias, nem sempre assim sucedeu. O facto decorre da persistência de um comportamento sexual extramarital, de natureza distinta⁽³⁶²⁾, socialmente mais ou menos tolerado. Na expressão deste fenómeno, muitos investigadores, entre eles, Pérez Garcia⁽³⁶³⁾, veem refletida a influência da religiosidade e do ascetismo da sociedade do Antigo Regime. Alain Bideau⁽³⁶⁴⁾ vai mais longe, vendo no fenómeno «uma das chaves da nossa demografia de tipo antigo, programada para o equilíbrio»⁽³⁶⁵⁾, cujas variáveis demográficas são influenciadas pelos comportamentos prescritos pelas estruturas sociais e religiosas, bem como pelos fatores económicos⁽³⁶⁶⁾. Por sua vez, a grandeza da ilegitimidade numa determinada população implica uma reavaliação das taxas de fecundidade legítima relativas a cada grupo de idades, da dimensão média familiar e da mortalidade nos primeiros anos de vida⁽³⁶⁷⁾.

3.1. Filiação natural identificada

Para o estudo da ilegitimidade, em Chaves, fizemos o levantamento dos assentos paroquiais onde estava explicitamente lavrada a filiação ilegítima de todas as mães, quer fossem solteiras, casadas ou viúvas. Tivemos, ainda, o cuidado de separar os filhos naturais das crianças enjeitadas, visto que estas poderão ser ou não ilegítimas, fenómeno que analisaremos separadamente.

Com base nos dados coligidos construimos uma tabela com o número de batismos legítimos e de filhos naturais, por décadas, do qual resultou o quadro 52, que reflete a evolução da ilegitimidade.

De uma primeira leitura, verifica-se que, dos 15.524 batismos registados, entre 1780 e 1879, contámos 2.800 registos de batismo de crianças nascidas de relações não conjugais, correspondendo a uma percentagem média da filiação ilegítima da vila, de

⁽³⁶¹⁾ LEBRUN, 1983: 101.

⁽³⁶²⁾ Nas sociedades pós-tridentinas do passado, esta relação desviante poderia ser enquadrada, sob o ponto de vista jurídico, em cinco categorias bem diferenciadas: natural; espúria; incestuosa; adúlterina; e sacrílega. Sobre este assunto leia-se SCOTT, 1999: 219.

⁽³⁶³⁾ PÉREZ GARCIA, 1979: 111.

⁽³⁶⁴⁾ BIDEAU, 1984: 52.

⁽³⁶⁵⁾ Também Norberta Amorim se refere a propósito, na seguinte forma: «um sistema demográfico que se equilibrou e evoluiu à custa do diálogo entre a morte e uma natalidade que não resultava somente de casamentos mais ou menos retardados mas também de uniões ilegítimas que a própria sociedade não deixava de condicionar» (AMORIM, 1987: 145).

⁽³⁶⁶⁾ A propósito das influências sociais e económicas na ilegitimidade leia-se PÉREZ GARCIA, 1979: 112-113.

⁽³⁶⁷⁾ SANTOS, 2008: 123.

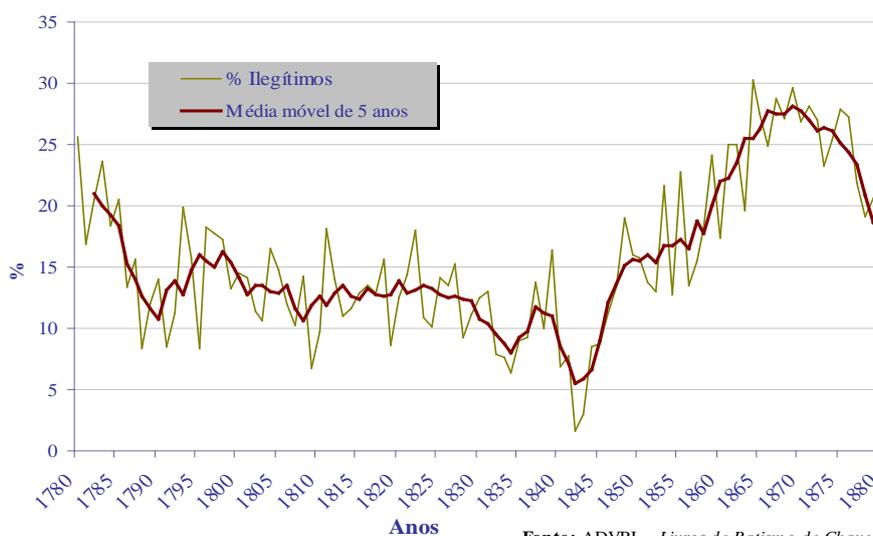
18,0%. Esta proporção inesperada de filhos naturais é muito expressiva e superior aos valores que nos são apresentados pela bibliografia comparativa portuguesa e europeia (³⁶⁸), para um período semelhante.

Analisando com maior detalhe a evolução da filiação natural identificada, ao longo de todo o tempo estudado, por períodos decenais, detetamos «*grosso modo*» uma estreita correlação entre a variação do volume do total de nascimentos e a evolução da percentagem da ilegitimidade, apesar disso, o fenómeno apresenta ritmos próprios de variabilidade.

Quadro 52
Evolução da filiação natural identificada
(por décadas)

Períodos	Total de nascimentos	Total de ilegítimos	% de ilegítimos
1780-89	1351	257	19,0
1790-99	1151	174	15,1
1800-09	1391	187	13,4
1810-19	1593	224	14,1
1820-29	1769	252	14,2
1830-39	1142	133	11,6
1840-49	984	119	12,1
1850-59	1812	338	18,7
1860-69	2049	549	26,8
1870-79	2282	567	24,8
Total	15524	2800	18,0

Gráfico 18
Evolução anual da filiação ilegítima
(1780-1880)



Fonte: ADVRL - Livros de Batismo de Chaves

(³⁶⁸) Veja-se sobre este assunto AMORIM, 1987: 231-238. Para a Europa leia-se, igualmente, FLINN, 1989: 120.

Assim, segundo os dados do quadro 52 e a representação gráfica da evolução anual da filiação natural em percentagens (Gráfico 18), observamos que as últimas décadas de Setecentos foram marcadas por uma elevada ilegitimidade, parecendo coincidir com as dificuldades económicas e sociais acrescidas da época. Seguiu-se um período de três décadas de assinalável estabilidade do comportamento com valores próximos dos 14% de nascimentos ilegítimos, registando-se no segundo quartel de Oitocentos uma anemia das taxas de ilegitimidade combinando com a diminuição do volume de batizados. A contrastar, o fenómeno eleva-se expressivamente nas últimas três décadas da observação ⁽³⁶⁹⁾, quer em número de casos arrolados, quer em valores percentuais, à semelhança do verificado na paróquia rural de Calvão, atingindo valores surpreendentemente extraordinários que ultrapassam os 26%. A que atribuí-lo? Possivelmente a padrões socioculturais e religiosos mais tolerantes da nova sociedade liberal e, num ou noutro caso, à maior qualidade dos registos de batismo, aquém de 1860. Ou será antes a consequência de um maior desequilíbrio do mercado matrimonial, com superioridade dos homens, como testemunha o censo de 1864, sobretudo em idades casadoiras?

Segundo o exposto, é problemática a interpretação das variabilidades do fenómeno da ilegitimidade para o período em análise. Se podemos afirmar com segurança, à luz das fontes estudadas, que o amor ilegítimo existiu estruturalmente na urbe flaviense ⁽³⁷⁰⁾, já o mesmo não se pode dizer quanto aos fatores que provocaram a sua variação. Para além da moral religiosa, os novos comportamentos sociais e culturais, a exposição dos enjeitados, os recursos económicos, a emigração diferencial, a presença de militares na vila ⁽³⁷¹⁾ e o consequente desequilíbrio do mercado matrimonial são, certamente, os principais condicionalismos que determinaram a evolução do fenómeno da filiação natural.

3.2. Comparação da ilegitimidade com outras paróquias

Se compararmos os valores atingidos da filiação ilegítima, em Chaves, com os resultados obtidos noutras paróquias portuguesas de Trás-os-Montes, do Minho e dos

⁽³⁶⁹⁾ Estes valores observados aproximam-se dos índices de ilegitimidade apresentados por Leston Bandeira para o distrito de Vila Real, com base nas *Estatísticas Demográficas* para os finais de Oitocentos, que variaram entre 19,6% e 27,6% (BANDEIRA, 1996: 460).

⁽³⁷⁰⁾ À luz dos trabalhos do demógrafo J. Bourgeois-Pichat, citado por LEBRUN, 1983: 96, refere que a ilegitimidade exprime apenas parte da extensão da intensidade das relações extramatrimoniais, pois «que uma única relação, o que é o caso frequente em matéria de amor ilegítimo, apenas teria oito hipóteses sobre cem de ser fecunda. Logo, por oito declarações de gravidez fazendo prova de uma única relação, pode-se supor 92 outras relações não fecundas, parte imensa de um “iceberg”».

⁽³⁷¹⁾ A forte presença militar foi possivelmente uma alavanca suplementar da ilegitimidade ocorrida na urbe flaviense, quer pelo número de varões aquartelados, quer pela criadagem que servia as distintas famílias dos homens das armas.

Açores (Quadro 53 e Gráfico 19), verificamos, em primeiro lugar, uma grande variabilidade do fenómeno em função da cronologia apresentada.

Quadro 53
Comparativo da filiação ilegítima

Região	Paróquias	Períodos	%	Fonte
Trás-os-Montes	Chaves	1780-1879	18,0	Registos paroquiais
	Calvão	1780-1869	10,1	Faustino, 1998
	Cardanha	1751-1800	11,0	Amorim, 1983/84
	Poiares	1751-1800	9,1	
	Rebordãos	1751-1800	7,6	
Minho	Guimarães (urbana)	1780-1799	10,0	Amorim, 2012
		1800-1819	7,4	
		1820-1839	6,7	
		1840-1859	7,1	
		1860-1879	10,9	
	Guimarães (rural)	1780-1799	5,0	Amorim, 2012
		1800-1819	4,7	
		1820-1839	5,5	
		1840-1859	3,6	
		1860-1879	6,3	
	Alvito S. Pedro	1800-1849	12,0	Miranda, 1993
		1850-1899	18,0	
	Açores	Sul do Pico	1790-1849	5,9
1850-1889			9,4	
Madalena		1800-1849	4,6	Santos, 2008
		1850-1899	7,4	

As paróquias minhotas, seguindo uma matriz própria, como refere Amaro das Neves ⁽³⁷²⁾, apresentam taxas de ilegitimidade muito elevadas, durante a primeira metade do século XVIII, afrouxando para valores mais modestos no decurso do último quartel do século, tanto para zona urbana de Guimarães ⁽³⁷³⁾, como para a paróquia rural de Alvito ⁽³⁷⁴⁾, contrastando com a tendência registada nas paróquias transmontanas da região de Bragança, Cardanha, Poiares e Rebordãos, em que «a percentagem de filiação ilegítima, só em Cardanha, na segunda metade do século XVIII, ultrapassou os 10%, colocando-se sempre abaixo dos 5% antes de 1700» ⁽³⁷⁵⁾. Tendência semelhante se

⁽³⁷²⁾ NEVES, 2001: 128.

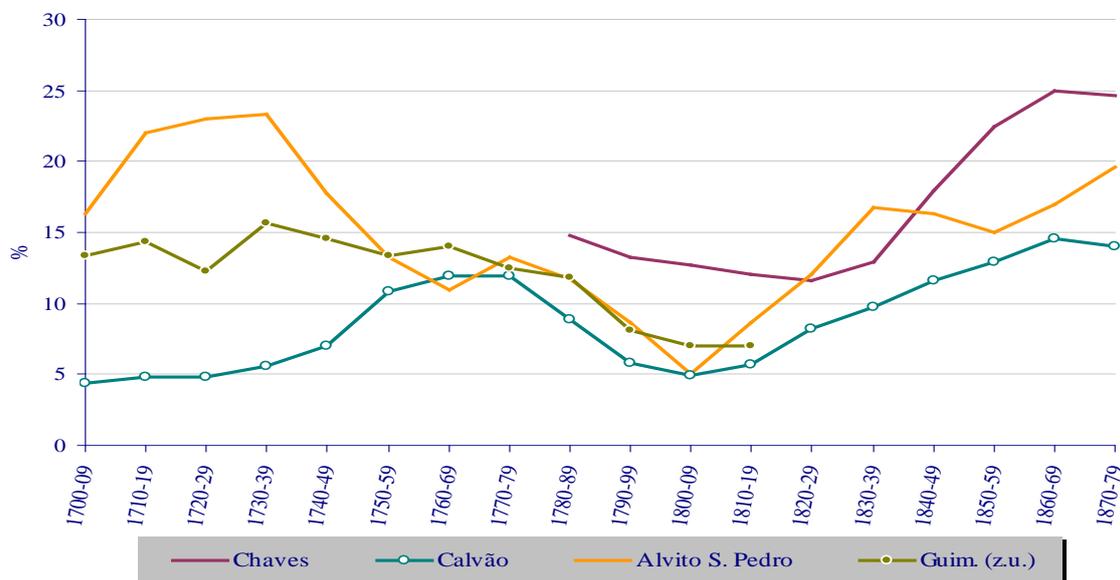
⁽³⁷³⁾ Com base em cruzamentos inter-paroquiais desenvolvidos ultimamente, Norberta Amorim destaca que, em Guimarães, depois da ilegitimidade rondar os 14%, a partir de meados do século XVIII, baixa expressivamente, atingindo na primeira metade de Oitocentos para valores mínimos à volta de 7% na zona urbana e de 4% na zona rural, voltando a subir após 1860 (AMORIM, 2012: 90).

⁽³⁷⁴⁾ MIRANDA, 1992: 151.

⁽³⁷⁵⁾ AMORIM, 1987: 239.

verificou nas paróquias açorianas do Sul do Pico onde os níveis de ilegitimidade foram mais baixos do que nas referidas comunidades do continente ⁽³⁷⁶⁾.

Gráfico 19
Comparativo da filiação ilegítima em diversas paróquias
(médias móveis de três períodos)



Por sua vez, os valores encontrados para Calvão, não obstante a tendência divergente após meados do século XVIII, aproximam-se mais de Poiares que das paróquias minhotas ⁽³⁷⁷⁾. Na verdade, a frequência das concepções extraconjugais encontradas para as freguesias minhotas transforma essa região no epicentro do fenómeno da ilegitimidade do território português ⁽³⁷⁸⁾, designadamente no século XVIII. Porém, não deixa de ser interessante verificar que Chaves, fora desta zona de alta pressão da ilegitimidade, evidencia valores de filiação extramarital mais elevados que a zona urbana de Guimarães, para onde, após 1750, «parece ter havido uma nova retração nas relações ilegítimas que se acentua depois de 1790» ⁽³⁷⁹⁾. O mesmo sucede em relação à paróquia de Alvito ⁽³⁸⁰⁾ à exceção da viragem para o 2º quartel de Oitocentos.

Depois de 1850, regista-se, em Chaves, uma extraordinária subida da ilegitimidade. Tendência idêntica foi verificada na paróquia rural de Calvão e na minhota de Alvito, embora de forma menos acentuada. Curiosamente, também na antiga

⁽³⁷⁶⁾ AMORIM, 1992: 162.

⁽³⁷⁷⁾ FAUSTINO, 1998: 159.

⁽³⁷⁸⁾ NEVES, 2001: 119.

⁽³⁷⁹⁾ AMORIM, 1987: 239.

⁽³⁸⁰⁾ A paróquia de Alvito S. Pedro e Anexa apresenta uma das mais elevadas proporções de nascimentos extraconjugais, para o período observado.

freguesia aveirense do Eixo ⁽³⁸¹⁾ se manifestou um comportamento assaz semelhante. Perante esta constatação, perguntamo-nos: que fatores terão levado ao súbito crescimento desde fenómeno? A emigração masculina, designadamente para o Brasil? Assim sendo, então, como explicar o crescimento populacional ocorrido durante este período na urbe flaviense?

Comparando os resultados do nosso estudo com os valores apresentados por M. Flinn para alguns países europeus do Antigo Regime ⁽³⁸²⁾, as discrepâncias são, ainda, mais significativas, face aos modestos índices de ilegitimidade aí registados, ainda que variem no interior de cada território. A propósito, Norberta Amorim, sucintamente, conclui que «antes de 1790, apenas em Espanha se encontraram percentagens de filiação ilegítima a atingir os 5%. No período de 1780-1820 a percentagem aumenta em todos os países mas só na Alemanha ultrapassa os 10%» ⁽³⁸³⁾. Também na vizinha Galiza se registaram valores que poderemos considerar baixos, quer para a região costeira ⁽³⁸⁴⁾, quer para o interior, excetuando-se os valores encontrados por Pegerto Saavedra para a província lucense, onde se observa uma notória subida a partir de meados do século XVIII, chegando a alcançar, nos decénios de 1840-49 e 1850-59, percentagens que oscilam entre os 15 e os 20% de nascimentos ilegítimos ⁽³⁸⁵⁾. Pelo que é de concluir, à luz das investigações realizadas, que Portugal apresenta, para o Antigo Regime, índices de nascimentos extraconjugais superiores aos verificados no resto da Europa ⁽³⁸⁶⁾. No tocante ao norte do nosso país, constatamos, pelo menos, duas realidades bem diferenciadas: a minhota, com uma alta pressão de ilegitimidade ⁽³⁸⁷⁾, como no Baixo Minho, onde «mais de 12 % dos nascidos podia não ser em família legítima, chegando a atingir-se pontualmente percentagens superiores a 30%» ⁽³⁸⁸⁾; e a rural transmontana, com taxas menos fortes, ainda que estas possam subir no século XIX. Com efeito, passámos de uma filiação ilegítima, quase insignificante e próxima da europeia, nos finais do século XVII e princípios do século seguinte, para uma realidade bem diferente, nos meados de Oitocentos, alcançando valores concordantes com algumas paróquias minhotas.

⁽³⁸¹⁾ FERREIRA, 2001: 127-128.

⁽³⁸²⁾ FLINN, 1989: 118-121.

⁽³⁸³⁾ AMORIM, 1987: 239.

⁽³⁸⁴⁾ PÉREZ GARCIA, 1979: 111.

⁽³⁸⁵⁾ RODRIGUEZ FERNÁNDEZ, 1999: 84-86.

⁽³⁸⁶⁾ NEVES, 2001: 110.

⁽³⁸⁷⁾ Amaro das Neves refere que o quadro demográfico português da ilegitimidade se caracteriza pela diversidade, identificando, no entanto, três regimes distintos de fecundidade natural, para o Antigo Regime, de acordo com os valores encontrados: um regime de baixa frequência, onde integra o Sul de Portugal, com valores próximos da Europa rural, de cerca de 1%; um regime de média frequência, onde enquadra Trás-os-Montes, os Açores e cidades como o Porto e Lisboa, rondando os 5% de ilegítimos; um regime de alta-frequência que corresponde ao Minho, com valores acima dos 10% de conceções não conjugais (NEVES, 2001: 119-120).

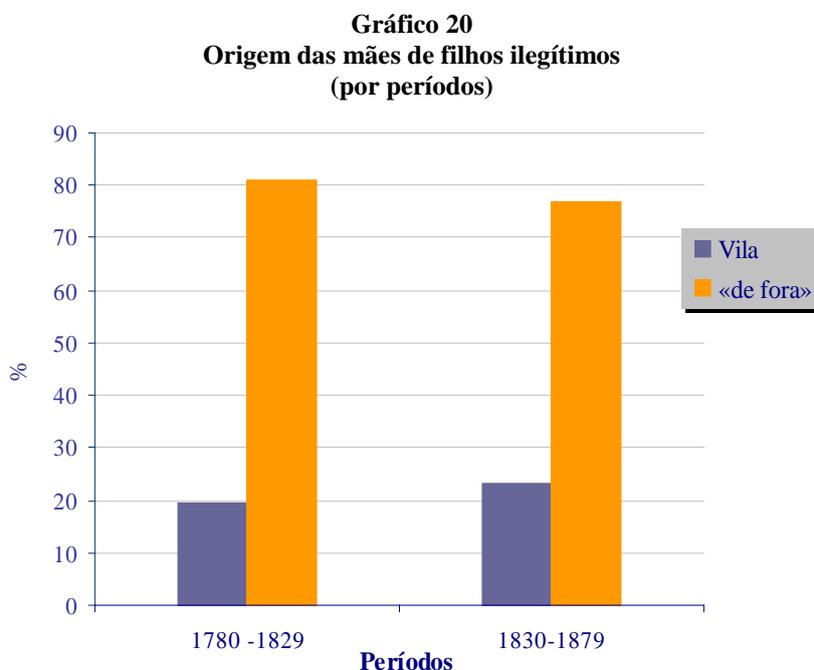
⁽³⁸⁸⁾ AMORIM, 1995: 10.

Perante esta diferenciação, onde podemos enquadrar a urbe flaviense, uma vez que suplanta os valores de filiação natural encontrados para as comunidades rurais transmontanas, mas escapa, por sua vez, à cronologia da ilegitimidade do Baixo Minho, designadamente de Guimarães?

3.3. Filiação natural identificada de «fora» da paróquia

Seguidamente procuramos conhecer qual foi a proporção de mulheres «*estrangeiras*» que vieram ter ou simplesmente batizar seus filhos nesta freguesia. As cidades são frequentemente lugares de refúgio das raparigas solteiras grávidas, no dizer de Chaunu ⁽³⁸⁹⁾, acrescentando que «as moças do campo vão parir à cidade». Tudo indica que é um comportamento comum às demais paróquias, para fugir, pelo menos no momento, às «*máculas morais*».

Considerando a origem das mães dos filhos ilegítimos (Gráfico 20), não deixa de ser surpreendente verificar que, apenas, cerca de 19% das mães são naturais da vila, com ligeira superioridade no segundo período, o que nos leva a perguntar se não ocorreria, inversamente, um fluxo compensatório de mulheres, aqui residentes, que batizaram seus filhos nas paróquias rurais vizinhas, a fim de escaparem à censura familiar e social e à consequente estigmatização.



⁽³⁸⁹⁾ CHAUNU, 1985: 115.

Ainda, segundo o gráfico, fica clara a existência de uma demanda regular e intensa de mulheres que vinham batizar os seus «*reberos*» ilegítimos a esta paróquia, parecendo confirmar as palavras de Amaro das Neves de que o fenómeno «era mais significativo nos centros urbanos do que no meio rural». Explicando que «as moças solteiras das aldeias, quando engravidavam, tendiam a fugir para a cidade mais próxima, provavelmente na esperança de que a sua situação passasse aí mais despercebida do que na sua aldeia de origem, onde estaria mais sujeita à censura dos vizinhos» ⁽³⁹⁰⁾. Essa divergência de comportamentos da ilegitimidade, entre o meio urbano e rural, fica bem patente em Guimarães, a partir dos meados do século XVIII ⁽³⁹¹⁾.

Para uma melhor compreensão deste comportamento convém, desde logo, conhecer a naturalidade das mães e a sua proximidade relativamente à urbe flaviense. Com esse intuito, à imagem do que fizemos na análise da origem dos nubentes, codificámos as diversas naturalidades das consideradas «*mães estranhas*», dentro dos seguintes dez círculos de influência e proximidade (Quadro 54).

Quadro 54
Naturalidade das mães de filhos ilegítimos

NATURALIDADE DAS MÃES	PERÍODOS				TOTAL	
	1780 -1829		1830-1879		1780-1879	
	N	%	N	%	N	%
Vila	157	19,2	231	23,2	388	21,4
Concelho	184	22,5	228	22,9	412	22,7
A. Tâmega e Barroso*	159	19,5	222	22,3	381	21,0
Distrito de Vila Real *	57	7,0	69	6,9	126	7,0
Distrito de Bragança	92	11,3	65	6,5	157	8,7
Região do Minho	35	4,3	65	6,5	100	5,5
Outras regiões do país	54	6,6	59	5,9	113	6,2
Espanha (Galiza)	73	8,9	48	4,8	121	6,7
Espanha (outros)	6	0,7	2	0,2	8	0,4
Outros países	-	-	2	0,2	2	0,1
Origem não identificada	-	-	4	0,4	4	0,2
Total	817	100,0	995	100,0	1812	100,0

* Subtraído das paróquias dos círculos anteriores.

Pelos dados apresentados, verificamos que a proporção mais elevada de mulheres, num total de 22,7%, proveio das freguesias do concelho, maioritariamente das mais próximas da vila, como S. Pedro de Agostém, Bustelo e Samaiões. Todavia, não foi somente a proximidade que facilitou este comportamento, porquanto um número

⁽³⁹⁰⁾ NEVES, 2001: 126.

⁽³⁹¹⁾ Veja-se AMORIM, 2012: 91.

razoável destas mães veio de paróquias mais afastadas, como Nogueira da Montanha, Santa Leocádia e Ervededo. Parece que aqui se confirma que, para além da fuga a uma certa censura dos vizinhos, poderá estar, igualmente presente, o grau de rigidez do controlo dos párocos, levantando maiores obstáculos ao batismo de crianças ilegítimas, como refere Amaro das Neves para as paróquias de Guimarães ⁽³⁹²⁾.

É relevante o número de mulheres oriundas dos concelhos confinantes, com cerca de 21% da totalidade registada, particularmente de Valpaços, Boticas e Montalegre, sendo esse fluxo mais expressivo no segundo período considerado.

Das restantes regiões do país proveio um número significativo destas mães, cuja percentagem diminui com a distância. Nestes casos, perguntamo-nos, qual seria a sua ligação à urbe? E, se a houve, de que tipo? Familiar, de trabalho, amorosa ...?

A Galiza, por seu lado, devido à proximidade contribuiu, designadamente no primeiro período, com 8,9% de batismos ilegítimos, descendo para quase metade, na passagem para o segundo período. Um comportamento similar ao descrito para Calvão ⁽³⁹³⁾.

Por norma não consta no assento de batismo o nome do progenitor das crianças ilegítimas ⁽³⁹⁴⁾. Aqui, por vezes, encontrámos também casos, não muitos, em que o nome da mãe não é indicado, ou registado de forma clara, como estes: Antónia Júlia foi batizada como exposta em 16 de agosto de 1850, em Outeiro Seco e «*no dia quatorze de junho do ano supra [1851] appareceu na minha presença António Maria d'Aragão e Lira, Alferes do Regimento de Cavalaria 6, residente nesta Villa disse que a menina [...] a reconhecia por sua filha natural ...*» ⁽³⁹⁵⁾, não sendo referido o nome da mãe. Outro exemplo elucidativo da insuficiente identificação da mãe consta do assento de batismo de Maria Rosa, realizado em 1 de junho de 1849, «*filha natural de Teresa (por seu sobrenome não perca) assistente no lugar de Vaçal*», sendo «*padrinhos os mesmos que a conduzirão a esta Villa*» ⁽³⁹⁶⁾.

⁽³⁹²⁾ NEVES, 2001: 124.

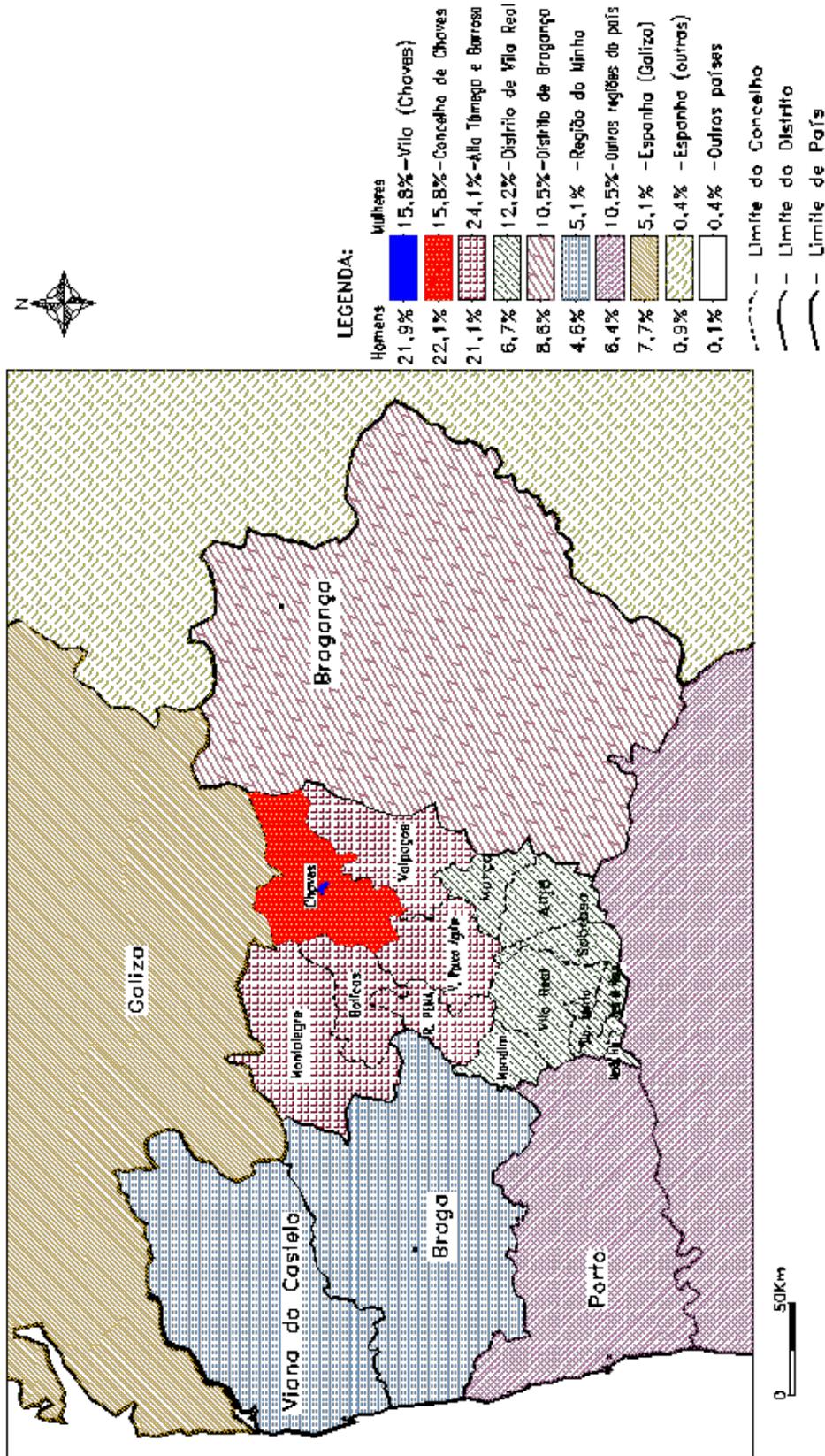
⁽³⁹³⁾ FAUSTINO, 1998: 156.

⁽³⁹⁴⁾ *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga*, Lisboa, 1697, Título Segundo, Constituição VIII, p. 24-25, citadas por AMORIM, 1987: 40-41, assim referem «e se os ditos baptizados não forem havidos de legítimo matrimónio, não se nomeará mais que a mãy».

⁽³⁹⁵⁾ ADVRL – *Livro de batismos* (1845-52), n.º 45, Repartição de Cima, fl. 152V.º.

⁽³⁹⁶⁾ ADVRL – *Livro de batismos* (1845-52), n.º 45, Repartição de Cima, fl. 66 V.º.

Mapa 4
 Naturalidade dos progenitores dos filhos ilegítimos
 (1780-1879)

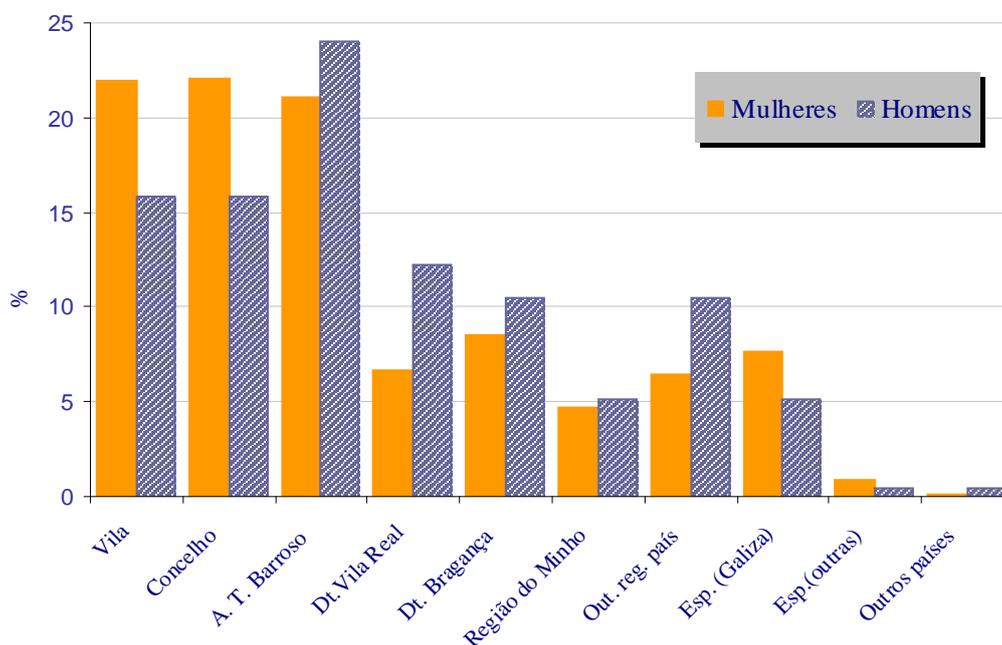


Fonte: Com base no arcaho Administrativo de Portugal - Elaboração própria

Porém, ao longo de Oitocentos, são inúmeros os casos em que é declarado o nome do pai por este «*assim o exigir*». Entre os vários casos ilustrativos destacamos o de José, filho natural de Guilherme Rodrigues, da freguesia de Sanjurge, e de Juliana Rosa, do Cambedo da Raia, residentes na Travessa para a Rua do Sal, batizado pelo Pároco António do Nascimento Vieira Ribeiro, em 3 de setembro de 1857, que no respetivo assento lavrou «*que se fez menção do nome do Pae por elle assim o exigir*»⁽³⁹⁷⁾. Um outro, pela sua singularidade, de Maria de Jesus, batizada em 28 de janeiro de 1829 como filha natural de Maria Felizarda, solteira, natural de Braga, residente nesta vila, trazia um bilhete escrito pelo «*punho*» de seu pai Joaquim Machado, preso na cadeia desta vila, natural dos Possacos, concelho de Valpaços, «*em que declara que he pay da dita Maria [...] e que queria asinar*» o termo de batismo⁽³⁹⁸⁾.

Nestes casos são referidos o estado civil, naturalidade, filiação e, por vezes, a profissão do progenitor. Da totalidade dos casos de ilegitimidade, tivemos a sorte de arrolar 449 progenitores, de diversas origens, cuja distribuição se compara com a do sexo feminino (Mapa 4 e Gráfico 21).

Gráfico 21
Origem dos progenitores dos filhos ilegítimos



De uma primeira leitura, conclui-se que a origem dos progenitores masculinos acompanha, com ligeiras diferenças, a tendência verificada para o sexo feminino. Quanto à origem, uma cifra significativa de homens provém dos 5 concelhos que

⁽³⁹⁷⁾ ADVRL - *Livro de batismo* (1856-59), nº 66, Repartição de Cima, fl. 75 Vº.

⁽³⁹⁸⁾ ADVRL - *Livro de batismo* (1823-33), nº 10, Repartição de Baixo, fl. 121.

constituem, atualmente, a Região do Alto Tâmega e Barroso, ultrapassando ligeiramente a percentagem das progenitoras. Idêntica tendência verifica-se para as origens mais distantes à exceção da Galiza, de onde procedeu, ao invés, um maior fluxo de mulheres. Contrariamente, as mães dos filhos ilegítimos da vila e do concelho ultrapassam significativamente os seus cúmplices do sexo masculino.

Considerando a naturalidade combinada dos progenitores dos filhos ilegítimos (Quadro 55), observamos, desde logo, um relacionamento fecundo entre amantes de diferentes origens geográficas.

Quadro 55
Naturalidade combinada dos progenitores dos filhos ilegítimos
(%)

Naturalidade dos progenitores		Mulheres										Total
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Homens	1. Vila	5,1	3,7	2,8	0,7	1,2	0,7	0,7	0,7	0,2	0,2	15,9
	2. Concelho	3,7	4,8	2,8	1,2	0,9	0,9	0,0	0,9	0,0	0,0	15,2
	3. A.T e Barroso*	3,5	3,7	8,8	1,6	3,5	1,2	1,2	0,7	0,5	0,0	24,5
	4. V. Real*	2,3	2,5	2,5	1,6	0,7	1,4	0,9	0,2	0,5	0,0	12,7
	5. Bragança	1,8	1,2	1,4	0,5	2,3	0,9	0,7	1,4	0,0	0,0	10,2
	6. Minho	0,2	0,9	0,9	0,5	0,2	0,5	0,7	0,9	0,0	0,0	4,8
	7. O. Regiões	2,1	1,6	0,7	1,4	0,0	0,5	3,7	0,5	0,0	0,0	10,4
	8. Esp. (Galiza)	0,2	0,5	1,4	0,5	0,5	0,2	0,5	0,9	0,5	0,0	5,1
	9. Espanha *	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,7
	10. Outros Países	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Total		19,2	19,9	21,2	7,9	9,2	6,2	8,3	6,2	1,6	0,2	100

* Excluindo o território anteriormente tratado

Curiosamente verifica-se um valor significativo de progénies entre os naturais de cada região, que se fixaram temporariamente, ou não, na vila, designadamente dos que provêm das terras dos concelhos limítrofes com 8,8%. Indiciará esta constatação uma situação de mancebia mais ou menos notória, entre jovens que viviam afastados de suas famílias? Entre os naturais de Chaves apenas 5,1% dos nascimentos ilegítimos são fruto de uniões não conjugais, sendo este valor o segundo mais elevado da naturalidade combinada.

Ainda, segundo os dados, constatamos que uma significativa percentagem de conceções é fruto da união de cerca de 55% progenitores masculinos e de 60% de mães nascidas nos três círculos mais próximos da vila. Os restantes nascimentos devem-se a

progenitores provenientes dos sete círculos mais afastados. Pergunta-se: que motivos ligariam estes progenitores à urbe? A passagem pela vida militar? Uma profissão ...?

3.4. Profissão dos progenitores dos filhos ilegítimos

Como é sabido, nem sempre a profissão dos pais era indicada no assento de batismo, ainda menos dos ilegítimos, como atrás se refere. Apesar disso, arrolámos as profissões de 256 progenitores masculinos e de 467 de mães naturais, seguidamente referidas a título meramente indicativo.

Quadro 56
Ocupação dos pais de filhos ilegítimos (1780-1879)

Profissão do Pai	N	%	Profissão da Mãe	N	%
Soldado	141	55,1	Cabaneira /Jornaleira	273	58,6
Jornaleiro	22	8,6	Criada de servir	77	16,5
Cabo	20	7,8	Costureira	65	13,9
Guarda da alfândega	9	3,5	Lavadeira	11	2,4
Carpinteiro	8	3,1	Padeira	7	1,5
Tenente	8	3,1	Regateira	7	1,5
Lavrador	8	3,1	Taberneira	7	1,5
Músico militar	7	2,7	Mendiga	6	1,3
Outra	33	12,9	Outra	14	3,0
Total	256	100	Total	467	100

Segundos os dados, é visível que as profissões dos progenitores se repartem preponderantemente pela vida militar, entre os homens, com cerca de 68%, e pela ocupação agrícola, entre as mulheres, com quase 60%. Fica, assim, bem evidente, o grande peso dos militares a influenciar a vida reprodutiva da urbe.

No que diz respeito à profissão das mães, são as cabaneiras e jornaleiras, bem como as criadas de servir e as costureiras, as mais vulneráveis à ocorrência de conceções ilegítimas, sobretudo dos homens das lides militares. Lembramos a situação de Maria da Piedade, solteira, jornaleira, natural de Carrazedo de Montenegro, do concelho de Valpaços, que se envolveu maritalmente com o soldado de Infantaria 6, João António de Sousa, natural de Lago Bom, da freguesia Bornes de Aguiar, concelho de Vila Pouca de Aguiar, de quem teve 6 filhos naturais, entre 1863 e 1871. Vieram a casar-se, ainda jovens, ele com 34 anos e ela com 30, em 4 de setembro de 1873, um ano antes do falecimento dele, não se registando descendência legítima. Todavia, a

maioria dos casos não chegavam à boda, entre eles, recordamos o de Maria dos Anjos, jornaleira, solteira, natural de Paranhos da freguesia de Friões, do concelho de Valpaços, que tivera seis filhos naturais, entre 1853 e 1870, de José António de Morais, músico de Infantaria 13, igualmente solteiro, natural de Bustelo, deste concelho. Não há conhecimento de que este longo convívio terminasse em matrimónio.

3.5. Mães e filhos ilegítimos que se registaram em Chaves

Para melhor compreensão do fenómeno da ilegitimidade procuramos estudar o nível de reprodução repetida das mães com filhos ilegítimos, considerando todas as mães naturais estáveis nos quatro períodos considerados (Quadro 57).

Quadro 57
As mães e os filhos ilegítimos que se registaram na paróquia

Nº de Filhos	Períodos				Totais	
	1780-1804	1805-29	1830-54	1855-79	Mães	Filhos
1	310	359	225	476	1370	1370
2	68	51	47	135	301	602
3	16	23	12	67	118	354
4	6	6	8	31	51	204
5	2	2	9	13	26	130
6	1	1	4	17	23	138
7	1	-	3	2	6	42
8	1	1	-	-	2	16
9	-	-	-	1	1	9
11	-	-	-	1	1	11
Total Mães	405	443	308	743	1899	-
Total Filhos	549	578	477	1272	-	2876
Rel. Percentual	136	130	155	171		151,4
Mães com 2 e + filhos	95	84	83	267	529	1506

Obs: Quando a mãe tinha mais que um filho em períodos diferentes, registámo-la no período em que teve o primeiro filho.

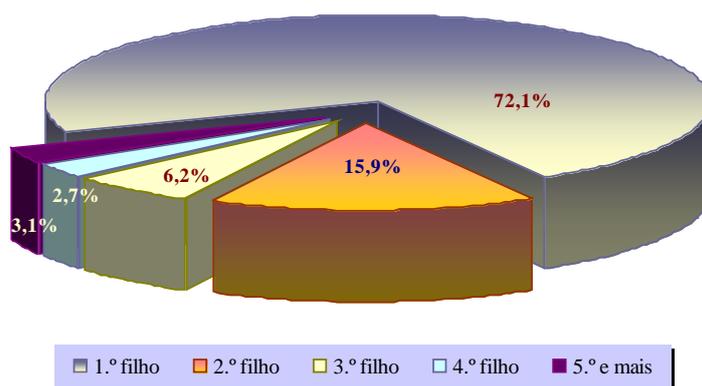
Apesar das limitações da nossa observação, dada a forte mobilidade existente nesta urbe, podemos distinguir, desde logo, que a maioria das mães teve somente uma descendência ilegítima, assumindo esta como um acidente irrepitível da sua convivência amorosa, e que só cerca de meio milhar, equivalente a 27,9%, batizaram dois ou mais filhos nascidos fora do casamento, fenómeno que engrossa nos meados do século XIX, em que encontrámos mães com 11 filhos naturais registados. A proporção

de mulheres com filiação natural repetida aumenta na sociedade liberal, dando a entender maior aceitação destas formas de convivência fora do quadro matrimonial.

A relação percentual entre o número de mães e de filhos ilegítimos aumenta progressivamente, até final da observação, com exceção do primeiro quartel de Oitocentos. Com efeito, é na segunda metade deste século que se verifica um *ratio* mais elevado, com 1,7 filhos ilegítimos por mãe. Antes, entre 1830 a 1854, verificou-se uma quebra significativa do número de mães e de filhos ilegítimos registados, estes na proporção de 1,5 por mãe.

Para avaliarmos a filiação natural reincidente, considerámos a distribuição das mães de ilegítimos, segundo o número de filhos, independente do seu estado civil, agrupando-se os valores daquelas que tiveram cinco ou mais descendências (Gráfico 22).

Gráfico 22
Distribuição das mães de ilegítimos segundo o número de filhos



Da sua leitura, verificamos nitidamente que cerca de 72% das mães registaram somente um filho natural e que mais de 27% o fizeram duas ou mais vezes. Destas, 12% batizaram três ou mais filhos nascidos fora do casamento. Observa-se, ainda, que o número de mães com cinco e mais filhos não excedeu a proporção de 3,1%.

A existência de mães que tiveram mais de dois filhos naturais, podendo mesmo atingir 11, parece-nos indicar que parte delas teria uma convivência sexual regular durante a sua vida procriativa, levando-nos a suspeitar da existência de um «*amor ilegítimo*» estrutural, se tivermos em conta as clássicas constatações de J. Bougeois-Pichat ⁽³⁹⁹⁾ e de uma possível concubinação ou mancebia esporádica, ora encoberta, ora aceite!

⁽³⁹⁹⁾ BOUGEOIS-PICHAT, 1970: 54-59.

Comparando estes resultados com os registados em outras paróquias conhecidas, concluímos que as mães de ilegítimos geraram na sua grande maioria um só filho. Em Guimarães ⁽⁴⁰⁰⁾, por exemplo, no período de 1780 a 1809, 83,6% eram fruto da primeira filiação natural, enquanto em Calvão ⁽⁴⁰¹⁾, se ficara pelas 68% de primeiras filiações ilegítimas conhecidas. Esta divergência poderá estar relacionada com as diferentes possibilidades de casamento posterior ⁽⁴⁰²⁾.

3.6. Estado civil das mães dos filhos ilegítimos

Da análise do quadro 58 conclui-se, claramente, que a esmagadora maioria das progenitoras de filhos ilegítimos são solteiras, aproximadamente 92,4% das mães com estado civil identificado.

Quadro 58
Estado civil das mães dos filhos naturais

Estado Civil da Mãe	Períodos				Total	
	1780-1804	1805-29	1830-54	1855-79	Nº	%
Solteira	387	408	292	667	1754	92,4
Casada	3	5	1	28	37	1,9
Viúva	15	30	15	48	108	5,7
TOTAL	405	443	308	743	1899	100

As restantes 7,6% de filiações naturais repartem-se por mães casadas e viúvas. Estas, a pensar, possivelmente, num novo enlace, reuniram 5,7 % de filiações ilegítimas, apesar dos costumes valorizarem a viuvez. Também não é desprezível a percentagem de 1,9 % atingida pelas mulheres casadas, revelando situações excepcionais, possivelmente o marido «ausente».

Segundo os dados, é notório o forte aumento de casos na passagem dos meados de Oitocentos, tanto para as mães solteiras, como para as casadas e viúvas, podendo ser um indicador mais, a nosso ver, de uma menor rigidez da moral cristã, como antes referimos.

Curiosamente, verificamos que os 164 progenitores masculinos arrolados, para toda a observação, proporcionalmente seguem tendência idêntica das suas companheiras no estado civil: com 86 % de solteiros; 5,5% de casados; e 8,5 % de viúvos.

⁽⁴⁰⁰⁾ AMORIM, 1987: 249.

⁽⁴⁰¹⁾ FAUSTINO, 1998: 166.

⁽⁴⁰²⁾ AMORIM, 1992: 166.

3.7. Idade da mãe dos filhos ilegítimos

Para o estudo deste indicador, precisámos necessariamente de saber a idade da mãe ao nascimento do primeiro filho natural. Porém, só nos foi possível fazê-lo para 161 das 1899 progenitoras conhecidas, o que diz bem da forte mobilidade verificada na urbe. Por isso, tratámos este comportamento somente como um mero indicador, uma vez que a sua análise depende do primeiro registo conhecido e os dados que nos foi possível recolher não nos permitem saber com segurança se é o primeiro filho ou outro, podendo ter-se dado a eventualidade dos primogénitos terem sido batizados noutra paróquia, ou enjeitados, o que inevitavelmente levaria a uma descida da idade média da mãe, ao nascimento do primonato ilegítimo.

Examinando a idade da mãe ao nascimento do primeiro filho natural, por grupos de idades e períodos de observação (Quadro 59), verificamos uma maior anemia do número de casos arrolados para o primeiro período, dado que uma proporção significativa das progenitoras que conceberam durante este período nascera, certamente, antes de 1780.

Quadro 59
Idade da mãe ao nascimento do primeiro filho natural
(repartição por grupos de idades)

Grupos de Idades	1780-1829		1830-1879		1780-1879	
	Nº	%	N	%	N	%
< 20	4	8,7	11	9,6	15	9,3
20 - 24	17	37,0	36	31,3	53	32,9
25 - 29	14	30,4	24	20,9	38	23,6
30 - 34	6	13,0	24	20,9	30	18,6
35 e +	5	10,9	20	17,4	25	15,5
Total	46	100	115	100	161	100

Segundo os dados, distinguimos, claramente, que a idade mais frequente das mães, à data do nascimento do seu primeiro filho ilegítimo, situa-se no grupo dos 20 aos 24 anos de idade, com 53 registos, seguindo-se, sucessivamente, os grupos etários subsequentes, tanto no primeiro como no segundo período.

Se considerarmos as idades conjuntamente a média situa-se em 26,6 anos. Para o cálculo destes valores contribuíram, por um lado, o magro número de casos encontrados para as mães naturais com idades abaixo dos 20 anos, com apenas 15 casos, e, pelo outro, a maior procriatividade das mulheres que conceberam após os 30 anos de idade,

sobretudo no segundo período, com 34,1 % do total de mães registadas. Alguns investigadores, entre eles, Pérez Garcia (⁴⁰³), veem neste comportamento uma atitude repensada por parte de algumas mulheres celibatárias que, uma vez reduzida a possibilidade de contrair matrimónio, procuravam num filho ilegítimo o amparo da sua velhice.

Se analisarmos os valores inscritos no quadro 60, considerando a idade média de todas as mulheres ao primeiro casamento, nos dois períodos, detetamos, curiosamente, um acréscimo da idade da mãe ao nascimento do primonato ilegítimo, na passagem do primeiro para o segundo período, acompanhando a subida da idade média da mulher ao primeiro casamento.

Quadro 60
Idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho natural, do primonato legítimo e idade ao 1º casamento (por períodos)

Períodos	Idade média ao nasc. do 1º filho natural	Idade média da mulher ao 1º casamento	Idade média da mulher ao 1º filho legítimo
1780-1829	25,4	21,1	23,1
1830-1879	27,1	23,5	24,6
1780-1879	26,6	22,7	24,0

Comparando estes valores com as idades médias encontradas para a filiação legítima, constatamos que eles seguem a mesma tendência, mas sob cifras mais elevadas, quer no primeiro, quer no segundo período. As duas maternidades traduzem, desta forma, uma maior maturidade à procriação, à medida que nos aproximámos do final da observação, tanto no seio do casamento como fora dele.

O paralelismo demonstrado entre os dois fenómenos manifesta um atraso da primeira conceção ilegítima conhecida, de cerca de 2 anos e meio, em relação ao primonato legítimo.

Confirmam-se, assim, as anteriores tendências observadas para as taxas de fecundidade legítima por grupos de idade, bem como para a concentração das idades médias ao primeiro casamento.

⁽⁴⁰³⁾ PÉREZ GARCIA, 1979: 113.

3.8. Ulterior casamento das mães de filhos ilegítimos

Seguidamente analisamos o posterior casamento das mães solteiras, visando conhecer as estratégias individuais e familiares na criação de novos agregados domésticos. Neste estudo, considerámos apenas as mães naturais da urbe, dada a impossibilidade de seguir o ciclo de vida das demais nascidas fora deste espaço paroquial, para os distintos períodos, tendo em conta o nascimento do primeiro filho ilegítimo.

Segundo os dados do quadro 61, verificamos que, em média, só 10,7% vieram a casar posteriormente a uma conceção ilegítima, oscilando entre 9,0 % no último período e 13,6% no período imediatamente anterior de 1830 a 1854. Curiosamente o abaixamento dos valores encontrados para a segunda metade de Oitocentos é coincidente com a subida da idade dos nubentes ao primeiro casamento, sobretudo dos homens, sugerindo uma conjuntura de dificuldades para a população flaviense.

Quadro 61
Casamento posterior das mães de filhos ilegítimos

Períodos	1780-1804	1805- 1829	1830-1854	1855-1879	Totais
Total de mães	405	443	308	743	1899
Casaram	38	56	42	67	203
% de Casamentos	9,4	12,6	13,6	9,0	10,7

Das 203 mulheres que vieram a casar, após nascimento do primeiro filho natural, aguardaram dias ou até anos, por esta oportunidade. É, no entanto, de presumir que este valor seja inferior ao real, dado que, algumas destas mães poderão ter saído da nossa observação, indo consorciar-se legitimamente fora da vila.

Considerando o intervalo de tempo que medeia o nascimento do primeiro filho natural e o ulterior casamento da mãe (Quadro 62), que reflete o tempo que separa o batismo do primeiro filho natural conhecido e a data do subsequente casamento da mãe, oscila entre os zero dias e os 33 anos e meio, resultando o tempo médio de 4,8 anos.

Assim, detetamos que, apenas, 10,3% dos casamentos ocorreram nos seis meses subsequentes ao primeiro parto ilegítimo, presumivelmente o tempo necessário à «reparação», ou a que chegassem as possíveis «dispensas» matrimoniais às mãos do Reitor desta Colegiada. Nestes casos, a maioria dos enlaces matrimoniais fez-se com o pai do filho natural, como foi, certamente, o caso em que um filho é apresentado como nascido no dia da celebração da cerimónia de casamento.

Quadro 62
Tempo que medeia o nascimento do 1º filho e o ulterior casamento

Intervalo de tempo	Casamentos	%	% acumulada
Até 6 meses	21	10,3	10,3
De 6 meses a 2 anos	55	27,1	37,4
De 2 a 5 anos	55	27,1	64,5
Mais que 5 anos	72	35,5	100,0
Total	203	100	-

Entre muitos, recordamos o caso de Isabel Maria Ferreira, natural desta vila, moradora nas Casas dos Montes, casara-se, com 20 anos de idade, com o flaviense António José de Melo, de 21 anos, tenente de infantaria 13, cerca de 2 semanas sobre o batismo do seu filho natural José António, no dia 5 de fevereiro de 1806.

As dúvidas avolumam-se em relação aos cerca de 62,6% de enlaces realizados posteriormente aos dois anos, podendo, estes, serem celebrados ou não com pai da criança; decorreu, certamente, um tempo razoável, para estas mulheres terem encontrado um outro «amor», gorado que foi o primeiro «engano».

Segundo os dados, constatamos ainda que cerca de 35,5% dos casamentos foram celebrados cinco ou mais anos após o nascimento do 1º filho natural. Alguns destes casos poderão enquadrar-se em situações de concubinato ou mancebia, mais ou menos públicas, regularmente toleradas pela comunidade, ou na procura de um amparo para a velhice. É o caso, por exemplo, da união ilegítima de Juliana Rosa, cabaneira, natural do lugar raiano de Oimbra, da Galiza, e Guilherme Rodrigues, jornaleiro, da freguesia de Sanjurge, ambos solteiros e residentes na rua do Sal, havendo batizado o seu primeiro filho no dia 3 de setembro de 1857, e depois de registarem mais três filhos naturais, nos anos de 1860, 1864 e 1866, casaram-se decorridos cerca de 14 anos de vida em comum, em 30 de abril de 1871.

Outra questão importante é saber se os filhos nascidos destas uniões ilícitas teriam as mesmas possibilidades dos filhos legítimos de chegar à formação do seu próprio «agregado» familiar (Quadro 63). Na sua elaboração eliminámos o último período de 1855 a 1879, por não nos permitir contemplar todos os indivíduos nascidos dentro da observação em risco de contrair matrimónio.

Quadro 63
Casamento dos filhos ilegítimos das mães da paróquia

Períodos	Nº Total de filhos	Nº de filhos que casaram			
		Masculinos	Femininos	Total	%
1780 -1804	549	8	12	20	3,6
1805 -1829	578	6	15	21	3,6
1830 -1854	477	8	12	20	4,2
1780-1854	1604	22	39	61	3,8

Ao que parece os filhos naturais, aqui designados por «zorros», mostraram maior dificuldade no acesso a uma vida conjugal. É o que se depreende da leitura do respetivo quadro, mesmo descontando os que morreram precocemente, ou tenham abandonado a urbe. Inquieta-nos, por isso, as razões que estariam subjacentes a este fenómeno.

Esta sociedade, possivelmente, levava a preceito as seguintes palavras de Santo Tomás de Aquino «que só o casamento cria laços de parentesco que permitirão ao filho integrar-se na sociedade, uma vez que os filhos nascidos da fornicção, do adultério ou da concubinação não passam de bastardos sem parentes, desprezados por todos», como lembra Flandrin ⁽⁴⁰⁴⁾. Ou, a juntar a este estigma social, terá sido, também, a falta de algum património capaz de alimentar uma família a marcar a sorte da maioria dos filhos naturais?

3.9. Ascendentes das mães de filhos ilegítimos

Com o fim de darmos maior consistência a esta análise, construimos o quadro 64, onde registámos, por períodos, o estado civil da filiação materna, tanto solteira, como casada, ou viúva. Na sua elaboração, apenas considerámos as mães cuja filiação era nossa conhecida à data do seu nascimento, independentemente da família de origem ser ou não ilegítima, excluindo-se, por isso, todos os outros casos de identificação não registada, ou de filiação não conhecida. Razão pela qual eliminámos do estudo o período de 1780 a 1804, correspondente aos primeiros 25 anos da observação.

Como sabemos é sempre difícil caracterizar um fenómeno quando uma percentagem significativa de indivíduos escapa à nossa observação, como no presente estudo, em que um número substancial de mães ascendentes não fora identificado. Por conseguinte, por questões de rigor metodológico, só nos foi possível apurar a filiação materna ascendente de 112 mães de filhos nascidos fora do matrimónio.

⁽⁴⁰⁴⁾ FLANDRIN, 1991: 188.

Quadro 64
Ascendentes das mães dos filhos ilegítimos registados

Estado civil das mães ascendentes	Períodos			Total	
	1805-29	1830-54	1855-79	Nº	%
Solteiras	3	1	10	14	12,5
Casadas	17	23	48	88	78,6
Viúvas	3	1	6	10	8,9
Total	23	25	64	112	100

Segundo os dados apresentados, verificamos, desde logo, que o número de mães ascendentes identificadas sobe no decurso da observação, designadamente no último período.

Da sua leitura, ressalta que uma expressiva percentagem de 78,6% de mães solteiras nascera dentro do quadro conjugal das famílias locais e somente 12,5% eram filhas de mães solteiras, o que afasta, desde logo, a persistência de linhagens locais presas a costumes e normas desviantes.

O mesmo não poderemos dizer, relativamente a existência do «*amor ilegítimo*» estrutural, a fazer fé nas atas e na correspondência da provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Chaves, onde aparecem inúmeras queixas dos provedores pelos excessivos gastos do Hospital da Santa Casa com o tratamento das mulheres «*toleradas*», afetadas de doenças venéreas, designadamente de sífilis. O seu elevado número, associado à falta de meios e aos prolongados e dispendiosos curativos, levou o provedor, em 1880, a sugerir ao administrador do Concelho, entre outras medidas, a que fosse fornecida uma *carta de guia* para as «*devolver*» às terras de suas naturalidades, onde deveriam tratar-se, e, quanto às que fossem deste concelho, serem admitidas neste Hospital, apenas, quando as suas moléstias o aconselhassem ⁽⁴⁰⁵⁾. Depreende-se deste quadro que grande parte desta «*sub-sociedade*» estava associada ao grande número de militares aqui domiciliados.

⁽⁴⁰⁵⁾ VIÇOSO, 2007: 129.

4. Expostos e enjeitados

*A' roda dos Enjeitados
Vou confiar teu destino;
D'alheia may os cuidados
Só terás!... pobre minino!*

*Tua may foi seduzida!
Ao depois abandonada!
Tu comesas tua vida ...
A della? ... ei-la acabada.*

Inácio Pizarro Sarmiento ⁽⁴⁰⁶⁾

Na segunda metade do século XVIII, o mercantilismo tardio do Marquês de Pombal fez revigorar uma mentalidade de raiz populacionista de que a importância económica e militar de um Estado dependia do seu número de habitantes. Cónscios de que os elevados índices de mortalidade Infantojuvenil, especialmente entre as crianças abandonadas, funcionava como a tenaz que asfixiava o crescimento da população, impunha-se gizar estratégias que, a começar na primeira infância, estancassem tal delapidação, à semelhança do que já acontecia no resto da Europa. Antes do desenvolvimento desta mentalidade, havia muito a Igreja vinha assumindo um papel de assistência e de luta contra o abandono, o infanticídio e o aborto, como reparadora da vida moral e social dos seus fregueses.

Em Portugal, remontam aos primórdios da nacionalidade as preocupações com a assistência e proteção às crianças desamparadas mediante a criação de recolhimentos, colégios e orfanatos. Em 1273, por iniciativa da rainha D. Beatriz, fundou-se o Colégio dos Meninos Órfãos, em Lisboa, modelo que, a partir do século XVI, se expandiu por todo o território português. Também, a rainha Santa D. Isabel dotou o Hospital de Santa Maria dos Inocentes, com avultadas somas para criar os filhos de mulheres que os enjeitavam ⁽⁴⁰⁷⁾. Outras iniciativas do género foram tomadas ao longo dos tempos para salvar as vidas dos «filhos do vento», num reino de poucos recursos, de navegadores e emigrantes. Nos finais do século XV, D. João II, face à situação de fome e de miséria de que a capital padecia, mandou criar no Hospital de Todos-os-Santos uma Casa de Meninos ou Criandário para as crianças enjeitadas e abandonadas, seguindo o modelo das Rodas italianas. Outro passo importante foi dado pelas Ordenações Manuelinas, que na ausência de família e de parentes e, não existindo, na área hospitalis ou albergarias

⁽⁴⁰⁶⁾ Ilustre flaviense, romancista e político. Entre as suas obras conta-se *O Enjeitado*, publicado pela primeira vez, em 1946, pela Typografia Commercial do Porto. Em homenagem ao seu autor, esta obra voltou a ser publicada, em 1996, pela «Revista Aquae Flaviae», n.º 16, Chaves, Grupo Cultural *Aquae Flaviae*, p. 111-112.

⁽⁴⁰⁷⁾ SOUSA, 1981: 41.

que deles se encarregassem, acometeu estas responsabilidades para as autoridades municipais, nos seguintes termos:

«... se alguns orfoos que nom fozem de legitimo matrimónio forem filhos de alguns homes casados, ou solteiros, em tal caso seram constringidos seus pais, que os criem; e não tendo eles por onde os criar, se criarão à custa das mays, e nom tendo nem huus nem outros por onde os criar, sejam requeridos seus parentes que os mandem criar; e nom o querendo fazer, ou sendo filhos de religiosos, ou frades ou freiras ou de mulheres casadas [...] os mandarão criar aa custa dos bens dos ospitais, ou albergarias se houver [...], se criarão aa custa do concelho; e nom tendo o concelho rendas por onde se possam criar, se lançara finta [...] a qual lançarão os officiaes da Câmara» ⁽⁴⁰⁸⁾.

Preceituado que é reafirmado pelas *Ordenações Filipinas* e pelos alvarás régios de D. João IV, de 29 de agosto de 1654 e de 22 de setembro de 1656, concedendo às Câmaras a possibilidade de lançarem fintas para a criação dos meninos enjeitados. Assim,

«...se o dito Concelho quizer lançar finta para seguir algum feito e demanda [...], o screverão ao juiz ou juizes do feito, os quaes lhe darão carta para fintar [...]. E sem a dita carta de cada hum dos sobreditos não poderão os officiaes da camera nem o concelho lançar finta para cousa alguma, salvo para a criação dos meninos enjeitados» ⁽⁴⁰⁹⁾.

Com a difusão das Misericórdias foi transferido para estas o socorro dos expostos, principalmente nos agregados populacionais de maior dimensão ⁽⁴¹⁰⁾, o que não veio a acontecer na nossa urbe transmontana, possivelmente, por ter uma população reduzida. Aqui, no campo da assistência à infância, somente conhecemos, a criação do Asilo de Infância Desvalida do Infante D. Manuel, fundado, em 1896, pelo Coronel António José Antunes, na Rua do Sal, a expensas de particulares e da Câmara. Durou apenas três anos. Posteriormente, em 1919, foi criado o Asilo de Infância Desvalida Pe. Celestino da Silva, à semelhança da Casa Pia de Lisboa, no lugar da Veiga, com o legado de 20 contos de réis, deixado por este em testamento.

São expressão dessa mentalidade de proteção à infância abandonada, como ato patriótico, primeiro a fundação da *Casa Pia*, em Lisboa, posteriormente, uma rede de *Rodas*, em todas as vilas e cidades do reino, através da Ordem-circular do Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, de 10 de maio de 1783, enviada a todos os provedores das comarcas, recomendando-lhes que se «estabelecerá huma casa em que haja hum lugar onde se possam expor as creanças sem que se conheça quem as leva [...] em que

⁽⁴⁰⁸⁾ *Ordenações Manuelinas*, Livro I, til. 67, § 10º.

⁽⁴⁰⁹⁾ *Ordenações Filipinas*, Livro I, til. 88, § 11º.

⁽⁴¹⁰⁾ SÁ, 1987: 46.

ellas sejam expostas e creadas á custa das comarcas e do povos [...] até á idade de sete annos» acrescentando que «poderão ser uteis ao Estado, e Gloria para a Nação» ⁽⁴¹¹⁾.

Estas providências são das mais importantes e influentes medidas para a assistência à primeira infância abandonada, instituídas pelo poder central e alargadas a todo o reino.

Esta circular lança as bases da organização da assistência aos expostos, os diplomas de 24 de maio de 1783, de 5 de junho de 1800, de 18 de março de 1805, e de outubro de 1814, dão corpo, organização e funcionalidade ao sistema ⁽⁴¹²⁾. Daqui em diante todas as cidades e vilas do reino terão possuído uma Roda de expostos, o que levou o escritor Aquilino Ribeiro a escrever que, esta, conjuntamente com a Câmara e a Cadeia, formava as três pernas da «trípode» municipal, que transformara a aldeia mais recôndita e bárbara em cabeça de concelho ⁽⁴¹³⁾.

As Casas da Roda, inseridas na malha urbana, deveriam estar situadas em lugar discreto, para que as crianças fossem expostas ⁽⁴¹⁴⁾, assegurando o anonimato de quem as expunha e a certeza de que estas seriam recolhidas e cuidadas, num curto período.

Este modelo de apoio e solidariedade para com os meninos enjeitados não é destruído pelas primeiras reformas liberais, ao construírem o *Portugal Novo*. Pelo contrário, fazendo tábua rasa das ideias do reverendo Thomas Malthus, procuraram reestruturar o sistema da Roda com os decretos de 16 de maio de 1832, de Mouzinho da Silveira e de 19 de setembro de 1836, de Passos Manuel. Com estes decretos cessam as atribuições das Misericórdias, ao confiarem às Câmaras e à Junta Geral de cada distrito, a administração dos mesmos expostos, com a obrigação das primeiras contribuírem com uma quota proporcional para um fundo distrital. É o que se depreende do Regulamento Distrital de 1859: «O governador Civil, como chefe superior administrativo do Districto é executor das deliberações da Junta Geral, é o administrador dos rendimentos do Districto, e das quotas designadas para se occorrer à sustentação dos Expostos na conformidade das leis, e deliberações da Junta Geral» ⁽⁴¹⁵⁾. Por vezes, esta quota era

⁽⁴¹¹⁾ A mesma circular acrescentava que «o augmento da População como um dos objectos mais interessantes e proprios de huma bem regulada policia por constituirem as forças e riquezas de hum Estado na multidão dos habitantes». A.A.D.P. – *Ordem Circular de Pina Manique*, de 10 de maio de 1873, Liv. 1, fl.150.

⁽⁴¹²⁾ OLIVEIRA, 1997: 512.

⁽⁴¹³⁾ RIBEIRO, 1978: 15.

⁽⁴¹⁴⁾ A «roda» parece estar inspirada num engenho existente nos conventos destinados à deposição das dádivas. Consistia esta num mecanismo giratório, cilíndrico, com um eixo vertical, aberto numa das partes, para que a pessoa que ofertava não fosse vista por aquele que a recolhia.

⁽⁴¹⁵⁾ A.M.C - *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto de Vila Real*, de 3 de agosto 1859, Cap. 3. art.º 12º.

contestada pelas Câmaras por ser considerada exagerada. Não obstante, este modelo perdurará, em traços gerais, até à sua extinção por volta de 1867 ⁽⁴¹⁶⁾.

Apesar dos nossos esforços, desconhecemos a data em que foi criada a Casa da Roda dos Expostos de Chaves. Supõe-se que fosse anterior a 1790, a confiar num mapa avulso de 19 de fevereiro de 1790 ⁽⁴¹⁷⁾, anexo número 8. A casa só viria a ser construída quatro décadas depois na Lapa, adossada à muralha sul do Forte de S. Francisco, e inaugurada em 27 de fevereiro de 1828, como consta da respetiva ata da sessão de Câmara e de uma inscrição gravada numa padieira de uma porta existente no museu municipal ⁽⁴¹⁸⁾. Nem o primeiro assento de entrada, datado de 10 de janeiro de 1796, correspondendo a uma criança de nome João, natural de Anelhe, nos ajuda a esclarecer a data precisa da sua fundação.

No Arquivo Municipal de Chaves existem vários documentos relacionados com a Roda: nomeadamente livros de assento dos nomes e moradas das amas dos expostos; livros de matrícula da real Roda dos expostos e os de registo dos vencimentos das amas. Não obstante, porque apresentam grandes hiatos, infelizmente não nos permitem completar este estudo.

Também, a exploração sistemática dos registos paroquiais não nos possibilitou constituir uma série contínua de crianças abandonadas, batizadas na Igreja Matriz de Chaves, apresentando uma lacuna de 12 anos, entre 1834 e 1846.

O estudo dos expostos e enjeitados reveste-se, ainda, de carácter complexo, na medida em que desconhecemos, por um lado, a paróquia de nascimento dessas crianças, e, por outro, se estas receberam ou não o batismo litúrgico ⁽⁴¹⁹⁾, pelo que só o recurso a outras fontes nos poderá dar uma visão mais correta do tema em análise. Neste estudo apenas abordamos o movimento das crianças expostas ou enjeitadas batizadas nesta paróquia ⁽⁴²⁰⁾, sem perder de vista a reavaliação do fenómeno da ilegitimidade ⁽⁴²¹⁾, à

⁽⁴¹⁶⁾ CORTES, 1996: 128.

⁽⁴¹⁷⁾ A.M.C - *Mappa dos Expostos, que diariamente entrão na Real Casa delles; dos que nella fallecem; e dos que sahem para creações, e para servirem por soldada; Amas, e serventes existentes na mesma Real Casa*, de 19 de fevereiro de 1790, (S/ cota).

⁽⁴¹⁸⁾ Trata-se de uma inscrição inserta na verga da porta de entrada da casa da Roda, que reza assim: «REAL CAZA DOS EXPOSTOS D'CHAVES FEITA NO ANNO D' 1828 SENDO JUIS DE FORA A. C.S. GIAO». Esta casa veio a ser vendida, em 22 de abril de 1907, a um particular, por 320\$700 réis (AIRES, 2000: 142).

⁽⁴¹⁹⁾ AMORIM, 1987: 230.

⁽⁴²⁰⁾ Este tema tem suscitado várias abordagens. De entre elas, o enquadramento institucional e a quantificação do fenómeno, ao longo de um determinado tempo, são as que têm prendido mais os investigadores. No obstante, outras, como a integração social dos expostos ao longo da vida, começam por despertar o interesse dos estudiosos. Atualmente procura-se, também, examinar os contextos e as dinâmicas sociais em que os diversos atores se movem, com relevância para a mulher, a sua relação com a pobreza, a marginalidade, a sexualidade e a honra, a família e a comunidade em geral.

⁽⁴²¹⁾ Concordamos com Teodoro da Fonte quando se refere, para Ponte Lima, que: «embora nem todas as crianças expostas [...] fossem ilegítimas, todos os indicadores disponíveis apontam para uma maior vinculação do abandono à ilegitimidade do que às razões económicas. Todavia, [...] não poderemos excluir a hipótese de a conjuntura económica ter influenciado o abandono de crianças, sobretudo em épocas de graves crises agrícolas que poderiam abalar os já precários equilíbrios familiares» (FONTE, 1996: 164).

semelhança do que se fizera para o Concelho da Madalena, nos Açores ⁽⁴²²⁾. Sabendo-se que algumas destas crianças vinham já batizadas ou “*supiadas*”, trazendo uma «*cedulla*» ou um escrito, foram batizadas *sub conditione*, apesar das Constituições do Arcebispado de Braga de 1639, recomendarem as precauções a tomar num segundo batismo, uma vez que o sacramento do batismo não se pode receber mais que uma só vez na vida. Nestas situações «*e porque se não sabe ao certo se é assim mandamos que sem embargo dos tais escritos, sejam baptizados na forma sobredita*» ⁽⁴²³⁾, os párocos seguindo as ditas determinações deixavam lavrado que o batismo se fizera «*sub conditione porque trasia cedulla de ter sido baptizado no caso de necessidade mas por letra desconhecida*», ou «*foi baptizado por trazer sedula que dizia vinha baptizada sem solenidade*» ⁽⁴²⁴⁾.

Nesta urbe de Chaves, onde era permanente um vigoroso capital reprodutivo de ambos os sexos, constituído por soldados e criadas de servir que acompanhavam as diferentes patentes do exército aqui domiciliadas, são inúmeras as referências a mães solteiras que, por distintas razões, abandonaram os seus «*reberos*» à comiserção pública. A prová-lo estão algumas notas apostas à margem dos registos de entrada, entre elas, são exemplo as seguintes: «*A exposta Ignacia foi entregue a sua mai Antonia, amiga do Bombo de Inf.ta 13*», ou, ainda, «*O exposto Sebastião foi entregue a sua mai por nome Juliana, actualmente criada de servir em caza do Major Benitrigo*» ⁽⁴²⁵⁾. Também registámos outras crianças oriundas de «fora» da vila, nascidas extramaritalmente, como nos é descrito pela seguinte passagem averbada em 14 de novembro de 1850: «*a Exposta Maria Ant^a da Conceição foi entregue a sua mai Maria Joana do lugar de Marcelim, reino da Galiza, actualmente criada de servir*» ⁽⁴²⁶⁾.

Algumas destas crianças são reclamadas pelos seus pais naturais, sendo o registo seguinte exemplo disso: «*a exposta Maria Joaquina foi requezitada por seu Pai Paulo Alves Catrino, soldado de Cavalaria n^o 6 [...], morador trás do quartel do Bairro Alto*» ⁽⁴²⁷⁾. Outros foram entregues aos pais ou avós quando descobertos como naturais e residentes fora do concelho, como aconteceu a António Xavier, abandonado na roda no dia 15 de agosto de 1847 e batizado no dia seguinte, filho natural de Luís Manuel Lopes, guarda-fiscal, natural de Vilar de Izeu, freguesia de Oucidres, e de Joana

⁽⁴²²⁾ SANTOS, 2008: 128.

⁽⁴²³⁾ *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga de 1639*, p. 18-19.

⁽⁴²⁴⁾ A.D.V.R.L - *Livro de batismo de expostos de 1815 a 1834*, n^o 100, fls.8 e 31.

⁽⁴²⁵⁾ A.M.C. - *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves*, fl. 73V.º e fl. 241. R.S./ 255.

⁽⁴²⁶⁾ A.M.C. - *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves, 1850-56*, f. 49 vº. R.S./255.

⁽⁴²⁷⁾ A.M.C. - *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves, 1853-60*, R.S/246, exposto n^o 658.

Quitéria, solteira, de Salvaterra, do bispado de Tui, na Galiza, uma vez entregue a seu pai, veio a ser legitimado pelo subsequente matrimónio celebrado nesta freguesia em 9 de abril de 1849 ⁽⁴²⁸⁾. Idêntica situação ocorreu na Roda de Ervededo, em 31 de março de 1852, com a nascitura Maria Teresa «*que foi entregue à própria Ama, que era sua avó materna, sem vencimento, por se descobrir ser neta da mesma e filha de Rosa Martins, casada com um trabalhador nesta vila de Chaves, em virtude da denuncia dada por mim, o rodeiro de Chaves, João Maria*» ⁽⁴²⁹⁾.

Por vezes, o abandono de filhos ilegítimos tinha como objetivo esconder, até à hora da morte, essas uniões ilícitas fora do casamento, para que a honra não fosse manchada ⁽⁴³⁰⁾. Foi o caso, por exemplo, do casal constituído por José António Chaves e Teresa Maria, naturais desta vila, que «*por varias circunstancias*» viram batizar o seu filho ilegítimo António José como exposto em 4 de novembro de 1786; no dia seguinte à morte da sua esposa, em 16 de junho de 1820, o viúvo solicitou, «*para que no futuro se saiba que o mesmo he [seu filho] e da dita sua molher legitimado pelo subsequente matrimónio que celebraram*», que esse reconhecimento fosse lavrado junto do correspondente assento de batismo ⁽⁴³¹⁾.

Procurando conhecer melhor a amplitude do abandono dos inocentes recém-nascidos, registámos em ficheiro próprio, sempre que a fonte nos permitia, a identificação, o sexo, as datas de abandono, de batismo e, quando indicada, a de óbito, local de abandono e seu apadrinhamento. Além da contagem agregativa, contámos, assim, com um conjunto de informações passíveis de uma análise qualitativa, para o período em observação. Lamentavelmente a série encontra-se omissa de uma dúzia de anos, repartidos por duas décadas, como evidencia o quadro apresentado.

Segundo estes dados (Quadro 65), sobressai o grande número de expostos, proporcionalmente ao número global de batizados, correspondendo a 24,8%, para toda a observação.

Ainda segundo o mesmo quadro, nota-se o crescimento sucessivo de batismos de expostos até à década de 1850-60, acompanhando, *grosso modo*, o total de batizados, a partir da qual a tendência do fenómeno se inverte. Neste decénio, o abandono avoluma-

⁽⁴²⁸⁾ A.D.V.R.L. - *Livro de Batismo de Expostos* de 1846 a 1850, nº 101, fl. 9vº.

⁽⁴²⁹⁾ AFONSO, 1993: 250.

⁽⁴³⁰⁾ Foram estas questões que levaram Teodoro da Fonte a sintetizar que «tudo parecia girar em torno da honra de uns e da miséria ou pobreza de outros». Acrescentando, com base no regulamento para a administração dos expostos do distrito de Braga de 1844, que «a preservação da honra entre as “famílias honestas” constituía uma preocupação fundamental dos poderes instituídos, razão pela qual [...] a identificação dos familiares dos expostos, para uma eventual entrega compulsiva, deveria contemplar o respectivo estatuto social» (FONTE, 2012: 244).

⁽⁴³¹⁾ A.D.V.R.L. - *Livro de Batismo* (1780-1789), nº 39, Repartição de Cima, fl. 117 vº.

se, atingindo 40,2% de crianças, coincidindo com um período de grandes mortandades, particularmente, no ano da grande cólera de 1855 (⁴³²).

Quadro 65
Evolução do movimento dos expostos batizados em Chaves
(por décadas)

Períodos	Batismo de legítimos e ilegítimos	Batismo de expostos	Total de Batismos	% de Batismos de expostos
1780-89	1351	144	1495	9,6
1790-99	1151	206	1357	15,2
1800-09	1391	239	1630	14,7
1810-19	1593	426	2019	21,1
1820-29	1769	564	2333	24,2
1830-39	1142	-	-	-
1840-49	984	-	-	-
1850-59	1812	1216	3028	40,2
1860-69	2049	817	2866	28,5
1870-79	2282	796	3078	25,9
Total	15524	4408	17806	24,8 a)

a) Cálculo com base nos batismos das décadas apresentadas para os expostos.

Na verdade, as percentagens de crianças abandonadas foram sempre elevadas, oscilando entre os 9,6%, no primeiro decénio e 40,2% na passagem dos meados de Oitocentos.

Alguns autores, entre eles, Jean-Louis Flandrin, André Armengaud e François Lebrun, defendem a existência de uma correlação entre a incidência do fenómeno do abandono e as crises de subsistências. François Lebrun (⁴³³) vai mais longe, admitindo a miséria, material e moral, como causa profunda do abandono das crianças à comiserção pública. Possivelmente, esta variabilidade não dependerá, apenas, dos anos de crise e das dificuldades económicas, mas, também, de outros fatores, como a evolução das medidas institucionais implementadas pelos governos liberais (⁴³⁴). Uma prova disso é a quebra de batismos destas crianças nas últimas décadas da observação, parecendo denunciar os efeitos dos regulamentos distritais de 1850 (⁴³⁵) de 1859 (⁴³⁶), e,

(⁴³²) A década de 50, de Oitocentos, foi a mais fustigada pela «sobremortalidade catastrófica» adulta, em geral, designadamente nos anos 1852, 1855, 1857 e 1859, não tendo par em toda a observação. Também a mortalidade infantil medra particularmente nos anos de 1855 e de 1858-1859, devido à *cholera morbus* e à doença das bexigas.

(⁴³³) LEBRUN, 1983: 148-149.

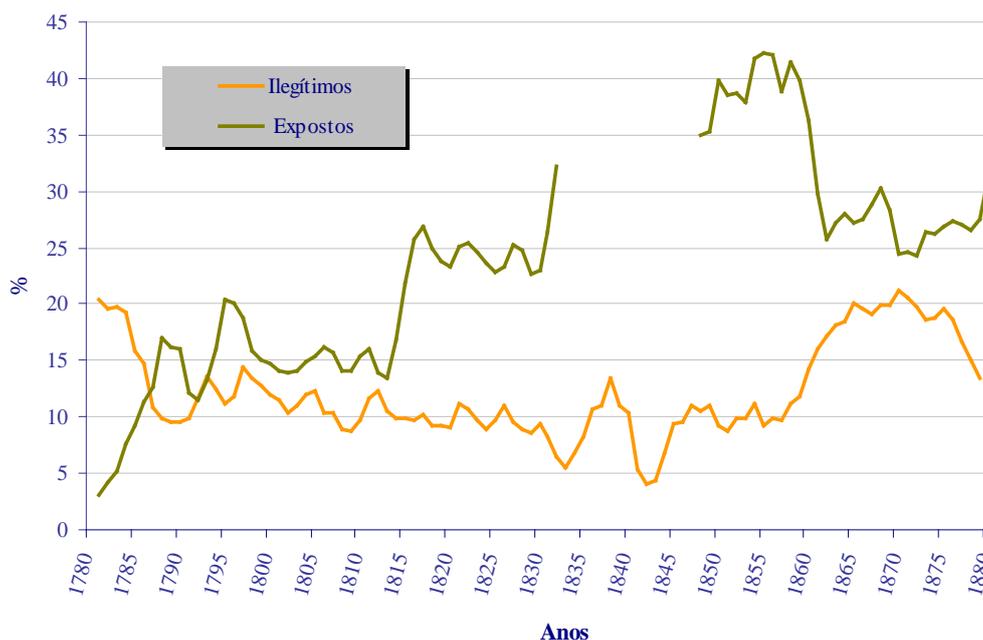
(⁴³⁴) SÁ e CORTES, 1992: 181.

(⁴³⁵) *O Regulamento Distrital de Vila Real, de 1850*, determina no artº 8º, do Capítulo III que: «Logo que a Administrador do Concelho receber a participação da entrada d'algum Exposto na Roda empregará todas as deligências para descobrir a origem da exposição», acrescentando, no art. 26º, do capítulo VI, por cada «*exposto falso*» que descubram, os Regedores, os Cabos de Polícia e os Rodeiros, ou Rodeiras «*terão uma gratificação de 1.200 rs*», a descontar na economia dos expostos, no final do trimestre. Determinação foi prontamente aplicada como podemos constatar por várias anotações, como a extraída de um registo do livro de matrícula em que se lê que «a Exposta Maria Joaquina foi entregue a sua mai Matilde, viuva do lugar de Santa Cruz [...] em virtude

sobretudo, o decreto de 1867 ⁽⁴³⁷⁾, que extingue as *Rodas*, face aos abusos, às dificuldades financeiras e às inúmeras críticas ao modelo de assistência à infância desvalida e transforma o abandono anónimo e franco numa admissão vigiada e condicionada.

A representação gráfica apresentada mostra-nos a evolução dos expostos e ilegítimos batizados na igreja paroquial de Chaves, entre 1780 e 1880 (Gráfico 23).

Gráfico 23
Percentagens de expostos e ilegítimos batizados em Chaves
(médias móveis 3 anos)



Da sua leitura retiramos duas ilações: a grande expressividade do abandono infantil e a crescente superioridade dos expostos no seu conjunto face aos ilegítimos registados, designadamente entre 1815 e 1865.

Mesmo sem contar com os valores dos enjeitados entre 1834 e 1846, é de supor que um tal amento do número de crianças expostas, nos meados do século, tenha a ver

de denúncia dada pela ama interna da Roda Maria da Silva, em 10 de agosto de 1850». A.M.C. - *Livro de Matrícula da Roda (1845-50)*. R.S/254, fl. 96. Já em 16 de setembro de 1847, uma circular do Administrador do Concelho dirigida aos Regedores das Paróquias, a fim de promover a moralidade e os bons costumes, determinava que «logo que tenha conhecimento de que alguma mulher solt.^a ande grávida a deve mandar intimar para dar conta do Parto e p.a o criar e só deve ecetuar alguma mulher recatada». Estas recomendações parecem ter efeito no controlo das presumíveis mães naturais a fazer fé nos ofícios do Administrador do Concelho para o Procurador Régio da Comarca, de 23 de outubro de 1848, e, para o Presidente da Câmara, de 12 de março de 1848, solicitando que se intimide as ditas mulheres a darem conta «do parto vivo, ou morto», por constar que iriam «lançar a criança» na Roda dos Expostos. AMC - *Livro de Correspondência de 1846 a 1848*. R.S / 60.

⁽⁴³⁶⁾ Idêntica preocupação fica bem patente no art. 2º, do Cap. 1, do *Regulamento para a Administração dos Expostos do Distrito de Vila Real*, de 1859, onde se estabelece que «os Regedores de Parochia arrolarão com maior segredo e discrição as mulheres solteiras, e viúvas, não recatadas, que andarem pejudadas, [...] e as intimarão para darem conta do feto, remetendo mensalmente relações, que fizerem, aos Administradores dos respectivos Concelhos [...]».

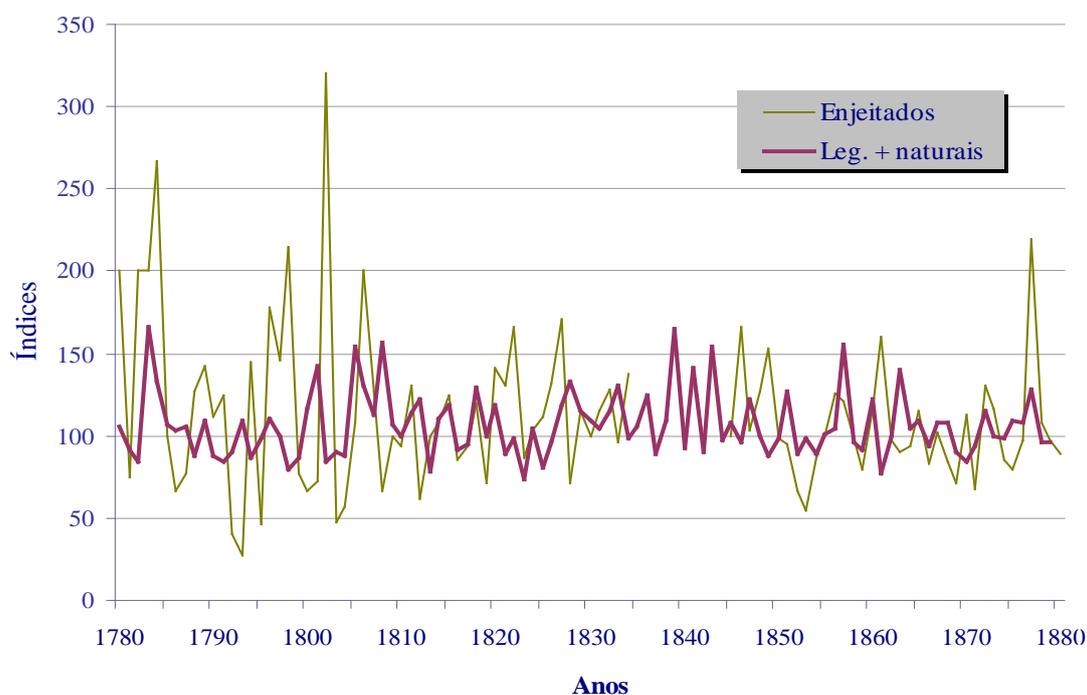
⁽⁴³⁷⁾ O fracasso deste modelo levou à publicação do decreto de 21 de novembro de 1867 que extinguiu definitivamente a Roda em Portugal, substituindo-as por Hospícios, destinados, não só, a recolher crianças expostas, mas também abandonadas, pobres e indigentes. Este decreto viria a ser suspenso na sequência da revolta popular portuense conhecida por «a Janeirinha», mas as juntas gerais de distrito, com enormes poderes, foram gradualmente modificando o serviço público de assistência à infância (OLIVEIRA, 1997: 516). No nosso distrito as catorze Rodas municipais existentes foram substituídas por dois Hospícios: um em Vila Real e outro em Chaves (AFONSO, 93: 242).

com os reforçados apoios do Estado a estas instituições, como forma de minorar as grandes dificuldades surgidas durante este período.

Curiosamente, a percentagem de batismos de expostos acompanha inversamente a evolução do fenómeno da ilegitimidade, ainda que se considere que uma percentagem importante de crianças abandonadas seja proveniente de outras origens geográficas: à tendência de subida dos primeiros corresponde uma descida quase proporcional dos segundos; invertendo-se a situação a partir de 1860.

Com base no levantamento diferencial dos expostos por sexo, calculámos a relação de masculinidade entre ambas as categorias, comparada com os índices encontrados para as crianças batizadas, no seu conjunto, como legítimas e naturais, como demonstra o gráfico 24.

Gráfico 24
Comparativo da relação de masculinidade
dos legítimos e naturais e dos expostos batizados



Da sua observação ressalta a grande variabilidade dos índices apresentados ao longo de todo o estudo, com significativa superioridade do sexo masculino. Uma tal variação, até à primeira década de Oitocentos, poderá ser o resultado do magro número de observações anuais, não permitindo, por isso, inferir sustentadas conclusões de que teria havido relativamente ao abandono maior preferência pelo sexo masculino.

Já os índices demonstrados durante a segunda metade do século, cujos valores trabalhados são mais robustos, caracterizam-se por um maior equilíbrio, o que faz supor

que neste período não havia seleção das crianças a abandonar. Todavia, não podemos afastar, sobretudo no primeiro período, a possibilidade das famílias flavienses protegerem mais as suas filhas, à semelhança do que Norberta Amorim ⁽⁴³⁸⁾ averiguara para Guimarães, pensando que os rapazes teriam melhor acolhimento e maior capacidade de sobrevivência ao abandono.

Esta hipótese poderia ser reforçada através do cálculo da sazonalidade do abandono por comparação com a curva da totalidade de batismos, no caso de conhecermos a naturalidade de todos os expostos batizados na igreja desta Colegiada.

Quadro 66
Local de abandono dos expostos batizados em Chaves
(por períodos)

Local de abandono	Períodos			
	1780-1833		1847-1879	
	Nº	%	Nº	%
Roda	1706	95,5	2635	83,4
Vila	41	2,3	113	3,6
Concelho	21	1,2	335	10,6
Concelhos limítrofes	7	0,4	54	1,7
Indeterminados	12	0,7	21	0,7
TOTAL	1787	100	3158	100

Considerando o local de abandono das crianças enjeitadas, tendo em conta os distintos espaços indicados nos assentos de batismo, constatamos que uma percentagem avassaladora dos expostos batizados é depositada na “roda”, sem se saber onde nasceram, nem qual a residência da mãe. Distinguimos que uma grande franja das crianças enjeitadas é proveniente do meio envolvente, regra geral, abandonados durante a noite, à porta de um particular da vila ou das aldeias próximas, como ocorrera, por exemplo, com José abandonado à porta da casa de «*José Maria Cordeiro alferes do Regimento de Cavalaria nove no dia quatro de Mayo de mil oitocentos e vinte*» ⁽⁴³⁹⁾, ou com o Diogo «*exposto na caza do forno no lugar de Vilarelho da Raia no dia treze de novembro de mil oitocentos e cincoenta e cinco*» ⁽⁴⁴⁰⁾.

O novo enquadramento legislativo, a maior mobilidade e a extinção da Roda de Ervededo, em dezembro 1853, estão, certamente, na origem da alteração deste quadro.

⁽⁴³⁸⁾ AMORIM, 1987: 257.

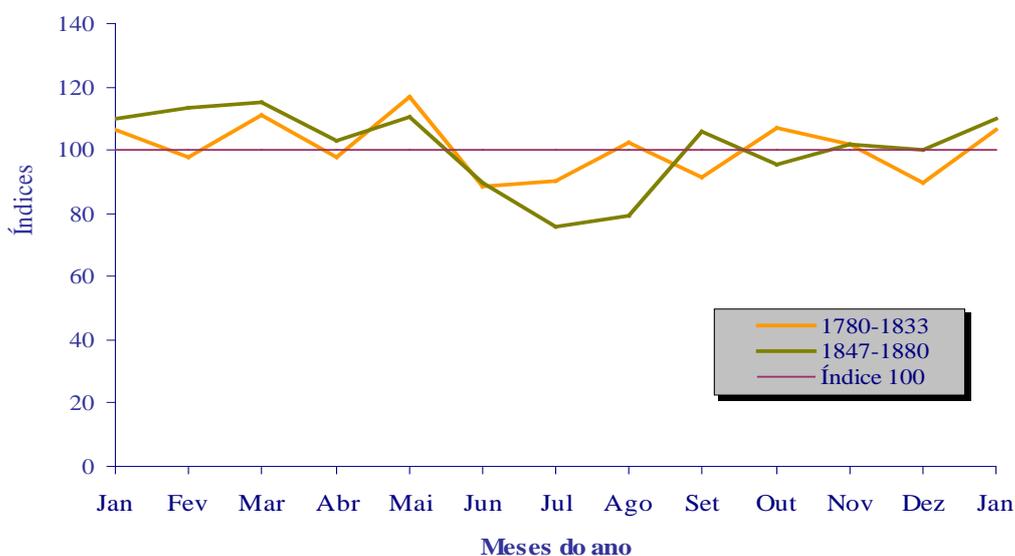
⁽⁴³⁹⁾ A.D.V.R.L. - *Livro de Batismo de Expostos* de 1815 a 1834, nº 100, fl. 54v.º

⁽⁴⁴⁰⁾ A.D.V.R.L. - *Livro de Batismo de Expostos* de 1850 a 1859, nº 102, fl. 102v.º

Curiosamente, a quantidade de crianças enjeitadas provenientes dos concelhos vizinhos é quase insignificante, ainda que com maior expressividade no segundo período.

Tem particular interesse o estudo dos ritmos de variação do fenómeno do abandono, ao longo do ano, demonstrando-nos as influências do clima, das fainas agrícolas e, porventura, das conjunturas adversas que afetaram o quotidiano dos flavienses. Para o efeito, seguimos a metodologia proposta por Louis Henry ⁽⁴⁴¹⁾, a partir de uma contagem agregativa com base nos respetivos assentos de batismo, expressa na seguinte representação gráfica sazonal (Gráfico 25).

Gráfico 25
Movimento sazonal dos batizados dos expostos



Da sua análise, verificamos que o comportamento se adensa nos primeiros meses do ano, até ao mês de maio, diminuindo nos meses estivais. As exceções ocorrem nos meses de agosto, no primeiro período, e em setembro, no segundo, que apresentam ocasionais subidas de batismos. Com a chegada do outono o fenómeno ressurgue, ainda que ligeiramente. Será que estas alterações estarão relacionadas com as condições materiais de subsistência do ponto de vista agrícola, mais abundantes nos meses de julho e agosto?

É isso que pensa, entre outros, Cândido dos Santos ⁽⁴⁴²⁾, inclinando-se para uma correlação entre a variação do fenómeno e o «*ciclo agrícola*»: o número de abandonos tenderia a aumentar com a diminuição dos géneros nos celeiros. O que seria muito significativo nesta nossa região agrícola no meio do vale do Tâmega, cuja população

⁽⁴⁴¹⁾ HENRY, 1988: 68-69.

⁽⁴⁴²⁾ SANTOS, 1978: 303.

dependia, primordialmente, da agricultura. A ser verdade, o fenómeno dependeria essencialmente da situação de carência e pobreza em que as populações se encontravam ao longo do «ciclo anual». Todavia, para além do ciclo sazonal agrícola, não são de excluir outros fatores como a variabilidade do número de nascimentos e da mortalidade infantil, ao longo do ano, que se eleva particularmente nos meses estivais, como veremos mais adiante.

Contra a nossa vontade, este trabalho sobre os registos paroquiais de Chaves não nos permite deduzir o volume total do abandono na Roda flaviense, uma vez que algumas dessas crianças já lá deram entrada com o devido batismo ⁽⁴⁴³⁾, designadamente as que eram aceites por «*esmola*» ou requerimento. Por essa razão, os valores apresentados são, naturalmente, inferiores aos totais, não obstante, a persistência e o empenho postos neste estudo.

Talvez uma exploração sistemática das fontes municipais, apesar de estarem incompletas, nos venha a revelar mais alguns dados deste fenómeno, bem como a possibilidade de aprofundar outras abordagens da infância abandonada neste período.

⁽⁴⁴³⁾ Da exploração dos livros de entrada dos expostos na roda registámos alguns casos em que a criança era acompanhada por um bilhete que normalmente dizia: «*esta criança já vai batizada e chama-se (...)*». Destas, apenas, algumas foram batizadas «*sub condicione*», na igreja Matriz de Santa Maria Maior.

VI. Mortalidade

A mortalidade é um dos traços mais característicos do Antigo Regime demográfico, caracterizando-se por elevadas taxas, designadamente nos primeiros anos de vida, o que familiarizava as populações com o terrível pesadelo da morte, ideia bem refletida na feliz expressão de André Armengaud de que «a morte está no centro da vida, como o campanário no centro da aldeia». Na verdade, tudo se conjugava para que assim fosse: as frequentes alterações climáticas, o frágil equilíbrio das condições socioeconómicas, as precárias condições higiénicas, além da incapacidade da medicina perante o martírio das doenças, que frequentemente degeneravam em surtos epidémicos.

Para muitos historiadores e demógrafos, a mortalidade, devido ao seu papel delapidador do capital humano, é vista como a variável reguladora do crescimento das populações europeias do passado. Nesta perspetiva, J. Meuvret (1946), Le Roy Ladurie (1966), Lourenzo Del Panta e Livi-Bacci (1977), entre outros, consideram a mortalidade como «o elemento regulador por excelência» da demografia do Antigo Regime, designadamente quando reveste a forma de crise. Este último reafirma a inegável importância das crises de mortalidade como elemento regulador do crescimento demográfico, acrescentando, ainda, que elas foram as grandes delapidadoras do capital humano acumulado em períodos normais, durante o Antigo Regime, regulando a evolução demográfica ao longo de vários séculos ⁽⁴⁴⁴⁾.

Também Pérez Moreda ⁽⁴⁴⁵⁾, J. Dupâquier ⁽⁴⁴⁶⁾ e Norberta Amorim ⁽⁴⁴⁷⁾, apesar de realçarem a importância da nupcialidade como forma de equilíbrio na sucessão das gerações do passado, consideram, no entanto, que a mortalidade intervém de forma mais contundente numa alteração do movimento das populações do passado ⁽⁴⁴⁸⁾, já que a nupcialidade não produz efeitos tão imediatos e decisivos. Neste sentido, a abordagem da «*mortalidade de crise*» não se poderá desligar do estudo das demais variáveis demográficas, pois é sabido que às alterações da mortalidade se seguem as da nupcialidade e das conceções. Depois de uma crise, as populações atingidas punham em funcionamento mecanismos de tipo autorregulador, quer pela utilização do seu potencial

⁽⁴⁴⁴⁾ LIVI-BACCI, 1984: 71.

⁽⁴⁴⁵⁾ V. Pérez Moreda sustenta que «El nivel general de la nupcialidad influía en los efectivos y en la tendencia demográfica, pero sus oscilaciones a corto plazo eran sólo respuestas derivadas de la crisis de mortalidad, y formaban parte de un mecanismo regulador, compensatorio, que entraba en acción sólo después del protagonismo inicial de la mortalidad» (PÉREZ MOREDA, 1980: 55).

⁽⁴⁴⁶⁾ Para Jacques Dupâquier seria um erro acreditar que a mortalidade, ainda que de incidência destruidora, tivesse um papel regulador, não obstante, desencadear reações compensatórias de natureza endógena, acrescentando que se a mortalidade de crise tivesse desempenhado um papel regulador na França no tempo de Luís XIV, elas teriam tocado preferencialmente as regiões mais densamente povoadas, o que não acontecera (DUPÂQUIER, 1984: 42-45).

⁽⁴⁴⁷⁾ AMORIM, 1992: 89.

⁽⁴⁴⁸⁾ V. Pérez Moreda conclui que «la crisis demográfica, en las poblaciones antiguas, era la principal forma de manifestarse el mecanismo del cambio demográfico» (PÉREZ MOREDA, 1980: 60-61).

procriativo, quer pela modificação das atitudes individuais e coletivas, que iniciam e desenvolvem um processo de reconstrução demográfica, mais ou menos rápido, de acordo com a natureza e duração da crise (⁴⁴⁹). Todavia, a crise demográfica representa para as sociedades do Antigo Regime um acidente em relação à mortalidade dita «*ordinária*», sobre a qual incidiam periodicamente fatores anormais que alteravam a sua tendência habitual, com consequências bastante gravosas para as populações, como refere Pérez Moreda (⁴⁵⁰).

Em Chaves, apesar do estudo da mortalidade de uma população se revelar de suma importância, a carência de um registo sistemático dos menores de sete anos até meados de Oitocentos, o enquadramento temporal observado de apenas uma centúria de anos e a existência de uma forte mobilidade geográfica dos seus habitantes, não nos permite analisar os níveis de mortalidade adulta e a esperança de vida da população flaviense, bem como desencorajam os nossos desejos de acompanhar o ciclo vital das sucessivas gerações dos naturais desta vila.

Assim, decidimo-nos pelo estudo da mortalidade dos menores de 7 anos, de 1850 a 1879, e da mortalidade excecional, entre 1760 e 1879.

1. Mortalidade infantil e Infantojuvenil

A mortalidade infantil é um importante indicador para a avaliação do grau de desenvolvimento higiénico-sanitário e das condições sociais e económicas de uma determinada comunidade (⁴⁵¹), num determinado período (⁴⁵²). Também, como é sobejamente sabido, a mortalidade dos primeiros anos de vida determina em grande parte os restantes indicadores da mortalidade adulta. Infelizmente, o sub-registo de mortalidade infantil e infantojuvenil, até cerca de 1850, não nos permite estudar o fenómeno tão dilatadamente como pretenderíamos, balizando a nossa observação a um acanhado período de 29 anos.

Na análise deste parâmetro considerámos apenas os filhos legítimos e naturais, excluindo-se os expostos, tanto para a mortalidade infantil como para a mortalidade Infantojuvenil.

(⁴⁴⁹) BIDEAU, 1984: 64.

(⁴⁵⁰) PÉREZ MOREDA, 1980: 56.

(⁴⁵¹) SANTOS, 2008: 148.

(⁴⁵²) Até finais de Oitocentos, na generalidade, a mortalidade infantil ceifava cerca de um quarto dos nascidos antes de completarem um ano e apenas metade das crianças completava os 7 anos de idade (MOREIRA, 2009: 267-268).

Começámos a nossa análise pelo estudo da mortalidade infantil entendida como a relação existente entre o número de crianças falecidas antes de completarem um ano de idade por cada mil nascimentos ocorridos no mesmo lapso de tempo (⁴⁵³).

Quadro 67
Mortalidade infantil
(por mil crianças)
(1850 - 1879)

Total de nascidos	Óbitos até ao 1 ano			Quociente de mortalidade
	<i>Masculinos</i>	<i>Femininos</i>	<i>Sexos reunidos</i>	
6.082	483	446	929	152,7

Segundo os valores do quadro, verificamos que a mortalidade foi mais punitiva com a população masculina do que com a feminina, numa proporção de 108,3 rapazes por 100 raparigas, em concordância com a tendência evocada por L. Henry (⁴⁵⁴) de que, nas sociedades tradicionais, ocorre uma sobremortalidade masculina durante os primeiros anos de vida.

Se considerarmos o quociente de crianças falecidas durante os primeiros doze meses de 152,7 óbitos por cada mil nados-vivos, não será demais tomá-lo como moderado (⁴⁵⁵), se tivermos em conta as perturbações demográficas dos meados de Oitocentos, ainda que superior aos índices encontrados para a nossa paróquia de Calvão (⁴⁵⁶) e das três paróquias do Sul Pico (⁴⁵⁷), para um período semelhante. Por sua vez, em relação ao concelho da Madalena (⁴⁵⁸) que apresenta, para o período de 1811 a 1873, uma taxa média de 162‰, fica-se cerca de 10 pontos abaixo.

Já em relação aos valores apresentados por Michel Flinn (⁴⁵⁹) para alguns países europeus (Quadro 68), verificamos claramente que as crianças de Chaves estavam mais protegidas da morte que nos demais territórios que nos servem de comparação, à exceção das paróquias inglesas em que o número de sobreviventes é substancialmente maior.

⁽⁴⁵³⁾ NAZARETH, 1996: 148.

⁽⁴⁵⁴⁾ HENRY, 1988: 26-27.

⁽⁴⁵⁵⁾ Segundo o recenseamento de 1802, em média, pode dizer-se que pelo menos 203 em 1000 crianças nascidas não atingiam os 12 meses de idade, valores que poderiam ser mais elevados, visto que habitualmente não se registavam as crianças mortas antes de completarem um ano de idade (FERRO, 1995: 77).

⁽⁴⁵⁶⁾ FAUSTINO, 1998: 210.

⁽⁴⁵⁷⁾ AMORIM, 1992: 218.

⁽⁴⁵⁸⁾ SANTOS, 2008: 149.

⁽⁴⁵⁹⁾ FLINN, 1989: 182-188.

Quadro 68
Mortalidade infantil em diversos países da Europa
(por mil nascidos)
(1780-1820)

PAÍSES	QUOCIENTES
Alemanha	236
Espanha	220
Suíça	255
França	195
Inglaterra	122

Fonte: FLINN, 1989: 182-188.

Então, como explicar estes índices de mortalidade infantil para Chaves? Será que estamos perante uma sociedade que protege eficazmente as mães e suas crianças durante a primeira infância? Como é sabido, a mortalidade infantil depende, a uma só vez, da componente endógena e dos fatores externos. Nestes, podemos inscrever as doenças e acidentes que ocorrem a seguir ao nascimento da criança, como carências alimentares, perturbações digestivas e os diferentes tipos de toxicoses⁽⁴⁶⁰⁾. Por sua vez, os óbitos endógenos são consequência das taras dos progenitores, das condições de gestação ou de anomalias decorrentes do parto.

Para analisar a influência destas duas componentes na mortalidade infantil socorremo-nos do método biométrico de J. Bourgeois-Pichat, partindo-se do princípio que os óbitos endógenos ocorrem sobretudo no decurso do primeiro mês de idade da criança. Para determinar a separação dos óbitos infantis em endógenos e exógenos, aumentámos em 25% os óbitos observados entre o intervalo de um mês e os onze meses e subtraindo estes ao total de óbitos infantis⁽⁴⁶¹⁾ conforme consta do quadro seguinte.

Quadro 69
Mortalidade endógena e exógena
(aplicação do método de Bourgeois-Pichat)
(1850 - 1879)

Valores dos óbitos			Exógenos	Endógenos
1	2	3	4	5
< 1 ano	< 1 mês	1 - 11 meses	(3 x 1,25)	(1 - 4)
929	356	573	716	213

⁽⁴⁶⁰⁾ LEBRUN, 1983: 133.

⁽⁴⁶¹⁾ NAZARETH, 1988: 247.

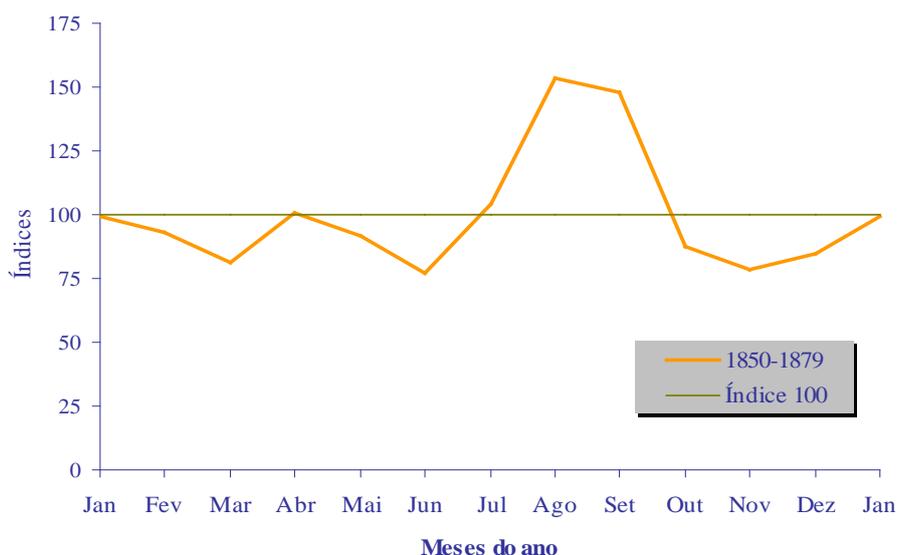
Para facilitar a leitura dos dados, calculámos as taxas de mortalidade exógena e endógena, estabelecendo a razão entre os valores encontrados para cada um destes dois tipos de óbitos pelos nascimentos observados no respectivo período.

Quadro 70
Taxas de mortalidade endógena e exógena
(por mil nascidos)
(1850 - 1879)

Endógena	Exógena	Total
35,0	117,7	152,7

Segundo os dados, são os fatores exógenos que maior influência tiveram no obituário das crianças flavienses antes do seu primeiro aniversário. Se tivermos em conta que, segundo Lebrun ⁽⁴⁶²⁾, a mortalidade endógena oscila, nas sociedades do passado, entre 8% e 15% do total dos nascimentos, a taxa encontrada de 3,5% pode ser considerada bastante baixa. Traduz este valor uma baixa incidência de taras hereditárias, malformações congênicas e de traumatismos obstétricos, a que não serão alheias as condições de gestação e as influências da medicina. Por sua vez, as condições externas foram menos favoráveis à sobrevivência da criança durante o primeiro ano de vida, devendo-se, sem dúvida, a fatores socioeconômicos e culturais do meio familiar e social em que esta se desenvolve.

Gráfico 26
Distribuição dos óbitos pelos meses do ano
(< de 1 anos)



⁽⁴⁶²⁾ LEBRUN, 1983: 113.

A distribuição da mortalidade infantil ao longo do ano deixa bem claro o caráter estacional do fenómeno, demonstrando bem a influência dos fatores exógenos.

É bem verdade que a sobrevivência da criança durante o primeiro ano de vida face aos efeitos perniciosos do clima depende muito da sua idade, designadamente no decurso do primeiro mês. Mas não há dúvidas, ainda que os meses de janeiro e abril sejam exigentes, é no verão que a morte mais penaliza as crianças, particularmente nos meses de agosto e setembro. Se durante o inverno, as doenças respiratórias, associadas ou não a outros quadros patológicos geram um ambiente desfavorável à criança, fruto da rigorosidade do clima e da fraca proteção contra o frio, é no estio que as perturbações gastrointestinais, a intensidade dos trabalhos, designadamente dos agrícolas, e os desmames prematuros mais estimulam a sobremortalidade infantil. Ao invés, a primavera e o outono, com um clima genericamente mais suave, são os períodos mais favoráveis ao desenvolvimento da primeira infância.

Se nos debruçarmos, agora, sobre os óbitos até aos sete anos de idade (Quadro 71), verificamos para Chaves uma mortalidade Infantojuvenil de 349 óbitos em mil, no conjunto dos dois sexos, ainda que com ligeira superioridade do sexo masculino.

Quadro 71
Mortalidade até aos 7 anos
(por mil crianças)
(1850 - 1873)

Total de nascidos	Óbitos até aos 7 anos			Quociente de mortalidade
	<i>Masculinos</i>	<i>Femininos</i>	<i>Sexos reunidos</i>	
4.725	835	814	1.649	349,0

Constatamos, assim, que, à semelhança do verificado para a mortalidade infantil, são os rapazes os mais vulneráveis à morte, com a proporção de 102,6 de óbitos por 100 falecimentos de raparigas. Se este índice segue a tendência comprovada por L. Henry⁽⁴⁶³⁾ em que a sobremortalidade varonil é regra, a relação de masculinidade diminui à medida que a criança cresce, também abona, por sua vez, da qualidade dos registos e dos valores apresentados.

Estes valores da mortalidade dos menores de sete anos estão muito próximos dos encontrados para a paróquia rural de Calvão de 356‰⁽⁴⁶⁴⁾, mas bem mais singelos que a taxa encontrada para as gerações nascidas no início do século XIX, na zona urbana de

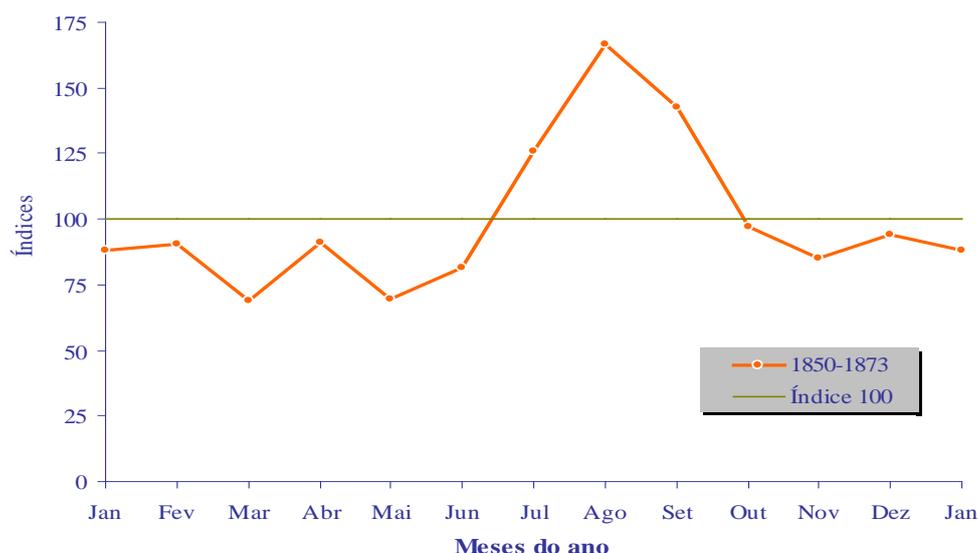
⁽⁴⁶³⁾ HENRY, 1988: 26-27.

⁽⁴⁶⁴⁾ FAUSTINO, 1998: 211.

Guimarães, de 393 óbitos em mil nados-vivos (⁴⁶⁵). O mesmo acontece relativamente à paróquia brigantina de Poiares, em que 409 crianças em mil, não chegam ao sétimo aniversário.

Considerando a distribuição dos óbitos dos menores de sete anos pelos meses do ano (Gráfico 27), distinguimos claramente que é nos meses de verão que se adensa a sobremortalidade Infantojuvenil.

Gráfico 27
Distribuição dos óbitos pelos meses do ano
(< 7 anos)



Provavelmente, as doenças gastrointestinais, devido às alterações do leite materno, a ingestão de alimentos alterados, de frutos ainda verdes, ou de águas impróprias, associado a uma diminuição dos cuidados maternos, em consequência das longas jornadas, poderão estar na origem da grande vulnerabilidade destas crianças. Curiosamente, os meses invernosos e frios, propensos ao desenvolvimento de quadros patológicos adversos, estão longe de serem os mais castigadores dos meninos flavienses não se distanciando significativamente do verificado nos meses da época primaveril. São estes, por sua vez, que assinalam o período mais benéfico à sobrevivência das crianças.

A interessante semelhança da distribuição sazonal da mortalidade dos menores de 7 anos com a da mortalidade infantil confirma os fatores exógenos como os mais influentes na formação do ambiente de sobremortalidade, no período em observação.

⁽⁴⁶⁵⁾ AMORIM, 1987: 281.

Flandrin ⁽⁴⁶⁶⁾, entre outros, estabelecem uma correlação entre este fenómeno e as taxas de fecundidade ⁽⁴⁶⁷⁾. Assim, a menor mortalidade infantil deve-se a um melhor tratamento dos filhos, a uma amamentação durante mais tempo, o que reduzia ao mesmo tempo os riscos de conceção e os riscos de morte para o filho.

Chaves poderá ser um exemplo disso, com taxas de fecundidade de 8,5 de descendentes por família, consideradas baixas para a época, espaços intergenésicos médios na ordem de 29,3 meses para o período de 1810 a 1860 e uma mortalidade infantil de 152,7 por mil nascidos.

Quadro 72
Mortalidade infantil e Infantojuvenil
(1850 -1879)

ANOS	Total Batizados	Óbitos < 1 ano	Óbitos <7anos	Quociente <1 ano	Quociente <7 ano
1850-54	912	137	256	15,0	28,1
1855-59	901	150	354	16,6	39,3
1860-64	967	128	302	13,2	31,2
1865-69	1082	186	429	17,2	39,6
1870-74	1107	173	422	15,6	38,1
1875-79	1175	163	-	13,9	-
Total	6144	937	1763	15,3	35,5

Se compararmos a evolução dos quocientes de mortalidade infantil e Infantojuvenil, por períodos quinquenais, segundo o respetivo quadro, verificamos que existe um curioso paralelismo ao longo do período observado.

Ainda segundo os dados, destacam-se duas subidas dos valores dos quocientes de mortalidade na evolução do comportamento de ambos grupos etários, nos quinquénios de 1855-1859 e de 1865-1869, correspondendo a períodos críticos de sobrevivência para os flavienses.

2. Mortalidade excecional

«*A fame, peste et bello, libera nos Domine!*» considerados os três flagelos do Apocalipse que, ocorrendo, por vezes, em cadeia, são os grandes responsáveis pelas

⁽⁴⁶⁶⁾ FLANDRIN, 1991: 210-212.

⁽⁴⁶⁷⁾ Jorge Alves estabeleceu para S. Tiago de Bougado uma correlação entre a mortalidade infantil e a fecundidade legítima, atribuindo aos prolongados períodos de amamentação os débeis níveis de fecundidade que associados a outros cuidados maternos se traduzem em magros índices de mortalidade infantil ou juvenil (ALVES, 1986). Também Norberta Amorim admite que as magras taxas de mortalidade infantil do Sul do Pico estão relacionadas com uma proteção mais eficaz das crianças nos primeiros tempos de vida (AMORIM, 1992: 219).

terríveis mortandades do passado, constituindo uma das características estruturais da demografia do Antigo Regime.

Para muitos autores, entre eles, Vicente Pérez Moreda, Lourenzo Del Panta e Livi-Bacci, o estudo das grandes «mortandades» do passado reveste-se de especial importância, considerando estas como o elemento regulador por excelência das populações do Antigo Regime.

Para Livi-Bacci «a importância das crises de mortalidade não pode ser posta em dúvida. Elas foram o elemento regulador por excelência – melhor dizendo, destruidor - do crescimento demográfico» (⁴⁶⁸). Demonstrando que os elevados níveis de mortalidade registados interferiam noutras variáveis demográficas, como a nupcialidade e as conceções. Por sua vez, Pérez Moreda (⁴⁶⁹) considera que «toda a alteração demográfica depende quase exclusivamente das crises de mortalidade presentes com carácter crónico na maior parte das populações do passado». Também Alain Bideau (⁴⁷⁰) aconselha a não subestimar as consequências das crises epidémicas e seus efeitos reguladores, considerando-os como um traço estrutural da demografia de tipo antigo.

Opinião diferente tem Jacques Dupâquier (⁴⁷¹) que, apesar de não recusar a importância das crises de mortalidade, nega o seu papel determinante na regulação das populações tradicionais.

2.1. Conceitos e metodologia na identificação das crises de mortalidade

Se tomarmos as crises de mortalidade como um fenómeno de carácter accidental, de ocorrência periódica, traduzindo-se basicamente por um brusco e violento acréscimo de óbitos, devido a uma causa de tipo endógena ou exógena à população afetada, como guerras, catástrofes naturais, carências alimentares e surtos epidémicos, é de admitir que influenciaram decisivamente o crescimento natural das populações do passado (⁴⁷²).

Todavia, a análise da origem destes «acidentes» conjunturais é, ainda atualmente, alvo de controvérsia. Da influência atribuída às crises de subsistências (⁴⁷³) à ênfase concedida ao papel das epidemias e das guerras, abre-se um leque de posições e perspectivas, extremadas por vezes. Assim, os primeiros, entre eles, Meuvret e Goubert,

⁽⁴⁶⁸⁾ LIVI-BACCI, 1984: 71-76.

⁽⁴⁶⁹⁾ PÉREZ MOREDA, 1980: 58-61.

⁽⁴⁷⁰⁾ BIDEAU, 1984: 63.

⁽⁴⁷¹⁾ DUPÂQUIER, 1979: 29.

⁽⁴⁷²⁾ RODRIGUES, 1990: 19-21.

⁽⁴⁷³⁾ A reflexão sobre influência das fomes na mortalidade de crise foi despoletada em 1946, num artigo da revista *Population*, quando Jean Meuvret relacionou, pela primeira vez, as crises de mortalidade com as subsistências, durante o Antigo Regime: uma má colheita origina um aumento dos preços dos cereais, mormente nos últimos meses do «ciclo da colheita», seguindo-se um período de subnutrição e fome, acompanhado de uma diminuição dos casamentos e dos nascimentos.

levam-nos a pensar que a demografia ficava prisioneira da economia, não permitindo que a população ultrapasse um determinado limiar, como esclarece J. Dupâquier ⁽⁴⁷⁴⁾, bem evidente na equação: *subsistências = crises de mortalidade*. Esta perspetiva, quase mecanicista, é posta em causa por Baehrel, Chaunu, Biraben ⁽⁴⁷⁵⁾ e mais recentemente por Jacques Dupâquier ⁽⁴⁷⁶⁾, atribuindo, por seu lado, à epidemia a componente característica de toda a crise ⁽⁴⁷⁷⁾, clarificando que se esta não preparar o terreno à mortalidade a falta de subsistências apenas mostraria os seus efeitos.

De entre as várias tipologias conhecidas para o estudo da natureza das crises demográficas, destacamos a de J. Dupâquier ⁽⁴⁷⁸⁾, que considera os seguintes cenários possíveis:

Primeiro: Guerra acompanhado de epidemias;

Segundo: Epidemias agravadas por uma crise de subsistências;

Terceiro: Guerra, epidemia e crise de subsistências, devidamente concatenadas.

Na verdade, ainda que possamos considerar a epidemia como o elemento constitutivo de toda a crise, não podemos menosprezar o papel das guerras, numa praça militar fronteiriça da raia galega, não só pelos efeitos do acantonamento das tropas, mas como veículo da propagação de doenças, como o tifo, as febres tifoides ⁽⁴⁷⁹⁾, a disenteria e outras doenças também muito frequentes de natureza intestinal e do aparelho respiratório, por um lado, e pelos desarranjos da vida agropecuária e do dinamismo comercial, por outro, conduzindo à penúria de subsistências e à miséria. Terão sido estes os prováveis cenários que afetaram a vila em 1763 e 1809, pelo menos?! Não obstante, com Dupâquier, somos de opinião que uma crise de subsistências não convergirá forçosamente para uma crise de sobremortalidade, a não ser que brote um surto epidémico.

O estudo das causas e da natureza das crises não está isento de escolhos. Como já referimos noutra lugar, os registos paroquiais normalmente não indicam a causa de morte do defunto. Todavia, o recurso, quando possível, à história local, poderá trazer luz

⁽⁴⁷⁴⁾ DUPÂQUIER, 1984: 42-45.

⁽⁴⁷⁵⁾ Jean-Noel Biraben considera que, numa crise de mortalidade, «as guerras e as fomes têm efeitos bem menores do que as epidemias» (BIRABEN, 1984: 110).

⁽⁴⁷⁶⁾ DUPÂQUIER, 1979: 18.

⁽⁴⁷⁷⁾ Jacques Dupâquier considera «d' ailleurs, on a observé, que, même lorsqu'elles coïncident avec les crises de subsistências, les grandes mortalités sont précédées d'une montée progressive du nombre des décès, dont l'origine ne peut être qu'épidémique. Il semble donc bien difficile de soutenir que l'épidémie est seulement "File de la disette". En fait, elle la précède et repare le terrain» (DUPÂQUIER, 1984: 43-45).

⁽⁴⁷⁸⁾ DUPÂQUIER, 1979: 336.

⁽⁴⁷⁹⁾ Yves-Marie Bercé considera que se podem «denominar justamente "peste de guerra" estas doenças que se associam às desgraças da guerra e cujo contágio provoca uma perda considerável da população» (BERCÉ, 1991: 165).

a algumas das nossas preocupações, bem como das circunstâncias adversas que favoreceram o seu desenvolvimento.

Porém, na ausência de melhores provas, uma análise da evolução do fenómeno ao longo dos meses do ano poder-nos-á esclarecer sobre sua incidência estacional, assim como da sua duração, por forma a estabelecermos um possível quadro patológico, ainda que não sejamos conclusivos. Para uma melhor compreensão da natureza da crise, seria interessante conhecermos, como refere Livi-Bacci (⁴⁸⁰), para além da sazonalidade, os seus reflexos na estrutura etária e no tecido social. Infelizmente, como já referimos, as fontes ou não existem ou são mudas.

A metodologia de reconstituição de paróquias permite normalmente uma análise mais credível da dinâmica dos comportamentos demográficos, não obstante a grande maioria das investigações sobre a incidência da «*mortalidade catastrófica*» autonomizar a sua análise, indo ao encontro do que Livi-Bacci (⁴⁸¹) chama estudo da «*morte estatística*», ou seja, enquadrar a história das crises de mortalidade dentro de uma estrutura quantitativa, ainda que a sua complexidade tenha importantes implicações demográficas, sociais e económicas.

Relativamente à vila de Chaves, o estudo das crises de mortalidade a partir da construção de séries obituárias não está isento de sérios problemas e dúvidas, a começar pelas fontes e metodologias utilizadas. A inexistência de um registo regular de óbitos dos menores de sete anos até 1850 é um exemplo desses obstáculos que teremos de contornar.

Entre os métodos propostos para o seu estudo privilegiámos o desenvolvido por Jacques Dupâquier (⁴⁸²) que, partindo do volume anual de óbitos e da média aritmética dos dez anos enquadrantes do acidente de sobremortalidade, introduz o desvio padrão para minorar as flutuações aleatórias dos valores observados. Resulta, assim, a fórmula: $I=(D-M)/E$, sendo **I** a intensidade da crise, **D** o número anual de óbitos, **M** a média aritmética de óbitos dos últimos 10 anos enquadrantes, e **E** o desvio padrão do número anual de óbitos, dos dez anos enquadrantes. Estaremos perante anos de crise quando o índice ultrapassar o valor de 1. Por vezes, algumas das crises prolongam-se para o ano ou anos civis seguintes. São as designadas “*crises a cavalo*” (⁴⁸³).

(⁴⁸⁰) LIVI-BACCI, 1984: 89.

(⁴⁸¹) LIVI-BACCI, 1984: 72.

(⁴⁸²) DUPÂQUIER, 1979: 83-112.

(⁴⁸³) Para o cálculo do seu valor, Jacques Dupâquier procedeu à soma dos valores da intensidade de dois ou mais anos, subtraindo-lhe tantas unidades quanto o número de intensidades envolvidas, deduzindo-lhe uma unidade ao resultado obtido.

As crises são então classificadas de acordo com os valores do **I** (intensidade), como se reproduz no seguinte quadro:

Quadro 73
Classificação das crises segundo Dupâquier

Magnitude	Tipo de crise	Valor da intensidade
Magnitude 1	Crise menor	Intensidade: entre 1 e 2
Magnitude 2	Crise média	Intensidade: superior a 2 e inferior a 4
Magnitude 3	Crise forte	Intensidade: entre 4 e 8
Magnitude 4	Crise maior	Intensidade: entre 8 e 16
Magnitude 5	Super crise	Intensidade: entre 16 e 32
Magnitude 6	Catástrofe	Intensidade: superior a 32

Apesar dos reparos suscitados, designadamente na utilização do período de referência, em que o índice de mortalidade pode conter ele próprio momentos de sobremortalidade, o método de Dupâquier, pela simplicidade e rapidez dos cálculos é o que se apropria melhor ao estabelecimento de uma cronologia das crises para o período pré-estatístico. Por outro lado, nenhum dos métodos conhecidos resolve cabalmente os problemas apontados. Acresce, por sua vez, que um bom número de estudos segue atualmente esta linha metodológica, permitindo comparações mais consistentes.

Da mesma forma que fizemos para o estudo de outros comportamentos distinguimos a mortalidade de crise dos menores de 7 anos, da mortalidade excepcional dos adultos. Esta separação tem a ver não só pela não coincidência do período observado, como também pelas diferenças de calendário das sobremortalidades ao longo do ano entre maiores e menores de 7 anos ⁽⁴⁸⁴⁾.

2.2. Mortalidade de crise dos maiores de sete anos

Recolhidos os dados da mortalidade adulta, procedemos à construção de uma série necrológica alargada a meados de Setecentos para integrar o período de ocupação desta vila pelos espanhóis, na sequência da Guerra dos Sete Anos, que, pelo seu interesse, seguidamente se apresenta.

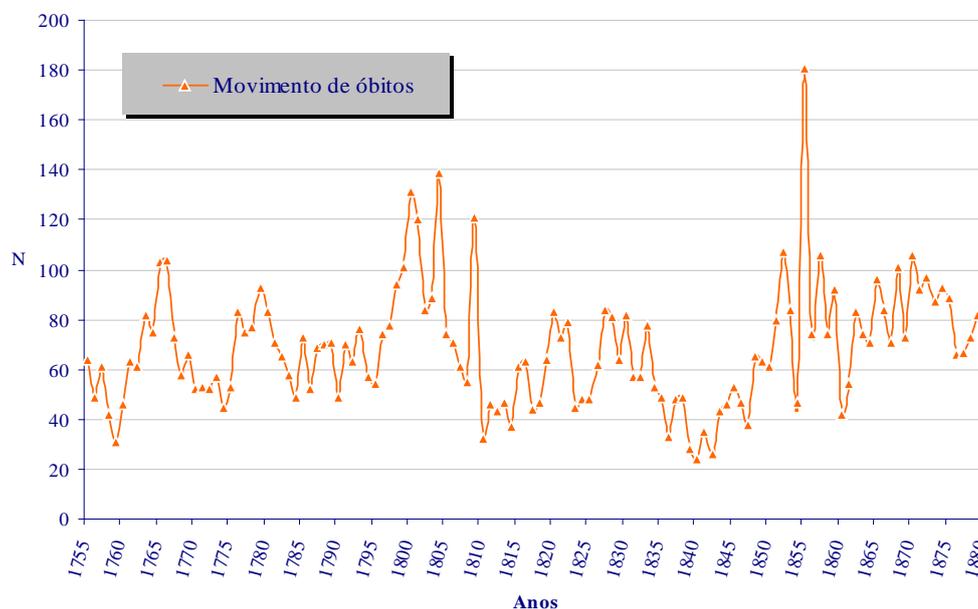
Da sua observação, verificamos que ao longo do período em análise ocorrem subidas bruscas do volume de óbitos. Todavia, são estas oscilações que nos servem de ponto de partida à análise, adquirindo somente significado quando confrontadas com a designada «*mortalidade ordinária*», para recuperar a expressão de Pérez Moreda ⁽⁴⁸⁵⁾

⁽⁴⁸⁴⁾ AMORIM, 1992: 209.

⁽⁴⁸⁵⁾ PÉREZ MOREDA, 1980: 56.

designadamente nos anos: 1765, 1779, 1798, 1800, 1801, 1804, 1820, 1852, 1868 e 1870, com particular subida no ano de 1855.

Gráfico 28
Movimento anual de óbitos de adultos
(1755-1880)



Fonte: ADVRL - Livros Paroquias de Chaves

Através da aplicação da metodologia de Dupâquier procurámos conhecer a incidência da «mortalidade extraordinária» na população flaviense, ao longo destes 125 anos (Quadro 74).

Em termos globais, a vila de Chaves teve 92 anos de mortalidade normal e 33 anos de sobremortalidades correspondendo a uma proporção de 73,6% e 26,4%, respetivamente.

Quadro 74
Mortalidade normal e mortalidade excecional de adultos
(por períodos)

Períodos	Total (anos)	Anos sem crise	Anos de crise	Rácio anos normais / anos de crise
1755-1779	25	19	6	31,6
1780-1804	25	16	9	56,3
1805-1829	25	19	6	31,6
1830-1854	25	17	8	47,1
1855-1879	25	21	4	19,0
1755-1879	125	92	33	35,9

Segundo os dados, o período de 1780 a 1804 registou o maior número de crises de mortalidade, correspondendo a uma conjuntura difícil da vida quotidiana das

populações flavienses, de guerra, carência de alimentos e provavelmente de epidemias. A mortalidade excepcional volta a agravar-se entre 1830 e 1854, devido possivelmente às lutas intestinas da instauração do liberalismo. A contrastar, o último período observado, regista o menor número de crises, antecipando uma mortalidade menos expressiva.

Se considerarmos a intensidade das crises de mortalidade adulta entre 1755 e 1880 (Quadro 75), podemos destacar, pelo menos cinco períodos, de abrangência variável: um primeiro período (⁴⁸⁶), marcado pelos anos difíceis de 1765/1766, fazendo-se prolongar pela década seguinte, com várias crises “a cavalo”; um segundo, muito lato e penoso, de 1793 a 1809, cujo vértice coincide com a viragem do século; por sua vez, um acidente de mortalidade no ano de 1820, assinala um terceiro período de sobressaltos menores; os primeiros anos da segunda metade de Oitocentos enquadram o quarto período, caracterizado por uma grande virulência; e, por último, um período de vinte anos, durante o qual a mortalidade apresenta uma importante regularidade.

Quadro 75
Intensidade das crises em Chaves (1755-1880)
(mortalidade adulta)

Ano	In (a)	Ano	In (a)	Ano	In (a)
1765	3,1	1799*	2,4	1845	1,6
1766*	2,1	1800*	4,1	1848	2,7
1776	1,3	1801*	1,7	1849*	1,8
1777*	1,4	1804	2,1	1850*	1,3
1778*	1,6	1809	1,2	1851*	2,4
1779*	2,6	1820	3,3	1852*	4,1
1780*	1,4	1821*	1,4	1853*	1,3
1793	1,5	1822*	1,6	1855	5,9
1796	1,2	1827	1,7	1868	1,7
1797*	1,5	1828*	1,1	1870	1,8
1798*	3,0	1830	1,1	1871	1,0

(a) Intensidade da crise.

*Anos em que se manifestaram “crises a cavalo”.

Assim, a segunda metade do século XVIII foi marcada por ocorrências de sobremortalidade elevada, embora nenhuma delas se revista de proporções dramáticas. Os maus anos agrícolas, os acontecimentos da Guerra dos Sete Anos e as epidemias são os grandes responsáveis pelas grandes crises demográficas. Contam-se, entre elas, os episódios de 1765-1766, 1779, 1798 e 1799, com magnitudes de 2, crises médias, segundo a metodologia utilizada.

⁽⁴⁸⁶⁾ Este período é marcado por uma conjuntura de contornos adversos que afetara igualmente outras regiões peninsulares, aliando os efeitos da guerra às crises frumentárias, ocorrendo os anos críticos a meados da década de 60, (MOREIRA, 2009: 255).

Por sua vez, podemos dizer que a viragem do século se iniciara sob o signo de dificuldades: climatéricas, sucessão de maus anos agrícolas, carências alimentares, carestias de pão, fomes e, por fim, a campanha da “*Guerra das Laranjas*” e da “*Guerra Peninsular*”, o que leva Fernando de Sousa ⁽⁴⁸⁷⁾ a questionar o que era Portugal por essa altura senão um país de pobres, onde a miséria é geral.

A primeira década de Oitocentos é particularmente difícil com 4 crises de mortalidade, sendo a de 1800, uma «*crise forte*» de magnitude 3, na escala de Dupâquier.

A década de 50 do século XIX foi a mais fustigada pela “*sobremortalidade catastrófica*», em geral, designadamente nos anos 1852, 1855, 1857 e 1859, fazendo diminuir drasticamente o saldo da vida sobre a morte. A crise que ocorrera no ano de 1855 foi a mais mortífera vivida pelos flavienses, não tendo par em toda a observação. Pelo que somos levados a concluir que, também para Chaves, houve uma alteração quanto à origem e aos efeitos das sobremortalidades, na viragem dos meados de Oitocentos, se tivermos em conta as «*causas próximas que as justificam, à sua curta duração, que contrastava com a sua maior intensidade, e ao facto do número de vítimas infetadas e falecidas, estar concentrado num curto espaço de tempo*» ⁽⁴⁸⁸⁾.

A partir dos anos sessenta os episódios de «*mortalidade excepcional*» são mais espaçados e menos intensos, apesar das «*crises menores*» de 1868, 1870 e 1872, quase não se distinguindo da mortalidade dita «*ordinária*». Vejamos, agora, pelo seu interesse, o quadro 76.

Quadro 76
Número de crises, por magnitude
(1760 -1880)

Tipo de Crise	Magnitude		
	1 «menor»	2 «média»	3 «forte»
Nº de crises	21	9	3
%	63,7	27,2	9,1

Da sua leitura constatamos que, das 33 crises registadas ao longo da observação, a grande maioria delas, num total de trinta (91%) são de pequena e média intensidade, e apenas três (9%) foram crises fortes.

⁽⁴⁸⁷⁾ SOUSA, 1979: 51.

⁽⁴⁸⁸⁾ RODRIGUES, 2004: 109.

2.3. Mortalidade de crise dos menores de sete anos

Considerando a mortalidade excecional entre a população menor de 7 anos de idade, durante os 30 anos observados (Quadro 77), apuramos uma proporção de 70 % de anos de mortalidade normal e 30% de anos de mortalidade extraordinária, correspondendo a um rácio de 42,9, entre 1850 e 1879.

Quadro 77
Mortalidade normal e mortalidade excecional
(< 7 anos)

Período	Total (anos)		Anos normais		Anos de crise		Rácio anos normais / anos de crise
	N	%	N	%	N	%	
1850-1879	30	100	21	70,0	9	30	42,9

Os nove anos de crise correspondem a outras tantas crises de fraca relevância, seis crises «*menores*» e três de magnitude «*média*», equivalentes a três por década, variando entre 1,1 e 2,4 de intensidade (Quadro 78). Destas, duas crises são bienais: a de 1858-1859 e de 1865-1866. A primeira coincide com uma «*terrível epidemia das bexigas*», também sentida nas aldeias vizinhas, entre elas Calvão, causara «*bastantes estragos*»⁽⁴⁸⁹⁾, e a segunda com uma mortífera epidemia de «*cólera morbus*» que, por essa altura, castigava as populações das aldeias mais próximas do concelho de Boticas.

Quadro 78
Intensidade das crises da mortalidade Infantojuvenil
(1850-1879)

Ano	In (a)	Ano	In (a)	Ano	In (a)
1855	1,4	1865	1,9	1872	1,5
1858	1,1	1866*	1,6	1874	2,4
1859*	2,4	1868	2,4	1879	1,4

(a) Intensidade da crise.

*Anos em que se manifestaram “crises a cavalo”.

Já em relação à mortalidade excecional ocorrida no ano de 1874, com a intensidade de 2,4, teve origem num surto epidémico de febre tifoide que lavrara na região, a fazer fé nas atas da Câmara⁽⁴⁹⁰⁾, ainda que não possamos excluir outras causas como as doenças gastrointestinais.

⁽⁴⁸⁹⁾ É o que refere um ofício do Administrador do Concelho de 31 de março de 1859 para o Presidente da Instituição Vaccinica da Sociedade Litteraria Portuense a solicitar «lâminas de pus vacciniso, para vacinar as crianças do concelho». AMC - *Livro de Correspondência de 1856 a 1860*. R.S / 62, fol.201.

⁽⁴⁹⁰⁾ AIRES, 2000: 39.

Em Braga, entre 1872 e 1873, declarou-se um dos maiores surtos de varíola, sacrificando principalmente os estratos mais jovens da população (⁴⁹¹).

Nesta sucessão de sobremortalidades, somente duas crises afetaram conjuntamente a população flaviense, menores e maiores de sete anos, nos anos de 1855 e de 1868, ainda que de intensidade divergente: a uma crise «*menor*» Infantojuvenil contrapõe-se uma crise «*forte*» dos adultos, no primeiro caso; ao invés, no segundo momento, a uma crise «*média*» dos menores de sete anos corresponde uma crise «*menor*» dos maiores dessa idade, podendo evidenciar presumivelmente etiologias e natureza distintas. Todavia, esta conjuntura obituária não impediu o progressivo crescimento da população local.

Comparando o número de crises relativamente aos maiores e menores de 7 anos, distinguimos, para o mesmo período, uma menor quantidade de sobremortalidades de adultos do que dos menores de 7 anos, ainda que se revelem de maior intensidade.

2.4. O ciclo das principais crises da mortalidade adulta

A análise da sazonalidade dos óbitos permite-nos conhecer melhor as causas que influenciaram as grandes mortalidades, devendo-se considerar, no entanto, que um número significativo das crises extravasa os limites impostos pelo ano civil (⁴⁹²). Há mesmo autores, entre eles, Livi-Bacci e Pérez Moreda, que veem na análise estacional da doença um bom instrumento para descobrir a *causa-mortis* e a natureza das grandes mortalidades, bem como a sua incidência social e etária, ainda que tal não deva ser, em nosso entender, esteira a tomar sempre em consideração.

2.4.1. Crises de 1765 e 1766

A segunda metade de Setecentos, assinalada por guerras, carências de subsistências e epidemias (⁴⁹³), amargou a precária existência dos flavienses, bem patentes nas 12 crises registadas, 5 delas de «*média*» magnitude.

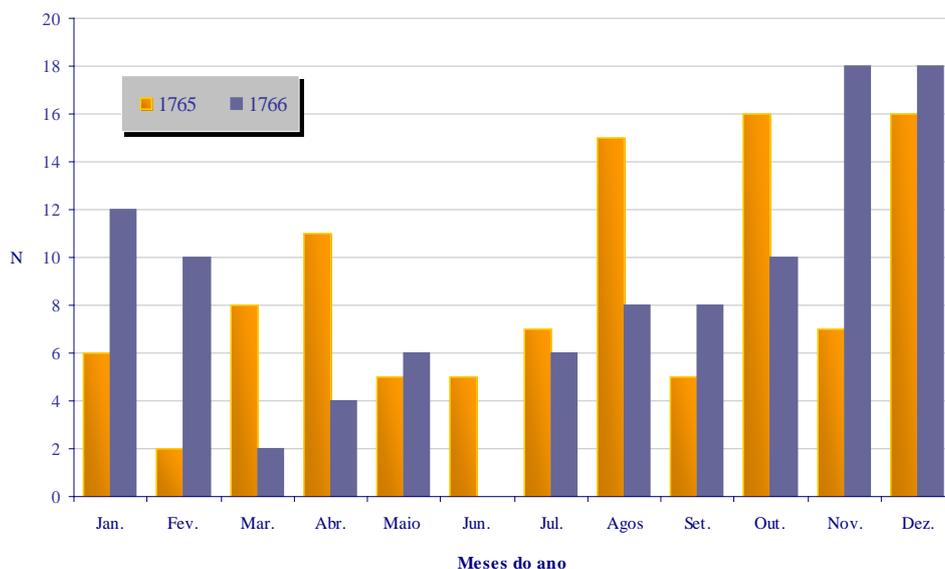
O registo de duas crises em anos contíguos, de magnitude «*média*» levou-nos à apresentação, pelo seu interesse, do gráfico comparativo da repartição da sobremortalidade para os anos de 1765 e 1766 (Gráfico 29).

⁽⁴⁹¹⁾ BARBOSA, 2001: 34.

⁽⁴⁹²⁾ RODRIGUES, 2008: 273.

⁽⁴⁹³⁾ A propósito J. Pérez Garcia refere que, durante a segunda metade de Setecentos, a vizinha Galiza viveu uma situação peculiarmente malthusiana, uma vez que a sua população crescera acima dos seus recursos disponíveis, com evidentes reflexos na mortalidade ordinária (PÉREZ GARCIA, 1988: 303). Também Pérez Moreda considera a crise de 1762-65 como a mais extensa e mais grave do século XVIII, em Espanha (PÉREZ MOREDA, 1980: 460).

Gráfico 29
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1765/66)



Na sequência da ocupação militar da vila pelas tropas espanholas, em maio de 1762, que se prolongara por quase um ano, devido à participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos, ao lado dos ingleses, levou muitos flavienses a abandonar a urbe, a caminho de um lugar mais seguro, pois o Governador da Praça, general Francisco José Sarmiento, havia desamparado o burgo acompanhado dos seus soldados e de muitos paisanos. Resultaram daqui desarranjos de várias ordens, quer na produção e no abastecimento de víveres quer na alimentação e na saúde das populações. António Pedro Vicente conta-nos que os habitantes locais, com o ódio que tinham ao invasor, destruíram culturas, queimaram mantimentos e casas, privando o inimigo de abastecimento e de alojamento ⁽⁴⁹⁴⁾.

Uma análise dos registos de óbito não nos esclarece sobre as possíveis repercussões desta ocupação. Somente, um assento se refere à ocupação «castelhana» e que por esse motivo se deu ao defunto sepultura numa freguesia próxima. Foi o que, certamente, aconteceu a alguns flavienses que procuraram guarida nas aldeias vizinhas, deixando-nos, assim, perante um sub-registo do fenómeno, com reflexos, naturalmente, na expressão da curva necrológica da vila para os anos em causa. Só uma investigação aturada pelos livros de registo das várias freguesias próximas de Chaves poderá dar resposta à nossa inquietação.

Porém, a escalada dos falecimentos só acontecerá nos anos seguintes de 1765 e de 1766. A observação da correspondente representação gráfica permite-nos inferir a

⁽⁴⁹⁴⁾ SERRÃO, 1982, VI: 60.

ocorrência de uma epidemia de tipo estivo-outonal, permeáveis a doenças gastrointestinais, com um usual repique secundário no mês de janeiro. Já a sobremortalidade inverno-primaveril, ocorrida em 1765, poderá estar relacionada com a penúria de subsistências, fruto dos maus anos agrícolas que se sucederam por essa altura.

Não sabemos em que medida a seca, a destruição de víveres e os episódios de guerra, ocorridos nos anos anteriores, e as consequentes doenças que a perseguiram afetaram este ciclo de sobremortalidade, mas não há dúvida de que fragilizaram a vida dos flavienses.

Nas terras trasmontanas de Moncorvo, as crises de mortalidade deste período tiveram como pano de fundo os frequentes maus anos agrícolas (⁴⁹⁵), afetados pelas más condições climáticas, com maior incidência nos meses de inverno. Também Pérez Garcia (⁴⁹⁶) faz alusão à carência de subsistências na Galiza que, acompanhada por surtos epidémicos, degeneraram frequentemente em grandes mortandades, sendo exemplo disso a crise de 1769-70. A penúria de alimentos também é referida por Delfina Rodríguez Fernández (⁴⁹⁷) para a comarca galega de Celanova. Porém, já na nossa freguesia de Calvão o fenómeno não teve incidência significativa nos anos em apreço.

Devemos ter presente que Portugal era deficitário em cereais, produzindo apenas um terço das necessidades da sua população, tendo por essa altura negociado a sua importação de França (⁴⁹⁸). Porém, o silêncio das fontes consultadas não permite afirmações conclusivas.

2.4.2. Crise de 1779

No ano de 1779 lavrou uma crise de magnitude 2 (crise média), inscrita num ciclo de quatro crises «*menores*»: três que a antecederam e uma ocorrida no ano seguinte. O acréscimo da duração do espaço temporal das crises demográficas, durante o período de Setecentos, já tinha sido notado por Teresa Rodrigues, alertando «que a gravidade de algumas delas, em termos de número de vítimas, advêm-lhes apenas do facto de se terem mantido ativas por dois ou mais anos» (⁴⁹⁹).

⁽⁴⁹⁵⁾ BARBOSA, 2001: 23.

⁽⁴⁹⁶⁾ PÉREZ GARCIA, 1988: 303.

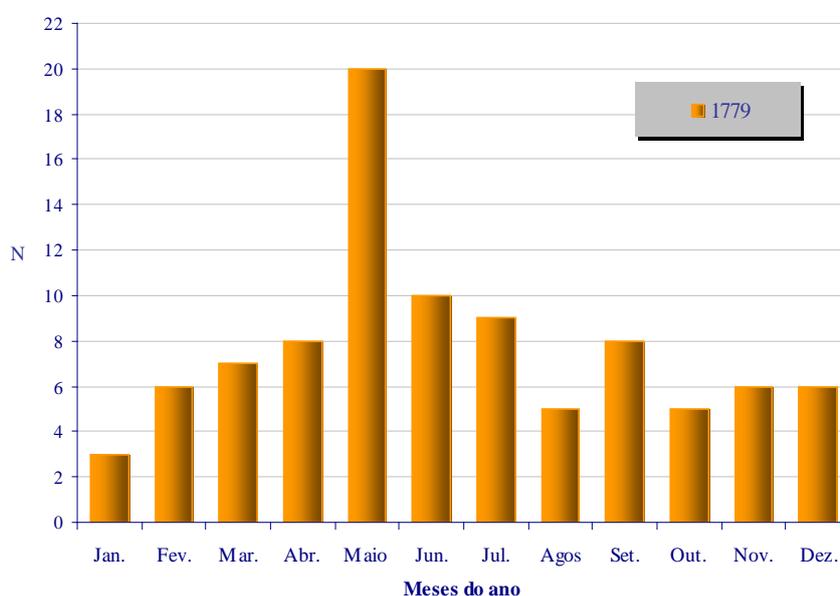
⁽⁴⁹⁷⁾ RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1997: 110.

⁽⁴⁹⁸⁾ SERRÃO, 1982, VI: 63.

⁽⁴⁹⁹⁾ RODRIGUES, 2009: 273.

Contrariamente às anteriores, o número de falecimentos adensa-se sobretudo no mês de maio, prolongando-se, ainda, ligeiramente pelos meses de junho e julho. Sublinhe-se que os cerca de 17% de militares falecidos, durante este ano, acompanharam a tendência sazonal, com um máximo igualmente em maio, não ajudando, por isso, a clarificar as causas de morte. Globalmente estamos perante um fenómeno primo-estival que, segundo Yves-Marie Bercé ⁽⁵⁰⁰⁾, tem origem, em regra, nas doenças de tipo exantemático, embora não possamos descartar outras razões, como as febres intestinais ou mesmo catarrais.

Gráfico 30
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1779)



Não temos conhecimento que, por essa altura, tenham ocorrido episódios bélicos na raia transmontana, não se afastando, porém, a influência dos soldados «*domiciliados*» no Hospital Real da vila. Não havendo, porém, notícias sobre o que terá despoletado este «*acidente demográfico*», somos levados a acreditar que estaremos perante uma qualquer endemia de incidência primaveril.

Para Teresa Rodrigues ⁽⁵⁰¹⁾, durante este período, na grande maioria dos casos, a elevada mortalidade pode estar ligada a doenças contagiosas de foro digestivo ou respiratório, alternando com a estação do ano. Assim as crises estivais estariam relacionadas com as febres tifoïdes e enterites; já no inverno lideravam as gripes, pneumonias e o tifo exantemático.

⁽⁵⁰⁰⁾ BERCÉ, 1991: 161-174.

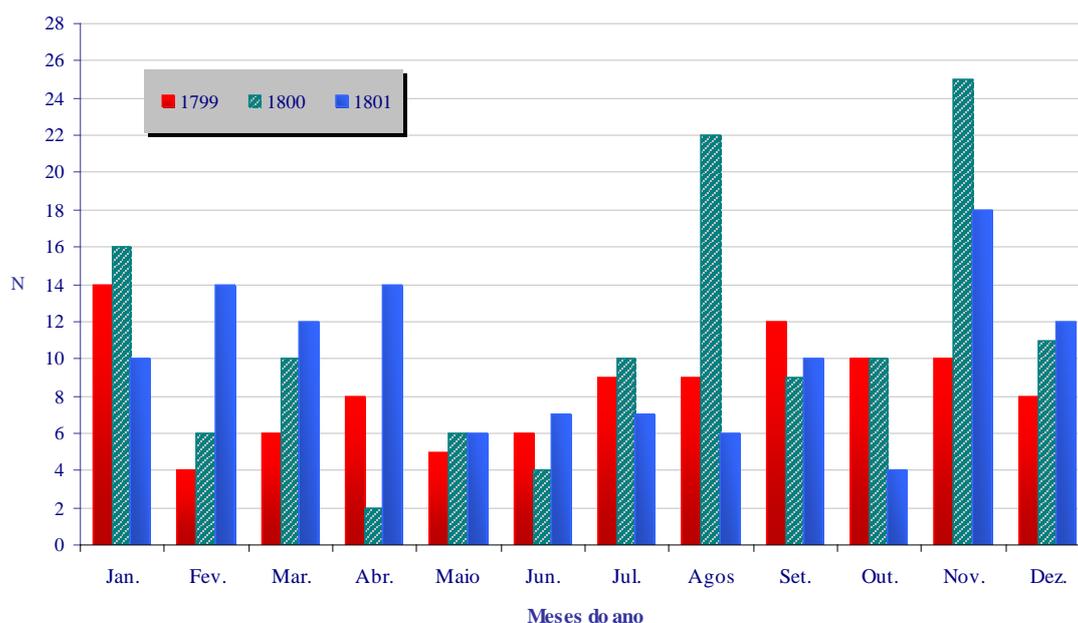
⁽⁵⁰¹⁾ RODRIGUES, 2009: 275.

2.4.3. Crises de 1799, 1800 e 1801

A última década de Setecentos e a primeira do seguinte foram particularmente difíceis para as populações desta região transmontana, coincidindo com um período de anos de más colheitas, que fizera subir o preço do pão (⁵⁰²). Também Espanha, nos princípios do século XIX, conheceu um período de gravíssima mortalidade catastrófica de natureza mista onde se conjugara os efeitos da crise agrária com os da enfermidade endémica, aos que se associaram as consequências da guerra (⁵⁰³).

Em Chaves, durante estas duas décadas, contámos nove crises, sendo três de magnitude «*media*» e uma «*forte*». Também em Calvão verificámos, por esta ocasião, uma conjuntura difícil, irrompendo no ano de 1800 uma «*crise forte*» de intensidade 4, a mais mortífera que assolara a paróquia nas duas centúrias por nós estudadas.

Gráfico 31
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1799, 1800 e 1801)



Do exame do gráfico da repartição dos óbitos segundo os meses do ano, para o período em causa, verificamos que o ano de 1799 se inicia com uma subida de enterramentos, logo no mês de janeiro, baixando para valores que diríamos «*ordinários*» até ao mês de julho. Porém, o número de óbitos adensa-se nos meses seguintes, com um repique em janeiro de 1800. Fernando de Sousa (⁵⁰⁴) conta-nos que o

(⁵⁰²) Fernando de Sousa chega mesmo a concluir que «a carestia dos géneros repercute-se de modo doloroso e geral nas populações, sendo numerosos os testemunhos que comprovam o agravamento das condições de vida das populações nos últimos anos do séc. XVIII» (SOUSA, 1799: 55).

(⁵⁰³) Cf. PÉREZ MOREDA, 1980: 466.

(⁵⁰⁴) SOUSA, 1979: 50.

ano de 1799 foi muito chuvoso, prolongando-se pelo ano seguinte, e com um verão muito frio, conduzindo naturalmente à penúria de cereais. Durante este ano de 1800, designadamente nos meses de agosto e novembro, a morte «*flameja*» na vila, prolongando-se nos primeiros meses do ano seguinte, à exceção de fevereiro e abril. De novo, a morte atica-se nos meses de novembro e dezembro de 1801.

Segundo o pároco de Mancelos, na cidade do Porto, em 1801 e 1802, os pobres morriam de fome e frio, pela muita miséria (⁵⁰⁵). Apesar dessa informação, não vislumbramos uma regular continuidade na evolução sazonal dos óbitos, seguindo estes, por sua vez, «*grosso modo*» uma feição estivo-outonal, nos dois primeiros anos, e uma outono-invernal no terceiro ano analisado. Curiosamente, nos meses seguintes aos episódios da *Guerra das Laranjas*, ocorridos nesta urbe, em junho de 1801, gerando perturbações de vária ordem, o volume de óbitos aproximou-se da normalidade.

Consultando os registos de óbito detetámos que uma percentagem apreciável faleceu no Hospital Real ou Militar, acompanhando a distribuição mensal e a tendência do ano de 1801. Foi nos meses frios de novembro e janeiro, ou nos meses quentes de julho e agosto que a morte atacou nesta instituição com mais teimosia. Os valores atingidos nos meses de agosto e novembro demonstram bem essa tendência. A não indicação nos assentos de óbito da *causa de mortis* não nos esclarece sobre a origem, ou origens da sobremortalidade neste período. Todavia, os duros anos em que se inscrevem estas crises, de carência de subsistências, de miséria e de movimentações militares, criaram condições favoráveis ao desenvolvimento de epidemias, entre elas, o tifo exantemático, companheiro dos exércitos. À semelhança do que acontecera em outras regiões do país, também no Norte do reino (⁵⁰⁶), as epidemias e a peste continuaram a ceifar estas populações, nos anos de 1803-1804, comprovando o cenário mais negro da tipologia de Dupâquier (⁵⁰⁷). Para este virar de século, Teresa Rodrigues (⁵⁰⁸) embora considere que «em quase todos os casos de mortalidade de crise coexistem várias causas de morte, de perfil epidémico», indica a febre tifoide como a principal causa de morte.

(⁵⁰⁵) SOUSA, 1979: 56.

(⁵⁰⁶) Idêntica situação ocorreu também na região de Caminha (REGO, 2013: 171-173).

(⁵⁰⁷) DUPÂQUIER, 1979: 336.

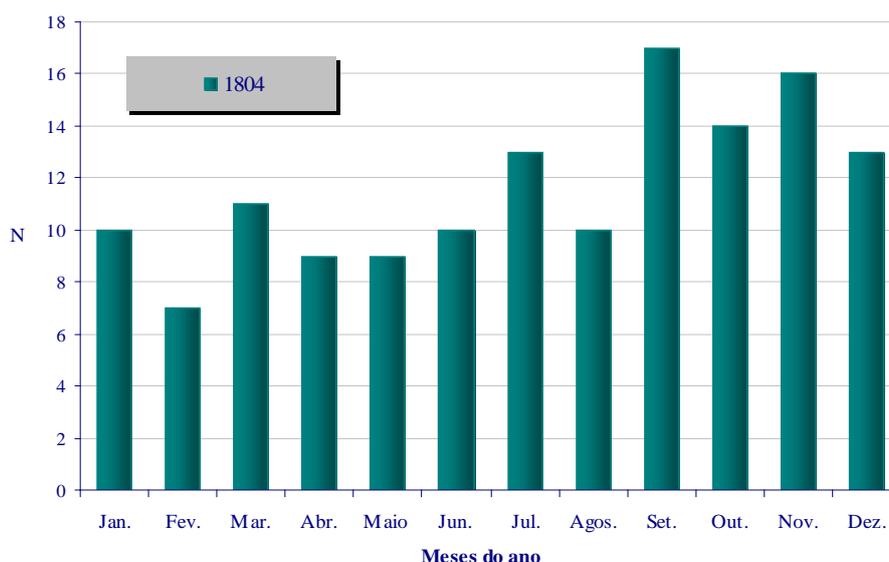
(⁵⁰⁸) RODRIGUES, 2009: 275.

2.4.4. Crise de 1804

No ano de 1804 a vila de Chaves é devastada por uma crise de magnitude «média» ⁽⁵⁰⁹⁾ que medrara particularmente na segunda metade do ano, com um pico principal no mês de setembro e um secundário em novembro.

É de sublinhar que cerca de 45% dos efetivos são provenientes do Hospital Militar, acompanhando, igualmente, a feição estivo-outonal, com maior frequência nos meses de junho, setembro e dezembro. Teria sido, por isso, que esta crise não teve expressão na comunidade rural de Calvão? Seria necessário averiguar as causas desta forte incidência obituária dos militares para melhor compreender este acidente demográfico. A fazer fé nas palavras de Fernando de Sousa ⁽⁵¹⁰⁾, a par das epidemias e da peste, os maus anos agrícolas continuaram a sentir-se em Portugal, originando, em 1804, uma vantajada importação de cereais, bem superior à de 1796 e de 1801.

Gráfico 32
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1804)



Também a vila de Moncorvo, no biénio de 1804-1805, fora assolada por um quadro espinhoso, onde se conjugaram o paludismo e as febres tifoide e amarela, provocado pelas graves perturbações climatéricas e escassez de géneros alimentares, sentida também além-fronteiras ⁽⁵¹¹⁾. Igualmente, em Vila Flor os primeiros anos do século XIX foram caracterizados por maus anos agrícolas, crises frumentárias e

⁽⁵⁰⁹⁾ Todavia, em Espanha nenhuma crise foi tão intensa como a que se manifestara pelo ano de 1804, cf. PÉREZ MOREDA, 1980: 460.

⁽⁵¹⁰⁾ SOUSA, 1979: 50.

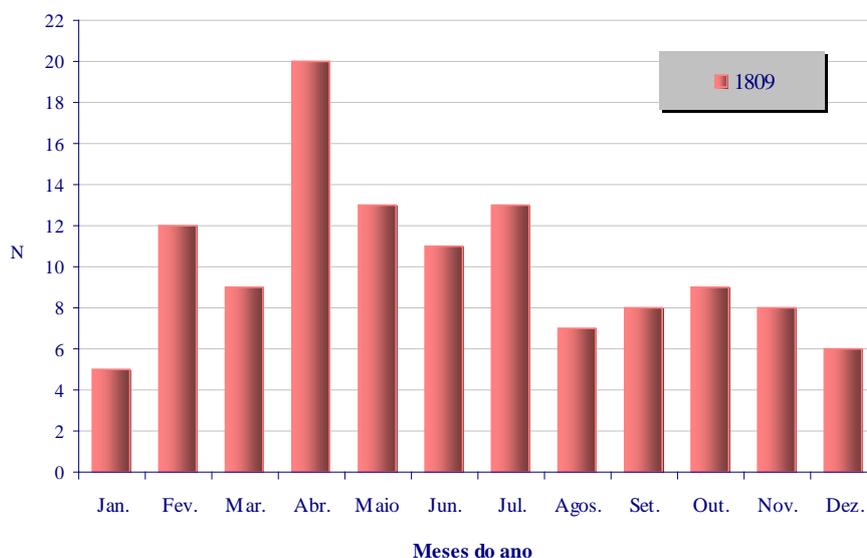
⁽⁵¹¹⁾ BARBOSA, 2001: 30.

epidemias que geraram uma mortalidade extraordinária de magnitude «forte» em 1805, depois de uma crise «menor» em 1803.

2.4.5. Crise de 1809

A «crise menor» de sobremortalidade ocorrida em 1809 está relacionada com a Guerra Peninsular, designadamente com a segunda invasão francesa, que afetara particularmente esta vila e a região norte do reino.

Gráfico 33
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1809)



Não temos relatos do que terá ocorrido, mas tudo nos leva a crer que os casos de abril a julho, com um pico no primeiro mês, tenha a ver com os desarranjos causados pela campanha de Soult, provocando carências de abastecimento, más condições de existência, seguidas provavelmente de um surto epidémico estival. Na verdade, os exércitos em movimento provocam a desorganização da atividade agrícola, a devastação das culturas e o saque ou destruição das colheitas. Terá sido isso, possivelmente, o que aconteceu nos meses de março, abril e maio em Chaves, preparando o terreno à penúria das safras. A guerra, a pilhagem, a destruição das colheitas, a miséria e a fome não teriam preparado o terreno a um surto epidémico, presumivelmente de tifo? Pelo que os exércitos, para além de privarem as populações de alimentos, difundem doenças. Yves-Marie Bercé ⁽⁵¹²⁾ chega a designá-las por «*peste de guerra*» por se associarem às desgraças da guerra, acarretando uma perda considerável da população. A propósito,

⁽⁵¹²⁾ BERCÉ, 1991: 161-174.

Norberta Amorim (⁵¹³) traça-nos, assim, a situação para Guimarães: «juntaram-se os efeitos diretos da Guerra Peninsular e o alastramento de uma mortífera epidemia identificada como tifo exantemático», acrescentando que «as vítimas diretas da guerra não ultrapassariam a dezena e meia nesse ano de 1809, mas irão contar-se por muito mais as vítimas da epidemia que se abate sobre a área nos dois anos seguinte».

Em Braga e seu termo ocorreu, durante o mês de março de 1809, a crise mais grave dos séculos XVIII e XIX, com repiques secundários em julho e agosto (⁵¹⁴), em consequência da movimentação das tropas de Soult.

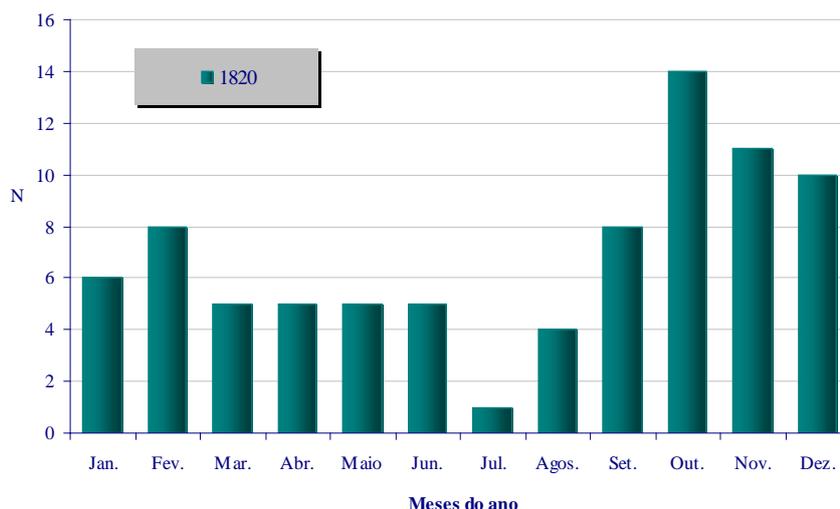
Também, em 1809, na comarca de Celanova, na Galiza, por onde trilharam as hostes francesas ocorreu uma crise com certa importância, que se prolongou no ano seguinte, como nos conta Delfina Rodríguez (⁵¹⁵).

Em Chaves, tal como na paróquia rural vizinha de Calvão (⁵¹⁶), a crise dissipou-se bruscamente após o mês de agosto e a mortalidade tornou-se «ordinária».

2.4.6. Crise de 1820

No ano de 1820, a mortalidade irrompeu bruscamente nas terras flavienses originando uma «*crise menor*» de magnitude 2. A subida dos níveis de mortalidade verificou-se essencialmente nos meses de inverno, descendo, para valores normais, nos meses primo-estivais.

Gráfico 34
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1820)



(⁵¹³) AMORIM, 1987: 315.

(⁵¹⁴) BARBOSA, 2001: 29.

(⁵¹⁵) RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, 1997: 111.

(⁵¹⁶) FAUSTINO, 1998: 209.

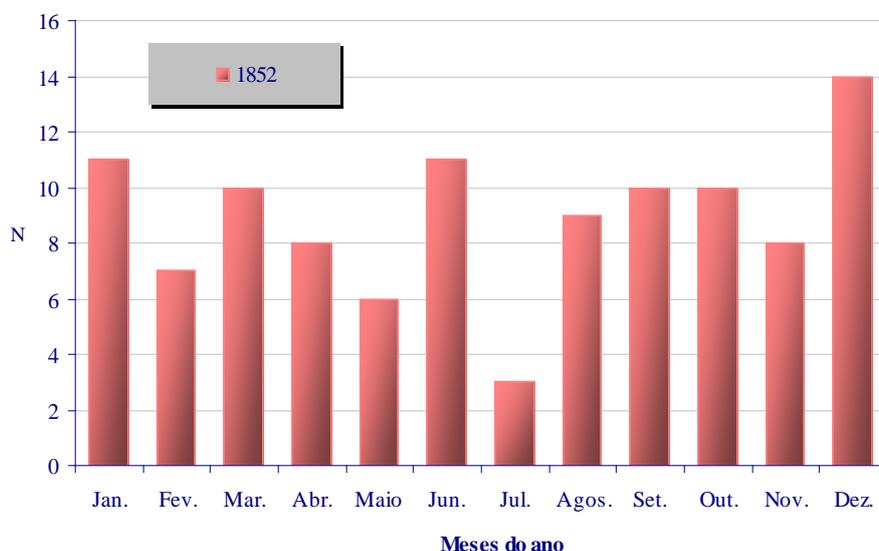
Na segunda metade do ano, o surto de falecimentos renova-se, adensando-se em outubro e desacelerando-se nos meses seguintes.

É claramente uma crise outonal, com substancial expressão no inverno seguinte. Faltam-nos relatos credíveis que nos esclareçam sobre a etiologia da sobremortalidade durante este ano. Sabemos, no entanto, que uma trintena de defuntos, correspondendo a 36% da totalidade, estava internada no Hospital Militar da vila, tendo mais de metade finado nos últimos três meses do ano.

2.4.7. Crise de 1852

A excessiva sobremortalidade do ano de 1852 é precedida por um período de 4 anos de crises «menores» e de uma «média», no ano de 1848. Esta mortalidade extraordinária deve-se a uma conjuntura adversa caracterizada pela instabilidade político-militar, associada às variações meteorológicas e, provavelmente, à consequente carestia dos géneros, e, porventura, à manifestação de um surto epidémico de cólera⁽⁵¹⁷⁾.

Gráfico 35
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1852)



Se nos ativermos à leitura da repartição mensal dos óbitos do ano de 1852, verificamos que ela se dispersa pelos diferentes meses do ano, com uma forte elevação em dezembro, precedida por dois picos secundários em janeiro e junho.

⁽⁵¹⁷⁾ É isso mesmo que nos diz o Administrador do Concelho que, na sequência de um ofício do Sr. Governador Civil do Distrito, de 12 de novembro de 1849, temendo o «horroroso flagelo» de «collera morbus» nomeou uma comissão presidida pelo Reverendo Pároco da freguesia, para tomar as necessárias medidas preventivas, bem como, à custa da caridade pública, acudir «aquelas classes mais desvalidas» da vila. AMC - Livro de Correspondência de 1846 a 1848. R.S / 60.

Aos internados no Hospital Militar junta-se, agora, um número substancial de pessoas pobres e mendigas, tendo algumas destas finado no Hospital da Misericórdia, onde se recolhiam os mais carenciados. Aqui, segundo documentos coevos, afluíam doentes de diversas proveniências, designadamente dos concelhos limítrofes e da Galiza.

Os provedores queixam-se, por esta altura, que uma grande quantidade de mendigos portugueses e galegos procuravam cura das suas moléstias no Hospital da Misericórdia. Entre estes, associava-se um bom número de mulheres «*toleradas*» afetadas por doenças venéreas, entre outras, provocando inúmeros gastos à instituição⁽⁵¹⁸⁾. Pelo que somos levados a concluir que houve uma alteração do paradigma da etiologia da sobremortalidade em relação ao início do século.

Em Moncorvo, durante este período, as populações foram fustigadas por várias crises de mortalidade, de duração variável, concentrando o maior número de óbitos nos meses de março-abril e agosto-setembro. Provavelmente a mortalidade excessiva deveu-se ao ambiente de tumultos, às dificuldades meteorológicas e à carestia e, por ventura, ao aparecimento do surto colérico (Barbosa, 2001: 32). O mesmo terá acontecido às populações do concelho de Caminha que, desde 1846 até 1852, foram vítimas de várias epidemias, entre elas, a de cólera, possivelmente associadas às más colheitas⁽⁵¹⁹⁾.

2.4.8. Crise de 1855

No ano de 1855 a morte irrompe virulentamente no mês de outubro. Tratou-se da crise mais mortífera que registámos para Chaves, atingindo o índice de 5,9 segundo a metodologia de Dupâquier.

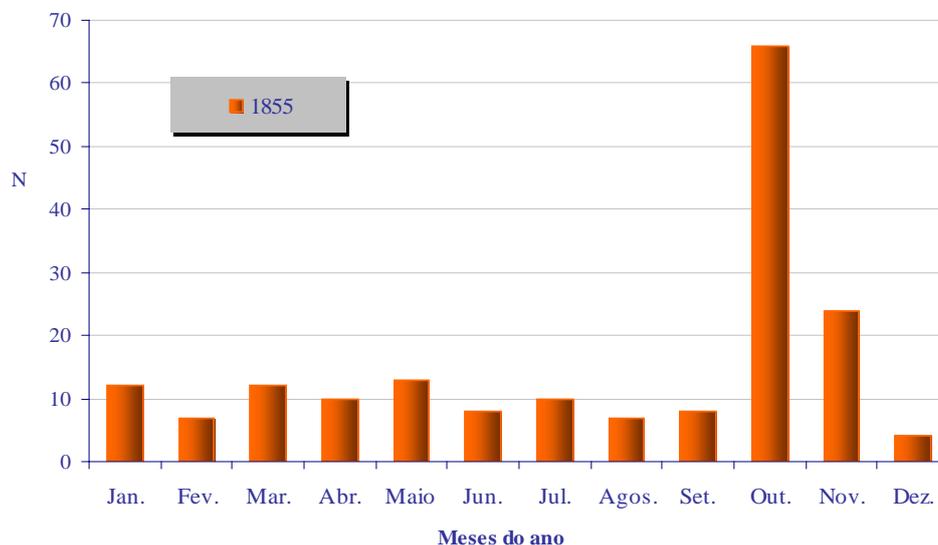
A vila foi abrasada, a partir do dia 14 de outubro, por uma epidemia de *cholera morbus* proveniente da Galiza, que só se extinguiu no ano seguinte. Segundo a correspondência trocada, por essa altura, entre o Administrador do Concelho e o Alcaide Constitucional de Verín, da vizinha Galiza, o terrível flagelo castigara, já no dia 8 de setembro, Puebla de Sanábria e no dia 12 entrara na paróquia da A Godinha e em vários povos da raia galega. Perante a situação o Administrador zelou para que os socorros públicos tomassem as seguintes medidas: um «*cordão sanitário militar para impedir a entrada de pessoas*»; o estabelecimento de um hospital para os indigentes coléricos; a afixação de editais em diversos locais públicos. Outras medidas de carácter

⁽⁵¹⁸⁾ VIÇOSO, 2007: 143.

⁽⁵¹⁹⁾ REGO, 2012: 177.

higiénico, como dar sepultura aos cadáveres dos pobres indigentes, por falta de quem o fizesse, mereceram, igualmente, a atenção das entidades públicas (⁵²⁰).

Gráfico 36
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1855)



A fim de cuidar da saúde mental da população, no dia 16 de outubro o Administrador do Concelho oficiou ao Reitor da Igreja Matriz e ao Provedor da Misericórdia para não mandarem tocar os «*sinais*» enquanto lavrasse a epidemia, a fim de «não infundirem o terror que os mesmos podem causar aos habitantes da Vila». Apesar disso, no decurso do ano, mais de cento e oitenta vezes os párocos acompanharam os seus defuntos fregueses ao cemitério, setenta dos quais no mês de outubro. Também durante os meses de outubro e novembro foram sepultados 29 militares dos 48 indivíduos falecidos durante o ano de 1855. Já a mortalidade dos menores de 7 anos de idade reparte-se por vários meses do ano, sobretudo, de inverno de dezembro, janeiro e fevereiro, mais atreitos às doenças respiratórias e pulmonares. Também o mês de setembro, antes de ocorrer o terrível surto de cólera, regista o segundo «*pico*» de óbitos de crianças, em consequência possivelmente das sazonais doenças gastrointestinais.

Refletindo o quadro de dificuldades e de miséria na vila de Chaves, segundo os documentos da época de que nos servimos, pereceram 59 pessoas, mulheres na sua grande maioria, declaradas pelos redatores paroquiais como pobres e mendigas (⁵²¹).

(⁵²⁰) AMC – *Livros de Registo de Correspondência Expedida da Câmara* (1851-56).

(⁵²¹) Nos livros de óbito, encontramos com alguma regularidade referências que comprovam aqui, por essa altura, a existência desse estado de mendicidade, como estas: «Pobre mendigo de que se não sabe o nome nem naturalidade, apareceu debaixo dos Arcos do Arrabalde», e no dia seguinte «outro pobre mendigo de que se não sabe o nome nem naturalidade, só que era Galego, faleceu nas

Associadas a este surto epidémico lavraram «*outras febres intermitentes*», designadas de febre-amarela que continuaram a martirizar a existência das populações flavienses nos tempos seguintes, já por si em situação aflitiva devido ao péssimo ano agrícola de 1856 e à consequente subida dos preços dos cereais.

Durante este ano foram registados surtos de *cholera morbus* em diferentes terras do país, como em Braga e Lisboa. Na capital do Minho revelou-se devastadora (⁵²²), aparecendo associada à carência de cereais, sobretudo à escassez de milho; e em Lisboa o surto foi seguido de uma epidemia de febre-amarela, de outubro de 1855 a novembro de 1856, que segundo Teresa Rodrigues (⁵²³) dizimou 3.275 almas. Também a pequena paróquia rural de Calvão foi igualmente afetada por uma vaga de sobremortalidade, mas somente nos anos seguintes de 1856 e 1859, cujas causas poderão estar relacionadas com a «*doença das bexigas*».

2.4.9. Crise de 1870

Uma análise da distribuição mensal dos falecimentos do ano de 1870 revela-nos uma maior incidência nos meses de primavera e de outono, com um acréscimo «*anormal*» no mês de junho. Torna-se difícil a procura das causas próximas desta «*crise menor*», tanto mais, como é sobejamente conhecido, porque as características destas sobremortalidades não se reveem no paradigma dos períodos anteriores. Estas são agora menos pronunciadas e mais espaçadas.

Ainda que o nosso rei D. Luís, no ano de 1865, tenha providenciado para se tomarem medidas para prevenir a cólera no reino, esta não foi aqui declarada, apesar da elevação do número de óbitos, nem tão pouco na vizinha paróquia rural de Calvão.

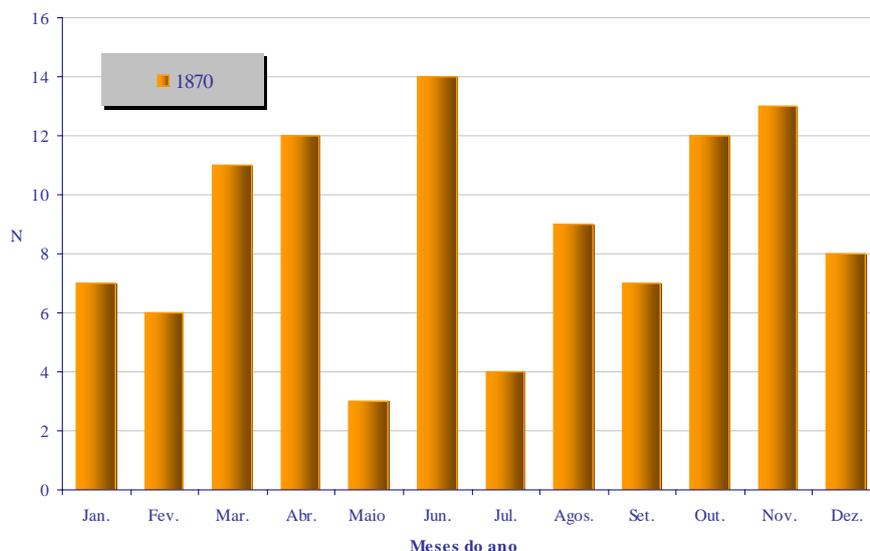
Todavia, a fazer fé nas atas da vereação da Câmara lavrou na região uma gravíssima epidemia de “*cholera morbus*”, entre novembro desse ano e janeiro do seguinte, nomeadamente nas aldeias de Rebordondo, Redondelo e Casas Novas. Por sua vez, no ano de 1870, manifesta-se «*uma grave moléstia*» na povoação de Sobreira e, no ano de 1873-74, uma de febre tifoide na aldeia de Cural de Vacas, atual freguesia de Santo António de Monforte, que não chegou à sede do concelho, nem às freguesias vizinhas.

Varandas de João de Medeiros ao Senhor do Bom-caminho desta Vila, neste dia vinte dois para vinte e três de agosto de mil e oito centos e cinquenta e sete». ADVRL - *Livro de óbitos* (1857-1859), nº 190, Repartição Única, fl. 9V°.

(⁵²²) BARBOSA, 2001: 32.

(⁵²³) RODRIGUES, 1995: 259.

Gráfico 37
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1870)



Pelo que as sobremortalidades, as grandes delapidadoras das populações do passado são, agora, substituídas por «*febres*» localizadas e de curta duração.

Finalmente podemos concluir que as «*grandes mortandades*» que perpassaram a vida dos flavienses estão associadas a conjunturas adversas de natureza vária, como a carência de subsistências, perturbações político-militares e sociais, que, como refere Dupâquier, se encarregaram de preparar o terreno aos surtos epidémicos.

As sobremortalidades da segunda metade de Setecentos estão associadas quase sempre aos maus anos agrícolas e à conseqüente carência de alimentos. Como é sabido, as alterações climatéricas marcam as últimas décadas do século provocando escassez de cereais, carestia dos preços e certamente fomes, que se agravaram pelos acontecimentos da *Guerra dos Sete Anos*, da *Guerra das Laranjas* e pelas doenças de incidência outono-invernal.

A nossa observação iniciou-se com a deteção de uma mortalidade associada a episódios bélicos que, nos anos seguintes a 1762-63, alteraram o ritmo obituário «*normal*». Chaves, como uma das praças mais fortes da raia do norte de Portugal, foi marcada por uma dinâmica ligada à vida militar quer quotidianamente, quer, ainda, de forma episódica, quase sempre virulenta. Foi o que aconteceu nos anos de 1801 e 1809, não se podendo negar os efeitos imediatos que a situação de guerra e ocupação acarretou em termos da vida agrícola e subida de preços, desembocando, em geral, sempre que cavalga um surto epidémico, numa crise de mortalidade. Na verdade, ainda

que se considere a epidemia como o elemento constitutivo de toda a crise, não podemos menosprezar o papel desempenhado pelas campanhas militares num espaço urbano próximo da raia galega, não tanto pelos efeitos das tropas, mas como fator de desorganização da vida económica e social e como veículo de propagação de doenças.

A propósito, concordamos com Pérez Moreda (⁵²⁴) quando conclui que as crises de sobremortalidade dos primeiros anos de Oitocentos, pela sua natureza complexa e intensidade, marcam o final de um ciclo multissecular, no qual a natureza e os mecanismos se repetiam, embora com desigual gravidade, mas com características semelhantes.

Por sua vez, os meados de Oitocentos estão ligados aos flagelos da *cholera morbus* e da febre-amarela detetados em diversas regiões do país. Em Chaves, sentiram-se com grande virulência sobretudo no ano de 1855 – o mais mortífero que observámos.

A partir dos meados da centúria as grandes mortalidades desapareceram, podendo, no entanto, registar-se «*crises menores*» de fraca intensidade e mais espaçadas no tempo como as de 1868, 1870 e 1872, tendo, para isso, contribuído a implementação de medidas higiénico-sanitárias, como a proibição da vadiagem dos animais domésticos na ruas da urbe, bem assim, o seu lajeamento e limpeza. O aproveitamento de melhores nascentes de água e o seu encanamento para a vila melhorou de forma decisiva a saúde pública.

Por tudo isto, somos levados a concordar com Teresa Rodrigues (⁵²⁵) que, doravante, o comportamento da mortalidade deixa de estar sujeita à instabilidade que até então o caracterizava.

3. Ocupação profissional ao óbito

Se nos debruçarmos sobre a repartição profissional por altura do óbito, segundo a classificação apresentada (Quadro 79), confirmamos a grande diversidade de profissões registadas nos respetivos assentos (Anexo 6), apesar de verificarmos, à semelhança do que ocorrera para os nubentes, a persistência de uma prática dos clérigos em omitirem a profissão dos defuntos, nomeadamente no primeiro período em estudo.

⁽⁵²⁴⁾ PÉREZ MOREDA, 1980: 375-376.

⁽⁵²⁵⁾ RODRIGUES, 2004: 38.

Quadro 79
Atividades e ocupações profissionais dos falecidos
(por períodos)

ATIVIDADES	PERÍODOS				TOTAIS	
	1780-1829		1830-1879			
	Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»	N	%
I - Agricultura	-	13	29	124	166	9,2
II - Indústria	12	41	27	80	160	8,8
III - Comércio e serviços	6	25	15	48	94	5,2
IV - Transportes	-	2	-	7	9	0,5
V - Administração Pública	6	9	9	10	34	1,9
VI - Ensino saúde e artes liberais	4	5	9	14	32	1,8
VII - Cultura e artistas	-	1	-	2	3	0,2
VIII - Clero e outros serventes	1	3	7	6	17	0,9
IX - Forças públicas	-	1	-	16	17	0,9
X - Forças militares	52	526	43	628	1249	68,9
XI - Indivíduos não classificados	-	2	-	31	33	1,8
Totais	81	628	139	966	1814	100

Pelos dados verifica-se que as forças militares tinham aqui um peso assaz importante somando 1249 dos 1814 efetivos, com profissão ou ocupação identificada ao óbito, correspondendo a 68,9%.

Os restantes 565 profissionais identificados foram agrupados em cerca de sete dezenas de ocupações, sendo 440 originários de «fora» da vila, correspondendo a 77,9%. Também não são naturais da urbe os 1154 dos 1249 que seguiram as lides das armas, perfazendo 92,4% dos militares falecidos.

Se nos ativermos à sua repartição pelos setores de atividade notamos que cerca de 9,2 % dos indivíduos estão ligados à agricultura, tendo em atenção os cinquenta e cinco jornaleiros, vinte e oito criados de servir, três hortelãos, dois cabreiros, vinte e cinco lavradores e cinquenta e três proprietários. Estas atividades ocupavam um número expressivo de indivíduos de «fora», cuja proporção se aproximava dos 80%. Todavia, a origem varia consoante o grupo profissional: os trabalhadores braçais, como os jornaleiros e criados de servir, têm uma maior percentagem de não naturais que os lavradores e proprietários.

Relativamente aos outros setores de atividade verifica-se uma grande diversidade profissional relacionadas com a dinâmica da vida urbana local. De entre eles, é de realçar a existência de 24 alfaiates, 22 carpinteiros, 21 sapateiros, 19 ferradores, 12 barbeiros, 10 pedreiros, 5 padeiros e forneiros, 4 ferreiros, 4 serralheiros e

outros tantos soqueiros e tintureiros, cuja atividade fazem prever uma permanente vitalidade da urbe. Todavia, através dos registos paroquiais, não encontramos o impacto da correspondente expressão profissional gerada pela «fabrica de fiação e tecidos de linho para o fornecimento das tropas, dirigida pelo desembargador Miguel Pereira de Barros, em que trabalham mais de setecentas pessoas», como anuncia Columbano Ribeiro de Castro (⁵²⁶). Já a referência à indústria de chapéus finos, fundada em 1785 por Jerónimo Lourenço Dias, poderá ter expressão, ainda que diminuta, nos quatro chapeleiros referenciados ao casamento e nos dois ao óbito. O elevado número de ferradores está relacionado com o dinamismo comercial, cujo transporte dos produtos se fazia essencialmente pela utilização de bestas de carga, e pela permanência dos regimentos de Cavalaria, ainda que estes tivessem profissionais próprios.

A atividade comercial congrega um elevado número de pessoas, distribuídas essencialmente pelo comércio local e regional. No primeiro podemos integrar os 15 taberneiros (⁵²⁷), 7 sardinheiros, 6 almocreves (⁵²⁸), 5 caixeiros, 5 cortadores de carnes verdes, 5 tendeiros, 2 carreiros de vinho, 2 estalajadeiros e 2 lojistas e outros tantos merceiros. Por sua vez, os 38 negociantes e os 4 comerciantes integravam-se num comércio mais desenvolvido.

Segundo os dados estatísticos, o dinamismo comercial estava entregue aos não naturais, quer fosse o local, quer o inter-regional, numa proporção de 22,3% para 77,7% dos efetivos associados a este setor de atividades.

O vigoroso corpo administrativo arrolado reforça a urbanidade e a importância da vila, como já se referiu, integrando vários grupos profissionais do terciário. Pertencem a este grupo os 13 funcionários da administração, os 12 escreventes, 3 amanuenses, 2 carcereiros, 2 meirinhos e 17 guardas, entre outros. Quanto à sua naturalidade mantém-se a tendência evidenciada: dois terços dos profissionais nasceram fora deste aglomerado. Os amanuenses são a exceção por terem sido aqui batizados.

Associam-se a estes os que praticam as ditas profissões liberais, salientando-se 7 bacharéis, 8 cirurgiões e médicos, 6 boticários, 4 procuradores de causas, 3 tabeliães, 2 oficiais de diligências e 2 professores.

(⁵²⁶) MENDES, 1995: 381.

(⁵²⁷) Os taberneiros constituíam um grupo importante na vida quotidiana da vila, a fazer fé pela condenação, em reunião de Câmara de 14 de maio de 1825, de 36 taberneiros por se recusarem a vender o vinho ao preço da postura, AMC - *Livro de Atas da Câmara de 1825-28*, sem cota.

(⁵²⁸) As suas funções tornam-no presente em todo o País, designadamente nos postos alfandegários da fronteira terrestre (MACEDO, 1982: 133), como é o caso de Chaves.

O «estado eclesiástico» é composto por 17 padres e outros clérigos que aqui conheceram a última morada. Quatro destes padres faleceram na qualidade de presos políticos, em consequência das lutas liberais (⁵²⁹).

Entre estes dois grupos, a tendência da naturalidade diverge das anteriores, apesar da maioria à justa ser de fora.

Saliente-se, ao contrário do que verificamos para os nubentes, o elevado número de registos de óbito de mendigos e pessoas sem ocupação, durante o segundo período, num total de 26, sendo todos eles de fora.

Pela análise, à semelhança do que se concluíra pelos dados de Columbano Ribeiro de Castro (⁵³⁰), a fisionomia socioprofissional da vila de Chaves, caracterizava-se por uma distribuição da população ativa pelos setores tradicionais da agricultura, indústria e comércio, com grande realce para a diversidade profissional das indústrias domésticas, do comércio local e de um robusto setor administrativo, como testemunha Rogério Borralheiro no seu estudo a partir do rol da décima de 1827 (⁵³¹). Se estes estudos reforçam os nossos quanto à distribuição da população ativa pelos setores de atividade, também será justo reconhecer a importância das nossas conclusões resultantes do estudo da mobilidade geográfica dos distintos efetivos socioprofissionais. Todavia, a limitação das fontes utilizadas nesses estudos, não lhes permitiram avaliar a importância e o impacto da carreira das armas na vida social da urbe.

Como já verificáramos para os nubentes, os militares tinham uma forte expressão numérica na estrutura populacional de Chaves, como nos mostra o quadro estatístico apresentado. Segundo os dados, 68,9% dos falecidos referenciados exerciam o ofício das armas, ao invés, a totalidade das profissões arroladas perfaziam somente 31,1% dos efetivos registados, o que diz bem da sua importância na dinâmica socioprofissional desta terra.

Se nos ativermos somente aos que seguiram as atividades bélicas, dos 1249 efetivos identificados, apenas 7,6 % foram aqui batizados, contra os 92,4% que receberam esse sacramento fora da nossa igreja matriz.

A representação gráfica da «ocupação da população flaviense ao óbito» é bem clara: uma forte expressão dos profissionais de «fora», em ambos os períodos, sendo os

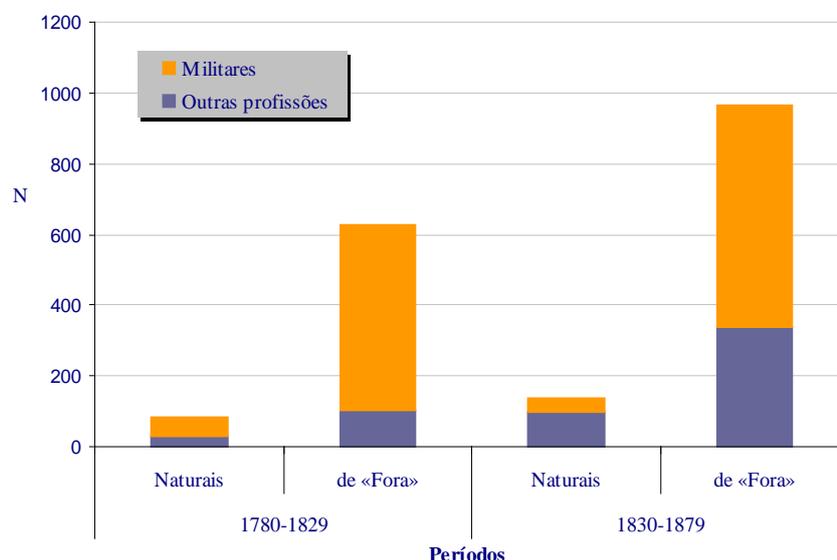
(⁵²⁹) São eles os Padres João de Sapiãos, de Boticas, (23-11-1830), preso no castelo, Jerónimo de Viana (16-05-1832); João Manuel Padrão, abade de Maçores, Moncorvo, (13-12-1832), José Frederico, Reitor de Moncorvo (25-11-1833), todos naturais de fora.

(⁵³⁰) MENDES, 1995: 370-371.

(⁵³¹) BORRALHEIRO, 1997: 43-48.

militares a grande maioria destes. Segundo os dados, fica bem visível a forte mobilidade masculina registada no momento do óbito.

Gráfico 38
Profissões e ocupações identificadas dos defuntos
registados em Chaves
(por períodos)



Se passarmos às ocupações das mulheres registadas por altura do óbito (Quadro 80) e anexo 7, detetamos que das 213 defuntas identificadas, 20,7% eram daqui naturais e 79,3% de fora. A população ativa feminina seguia, em parte, as atividades dos seus consortes, ligadas ao setor agrícola, contando-se, por isso, com 55 cabaneiras e jornaleiras e 22 proprietárias, perfazendo 36,2% das ocupações registadas. De facto, a agricultura ocupava certamente, pelo menos, em determinados momentos do ano, uma boa parte da população ativa, quer fosse masculina, quer feminina.

Quadro 80
Atividades e ocupações profissionais das falecidas
(por períodos)

ATIVIDADES	PERÍODOS				TOTAIS	
	1780-1829		1830-1879		N	%
	Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»		
I - Agricultura	-	-	10	67	77	36,2
II - Indústria	1	1	7	12	21	9,2
III - Comércio e serviços	-	3	1	23	27	12,7
IV - Ensino, saúde e assistência	-	-	1	1	2	0,9
V - Domésticas	2	4	19	32	58	27,2
VI - Indivíduos não classificados	-	-	3	25	28	13,1
Totais	3	8	41	161	213	100,0

Identificámos também um número significativo de criadas de servir, cuidando, em regra, das lides domésticas em casa dos senhores mais abastados, comerciantes, proprietários e militares de patentes mais elevadas. Nestes termos, as 56 criadas de servir, correspondendo a 27,2%, sugerem a existência de um grupo social economicamente abastado no tecido da sociedade flaviense. Estas, na sua maioria de 63,8%, eram provenientes de fora deste meio, chegando aqui, provavelmente, acompanhando seus patrões.

Dos ofícios virados para a satisfação das necessidades básicas da população, salientámos apenas, as 12 costureiras, sendo metade de «fora».

O setor terciário apresenta-se, igualmente, com um número elevados de efetivos, ligados ao pequeno comércio local, destacando-se as oito padeiras e forneiras, 6 tendeiiras, 8 regateiras, 3 lojistas e 2 taberneiras e estalajadeiras, sendo na sua grande maioria de fora, numa proporção de 88,9% para 11,1% mulheres identificadas por ocasião do óbito.

A importância das padeiras na vida socioeconómica da vila é evidenciada pela sua participação nas festividades em honra de Santa Isabel, nos primeiros dias de julho, cujo andor era da sua responsabilidade (⁵³²).

Ainda segundo os dados encontrámos um número relevante de 26 mendigas, sendo na sua maioria de fora, que indiciam um estado de persistência da pobreza em certas franjas populacionais da vila e das redondezas.

Apesar das limitações das fontes paroquiais, foi possível arrolar as profissões dos indivíduos em dois momentos, ao casamento e ao óbito. Como é sabido, os párocos, certamente, cheios de muitos afazeres, esqueciam-se frequentemente de indicar a profissão dos nubentes e dos defuntos. Por vezes, teriam dificuldades em identificar a profissão de alguns, quando estes desempenhavam em simultâneo várias tarefas, como era frequente nas sociedades do passado. Também é possível que, em certos momentos, fossem seletivos em relação a algumas profissões, registando umas e omitindo outras.

Apesar disso, conseguimos identificar um conjunto de profissões que animavam a vida quotidiana urbana, cuja expressão se aproxima dos dados indicados no manuscrito de 1796 de Columbano de Castro e do rol de décima do ano de 1827 estudado por Rogério Borralheiro. Fica, assim, claro que Chaves era provida de um

(⁵³²) Rogério Borralheiro conta-nos, com base nas atas da Câmara de Chaves de 1828/1832, que no dia 8 de julho de 1826, as padeiras foram condenadas em 3000 réis cada uma por os quatro homens que transportavam o andor não levarem opas, e no dia 4 de julho de 1829 foram condenadas, igualmente, em cem réis, por não se prontificarem em levar o andor, sendo elas, 8 mulheres da Rua do Anjo, 2 da Rua Direita e 7 do Arrabalde (BORRALHEIRO, 1997: 153).

tecido socioprofissional heterogéneo, dinâmico e funcional, profundamente aberto às populações de fora.

VII. Aproximação à mobilidade geográfica

É inegável a importância do fenómeno migratório como variável demográfica influente e reguladora nas sociedades pré-industriais, atuando decisivamente na nupcialidade, na fecundidade e na mortalidade. Norberta Amorim chega mesmo a afirmar que «não se pode compreender a evolução demográfica da Europa Ocidental desde a sua abertura ao Mundo sem ter em conta o fenómeno da Mobilidade» (⁵³³). A importância desta, na sua tripla vertente emigratória, imigratória e de movimentos internos, é sobejamente conhecida no equilíbrio das populações do passado (⁵³⁴). Chaves, um espaço urbano ativamente aberto ao exterior, constituiu um exemplo dessa intensa mobilidade local e regional, a fazer fé nas naturalidades dos indivíduos declaradas nos assentos de casamento e de óbito, facto que impede o acompanhamento das suas trajetórias de vida. Não podemos esquecer que a localização desta vila, próximo da Galiza, polarizava à altura, entre outras, as populações galegas, minhotas, Barrosãs e da Terra Quente do interior. Além disso, foi durante muitos anos a primeira praça militar de Trás-os-Montes.

Todavia, a aproximação ao fenómeno da mobilidade na urbe flaviense não é uma tarefa isenta de escolhos. A falta de fontes específicas, como o registo de passaportes e dos róis de confessados, torna a tarefa complexa e até problemática.

A metodologia de reconstituição de paróquias, ao isolar o indivíduo da família, possibilita-nos o cruzamento com outras fontes, sem perder as respetivas ligações, e, por isso, pode permitir alguns avanços no estudo desta variável (⁵³⁵). Todavia, a carência de um registo sistemático de mortalidade infantil até 1850, e a inexistência de registos de entradas e saídas do movimento migratório, bem como o descaminho dos róis de confessados inviabiliza o acompanhamento do ciclo vital do indivíduo. Se contássemos com o registo de mortalidade infantil saberíamos com alguma segurança se as pessoas aqui nascidas e não registadas ao óbito saíram da paróquia ou faleceram ainda crianças. Também os róis de confessados, caso existissem, permitir-nos-iam conhecer anualmente a saída ou entrada de migrantes na vila (⁵³⁶).

Assim, na impossibilidade de uma abordagem direta da mobilidade geográfica, dada a sua importância, decidimo-nos por uma aproximação indireta ao comportamento

(⁵³³) AMORIM, 1992: 171.

(⁵³⁴) Cf. MOREIRA, 2009: 283.

(⁵³⁵) AMORIM, 1992: 171.

(⁵³⁶) AMORIM, 1992: 172.

desta variável micro-demográfica, cruzando a informação proveniente dos registos paroquiais, quer a nível familiar, quer a nível individual, de solteiros ou viúvos.

Pelos registos de casamento observámos a naturalidade dos nubentes celibatários que individualmente ou em família vieram casar nesta paróquia, acabando a maioria deles por aqui se fixar, definitiva ou temporariamente (⁵³⁷). Conhecemos outros cônjuges que, não tendo aqui celebrado o seu casamento, batizaram na freguesia um ou mais filhos, ou nela acabaram por falecer. Assim, não podendo acompanhar as entradas e as saídas das famílias e dos indivíduos, procurámos estudar a mobilidade geográfica através das naturalidades dos nubentes, não esquecendo as naturalidades dos cônjuges que, sendo ambos naturais de fora, entraram na paróquia já depois do casamento.

Numa fase seguinte analisamos a naturalidade e residência dos indivíduos através do óbito.

1. Mobilidade dos indivíduos através dos registos de casamento

A metodologia de reconstituição de paróquias permitiu-nos agrupar os resultados das «*entradas*» dos indivíduos nesta urbe, no momento da celebração do seu matrimónio, para os dois períodos considerados de 1780 a 1829 e de 1830 a 1879.

Para o efeito, foram consideradas todas as famílias constituídas, isto é, aquelas que celebraram o casamento nesta paróquia e com fim de observação conhecida, independentemente dos seus cônjuges serem ou não daqui naturais (Quadro 81).

Segundo os valores apresentados é surpreendente verificar que das 4.085 famílias que em Chaves iniciaram o seu ciclo matrimonial, entre 1780-1879, somente 11,9 % destas foram constituídas por ambos cônjuges daqui naturais (⁵³⁸). Por sua vez, 46,9% das famílias eram formadas por ambos os consortes de fora, e 41,2 % compostos por um dos cônjuges também do exterior. Destes agregados, 28,8% são constituídos por homens de fora e mulheres da paróquia e, inversamente, os restantes 12,4% são formados por mulheres de fora e homens daqui naturais. Estes dados levam-nos a concluir que a mobilidade matrimonial foi muito forte entre os homens e menos intensa entre as mulheres.

(⁵³⁷) Os que demandaram esta freguesia para contrair matrimónio já foram alvo de estudo aquando do tratamento da origem geográfica dos nubentes celibatários, no capítulo sobre a Nupcialidade.

(⁵³⁸) Comportamento semelhante encontrámo-lo, curiosamente, na comunidade fronteiriça de Juromenha, entre 1760 e 1769, onde somente 10% dos casamentos foram celebrados entre pessoas dela naturais (MOREIRA, 2009: 282). Já em Guimarães a percentagem de homens e mulheres naturais da zona urbana que aí realizaram o seu casamento foi de cerca de 48% entre os primeiros e de cerca 59%, entre as segundas, no período de 1780 e 1819 (cf. AMORIM, 1987: 364-365).

Quadro 81
Composição das famílias constituídas em Chaves
(por períodos)

Composição das famílias	Períodos					
	1780-1829		1830-1879		1780-1879	
	N	%	N	%	N	%
Mulher da paróquia / Homem da paróquia	211	10,9	277	12,9	488	11,9
Mulher da paróquia / Homem de fora	570	29,4	608	28,3	1.178	28,8
Mulher de fora / Homem da paróquia	248	12,8	257	11,9	505	12,4
Mulher de fora / Homem de fora	907	46,9	1.007	46,9	1.914	46,9
Total	1.936	100	2.149	100	4.085	100

Se comparamos os dois períodos observados, constatamos, desde logo, que as tendências são semelhantes, com uma ligeira subida percentual dos agregados endogâmicos correspondente a uma idêntica descida dos casais «mistos», quando se passa do primeiro para o segundo período. Curiosamente, as famílias constituídas por consortes de fora mantêm a mesma proporção de 46,9%, em ambos os períodos.

Os valores apresentados testemunham bem a intensa exogamia geográfica que atravessava, por aquela altura, a sociedade flaviense, sobretudo entre os homens, quando comparados com outras paróquias estudadas (⁵³⁹).

Porém, se nem todos os cônjuges que celebraram as suas núpcias na paróquia desenvolveram nela o seu ciclo vital, outros, por sua vez, casando fora vieram nela residir, como fica demonstrado pela composição das famílias residentes, em ambos os períodos (Quadro 82).

Considerámos famílias residentes as que se fixaram na vila de Chaves, tenham ou não celebrado nela o casamento, das quais conhecemos a data de início e fim de observação. Para o seu cálculo tivemos em conta todas as famílias com data de casamento identificada e conhecida a naturalidade dos dois cônjuges, bem como a residência da família. Também considerámos as famílias residentes sem data de casamento, mas com data de início e fim de observação, das quais conhecemos a naturalidade dos dois cônjuges.

⁽⁵³⁹⁾ Veja-se o quadro 24, origem geográfica dos nubentes ao primeiro casamento, capítulo sobre a Nupcialidade, p.123.

Quadro 82
Composição das famílias residentes
(por períodos)

Composição das famílias	Períodos					
	1780-1829		1830-1879		1780-1879	
	N	%	N	%	N	%
Mulher da paróquia / Homem da paróquia	256	8,4	318	9,9	574	9,2
Mulher da paróquia / Homem de fora	712	23,3	705	22,0	1.417	22,6
Mulher de fora / Homem da paróquia	374	12,2	370	11,5	744	11,9
Mulher de fora / Homem de fora	1.717	56,1	1.813	56,6	3.530	56,3
Total	3.059	100	3.206	100	6.265	100

Comparando os valores apresentados nos quadros 81 e 82, verificamos que o número de famílias residentes (6.265) é mais elevado que o de famílias aqui constituídas (4.085), em 53,4% famílias. Estes valores confirmam a forte atração desta vila não só por indivíduos isolados que aqui vinham casar, como também por famílias já formadas provenientes de «fora».

Durante o primeiro período de 1780 a 1829, somente 8,4% dos agregados domésticos residentes são constituídos por ambos os cônjuges daqui naturais, contra 56,1% em que ambos os consortes são de «fora». Estes valores significam, quando comparados com a composição das famílias constituídas (Quadro 81), uma diminuição percentual de 2,5% de casais constituídos pelos dois cônjuges naturais da paróquia e um forte crescimento, de 9,3%, de casais cujos dois consortes são de «fora». Também os casais «mistos», apesar de terem aumentado em termos absolutos, diminuiram percentualmente 6,7%, limitando-se a 35,5%. Destes, os agregados com homens de «fora» e mulheres da paróquia foram aqueles que mais perderam, passando de 29,4% de famílias constituídas para 23,3% de famílias residentes, dando a perceber o peso das uniões estabelecidas fora do nosso quadro paroquial, que passaram de 46,8% para 56,1%.

Assim sendo, durante o primeiro período, nesta vila de Chaves residia um número maior de famílias que os 1.936 casais aqui constituídos, ascendendo esse valor a 3.059 agregados domésticos, o que diz bem da capacidade de atração local, por esta altura.

Comparando os dados respeitantes ao segundo período de 1830 a 1879, notamos a mesma tendência de que o número de famílias residentes suplanta o número das aqui constituídas em 49,2%. Para este desequilíbrio muito contribuíra a fixação de uma

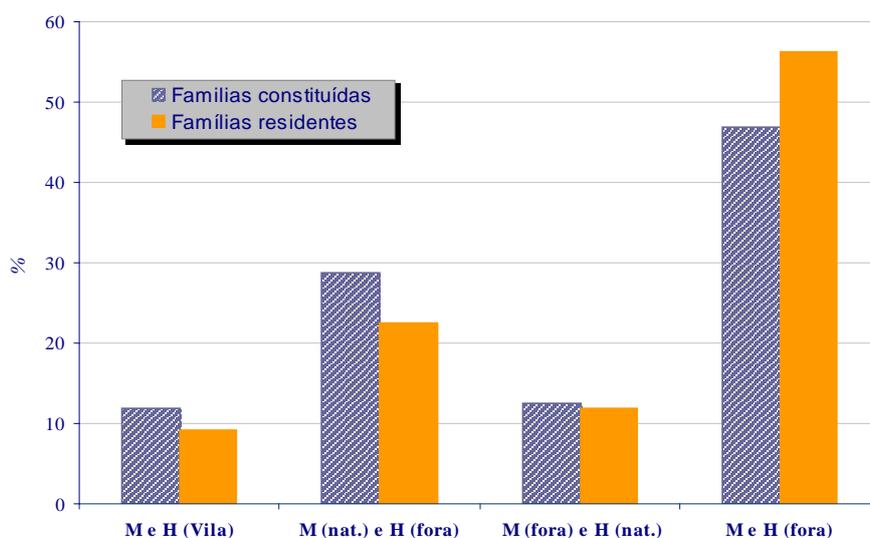
expressiva proporção de famílias, com ambos os cônjuges de «fora» que, casando em outras paróquias, vieram posteriormente aqui residir.

Em termos globais, verifica-se idêntica tendência relativamente às famílias constituídas: um reforço dos agregados domésticos residentes formados por ambos os cônjuges «*estrangeiros*» e, em contraste, uma quebra das famílias naturais e «*mistas*».

Deste modo, somos levados a concluir que a urbe flaviense possuía à altura uma panóplia de fatores centrípetos capazes de atrair fluxos importantes de população, tanto das terras mais próximas, como das mais longínquas, como vimos no capítulo da nupcialidade.

A débil mutabilidade do fenómeno do primeiro para o segundo período permitiu-nos elaborar uma representação gráfica que compara proporcionalmente as famílias constituídas e as famílias residentes em Chaves, para todo o período observado (Gráfico 39).

Gráfico 39
Famílias constituídas / Famílias residentes
(1780 - 1879)



Verifica-se que a maioria dos nubentes vindos de «fora» e os «mistos» optaram por aqui fixar residência a regressar às paróquias de origem. A predominância vai para as famílias cujos dois nubentes vieram de fora, superiorizando-se significativamente às uniões aqui constituídas, logo seguidas das famílias mistas, em que a mulher era de cá e o homem veio de fora.

Os nubentes vindos de fora representam variadas situações. Lembra-se o caso de Manuel José Leitão, cirurgião-mor de Cavalaria 9, natural de S. Salvador de Ribeira de

Pena (⁵⁴⁰). Recebeu como esposa Maria do Carmo Mendonça na igreja matriz desta vila, no dia 21 de outubro de 1789, natural da paróquia de Santa Isabel de Lisboa. O casal teve três filhos, vindo ele a falecer em 4 de setembro de 1799.

Um outro caso ilustrativo é o de Henrique Inácio, serralheiro, batizado em Santa Maria de Alvites, do concelho de Mirandela. Casou nesta paróquia de Chaves com Mariana da Silva, nascida na paróquia de Calvão, do mesmo concelho de Chaves, no dia 22 de setembro de 1784. O casal, que teve igualmente três filhos, fixou residência na Rua dos Açougues, desta vila, até ao falecimento do marido, em 16 de dezembro de 1799.

Os casais «*mistos*», constituídos por homens de «*fora*» e mulheres daqui naturais, são os que mais engrossam a corrente migratória de saída, podendo este seu comportamento estar relacionado com a celebração das cerimónias de casamento na terra da noiva. Já as uniões das mulheres de «*fora*» com os homens flavienses tiveram menor significado migratório.

A saída destes agregados mistos é naturalmente compensada com o número de nubentes naturais da vila que vão casar fora e regressam com seus cônjuges e aqui passam a residir.

Exemplo disso, entre muitos outros, é o caso de José Manuel Rodrigues, proprietário, nascido no Campo de Cima desta vila, que foi casar à freguesia de Oucidres deste concelho, com Ana Cândida de Sousa, e regressou com a esposa ao lugar que o viu nascer, onde viveram conjugalmente cerca de duas décadas, até à morte da esposa em 28 de junho de 1852. Ele veio a falecer, dez anos depois, dia 13 de janeiro de 1862. Tiveram 12 filhos, três dos quais faleceram antes de seu pai.

O mesmo não aconteceu ao casal formado por Paulo José Dias, cabo da Companhia de Sande, natural de S. Pedro de Vila Frescaínha de Barcelos, e a flaviense Maria dos Anjos, casados nesta vila em 29 de outubro de 1859, onde fixaram residência na Rua da Ponte. O único momento que testemunha a sua permanência na paróquia regista-se por ocasião do batismo do seu filho Leonel, no dia 8 de dezembro de 1860. Não havendo ato algum mais que assinala a sua residência nesta paróquia, leva-nos a crer que posteriormente mudaram de paróquia.

(⁵⁴⁰) Em 1789, Manuel José Leitão que era Cirurgião-mor do Exército e antigo físico da rainha D. Maria Vitória, viúva do rei D. José, veio para Chaves para dirigir a aula de Anatomia e Cirurgia, que funcionou no Hospital de S. João de Deus da Madalena.

Esta saída de cônjuges daqui naturais e que aqui celebraram as suas núpcias é muito reduzida, sendo sobejamente compensada, como se viu, pela vinda de nubentes de «fora» que na vila assentaram residência.

Conclui-se, com base na análise das famílias constituídas e residentes na paróquia, que houve um elevadíssimo número de contraentes de «fora», confirmando, assim, a existência de uma forte exogamia, quer dos matrimónios aqui celebrados, quer dos que aqui vieram residir.

Esta constatação comprova que Chaves era, então, destino de uma pluralidade de fluxos de pessoas e famílias provenientes, como atrás se viu, das mais variadas origens geográficas, que muito influenciaram a sua dinâmica populacional.

2. Mobilidade dos indivíduos através dos registos de óbito

Através da exploração sistemática dos registos de óbito, tomámos conhecimento da mobilidade individual dos falecidos, quer fossem solteiros, casados ou viúvos. Para este efeito, separámos os naturais dos que tendo vindo de fora aqui acabaram por falecer, e excluímos as crianças com menos de 7 anos, que serão objeto de tratamento em outro lugar. Eliminámos, também, os que acidentalmente faleceram de passagem e que assim consta do assento de óbito (Quadro 83).

Quadro 83
Naturalidade dos indivíduos falecidos em Chaves
(1780-1879)

ORIGEM DOS FALECIDOS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Vila	662	23,1	861	40,7	1.523	30,5
De «fora»	2.210	76,9	1.256	59,3	3.466	69,5
Total	2.872	100	2.117	100	4.989	100,0

A observação dos dados apresentados mostra que 69,5% dos defuntos vieram de «fora» e somente 30,5% eram naturais desta vila. Homens e mulheres chegaram em proporções diferentes em relação à totalidade do seu género. Os primeiros elevam-se a 76,9% e elas somam 59,3%, o que diz bem da importância do fenómeno da mobilidade geográfica registada por altura do óbito.

Se nos fixarmos nestes que vieram de fora e aqui faleceram, apuramos um elevado número de lugares de origem mencionados ao óbito. Esta situação levou-nos a seguir a mesma metodologia utilizada para a nupcialidade e ilegitimidade, em vista a

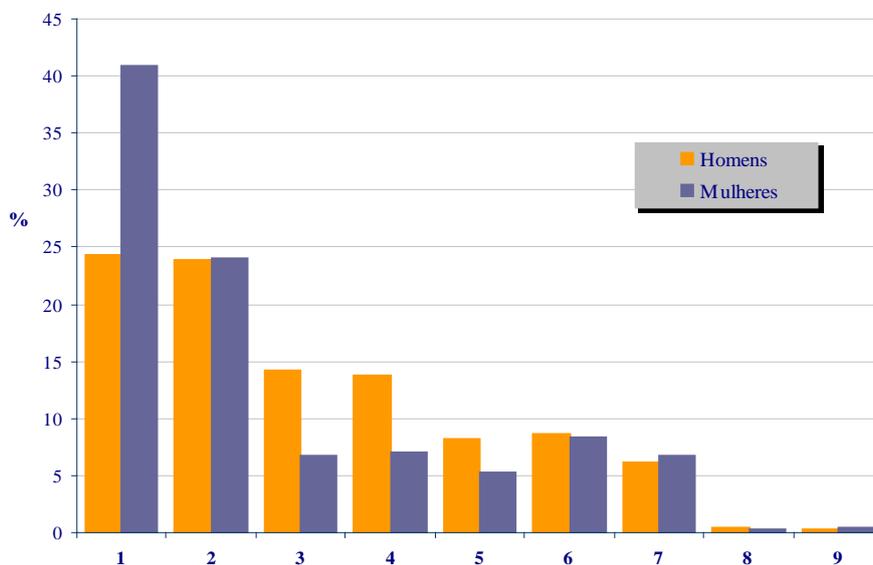
agrupar a naturalidade dos defuntos segundo o sexo, por círculos de influência e proximidade, como nos mostra o quadro 84, a representação gráfica (Gráfico 40) e o respetivo mapa.

Quadro 84
Naturalidade dos indivíduos de fora falecidos em Chaves
(1780-1879)

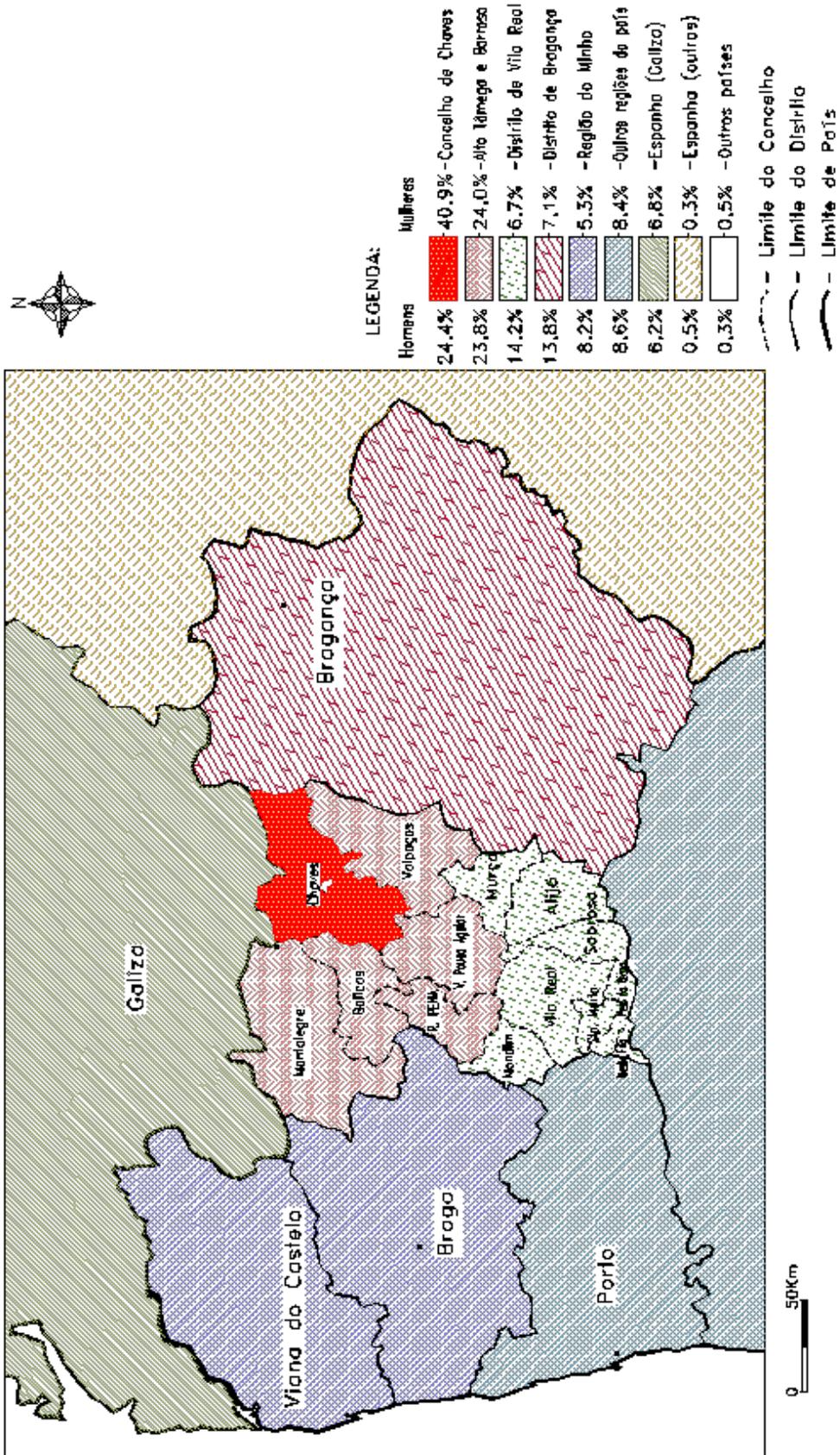
ORIGEM DOS FALECIDOS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
1. Concelho	539	24,4	514	40,9	1.053	30,4
2. A. Tâmega e Barroso *	527	23,8	302	24,0	829	23,9
3. Distrito de Vila Real *	313	14,2	84	6,7	397	11,5
4. Distrito de Bragança	306	13,8	89	7,1	395	11,4
5. Região do Minho	182	8,2	67	5,3	249	7,2
6. Outras regiões do país	190	8,6	105	8,4	295	8,5
7. Espanha (Galiza)	136	6,2	85	6,8	221	6,4
8. Espanha (Outras)	11	0,5	4	0,3	15	0,4
9. Outros países	6	0,3	6	0,5	12	0,3
Total	2.872	100	2.117	100	4.989	100,0

* Subtraído das paróquias dos círculos anteriores.

Gráfico 40
Naturalidade dos indivíduos de fora falecidos em Chaves
(1780 -1879)
%



Mapa 5
 Naturalidade dos indivíduos de fora falecidos em Chaves
 (1780-1879)



Fonte: Com base no cartão Administrativo de Portugal - Elaboração própria

Da sua leitura, constatamos que esse fluxo foi mais intenso dos lugares mais próximos e circunvizinhos do concelho e da região do Alto Tâmega e Barroso, donde provieram, respetivamente, 30,4% e 23,9% dos falecidos de fora ⁽⁵⁴¹⁾, confirmando que as migrações de média e curta distância predominam sobre as restantes, à semelhança do verificado noutras sociedades do país e europeias ⁽⁵⁴²⁾.

Assim, das freguesias vizinhas do concelho, coligimos o maior número de óbitos dos não naturais, sobretudo de mulheres. Estas atingem uma percentagem elevadíssima de 40,9 % da totalidade das falecidas de fora, enquanto que os homens se ficam pelos 24,4%. Para a subsistência deste comportamento não será estranho o facto do mercado matrimonial dos nubentes flavienses se estender ativamente às freguesias circunvizinhas do concelho, designadamente de Samaiões, S. Pedro de Agostém, Águas Frias e Valdanta, entre outras.

Uma proporção semelhante de 23,8% homens e de 24,0% de mulheres foi registada ao óbito para os cinco outros concelhos da região do Alto Tâmega e Barroso, que embora pertencentes ao distrito de Vila Real se destacavam pela proximidade à vila de Chaves. No concelho de Valpaços nasceu o maior número destes indivíduos falecidos em Chaves, 267 do sexo masculino e 171 do feminino, seguindo-se por ordem decrescente os concelhos de Vila Pouca, Montalegre, Boticas e Ribeira de Pena.

Das restantes terras do distrito, registaram-se cerca de três centenas de óbitos do sexo masculino e oito dezenas e meia do sexo feminino, tantos como os registados do distrito de Bragança. A sua proveniência era na sua maioria das terras do Douro e da região de Murça. Do distrito de Bragança contámos 306 naturalidades masculinas e 89 femininas, sendo as aldeias do termo de Vinhais e de Mirandela as mais repetidas.

Do Minho veio, também, um número significativo de homens e de mulheres aqui falecer, sendo o das mulheres de menor expressão, com 182 e 67 registos, respetivamente.

Do resto do país arrolámos um número de defuntos masculinos semelhante ao Minho. Já os do sexo feminino elevam-se a 105 registos, levando-nos a pensar que boa parte delas se tenha aqui fixado pelo casamento.

De Espanha, sobretudo da vizinha Galiza, registámos cerca de catorze dezenas de homens e 9 dezenas de mulheres, uma boa parte residentes aqui permanentemente,

⁽⁵⁴¹⁾ Foi isso mesmo que, também, concluiu Maria João Moreira, ao afirmar que «a vila mais próxima torna-se num local de atração motivado por horizontes de trabalho insuficientes no local de partida e, também, pelos próprios condicionalismos das vias de comunicação» (MOREIRA, 2009: 285).

⁽⁵⁴²⁾ Cf. RODRIGUES, 2009: 402.

como é referido noutro lugar. A fazer fé nos estudos de João Pedro Ferro, as duas províncias do Norte, onde esta vila se situa, eram as regiões preferencialmente escolhidas pelos galegos, onde se dedicavam ao trabalho agrícola ou se empregavam na construção (⁵⁴³).

Entre os falecidos nesta vila provenientes da Galiza, refira-se Gregório Gonçalves, cortador de carnes verdes, nascido em Ribadavia, que em Chaves veio a falecer, em 31 de agosto de 1833, já viúvo de Angélica Maria, também galega, natural de Lugo, falecida cinco anos e meio antes. Deixaram três filhos vivos. Um outro exemplo, simplesmente chamado Brás, galego de nação, foi criado de Domingos Lopes, residente na Ponte do Caneiro. Faleceu dia 22 de agosto de 1803 e foi sepultado na igreja matriz.

Para além dos espanhóis, a restante comunidade estrangeira tem aqui pouca expressão. É constituída por homens e mulheres provenientes de França, das Repúblicas italianas e dos países novos da América Latina, como o Brasil e o Uruguai.

Serve de exemplo o caso de Francisco Carlos Magno de Sunier, natural da paróquia francesa de S. Nicolau de Paris. Casou em Chaves no dia 16 de agosto de 1790, com a espanhola Ana Maria Teresa de Vilanova, do termo de Barcelona, de quem teve três filhos. Ele faleceu no segundo dia de janeiro e ela dezoito anos depois em 13 de novembro de 1820.

De seguida, arrolámos os efetivos registados ao óbito, considerando a sua naturalidade e estado civil, para os dois períodos estudados de 1780 a 1829 e de 1830 a 1879.

Quadro 85
Efetivos ao óbito com naturalidade e estado civil conhecidos
(1780 - 1829)

ORIGEM GEOGRÁFICA	ESTADO CIVIL						TOTAL	
	Solteiros		Casados		Viúvos			
	N	%	N	%	N	%	N	%
NATURAIS	125	17,8	325	32,6	83	30,6	533	27,0
DE «FORA»	579	82,8	672	67,4	188	69,4	1439	73,0
Total	704	100	997	100	271	100	1972	100

Segundo os valores apresentados (Quadro 85) podemos constatar que, durante o período de 1780 a 1829, o número de indivíduos naturais de fora, falecidos nesta

⁽⁵⁴³⁾ Segundo o autor, em finais do século XVIII, o número de galegos em Portugal rondaria os cinquenta ou sessenta mil, cifra que terá baixado, nos primeiros anos do século seguinte, pouco mais de 20.000, devido essencialmente à conjuntura político e militar vivida então (FERRO, 1995: 83).

paróquia de Chaves, atinge o valor extraordinário 73% de casos, em relação ao total de falecidos, superiorizando-se em todos os estados civis do seguinte modo: 82,8% entre solteiros, 67,4% entre casados e 69,4% entre viúvos. Sabemos que os casados e os viúvos entraram, maioritariamente, nesta paróquia pelo casamento, já quantos aos solteiros desconhecemos como e por que o fizeram.

As escassas referências deixadas pelos párocos nos assentos de óbito quanto às profissões que haviam desempenhado os defuntos, sobretudo no primeiro período, não nos permitem perceber em que medida as atividades aqui desenvolvidas influenciaram decisivamente os fluxos de pessoas chegadas à vila.

Com o fim de procurarmos eventuais tendências e ritmos de mudança da mobilidade individual e o estado civil dos indivíduos não naturais construímos uma segunda tabela (Quadro 86) para o período de 1830 a 1879.

Quadro 86
Efetivos ao óbito com naturalidade e estado civil conhecidos
(1830 - 1879)

ORIGEM GEOGRÁFICA	ESTADO CIVIL						TOTAL	
	Solteiros		Casados		Viúvos			
	N	%	N	%	N	%	N	%
NATURAIS	389	37,1	395	29,6	197	31,6	981	32,6
DE «FORA»	660	62,9	938	70,4	427	68,4	2.025	67,4
Total	1.049	100	1.333	100	624	100	3.006	100

Demonstrando um crescimento populacional, a segunda meia centúria da observação regista um número superior de óbitos tanto dos nascidos na vila, como dos não naturais, em todos os estados civis, designadamente no de viuvez. Por sua vez, em termos percentuais, foram os solteiros de «fora» que mais perderam em relação aos seus congéneres da vila, descendo de 82,8%, do primeiro período, para 62,9%, no segundo. Já os casados e viúvos de «fora» subiram ligeiramente, do primeiro para o segundo período, em 3,0% e 1,0%, respetivamente.

Assim, considerando o estado civil ao óbito, para toda a observação, verificamos que a proporção de solteiros, casados e viúvos provenientes de «fora» e falecidos nesta paróquia foi superior à dos que aqui nasceram e morreram, no mesmo estado civil, mesmo no segundo período, em que este fluxo diminuiu, descendo de 73,0% para 67,4%, o que vem demonstrar a grande capacidade de atração desta vila. Destes, foram os indivíduos casados, seguidos dos solteiros, que mais registámos no momento do óbito.

Entre os falecidos nesta paróquia, com naturalidade e estado civil identificados, provenientes de fora, encontra-se Pedro José, solteiro, natural da Galiza, que faleceu no dia 6 de dezembro de 1790 no Hospital Real de S. João de Deus, na Madalena. Era «escudeiro e criado» do Sargento-mor dos Dragões, João de Sousa Ribeiro.

Diferentemente, outros vieram de locais não muito distantes como das freguesias do concelho. Foi o que aconteceu com António Manuel, batizado na freguesia das Eiras, filho natural de Vitória Landeira, criada de servir em casa de Manuel de Moraes Madureira Lobo. Exercia nesta vila a profissão de alfaiate quando a morte o levou, ainda, solteiro, com apenas 21 anos de idade, em 26 de fevereiro de 1863.

Tal como os homens, as mulheres solteiras com naturalidade conhecida provinham de uma pluralidade de lugares mais ou menos longínquos. Entre elas, recordamos Maria Barcelos, costureira, solteira, natural de Braga e moradora no Bairro Alto. Faleceu em 8 de fevereiro de 1864, com 42 anos de idade. Também Rosália Maria, natural de Piorne da Galiza, faleceu aqui em 2 de fevereiro de 1823. Era solteira e criada do estalajadeiro Francisco Xavier.

Outros, vindos ainda solteiros, acabaram por encontrar aqui cônjuge. António José de Oliveira, cabo de veteranos, nascido em S. Faustino, freguesia de Peso da Régua, é um exemplo disso. Casou em primeiras núpcias com Maria Teresa da Silva, natural da paróquia de Selhariz deste concelho, de quem teve seis filhos entre setembro de 1817 e janeiro de 1826. Celebrou um segundo matrimónio em 11 de março de 1836 com Maria Engrácia de Moura Azevedo, solteira, natural do lugar de Bustelo, próximo desta vila, que lhe deu mais quatro raparigas e dois rapazes. Antes de falecer, em 28 de julho de 1868, assistiu ao casamento da Júlia e da Ana Rita e ao falecimento da Rosa e da Matilde. Quanto aos filhos, o Custódio (sapateiro) e o António José (alfaiate) casaram em Chaves nos anos seguintes próximos do seu falecimento. A viúva veio a falecer no dia 27 de maio de 1875, com 60 anos de idade.

Um outro caso, entre muitos de cônjuges de fora, é o de Francisco António de Aguiar, um galego de Ourense, lavrador, que veio a casar com Luísa Maria Fernandes, do lugar de Santa Cruz, freguesia de Outeiro Seco, estabelecido no Arrabalde, faleceu em 20 de agosto 1811 e a viúva em 12 de agosto de 1819. Deixaram quatro filhos vivos.

Estes casos são exemplos do intenso fluxo de entrada em Chaves de indivíduos, de ambos os sexos, solteiros, casados ou viúvos. Além disso demonstram que muitos deles não voltaram a sair. De todos eles são os solteiros que melhor podem representar a

verdadeira expressão da mobilidade geográfica, uma vez que mais facilmente se movem à procura de trabalho e de melhores condições de vida no meio urbano.

Uma análise do estado civil ao óbito dos efetivos com naturalidade de «fora», para os dois períodos considerados, segundo o sexo, poder-nos-á sugerir algumas pistas interessantes.

Segundo os dados observados para o primeiro período (Quadro 87), uma boa parte dos efetivos masculinos (31,8%), continuaram na condição de solteiros durante a sua permanência na vila. Já o sexo feminino se ficou por 8,4%, talvez porque, como é sabido, as mulheres são mais ligadas ao meio familiar e geográfico. Por sua vez, foi na situação de casados que se registou a maior proporção (46,7 %) de indivíduos daqui não naturais e aqui falecidos, 30,5% de homens e 16,2% de mulheres. No estado de viuvez a mobilidade é menor, muito possivelmente por consequência da idade, 4,8% para os homens e 8,3% para as mulheres.

Quadro 87
Efetivos não naturais ao óbito segundo o sexo e estado civil
(1780-1829)

SEXO	ESTADO CIVIL						TOTAIS	
	SOLTEIRO		CASADO		VIÚVO			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	458	31,8	439	30,5	69	4,8	966	67,1
Feminino	121	8,4	233	16,2	119	8,3	473	32,9
Total	579	40,2	672	46,7	188	13,1	1.439	100

Passando à observação do período seguinte, de 1830 a 1879 (Quadro 88) apuramos que dos 2.025 indivíduos *de «fora»* registados ao óbito, 61,2% foram do sexo masculino e 38,8% do feminino, evidenciando as mulheres uma maior subida em relação ao período anterior, em termos absolutos e percentuais.

Quadro 88
Efetivos não naturais ao óbito segundo o sexo e estado civil
(1830 - 1879)

SEXO	ESTADO CIVIL						TOTAIS	
	SOLTEIRO		CASADO		VIÚVO			
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	513	25,3	577	28,5	149	7,4	1.239	61,2
Feminino	147	7,3	361	17,8	278	13,7	786	38,8
Total	660	22,2	938	46,3	427	21,1	2.025	100

Assim, numa análise por sexo e estado civil, concluímos que o volume de viúvos aumenta proporcionalmente face ao período precedente, particularmente as viúvas, passando de 13,1% para 21,1%. Já os solteiros, de ambos os sexos, são os que percentualmente mais perdem, sobretudo o sexo masculino que desce de 31,8% para 25,3%.

Entre outras situações de solteiros encontradas ao óbito, está a de André Lamas, galego, criado do Hospital Real desta vila, falecido com todos os sacramentos em 7 de julho de 1801, e sepultado na igreja matriz; a de José Joaquim, soldado de Cavalaria 6, natural de Valpaços «que morreu desgraçadamente afogado no poço da Galinheira do Rio Tâmega», no dia 6 de junho de 1829; e, ainda, Maria Josefa Estrela, natural de Guiães do Douro, criada do Dr. Juiz de Fora, falecida em 3 de janeiro de 1825 e sepultada no dia seguinte na igreja matriz.

Entre os casados, recorda-se José de Sousa Dias, Major Quartel-mestre, reformado, natural de Vilarelho da Raia, deste concelho, casado com Antónia Luísa de Sousa Dias, natural de Lisboa, falecido na sua residência com a idade de setenta e seis anos.

Em síntese, do total de indivíduos falecidos naturais de «fora», com estado civil conhecido, são os homens que mais morrem nesta freguesia ao longo de toda a observação, com ligeira superioridade no primeiro período. Ainda, segundo os dados, na ocasião do óbito, a maioria, tanto dos homens como das mulheres, eram casados e viúvos, dando a perceber que uma substancial proporção de indivíduos entraram ou pela via do casamento ou com família já formada.

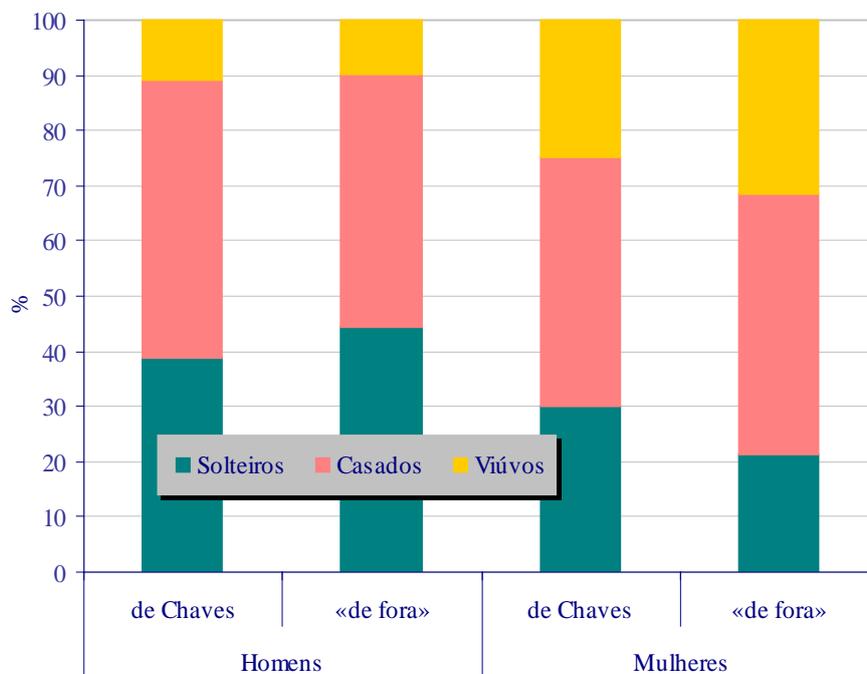
A análise conjunta dos valores apresentados no quadro 89 com os dados da representação gráfica (Gráfico 41) permite-nos avaliar a proporção de efetivos registados ao óbito, segundo o sexo e estado civil, tanto dos aqui nascidos, como dos vindos de «fora», para toda a observação.

Assim, verificamos que foi na condição de casados que ocorreu a maior percentagem de falecimentos, tanto de mulheres como de homens, quer fossem naturais de cá, quer de outras paróquias. Na segunda posição aparecem os solteiros, seguidos dos viúvos, ainda que no caso das mulheres de «fora» as viúvas suplantem as solteiras em quase dez pontas percentuais.

Quadro 89
Efetivos ao óbito segundo a naturalidade, sexo e estado civil
(1780 - 1879)

ORIGEM GEOGRÁFICA		SEXO						TOTAL	
		HOMENS			MULHERES				
		Sol.	Cas	Viúvos	Sol.	Cas.	Viúvas	H	M
NATURAIS	N	257	333	72	258	390	213	662	861
	%	38,8	50,3	10,9	30,0	45,3	24,7	100	100
DE «FORA»	N	982	1015	214	268	594	397	2211	1259
	%	44,4	45,9	9,7	21,3	47,2	31,5	100	100
Total	N	1239	1348	286	526	984	610	2873	2120
	%	43,1	46,9	10,0	24,8	46,4	28,8	100	100

Gráfico 41
Efetivos ao óbito segundo a naturalidade, o sexo e estado civil
(1780 - 1879)



Ainda, segundo esta análise, os homens de «fora» apresentam uma maior proporção no estado de solteiros (44,4%), ultrapassando os naturais da vila em 5,6%, ficando abaixo, apenas, a 1,5% dos 45,9% de casados vindos de «fora». Esta constatação diz-nos que os homens daqui naturais tiveram maior facilidade em formar a sua família que os seus «rivais» nascidos noutras regiões. De facto, 50,3% dos defuntos masculinos encontravam-se casados e 10,9% viúvos, somando conjuntamente 61,2% dos efetivos masculinos aqui nascidos.

Diferentemente, as mulheres nascidas em Chaves apresentam uma maior proporção de solteiras que as de «fora», contrastando com os valores encontrados para as casadas e viúvas. Querirá isto dizer que as mulheres entradas na vila o fizeram, na sua maioria, pelo casamento? De facto, as mulheres solteiras não naturais apresentaram maiores dificuldades em chegar isoladamente a esta vila.

Os rapazes solteiros de «fora» constituem a maioria do fluxo migratório, com 44,4% de entradas, mas são os homens casados e viúvos que no seu conjunto somam um maior volume de defuntos (55,6%). Também são as mulheres na qualidade de casadas e viúvas que aqui mais aguardam o fim do seu ciclo vital. Daqui podemos depreender que o casamento funcionou como um garante da estabilidade geográfica dos seus membros, amortecendo os possíveis efeitos de uma mobilidade exógena.

Com o objetivo de melhor perceber as motivações dos que demandaram esta vila, em ambos os períodos, analisámos os solteiros de ambos os sexos, sobre as suas origens e profissões, através dos registos de óbito.

Começámos por analisar as suas naturalidades, construindo com elas o quadro 90, agrupadas por círculos ou regiões de proximidade e influência, como já fizéramos antes, para a nupcialidade.

Quadro 90
Naturalidade dos indivíduos solteiros de fora falecidos em Chaves
(1780-1879)

ORIGEM DOS NUBENTES	PERÍODOS							
	1780 - 1829				1830 - 1879			
	HOMENS		MULHERES		HOMENS		MULHERES	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Concelho	78	17,0	42	34,7	132	25,7	42	28,6
A. Tâmega e Barroso*	105	22,9	27	22,3	139	27,1	36	24,5
Distrito de Vila Real *	73	15,9	12	9,9	94	18,3	14	9,5
Distrito de Bragança	103	22,5	18	14,9	40	7,8	9	6,1
Região do Minho	46	10,0	3	2,5	30	5,8	11	7,5
Outras regiões do país	21	4,6	8	6,6	49	9,6	16	10,9
Espanha (Galiza)	30	6,6	11	9,1	28	5,5	18	12,2
Espanha (Outras)	1	0,2	-	0,0	0	0,0	-	-
Outros países	1	0,2	-	0,0	1	0,2	1	0,7
Total	458	100,0	121	100,0	513	100,0	147	100,0

* Subtraído das paróquias dos círculos anteriores.

Segundo os dados, notamos, desde logo, que os solteiros vinham maioritariamente das regiões circunvizinhas mais próximas. Assim, do concelho do

Alto Tâmega e Barroso, das restantes paróquias do distrito de Vila Real e do distrito de Bragança provieram cerca de 78 % de homens solteiros e de 80 % de mulheres, no primeiro período. Estas, no segundo período, ficam-se, apenas, por 68,7%, em consequência da diminuição das solteiras provenientes das paróquias do concelho e do distrito de Bragança, comparativamente com o período anterior. Esta perda correu a favor do fluxo proveniente de outras regiões do país e da Galiza.

Já os homens solteiros de fora, aqui falecidos no segundo período, reforçam a concentração das suas naturalidades nos três primeiros círculos de influência (Concelho, Alto Tâmega e Barroso e Vila Real). Foi do distrito de Bragança, seguido da região do Minho, que se verificou a grande diminuição de efetivos. Esta concentração das naturalidades dos solteiros nos concelhos do distrito, durante o segundo período, parece estar relacionado com o recrutamento militar efetuado com base na nova organização administrativa do período liberal.

Se confrontarmos estes valores com os observados para todos os indivíduos vindos de fora e falecidos em Chaves, por sexos (Quadro 84), concluímos que a variabilidade é muito reduzida, entre os homens. Já em relação às mulheres falecidas, a naturalidade das solteiras concentra-se menos nas terras circunvizinhas e mais nas mais distantes da vila, incluindo algumas da Galiza, ao invés das casadas e das viúvas.

Ainda no intuito de conhecer melhor estas diversidades de homens e mulheres provenientes de fora que acabaram por se fixar na vila, elaborámos um quadro identificativo das suas profissões, para ambos os períodos, através dos mesmos registos de óbito (Quadro 91).

Como se pode observar pelos dados do quadro, os párcos nem sempre mencionaram nos assentos de óbito as profissões que haviam desempenhado os defuntos, sobretudo no primeiro período.

Pelos valores apresentados, é visível uma grande diversidade de ocupações dos solteiros de fora, sobretudo no segundo período. Das profissões indicadas, os criados foram, em ambos os períodos, os mais referenciados. No primeiro período, os carpinteiros (4), pedreiros (3), caixeiros (3) e negociantes (3), foram as outras profissões mais registadas.

No segundo período foram os mendigos e outros sem ocupação, seguindo-se, por ordem de importância, os jornaleiros (16), os proprietários (6), e os alfaiates (3).

Os membros do clero tiveram em ambos os períodos uma expressão equivalente, 8 no primeiro e 7 no segundo. Seguem-se os almocreves (2), os funileiros (2) e os guardas da Alfândega (2).

Quadro 91
Distribuição das profissões e ocupações dos solteiros falecidos de fora
(por períodos)

N.º	PROFISSÕES / OCUPAÇÕES	PERÍODOS			
		1780-1829		1830-1879	
		N	%	N	%
1	Alfaiate			3	0,6
2	Almocreve	2	0,5	2	0,4
3	Barbeiro			1	0,2
4	Bacharel			1	0,2
5	Boticário			1	0,2
6	Cabreiro			1	0,2
7	Caixeiro	3	0,8	1	0,2
8	Capador			1	0,2
9	Carpinteiro	4	1,1	2	0,4
10	Chapeleiro			1	0,2
11	Cordoeiro			1	0,2
12	Criado de servir	12	3,2	11	2,4
13	Escrevente	1	0,3		
14	Ferreiro			1	0,2
15	Funileiro			2	0,4
16	Guarda			2	0,4
17	Hortelão			1	0,2
18	Jornaleiro			16	3,4
19	Latoeiro	1	0,3		
20	Lavrador			3	0,6
21	Médico			1	0,2
22	Mendigo e s/ ocupação			18	3,9
23	Músico	1	0,3	1	0,2
24	Negociante	3	0,8	1	0,2
25	Padre e outros clérigos	8	2,1	7	1,5
26	Pedreiro	3	0,8	2	0,4
27	Preso	1	0,3	3	0,6
28	Proprietário			6	1,3
29	Sapateiro			1	0,2
30	Sardinheiro			1	0,2
31	Serralheiro			1	0,2
32	Tintureiro			1	0,2
1 - Total de indivíduos com profissão		39	10,3	94	20,1
2 - Militar		340	89,7	373	79,9
3 - Totais (profissionais)		379	100	467	100
4 - Não identificada		79	-	46	-
Total (1+2+4)		458	-	513	-

No seu conjunto estas ocupações constituem, apenas, 10,3 %, no primeiro período, e 20,1%, no segundo de todos os registados com alguma ocupação.

Entre os falecidos solteiros de fora, com ocupação conhecida, segundo os registos de óbito, os militares representam 89,7%, no primeiro período, e 79,9%, no segundo. Este intenso fluxo de solteiros chamados às lides militares nesta vila, prende-se, como já referimos noutra parte, com os aquartelamentos de dois regimentos de Cavalaria e um destacamento de Infantaria do Regimento de Bragança (⁵⁴⁴).

Os registos de óbito apresentam regularmente, sobretudo no segundo período, a naturalidade e a profissão dos defuntos e, por vezes, o lugar onde faleciam. Muitos dos militares faleceram no Hospital Real desta vila. Encontrámos, entre muitos outros, provenientes de fora, o soldado de Infantaria 13, Francisco Alves, solteiro, natural de Reboriça, do concelho de Ribeira de Pena. Faleceu no dia 24 de julho de 1864, com 28 anos, no Hospital Real de S. João de Deus da Madalena.

A grande maioria dos militares provinha das paróquias do concelho ou dos concelhos circunvizinhos, como Francisco António Ferreira, soldado de Infantaria 13, solteiro, batizado na freguesia de S. Pedro de Agostém, deste concelho, que falecera no Hospital Militar, em 10 de setembro de 1857; ou, de José Magalhães, soldado de Infantaria 12, solteiro, nascido no lugar de Agrelas, freguesia de S. Salvador de Viveiro, do concelho de Boticas, que faleceu no Hospital Real, no dia 23 de fevereiro de 1819. Outros vieram de lugares muito distantes. Entre eles, destacamos António Manuel de Castro, sargento de Infantaria 13, natural da cidade de Faro, que falecera, igualmente solteiro, com 40 anos de idade, no Hospital de S. João de Deus.

Entre os solteiros falecidos de distintas proveniências, com naturalidade e profissão conhecidas, recordamos, apenas, alguns. Entre eles, João António Rabiço, de 50 a 55 anos, solteiro, nascido na freguesia de Cela, deste concelho, filho de Manuel Rabiço e de Joana Maria, da mesma freguesia, que faleceu num palheiro de Ana Joaquina Ferreira, no lugar da Ribeira das Avelãs, desta freguesia, no dia 23 de setembro de 1862. De uma paróquia mais distante proveio Sebastião Pinto, natural de Braga, chapeleiro a residir fora de portas do Anjo. Faleceu, solteiro, no dia 16 de janeiro de 1852.

Da Galiza chegou José António de Sousa, solteiro, criado de servir, natural de S. Salvador de Folões, que trabalhava em casa de Manuel António da Silva, desta vila, faleceu no dia 18 de setembro de 1820.

Tal como os solteiros, um importante fluxo de solteiras de fora fixou-se e morreu nesta vila. Com o objetivo de conhecermos melhor as motivações que trouxeram

(⁵⁴⁴) MENDES, 1995: 364.

estas mulheres à vila de Chaves, elaborámos um outro quadro para os dois períodos (Quadro 92), apesar do número reduzido de profissões identificadas, sobretudo no primeiro período.

Quadro 92
Distribuição das profissões das falecidas de fora
(por períodos)

N.º	PROFISSÕES	PERÍODOS			
		1780-1829		1830-1879	
		N	%	N	%
1	Aguadeira	1	3,7		
2	Adeleira			1	1,3
3	Criada de servir	22	81,5	26	32,5
4	Costureira			6	7,5
5	Padeira / forneira			1	1,3
6	Cabaneira / jornaleira			25	31,3
7	Doceira	1	3,7	1	1,3
8	Lojista			1	1,3
9	Mendiga			9	11,3
10	Proprietária			4	7,4
11	Regateira	1	3,7	3	5,0
12	Sardineira	2	7,4		
13	Tendeira			3	3,8
1 – N.º de mulheres com profissão		27	100	80	100
2 – Sem profissão identificada		93	-	42	-
Total		120	-	122	-

Segundo o quadro, verificamos, desde logo, que as referências feitas pelos párcos foram, ainda, mais reduzidas que as referências feitas às profissões dos homens solteiros de fora.

Dos dados apresentados, é visível a proporção de criadas de servir oriundas de fora que aqui trabalhavam, 81,5% no primeiro período e 32,5%, no segundo.

No segundo período, as cabaneiras e as jornaleiras assumem, igualmente, uma importância relevante de 31,3%, seguidas de 11,3% de mendigas.

Outras profissões mencionadas são costureiras (6), regateiras (3), tendeiras (3) e proprietárias (4).

Entre outros exemplos de mulheres solteiras vindas de fora, com naturalidade e profissão conhecidas, falecidas nesta vila, recordamos os casos de Maria Baltazar, solteira, nascida em Vilarinho das Paraneiras, deste concelho, que era criada de servir em casa de Alexandre José, morador no Largo da Senhora da Lapa, onde faleceu no dia 17 de maio de 1859; e de D. Maria Rita Ferreira de Andrade, proprietária, solteira,

natural de Ribeira de Pena, que falecera com 68 anos na sua quinta, em 30 de junho de 1868. Dos Arcos de Valença do Minho veio Maria Teresa, solteira, cabaneira em casa de Manuel José de Sousa Biqueira, onde falecera, com 36 anos de idade, em 23 de novembro de 1869.

Muitas acompanhavam seus patrões na mudança de residência, designadamente de militares, como é o exemplo de Romana, natural de Goa, criada de servir em casa de Francisco Rodrigues Coelho, alferes de Infantaria 13, morador na rua da Misericórdia, onde falecera, solteira, no dia 27 de julho de 1871, com 15 anos de idade.

A análise da naturalidade e das profissões dos solteiros de fora, por altura do óbito, deixa perceber que as lides militares são as grandes responsáveis pelo fluxo de entrada do sexo masculino, proveniente, maioritariamente, das regiões circunvizinhas. Também é, sobretudo, das paróquias mais próximas do concelho e dos concelhos confinantes que procedem as solteiras à procura de um trabalho na casa das pessoas mais abastadas da vila.

Chaves, como se viu, polarizou um fluxo intenso e contínuo de pessoas de diversas proveniências geográficas, sobretudo das regiões de curta e média distância, atraídas pela vida militar e pelo trabalho necessário à subsistência, onde muitas delas vieram a casar.

Assim, o dinamismo económico e social da vila assume-se como alternativa atraente a uma outra qualquer migração interna mais longínqua ou até a uma emigração transatlântica, aparentemente mais promissora ⁽⁵⁴⁵⁾.

Segundo as fontes utilizadas, estamos, portanto, perante uma comunidade aberta aos movimentos migratórios, de solteiros, casados e viúvos, de ambos os sexos, provenientes, quer das regiões mais circunvizinhas, quer de outras mais distantes.

Conclui-se, igualmente, que foi entre os homens que emergiu o maior domínio da exogamia geográfica, como demonstram os assentos de casamento. Consequentemente, por altura do óbito, os casados apresentam-se em maioria, ainda que ligeira, comparativamente com os homens solteiros. Para esta mobilidade muito contribuíra a intensa vida militar e o dinamismo criado à sua volta como pólo aglutinador do desenvolvimento económico da região transmontana.

Todavia, a mobilidade geográfica não se processou só no sentido convergente. Houve flavienses que saíram para outras regiões, nacionais ou estrangeiras. A inexistência de fontes próprias inviabiliza a sua abordagem específica. Também não

⁽⁵⁴⁵⁾ Cf. RODRIGUES, 2009: 405.

encontrámos nos livros de óbito da vila «*notícias*» dos indivíduos naturais de cá e falecidos «*fora*», como vimos em Calvão ⁽⁵⁴⁶⁾. Esta prática de não registar a feitura dos «*bens d'Alma*» dos «*ausentes*» privou-nos de um interessante estudo sobre o perfil e destino destes flavienses.

Como se comprova, através dos registos de casamento e de óbito, a vila de Chaves viveu, durante o período estudado, uma grande mobilidade geográfica, que condicionou decisivamente os comportamentos demográficos das suas populações, convidando, por isso, a ulteriores investigações a nível urbano.

⁽⁵⁴⁶⁾ Cf. FAUSTINO, 1998: 193-197.

VIII. Sazonalidade dos comportamentos demográficos

1. Repartição dos nascimentos segundo os meses

Tem particular interesse o estudo da distribuição dos nascimentos pelos meses do ano, demonstrando-nos a influência, isolada ou conjunta, do clima, das fainas agrícolas, das prescrições religiosas, da mortalidade pré-natal ou infantil, ou de outras no momento da concepção cerca de 9 meses antes.

Quadro 93
Repartição dos nascimentos segundo os meses do ano
(dois períodos)

	MÊS DE CONCEÇÃO												
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	
	MÊS DE NASCIMENTO												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
(1870 - 1829)													TOTAL
Nº	677	621	606	629	580	486	525	646	662	611	564	618	7.225
Nº DIA	21,8	22,0	19,5	21,0	18,7	16,2	16,9	20,8	22,1	19,7	18,8	19,9	237,5
ÍNDICES	110,3	111,1	98,8	105,9	94,4	81,8	85,6	105,3	111,5	99,6	95,0	100,7	1200
(1830 - 1879)													
Nº	762	672	745	748	650	575	614	625	712	747	656	686	8.192
Nº DIA	24,6	23,8	24,0	24,9	21,0	19,2	19,8	20,2	23,7	24,1	21,9	22,1	269,3
ÍNDICES	109,5	106,0	107,1	111,1	93,4	85,4	88,3	89,9	105,8	107,4	97,5	98,6	1200

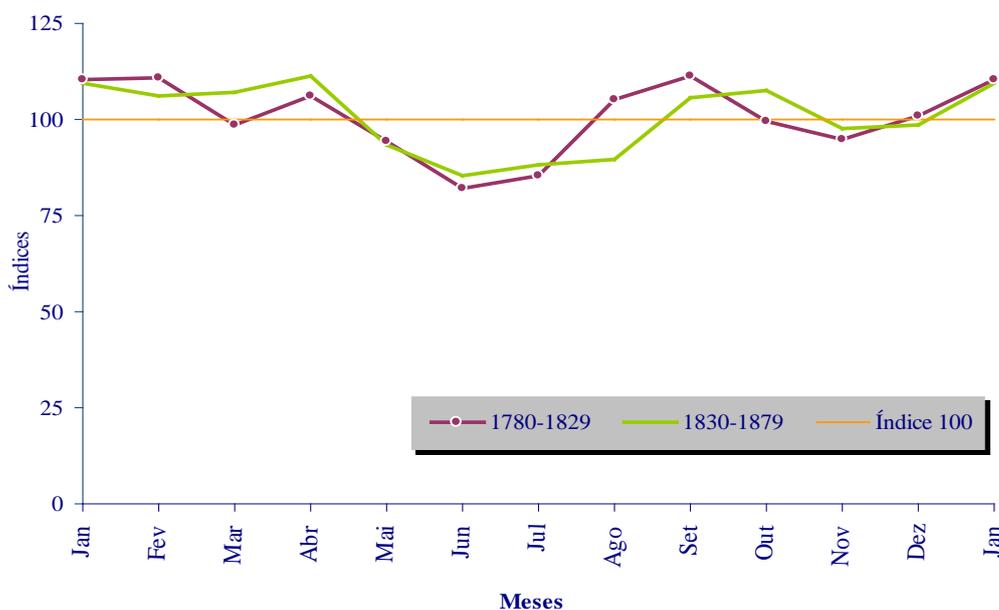
Para analisar a repartição dos nascimentos segundo os meses contámos com todos os nascimentos, quer fossem legítimos ou naturais, com exceção dos filhos enjeitados, que agrupámos pelos meses do ano, por dois períodos de 50 anos, a fim de atenuar, assim, as influências aleatórias ocasionais, e, por outro, proporcionar uma boa leitura do gráfico, que também se apresenta.

Na elaboração do respetivo quadro seguimos a “*metodologia dos números proporcionais*” proposta por Louis Henry (⁵⁴⁷), que tem a vantagem de permitir a comparação entre si de meses de desigual duração, já que se reporta ao número médio de nascimentos por dia (⁵⁴⁸).

⁽⁵⁴⁷⁾ HENRY, 1988: 68-69.

⁽⁵⁴⁸⁾ Tendo por base a mesma metodologia, usámos como divisor o número de dias do mês, mas no caso de fevereiro, que tem 29 dias no ano bissexto, considerámos 28,25 dias.

Gráfico 42
Movimento sazonal dos batizados
(dois períodos)



Da leitura dos dados do quadro 94 e da conseqüente representação gráfica (Gráfico 42), verificamos que o volume de batizados se adensa nos primeiros meses do ano, designadamente no primeiro trimestre, correspondendo às concepções dos meses de primavera: abril, maio e junho, com ligeiras variações do primeiro para o segundo período. Também os meses de agosto, setembro e dezembro, no primeiro período, e setembro e outubro, no segundo, exibem índices elevados de nascimentos, com valores modais em setembro e abril, respetivamente. Os restantes meses do ano, por exclusão, revelam índices mais baixos, equivalentes aos meses de concepção de agosto a outubro, e de agosto a novembro, no período de Oitocentos. Junho é o mês em que se regista o volume mais reduzido de nascimentos, correspondendo às concepções de setembro, tempo de colheitas na região.

Comparando com maior atenção a evolução do fenómeno nos dois períodos, podemos verificar uma certa concordância da tendência do movimento sazonal, com pequenas dissemelhanças de comportamentos entre os dois períodos.

Assim, no primeiro período, setembro é o mês modal das ocorrências de batismos, que correspondem a uma concepção em dezembro, em pleno Advento, para os Católicos, cujas prescrições não parecem influenciar decisivamente a intimidade dos casais flavienses, comportamento também manifestado durante o segundo período; também as interdições da Quaresma, coincidentes genericamente com o mês de março,

só aparentemente parecem ter sido respeitadas, uma vez que os nascimentos registados em dezembro, designadamente no primeiro período, são medianamente elevados. Por sua vez, as «sestas» do mês de julho e as noites frias e longas de dezembro proporcionaram maior convívio íntimo aos casais, dando os seus frutos em abril e setembro, respetivamente. Ao invés, os meses quentes de agosto a outubro provocam uma atimia de nascimentos nos meses de maio a julho.

Ainda no primeiro período, e somente no primeiro, os meses de março e outubro manifestam atipicamente valores baixos de batismos; se o primeiro poderá estar relacionado com as laboriosas fainas agrícolas do mês de junho, o segundo só poderá encontrar explicação nas noites sonolentas e gélidas de janeiro.

Em síntese, junho, agosto, setembro e até outubro foram meses fracos para a vida procriativa, devido, em grande parte, às fainas agrícolas e às longas e cansativas jornadas dos trabalhos mestreiros, a sobreporem-se às necessidades mais íntimas dos casais, traduzindo-se, assim, numa baixa dos índices de batismos nos meses de maio a julho, no primeiro período, e de maio a agosto, no segundo. Face a estes magros índices de nascimentos nos meses primo-estivais, apesar de se aceitar, sem reservas, um comportamento reprodutivo próximo da «fecundidade natural», temos de perguntar: não será que estas populações, cónscias de que este tempo é ocupado com intensos trabalhos, os terão evitado como meses de nascimento? Não será de admitir uma certa abstinência sexual nos meses laboriosos de agosto a outubro?! Ou haverá outras razões que a isso conduziram, como as fortes ligações do homem à natureza?

Comparando estes resultados com os obtidos na nossa paróquia de Calvão e com a zona urbana de Guimarães (⁵⁴⁹), notamos uma notável semelhança entre si, designadamente nos meses depressivos do miolo do ano.

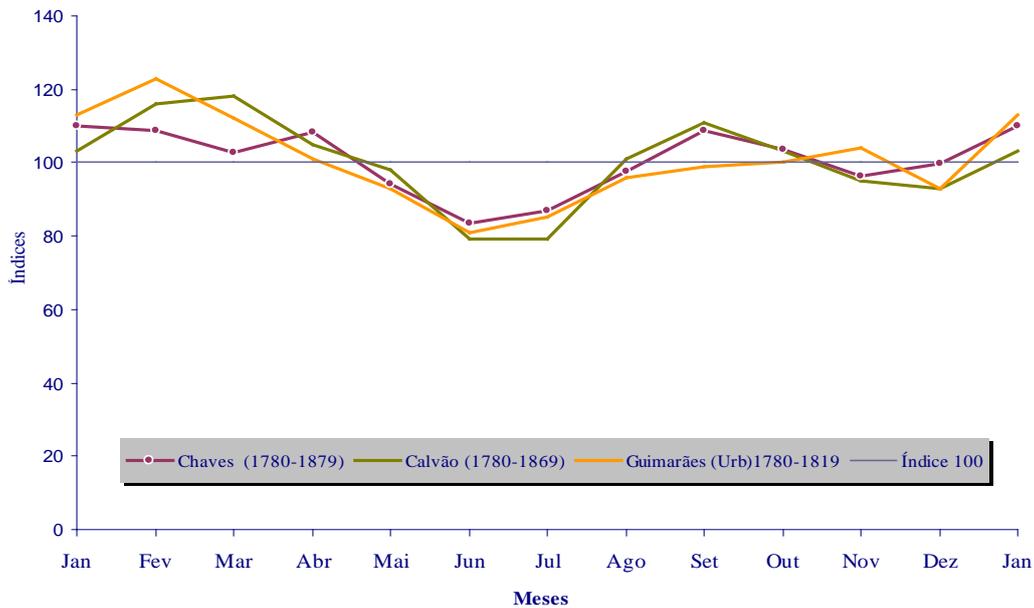
Quadro 94
A sazonalidade dos batizados
(em diversas paróquias)

PARÓQUIAS	Meses do ano											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
CHAVES (1780-1879)	110	109	103	109	94	84	87	98	109	103	96	100
CALVÃO (1780-1869)	103	116	118	105	98	79	79	101	111	103	95	93
GUIMARÃES (URB.)	113	123	112	101	93	81	85	96	99	100	104	93

Fonte: Registos paroquiais; FAUSTINO, 1998; AMORIM, 1987.

⁽⁵⁴⁹⁾ AMORIM, 1987:148.

Gráfico 43
A sazonalidade dos batizados
(em diversas paróquias)



Assim, em Calvão e Guimarães os batizados adensam-se maioritariamente nos primeiros meses do ano correspondentes à ferosidade primaveril. Já os registos de nascimentos nos meses de junho e julho na paróquia transmontana apresentam uma queda pronunciada acompanhando possivelmente o ciclo agrícola. De facto, durante o estio, as atividades agrícolas desenvolvidas na freguesia de Calvão adormeceram o vigor procriativo das suas populações.

Mas, se nos meses de maio a agosto, a moderada depressão de nascimentos evidenciada em Guimarães se aproxima do verificado em Chaves, já Calvão acompanha o «*pico*» observado no mês de setembro, correspondendo às conceções de dezembro, tempo, em regra, de respeito pelas prescrições adventícias. Chaves, a fazer fé nos índices encontrados para o mês de dezembro, também não respeita as determinações quaresmais, ao contrário de Calvão e de Guimarães.

Admitindo que as prescrições religiosas não influenciaram decisivamente os ritmos procriativos dos flavienses de Oitocentos pergunta-se, que interferência tiveram as ocupações laboriosas mais exigentes na vida íntima dos casais, designadamente as do ciclo agrícola do vale do Tâmega? Ou seria que a intimidade dos flavienses ficara condicionada pela mãe natureza?!

De todas as maneiras, encontrar explicações para a variabilidade da cadência reprodutiva dos casais flavienses não é uma tarefa fácil, uma vez que não dispomos de outros elementos para além do movimento dos nascimentos.

2. Repartição dos casamentos segundo os meses

Nas sociedades do Antigo Regime, a marcação da cerimónia do matrimónio, porque rito social marcante das vidas dos indivíduos, é influenciada pelas prescrições religiosas, pelos hábitos sociais e pelo ciclo das atividades económicas ⁽⁵⁵⁰⁾.

Com o fim de analisarmos este comportamento, seus ritmos e suas mudanças, agrupámos os seus valores proporcionais pelos dois períodos considerados, como já fizéramos para os batismos, como nos mostra o quadro 95 e a correspondente representação gráfica.

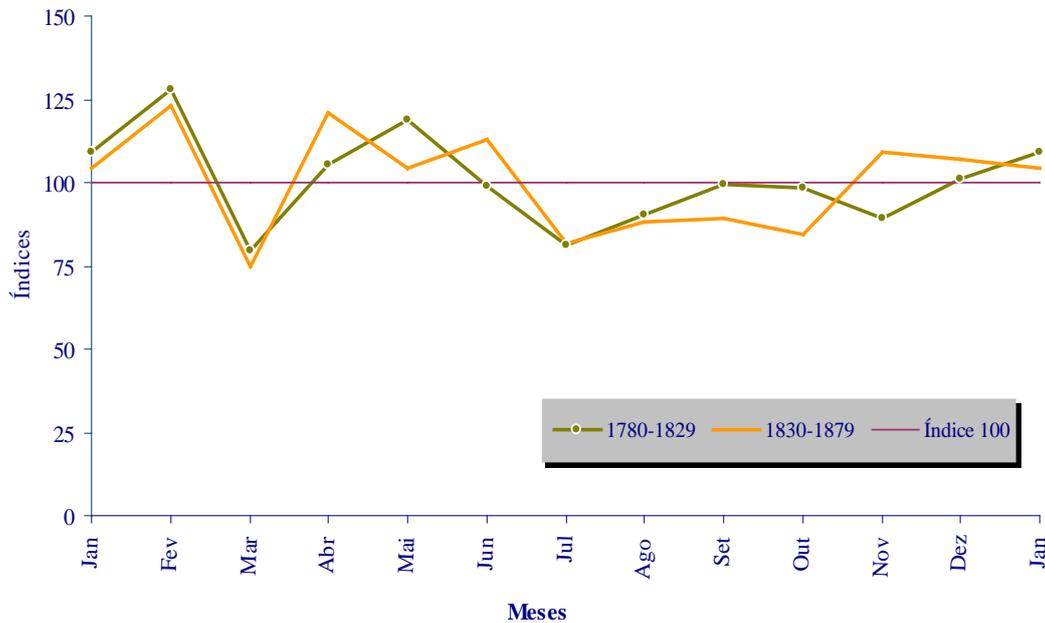
Quadro 95
Repartição dos casamentos segundo os meses do ano
(dois períodos)

	MESES DO ANO												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
	(1780 - 1829)												
Nº	192	205	140	179	209	168	143	159	169	173	152	178	2.067
Nº DIA	6,2	7,3	4,5	6,0	6,7	5,6	4,6	5,1	5,6	5,6	5,1	5,7	68,0
ÍNDICES.	109,2	128,0	79,7	105,2	118,9	98,8	81,4	90,5	99,4	98,4	89,4	101,3	1200
(1830 - 1879)													
Nº	199	214	142	223	199	208	156	168	165	161	201	204	2.240
Nº DIA	6,4	7,6	4,6	7,4	6,4	6,9	5,0	5,4	5,5	5,2	6,7	6,6	73,8
ÍNDICES	104,4	123,2	74,5	120,9	104,4	112,8	81,8	88,1	89,4	84,5	109,0	107,0	1200

Da análise comparativa entre períodos, ressalta, numa primeira leitura, que entre si não houve grandes divergências na evolução anual do comportamento da nupcialidade, designadamente no decurso do primeiro semestre do ano. Não obstante, em detalhe, podemos constatar que a evolução do fenómeno ao longo do ano é quase coincidente, entre os dois períodos, à exceção dos meses de abril, junho e novembro por serem mais solicitados pelos nubentes, durante o segundo; ao invés os meses de maio, setembro e outubro foram menos pretendidos no segundo que no primeiro período.

⁽⁵⁵⁰⁾ AMORIM, 1992: 81.

Gráfico 44
Movimento sazonal dos casamentos
(dois períodos)



No decurso do ano, a marcação das cerimónias matrimoniais adensa-se no primeiro semestre, à exceção de março, mês das interdições da Quaresma, em contraste com o período depressivo do segundo semestre, que se arrasta de junho a novembro, no primeiro período, e de julho a outubro, no segundo.

Esta disparidade de preferências na marcação da data do casamento do primeiro para a segunda parte do ano, só poderá ser explicada pelo ritmo do calendário agrícola, uma vez que as determinações do «*tempus feriarum*» da Quaresma são mais observadas que as do Advento; por sua vez, os meses de fevereiro e maio, no primeiro período, e fevereiro e abril, no segundo, foram os meses mais preferidos pelos noivos flavienses para a realização de seus casamentos. Pelo que, os valores de fevereiro parecem antecipar o interdito quaresmal, que se prolonga por cerca de 47 dias. Para abril, no primeiro, e abril-maio, no segundo período, ficaram as cerimónias dos que preferiram ou que por elas «*puderam*» esperar.

Se os flavienses respeitaram as prescrições da Quaresma, o mesmo não fizeram relativamente às determinações do Advento; dezembro, que devia ser para os noivos um tempo de penitência e espera, é dos meses mais preferidos da segunda metade do ano.

Por conseguinte, as prescrições religiosas da Quaresma e do Advento, períodos em que os esposos não recebem na ocasião do enlace as bênçãos nupciais, tiveram peso diferente na escolha da data da cerimónia do casamento: um maior respeito pelas

determinações quaresmais. Comportamento semelhante encontrara Norberta Amorim ⁽⁵⁵¹⁾ para as paróquias rurais transmontanas de Cardanha e Poiares, acrescentando que «durante o Antigo Regime, na zona norte do País, os interditos da Quaresma e principalmente do Advento não tinham a mesma influência sobre a escolha das datas para os enlances matrimoniais como tinham em outras zonas da Europa» ⁽⁵⁵²⁾.

Por sua vez, a depressão que se segue ao mês de junho e que se estende pelos meses de outubro e, por vezes, até novembro, é mais prolongada, mas menos profunda, no primeiro período, podendo estar relacionada com a alteração do ciclo das fainas agrícolas da época estivo-outonal. Assim sendo, é bem possível que a antecipação dos casamentos para maio e junho, em detrimento de julho, mês ainda não excessivamente castigado pelas lides das atividade produtivas, esteja relacionada com a diferenciação do calendário agrícola e as dinâmicas económicas que animam a vida urbana, como a mesteiral e comercial. Ou, será que a explicação se descobre no esgotamento dos celeiros familiares? É que, por estas alturas do ano as reservas de subsistências começam a falhar nos tulheiros, e, nestas terras, a «*boda*» devia ser «*rija*» e farta, tanto quanto o permitisse a riqueza e o prestígio das famílias dos noivos.

Se compararmos este comportamento sazonal com os observados na freguesia rural de Calvão e na zona urbana Guimarães, de Norberta Amorim ⁽⁵⁵³⁾, com base no quadro 96 e na respetiva representação gráfica (Gráfico 45), ressalta, primeiramente, uma similaridade na evolução regular do comportamento, designadamente das paróquias urbanas, registando-se, apenas, ligeiras disparidades, em certos meses do ano. Calvão, onde o homem tem uma relação mais estreita com os ritmos da natureza, apresenta uma variabilidade mais acentuada, como nos casos de fevereiro, março e novembro.

Quadro 96
A sazonalidade dos casamentos
(em diversas paróquias)

PARÓQUIAS	Meses do ano											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
CHAVES (1780-1879)	107	126	77	112	112	106	82	89	94	91	99	104
CALVÃO (1780-1869)	133	190	56	93	136	125	87	68	102	68	48	96
GUIMARÃES (Urb.)	96	137	78	96	112	101	94	94	99	90	111	92

Fonte: Registos paroquiais; FAUSTINO, 1998; AMORIM, 1987.

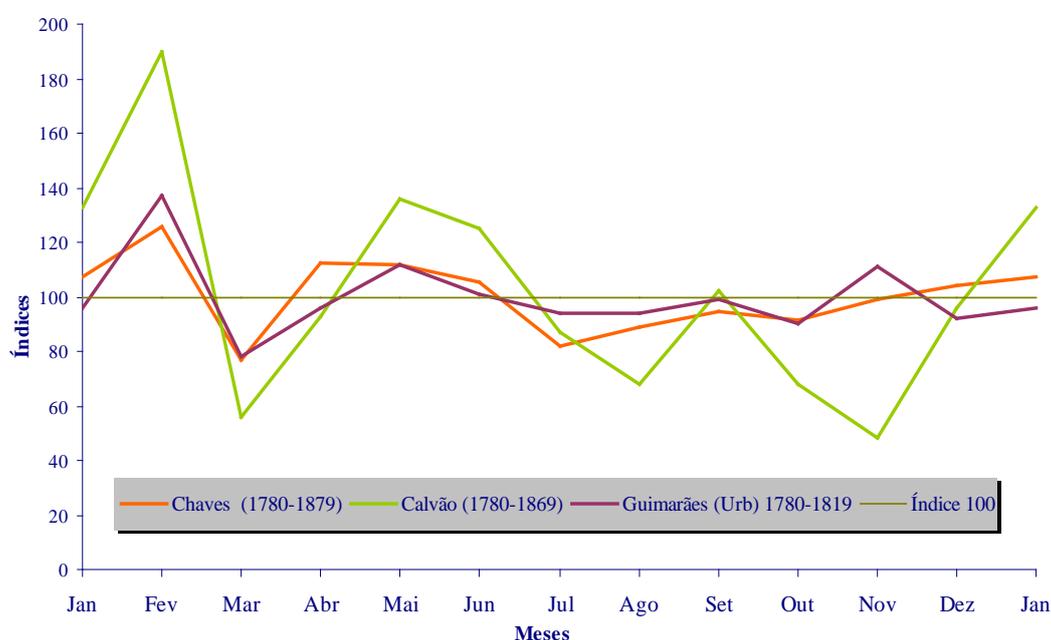
⁽⁵⁵¹⁾ AMORIM, 1983/84: 535.

⁽⁵⁵²⁾ AMORIM, 1987: 74.

⁽⁵⁵³⁾ AMORIM, 1987: 66.

Entre os meios urbanos, parece claro que as populações de Guimarães tiveram um maior respeito pelas interdições da Quaresma e do Advento, particularmente na observância dos preceitos deste. De facto, Chaves relativamente ao Advento segue a tendência das paróquias transmontanas e da Galiza, que se desligam praticamente do interdito adventício, registando em dezembro o maior número de preferências da segunda metade do ano ⁽⁵⁵⁴⁾. Por isso, aqui não se verifica um acréscimo de matrimónios tão acentuado no mês de novembro, em consequência de um menor acatamento das observações religiosas, no mês seguinte.

Gráfico 45
A sazonalidade dos casamentos
(em diversas paróquias)



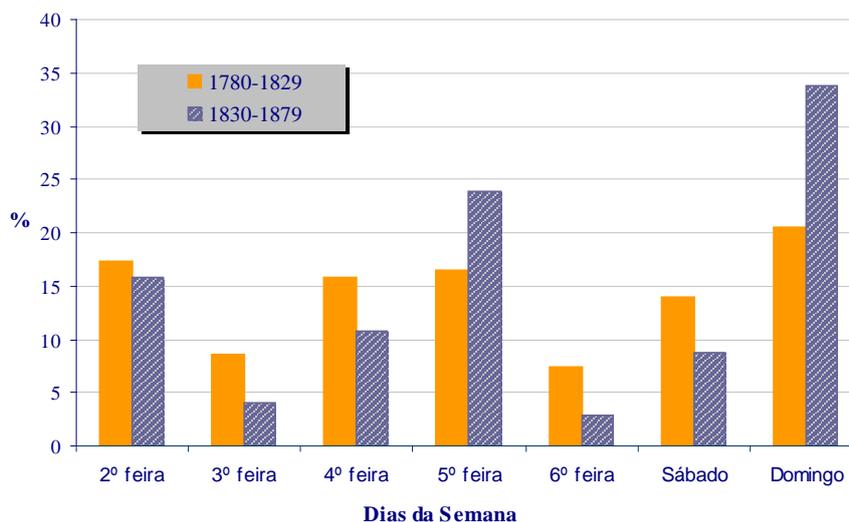
Ainda, segundo os dados, os meses do período estivo-outonal são pouco atrativos para as «bodas» matrimoniais, excetuando-se o caso de Calvão que apresenta um «pico» de enlaces em setembro. As restantes divergências desta segunda metade do ano terão a ver com o ciclo da economia agrícola diferenciada nas duas regiões e das suas implicações na vida urbana. Assim, a variabilidade do comportamento durante esta época, prende-se com as distintas tarefas do calendário agrícola: recolha das últimas colheitas, preparação das terras e sementeiras do cereal, que fazem prolongar as fainas até mais tarde, enquanto em Guimarães as vindimas em setembro-outubro são as últimas lidas do ano ⁽⁵⁵⁵⁾.

⁽⁵⁵⁴⁾ AMORIM, 1987: 64.

⁽⁵⁵⁵⁾ AMORIM, 1987: 66.

Não deixa de ser interessante o estudo da escolha do dia da semana para a realização das cerimónias do matrimónio. Como se pode observar pela distribuição semanal dos casamentos (Gráfico 46), a escolha do dia não recaiu de igual forma pelos sete dias da semana.

Gráfico 46
A distribuição semanal dos casamentos
(%)



Assim, constata-se que o Domingo, dia do «*descanso do Senhor*», foi o mais preferido pelos nubentes, em ambos os períodos considerados, evidenciando um forte crescimento quando se passa para o século XIX, seguido de perto Segunda, Quarta e Quinta-feira. Por sua vez, Sexta-feira foi o dia da semana menos escolhido, possivelmente por estar associado aos dias de jejum em tempo da Quaresma e ser considerado tradicionalmente como dia funesto. Também as percentagens de Terça-feira mostram-nos que este dia era considerado pelos flavienses, igualmente, nefasto para o enlace matrimonial, sobretudo no segundo período.

Contrariando as tendências atuais, o Sábado não era dos dias mais preferidos para a celebração destas cerimónias, manifestando uma quebra de escolhas no período de Oitocentos. Não deixa de ser interessante a preferência destas populações pela Segunda-feira, segundo dia da semana mais preferido dos casais para a realização da «*boda*», durante o primeiro período, e terceiro, no segundo. A explicação para esta preferência não se afigura fácil. Messias Ferreira ⁽⁵⁵⁶⁾, que estudara a antiga freguesia do Eixo e Oliveirinha, verificando, tal como nós em Chaves, uma concentração anormal de casamentos no segundo dia da semana, avança com uma explicação curiosamente

⁽⁵⁵⁶⁾ FERREIRA, 2001: 70.

interessante: a existência de um grande número de artífices que escolhiam os Domingos para procurarem vender os seus artigos nas feiras e romarias da região.

Para Chaves parece-nos que, apesar das características urbanas da sua sociedade, a hipótese explicativa carece de uma análise mais aturada.

Podemos concluir que, à semelhança do que acontecera com o movimento sazonal, as práticas religiosas, as atividades económicas e as tradições culturais influenciaram de forma decisiva a marcação do dia das cerimónias matrimoniais.

3. Repartição dos óbitos segundo os meses

3.1. Repartição dos óbitos dos menores de sete anos

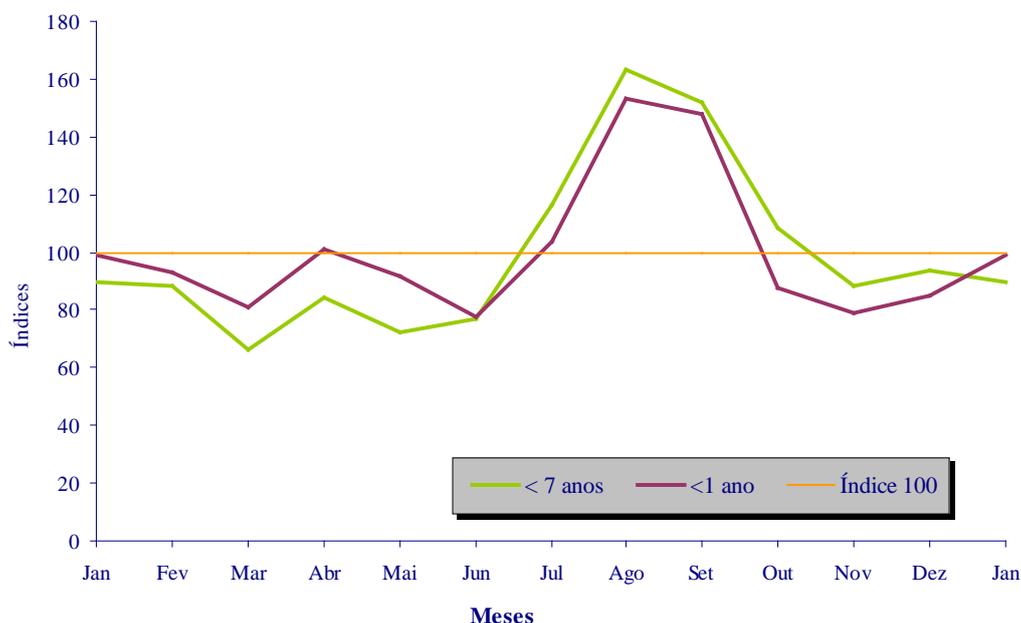
Para o estudo da sazonalidade dos óbitos dos menores de sete anos considerámos apenas os registos entre 1850 e 1879, à semelhança do que fizéramos para a análise do movimento da mortalidade Infantojuvenil, uma vez que para o período anterior, os assentos destes não foram lavrados de forma regular. Para a elaboração do respetivo quadro (Quadro 97) adotámos, igualmente, a metodologia que temos vindo a seguir, proposta por Louis Henry, dividindo o volume de óbitos registados pelo número de dias do mês e determinando os valores proporcionais para cada mês do ano, conforme apresentamos no quadro seguinte.

Da sua leitura e da correspondente representação gráfica (Gráfico 47) distinguimos claramente que é nos meses de verão que se adensa a sobremortalidade Infantojuvenil.

Quadro 97
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(1850-1879)
(menores de 7 anos)

	Meses do ano												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
Nº	162	146	120	148	131	134	210	295	266	196	154	169	2.131
Nº DIA	5,2	5,2	3,9	4,9	4,2	4,5	6,8	9,5	8,9	6,3	5,1	5,5	70,0
ÍNDICES	89,6	88,7	66,4	84,6	72,5	76,6	116,2	163,2	152,1	108,5	88,1	93,5	89,6

Gráfico 47
Sazonalidade ao óbito dos menores de 7 anos
(1850-1879)



Provavelmente, as doenças gastrointestinais, devido às alterações do leite materno, a ingestão de alimentos alterados, de frutos ainda verdes, ou de águas impróprias, associado a uma diminuição dos cuidados maternos, em consequência das longas jornadas, poderão estar na origem da grande vulnerabilidade destas crianças⁽⁵⁵⁷⁾. Curiosamente, os meses invernosos e frios, propensos ao desenvolvimento de quadros patológicos adversos do foro do aparelho respiratório, estão longe de serem os mais castigadores dos meninos flavienses, não se distanciando significativamente do verificado nos meses primaveris. São estes, por sua vez, que assinalam o período mais benéfico à sobrevivência das crianças.

A interessante semelhança da distribuição sazonal da mortalidade dos menores de 7 anos com a da mortalidade infantil, ainda que a primeira se avolume mais nos meses do período estivo-outonal, confirma que os fatores exógenos são os mais responsáveis pela sobremortalidade, no período em observação.

3.2. Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos

Sabendo que a morte não tem o mesmo ritmo de acometimento no decurso do ano, variando com o evoluir dos contextos históricos, procedemos à repartição dos

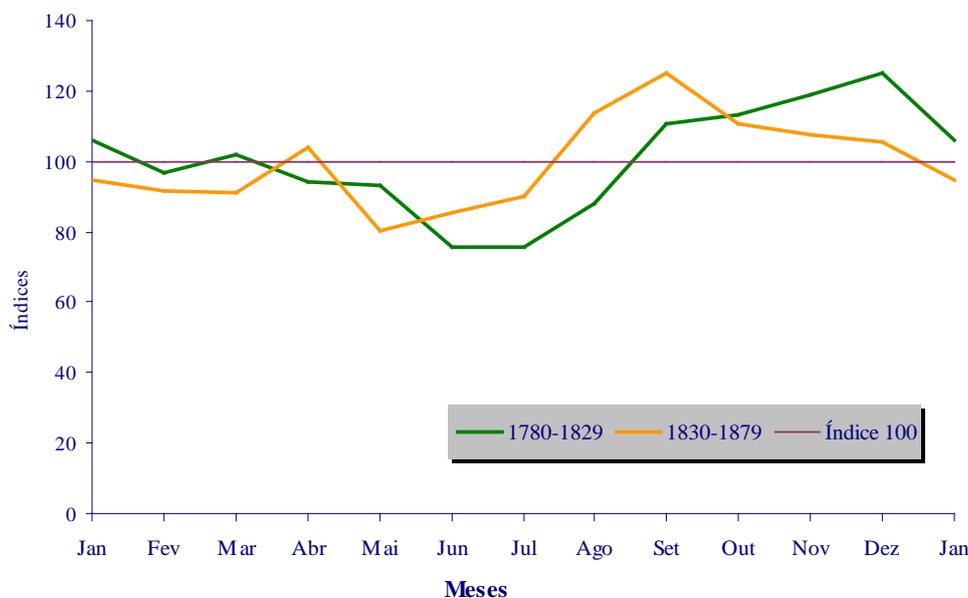
⁽⁵⁵⁷⁾ LEBRUN, 1983: 133-134.

óbitos pelos meses do ano e por dois períodos de igual duração ⁽⁵⁵⁸⁾ (Quadro 98). Para a sua construção seguimos igualmente a metodologia proposta por L. Henry. Os valores apresentados correspondem aos anos de mortalidade dita normal, excluindo-se, para não desvirtuar a análise, os efetivos que faleceram em anos de sobremortalidade. Este indicador, para além de nos revelar a concentração dos óbitos em determinados meses do ano, permite-nos avaliar melhor a influência dos fatores exógenos no ciclo de vida das populações do passado ⁽⁵⁵⁹⁾.

Quadro 98
Repartição dos óbitos segundo os meses do ano
(> 7 anos)

	MESES DO ANO												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
	(1870 - 1829)												
Nº	253	211	244	218	222	175	181	210	256	271	275	299	2.815
Nº DIA	8,2	7,5	7,9	7,3	7,2	5,8	5,8	6,8	8,5	8,7	9,2	9,6	92,5
ÍNDICES	105,9	96,9	102,2	94,3	92,9	75,7	75,8	87,9	110,7	113,5	119,0	125,2	1200
(1830 - 1879)													
Nº	275	242	265	292	233	240	261	331	352	322	303	306	3.422
Nº DIA	8,9	8,6	8,5	9,7	7,5	8,0	8,4	10,7	11,7	10,4	10,1	9,9	112,4
ÍNDICES.	94,7	91,4	91,2	103,9	80,2	85,4	89,9	114,0	125,2	110,9	107,8	105,4	1200

Gráfico 48
Movimento sazonal da mortalidade adulta
(1780-1879)



⁽⁵⁵⁸⁾ A estabilidade do fenómeno e a partilha equilibrada do número de ocorrências aconselhou o seu tratamento, numa escala próxima do meio século, dividindo-se a observação em dois períodos de igual duração: de 1780 a 1829 e de 1830 a 1879.

⁽⁵⁵⁹⁾ RODRIGUES, 1990: 79.

De acordo com o quadro e da sua correspondente representação gráfica ressaltam as seguintes conclusões: o fenómeno adensa-se na segunda parte do ano de agosto a dezembro, no segundo período, e de setembro a janeiro no primeiro, com altas, respetivamente, no mês de setembro e dezembro; assim, durante o segundo período, os meses de agosto, setembro e outubro são os que mais encurtam a vida destas populações; por sua vez, os primeiros meses do ano, apesar de coincidirem com inverno, apresentam uma certa regularidade no tempo, registando índices obituários moderados, em ambos os períodos; ao invés, a primavera é por excelência o período favorável à existência vital dos flavienses, prologando-se a sua influência até ao mês de agosto, durante o primeiro período.

Podemos concluir que a mortalidade normal é maior nos meses de outono, período frio e húmido, particularmente difícil para estas populações, frequentemente «*achacadas*» a infeções pulmonares, numa época em que a defesa contra o frio e a humidade era precária. Com efeito, os problemas respiratórios atacam sobretudo nos meses de outono/inverno, enquanto que as doenças gastrointestinais ocorrem no final do verão e princípios de outono. Por sua vez, a elevação da mortalidade em março/abril e setembro/outubro é coincidente, como diz o povo, com «*o rebentar e cair da folha*», verificando-se esta tendência essencialmente no período de Oitocentos. Pérez Garcia ⁽⁵⁶⁰⁾ associa a sobremortalidade inverno-primaveril adulta à penúria de subsistências.

Comparando o comportamento sazonal em Chaves com a paróquia rural de Calvão ⁽⁵⁶¹⁾, e com a de Guimarães, zona urbana, para o período de 1780 a 1819, ou com outras paróquias transmontanas estudadas ⁽⁵⁶²⁾, concluimos que na generalidade existe, entre elas, um certo paralelismo, com os máximos no outono/inverno e mínimos em maio/junho, embora em Calvão as variações sejam mais acentuadas que as ocorridas nas urbes flaviense e minhota, sobretudo nos meses de maio e setembro.

⁽⁵⁶⁰⁾ PÉREZ GARCIA, 1979: 141-144.

⁽⁵⁶¹⁾ FAUSTINO, 1998: 235.

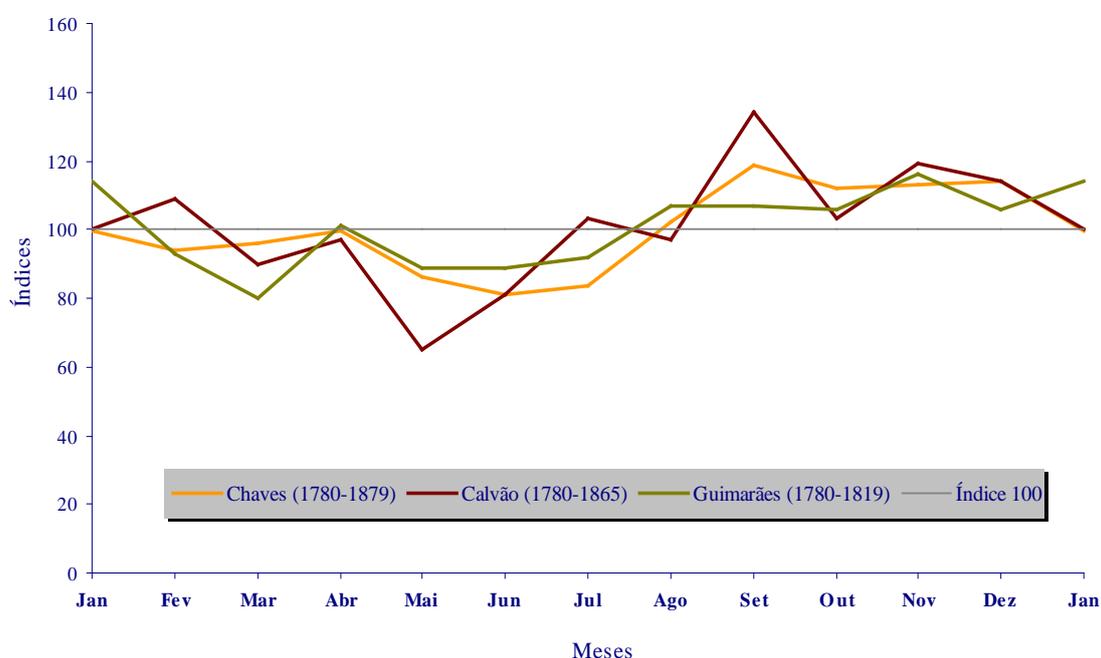
⁽⁵⁶²⁾ Referimo-nos às paróquias de S. Pedro de Poiães e Cardanha estudadas por Norberta Amorim.

Quadro 99
A sazonalidade dos óbitos
(em diversas paróquias)

PARÓQUIAS	Meses do ano											
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
CHAVES (1780-1879)	100	94	96	100	86	81	84	102	119	112	113	114
CALVÃO (1780-1865)	100	109	90	97	65	81	103	97	134	103	119	114
GUIMARÃES (URB)	114	93	80	101	89	89	92	107	107	106	116	106

Fonte: Registos paroquiais; FAUSTINO, 1998; AMORIM, 1987.

Gráfico 49
A sazonalidade dos óbitos
(em diversas paróquias)



Do exposto, fica patente a influência decisiva do clima na cadência dos ritmos do calendário da morte. A análise da sazonalidade dos óbitos permite-nos, assim, conhecer melhor as causas que influenciaram este comportamento. Há mesmo autores, como Livi-Bacci e Pérez Moreda, entre outros, que veem na análise estacional da doença um bom instrumento para descobrir a *causa-mortis* e a sua natureza, sobretudo, da mortalidade de crise, bem como a sua incidência social e etária ⁽⁵⁶³⁾, ainda que tal não deva ser, em nosso entender, esteio comum a tomar em consideração.

⁽⁵⁶³⁾ A propósito desta problemática, veja-se MOREIRA, 1994: 44-50.

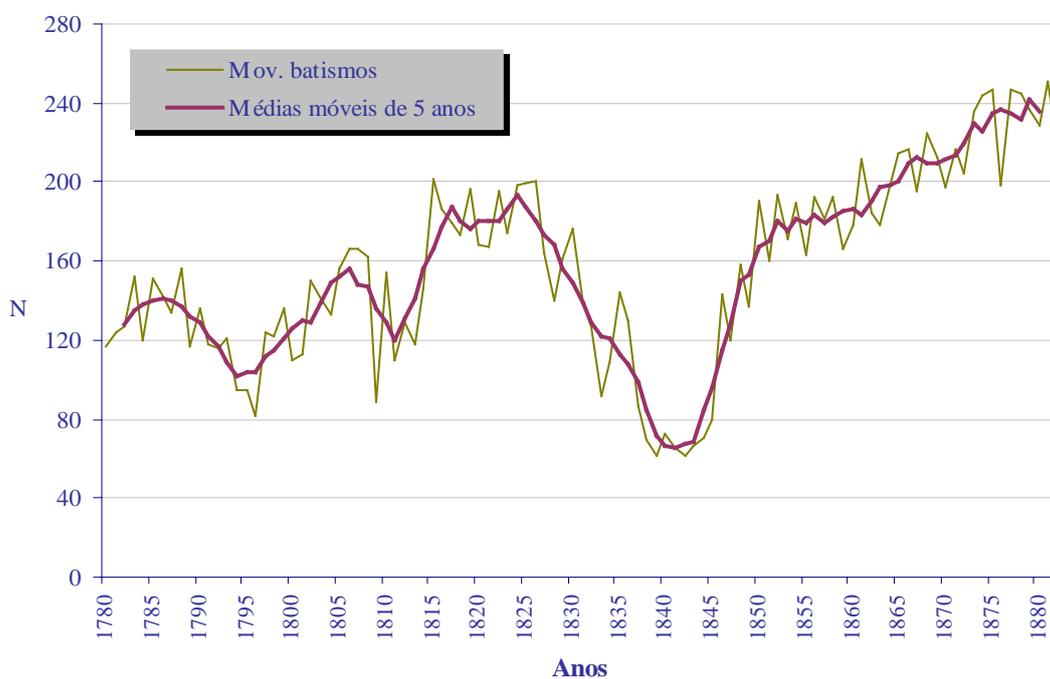
IX. Aspetos globais da demografia de Chaves

1. Batizados registados

Para o estudo do movimento dos batizados servimo-nos dos livros de assento de batismo das duas repartições que constituíam a vida paroquial da urbe flaviense. As fontes de grande valor histórico são de boa qualidade e isentas de hiatos ou falhas temporais, salvo no período de 1837 a 1845. Este lapso de oito anos faz suspeitar da existência de um sub-registo de batizados, hipótese que, depois de exaustivas procuras, não podemos confirmar.

Do trabalho desenvolvido pelos respetivos assentos, arrolámos o número de batizados por ano civil sobre os quais calculámos as médias móveis de cinco anos, a fim de normalizar as variações aleatórias anuais do comportamento da natalidade. A sua análise permite-nos, assim, uma melhor leitura dos diferentes ritmos de crescimento e de mudança ocorridos ao longo de toda a observação (Gráfico 50).

Gráfico 50
Movimento de batizados de 1780-1879
(médias móveis de 5 anos)



Fonte: ADVRL - Livros de Batismo de Chaves

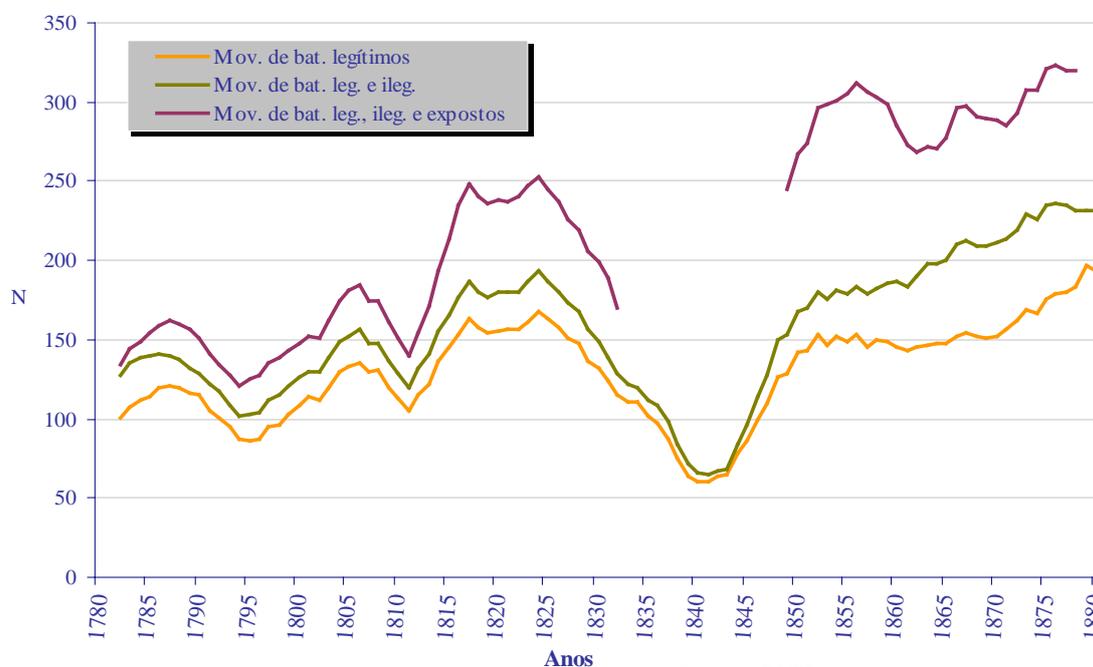
Da sua leitura detetamos «*grosso modo*» três períodos de características diferenciadas: um primeiro período de crescimento populacional até meados da terceira década de Oitocentos, entremeado por hesitações na viragem do século e no período da «*Guerra Peninsular*»; segue-lhe uma vintena de anos marcada por uma descida

acentuada. Esta tendência inverte-se após 1845 com o volume de batizados a elevar-se expressivamente até final da observação.

Se as hesitações de crescimento ocorridas durante o primeiro período estão relacionadas com os anos difíceis que atormentaram a existência dos flavenses, já a quebra ocorrida no segundo quartel de Oitocentos é de mais difícil explicação. Verificámos semelhante comportamento na paróquia rural de Calvão, ainda que menos extenso e pronunciado. Também Delfina Rodríguez se deparou com idêntica situação na vizinha comarca galega de Celanova, declarando que «na década de 1840-49, o número de nascimentos encóntrase á baixa en todas as series parroquiais, mentres o número de falecidos segue em ascenso»⁽⁵⁶⁴⁾. Todavia, as fontes locais consultadas não trouxeram luz à explicação deste comportamento.

Ainda, segundo os dados do gráfico, ocorre, a partir dos meados de Oitocentos, um forte crescimento do número de batizados, apesar das grandes sobremortalidades da década de 50. Perguntamos: o que terá estimulado essa vivacidade de nascimentos, após um período de tamanho abatimento? Uma aceleração da substituição e rejuvenescimento das estruturas populacionais?

Gráfico 51
Movimento de batizados 1780-1879, segundo a sua condição de filiação ao batismo
(médias móveis de 5 anos)



Fonte: ADVRL - Livros de Batismo de Chaves

⁽⁵⁶⁴⁾ Rodríguez Fernández, 1997: 92.

A fim de perspetivarmos a proporção de filhos legítimos, ilegítimos e expostos batizados nesta Colegiada, construímos a representação gráfica do movimento de batizados, segundo a sua condição de filiação ao batismo para o período observado (Gráfico 51). Para não desvirtuarmos a sua leitura, a série que integra os expostos batizados nesta vila apresenta-se, naturalmente, falha dos anos em que os mesmos não foram coligidos por carência de fontes, como já referimos no devido lugar.

Se compararmos a evolução do movimento de legítimos, ilegítimos e expostos, isoladamente e em conjunto, respetivamente, divisamos um significativo paralelismo dos comportamentos até à segunda década de Oitocentos. Nas décadas seguintes, a coincidir com a primeira fase do liberalismo, destaca-se, sobretudo, um forte crescimento dos expostos batizados. Todavia, a maior expressão de crianças enjeitadas ocorre até meados da década de 60, apesar da implementação de uma política assistencial mais apertada promovida pelos governos da *Regeneração Liberal*, iniciada nos meados do século. Pelo que, como seria de esperar, os últimos lustros da observação são assinalados pela diminuição do volume das crianças expostas e uma tendência de crescimento da ilegitimidade. Contrariamente, o volume de filhos legítimos não acompanha esta tendência à exceção do último quinquénio observado.

1.1. Repartição dos batizados segundo o sexo

Com base na repartição dos batizados registados segundo o sexo, calculámos o índice de masculinidade da população flaviense à nascença, por décadas, segundo a metodologia de Louis Henry (⁵⁶⁵). Este indicador relaciona o número de batismos masculinos por cada cem femininos.

Partimos do princípio de que as crianças batizadas nasceram na vila e que nenhuma de fora recebera aqui o sacramento do batismo, ainda que possamos admitir uma que outra exceção.

Se considerarmos os dados apresentados no quadro 100 relativos à repartição dos batizados segundo o sexo, constatamos, desde logo, que o valor médio do índice de masculinidade encontrado, para a totalidade da observação, é de 104, traduzindo à nascença a esperada tendência de superioridade numérica do sexo masculino sobre o feminino.

(⁵⁶⁵) HENRY, 1988: 21.

Quadro 100
Repartição decenal dos batizados segundo o sexo
(1780-1879)

PERÍODOS	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Índice de Masculinidade
1780-1789	700	651	107,5
1790-1799	551	600	91,8
1800-1809	747	644	116,0
1810-1819	815	779	104,6
1820-1829	884	885	99,9
1830-1839	601	542	110,9
1840-1849	503	481	104,6
1850-1859	921	892	103,3
1860-1869	1040	1009	103,1
1870-1879	1154	1128	102,3
TOTAL	7916	7611	104,0

Todavia, os índices de masculinidade variam ao longo da observação entre um mínimo de 91,8 e um máximo de 116, verificados, respetivamente, na última década de Setecentos e na primeira de Oitocentos. Curiosamente é nessa década de Setecentos que registámos o único índice de masculinidade inferior a 100, e só uma vez encontrámos um valor próximo da igualdade entre o número de rapazes e de raparigas, na década de vinte.

Por sua vez, os valores máximos surgem na primeira e na quarta década de Oitocentos, sucedendo a períodos em que se registaram valores mínimos dos índices de masculinidade. Serão estes valores reflexos dos difíceis anos que atravessaram, por essa altura, a vida dos flavienses?

Globalmente constatamos que às oscilações da evolução do índice de masculinidade nos primeiros tempos se segue uma regularidade das últimas quatro décadas da observação, com índices abaixo dos 105 nascimentos masculinos por cada 100 femininos. Esta variação permite-nos observar o ponto de partida de cada geração com implicações significativas na evolução da população, influenciando a compreensão de outros fenómenos demográficos. Por conseguinte, durante este período temos a média de 104 rapazes para 100 meninas, por altura do nascimento. Esta igualdade vira paulatinamente em desigualdade pela ação da mortalidade infantil, que foi mais penosa para o sexo masculino. Mais tarde, a maior mobilidade dos homens, por questões de sobrevivência, militares ou outras, teve implicações na designada «*assimetria natural*»

entre os sexos, no celibato definitivo do sexo feminino e, por consequência, no número de nascimentos. Resta-nos perguntar como se correlacionam estas perturbações do fenómeno no evoluir das demais variáveis demográficas, designadamente nas alterações populacionais do segundo e terceiro quartéis de Oitocentos.

2. O movimento dos casamentos

O casamento é, em princípio, um ato social de aceitação livre e de mútuo consentimento dos nubentes, revestindo, ao mesmo tempo, um carácter institucional de cariz civil e, para os católicos, um sacramento indissolúvel. Ao abrir caminho à formação de um novo agregado familiar, pressupõe o fundamento de um processo de reprodução das estruturas sociais, nas sociedades do Antigo Regime, tendo em conta que é dentro da vida conjugal que, como lembra François Lebrun, ocorre a quase totalidade da vida reprodutiva.

Se Pierre Chaunu, Le Roy Ladurie e Livi-Bacci, entre outros, atribuem à mortalidade o papel regulador do sistema demográfico das populações tradicionais, os estudos de Hajnal e Dupâquier realçam a importância da nupcialidade como factor decisivo da demografia do Antigo Regime. Assim sendo, o crescimento demográfico das sociedades europeias do passado era controlado por um sistema homeostático de autorregulação assente no controlo da nupcialidade (⁵⁶⁶), o que, no espaço da longa duração, justificaria, por si só, a importância dada à análise da evolução deste fenómeno em Chaves.

2.1. Casamentos registados

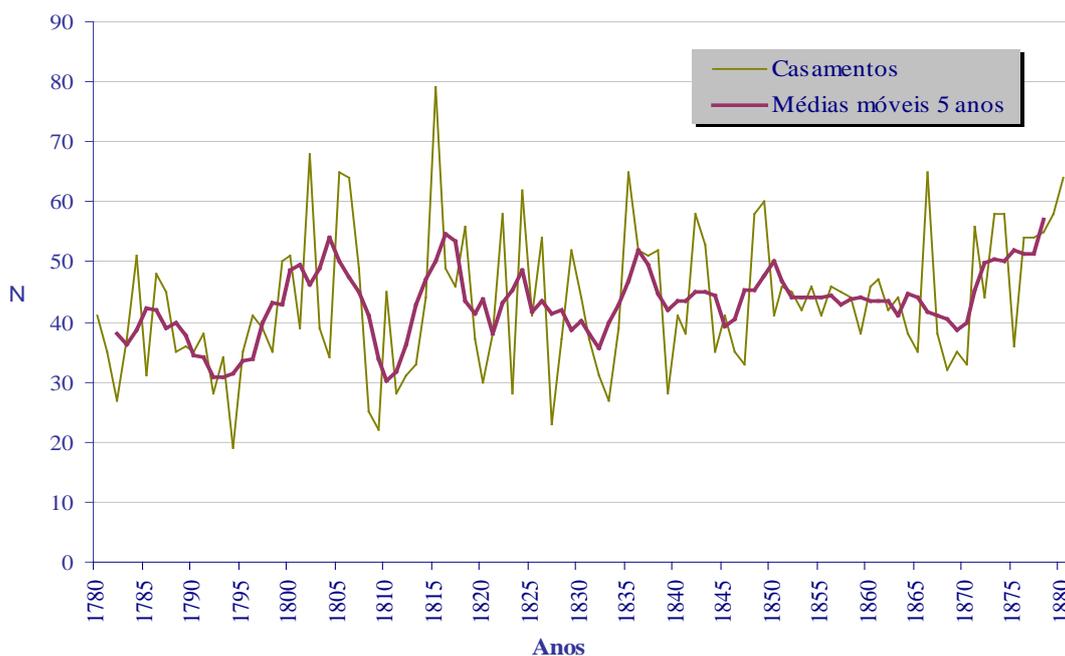
Como se observa através da representação gráfica do movimento de casamentos de 1780-1879 (Gráfico 52) que representa a evolução do volume anual de matrimónios registados, bem como as suas médias móveis de 5 anos, o volume de uniões foi significativo ao longo de toda a observação, rondando em média os 42,2 enlances por ano. Porém, como já referimos, noutra parte, o número de enlances apurados não corresponde, de facto, às uniões que nela desenvolveram o seu ciclo da vida procriativa, referindo-se tão-somente aos matrimónios registados nos respetivos livros da paróquia.

Da análise da representação gráfica do movimento de casamentos transparecem diferentes ritmos de evolução. Nos primeiros 60 anos detetamos uma grande

(⁵⁶⁶) BANDEIRA, 1996: 97.

variabilidade do fenómeno, contrastando com a regularidade apresentada nas últimas 4 décadas. Estas flutuações registam expressivas quebras por volta dos anos de 1794, 1809 e 1827, seguidas de um crescimento significativo de celebrações de bodas, com picos máximos nos anos de 1802, 1815, 1835 e 1869. Destacam-se, igualmente, os anos de 1794 e 1815 por apresentarem os valores extremos de ocorrências: o primeiro de baixa e o segundo de forte alta.

Gráfico 52
Movimento de casamentos
(médias móveis de 5 anos)



Fonte: ADVRL - *Livros de Casamento de Chaves*

Depois de 1840, o fenómeno estabiliza próximo dos 43 casamentos anuais subindo para 50, na última década observada. Se a diminuição de matrimónios dos finais de Setecentos e princípios do século seguinte podem estar relacionadas com as dificuldades económicas então ocorridas e com a 2ª invasão francesa, respetivamente, já a atimia de 1827 só poderá ser reflexo dos condicionalismos políticos. Estas oscilações poderão ser melhor compreendidas se comparadas com o comportamento da mortalidade nos mesmos períodos. Assim, os anos de 1793 a 1809 são abalados por crises de brusquidão e de intensidade variada. A maior incidência obituária, neste período, provocou, certamente, o fim de muitas uniões, lançando para o «mercado» matrimonial um importante número de viúvos e viúvas dispostas a refazerem novos lares e novas famílias ⁽⁵⁶⁷⁾. Por outro lado, o mesmo fenómeno ativa a estrutura

⁽⁵⁶⁷⁾ LEBRUN, 1983: 55.

celibatária que entra, igualmente, na dinâmica casamenteira. Até os mais jovens são arrastados por este movimento acabando por casar mais cedo mercê dos bens herdados dos seus ascendentes, possibilidade que não teriam em tempo normal, como assegura Alain Bideau ⁽⁵⁶⁸⁾. Assim sendo, as elevadas mortalidades parecem ter apressado a substituição dos agregados domésticos, gerando um aumento do volume de matrimónios, bem como o rejuvenescimento das células reprodutivas.

Encontrar explicações para as variações das ocorrências não se afigura fácil, mesmo através da evolução dos comportamentos vitais da população, uma vez que a forte mobilidade detetada ao casamento limita as frágeis conclusões. Ainda assim, estamos convencidos de que as recuperações de 1815 e 1835 foram estimuladas pelas enormes perdas populacionais ocorridas nos anos precedentes. O mesmo terá sucedido com a tendência de subida da celebração de uniões matrimoniais, após as crises de mortalidade surgidas no início da segunda metade de Oitocentos, associadas ou não, à melhoria das condições de vida. Com efeito, Chaves entrou, então, num processo de forte crescimento populacional como se pode comprovar pelas estatísticas disponíveis.

2.2. Movimento de batizados e casamentos

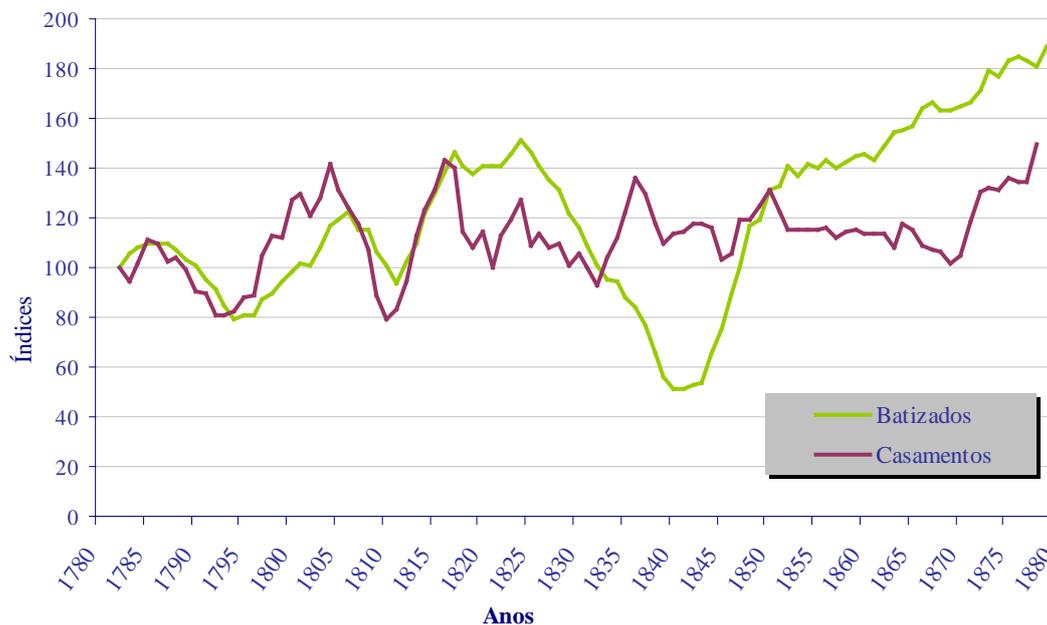
Com o fim de compararmos os fenómenos demográficos da natalidade e da nupcialidade ⁽⁵⁶⁹⁾, construímos um gráfico comparativo que nos permitisse verificar como se «ajustaram» estas variáveis em diferentes momentos da sua evolução.

Da sua análise torna-se possível distinguir «*grosso modo*» um paralelismo na evolução dos seus comportamentos, até às duas primeiras décadas de Oitocentos. Segue-se um período de alta dos batizados que, pela diminuição dos casamentos, definha até cerca de 1840. Depois desta quebra, volta a verificar-se o crescimento do volume de batismos, o qual ultrapassando claramente o índice de casamentos na passagem para a segunda metade de Oitocentos não pára de crescer até final da observação. Por sua vez, a evolução do índice de matrimónios celebrados estabiliza, só se alterando pela subida da última década. Perante esta notória divergência destas tendências, perguntamos: como este volume de casamentos pôde relançar o crescimento de crianças batizadas? Ou será que a resposta se encontra no número de casais que, por essa altura, se fixaram na vila?

⁽⁵⁶⁸⁾ BIDEAU, 1984: 51.

⁽⁵⁶⁹⁾ Excluímos o comportamento da mortalidade, uma vez que não contámos com a mortalidade infantil, para toda a observação.

Gráfico 53
Movimento de batizados e casamentos
(1780 = índice 100)
(médias móveis de 5 anos)



Fonte: ADVRL - Livros paroquiais de Chaves

Na verdade, durante a segunda metade do século XIX, detetámos a existência de condições mais favoráveis à procriação, entre elas, a idade mais remozada ao primeiro casamento, sobretudo, do sexo feminino, um abaixamento dos intervalos protogenésico e intergenésicos médios, um aumento das taxas de fecundidade, bem como uma ligeira diminuição da taxa do celibato definitivo. Não obstante, no nosso entendimento, estas circunstâncias não serão suficientes para sustentar semelhante crescimento populacional, sem que se considere o contributo da mobilidade marital.

3. O movimento dos óbitos

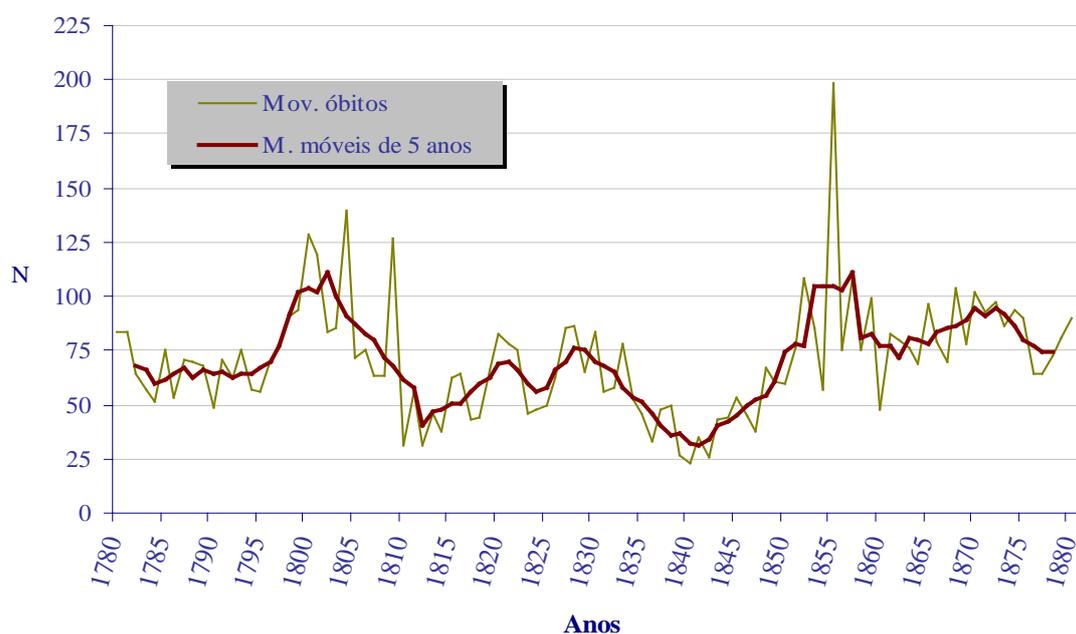
Alguns historiadores-demógrafos, entre eles, P. Goubert, Le Roy Ladurie e Livi-Bacci, consideram a mortalidade como a variável dinâmica que regula o ritmo de crescimento das populações europeias do passado. Outros como Hajnal e J. Dupâquier atribuem-na à nupcialidade, ainda que admitam que as variações da mortalidade possam estimular o processo de substituição e rejuvenescimento das estruturas da população.

Seja como for, independentemente do papel que lhe atribuamos, a mortalidade é, sem dúvida, uma variável importante a considerar no estudo da evolução da população flaviense, tanto mais que ela pode revestir, em determinados momentos, a forma de grandes mortandades.

3.1. Movimento anual de óbitos

A inexistência de um registo sistemático de óbitos dos menores de 7 anos, até meados de Oitocentos, levou-nos à construção de uma série necrológica da população adulta, excluindo desta «agregação» os «ausentes», apesar de, pontualmente ter sido lavrado o seu assento de óbito, e os indivíduos de «fora» que faleceram esporadicamente na vila (Gráfico 54).

Gráfico 54
Movimento anual da mortalidade adulta
(1780-1879)

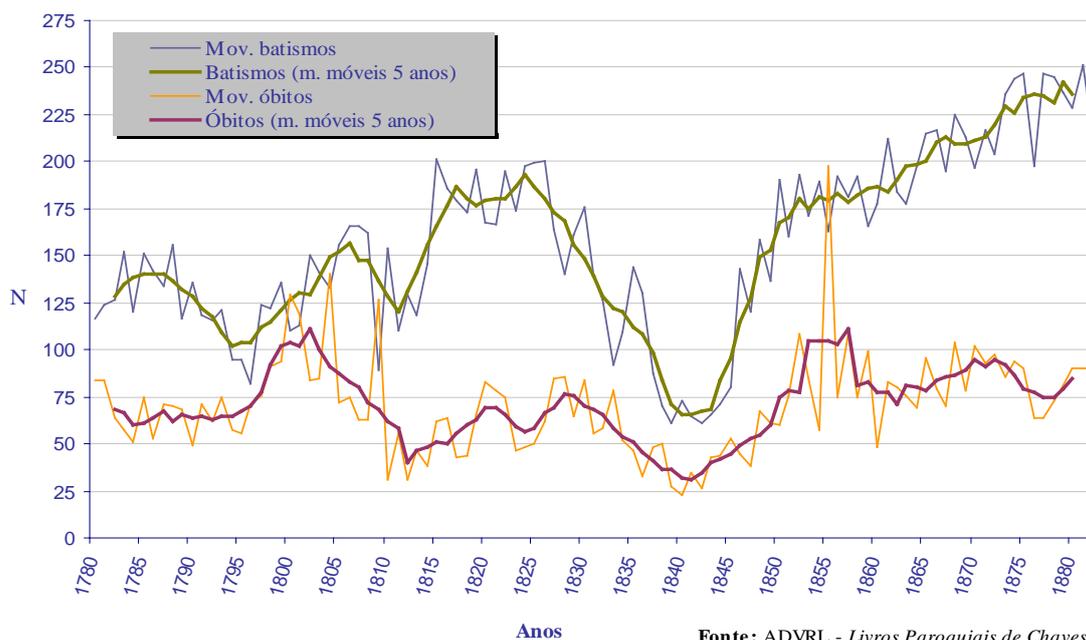


Fonte: ADVRL - Livros de óbito de Chaves

Da sua leitura destacamos uma grande variabilidade do volume de óbitos registados, designadamente no princípio e meados de Oitocentos, fonte de análise noutra lugar. Se nos ativermos à média móvel de 5 anos, que harmoniza melhor o fenómeno, distinguimos nitidamente seis curtos períodos, com duração média inferior a uma vintena de anos: um primeiro, integrando os anos difíceis dos finais do século XVIII, caracteriza-se por uma tendência de ligeira subida, seguido de um período de acentuada descida até meados da segunda década de Oitocentos, entrecortado por duas ocasiões de sobremortalidade; segue-se um ciclo de ligeira subida da mortalidade influenciado pelas lutas intestinas entre liberais e absolutistas que aqui tiveram grande expressão, a que se sucede um vigoroso abatimento até à viragem dos meados do século; por sua vez, a década de 50 é marcada por um aumento anormal dos óbitos, resultante, sobretudo, da epidemia de cólera, nomeadamente a de 1855; finalmente, a

este período de grande sobremortalidade, segue-se uma estabilização do fenómeno até final da observação, sem que se possa destacar episódios significativos de falecimentos. Esta estagnação da mortalidade estará, certamente, relacionada com as melhores condições de existência resultantes do recuo das crises de mortalidade, dos progressos da higiene e dos cuidados sanitários e de possíveis melhorias da alimentação, em consequência da introdução da batata na dieta alimentar ⁽⁵⁷⁰⁾.

Gráfico 55
Movimento anual da mortalidade adulta e batismos comparados
(1780-1879)



Se compararmos a evolução dos batismos e dos óbitos de adultos registados através dos livros paroquiais, segundo o gráfico apresentado, podemos verificar, pelas séries das médias móveis, um razoável paralelismo em vários momentos, à exceção dos períodos posteriores às crises de sobremortalidade do início e dos meados do século.

Ainda, segundo os dados, notamos que, salvo poucas exceções, a mortalidade adulta evoluiu sempre abaixo do número de batismos. Em 1800, ano em que a morte irrompera com certa virulência, o número de óbitos excede o de batismos em 19 registos. Também nos anos de 1801, 1804 e 1809, as diferenças situam-se entre 6 e 9 falecimentos. Todavia, foi em 1855, tempo de uma crise forte, a mais mortífera que Chaves conheceu, a diferença foi de 35 óbitos.

De uma maneira geral conclui-se que, durante a nossa observação, estas variáveis demográficas se conjugaram para criar circunstâncias favoráveis à renovação e

⁽⁵⁷⁰⁾ MACHADO, 1944: 94.

ao crescimento populacional, ainda que não tenhamos o volume da mortalidade Infantojuvenil. Entre os momentos mais favoráveis destacamos os períodos de 1815 a 1826 e de 1860 a 1879.

Todavia, nem todos os indivíduos desenvolvem aqui o seu ciclo de vida e, por isso, a compreensão destes comportamentos só seria possível se tivéssemos a evolução da mortalidade Infantojuvenil e da mobilidade para o período observado.

3.2. Mortalidade segundo o sexo

Nesta urbe sujeita a grande mobilidade, a análise da mortalidade segundo o sexo poder-nos-á fornecer uma perspetiva interessante sobre a evolução da presença destas duas estruturas populacionais. Para o efeito, procedemos ao cálculo da Relação de Masculinidade no momento do óbito, com base numa contagem simples dos registos de mortalidade dos adultos, por períodos decenais (Quadro 101).

Quadro 101
Repartição decenal dos óbitos segundo o sexo
(1780-1879)

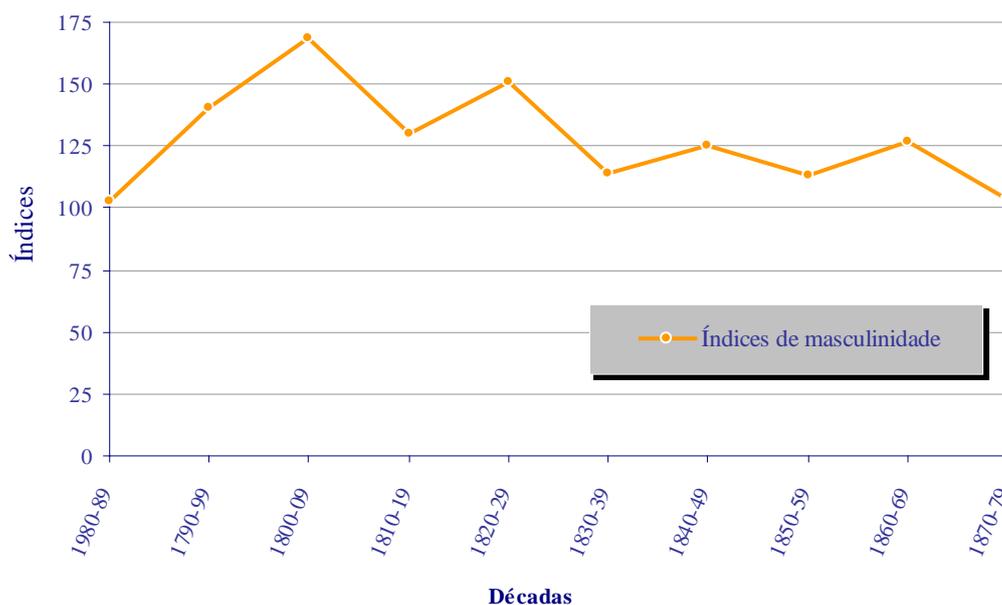
PERÍODOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	ÍNDICE DE MASC.
1780-89	343	334	102,7
1790-99	410	292	140,4
1800-09	601	356	168,8
1810-19	272	209	130,1
1820-29	408	270	151,1
1830-39	283	249	113,7
1840-49	242	193	125,4
1850-59	500	441	113,4
1860-69	438	345	127,0
1870-79	429	415	103,4
Totais	3.926	3.104	126,5

Constatamos, assim, pela análise que no conjunto morreram, na paróquia, 126 homens por cada 100 mulheres. Se atendermos que o índice de masculinidade à nascença ronda os 105 rapazes por 100 raparigas ⁽⁵⁷¹⁾, estes valores confirmam a forte atração desta vila sobre as populações masculinas de outras localidades e regiões.

A seguinte representação gráfica (Gráfico 56) mostra-nos nitidamente a existência de uma sobremortalidade masculina, ainda que mais atenuada no início e no fim da observação.

⁽⁵⁷¹⁾ HENRY, 1988: 26.

Gráfico 56
Índice de masculinidade da mortalidade adulta
(por décadas)



É na primeira década de Oitocentos, tempo de grandes dificuldades, que se apura o maior desequilíbrio da relação de masculinidade. Perguntamo-nos o que estará na origem desta mortalidade diferencial? A forte presença militar nesta praça, em consequência dos acontecimentos bélicos então ocorridos? Porém, se a movimentação dos exércitos poderá explicar, em parte, o valor registado, então, como justificar os índices encontrados para última década de Setecentos e para terceira de Oitocentos? Ou teria sido a mobilidade o fator predominante deste desequilíbrio, designadamente a marital?

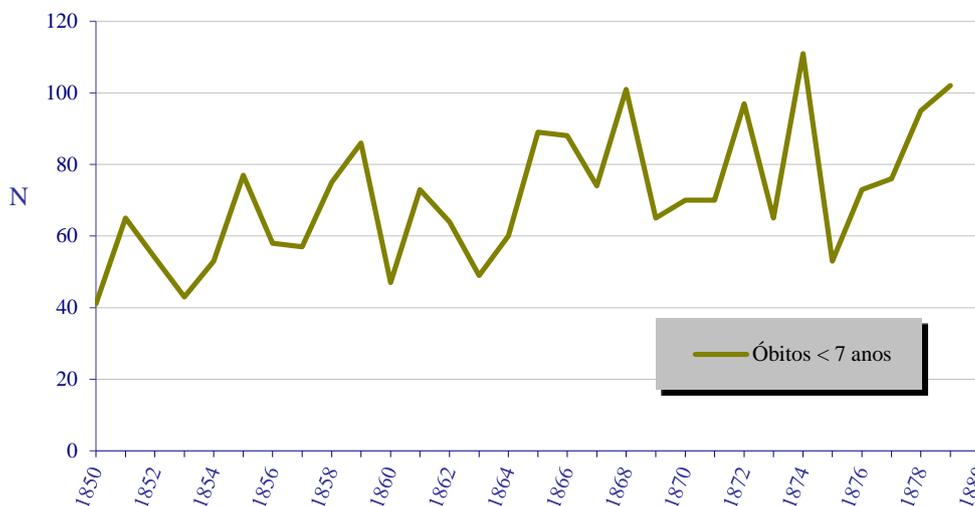
3.3. Mortalidade Infantojuvenil

Para o estudo da mortalidade infantojuvenil registámos, a partir dos assentos paroquiais, todos os óbitos de crianças legítimas e naturais até aos sete anos de idade, excluindo-se os expostos. Infelizmente, o sub-registo de mortalidade infantil e infantojuvenil, até cerca de 1850, como já se referiu, não nos permitiu estudar o fenómeno tão dilatadamente como ambicionávamos, balizando a nossa observação a um acanhado período de 30 anos.

Segundo a representação gráfica (Gráfico 57), verificamos que a série obituária dos menores de 7 anos prospera continuamente até final da observação. Esta eleva-se sobretudo nos anos de 1855, 1859, 1968, 1874 e 1878-79, com particular subida no ano

de 1874, com 111 registos de óbito, em consequência da visita da *cólera morbus*, da doença das bexigas e, possivelmente, de um qualquer surto epidémico de incidência mais localizada.

Gráfico 57
Mortalidade infantojuvenil
(1850 -1879)



Fonte: ADVRL - *Livros de óbito de Chaves*

Não era usual os párocos informarem da causa de morte das crianças, sendo de admitir que esta persistente delapidação tenha raiz num surto de varíola, ou doença das *bexigas*, muito habituais na altura ⁽⁵⁷²⁾, podendo existir «no estado endémico com brutais epidemias de seis ou sete anos» ⁽⁵⁷³⁾. Após 1837, sabe-se que alguns lugares do reino foram tocados por esta doença fazendo grande mortandade. Esta situação levará Sá da Bandeira a encetar uma grande luta pela vacinação, muito semelhante ao que acontecera em França nos princípios do século ⁽⁵⁷⁴⁾. Também aqui, em 1859, a varíola dizimou muitas crianças e adultos, apesar da campanha de vacinação. Por sua vez, a sobremortalidade de 1855 é reflexo de uma epidemia de cólera que lavrara nesta região nos meses de outubro e novembro. Já em relação à forte mortalidade do ano de 1874, o surto epidémico foi de febre tifoide dizimando muita população ⁽⁵⁷⁵⁾.

Uma análise da mortalidade segundo o sexo oferece uma perspetiva interessante sobre a incidência diferencial do fenómeno em determinados momentos. Assim, nos anos de grande sobremortalidade de 1851, 1868, 1874 e 1878/79 contam-se mais óbitos de rapazes, enquanto na de 1855 mais raparigas. Sabendo-se que a grande crise de

⁽⁵⁷²⁾ SERRÃO, 1986, VIII: 337.

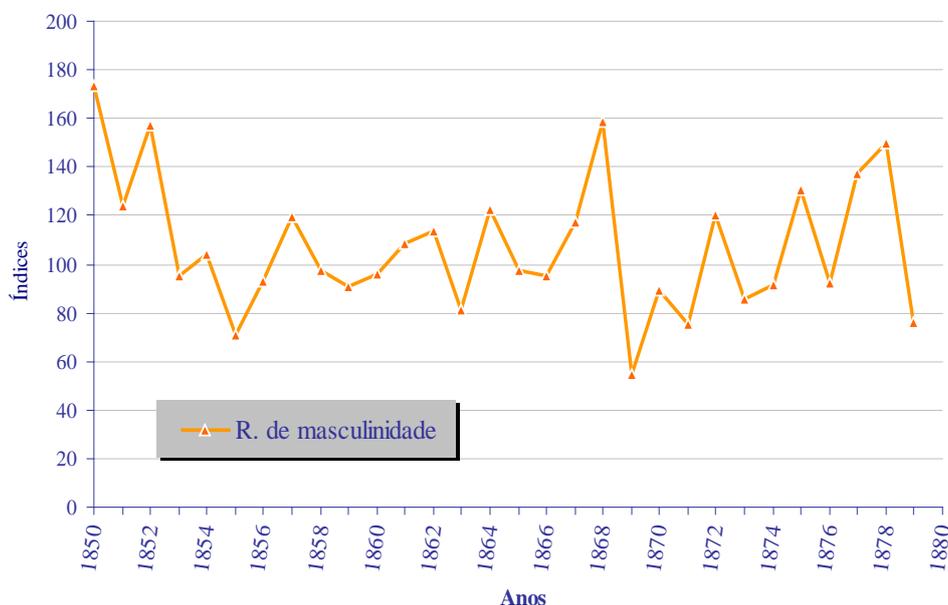
⁽⁵⁷³⁾ LEBRUN, 1983: 134.

⁽⁵⁷⁴⁾ SERRÃO, 1986, VIII: 337. Leia-se, igualmente, Maximiano de Lemos (1992: 149).

⁽⁵⁷⁵⁾ AIRES, 2000: 200.

meados de Oitocentos foi originada pela cólera, perguntamo-nos sobre os factores que terão originado essa incidência diferencial nas demais sobremortalidades?

Gráfico 58
Relação de masculinidade ao óbito
(< 7 anos)

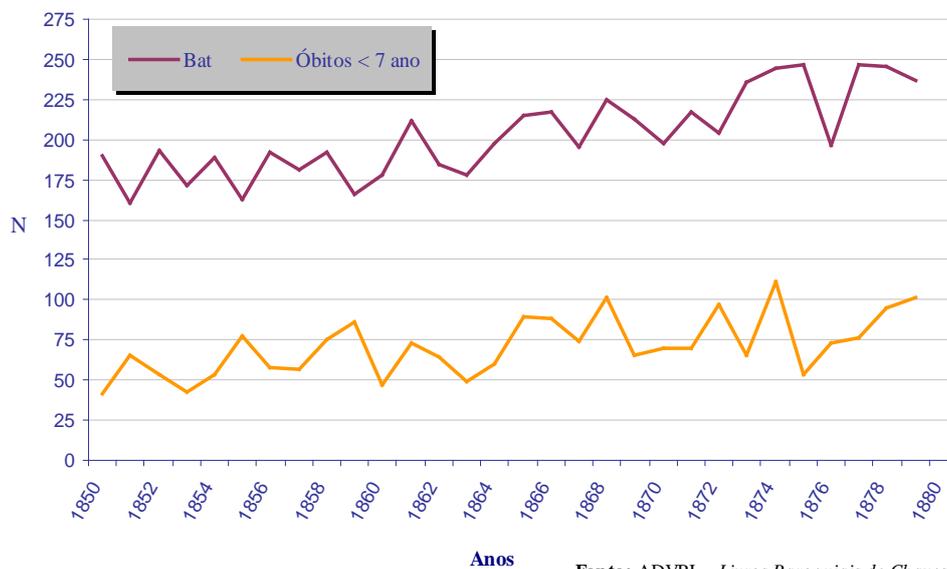


Em termos globais, a morte penaliza mais o sexo masculino durante a primeira infância, causando, normalmente, «uma desproporção mais notória entre os óbitos masculinos e femininos em indivíduos adultos», como bem refere Norberta Amorim⁽⁵⁷⁶⁾. Todavia, em Chaves, como se constatou anteriormente, esta tendência não foi observada, dada a forte atração exercida pela vila sobre a população masculina.

Se compararmos a evolução dos batismos e dos óbitos dos menores de 7 anos, através do respetivo gráfico, verificamos uma tendência concordante de crescimento de ambos os fenómenos, ainda que menor no caso dos óbitos. As divergências aumentam à medida que se caminha para final de observação.

⁽⁵⁷⁶⁾ AMORIM, 1983-84: 201.

Gráfico 59
Comparativo de óbitos e batismos segundo os registos paroquiais
(< de 7 anos)
(1850-1879)



Fonte: ADVRL - Livros Paroquiais de Chaves

Ainda, segundo a representação gráfica, a mortalidade infantojuvenil não ultrapassa em momento algum o número dos batismos. Não teria sido esta a alavanca que promoveu o forte crescimento populacional na segunda metade de Oitocentos?

Conclusões

Foi-nos particularmente gratificante consagrar o presente estudo à população e sociedade flaviense, entre 1780 e 1880, trazendo à luz informação vital sobre a evolução dos comportamentos demográficos, suas conexões sociais, normas, valores e padrões de vida. Um sonho tornado realidade, depois de vencer muitos escolhos. Um trabalho moroso e complexo, de vários anos de dedicação, fundamentado na exploração exaustiva e sistemática das fontes paroquiais, de batismo, casamento e óbito, centrado nos aspetos demográficos e também em aspetos sociais, até onde as fontes nos permitiram.

O recurso à metodologia de «*reconstituição de paróquias*», desenvolvida por Norberta Amorim, correspondeu ao desejado, permitindo-nos, assim, obter a informação organizada e estruturada relativamente aos indivíduos, às famílias e à paróquia.

Graças à informática, o trabalho tornou-se-nos mais célere, tanto sobre os registos paroquiais como no sequente tratamento estatístico de toda aquela informação. A partir desta «base de dados» poder-se-ão aprofundar outras abordagens sobre esta paróquia em si e num quadro inter-paroquial mais ou menos alargado.

Privilegiámos a análise das variáveis demográficas da nupcialidade, fecundidade, mobilidade e mortalidade. Começámos o estudo dos comportamentos demográficos pela nupcialidade, considerada por Hajnal e Dupâquier, como uma variável-chave dos regimes demográficos tradicionais e de transição.

Supostamente, a celebração do casamento entre os flavienses dever-se-ia fazer tardiamente, à semelhança do que acontecia na região. Mas não foi assim que aconteceu. A análise diferencial dos comportamentos nupciais mostra-nos que, globalmente, os noivos daqui naturais casaram mais precocemente, sobretudo as raparigas, traduzindo-se numa idade média de acesso à primonupcialidade de 23,5 anos para as mulheres e de 26,9 para os homens. As idades mais casadoiras situaram-se entre os 20 e os 24 anos, tanto para os homens como para as mulheres. Estes valores aproximam-se dos de Guimarães, zona urbana, caracterizada, igualmente, por uma precocidade ao primeiro matrimónio de cerca de 22,5 anos para as mulheres e de 24,3 para os homens, entre 1780 e 1819.

Neste sentido, o presente quadro nupcial de Chaves diverge das paróquias rurais transmontanas e minhotas estudadas, onde a constituição tardia dos agregados

familiares parece estar relacionada com os constrangimentos da transmissão da propriedade.

Assim, inclinámo-nos para a existência de dois “modelos” de nupcialidade bem diferenciados: a de um matrimónio tardio, no mundo rural; e a de um outro mais precoce nos meios urbanos.

Quanto à naturalidade dos nubentes surpreendeu-nos o intenso fluxo de pessoas naturais de fora que aqui vieram consorciar-se, atingindo valores à volta de 76% nos homens e de 59% nas mulheres, o que reflete bem a grande abertura desta vila ao exterior e a intensa mobilidade geográfica. Esta exogamia manifesta-se ao arrepio da habitual prática nas sociedades do passado, em que a globalidade dos nubentes casava dentro da sua paróquia, embora em Chaves, a maioria dos nubentes vindos de fora, tenha proveniência das paróquias vizinhas da região. Só uma pequena parte chegou das regiões mais distantes, nacionais e estrangeiras.

Quanto ao estado civil pré-matrimonial, a maioria apresenta-se como solteiro, como era normalíssimo para época. Contudo, o número de segundas núpcias foi aqui muito relevante, comparativamente com o que se verificou nas demais paróquias estudadas, possivelmente devido ao epifenómeno da mortalidade. O processo reprodutivo assentou, assim, em famílias constituídas não só por nubentes solteiros, mas também em casais formados em segundas núpcias.

Todavia, seguindo a tendência encontrada para outras paróquias que nos servem de comparação, uma percentagem de cerca de 11,3 % homens e 18,6% mulheres não casou vez alguma. Desta constatação somos levados a concluir que o celibato definitivo se apresentou como um fator fortemente condicionante da evolução demográfica da paróquia, durante período observado.

Para compreendermos a evolução da capacidade reprodutiva da vila de Chaves, começámos por estudar a fecundidade legítima, apurando que as taxas de fecundidade mais elevadas ocorrem entre as mulheres dos grupos etários mais jovens e declinam acima dos 30 anos de idade. A idade média de 23,5 anos da mulher flaviense ao primeiro casamento abona a favor deste comportamento, beneficiando o seu ciclo reprodutivo.

Chaves apresenta taxas de fecundidade marital mais baixas que as paróquias que nos serviram de comparação quer relativamente às rurais, quer à urbana de Guimarães. Em relação a esta a divergência é mais significativa: no final da sua vida reprodutiva as

mulheres de Guimarães deram à luz, em média, cerca de três filhos a mais que as mulheres flavienses.

É de perguntar a que se devem os baixos níveis de fecundidade em Trás-os-Montes e, designadamente, em Chaves. A uma alimentação menos diversificada nas paróquias transmontanas? A uma mortalidade infantil menos forte? Ou outras causas, como as de natureza biológica?

Na verdade, o extenso intervalo de tempo entre a celebração do matrimónio e o nascimento do primogénito e os dilatados espaçamentos entre nascimentos, aqui verificados, não favoreceram o desenvolvimento do potencial reprodutivo dos casais flavienses. Os intervalos intergenésicos correspondem a um tempo morto, cuja duração depende da influência dos fatores fisiológicos e dos hábitos culturais da sociedade. É neles que Dupâquier encontra a chave-mestra da chamada fecundidade natural, por marcarem os ritmos de reprodução legítima. Tê-lo-á sido, também, aqui em Chaves?

Comparando os intervalos intergenésicos médios com os verificados nas paróquias rurais transmontanas de Calvão e Poiares e na zona urbana de Guimarães, concluímos que existe uma certa semelhança relativamente às primeiras, mas uma divergência face à segunda. Guimarães regista intervalos mais curtos de cerca de 23,6 meses, enquanto em Chaves se situam à volta dos 27,3 meses, dando consistência à ideia de que os intervalos intergenésicos influíram decisivamente na fecundidade das famílias transmontanas.

É certo que o número de filhos nascidos dentro do matrimónio dependeu em muito da idade da mulher ao casamento, mas também da duração da vida conjugal, uma vez que a convivência conjugal só era interrompida, em princípio, pela crueldade da morte. Pelo que, em Chaves, o baixo número de filhos nascidos por família de 4,2 indicia uma resumida duração dos matrimónios, bem diferente do verificado nas paróquias em confrontação. Assim, se em Calvão a duração média da convivência conjugal se deteve pelos 23,3 anos, em Poiares e Sul do Pico elevou-se aos 27,3 e 32,5 anos, respetivamente, em Chaves ficou-se, surpreendentemente, pelos 11,9 anos.

Mas nem toda a procriação, em Chaves se fez dentro do casamento, onde normalmente as crianças no Antigo Regime deveriam ser concebidas e nascerem, como refere François Lebrun. A filiação natural teve aqui uma forte expressão atingindo a média de 18,0%, para toda observação. A sua evolução não foi linear, apresentando robustas taxas nos finais de Setecentos, uma estabilização durante a primeira metade de

Oitocentos e uma brusca subida para valores próximos do 27,5%, nas últimas décadas observadas.

Esta proporção “inesperada” de filhos naturais é, também, superior aos valores apresentados pela bibliografia comparativa portuguesa e europeia, para um período semelhante e aproxima-se das altas taxas de ilegitimidade registadas no Baixo Minho em que mais de 12 % dos nascidos eram ilegítimos, podendo atingir pontualmente percentagens superiores a 30%, mas afasta-se da realidade transmontana, com taxas menos robustas, mesmo no período de maior subida no séc. XIX.

Curiosamente, só 21,4% das mães eram naturais desta vila, em proporções semelhantes às paróquias vizinhas do concelho (22,7%) e dos concelhos circundantes do Alto Tâmega e Barroso (21%). As restantes (34,9%) provinham de regiões mais afastadas do país e, também, do estrangeiro, como da Galiza, o que diz bem da mobilidade existente.

Também o registo de batismo das crianças enjeitadas subiu ao longo do século XIX, chegando a rondar 40,2% do total de batizados, na década de 1850 a 1859. A sua expressão teve aqui um reflexo importante, ultrapassando o fenómeno da ilegitimidade, devido à existência da instituição da Roda, ainda que saibamos que uma nutrida proporção fosse proveniente de outras paróquias desconhecidas e estranhas a esta vila.

A mobilidade não foi um fenómeno fácil de analisar. A falta de fontes apropriadas ao seu estudo, tais como os registos de passaportes, róis de confessados ou outros, não nos permitiram uma abordagem direta do fenómeno. Também a metodologia de «*reconstituição de paróquias*» que, pelo cruzamento de fontes, nos permite isolar o indivíduo do seu agregado familiar, não supriu estas dificuldades, dada a inexistência de um registo sistemático da mortalidade infantil. Assim, optámos por uma abordagem indireta do comportamento com base nas «entradas» dos indivíduos por altura da celebração do casamento e, num segundo momento, pela residência na ocasião do óbito.

Pela análise das famílias constituídas e residentes, concluímos da existência de uma tendência exogâmica em que a grande maioria dos lares estabelecidos foram formados por paroquianos não naturais de Chaves.

Também um número significativo de efetivos arrolados ao óbito nasceram fora desta vila, quer se tratasse de solteiros, casados ou viúvos. Todavia, foi na condição de casados que ocorreu a maior percentagem de falecimentos, tanto de mulheres, como de homens naturais de «fora». Daqui se pode depreender que o casamento funcionou como

o garante da estabilidade geográfica, amortecendo possíveis efeitos de uma mobilidade exógena.

O registo das ocupações e profissões dos defuntos mostra-nos a existência de uma forte expressão dos profissionais não naturais, sendo os militares a grande maioria, seguido de vários profissionais ligados ao comércio, ao artesanato e aos serviços. Daqui se conclui que Chaves era, então, provida de um tecido socioprofissional heterogéneo, dinâmico e funcional, profundamente aberto às populações de fora.

As baixas taxas de mortalidade infantil encontradas poderiam ser um importante indicador para caracterizar o desenvolvimento das condições sanitárias e socioeconómicas desta vila, bem como a sua influência nos comportamentos demográficos se as fontes assim o permitissem para o período anterior a 1850. Todavia, estes valores vão ao encontro da correlação estabelecida, para diferentes espaços paroquiais portugueses, por Norberta Amorim e Jorge Alves, entre as baixas taxas de mortalidade infantil e os baixos níveis de fecundidade legítima, por influência dos prolongados períodos de amamentação.

A inexistência de um registo regular da mortalidade infantil e a intensa mobilidade, bem como o enquadramento temporal observado de apenas cem anos, inviabilizaram, infelizmente, a abordagem dos níveis de mortalidade adulta e da esperança de vida. Por isso, limitámos a nossa análise à mortalidade excecional, entre 1760 e 1880. A sua importância é reconhecida por vários investigadores. Entre eles, Livi-Bacci vê as crises de mortalidade como variável reguladora do crescimento demográfico, enquanto Dupâquier, mais cauteloso, considera-as, somente, como estimuladoras da renovação das estruturas da população.

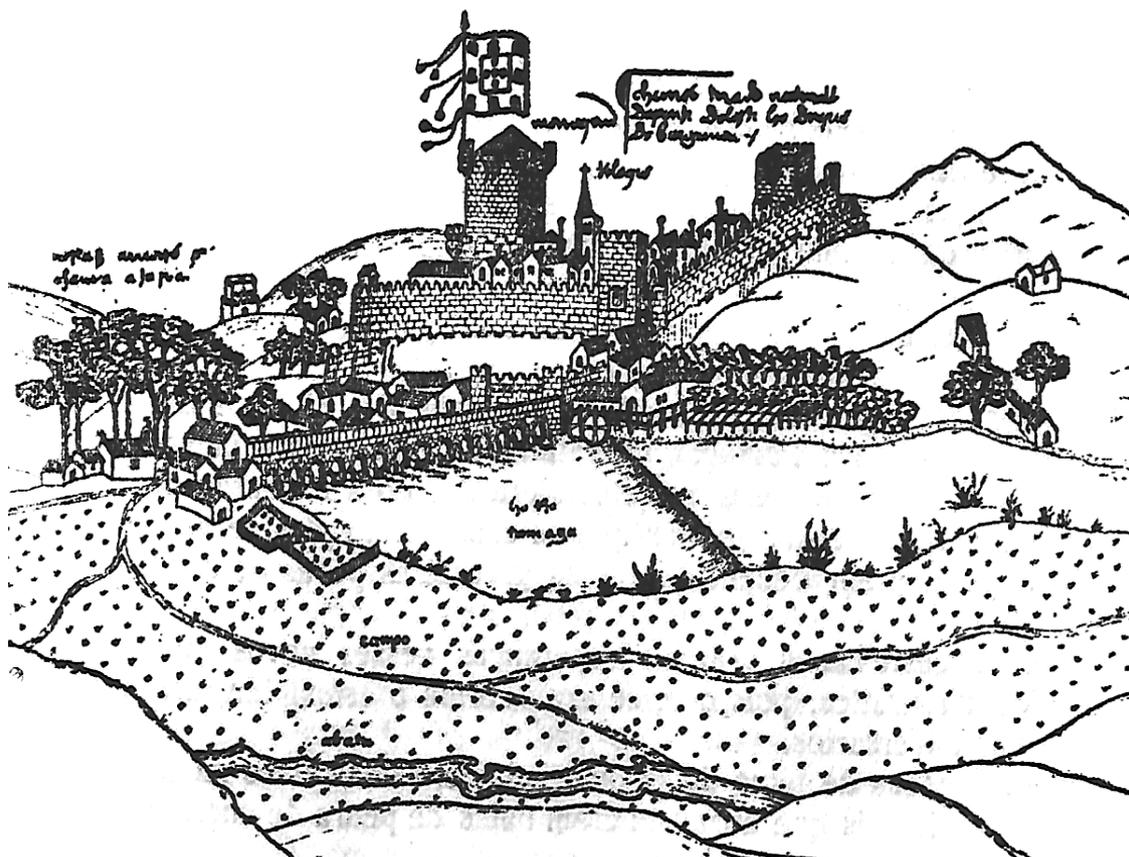
A mortalidade excecional foi aqui particularmente ativa, ainda que variável, de natureza e de intensidade. Assim, as sobremortalidades da segunda metade de Setecentos estão relacionadas com os maus anos agrícolas e a conseqüente carência de alimentos, agravadas pelos episódios de guerra e pelas doenças que lhes estão associadas. Já as crises demográficas do início de Oitocentos estão ligadas às campanhas militares que aqui tiveram particular intensidade. As dos meados do século, de grande virulência, tiveram origem na *cólera morbus* e na febre-amarela. A partir de então o comportamento da mortalidade, tal como refere Teresa Rodrigues, deixa de estar sujeita à instabilidade que a vinha caracterizando.

Em síntese, podemos dizer que estamos perante um «sistema» demográfico caracterizado pela precocidade ao primeiro casamento, uma ativa exogamia geográfica,

elevadas taxas do celibato definitivo, espaçados intervalos intergenésicos, baixas taxas de fecundidade legítima e elevados níveis de ilegitimidade e de crianças enjeitadas e de uma suave mortalidade infantil. O intenso fenómeno migratório registado, característico das dinâmicas da vida urbana, condicionou o aprofundamento do conhecimento das demais variáveis demográficas. Só o alargamento temporal do estudo de alguns comportamentos, sobretudo da mortalidade, e um trabalho de «reconstituição» alargado a outros quadros paroquiais nos poderá ajudar a debelar estas limitações e, por isso, este nosso trabalho não pode ser visto como um estudo acabado, mas como um ponto de partida para futuras investigações no âmbito demográfico, da história social e das mentalidades.

Anexos

Anexo 1 Castelo e Vila de Chaves em 1509



Castelo e Vila de Chaves em 1509 (vista do leste).
(Reprodução com base no exemplar de Duarte de Armas, *Livro de Fortalezas*, fol. 95 (Lisboa).

Anexo 2
Fotografias de Chaves Antiga



Chaves (vista aérea)

Fonte: Foto Alves



Chaves (vista de nascente) início do séc. XX

Fonte: Foto Alves



Fonte: Foto Alves

Ponte medieval das Caldas (antiga estrada de Braga), início do séc. XX



Feira do gado no Tabolado (1930)

Fonte: Foto Alves



Antigas portas do Anjo (1884)

Fonte: Foto Alves



Largo do Anjo (1927)

Fonte: Foto Alves



Largo do Arrabalde (1920)

Fonte: Foto Alves



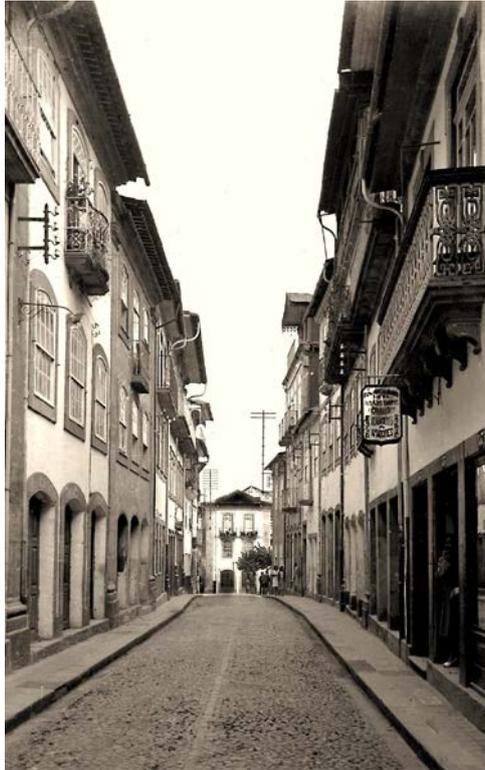
Largo do Arrabalde (1920)

Fonte: Foto Alves



Largo do Arrabalde (1920)

Fonte: Foto Alves



Rua Direita (meados do séc. XX) Fonte: Foto Alves



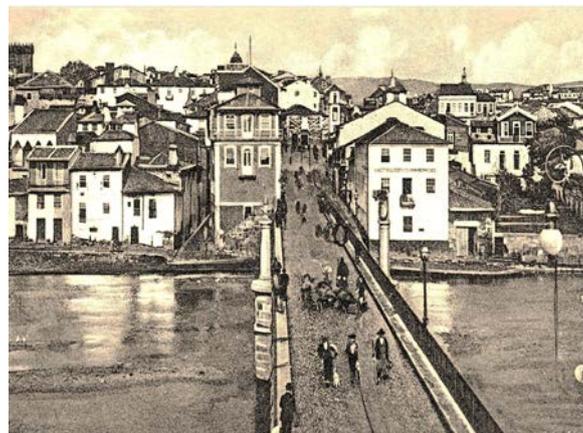
Jardim do Bacalhau (meados do séc. XX)
(do lado esquerdo o quartel de Cavalaria 6)

Fonte: Foto Alves



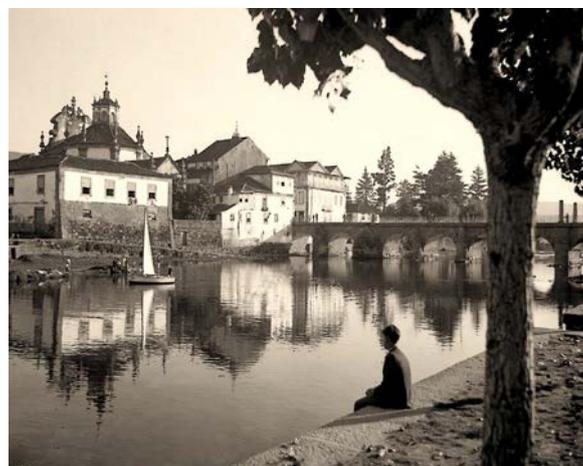
Hospital e Igreja da Misericórdia

Fonte: Foto Alves



Ponte romana (início do século XX)

Fonte: Foto Alves



Ponte romana (início do século XX)

Fonte: Foto Alves



Igreja S. João de Deus Fonte: Foto Alves
(No edifício ao lado funcionou o Hospital Real)



Madalena Fonte: Foto Alves
(Ao fundo a ponte romana)

Anexo 3
Livros da paróquia de Santa Maria Maior de Chaves
(1780-1880)

	Livros de Batismos	Livros de Casamentos	Livros de Óbitos
REPARTIÇÃO DE BAIXO	Lv. 05 – 1761-1781 Lv. 06 – 1781-1792 Lv. 07 – 1791-1803 Lv. 08 – 1802-1813 Lv. 09 – 1813-1823 Lv. 10 – 1823-1833 Lv. 11 – 1834-1840 Lv. 12 – 1836-1845 Lv. 13 – 1845-1852 Lv. 65 – 1852-1856 *	Lv. 16 – 1761-1806 Lv. 17 – 1803-1838 Lv. 18 – 1838-1859	Lv. 21 – 1766-1811 Lv. 22 – 1811-1856
REPARTIÇÃO DE CIMA	Lv. 36 – 1762-1786 Lv. 39 – 1780-1789 Lv. 40 – 1790-1802 Lv. 41 – 1803-1811 Lv. 42 – 1811-1823 Lv. 43 – 1823-1837 Lv. 44 – 1837-1845 Lv. 45 – 1845-1852 Lv. 65 – 1852-1856*	Lv. 49 – 1768-1806 Lv. 50 – 1803-1838 Lv. 51 – 1839-1859	Lv. 53 – 1766-1811 Lv. 54 – 1811-1856
REPARTIÇÃO ÚNICA	Lv. 66 – 1856-1859 Lv. 67 – 1860-1860 Lv. 68 – 1861-1861 Lv. 69 – 1862-1862 Lv. 70 – 1863-1863 Lv. 71 – 1864-1864 Lv. 72 – 1865-1865 Lv. 73 – 1866-1866 Lv. 74 – 1867-1867 Lv. 75 – 1868-1868 Lv. 76 – 1869-1869 Lv. 77 – 1870-1870 Lv. 78 – 1871-1871 Lv. 79 – 1872-1872 Lv. 80 – 1873-1873 Lv. 82 – 1874-1874 Lv. 84 – 1875-1875 Lv. 86 – 1876-1876 Lv. 88 – 1877-1877 Lv. 90 – 1878-1878 Lv. 92 – 1879-1879 Lv. 94 – 1880-1880	Lv. 130 – 1860-1860 Lv. 131 – 1861-1861 Lv. 132 – 1862-1862 Lv. 133 – 1863-1863 Lv. 134 – 1864-1864 Lv. 135 – 1865-1865 Lv. 136 – 1866-1866 Lv. 137 – 1867-1867 Lv. 138 – 1868-1868 Lv. 139 – 1869-1869 Lv. 140 – 1870-1870 Lv. 141 – 1871-1871 Lv. 142 – 1872-1872 Lv. 143 – 1873-1873 Lv. 145 – 1874-1874 Lv. 147 – 1875-1875 Lv. 149 – 1876-1876 Lv. 151 – 1877-1877 Lv. 153 – 1878-1878 Lv. 155 – 1879-1879 Lv. 157 – 1880-1880	Lv. 190 – 1857-1859 Lv. 191 – 1860-1860 Lv. 192 – 1861-1861 Lv. 193 – 1862-1862 Lv. 194 – 1863-1863 Lv. 195 – 1864-1864 Lv. 196 – 1865-1865 Lv. 197 – 1866-1866 Lv. 198 – 1867-1867 Lv. 199 – 1868-1868 Lv. 200 – 1869-1869 Lv. 201 – 1870-1870 Lv. 202 – 1871-1871 Lv. 203 – 1872-1872 Lv. 204 – 1873-1873 Lv. 206 – 1874-1874 Lv. 208 – 1875-1875 Lv. 210 – 1876-1876 Lv. 212 – 1877-1877 Lv. 214 – 1878-1878 Lv. 216 – 1879-1879 Lv. 218 – 1880-1880

* Utilizado em ambas as Repartições

Anexo 4
Profissões e ocupações dos nubentes masculinos
(por períodos)

N.º	Profissões e ocupações	PERÍODOS			
		1780-1829		1830-1879	
		Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»
1	Agricultor	-	-	2	-
2	Aguadeiro	-	-	1	-
3	Albardeiro	-	7	2	3
4	Alfaiate	6	-	50	19
5	Almocreve	-	-	1	4
6	Alquilador	-	-	-	2
7	Amanuense	-	-	5	1
8	Armador	1	-	2	1
9	Artista Equestre	-	1	1	1
10	Bacharel	1	1	1	
11	Barbeiro	1	1	14	6
12	Boticário	-	-	2	3
13	Cabreiro	-	-	1	1
14	Caiador	2	1	12	12
15	Caixeiro	-	-	-	2
16	Caldeireiro	-	1	1	5
17	Carcereiro	-	1	-	-
18	Carpinteiro	1	1	13	20
19	Carreteiro de vinhos	-	-	3	2
20	Carteiro	-	-	1	1
21	Chapeleiro	1	1	-	2
22	Cirurgião	2	-	-	-
23	Comerciante	-	-	2	-
24	Cortador	2	-	-	6
25	Criado de servir	-	-	4	5
26	Enfermeiro		5	1	-
27	Escrevente	4	-	5	-
28	Estalajadeiro	-	-	2	4
29	Estucador	-	1	-	1
30	Ferrador	-	2	7	3
31	Ferreiro	2	1	6	7
32	Fidalgo	1	3	-	-
33	Fogueteiro	-	-	2	-
34	Forneiro	1	-	5	2
35	Funileiro	-	-	4	3
36	Funcionário	3	1	12	1
37	Guarda	-	2	15	19
38	Guardassoleiro	-	-	1	1
39	Hortelão	-	-	8	8
40	Jornaleiro	1	-	75	74

Anexo 4
Profissões e ocupações dos nubentes masculinos
(por períodos)

N.º	Profissões e ocupações	PERÍODOS			
		1780-1829		1730-1879	
		Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»
41	Juiz de vara	1	2	-	1
42	Latoeiro	-	1	-	-
43	Lavrador	-	1	51	12
44	Lojista	-	1	10	3
45	Médico	1	-	2	-
46	Marceneiro	-	-	-	1
47	Merceeiro	-	-	2	3
48	Moleiro	1	-	3	-
49	Músico	-	1	-	1
50	Negociante	5	7	12	21
51	Odreiro	-	-	2	1
52	Ofic.de Diligências	-	-	3	1
53	Pedreiro	-	-	-	8
54	Peneireiro	-	1	-	-
55	Pintor	-	1	-	-
56	Prateiro	2	3	-	-
57	Preso	1	-	1	3
58	Procurador de causas	-	-	1	1
59	Professor	1	4	3	-
60	Proprietário	2		49	11
61	Provedor da comarca	-	1	-	-
62	Relojoeiro	1	-	-	1
63	Sacristão	-	2	1	-
64	Sapateiro	6	2	26	7
65	Sardinheiro	-	1	-	1
66	Seleiro	-	1	3	3
67	Serralheiro	3	-	1	2
68	Soqueiro	-	-	9	5
69	Tabelião	1	-	-	-
70	Taberneiro	4		10	6
71	Tecelão	-	1	1	-
72	Tendeiro	1	-	8	9
73	Tintureiro	-	1	1	-
74	Torneiro	-	-	1	1
75	Tripeiro	-	1	-	1
Total de profissões e ocupações		59	62	461	322
Militar		175	376	275	570
Totais		234	436	736	892

Anexo 5
Profissões e ocupações das nubentes
(por períodos)

N.º	Profissões e ocupações	PERÍODOS			
		1780-1829		1830-1879	
		Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»
1	Aguadeira	-	-	1	-
2	Artista equestre	-	-	-	1
3	Cabaneira / jornaleira	-	-	22	45
4	Costureira	-	-	19	10
5	Criada de servir	2	-	49	19
6	Estalajadeira	-	-	-	1
7	Lavadeira	-	-	2	2
8	Lojista	-	-	2	-
9	Mendiga	1	-	-	-
10	Padeira / forneira	1	1	6	4
11	Parteira	2	-	1	-
12	Professora	-	-	-	1
13	Proprietária	2	2	6	3
14	Regateira	-	-	5	1
15	Rodeira	1	-	-	-
16	Taberneira	-	-	-	3
17	Tendeira	-	-	1	-
18	Tintureira	-	-	-	1
19	Outras (presa)	-	1	-	1
Totais		9	4	114	92

Anexo 6
Distribuição das profissões e das ocupações dos falecidos
(por períodos)

N.º	Profissões e ocupações	PERÍODOS			
		1780-1829		1830-1879	
		Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»
1	Albardeiro	-	-	2	1
2	Alfaiate	1	1	9	13
3	Almocreve	-	1	-	5
4	Amanuense	-	-	3	-
5	Armador	-	-	2	-
6	Bacharel	1	1	1	4
7	Barbeiro	1	-	4	7
8	Boticário	-	-	2	4
9	Cabreiro	-	-	-	2
10	Caiador	-	1	-	3
11	Caixeiro	-	3	-	2
12	Caldeireiro	-	1	-	1
13	Capador	-	-	-	1
14	Carcereiro	-	1	-	1
15	Carpinteiro	-	6	1	15
16	Carreteiro vinhos	-	-	-	2
17	Carteiro	-	1	-	-
18	Cesteiro	-	-	-	1
19	Chapeleiro	-	-	-	2
20	Cirurgião	2	1	1	-
21	Comerciante	-	3	-	1
22	Cordoeiro	-	-	-	1
23	Coronheiro	-	1	-	-
24	Cortador	-	4	-	1
25	Cozinheiro	-	1	-	-
26	Criado de servir	-	12	-	16
27	Escrevente	2	4	3	3
28	Espingardeiro	-	2	2	-
29	Estalajadeiro	-	-	-	2
30	Ferrador	-	4	2	13
31	Ferreiro	2	-	1	1
32	Fogueteiro	-	-	-	1
33	Forneiro / pasteleiro	2	3	-	-
34	Funileiro	-	-	-	2
35	Func. da Administração	3	2	3	5
36	Guarda	-	1	-	16
37	Hortelão	-	-	1	2

Anexo 6
Distribuição das profissões e ocupações dos falecidos
(por períodos)

N.º	Profissões e ocupações	PERÍODOS			
		1780-1829		1730-1879	
		Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»
38	Jornaleiro	-	-	5	50
39	Juiz de vara	1	-	-	1
40	Latoeiro	-	2	-	-
41	Lavrador	-	1	5	19
42	Lojista	-	-	1	1
43	Médico	-	1	2	1
44	Meirinho	-	2	-	-
45	Mendigo e s/ ocupação	-	-	-	26
46	Merceeiro	-	-	-	2
47	Moleiro	-	-	-	1
48	Músico	-	1	-	2
49	Negociante	2	11	5	20
50	Odreiro	1	-	-	-
51	Oficial de Diligências	-	-	1	-
52	Padre e outros clérigos	1	3	7	6
53	Pedreiro	-	5	-	5
54	Peneireiro	-	1	-	-
55	Pintor	1	-	-	-
56	Prateiro	1	1	-	-
57	Procurador de causas	-	-	-	4
58	Professor	-	-	2	-
59	Proprietário	-	-	18	35
60	Relojoeiro	-	1	-	-
61	Sapateiro	4	3	8	6
62	Sardineiro	-	1	-	6
63	Seleiro	-	3	-	-
64	Serralheiro	-	2	1	1
65	Soqueiro	-	1	2	1
66	Tabelião	1	2	-	-
67	Taberneiro	3	3	1	8
68	Tecelão	-	-	1	-
69	Tendeiro	-	2	-	3
70	Tintureiro	-	-	-	4
71	Torneiro	-	-	-	1
72	Tripeiro	-	-	-	2
73	Outros (preso)	-	2	-	5
Total de profissões e ocupações		29	102	96	338
Militar		52	526	43	628
Totais		81	628	139	966

Anexo 7
Distribuição das profissões das falecidas
(por períodos)

N.º	Profissões e ocupações	PERÍODOS			
		1780-1829		1830-1879	
		Naturais	«Fora»	Naturais	«Fora»
1	Aguadeira	-	1	-	2
2	Adeleira	-	-	-	1
3	Criadas de servir	2	4	19	33
4	Costureira	-	-	6	6
5	Padeira / forneira	1	1	1	5
6	Cabaneira / jornaleira	-	-	5	50
7	Doceira	-	-	-	1
8	Lojista	-	-	1	2
9	Estalajadeira	-	-	-	1
10	Lavadeira	-	-	-	3
11	Mendiga	-	-	3	23
12	Parteira	-	-	1	-
13	Proprietária	-	-	5	17
14	Regateira	-	1	-	7
15	Sardinheira	-	1	-	
16	Rodeira	-	-	-	1
17	Taberneira	-	-	-	1
18	Tendeira	-	-	-	6
19	Outras (presa)	-	-	-	2
Totais		3	8	41	161

Fontes e Bibliografia

1. Fontes manuscritas

ARQUIVO MUNICIPAL DE CHAVES:

AMC – *Livro de Assento dos Nomes e Moradas das Amas dos Expostos do Concelho de Chaves* (1796/1802). R. S./204.

AMC – *Livro de Assento dos Nomes e Moradas das Amas dos Expostos do Concelho de Chaves* (1802/1814). R. S./ 205.

AMC – *Diário dos Expostos do Círculo de Chaves* (1843 -1849). R.S./ 222.

AMC – *Diário dos Expostos do Círculo de Chaves* (1859 -1869). R.S./ 223.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1819-20). R.S./249.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1836-41). R.S./250.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1837-41). R.S./251.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1841-43). R.S./252.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1843-45). R.S./253.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1845-50). R.S./254.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1850-56). R.S./255.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1850-60). R.S./246.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1860-67). R.S./247.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1867-77). R.S./248.

AMC – *Livro de Matrícula dos Expostos na Roda do Círculo de Chaves* (1877-82). R.S./256.

AMC – *Livro de Atas da Câmara de Chaves* – 1825/1828. s/cota.

AMC – *Livro de Atas da Câmara de Chaves* – 1828/1832. s/cota

AMC – *Livros de Atas da Câmara de Chaves* -Vol. I; Vol. II; Vol. III (1862-1866).
R.S/031.

AMC – *Livros de Registo de Correspondência Expedida da Câmara* (1841-46). R.S./59

AMC – *Livros de Registo de Correspondência Expedida da Câmara* (1846-51). R.S./60

AMC – *Livros de Registo de Correspondência Expedida da Câmara* (1851-56), R.S./61

AMC – *Livros de Registo de Correspondência Expedida da Câmara* (1856-60), R.S./62

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL:

REPARTIÇÃO DE BAIXO

Livros de batismos:

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1761-1781), n.º 05;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1781-1792), n.º 06;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1791-1803), n.º 07;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1802-1813), n.º 08;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1813-1823), n.º 09;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1823-1833), n.º 10;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1834-1840), n.º 11;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1836-1845), n.º 12;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1845-1852), n.º 13.

Livros de casamentos:

ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1761-1806), n.º 16;

ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1803-1838), n.º 17;

ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1834-1859), n.º 18.

Livros de óbitos:

ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1766-1811), n.º 21;

ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1811-1856), n.º 22.

REPARTIÇÃO DE CIMA

Livros de batismos:

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1762-1786), n.º 36;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1780-1789), n.º 39;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1790-1802), n.º 40;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1803-1811), n.º 41;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1811-1823), n.º 42;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1823-1837), n.º 43;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1837-1845), n.º 44;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1845-1852), n.º 45.

Livros de casamentos:

ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1768-1806), n.º 49;

ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1803-1838), n.º 50;

ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1839-1859), n.º 51.

Livros de óbitos:

ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1766-1811), n.º 53;

ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1811-1856), n.º 54.

Livro misto (usado em ambas as repartições):

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1852-1856), n.º 65.

REPARTIÇÃO ÚNICA

Livros de batismos:

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1856-1859), n.º 66;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1860-1860), n.º 67;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1861-1861), n.º 68;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1862-1862), n.º 69;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1863-1863), n.º 70;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1864-1864), n.º 71;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1865-1865), n.º 72;

ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1866-1866), n.º 73;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1867-1867), n.º 74;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1868-1868), n.º 75;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1869-1869), n.º 76;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1870-1870), n.º 77;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1871-1871), n.º 78;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1872-1872), n.º 79;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1873-1873), n.º 80;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1874-1874), n.º 82;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1875-1875), n.º 84;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1876-1876), n.º 86;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1877-1877), n.º 88;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1878-1878), n.º 90;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1879-1879), n.º 92;
ADVRL – *Livro de registo de batismos* (1880-1880), n.º 94.

Livros de casamentos:

ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1860-1860), n.º 130;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1861-1861), n.º 131;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1862-1862), n.º 132;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1863-1863), n.º 133;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1864-1864), n.º 134;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1865-1865), n.º 135;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1866-1866), n.º 136;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1867-1867), n.º 137;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1868-1868), n.º 138;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1869-1869), n.º 139;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1870-1870), n.º 140;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1871-1871), n.º 141;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1872-1872), n.º 142;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1873-1873), n.º 143;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1874-1874), n.º 145;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1875-1875), n.º 147;

ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1876-1876), n.º 149;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1877-1877), n.º 151;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1878-1878), n.º 153;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1879-1879), n.º 155;
ADVRL – *Livro de registo de casamentos* (1880-1880), n.º 157.

Livros de óbitos:

ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1857-1859), n.º 190;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1860-1860), n.º 191;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1861-1861), n.º 192;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1862-1862), n.º 193;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1863-1863), n.º 194;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1864-1864), n.º 195;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1865-1865), n.º 196;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1866-1866), n.º 197;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1867-1867), n.º 198;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1868-1868), n.º 199;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1869-1869), n.º 200;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1870-1870), n.º 201;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1871-1871), n.º 202;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1872-1872), n.º 203;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1873-1873), n.º 204;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1874-1874), n.º 206;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1875-1875), n.º 208;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1876-1876), n.º 210;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1877-1877), n.º 212;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1878-1878), n.º 214;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1879-1879), n.º 216;
ADVRL – *Livro de registo de óbitos* (1880-1880), n.º 218.

Livros de expostos:

ADVRL – *Livro de registo de batismos de expostos* (1815-1834), n.º 127;

ADVRL – *Livro de registo de batismos de expostos* (1846-1850), n.º 128;

ADVRL – *Livro de registo de batismos de expostos* (1850-1859), n.º 129.

2. Fontes impressas

- ALBUQUERQUE, J. da C. Brandão (1866) – *Censo de 1864. Relação das freguesias do continente e ilhas. População, sexos, fogos. Divisão civil, judicial, militar e ecclesiastica*. Lisboa: Typographia da Gazeta de Portugal.
- CARDOSO, Pe. Luiz (1751) – *Diccionario Geográfico Ou Noticia Histórica De Todas As Cidades, Villas, Lugares, Aldeãs, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelle se encontrão, assim antigas, como modernas, Á Saudosa Memoria, E Eterna Saudade do Senhor Rey D. Joaõ V*. Lisboa: Regia Officina de Sylviana e da Academia Real, Tomo II.
- CARDOSO, Pe. Luiz (1758) – *Memórias paroquiais*. Dicionário Geográfico. IAN/TT mem. 301. Vol. XI, fls. 2065-2106.
- CARMO, Bento Pereira do (1833) – *Mapa nº 1, Contendo os Concelhos, Parochias, e numero de Individuos de cada uma, segundo os recenseamentos enviados á comissão de Estadistica, pelos respectivos Parochos, até ao anno de 1828; distribuidos segundo a nova Divisão do território do Reino de Portugal, em oito Provincias, e quarenta Comarcas, determinado pelo Decreto Nº 65 de 28 de junho de 1833*. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 1-42.
- CARVALHO da COSTA, P. António (1706) – *Corographia Portugueza, E descripção topographica do famoso reino de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e logares que contêm; varões illustres; genealogia das familias nobres; fundações de conventos; catalogos dos bispos; antiguidades; maravilhas da natureza, edificios e outras curiosas observações*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, Tomo I.
- Censo da População do Reino de Portugal no 1º de dezembro de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Censo da População do Reino de Portugal no 1º de dezembro de 1900, (quarto Recenseamento Geral da População)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Collecção de Legislação Portuqueza das Cortes de 1821 a 1823 (1944)*, Lisboa: Imprensa Nacional, p.108 a 123. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 19 de julho de 1822, «Mappa Geral das 24 Divisões Eleitoraes do Reino de Portugal que devem provisoriamente servir para as eleições dos Deputados em Cortes referido á população existente no anno de 1821».

- Constituições Sinodaes do Arcebispado de Braga* (1697) - Lisboa, Officina de Miguel Deslandes,
- CONTADOR DE ARGOTE, Jerónimo (1732) – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, dedicadas a El Rey D. João V. Nosso Senhor*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Tomo primeiro, Livro II.
- CONTADOR DE ARGOTE, Jerónimo (1734) – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, dedicadas a El Rey D. João V. Nosso Senhor*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Tomo Segundo, Livro III.
- CONTADOR DE ARGOTE, Jerónimo (1744) – *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas, dedicadas a El Rey D. João V. Nosso Senhor*. Lisboa: Regia Officina de Sylviana e da Academia Real, Tomo Terceiro, Livro VI.
- COSTA, José Inácio da (1789) – *Memoria Agronómica relativa ao Concelho de Chaves*. In *Memórias Económicas*. Lisboa: Academia Real das Ciências, T.I., p.351-398.
- Estatística de Portugal. População. Censo no 1º de janeiro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Estatística de Portugal. População. Censo no 1º de janeiro de 1878*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FREIRE, António de Oliveira (1739) – *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal, que contem huma exacta relaçam de suas províncias, dedicada ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Dom Manuel de Lencastro, Duque de Banhos*. Lisboa: na Officina de Miguel Rodrigues.
- IAN/TT – *Districto Administrativo de Villa Real. Mappa statistico do numero de fogos, da população e do seu movimento no anno de 1840*. Administração Geral de Vila Real, 22 de fevereiro de 1842. Ministério do Reino, Arquivo das Secretarias de Estado, maço 2040, caixa com a letra G.
- IAN/TT – *Districto de Villa Real. Mappa geral da população do sobredito districto e do seu movimento no anno de 1867*. Governo Civil de Vila Real, 4 de setembro. Ministério do Reino, Arquivo das Secretarias de Estado, maço 3171.

- IAN/TT – *Districto de Villa Real. Mappa geral statistico da população do sobredito districto e do seu movimento no anno de 1855*. Governo Civil de Vila Real, 6 de setembro. Ministério do Reino, Arquivo das Secretarias de Estado, maço 3408.
- LIMA, Luís Caetano de, (1736) – *Geographia Histórica de todos os Estados soberanos da Europa, com as mudanças que houve nos seus dominios, especialmente pelos tractados de Utrech, Rastad, Baden, da Barreira da Quadrupla Aliança, de Hannover, e de Sevilha; e com as Genealogias das Casas reinantes, e outras muy principaes*. Appendixe III «Lista dos Fogos, e Almas que há nas terras de Portugal comunicadas ao Author, para se incorporar nesta Geografia, no anno de 1732, pelo Marquez de Abrantes, censor e Director da Academia Real, e julgada por elle a mais exacta», Lisboa: Officina de Joseph António da Sylva, Tomo II.
- MACHADO, Júlio Montalvão, *pub.* (1989) – *Notícia da V.^a de Chaves por Pedro da Fontoura Carneiro Abbade da Igreja de Bouçoaes Comissário do santo Officio e Bulla da Cruzada da mesma Vila e dessa natural*. «Revista Aquae Flaviae», 2. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 65-76.
- MACHADO, Júlio Montalvão, *pub.* (1989) – *Notícias adqueridas pela deligencia de Tome de Tavora e Abreu secretario do governo de Armas da Província de Trás-os-Montes e natural da vila de Chaves*. «Revista Aquae Flaviae», 2. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p 12 -64.
- MONFORTE, Frei Manuel (1696) – *Chonica da Província da Piedade, Primeira Capucha de toda a Ordem, e Regular Observância de nosso Seraphico padre S. Francisco, dedicada ao Sereníssimo senhor Dom Joam, Príncipe de Portugal, E Duque da Real Casa de Bragança*. Lisboa: Officina de Miguel Deslandes.
- NIZA, Paulo Dias de (1757-1768) – *Portugal Sacro-Profano Portugal Sacro-Profano, ou catalogo alfabetico de todas as Freguesias dos Reinos de Portugal e Algarve: das Igrejas com seus Oragos; do título dos Parocos, e annual rendimento de cada huma: dos Padroeiros, que apresentaõ: juntamente com as leguas de distancia da metropoli do Reino, e da Cidade principal, e cabeça do Bispado, com o numero de fogos*. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 2 vols.
- Ordenações Filipinas* (1984). Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- Ordenações Manuelinas* (1984). Lisboa: Fundação Gulbenkian.

SANTIAGO, Frei Francisco de (1999) – *Crónica da Santa Província de N. Senhora da Soledade*. «Revista Aquae Flaviae», 22. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 69-115.

ARQUIVO MUNICIPAL DE CHAVES:

AMC. – *Mappa dos Expostos, que diariamente entrão na Real Casa delles; dos que nella fallecem; e dos que sahem para creações, e para servirem por soldada; Amas, e serventes existentes na mesma Real Casa, de 19 de fevereiro de 1790, s/cota.*

AMC. – *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto de Vila Real, 26 de fevereiro de 1850. Porto: Typografia Commercial.*

AMC. – *Regulamento para a Administração dos Expostos do Districto Administrativo, de Vila Real, de 3 de agosto de 1859. Vila Real: Typografia de Antonio Narcizo Alves Corrêa.*

3. Bibliografia

- AFONSO, Alípio (1993) – *A Roda Municipal de Ervededo*. «Revista Aquae Flaviae», 9. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 240-258.
- AIRES, Firmino (2000) – *Incursões Autárquicas*. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae.
- ALMEIDA, Fortunato de (1967-1971) – *História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Portucalense editora/livraria Civilização, Vol.4.
- ALVES, Francisco Manuel (1990) – *A Região Flaviense vista de relance através dos séculos*. «Revista Aquae Flaviae», 4. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 11-13.
- ALVES, Jorge Fernandes (1986) – *Uma comunidade rural do vale do Ave, S. Tiago de Bougado: 1650-1849 (estudo demográfico)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado policopiada.
- ALVES, Jorge Fernandes (1989) – *Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX*. «Revista de História». Porto: Centro de Estudos da Universidade do Porto, Vol. IX.
- ALVES, Jorge Fernandes (2003) – *Perspectiva histórica da emigração portuguesa*. In *Porto de partida – Porto de chegada: a emigração portuguesa*. Lisboa: Âncora Editora, p. 33-56.
- AMORIM, Maria Norberta (1973) – *Rebordãos e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- AMORIM, Maria Norberta (1980) – *Método de exploração dos livros de registos paroquiais. Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*. Lisboa: Centro de estudos demográficos do I.N.E.
- AMORIM, Maria Norberta (1983) – *S. Pedro de Poiães e a sua população de 1561 a 1830*. «Revista Brigantia», nº 3. Bragança: p. 273-304, p. 377-418, p.531-576.
- AMORIM, Maria Norberta (1984) – *S. Pedro de Poiães e a sua população de 1561 a 1830*. «Revista Brigantia», 4. Bragança: p. 183-218, p.311-333.
- AMORIM, Maria Norberta (1987) – *Guimarães 1518-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa: I.N.I.C.
- AMORIM, Maria Norberta (1990) – *Perspectivas da aplicação da metodologia da Demografia Histórica no estudo das Populações*. «Cadernos do Noroeste». Vol. 3, nº 1 e 2. Braga: Universidade do Minho.

- AMORIM, Maria Norberta (1991a) – *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1991b) – *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», IX: 1. ADEH, p. 7-25.
- AMORIM, Maria Norberta (1992) – *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1993) – *As Diferenças de Comportamento Demográfico no Antigo Regime - O Caso de Ronfe (Guimarães) e Poiares (Freixo)*. «Revista de Guimarães». Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, Vol. 103, p. 45-64.
- AMORIM, Maria Norberta (1995a) – *História da Família em Portugal: Uma história em marcha*. «Ler História», nº 29. Lisboa: ISCTE, p. 5-17.
- AMORIM, Maria Norberta (1995b) – *Instabilidade da família urbana de Antigo Regime. Um ensaio sobre Guimarães*. «Ler História», nº 29. Lisboa: ISCTE, p. 27-43.
- AMORIM, Maria Norberta (1995c) – *Demografia Histórica. Um programa para a docência*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (1998) – *Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680 – 1980)*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», XVI - I. ADEH, p. 55-77.
- AMORIM, Maria Norberta (2001) – *Do Antigo Regime à Contemporaneidade. Microanálise da transição demográfica numa paróquia açoriana*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», XIX - 2. ADEH, p. 79-113.
- AMORIM, Maria Norberta (2001) – *Ribeira do Pico. (finais do século XVII a finais do século XX). Microanálise de evolução demográfica*. Guimarães: NEPS/ICS da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (2004) – *O Pico. A abordagem de uma Ilha. As famílias de S. João nos finais do século XIX*. Lajes do Pico: Edição da Câmara Municipal das Lajes do Pico/NEPS, Vol. I, Tomo I.
- AMORIM, Maria Norberta (2005) – *As Famílias de Santo Amaro nos Finais do século XIX*. S. Roque do Pico: Edição da Câmara Municipal de São Roque/NEPS, Vol. I, Tomo II.

- AMORIM, Maria Norberta (2006) – *As Famílias de S. Caetano entre os séculos XIX e XX*. Madalena: Edição da Câmara Municipal da Madalena/NEPS, Vol. I, Tomo III.
- AMORIM, Maria Norberta; CORREIA, Alberto (1999) – *Francisca Catarina (1846-1940), Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*. Guimarães: NEPS /ICS da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta; LIMA, Luís (1986) – *Estratégias de Sobrevivência em uma paróquia açoriana. Perspectiva Demográfica*. Angra do Heroísmo: «Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira», Vol. XLIV.
- AMORIM, Maria Norberta (2011) – *Mobilidade demográfica numa cidade portuária. A matriz da Horta entre os séculos XVIII e XX*. In SANTOS, Carlota, coord. – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM, p. 47-61.
- AMORIM, Maria Norberta (2012) - *Desafios da Cidade numa abordagem clássica de Demografia Histórica. O caso de Guimarães entre o século XVI e o XX*. «Actas do I Congresso Histórico Internacional - As Cidades na História: população», Volume I. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 83-111.
- ANDERSON, Michael (1984) – *Elementos para a História da família Ocidental (1500-1914)*. Lisboa: Editorial Quercus.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo (1992) – *O Pico de Regalados e a sua população 1554-1979*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado policopiada.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo (2011) – *A protecção aos «aposentados» na Misericórdia de Vila Viçosa (século XIX)*. In SANTOS, Carlota, coord. – *Família, Espaço e Património*. Porto: CITCEM, p. 187-271.
- ARIES, Philippe (1977) – *L'homme devant la mort*. Paris: Seuil.
- ARIES, Philippe (1988) – *A História da Morte no Ocidente desde a Idade Média*. Tradução portuguesa de Pedro Jordão. Lisboa: Teorema.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) – *A emigração portuguesa - Suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1984) – *A evolução demográfica portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985) – *Atlas da emigração portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- AZEREDO, Carlos (2004) – *Invasão do Norte (1809): A Campanha do General Silveira contra o Marechal Soult*. Lisboa: Edição da Tribuna da História.

- BANDEIRA, Mário Leston. (1996) – *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- BAPTISTA, José Dias (2011) – *Inquirições de D. Afonso III (1258)*. «Revista Aquae Flaviae», nº 43. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (1996) – *Esporões (Braga), 1590-1709. Um caso de mortalidade infantil e juvenil*. In NASH, Mary; ROSA, Ballester, coord. - «Actas do III Congresso da ADEH». Porto: Edições Afrontamento, Vol. 2, p. 157-192.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (1998) – *Reconstituição de Paróquias e aprofundamento dos estudos de mortalidade Infantojuvenil da comunidade de Esporões (séculos XVII-XX)*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica», XVI - I. ADEH, p. 21-54.
- BARBOSA, Maria Hermínia Vieira (2001) – *Crises de Mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: NEPS/ICS da Universidade do Minho.
- BERCÉ, Yves-Marie (1991) – *Os soldados de Napoleão vencidos pelo tifo*. In GOFF, Jacques Le, apres. - *As doenças têm história*, tradução portuguesa de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, p. 161-174.
- BIDEAU, Alain (1984) – *Os mecanismos auto-reguladores das populações tradicionais*. In MARCÍLIO, Maria Luiza, org. - *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 47-68.
- BIRABEN, Jean-Noel (1984) – *Epidemias na História da População*. In MARCÍLIO, Maria Luiza, org. - *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 110-136.
- BORGES, Augusto Moutinho (2009) – *Reais Hospitais Militares em Portugal (1640-1834)*. Coimbra: Edição da imprensa da Universidade de Coimbra e da Comissão Portuguesa de História Militar, Coleção Ciências e Culturas.
- BORRALHEIRO, Rogério Pereira (1997) – *O Município de Chaves entre o Absolutismo e o Liberalismo (1790-1834) - Administração, Sociedade e Economia*. Braga: Edição do Autor.
- BOUGEOIS-PICHAT, Jean (1970) – *A Demografia*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério (1996) – *A Maria da Fonte na Póvoa de Lanhoso*. Braga: Edição da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso.

- CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério (2001) – *Boticas nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Edição da Câmara Municipal de Boticas.
- CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério; MATOS, Henrique (2006) – *As Freguesias do Distrito de Vila Real nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Edição de José Viriato Capela.
- CARNEIRO, Mário Gonçalves (1989) – *As Caldas de Chaves e os Militares*. Chaves «Revista Aquae Flaviae», nº 2. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 77-84.
- CARVALHO, General de Ribeiro (1929) – *Chaves Antiga*. Lisboa: Ofic. da Sociedade Nacional de Tipografia.
- CARVALHO, General de Ribeiro (2009) – *A Defesa de Chaves em 1809*. «Revista Aquae Flaviae», nº 39. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 81-102.
- CASCÃO, Rui (1993) – *Demografia e sociedade*. In MATOSO, José, dir. - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores, Vol. V.
- CHAUNU, Pierre (1974) – *Histoire: Science Social, la durée, l'espace et l'homme à l'époque moderne*. Paris: Sedes.
- CHAUNU, Pierre (1978) – *Histoire quantitative. Histoire Sérielle*. Paris: Liv. Armand Colin.
- CHAUNU, Pierre (1985) – *A Civilização da Europa da Luzes*. Tradução portuguesa de Manuel João Gomes. Lisboa: Estampa, 2 vols.
- CORTES, Nuno Osório (1996) – *O Sistema Liberal da Roda dos Expostos. O Exemplo da Administração Algarvia (1820-1884)*. In MOREDA, Vicente Pérez, coord. - «Actas do III Congresso da ADEH». Porto: Edições Afrontamento, Vol. 3, p. 127-138.
- COSTA PALMEIRA, Carlos da (1944) – *como o Tenente General Francisco da Silveira preparou a defesa de Trás-os-Montes*. Chaves: Tip.^a da Papelaria Mesquita.
- COSTA, António L. Pinto (1989) – *A Roda Municipal dos Expostos de Murça*. «Revista Brigantia». Bragança: Vol. IX, 1, janeiro / março, p. 73-82.
- COSTA, João Gonçalves da (1987) – *Montalegre e Terras de Barroso*. Montalegre: Edição da Câmara Municipal de Montalegre.
- CRUZ, Maria Antonieta (1999) – *Os Burgueses do Porto na Segunda metade do Século XIX*. Porto: Edição da Fundação Eng.º António de Almeida.
- DEL PANTA, Lorenzo e LIVI-BACCI, M. (1977) – *Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850*. «Population», nº 32, p. 401-445.

- DIAS, João José Alves (1996) – *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/J.N.I.C.T..
- DIAS, José Henrique (1993) – *A Maria da Fonte em Chaves. Inácio Pizarro – um fidalgo na Revolução*. «Revista Aquae Flaviae», nº 9. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 139-171.
- DIAS, Nuno José Pizarro (1990) – *Chaves Medieval (séculos XIII e XIV)*. «Revista Aquae Flaviae», nº 3. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 35-94.
- DUBY, Georges, introd. (1992) – *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Tradução portuguesa de Ana Paula Faria. Lisboa: Terramar.
- DUMOURIEZ, Charles François (2007) – *O Reino de Portugal em 1766*. Tradução de Margarida Reffóios. «Coleção Memórias de Viagem». Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- DUPAQUIER, Jacques (1979a) – *La population rural du Bassin Parisien à l'époque de Louis XIV*. Paris: E.H.E.S.S.
- DUPÂQUIER, Jacques (1979b) – *L'analyse statistique des crises de mortalité*. In *The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*. Liège : Ordina Éditions, p. 81-112.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984) – *Demografia Histórica e História Social*. In MARCÍLIO, Maria Luiza, org. - *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 25-46.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984) – *Pour la Démographie Historique*. Paris: P.U.F.
- DUPÂQUIER, Jacques (1988) – *Los origens de la demografía histórica: su situación en Francia*. In PÉREZ MOREDA, Vicente; REHER, David-Sven, eds. - *Demografía Histórica en España*. Madrid: Ediciones el Arquero, p. 29-38.
- DURÃES, M. (1987) – *Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta*. Lisboa: «Revista de História Económica e Social», nº 2, p. 47-56.
- DURÃES, Margarida (1985) – *Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população*. In *A morte no Portugal Contemporâneo*. Col. Conhecer Portugal, nº 4. Lisboa: Querco, p. 163-174.
- DURÃES, Margarida (1986) – *Condição Feminina e repartição do Património: a camponesa minhota (Séculos XVIII-XIX)*. Coimbra: Separata das Actas do Colóquio a Mulher na Sociedade Portuguesa.

- DURÃES, Margarida (2000) – *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (séculos XVIII-XIX)*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento policopiada.
- DURÃES, Margarida; RODRIGUES, Ana Maria (S/d) – *Família, Igreja e Estado. Arqueologia do Estado*, p. 817-835.
- EIRAS ROEL, Antonio, (1996) – *La Población de Galicia. 1700-1860: crecimiento, distribución espacial y estructura de la población de Galicia en los siglos XVIII Y XIX*. Santiago de Compostela: Fundación Caixagalicia.
- FARIA, Inês Martins (1997) – *Santo André de Barcelinhos – o difícil equilíbrio de uma população, 1606 – 1910*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de Mestrado policopiada.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo (1998a) – *Calvão: Uma Paróquia Rural do Alto Tâmega (1670-1870)*. Chaves: Edição da Câmara Municipal de Chaves – NEPS /ICS da Universidade do Minho.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo (1998b) – *Calvão (1670-1870) Estudo Demográfico de uma Paróquia Transmontana (Perspectiva Comparada)*. «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica» XVI – I. ADEH, p.183-214.
- FAUSTINO, José Alfredo Paulo (2002) – *Assistência à Primeira Infância e a Roda dos Exposto de Chaves (Breve Perspectiva)*. «Revista da Universidade Sénior e do Autodidacta Flaviense», nº 1. Chaves: USAF, p.49-63.
- FERREIRA, Francisco Trindade (2001) – *A antiga Freguesia de Eixo e Oliveirinha e sua população (1666-1900) - Estudo Demográfico*. Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro.
- FERREIRA, Maria Cordeiro (1981) – *Epidemias*. In SERRÃO, Joel, dir. - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. II, p. 406-407.
- FERRO, João Pedro (1995) – *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa: Editorial Presença.
- FLANDRIN, Jean-Louis (1991) – *Famílias, Parentes, Casa e Sexualidade na Sociedade Antiga*. Tradução portuguesa de M. F. Gonçalves Azevedo. «Coleção Nova História». Lisboa: Editorial Estampa.
- FLEURY, Michel e HENRY, Louis (1976) – *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*. Paris: INED, 2ª Edição.
- FLINN, Michel W. (1989) – *El Sistema Demográfico Europeo, 1500-1820*. Barcelona: Ed. Crítica.

- FONTE, Teodoro Afonso (1996) – *O Abandono de Crianças na Roda em Ponte de Lima (1625-1910)*. Viana do Castelo: C.M. de Ponte Lima e C.E Regionais.
- FONTE, Teodoro Afonso (2004) – *No limiar da honra e da pobreza – A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698 – 1924)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de Doutoramento policopiada.
- FONTE, Teodoro Afonso (2012) – *A mobilidade dos expostos nos séculos XVIII e XIX. Da concentração urbana nas rodas à dispersão rural pelas amas*. «Actas do I Congresso Histórico Internacional - As Cidades na História: população», Volume I. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 240-258.
- GALEGO, Júlia; DAVEAU, Suzanne (1986) – *O Numeramento de 1527-1532 – Tratamento cartográfico*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- GARCIA MAÑA, Luís Manuel (1988) – *La Frontera Hispano-lusa en La Provincia de Ourense*. «Boletín Avriense». Ourense: Museo Arqueológico Provincial.
- GASPAR, Jorge, org. (1987) – *Ocupação e Organização do Espaço: retrospectiva e tendências. Portugal - Os próximos 20 anos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. I.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1971) - *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1985) – *A construção de modelos para as economias pré-estatísticas*. Lisboa: «Revista de História Económica e Social», nº 16, p. 3-16.
- GOMES, Maria Palmira da Silva (1996) – *Estudo Demográfico de Cortegaça (Ovar), 1583 – 1975*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de Mestrado policopiada.
- GOUBERT, Pierre (1960) – *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730: contribution à l'Histoire sociale de la France au XVII^{ème} Siècle*. Paris: SEVPEN.
- GUILLAUME, Pierre; POUSSOU, Jean-Pierre (1970) – *Démographie Historique*. Paris: Armand Colin.
- HAJNAL, John (1965) – *European marriage patterns in perspective*. in GLASS, D. V., EVERSLEY, D. E. C., eds. - *Population in History*. London: Edward Arnold, p. 101-143.
- HENRY, Louis (1976) – *Demografia*. Barcelona: Labor Universitária.
- HENRY, Louis (1988) – *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, Tradução portuguesa de J. Manuel Nazareth. Lisboa: Gradiva.

- HOMEM, Francisco de Barros Teixeira (1990) – *Chaves na Revolta de 1808*. «Revista Aquae Flaviae», nº 4. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 43-58.
- LASLETT, Peter (1975) – *O mundo que nós perdemos*. Lisboa: Ed. Cosmos.
- LASLETT, Peter (1984) – *Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental*. In MARCÍLIO, Maria Luiza, org. - *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 137-170.
- LE GOFF, Jacques, *apres.* (1991) – *As doenças têm história*, Tradução portuguesa de Laurinda Bom. Lisboa: Terramar.
- LEBRUN, François (1980) – *Les crises démographiques en France aux XVIIe et XVIIIe siècles*. «Annales», nº2, p. 205-234.
- LEBRUN, François (1983) – *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, tradução portuguesa de M. Carolina Queiroga Ramos. «Coleção Prisma». Lisboa: Edições Rolim.
- LEBRUN, François (1984) – *Atitudes diante do Amor e do casamento em sociedades tradicionais*. In MARCÍLIO, Maria Luiza, org. - *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 171-192.
- LE MOS, Maximiano de (1991) – *História da Medicina em Portugal*. Lisboa: D. Quixote-Ordem dos Médicos, 2ª edição, Vol. II.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel (1966) – *Paysans de Languedoc*. Paris: S.E.V.P.E.N., 2 vol.
- LIVI-BACCI, Massimo (1971) – *A Century of Portuguese Fertility*. Princeton: Princeton University Press.
- LIVI-BACCI, Massimo (1978) – *La société italienne devant les crises de mortalité*. Firenze: Dipartimento Statistico.
- LIVI-BACCI, Massimo (1984) – *Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências*. In MARCÍLIO, Maria Luiza, org. - *População e Sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, p. 69-109.
- LIVI-BACCI, Massimo (1988) – *La Península Ibérica e Itália en vísperas de la transición demográfica*. In PÉREZ MOREDA, Vicente; REHER, David-Sven, eds. - *Demografía histórica en España*. Madrid: Ediciones el Arquero, p. 138-178.

- LIVI-BACCI, Massimo (1990) – *História mínima de la población mundial*. Barcelona: Editorial Ariel.
- MACEDO, Jorge Borges de (1982) – *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Editorial Quercus.
- MACHADO, J. T. Montalvão (1944) – *A Cultura do Trigo no Vale de Chaves*. Lisboa: Edição da Federação Nacional dos Produtores de Trigo.
- MACHADO, J. T. Montalvão (1990) – *Quando havia em Chaves três hospitais*. «Revista Aquae Flaviae», nº 4. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 105-111.
- MACHADO, Júlio Montalvão (1994) – *Crónica da Vila Velha de Chaves*. Chaves: Edição da Câmara Municipal de Chaves.
- MACHADO, Maria Arminda (1995) – *S. Miguel da Facha (1710-1989)*. Braga: Universidade do Minho. Tese de Mestrado policopiada.
- MAIA, Rui Leandro Alves da Costa (1996) – *São Miguel de Barreiros e a sua população. 1700-1925*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- MALTHUS, Thomas (S/d.) – *Ensaio sobre o Princípio da População*. Tradução portuguesa de Eduardo Saló. Lisboa: Publicações Europa América.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, org. (1977) – *Demografia Histórica: orientações técnicas e metodológicas*. S. Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- MARCÍLIO, Maria Luiza, org. (1984) – *População e Sociedade. Evolução das Sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes.
- MARQUES, José (1994) – *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, J.N.I.C.T.
- MARROU, H.-I (S/d) - *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Aster.
- MATOS, Gastão M de (1981) - *exército*. In SERRÃO, Joel dir. *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 2º vol. p. 505-508.
- MATOS, Henrique José Martins (2009) - *As Juntas minhotas de 1808 na reacção à ocupação francesa*. «Revista da Faculdade de Letras – História», III Série, Vol. 10. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 43-55.
- MATOS, Paulo (2009) - *Os marítimos da Ilha de S. Jorge, Açores (1770-1860)*. In DUBERT, Isidro; SOBRADO CORREA, Hortêncio, coord. - *El mar en los siglos modernos*. Santiago de Compostela: Xunta da Galicia, p. 101-115.

- MENDES, José Manuel Amado (1985) – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII. Alguns aspectos económico-sociais*. «Série Estudos». Bragança: Edição do Instituto Politécnico de Bragança.
- MENDES, José Manuel Amado (1995) – *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, J.N.I.C.T., 2ª edição.
- MESQUITA, Maria Hermínia (1998) – *Evolução demográfica na Criação Velha, paróquia do Sul do Pico (1801-1993)*. Ponta Delgada: Direção Regional da Cultura.
- MEUVRET, Jean (1946) – *Les crises de subsistances et la démographie de la France d'Ancien Régime*. In *Population*, vol.1, nº 4. Paris: p. 643-650.
- MIRANDA, Fernando da Silva (1993) – *Estudo Demográfico de Alvito S. Pedro e Anexa. 1567 – 1989*. Barcelos: Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro.
- MOREIRA, Maria João Guardado (1994) – *Vida e Morte no Concelho de Idanha-a-Nova, Estudo Demográfico - Século XVIII*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MOREIRA, Maria João Guardado (2009) – *O Século XVIII*. In RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord. – *História da População Portuguesa*. «Cadernos de Economia e Sociedade», nº 3. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, p. 247-283.
- MORENO, Humberto Baquero (1986) – *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI*. Lisboa: Estudos de História.
- MORENO, Humberto Baquero (2010) – *Notas sobre Chaves Medieval*. «Revista Aquae Flaviae», nº 42. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 93-100.
- NADAL, Jordi (1988) – *La Población Española (Siglos XVI a XX)*. Barcelona: Editorial Ariel.
- NAZARETH, J. Manuel (1979) – *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Ed. Presença.
- NAZARETH, J. Manuel (1982) – *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar*. Porto: Editorial Presença.
- NAZARETH, J. Manuel (1988a) – *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença.
- NAZARETH, J. Manuel (1988b) – *Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Séc. XX, Portugal: Os próximos 20 anos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Vol. III.

- NAZARETH, J. Manuel (1996) – *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*. Lisboa: Editorial Presença.
- NAZARETH, J. Manuel; SOUSA, Fernando de (1981) – *Aspectos sócio-demográficos de Salvaterra de Magos nos finais do século XVIII: aspectos socio-demográficos*. «Análise Sócial», Vol. XVII, nº66. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 315-373.
- NETO, Maria de Lourdes Akola (1959) – *A Freguesia de Santa Catarina de Lisboa do Século XVIII*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Demográficos do INE.
- NETO, Vítor (1998) – *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- NEVES, António Amaro das (2001) – *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI-XVIII)*. Guimarães: NEPS/ICS da Universidade do Minho.
- O'NEILL, Brian Juan (1984) – *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros – Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- OLIVEIRA, António de (1971/2) – *A Vida Económica e Social de Coimbra 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 Vols. Tese de Doutoramento.
- OLIVEIRA, Carlos Prada de (1997) – *Aspectos da Assistência à Infância em Bragança no Século XIX: Expostos e lactados*. «Actas do Congresso Histórico da Diocese de Bragança-Miranda» – *Páginas da História da Diocese de Bragança-Miranda*. Bragança: Comissão de Arte Sacra de Bragança-Miranda, p. 511-556.
- PEREIRA, Gaspar Martins (1993) – *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento policopiada.
- PEREIRA, Gaspar Martins; ALVES, Jorge Fernandes (1990) – *Comportamentos nupciais na Terra da Maia em fins do Antigo Regime*. Cadernos de Ciências Sociais, Vol. 8 e 9, p. 31-44.
- PEREIRA, Gaspar Martins; CORREIA, Luís Grosso (1996) – *Casamento e condição social no Porto Oitocentista*. «Revista da Faculdade de Letras», Vol. XIII. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 475-488.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981) – *A Política Portuguesa da Emigração. 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo.

- PÉREZ GARCIA, José Manuel (1979) – *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia Costera*. Santiago de Compostela: Departamento de História Moderna, Universidad de Santiago de Compostela.
- PÉREZ GARCIA, José Manuel (1988). – *Estado de la demografía histórica en Galicia (siglos XVI-XVIII)*. In PÉREZ MOREDA, Vicente; REHER, David-Sven, eds. - *Demografía histórica en España*. Madrid: Ediciones el Arquero, p. 297-304.
- PÉREZ MOREDA, Vicente (1980) – *Las crisis de mortalidad en la España interior. Siglos XVI-XIX*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- PÉREZ MOREDA, Vicente (1986) – *Matrimonio y familia. Algunas consideraciones sobre el modelo matrimonial español en la Edad Moderna*, «Boletín de la Asociación de Demografía Histórica» IV– I. ADEH, p. 3-51
- PÉREZ MOREDA, Vicente; REHER, David-Sven, eds. (1988) - *Demografía Histórica en España*. Madrid: Ediciones el Arquero.
- PESTANA, Manuel Inácio (1999) – *Presença de Chaves e seu termo no Cartório da antiga Casa de Bragança. Uma relação histórica entre Chaves e Vila*. «Revista Aquae Flaviae», nº 21. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 23-124.
- PESTANA, Manuel Inácio (2000) – *Presença de Chaves e seu termo, Montalegre e Terras do Barroso nas mercês de D. Teodósio II, Duque de Bragança (1583-1630)*. «Revista Aquae Flaviae», nº 23. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 11-62.
- PINA-CABRAL, João (1984) – *As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho*. «Análise Social», Vol. XX, nº 80. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 97-112.
- PINA-CABRAL, João (1989) – *Filhos de Adão, Filhas de Eva – a visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- PRESSAT, Roland (1967) – *El analisis demografico*. México: Fondo de Cultura Económica.
- PRESSAT, Roland (1985) – *Introducción a la demografía*. Barcelona: Editorial Ariel.
- RAU, Virgínia (1982) – *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Ed. Presença, 2ª edição.
- RAVARA, António Pinto (1988) – *A Classificação socioprofissional em Portugal (1806-1930)*. «Análise Social», Vol. XXIV, nºs 103-104. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 1161-1184.

- REGO, Maria Aurora Botão (2013) – *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de Doutoramento policopiada.
- REHER, David Sven (1988) – *Household and Family on the Castilian Meseta: the Province of Cuenca from 1750-1970*. «Journal of Family History», 13, 1: 59-74.
- REHER, David Sven (1998) – *Familia y Sociedad: el legado de la Historia en el mundo contemporáneo*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.
- REINHARD, Marcelo; ARMENGAUD, André; DUPAQUIER, Jacques (1968) – *Histoire générale de la population mondiale*. Paris: Montchrestien.
- REIS, Elizabeth (1991) – *Estatística Descritiva*. Lisboa: Edições Sílabo.
- RIBEIRO, Aquilino (1978) – *Aldeia, Terra, Gente e Bichos*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RIBEIRO, Manuela (1991) – *Ter, Ser e Morrer no Barroso - A Morte Como Meio de Abordagem aos Sistemas de Estratificação Social*. In «Cadernos de Ciências Sociais», nº 10/11. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 101-122.
- ROCHA, Gilberta (1991) – *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX - Unidade, Permanência, Diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- RODRIGUES, Teresa (1990) – *Crises de mortalidade em Lisboa, Séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizonte.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (2009) – *O Século XIX*. In RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord - *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, p. 327-396.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord. (2009) – *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (2009) – *As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII*. In RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord - *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, p.159-237.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira (2009) – *O Século XIX*. In RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord - *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, p. 327-396.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA, Maria João Guardado (2009) – *A quantificação das Almas*. In RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord. - *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, p. 130-157.

- RODRIGUES, Teresa Ferreira; MOREIRA, Maria João Guardado; HENRIQUES, Filipa Castro (2009) – *O conhecimento dos factos demográficos*. In RODRIGUES, Teresa Ferreira, coord. - *História da População Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE, p. 291-323.
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Delfina (1997) – *A Terra e as Xentes. Nacer, vivir e morrer na comarca de Celanova ó longo da Idade Moderna*. «Vía Láctea». A Coruña: Edição do Concello de Celanova e da Universidad de Vigo.
- ROWLAND, ROBERT (1984) – *Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada*. In «Ler História», nº 3. Lisboa: ISCTE, p. 13-32.
- ROWLAND, Robert (1988) – *Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional*. In PÉREZ MOREDA, Vicente; REHER, D.-S., eds. - *Demografía histórica en España*. Madrid: Ediciones el Arquero, p. 72-137.
- RUIZ MOLINA, Libório (1995) - *Testamento, Muerte y Religiosidad en la Yecla del Siglo XVI*. Yecla: Ed. da Real Academia Alfonso X el Sabio e Ayuntamiento de Yecla.
- SÁ, Isabel Guimarães (1987) – *A assistência aos expostos no Porto. Aspecto institucionais (1519-1838)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado policopiada.
- SÁ, Isabel Guimarães (1995) – *A circulação de Crianças na Europa do Sul: O caso dos Expostos do Porto no Século XVIII*. Lisboa: Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian/J.N.I.C.T..
- SÁ, Isabel Guimarães; CORTES Nuno Osório (1992) – *A assistência à Infância no Porto do século XIX: Expostos e Lactados*. «Cadernos do Noroeste» Vol. 5. Braga: Instituto de Ciência Sociais, Universidade do Minho.
- SÁ, Maria de Fátima (1986) – *A Morte que nós perdemos*. In «Ler História», nº 9. Lisboa: ISCTE, p. 115-121.
- SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) – *A Cidade em Portugal – Uma geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Cândido dos (1978) – *A população do Porto de 1700 a 1820*. «Revista História», Vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 281-349.

- SANTOS, Carlota Maria (1998) – *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*. Guimarães: Edição da Câmara Municipal de Paredes de Coura – NEPS/ICS da Universidade do Minho.
- SANTOS, Carlota Maria (2004a) – *Biodemografia do Concelho da Madalena. Estrutura Demográfica e Genética de uma População Açoriana da Ilha do Pico*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de Doutoramento policopiada.
- SANTOS, Carlota Maria (2004b) – *Endogamia e Consanguinidade no concelho da Madalena – Ilha do Pico (séculos XVIII e XIX)*. «Actas do III Colóquio – O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta, p. 207-226.
- SANTOS, Carlota Maria (2007a) – *Incidência da mortalidade no concelho da Madalena (Ilha do Pico – Açores) de 1670 a 1970*. «Actas do I Congresso Internacional de História da Universidade do Minho», 3. Braga: Núcleo de Estudos Históricos, p. 559-583.
- SANTOS, Carlota Maria (2007b) – *Nupcialidade e fecundidade na região da Madalena (ilha do Pico): um estudo de demografia diferencial*. In «Antropológicas». Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, p. 409-435.
- SANTOS, Carlota Maria (2008) – *Sobrevivência e reprodução em seis subpopulações da ilha do Pico: implicações na acção da Selecção Natural*. «Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães - Do Absolutismo ao Liberalismo». Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 570-597.
- SANTOS, Carlota Maria (2012) - *As cidades portuguesas na Idade Moderna. População*. «Actas do I Congresso Histórico Internacional - As Cidades na História: população», Volume I. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, p. 203-218.
- SANTOS, Carlota Maria; ABADE, Augusto (2007) – *Apelidos e identidade. A população da Ilha do Pico no contexto açoriano*. «Actas do IV Colóquio - O Faial e a periferia Açoriana nos séculos XV a XX». Horta: Núcleo Cultural da Horta, p.609-626.

- SCOTT, Ana Sílvia (1995) – *Reconstituição de famílias e reconstituição de paróquias: uma comparação metodológica*. In REHER, D.-S., coord. - *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações. Estado actual e perspectiva para o futuro*. «Actas do III Congresso da ADEH», Vol. I. Porto: Edições Afrontamento, p. 89-100.
- SCOTT, Ana Sílvia (1999) – *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS/ICS, Universidade do Minho.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1970) – *A População em Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1979) – *História de Portugal. O governo dos reis espanhóis (1580-1640)*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. IV.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1980) – *História de Portugal. O Século de Ouro (1495-1580)*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. III.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1980) – *História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. V.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1982) – *História de Portugal. O Despotismo Iluminado (1750-1807)*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. VI.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1984) – *História de Portugal. A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. VII.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1986a) – *História de Portugal. Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. VIII.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1986b) – *História de Portugal. O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. IX.
- SERRÃO, Joel (1974) – *Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel, dir. (1981) – *Dicionário de História de Portugal*, Porto: Livraria Figueirinhas, 6 Vols.
- SERRÃO, Joel; DIAS, José Pedro Silva; MATA, Maria Eugénia; VALÉRIO, Nuno (1976) – *População activa e população na vida religiosa em Trás-os-Montes nos finais do século XVIII*. «Análise Social», vol. XII, n.º 47. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 748-762.
- SERRÃO, José Vicente (1993) – *O Quadro Humano*. In MATTOSO, José, dir - *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores/ Estampa, vol. IV, p. 49-69.

- SERRÃO, José Vicente (1996) – *População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII*. In OLIVEIRA, César, dir. - *História dos municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 63-77.
- SILBERT, Albert (1978) – *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime XVIII^{ème}, Début du XIX^{ème} Siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. Lisboa: I.N.I.C, vol. I.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, coord. (2001) – *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. Lisboa: I.N.E., Edição Crítica, 3 Volumes.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; MARTINS, Sofia Lucas (2001) - *As estatísticas da população portuguesa, 1834-1849*. In SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, coord. - *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. Lisboa: I.N.E., Edição Crítica, vol.1, p 63-93.
- SOARES Franquelim Neiva (1997) – *A Arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*. Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais/Governo Civil de Braga.
- SOARES, Franquelim Neiva (1981) – *Visitações e Inquéritos Paroquiais da Comarca da Torre de Moncorvo de 1775-1845*. Braga: Ed. do Autor.
- SOARES, Franquelim Neiva (1990) – *Visitações e Itinerários Pastorais de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires*. «Separata da Bracara Augusta». Braga: Vol. XLII.
- SOUSA, Fernando A. Pereira de (1979) – *A População Portuguesa em Finais do Século XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols. Tese de Doutoramento policopiada.
- SOUSA, Fernando de (1995) – *A População Portuguesa em Finais do Século XVIII*. «Revista de População e Sociedade», 1. Porto: CEPFAM, p. 41-55.
- SOUSA, Fernando de (1998) – *Uma descrição de Trás-os-Montes nos finais do século XVIII*. «Revista de População e Sociedade», 4. Porto: IEPF, p. 413-444.
- SOUSA, Fernando de (2001) – *O Marquês de Chaves e as Guerras Liberais (1820-1830)*. «Revista Aquae Flaviae», 26. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae, p. 7-52.
- SOUSA, Fernando de (2006) – *A História da Indústria das Sedas em Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento, Vol. I.
- SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Manuel da Silva (1987) – *Memórias de Vila Real*. Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real e Câmara Municipal de Vila Real, 2º Vols.

- SOUSA, Osvaldo de (1981) – *Os expostos na Idade Moderna*. «Revista de História», nº 28, Lisboa: edição de “O Jornal”.
- TORRES, Rui Abreu (1981) – *Galegos em Portugal*, in SERRÃO, Joel *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. III, p. 96-97.
- VEIGA, Teresa Rodrigues (2004) – *A População Portuguesa no Século XIX*. «Cadernos de Economia e Sociedade», 2. Porto: Edições Afrontamento/CEPESE.
- VIÇOSO, Maria Isabel (2007) – *História da Misericórdia de Chaves: 500 anos de vida*. Chaves: Edição da Santa Casa da Misericórdia de Chaves.
- WRIGLEY, Edward Anthony (1985) – *História Y Población. Introducción a la Demografía Histórica*. Barcelona: Crítica.